

PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL
PDITS

Polo Turístico do Litoral
Paranaense

Após um ano e quatro meses de trabalho à frente da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, tenho a satisfação de entregar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS deste importante Polo Turístico do Estado. A jornada que levou a este resultado foi longa, envolveu muito esforço e dedicação, e se iniciou muito antes de nossa administração.

O Ministério de Turismo, por meio do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, pertencente à Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento de Turismo, teve um papel fundamental nesta realização, não somente pelo convênio firmado com o Estado do Paraná como também pela assessoria técnica ao longo da sua execução.

O processo de elaboração seguiu o princípio do planejamento participativo, com o envolvimento de empresários, secretários e funcionários municipais de turismo, mediante reuniões de atores locais e regionais em número sempre superior a cinquenta em cada Polo, o que permitiu que se alcançasse um trabalho tecnicamente consistente e de consenso para o desenvolvimento regional.

O documento aqui apresentado representa o primeiro e mais importante passo para o Governo do Estado buscar, através de contrato de empréstimo, recursos internacionais para serem aplicados em nosso território. Almeja-se conseguir um valor de aplicação superior a U\$ 100 milhões para os três Polos do Paraná, composto pelo empréstimo, de forma direta, bem como pela obtenção de investimentos da iniciativa privada.

Este trabalho, mediante a riqueza de informações e a objetividade das diretrizes nele contidas, deve se transformar em um marco estratégico para o planejamento e gestão do turismo deste Polo, independentemente do empréstimo do Governo do Estado. O PDITS já é parte deste processo, como um referencial a ser atualizado pelos municípios e instâncias de governança regional ao longo do tempo.

Diante disso, entregamos o PDITS colocando toda a equipe da Secretaria de Turismo à disposição para juntos trabalharmos rumo ao desenvolvimento turístico de nosso Estado.

Faisal Saleh

Secretário de Estado do Turismo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente: Michel Miguel Elias Temer

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Gastão Dias Vieira

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Secretário: Fábio Rios Mota

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Diretor: Carlos Henrique Menezes Sobral

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS I

Cláudio Corrêa Vasques – Coordenador

Ana Carla Fernandes Moura - Técnica Nível Superior

Marina Neiva Dias – Técnica Nível Superior

Miranice Lima Santos – Técnica Nível Superior

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Governador do Estado do Paraná

Carlos Alberto Richa

Secretário de Estado do Turismo do Paraná

Faisal Saleh

Coordenador do PRODETUR Paraná

Ary Talamini Junior

Gilce Zelinda Battistuz

Comissão de Análise

Gilce Zelinda Battistuz – Estatística e Presidente da Comissão

Alessandra Giselle de Paula Xavier – Turismóloga

Ary Talamini Junior – Engenheiro Civil

Caren Nanci dos Santos – Turismóloga

Carlos Garmatter Netto – Arquiteto e Urbanista

Deise Maria Fernandes Bezerra – Turismóloga

Evandro Pinheiro – Engenheiro Agrônomo e Turismólogo

Kátia Pimentel Koti – Arquiteta e Urbanista

Marino Antonio Castillo de Lacay – Economista

Marta Yoshie Takahashi – Turismóloga

Milton de Chueri Karam – Arquiteto e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA

Execução.

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa – FAUEPG.

- Carlos Alberto Volpi. Presidente da FAUEPG.
- Milton Xavier Brollo. Economista. Supervisor do PDITS-LP.

Coordenação geral.

Gislene Pereira. Arquiteta e Urbanista.

Equipe técnica.

- Anna Carolina Vargas de Faria. Turismóloga. Coordenadora de Desenvolvimento Turístico.
 - o Alexandre Pedrozo. Arquiteto e Urbanista.
 - o Joana Milano. Arquiteta e Urbanista.
 - o Josias Rickli Neto. Biólogo.
 - o Beatriz Leite Ferreira Cabral. Turismóloga.
 - o Jussara Silva. Arquiteta e Urbanista.
 - o Mauro Lacerda Santos. Engenheiro Civil.
 - o Rogerio Lemos. Engenheiro Civil.
 - o Marcio Inocenti. Arquiteto e Urbanista.
 - o Paulo Rodrigo Andrade Haiduke. Historiador.
 - o Fabiano Milano Fritzen. Administrador.
 - o Artur Silva Coelho. Economista.
 - o Michelli Gonçalves Stumm. Economista.
 - o Leonardo Leite. Analista de Sistemas.
 - o Mauricio Alexandre Maas. Arquiteto Urbanista.
 - o Aldemir Junglos. Estatístico.
 - o Iara do Rocio Carvalho. Assistente Administrativa.

Estagiários.

- o Dayana Rosa Miranda. Estagiária de Turismo.
- o Josiane Grilo. Estagiária de Turismo.
- o Mariana Galacini Bonadio. Estagiária de Arquitetura e Urbanismo.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	X
LISTA DE GRÁFICOS	X
LISTA DE QUADROS.....	XI
LISTA DE TABELAS	XII
LISTA DE SIGLAS.....	XIV
RESUMO EXECUTIVO	XVII
APRESENTAÇÃO	XXIII
1. PARTE I – JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA.....	25
1.1. LOCALIZAÇÃO	25
1.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS DO LITORAL PARANAENSE	26
1.3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	27
1.3.1. <i>Dinâmica da população residente</i>	27
1.3.2. <i>Indicadores sociais (índice de desenvolvimento humano; índice de GINI, taxa de pobreza)</i>	28
1.3.3. <i>Indicadores econômicos (PIB per capita, rendimento médio)</i>	29
1.3.4. <i>Perfil das atividades econômicas</i>	30
1.3.5. <i>Indicadores urbanos (domicílios, taxa de urbanização, habitação)</i>	31
1.4. A IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS.....	33
1.5. NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL.....	35
1.6. ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE	37
1.7. CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS.....	40
1.8. QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS.....	41
1.9. SELEÇÃO DA ÁREA	42
2. PARTE II – OBJETIVOS DO PDITS - LP.....	43
3. PARTE III – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS ..	45
3.1. ANÁLISE DO MERCADO TURÍSTICO (DEMANDA E OFERTA) DA ÁREA TURÍSTICA	45
3.1.1. <i>Análise da Demanda Atual da Área</i>	45
3.1.1.1. Perfil quantitativo dos visitantes atuais do Polo.	45
3.1.1.2. Perfil qualitativo dos segmentos atuais do Polo.	47
3.1.1.2.1. Hábitos de informação e outros fatores que incidem sobre a decisão de viagem.	51
3.1.1.2.2. Estrutura do gasto turístico.	53
3.1.1.3. Valorização da qualidade da oferta atual e determinação da imagem percebida da Área Turística	54
3.1.1.4. Balanço das campanhas de promoção da Área Turística realizadas nos últimos três anos.	56
3.1.1.5. Identificação do portfólio estratégico de produtos turísticos/segmentos atuais da demanda.....	59
3.1.2. <i>Análise da demanda turística potencial</i>	59
3.1.2.1. Estimativa quantitativa aproximada e caracterização do perfil qualitativo dos segmentos potenciais.	59
3.1.2.2. Identificação de elementos críticos que influem no processo de tomada de decisões de compra da viagem dos segmentos potenciais.	63
3.1.2.3. Nível de expectativas dos diferentes segmentos potenciais.	64
3.1.2.4. Hábitos de informação e compra dos diferentes segmentos potenciais.	65
3.1.2.5. Grau de conhecimento e interesse da demanda potencial.....	66
3.1.2.6. Identificação de destinos competidores.	67
3.1.3. <i>Análise da oferta turística da área</i>	67
3.1.3.1. Avaliação dos Recursos e Atrativos Turísticos.....	68
3.1.3.2. Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos.	85
3.1.4. <i>Conclusões</i>	97
3.2. ANÁLISE DAS INFRAESTRUTURAS BÁSICAS E DOS SERVIÇOS GERAIS ENCONTRADOS NA ÁREA.....	99
3.2.1. <i>Rede viária de acesso</i>	99
3.2.2. <i>Sistema de transporte coletivo urbano</i>	101
3.2.3. <i>Sistema Ferroviário</i>	104
3.2.4. <i>Sistema aeroviário</i>	105
3.2.5. <i>Sistema aquaviário</i>	106
3.2.6. <i>Saneamento Básico</i>	109

3.2.6.1.	Sistema de abastecimento de água.....	110
3.2.6.2.	Nível de atendimento do sistema de esgotamento sanitário.	113
3.2.7.	Nível de abastecimento do sistema de limpeza urbana.....	114
3.2.8.	Sistema da rede de drenagem pluvial.	116
3.2.9.	Condições dos sistemas de comunicação.	117
3.2.10.	Cobertura da iluminação pública.	117
3.2.11.	Atendimentos dos serviços de saúde.....	117
3.2.12.	Situação de segurança.	118
3.2.13.	Programas, projetos e investimentos planejados.	122
3.2.14.	Conclusões.....	125
3.3.	ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL DA ÁREA TURÍSTICA	127
3.3.1.	Impactos e limitações das políticas públicas.....	127
3.3.1.1.	Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Antonina.....	127
3.3.1.2.	Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.....	130
3.3.1.3.	Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Guaratuba.	134
3.3.1.4.	Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Matinhos.	140
3.3.1.5.	Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Morretes.	142
3.3.1.6.	Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Paranaguá.	145
3.3.1.7.	Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.....	148
3.3.2.	Qualificação e capacitação	151
3.3.3.	Organização e coordenação do processo de planejamento turístico.....	151
3.3.4.	Legislação.....	154
3.3.5.	Quadro de Incentivos para o investimento turístico.	157
3.3.6.	Nível de investimento do setor privado no Litoral Paranaense.....	158
3.3.7.	Conclusões.....	160
3.3.8.	Entraves de desenvolvimento.....	160
3.4.	ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA TURÍSTICA	162
3.4.1.	Análise das condições ambientais da Área Turística.....	162
3.4.2.	Identificação e avaliação dos impactos no meio ambiente que já tenham sido causados por atividades turísticas.....	164
3.4.2.1.	Impactos positivos.....	164
3.4.2.2.	Impactos negativos	164
3.4.3.	Gestão ambiental pública	167
3.4.4.	Gestão Ambiental nas empresas privadas.	168
3.4.5.	Instrumentos de planejamento e controle territorial.....	169
3.4.6.	Unidades de Conservação – UC's.	170
3.4.7.	Planos diretores municipais.....	172
3.4.8.	Grau de participação e inclusão dos diferentes grupos de interesse.	173
3.4.9.	Conclusões.....	175
3.5.	DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	176
3.5.1.	Posição atual da área versus o posicionamento potencial.....	176
3.5.2.	Valoração ponderada das linhas de produtos turísticos.....	189
3.5.3.	Identificação das áreas críticas.....	194
4.	PARTE IV – ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	195
4.1.	SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	195
4.1.1.	Situação externa.....	195
4.1.2.	Situação interna.....	195
4.2.	DIVISÃO DAS VARIÁVEIS INTERNAS POR COMPONENTE	196
4.3.	CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS E FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS	196
4.4.	DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS POR COMPONENTE	197
4.4.1.	COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	197
4.4.2.	COMPONENTE 2: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	200
4.4.3.	COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	201
4.4.4.	COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	202
4.4.5.	COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL.....	204
4.5.	ESTRATÉGIAS DO PDITS-LP	205
5.	PARTE V – PLANO DE AÇÃO.....	207
5.1.	VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS	207

5.2.	DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL.....	265
5.3.	SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES.....	271
5.4.	METAS DE GESTÃO	275
5.4.1.	<i>Conselho municipal de turismo implantado e ativo.</i>	275
5.4.2.	<i>Existência legal e real do órgão público responsável pela coordenação das atividades de gestão do turismo no município.</i>	275
5.4.3.	<i>Pessoal com qualificação adequada para execução das atividades.</i>	275
5.5.	CRONOGRAMA DE AÇÕES A SEREM FINANCIADAS NOS DEZOITO PRIMEIROS MESES.....	276
5.6.	SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES.....	290
5.7.	AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	291
6.	PARTE VI – DEFINIÇÃO DE MECANISMOS DE FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	301
6.1.	LINHAS DE BASE	303
7.	VII PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO DO PDITS.....	307
7.1.	RELATÓRIO DA 1.ª OFICINA DE APRESENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDITS LITORAL PARANAENSE	307
7.1.1.	<i>Público-alvo.</i>	307
7.1.2.	<i>Programação Geral..</i>	307
7.1.3.	<i>Programação Detalhada.</i>	307
7.1.4.	<i>Relato dos trabalhos em grupos.....</i>	308
7.1.5.	<i>Conclusões.....</i>	313
7.1.6.	<i>Objetivos do Eixo 1: Planejamento e gestão do turismo.</i>	314
7.1.7.	<i>Objetivos do Eixo 2: Desenvolvimento de destinos turísticos.</i>	314
7.1.8.	<i>Objetivos do Grupo 3: Promoção e comercialização.</i>	315
7.1.9.	<i>Registro fotográfico.....</i>	316
7.1.10.	<i>Síntese Da Metodologia – Pdits Litoral Paranaense.....</i>	317
7.1.11.	<i>Participantes - 1ª oficina de apresentação e construção dos objetivos do PDITS do Litoral Paranaense – Paranaguá, 13/04/2010.....</i>	318
7.2.	RELATÓRIO DA 2.ª OFICINA DE VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO LITORAL PARANAENSE	319
7.2.1.	<i>Programação GERAL DA 2.ª OFICINA PARTICIPATIVA do PDITS-LP.....</i>	319
7.2.2.	<i>Apresentação</i>	319
7.2.3.	<i>Relato Das Discussões.</i>	320
7.2.4.	<i>Registro fotográfico.....</i>	323
7.2.5.	<i>Lista de presenças</i>	323
7.3.	RELATÓRIO DA 3.ª OFICINA DE APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PDITS LITORAL PARANAENSE	326
7.3.1.	<i>Programação geral da 3.ª Oficina participativa do PDITS-LP.</i>	326
7.3.2.	<i>Apresentação.</i>	326
7.3.3.	<i>Relato das discussões.</i>	327
7.3.4.	<i>Registro fotográfico.....</i>	330
7.3.5.	<i>Lista de presença.....</i>	331
7.4.	RELATÓRIO DA 4.ª OFICINA DE APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO 5: VERSÃO PRELIMINAR DO PDITS-LP: CONSOLIDAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANTERIORES.....	332
7.4.1.	<i>Programação geral da 4.ª Oficina participativa do PDITS-LP</i>	332
7.4.2.	<i>APRESENTAÇÃO.....</i>	332
7.4.3.	<i>Relato Das Discussões.</i>	333
7.4.4.	<i>Considerações Finais.</i>	335
7.4.5.	<i>Registro fotográfico.....</i>	336
7.4.6.	<i>Lista de presença.....</i>	337
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	339
	ANEXO1: PLANO DE TRABALHO DO PDITS-LP.....	1
	ANEXO 2 – FICHAS DOS ATRATIVOS – PESQUISA DO PDITS – LP	27

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Polo	25
Figura 2 – Bacia Hidrográfica do Atlântico	26
Figura 3 - Setores Turísticos do Litoral do Paraná	37
Figura 4 - Principais motivações de viagem no Brasil, na região sul e no litoral paranaense.....	46
Figura 5 - Farol das Conchas e paisagem circundante	73
Figura 6 - Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE da UFPR	74
Figura 7 - Centro Histórico de Morretes	75
Figura 8 - Centro Histórico de Antonina	76
Figura 9 - Pico Paraná	78
Figura 10 - Baía de Antonina	78
Figura 11 - Baía de Guaraqueçaba.....	79
Figura 12 - Figueira do Rio do Engenho	80
Figura 13 - Passarela localizada dentro da RPPN - Sebuí	81
Figura 14 - Mata Atlântica em Guaraqueçaba	81
Figura 15 - Baía de Guaratuba.....	82
Figura 16 - Praia Bela em Matinhos.....	82
Figura 17 – Mapa Regional: Segmentos prioritários e Eixos Temáticos	180
Figura 18 - Eixo Redes do Litoral.....	182
Figura 19 - Eixo Caminhos da História	184
Figura 20 - Eixo Baía Caiçara	186
Figura 21 - Eixo Serra do Mar	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Infraestrutura de acesso. Percentual indicado de índice bom	38
Gráfico 2 - Relação do atendimento entre o abastecimento de água e ligação em rede de esgoto	40
Gráfico 3 - Percentual de turistas das grandes capitais que viajam nas férias - 2009/ Fluxo de hóspedes no Litoral Paranaense - 2006	47
Gráfico 4 - Tempo de permanência médio – 2000-2006	49
Gráfico 5 - Gasto Per Capita Diário - 2006	49
Gráfico 6 – Meios de Hospedagem - 2006	49
Gráfico 7 – Modo de viajar dos turistas do Litoral Paranaense - 2006.....	50
Gráfico 8 – Visitas aos destinos turísticos – 2006	50
Gráfico 9 - Retorno aos destinos turísticos dos turistas do litoral paranaense - 2006	51
Gráfico 10 - Prioridade de investimentos pessoais dos turistas de Curitiba - 2009	52
Gráfico 11 - Tempo de planejamento de viagem dos turistas de Curitiba ao litoral paranaense – 2009	52
Gráfico 12 - Canais de informações utilizados pelos visitantes do litoral paranaense – 2006.....	53
Gráfico 13 - Composição dos gastos (R\$) diários dos visitantes do litoral paranaense – 2006.....	54
Gráfico 14 – Roteiros preferidos – média ponderada	67
Gráfico 15 - Atrativos Turísticos por Segmento	68
Gráfico 16 - Segmentos por roteiros	69

Gráfico 17 - Remuneração média mensal do pessoal ocupado nas empresas pertencentes às Atividades Características do Turismo no Litoral/PR – 2008.....	87
Gráfico 18 - Porcentagem de pessoal registrado nas empresas pertencentes às atividades características do turismo, por setores de serviços no Litoral/PR–2008.....	88
Gráfico 19 – Fluxo de hóspedes e pernoites - 2006	89
Gráfico 20 – Balneabilidade nos municípios do litoral paranaense – 2006 a 2010	167
Gráfico 21 – Valoração ponderada do turismo cultural.....	189
Gráfico 22 – Valoração ponderada do ecoturismo.....	190
Gráfico 23 – Valoração ponderada Lazer, Sol e Praia	191
Gráfico 24 - Avaliação do impacto do conjunto das ações.	293
Gráfico 25 - Impactos Positivos das Ações.....	294
Gráfico 26 - Impacto Negativo das Ações.....	294

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tempo de permanência médio, gasto per capita diário, tipo de hospedagem, meio de transporte e modo de viajar no Brasil, na região sul e no litoral paranaense - 2010.....	48
Quadro 2 - Hierarquização dos atrativos Litoral do Paranaense	70
Quadro 3 - Resumo das Instâncias de Governança Municipais.....	152
Quadro 4 - Outras instituições vinculadas ao turismo no Litoral Paranaense	153
Quadro 5 - Incentivos e investimentos nos meios de hospedagem e Alimentação - 2010	158
Quadro 6 – Unidades de Conservação do Litoral do Paraná	170
Quadro 7 – Zonas de proteção	173
Quadro 8 – Eixo Potencial 1: Redes do Litoral.....	181
Quadro 9 - Eixo Potencial 2: Caminhos da História.....	183
Quadro 10 - Eixo Potencial 3: Baía Caiçara.....	185
Quadro 11 - Eixo Potencial 4: Serra do Mar	187
Quadro 12 – Valoração ponderada por Linha de Produtos	192
Quadro 13 - Relação das temáticas componentes e estratégias	197
Quadro 14 – Dimensionamento do investimento total – PDITS – LP	265
Quadro 15 – Cronograma de ações a serem financiadas pelo PRODETUR	271
Quadro 16 - Cronograma das ações a serem financiadas pelo PRODETUR.....	290
Quadro 17 - Variáveis para avaliação de impactos ambientais do PDITS-LP.	291
Quadro 18 - Pontuação das variáveis componentes do índice quantitativo de análise.	292
Quadro 19 - Avaliação de Impactos – PDITS-LP.....	297
Quadro 20 - Linha Base	303

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente nos municípios do Litoral Paranaense – 1991/2007	27
Tabela 2 – Taxas de crescimento entre censos e contagens populacionais no Litoral Paranaense – 1991-2007	27
Tabela 3 – Índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do litoral paranaense – 1991/2000.....	28
Tabela 4 – Índice de Gini dos municípios do Litoral Paranaense – 1991/2001.....	28
Tabela 5 – Indicadores de pobreza e desigualdade nos municípios do Litoral Paranaense - 2003	29
Tabela 6 – PIB <i>per capita</i> (R\$) dos municípios do Litoral Paranaense – 2002 - 2007	29
Tabela 7 - Rendimento médio (R\$) nos municípios do Litoral Paranaense – 2003-2008	30
Tabela 8 - Valor adicionado bruto a preços básicos (VAB - PB) – 2002/2007	30
Tabela 9 - Taxa de urbanização dos municípios do Litoral Paranaense - 1991/2000.....	31
Tabela 10 - Domicílios totais e urbanos nos municípios do Litoral Paranaense - 1991/2007	32
Tabela 11 - Necessidades habitacionais nos municípios do Litoral Paranaense – 2008	32
Tabela 12 - Déficit habitacional e inadequação por infraestrutura dos municípios do Litoral Paranaense - 2000	33
Tabela 13 - Procedência dos turistas	35
Tabela 14 - Distância de Curitiba aos municípios do litoral	38
Tabela 15 - Movimento no Terminal Rodoviário de Curitiba	39
Tabela 16 - Movimento nos terminais ferroviários	39
Tabela 17 - Movimento nos terminais marítimos para Ilha do Mel	39
Tabela 18 - Projeção e volume atual de turistas por procedência no Litoral Paranaense – 1997-2010/2015/2020	45
Tabela 19 - Atividades mais praticadas por turistas na região Sul - 2009	54
Tabela 20 - Avaliação da qualidade da oferta turística pelo visitante do Litoral Paranaense (%) – 2004	55
Tabela 21 – Projeção de turistas por procedência no Litoral/PR – 2007/2020	60
Tabela 22 - Principais motivações de viagem e atividades pretendidas durante a viagem - 2009	60
Tabela 23 – Fatores que dificultam a venda do produto turístico - 2006	61
Tabela 24 - Gasto médio estimado com a viagem - 2009	61
Tabela 25 – Modos de Viajar - 2009	62
Tabela 26 – Permanência Média - 2009	62
Tabela 27 – Época de realização da viagem, - 2009	62
Tabela 28 – Meios de hospedagem - 2009	62
Tabela 29 – Meios de transporte - 2009	63
Tabela 30 - Elementos que influenciam na decisão de compra de uma viagem - 2009	63
Tabela 31 - Expectativas positivas em relação aos aspectos da viagem - 2009	64
Tabela 32 – Canais de informações mais utilizados	65
Tabela 33 – Tempo de planejamento da viagem - 2009	65
Tabela 34 – Forma de negociação da compra da viagem – 2009	65
Tabela 35 – Avaliação do Litoral Paranaense – 2006	66

Tabela 36 - Emprego e Remuneração das Atividades Características do Turismo, Litoral - 2006-2008	86
Tabela 37 – Oferta de equipamentos turísticos – 2010	88
Tabela 38 - Capacidade de atendimento serviços de alimentação, 2010	90
Tabela 39 - Veículos Registrados Segundo Tipo - 2008	101
Tabela 40 – Movimento no Terminal Rodoviário de Curitiba com destino ao Litoral	101
Tabela 41 – Embarque de passageiros nas rodoviárias, segundo municípios do Litoral Paranaense, Paraná – 2007-2009.....	103
Tabela 42 – Movimento de passageiros nos terminais ferroviários 2001-2009	105
Tabela 43 – Principais destinos em voos nacionais diretos a partir do aeroporto internacional Afonso Pena	106
Tabela 44 – Principais destinos em voos regionais diretos a partir do aeroporto internacional Afonso Pena	106
Tabela 45 – Movimento de passageiros nos terminais marítimos para a Ilha do Mel.....	108
Tabela 46 – Abastecimento de Água 2000 - 2009.....	111
Tabela 47 – Consumo de Água tratada: volume faturado – 2004-2009	111
Tabela 48 – Sistema de Abastecimento de Água – 2010	112
Tabela 49 – Abastecimento de Água segundo a categoria – 2008/2009	112
Tabela 50 – Esgotamento Sanitário – 2000/2009.....	113
Tabela 51 – Coleta de esgoto segundo a categoria – 2008/2009	114
Tabela 52 – Sistema de limpeza urbana - 2010	115
Tabela 53 – Relatório geral de atendimento e serviços do Corpo de Bombeiros no conjunto dos municípios - 2009	119
Tabela 54 – Atendimento e serviços de praia no Litoral Paranaense/Operação Verão – 2009/2010	120
Tabela 55 – Acidentes de Trânsito - 2008	121
Tabela 56 – Estatística criminal de segurança pública do Estado do Paraná - 2009.....	121

LISTA DE SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABALINE	Associação de Barqueiros do Litoral Norte do Paraná
ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACT	Atividades Características do Turismo
ADETUR	Agência de Desenvolvimento Turístico
AMLIPA	Associação dos Municípios do Litoral do Paraná
APA	Área de Proteção Ambiental
ATERFI	Administradora de Terminais Rodoviários de Foz do Iguaçu
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCTT	Companhia de Engenharia de Transporte e Trânsito
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODRAP	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense.
COLIT	Conselho do Litoral do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Eletricidade
COSAPAR	Companhia de Saneamento e Águas de Paranaguá
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN	Diretoria de Trânsito
DNOS	Departamento Nacional de Obras contra Seca
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMDHEPAR	Empresa de Desenvolvimento e Habitação de Paranaguá
FAFIPAR	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
FAUEPG	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa
FUMCUL	Fundação Municipal de Cultura
FUMTUR	Fundação Municipal de Turismo
FUNDESPORTES	Fundação Municipal de Esporte
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPR	Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá

IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISULPAR	Instituto Superior do Litoral do Paraná
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
ITEPAR	Instituto de Tecnologia de Paranaguá
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR	Ministério do Turismo
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDITS-LP	Plano de Desenvolvimento Integrado do Litoral Paranaense
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRDE	Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAMAE	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SESC	Serviço Social do Comércio
SETR	Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná
SETRAN	Secretaria de Transportes do Município de Curitiba
SETU	Secretaria de Estado do Turismo do Paraná
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
SUDERHSA	Instituto das Águas do Paraná
SUS	Sistema Único de Saúde
UC	Unidade de Conservação
URBS	Urbanização de Curitiba S.A
VAB – PB	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos

RESUMO EXECUTIVO

O presente documento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Litoral Paranaense – LP (PDITS-LP) fundamenta-se no Termo de Referência – TR, do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo Nacional – PRODETUR Nacional, criado pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Turismo – MTUR em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O PDITS-LP teve início com a justificativa da seleção da área turística, composta pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Esses municípios apresentam alto grau de integração, o que lhes confere uma identidade específica em relação a outras regiões do Estado e exige a articulação das ações voltadas para o desenvolvimento turístico.

A atividade turística diversificada desenvolvida na região ainda se encontra em processo de reconhecimento. Apesar da sazonalidade verificada atualmente, pelo forte impacto do turismo de sol e praia, o Litoral Paranaense apresenta uma diversidade de atrativos permitindo o desenvolvimento do turismo de forma perene. A região necessita de incremento no posicionamento de mercado para aumentar a capacidade de agregar valor, dinamizando a economia regional e promovendo a qualidade de vida com o desenvolvimento do turismo.

O turismo de sol e praia, o ecoturismo e o turismo cultural são os principais segmentos turísticos que apresentam uma estruturação de produto no Litoral Paranaense. O ecoturismo e o turismo cultural são segmentos relevantes no atual contexto de mercado, tendo em vista que, atualmente, há uma procura crescente por destinos sustentáveis e naturalmente preservados, onde seja possível a prática de atividades de lazer. Outras linhas de produto como, por exemplo, o turismo de aventura, de pesca e náutico apresenta um desenvolvimento incipiente que, a partir de sua estruturação, potencializa o desenvolvimento do turismo com o aumento do fluxo e permanência dos visitantes. Nesse contexto, as características físicas do litoral do Paraná vêm atraindo investidores e pesquisadores nacionais e internacionais.

As principais potencialidades para o turismo ligado ao ambiente natural no Litoral Paranaense são: a cadeia de montanhas da Serra do Mar, que divide a planície litorânea do 1.º planalto; a presença de um dos últimos remanescentes no Brasil da Floresta Atlântica; as baías de Paranaguá e Guaratuba, que, reconhecidas internacionalmente pela diversidade de fauna e flora como Reservas da Biosfera, configuram-se como berçário para diversas espécies.

Além disso, a riqueza cultural das tradições, mitos, crenças e hábitos dos moradores da região, juntamente com a arquitetura diferenciada, produzem um cenário convidativo para a visitação.

Em síntese, o diagnóstico identificou as seguintes potencialidades para o desenvolvimento turístico na região:

1. relevância histórico-cultural da região;
2. presença de sítios arqueológicos pré-coloniais com potencial de aproveitamento para composição do produto turístico;
3. combinação de elementos naturais determina a alta valoração da paisagem e de seus atrativos e ressalta sua originalidade no mercado turístico local e regional;
4. proximidade com centros urbanos facilita acessibilidade;
5. oferta de produtos alimentícios locais, tanto nos restaurantes e nas feiras, como em pequenos comércios de produtos da agricultura familiar.

Em relação aos entraves para o desenvolvimento turístico no litoral paranaense, foram identificados as seguintes questões:

1. ausência de ação pública que integre a história da ocupação da região, sendo que alguns bens culturais imateriais estão degradados e não são promovidos turisticamente;
2. fragilidade do setor de hospedagem no que diz respeito à atração de novos investimentos e à manutenção e fortalecimento dos já existentes;
3. concentração de serviços turísticos nos municípios de Guaratuba, Morretes e Paranaguá, com baixa integração entre os estabelecimentos e alta sazonalidade (alta temporada);
4. carência de mão de obra qualificada;
5. carência de material promocional que trabalhe de forma integrada as informações turísticas da região, com baixa divulgação da região fora do Brasil.

A partir da caracterização da área e suas condicionantes, foi definido como **objetivo geral** do PDITS-LP: *Consolidar e integrar o produto turístico regional nos segmentos-meta de cultural, ecoturismo e turismo de sol e praia por meio da qualificação do produto dentro de padrões de sustentabilidade, visando a qualidade da experiência turística e a ampliação da participação econômica da atividade no pólo.*

Os **objetivos específicos** obedeceram a uma classificação temporal, caracterizando-se como:

Curto prazo:

- fortalecer a gestão regional do turismo;
- promover a qualificação dos serviços e atrativos turísticos;
- promover os segmentos-meta, principalmente de ecoturismo e turismo cultural.

Médio prazo:

- desenvolver produtos turísticos integrados, diversificados, competitivos e concebidos com base na sustentabilidade local;
- adequar a acessibilidade da região;
- instrumentalizar o poder público e os agentes sociais para o planejamento e gestão do turismo.

Longo prazo:

- fortalecer o posicionamento de mercado do turismo do Litoral do Paraná;
- ampliar e requalificar a infraestrutura e serviços básicos das áreas urbanas e rurais.

Após a definição dos objetivos do PDITS-LP e, considerando-se as potencialidades e entraves identificados no diagnóstico, tratou-se do estabelecimento das **estratégias** para o desenvolvimento turístico da região.

Para a definição das estratégias adotou-se como referência a metodologia SWOT, que, em linhas gerais, consiste em: (i) identificar as principais variáveis de cada condicionante; (ii) cruzar as variáveis numa matriz; e (iii) formular as estratégias a partir dos resultados do cruzamento das variáveis.

Tendo como referência os componentes definidos pelo Regulamento Operacional do Programa PRODETUR Nacional, as estratégias foram assim definidas:

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

ESTRATÉGIA: Desenvolver produtos turísticos integrados, diversificados, competitivos e concebidos com base na sustentabilidade local, visando à expansão da demanda turística e a maximização do potencial da oferta turística da região.

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

ESTRATÉGIA: fortalecer, no âmbito nacional e internacional, o posicionamento de mercado do turismo do Litoral Paranaense, por meio de ações estratégicas e integradas de marketing, visando o aumento da participação da região no mercado turístico e o aumento de receitas oriundas das atividades turísticas.

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

ESTRATÉGIA: fortalecer a gestão regional do turismo por meio do desenvolvimento e implementação de processos de gestão e planejamento integrados e participativos, visando, com isso, a institucionalização de práticas administrativas eficientes e o comprometimento efetivo dos diversos atores responsáveis pelo planejamento e gestão da atividade.

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

ESTRATÉGIA: ampliar e requalificar a infraestrutura e serviços básicos das áreas urbanas e rurais, para o atendimento da demanda da atividade turística e o bem-estar da população local.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

ESTRATÉGIA: instrumentalizar o poder público e os agentes sociais para o planejamento e gestão dos bens socioambientais, com previsão e avaliação de possíveis impactos e estratégias de valorização da diversidade natural e cultural.

Após a definição das estratégias, foi estabelecido um Plano de Ação, contendo todas as ações necessárias para a implementação do PDITS-LP, com seus respectivos custos. O quadro a seguir apresenta uma síntese das ações estabelecidas para o PDITS-LP.

COD	AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO – R\$
	COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
1.1	Implantação de Vitrines do Litoral	Paranaguá, Morretes, Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina	600.000,00
1.2	Implantação de Postos de Informações Turísticas Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui	Paranaguá e Guaraqueçaba	431.372,00
1.3	Implantação de projeto de Paisagismo na Ponta de Morretes	Guaraqueçaba	85.992,00
1.4	Elaboração de Plano de Sinalização Turística	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	120.000,00
1.5	Execução de Obras de Infraestrutura para o Desenvolvimento do Turismo no Município de Morretes	Morretes	9.426.230,49
1.6	Implantação de Infraestrutura de Visitação no Morro do Quitumbê	Guaraqueçaba	72.760,00
1.7	Revitalização da Estrutura do Mercado do Pescador	Matinhos	209.840,00
1.8	Implantação de Sinalização Turística dos Parques do Rio da Onça, do Pau Oco, do Pico do Marumbi e nas Estradas da Prainha, da Graciosa e da Anhaia	Matinhos e Morretes	297.365,00

1.9	Implantação de Sinalização turística	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	950.000,00
1.10	Elaboração e Implantação de Projeto de Requalificação da Beira Mar nos Municípios de Pontal do Paraná e Matinhos	Matinhos, e Pontal do Paraná	9.000.000,00
1.11	Criação Estrutura de Visitação e Educação no Sambaqui do Guaraguaçu	Pontal do Paraná	775.910,00
1.12	Criação de Centro Cultural do Pescador em Matinhos	Matinhos	254.450,00
1.13	Implantação de Projeto de Requalificação da Paisagem nos Centros Históricos	Antonina, Morretes, Paranaguá	6.585.779,00
1.14	Elaboração de Plano de uso Turístico do Caminho do Itupava	Morretes	380.000,00
1.15	Criação do Evento Esportivo Anual	Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná	450.000,00
1.16	Criação de Museu Caiçara	Pontal do Paraná	1.549.846,00
1.17	Criação de Museu da História do Litoral	Antonina	380.000,00
1.18	Realização de Visitas Técnicas para Disseminar Boas Práticas do Turismo	Todos	81.200,00
1.19	Elaboração de Plano de Qualificação Urbana e Ambiental do Rio Boguaçu até IATE Clube Guaratuba	Guaratuba	180.000,00
1.20	Construção de Passarela com Mirante no Morro do Boi	Matinhos	65.646,00
1.21	Qualificação da trilha Ilha do Mel	Paranaguá	57.500,00
1.22	Elaboração e Implantação do Plano Museológico e Projeto Expográfico do Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE da UFPR	Paranaguá	340.000,00
COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
2.1	Criação de Vídeo de Divulgação e Promoção da Cultura Caiçara	Guaraqueçaba	170.000,00
2.2	Elaboração e Implantação de Plano de Marketing Turístico	Todos	566.048,00
2.3	Elaboração e Execução de Plano de Endomarketing Regional	Todos	650.000,00
COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
3.1	Criação de Sistema Regional de Gestão e Monitoramento do Turismo	Todos	240.000,00
3.2	Elaboração de Plano de Fortalecimento da Gestão do Turismo	Todos	700.000,00
3.3	Qualificação e Capacitação de Servidores e Membros das Estruturas Públicas do Turismo	Todos	294.000,00
3.4	Qualificação e Capacitação Profissional dos Serviços Turísticos	Todos	86.750,00
3.5	Fortalecimento das Instâncias de Governança	Todos	240.000,00
COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			

4.1	Implantação de Área de Estacionamento para Ônibus de Excursão	Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	1.168.000,00
4.2	Implementação de Ciclovia e Espaço para Pedestres na BR 277 e na PR 408	Antonina, Morretes e Paranaguá	2.065.000,00
4.3	Elaboração de projeto para implantação de um Terminal Turístico de Passageiros em Paranaguá	Paranaguá	800.000,00
4.4	Construção da Base Náutica Pública em Guaratuba	Guaratuba	700.150,00
4.5	Implantação de Trapiche Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza	Paranaguá e Guaraqueçaba	1.500.000,00
4.6	Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Paranaguá	445.000,00
4.7	Ampliação e Gerenciamento de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Domésticos das Ilhas	Guaraqueçaba e Paranaguá	215.300,00
4.8	Implantação da Rota Cicloviária Pontal do Paraná/ Matinhos/ Guaratuba	Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná	3.156.678,00
4.9	Implantação de Transporte Turístico Aquaviário	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	2.230.316,00
4.10	Readequação das Instalações do Terminal de Pontal do Paraná	Pontal do Paraná	407.177,00
4.11	Implantação e Ampliação de Sistema de Coleta e Tratamento do Esgoto Sanitário	Todos	185.744.952,00
4.12	Pavimentação da PR 405	Antonina e Guaraqueçaba	43.458.403,00
4.13	Requalificação da Praça Feira Mar	Antonina	920.949,00
4.14	Implantação de Transporte Turístico Rodoviário Regular	Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	1.135.158,00
4.15	Implantação de Ponte Pênsil no Rio dos macacos	Morretes	15.800,00
4.16	Implantação de Cancelas com Sinalização de Passagem de Nível nos Cruzamentos da Linha Férrea	Paranaguá	400.000,00
4.17	Execução de obra para reurbanização do aterro do mercado municipal	Paranaguá	1.650.000,00
	COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL		
5.1	Construção de infraestrutura para visitação nas áreas de Restingas e mangues	Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, Pontal do Paraná	43.200,00
5.2	Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Nhundiaquara	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá	750.000,00
5.3	Criação de Mecanismos de Redução de Impactos Ambientais nas Trilhas do Litoral	Todos	266.000,00

5.4	Elaboração de Estudos de Capacidade de carga e Sistema de Fluxo de visitação para as ilhas e áreas Ambientalmente Frágeis	Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, Pontal do Paraná	405.000,00
5.5	Elaboração de Plano de Manejo nas Unidades de Conservação do Litoral	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	880.000,00
5.6	Realização de Levantamento Cartográfico Ecológico	Todos	150.000,00
5.7	Elaboração de Material Informativo sobre Ecossistemas Litorâneos	Todos	158.200,00
5.8	Construção de Centro de Visitação no Parque Estadual do Pau Oco	Morretes	240.000,00
5.9	Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Litoral do Paraná	Todos	165.000,00
VALOR TOTAL			284.310.971,49

Na sequência, procedeu-se à avaliação preliminar dos impactos socioambientais resultantes das ações e/ou projetos propostos no Plano de Ação. Para tal avaliação, foram considerados os impactos das propostas do PDITS-LP e o atingimento da sustentabilidade.

A avaliação indicou que os impactos ambientais positivos mais relevantes, decorrentes das ações do PDITS-LP, seriam: (i) implantação de estruturas/sistema de gestão que teriam como função controlar que impactos, atualmente correntes, continuassem a acontecer; (ii) ações de educação ambiental; e (iii) organização do espaço para a visitação.

Em relação aos impactos negativos sob o ponto de vista ambiental, o principal consiste no risco de superação da capacidade de suporte, decorrente da intensificação do uso sem controle pela demanda turística. Esse efeito negativo seria resultado do incentivo à visitação dos atrativos, caso não sejam adotadas as medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensá-lo.

Como resultado geral, a avaliação indicou que a efetivação do conjunto de ações, com as referidas medidas para evitar, mitigar e compensar os impactos negativos e potencializar os positivos, deverá trazer à região a melhoria das condições de vida da população, o bem estar dos visitantes e também o avanço das condições de proteção e valorização ambiental, levando, com isso, ao atingimento da sustentabilidade, pretendida pelo PDITS-LP.

A última etapa do Plano consistiu na **definição de mecanismos de acompanhamento e avaliação**, com estabelecimento de atribuições dos responsáveis pela implementação do PDITS-LP, identificados como: Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado do Turismo – SETU, Conselhos Municipais do Turismo e Agência de Desenvolvimento do Turismo – ADETUR.

Ainda nesta etapa final foram apresentadas as metas/linhas de base, definidas a partir dos dados de oferta e demanda disponíveis. A partir desta linha de base, as ações do PDITS-LP poderão ser acompanhadas e monitoradas.

Como complementação deste documento, o capítulo final apresenta material descritivo e comprobatório das oficinas participativas realizadas durante o processo de elaboração do PDITS-LP.

APRESENTAÇÃO

O setor de turismo no Brasil vem enfrentando, atualmente, o desafio de dar continuidade às conquistas obtidas nas últimas décadas e de avançar no desenvolvimento de ações voltadas ao planejamento turístico, para que se possa viabilizar um crescimento contínuo e sustentável, através de uma gestão compartilhada entre os diversos setores envolvidos. Essa orientação está alinhada com a política do Ministério do Turismo de promover um desenvolvimento que seja democrático, participativo, descentralizado e conduzido por estratégias competitivas estruturadas.

O presente documento consiste do PDITS-LP, e fundamenta-se no TR¹ do PRODETUR Nacional, criado pelo Governo Federal no âmbito do MTUR em parceria com o BID.

A área turística objeto do presente plano é composta pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Sendo que a mesma compõe um dos três destinos do estado do Paraná considerados indutores do desenvolvimento regional. Esses municípios apresentam alto grau de integração, o que lhes confere uma identidade específica em relação a outras regiões do Estado e exige a articulação das ações voltadas para o desenvolvimento turístico.

A atividade turística diversificada desenvolvida na região ainda se encontra em processo de reconhecimento. Apesar da sazonalidade verificada atualmente, pelo forte impacto do turismo de sol e praia, o litoral paranaense apresenta uma diversidade de atrativos permitindo o desenvolvimento do turismo de forma perene. A região necessita de incremento no posicionamento de mercado para aumentar a capacidade de agregar valor, dinamizando a economia regional e promovendo a qualidade de vida com o desenvolvimento do turismo.

Este documento contém todos os conteúdos e resultados das discussões desenvolvidas no processo de elaboração do Plano, apresentando o resultado analítico e propositivo dos trabalhos, desenvolvidos no sentido de identificar os limites e potencialidades para o desenvolvimento do turismo no Litoral Paranaense.

Na **Parte I** é apresentada a justificativa da seleção da área turística, recorrendo-se sobre características físicas e sócio-econômicas do Litoral Paranaense.

A **Parte II** são explicitados os objetivos do PDITS-LP.

Na **Parte III** é apresentado um diagnóstico da área, tratando-se dos principais elementos potencializadores ao desenvolvimento do turismo, bem como os entraves identificados.

Na **Parte IV** são apresentadas as estratégias para o desenvolvimento turístico, relacionando-as com os objetivos do plano e aos elementos apresentados no diagnóstico.

Na **Parte V**, o Plano de Ação, estão apresentadas cada uma das ações necessárias para a implementação do PDITS-LP.

A **Parte VI** trata dos mecanismos previstos para acompanhamento e avaliação do plano.

E, finalmente, a **Parte VII** apresenta a documentação referente à participação pública no processo de elaboração do PDITS-LP.

A metodologia desenvolvida para a elaboração do PDITS, aqui entendida como o conjunto dos fundamentos teóricos, das técnicas e dos métodos empregados no desenvolvimento das atividades listadas nos próximos itens, considerou os seguintes princípios adotados pelo PRODETUR.

¹ Governo do Estado Paraná, Secretaria de Estado do Turismo - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Paraná - PRODETUR NACIONAL/PR. Termo de Referência - *Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS da Região do Litoral Paranaense*. Curitiba, 2008.

Planejamento estratégico voltado ao mercado turístico: definição de produtos e mercados para concentração de esforços, identificando-se os pontos fracos e fortes, as oportunidades e as ameaças e analisando-se as medidas necessárias para a correção de rumo e a busca por maior competitividade; os investimentos devem consolidar a posição da área turística no mercado turístico, atendendo aos requerimentos dos segmentos de demanda meta e levando em conta a necessidade de diferenciação de destinos competidores.

Desenvolvimento sustentável: atendimento aos turistas e benefícios dos residentes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, mediante a geração de emprego e renda e a proteção dos recursos naturais e culturais; provisão de infraestrutura e melhoria dos espaços urbanos disponíveis e utilizáveis; prevenção e controle dos impactos estratégicos (oportunidades e riscos ambientais) decorrentes do desenvolvimento turístico.

Planejamento participativo: com representantes dos setores público e privado, que intervenham ou possam ser afetados pelo turismo, incluindo as organizações sociais.

Planejamento integrado: definição das ações necessárias para melhorar a competitividade da área como destino turístico em um único plano, independentemente dos responsáveis pela execução dessas ações e das fontes de financiamento.

1. PARTE I – JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

1.1. LOCALIZAÇÃO

A Área Turística do Litoral Paranaense está localizada a uma distância de aproximadamente 100km da Região Metropolitana de Curitiba, mantendo forte vinculação com a capital do estado. A área é composta pelos municípios de Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, apresentando uma dimensão de 6.057 km² (IPARDES), o que corresponde a cerca de 3% do território paranaense. Limita-se ao norte com o Estado de São Paulo, ao sul com o Estado de Santa Catarina, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com a Serra do Mar, conforme indicado na figura abaixo.

Figura 1 – Localização do Polo



Fonte: IPARDES, Base de Dados do Estado, 2010.

A região do Litoral Paranaense configura-se pela diversidade de elementos culturais e naturais, que evidenciam seu potencial turístico e a caracterizam como pólo indutor do desenvolvimento turístico estadual.

A proximidade da Área Turística com a Capital caracteriza-se, também, como uma vantagem competitiva determinante para a configuração da demanda. Tal cenário refere-se tanto para a atração dos moradores da capital, quanto os que a visitam. Curitiba

destaca-se no contexto da região sul pelo turismo de eventos atraindo pelas facilidades de conectividade, infraestrutura e profissionalismo dos serviços turísticos.

Nesse contexto, faz-se necessária a análise que justifica a seleção do litoral paranaense como um dos pólos indutores do Estado, considerando neste contexto os aspectos relevantes que aportam à política nacional de turismo, a qual se destaca a regionalização como conceito fundamental do modelo de planejamento estratégico adotado para promover o turismo de forma perene.

1.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS DO LITORAL PARANAENSE

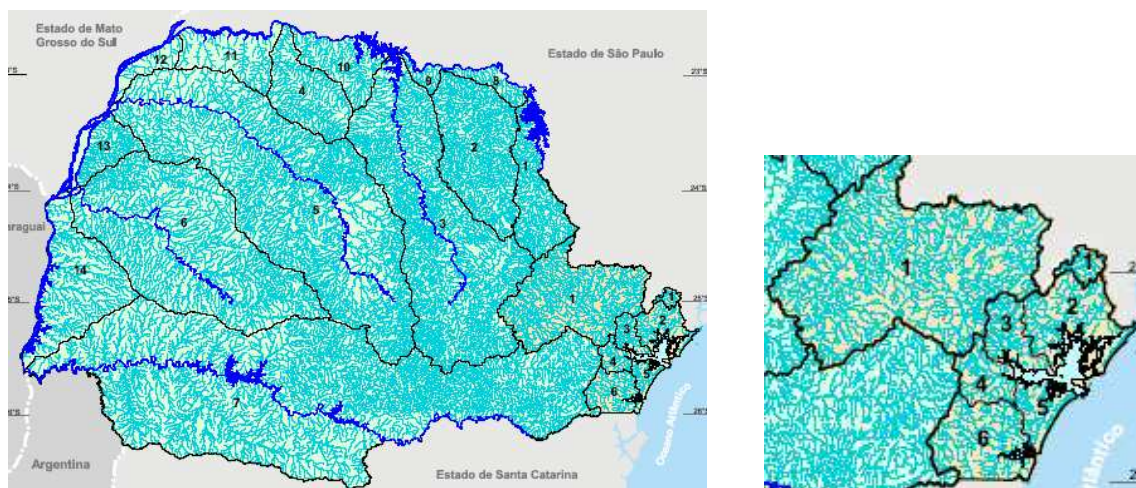
O Litoral Paranaense apresenta diferenciações topográficas, climáticas e geomorfológicas, que imprimem peculiaridades ao território, expressas na elevada diversidade de ecossistemas aí presentes.

A precipitação média anual da região é de 2100mm, de acordo com dados obtidos na estação meteorológica de Guaratuba. A menor concentração de chuvas verifica-se nos períodos de maio a agosto, sendo que, no verão, a precipitação é mais regular e intensa, podendo atingir valores superiores a 800mm. (BIGARELLA, 1978).

O sistema hidrográfico da bacia atlântica é composto pelas bacias do rio Ribeira, da baía das Laranjeiras, da baía de Antonina, do rio Nhundiaquara, da baía de Paranaguá e da baía de Guaratuba. Corresponde a aproximadamente 7,3% (14.700km²) da área total do Estado (Figura 2).

A bacia hidrográfica de Guaratuba, com 1393km², é um dos sistemas mais importantes do litoral, com rios que nascem nas serras dos Castelhanos, da Prata, da Igreja, Araraquara e na planície (rios de menor magnitude como o do Pontal, Taquaraçu, do Meio, Vitória e Claro). As serras da Igreja, Canavieiras e da Prata constituem um divisor de águas com drenagem para as baías de Paranaguá e Guaratuba, originando a maioria dos afluentes do rio Cubatãozinho (Canavieiras, Furta Maré, Rasgado, Henrique, Guarajura, Alegre e das Onças).

Figura 2 – Bacia Hidrográfica do Atlântico



Fonte: IPARDES, Base de Dados do Estado, 2010.

Nota específica: os números indicados no mapa referem-se à:

1 – Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira	2 – Bacia Hidrográfica da Baía das Laranjeiras
3 – Bacia Hidrográfica da Baía de Antonina	4 – Bacia Hidrográfica do Rio Nhundiaquara
5 – Bacia Hidrográfica da Baía de Paranaguá	6 – Bacia Hidrográfica da Baía de Guaratuba

1.3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1.3.1. Dinâmica da população residente

De modo geral, pode-se afirmar que a população residente no Litoral Paranaense vem crescendo, em termos absolutos, nos últimos 16 anos – período de 1991 a 2007 (Tabela 1 e Tabela 2). Levando-se em consideração os dados censitários, pode-se generalizar que o incremento populacional deve-se a um aumento substancial da população urbana. Entre todos os municípios, destacam-se os incrementos da população urbana de Guaratuba e Matinhos, territórios que também apresentam as maiores taxas de crescimento da população total no período de 16 anos. Deve ser registrado, entretanto, o fato de que a contagem populacional de 2007 aponta para um decréscimo absoluto da população nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Matinhos.

Tabela 1 – População residente nos municípios do Litoral Paranaense – 1991 / 2007

Município	ANO							
	1991			1996	2000			2007
	PT(1)	PU(2)	PR(3)	PT(1)	PT(1)	PU(2)	PR(3)	PT(1)
Antonina	17.070	14.018	3.052	18.402	19.174	15.837	3.337	17.581
Guaraqueçaba	7.762	1.742	6.020	8.035	8.288	2.582	5.706	7.732
Guaratuba	17.998	14.019	3.979	31.635	27.257	23.156	4.101	30.793
Matinhos	11.325	10.866	459	18.721	24.184	24.000	184	23.357
Morretes	13.135	6.194	6.941	15.020	15.275	7.153	8.122	16.198
Paranaguá	107.675	94.689	12.986	115.406	127.339	122.347	4.992	133.559
Pontal do Paraná	*	*	*	9.514	14.323	14.149	174	16.625
Região do Litoral	174.965	141.528	33.437	216.733	235.840	209.224	26.616	245.845

Fonte: IBGE, Censo 1991 e 2000, Contagem Populacional 1996 e 2007.

(1) População Total; (2) População Urbana; (3) População Rural.

* : Não foram apresentados dados de Pontal do Paraná para o ano de 1991, pois o município foi emancipado em 1996 e até 1995 ainda era considerado balneário de Paranaguá.

Tabela 2– Taxas de crescimento entre censos e contagens populacionais no Litoral Paranaense – 1991 - 2007

Município	1991 – 2000 [09 anos]		1991 – 2007 [16 anos]
	PT (%) (1)	PU (%) (2)	PT (%) (1)
Antonina	+ 12,32	+ 12,97	+ 2,99
Guaraqueçaba	+ 6,77	+ 48,22	- 0,01
Guaratuba	+ 51,44	+ 65,17	+ 71,09
Matinhos	+ 113,54	+ 120,87	+ 106,24
Morretes	+ 16,29	+ 15,48	+ 23,31
Paranaguá	+18,26	+ 29,20	+ 24,03
Pontal do Paraná	*	*	*
Região do Litoral	+ 34,79	+ 47,83	+ 40,51

Fonte: IBGE, Censo 1991 e 2000 e Contagem Populacional 1996 e 2007.

Nota específica: (*) Não foram apresentados dados de Pontal do Paraná para o ano de 1991, pois o município foi emancipado em 1996 e até 1995 ainda era considerado balneário de Paranaguá.

Nota específica: (1)População Total; (2)População Urbana.

1.3.2. Indicadores sociais (índice de desenvolvimento humano; índice de GINI, taxa de pobreza)

Pelo parâmetro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, todos os municípios do Litoral Paranaense possuíam, em 2000, um nível médio de desenvolvimento humano². Pelos dados de 1991, somente os municípios de Matinhos e Paranaguá possuíam índices superiores ao da esfera estadual; já em 2000, apenas Matinhos manteve-se acima do registro estadual, acompanhado por Pontal do Paraná. Destaca-se, assim, que os municípios de Paranaguá e Matinhos não acompanharam a evolução dos índices regionais, nem do estadual. Dentre todos os municípios, a situação de Guaraqueçaba se apresentava a mais vulnerável, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do litoral paranaense – 1991/2000

Município	1991	2000	1991 – 2000 (%)
Antonina	0,687	0,770	+ 12,08
Guaraqueçaba	0,584	0,659	+ 12,84
Guaratuba	0,678	0,764	+ 12,68
Matinhos	0,726	0,793	+ 9,22
Morretes	0,667	0,755	+ 13,19
Paranaguá	0,718	0,782	+ 8,91
Pontal do Paraná	0,670	0,788	+ 17,61
Estado do Paraná	0,711	0,787	+ 10,68

Fonte: PNDU. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000.

Em relação à desigualdade da distribuição de renda, aferida pelo índice de Gini, todos os municípios, e em ambos os momentos de análise, possuem indicadores em pior situação do que o Estado do Paraná, conforme indica a Tabela 4.

Tabela 4 - Índice de Gini dos municípios do Litoral Paranaense – 1991/2001

Território	1991	2000	Variação 1991 – 2001 (%)
Antonina	0,56	0,59	+ 5,35
Guaraqueçaba	0,49	0,56	+ 14,28
Guaratuba	0,57	0,60	+ 5,26
Matinhos	0,51	0,53	+ 3,92
Morretes	0,53	0,56	+ 5,66
Paranaguá	0,52	0,56	+ 7,69
Pontal do Paraná	0,49	0,57	+ 16,32
Estado do Paraná	0,597	0,607	+ 1,67

Fonte: IPARDES. Base de Dados do Estado, 2010.

Considerando os indicadores de pobreza produzidos pelo IBGE, a situação dos municípios do litoral paranaense também se mostra alarmante, sobretudo quando comparados aos indicadores estaduais. A vulnerabilidade social fica mais evidente para o município de Antonina, tanto pelo aspecto real como pela percepção de sua presença - pobreza subjetiva (Tabela 5). Esse aspecto o coloca entre os 1% dos municípios da Região Sul do Brasil que apresentam mais de 50% da população com incidência de

² De acordo com a classificação do PNUD, o IDH pode variar de 0 a 1. Entre 0 e 0,499 é considerado baixo; de 0,50 a 0,799 é considerado médio; de 0,80 a 0,899 é considerado elevado; e de 0,90 a 1 é considerado muito elevado (PNDU. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000).

pobreza (IBGE, 2003). Apenas o município de Morretes, por ínfima margem, não supera os índices estaduais.

Tabela 5 - Indicadores de pobreza e desigualdade nos municípios do Litoral Paranaense - 2003

Município	Incidência da Pobreza [%]	Incidência da Pobreza Subjetiva [%]
Antonina	50,22	30,18
Guaraqueçaba	46,47	26,61
Guaratuba	45,73	26,48
Matinhos	45,80	26,50
Morretes	38,70	21,78
Paranaguá	46,29	27,92
Pontal do Paraná	46,10	27,21
Estado do Paraná	39,07	25,47

Fonte: IBGE. Mapa de Pobreza e Desigualdade, 2003.

1.3.3. Indicadores econômicos (PIB *per capita*, rendimento médio)

Com exceção de Paranaguá, todos os municípios do litoral paranaense apresentam seu PIB *per capita* abaixo da média estadual, durante todo o período de análise, conforme demonstra a Tabela 6. Em comparação à evolução do PIB *per capita* estadual no período, registra-se que somente os municípios de Matinhos e Guaraqueçaba apresentaram taxas que ultrapassaram a média estadual. O município de Paranaguá, por sua vez, apresenta uma situação ímpar, com índices sempre superiores, tanto no cenário regional quanto no estadual.

Tabela 6 - PIB *per capita* (R\$) dos municípios do Litoral Paranaense – 2002 - 2007

Município	Ano (R\$)						Variação 2002 a 2007
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Antonina	6.640	7.032	7.940	8.742	8.850	11.451	72,45
Guaraqueçaba	3.120	3.723	3.962	4.473	4.153	5.790	85,57
Guaratuba	5.201	6.570	5.620	6.193	8.347	8.991	72,87
Matinhos	5.910	6.940	8.366	9.946	7.894	11.223	89,89
Morretes	3.397	4.316	4.292	4.751	5.179	5.679	67,17
Paranaguá	21.230	27.220	35.600	30.293	27.821	51.699	143,51
Pontal do Paraná	6.075	6.871	9.599	11.827	9.058	10.115	66,50
Paraná	8.945	10.935	12.080	12.344	13.152	15.711	75,64

Fonte: IPARDES. Base de Dados do Estado, 2010.

Novamente, com exceção de Paranaguá, todos os municípios apresentam rendimento médio abaixo dos níveis médios estaduais (Tabela 7). As três situações mais críticas apresentam-se nos municípios de Guaraqueçaba, Pontal do Paraná e Morretes, que não atingem a evolução da média estadual.

Tabela 7- Rendimento médio (R\$) nos municípios do Litoral Paranaense – 2003-2008

Município	Ano (R\$)						Variação - 2003 a 2008
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Antonina	570,56	618,39	735,88	757,64	864,69	878,96	+ 54,05
Guaraqueçaba	477,47	478,83	573,10	652,85	630,86	640,07	+ 34,05
Guaratuba	506,33	524,11	617,15	694,67	752,14	791,63	+ 56,34
Matinhos	510,70	562,38	644,29	683,61	750,23	795,08	+ 55,68
Morretes	450,31	501,49	563,45	633,51	686,04	719,43	+ 59,76
Paranaguá	944,12	1.081,60	1.167,76	1.189,60	1.231,46	1.298,92	+ 37,50
Pontal do Paraná	551,74	603,61	781,52	854,03	770,41	796,85	+ 44,42
Paraná	801,49	879,96	959,94	1.031,70	1.103,19	1.196,77	+ 49,31

Fonte: IPARDES. Base de Dados do Estado, 2010.

Diante dos dados apresentados, percebe-se a fragilidade econômica da região em relação ao Estado. Nesse sentido, a situação socioeconômica da população de Guaraqueçaba e Morretes é a mais grave da região, tanto em termos absolutos e relativos quanto no sentido da evolução no tempo. Somente o município de Paranaguá apresenta um quadro menos crítico, em razão, especialmente, da atividade portuária.

1.3.4. Perfil das atividades econômicas

A análise dos dados de valor adicionado bruto, conforme Tabela 8, indica que, no período analisado, a evolução da contribuição do município de Antonina foi a que menos cresceu, em números absolutos, na região. Ao mesmo tempo, somente o município de Paranaguá demonstrou maior capacidade de contribuição que a média estadual, sendo que Guaratuba seguiu de perto a evolução do Estado. Em geral, a contribuição do setor primário permanece estabilizada para todos os municípios; destaque para Guaraqueçaba, cuja distribuição é muito distinta tanto da região como do próprio estado. No setor secundário, o destaque é a importância da proporção alcançada no município de Antonina. Já para o setor terciário, no qual se inclui as atividades ligadas ao turismo, grande parte dos municípios da região possui índices superiores ao estadual (exceto Antonina e Guaraqueçaba). Os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, entretanto, concentram cerca de 2/3 ou mais da sua contribuição neste segmento.

Tabela 8 - Valor adicionado bruto a preços básicos (VAB - PB) – 2002/2007

Território	Valores	Anos		Variação (%)
		2002	2007	
Estado do Paraná	VAB - PB - Total (R\$1.000,00)	77.219.627	141.661.857	83,45
	VAB - PB - Agropecuária	10,65%	8,55%	-
	VAB - PB - Indústria	29,02%	27,68%	-
	VAB - PB - Serviços	60,33%	63,77%	-
Antonina	VAB - PB - Total (R\$1.000,00)	124.440	187.794	50,91
	VAB - PB - Agropecuária	3,67%	5,01%	-
	VAB - PB - Indústria	56,54%	48,82%	-
	VAB - PB - Serviços	39,79%	46,17%	-
Guaraqueçaba	VAB - PB - Total (R\$1.000,00)	25.491	43.655	71,29
	VAB - PB - Agropecuária	36,42%	40,07%	-
	VAB - PB - Indústria	7,69%	6,97%	-
	VAB - PB - Serviços	55,89%	52,96%	-
Guaratuba	VAB - PB - Total (R\$1.000,00)	142.130	261.439	83,94
	VAB - PB - Agropecuária	7,54%	9,54%	-

Território	Valores	Anos		Variação (%)
		2002	2007	
	VAB - PB - Indústria	14,35%	24,98%	-
	VAB - PB - Serviços	78,11%	65,48%	-
Matinhos	VAB - PB - Total (R\$1.000,00)	152.578	247.552	62,24
	VAB - PB - Agropecuária	1,91%	2,11%	-
	VAB - PB - Indústria	17,35%	23,42%	-
	VAB - PB - Serviços	80,74%	74,47%	-
Morretes	VAB - PB - Total (R\$1.000,00)	50.094	84.880	69,44
	VAB - PB - Agropecuária	16,31%	18,91%	-
	VAB - PB - Indústria	13,28%	14,41%	-
	VAB - PB - Serviços	70,41%	66,68%	-
Paranaguá	VAB - PB - Total (R\$1.000,00)	2.306.728	4.724.605	104,81
	VAB - PB - Agropecuária	-	-	-
	VAB - PB - Indústria	37,55%	32,00%	-
	VAB - PB - Serviços	62,45%	68,00%	-
Pontal do Paraná	VAB - PB - Total (R\$1.000,00)	90.441	156.493	73,03
	VAB - PB - Agropecuária	4,38%	4,52%	-
	VAB - PB - Indústria	12,42%	20,55%	-
	VAB - PB - Serviços	83,20%	74,93%	-

Fonte: IPARDES. Base de Dados do Estado, 2010

1.3.5. Indicadores urbanos (domicílios, taxa de urbanização, habitação)

Considerando o período entre 1991 e 2000, as taxas de urbanização do litoral do Paraná sempre se apresentaram maiores que as respectivas taxas estaduais (Tabela 9 e Tabela 10). Os municípios de Guaraqueçaba e Morretes foram os únicos que durante todo este intervalo tiveram sua população residindo majoritariamente no campo, ainda que o primeiro apresente a maior intensidade de crescimento da taxa de urbanização no período. Cabe ressaltar, por fim, que os municípios de Paranaguá e Guaratuba, além de sempre apresentarem taxas de urbanização superiores aos estaduais, apresentam uma intensidade de urbanização aproximada à regional e mais que o dobro da estadual. Os dados sobre a situação dos domicílios corroboram a análise; contudo, destaca-se a situação do município de Guaratuba, no qual a relação entre os domicílios urbanos e o total de domicílios produz um índice muito superior ao índice indicado pela taxa de urbanização.

Tabela 9- Taxa de urbanização dos municípios do Litoral Paranaense - 1991/2000

Território	1991	2000	1991 - 2000 (%)
Antonina	82.12	82.59	+ 5,72
Guaraqueçaba	22.44	31.15	+ 38,81
Guaratuba	77.89	84.95	+ 9,06
Matinhos	95.94	99.23	+ 3,42
Morretes	47.15	46.82	- 0,01
Paranaguá	87.93	96.07	+ 9,25
Pontal do Paraná	*	98.78	-
Região do Litoral	80.88	88.71	+ 9,68
Paraná	77.87	81.41	+ 4,54

Fonte: IBGE. Censo 1991 e 2000; IPARDES. Base de Dados do Estado, 2010.

* : Pertencia a Paranaguá até 1995.

Tabela 10- Domicílios totais e urbanos nos municípios do Litoral Paranaense - 1991/2007

Município	1991			2000		
	Total	Urbano	U/T (%)	Total	Urbano	U/T (%)
Antonina	5 705	4 595	80,54	7 047	5 491	77,91
Guaraqueçaba	2 485	564	22,69	3 275	913	27,87
Guaratuba	11 471	10 003	91,22	19 301	17 607	99,00
Matinhos	15 436	15 282	99,00	27 969	27 885	99,69
Morretes	4 163	1 836	44,10	5 880	2 379	40,45
Paranaguá	39 764	35 741	89,88	40 823	38 391	94,04
Pontal do Paraná	*	*	*	21 826	21 757	99,68
Região do Litoral	79 024	68 021	86,07	126 121	114 423	90,72
Paraná	2 419 102	1 784 927	73,78	3 126 912	2 537 115	81,13

Fonte: IBGE. Censo 1991 e 2000; IPARDES. Base de Dados do Estado, 2010.

* : Pertencia a Paranaguá até 1995.

Em estudo realizado pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (2008), foram avaliadas as necessidades habitacionais nos municípios brasileiros. Na Tabela 11, é possível verificar a situação dos municípios do litoral paranaense. Sob o ponto de vista de déficit habitacional (indicador calculado a partir da somatória de condições de improvisação, quantidade total de cômodos cedidos ou alugados e famílias conviventes), Paranaguá apresenta-se em pior situação, com um déficit de 3.360 habitações, o que, certamente, está associado ao número total de habitantes no município.

Tabela 11 - Necessidades habitacionais nos municípios do Litoral Paranaense – 2008

Município	Necessidades Habitacionais										
	Improv (1)	Qt_cd Al (2)	Famout (3)	Deficit (4)	Adens. (5)	Agua (6)	Ilum. (7)	Inst. Sanit. (8)	Lixo urb. (9)	Lixo rur. (10)	Carente (11)
Antonina	00	00	464	464	334	92	166	1.083	225	435	1.540
Guaraqueçaba	03	00	149	152	58	127	226	640	116	833	1.379
Guaratuba	92	42	438	572	508	149	277	505	122	379	1.022
Matinhos	75	95	275	445	573	363	81	316	134	40	781
Morretes	21	09	301	148	148	225	195	184	74	1.621	1.853
Paranaguá	134	89	2.548	3.360	3.360	602	282	3.672	1.041	509	4.993
Pontal do Paraná	66	16	112	194	289	41	26	160	144	12	315

Fonte: Metrodata/Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 2008; Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação/Depto. Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica/Plano Nacional de Habitação – PlanHab, 2008.

Nota específica: segue a relação dos itens apresentados no cabeçalho da tabela, com seus devidos significados: (1) total de domicílios improvisados; (2) total de cômodos cedidos ou alugados; (3) famílias conviventes (chefes de família que não são chefes de domicílio); (4) soma de IMPROV + QT_CD_AL + FAMOUT; (5) domicílios particulares permanentes que estão sob adensamento excessivo; (6) carência de água; (7) carência de iluminação; (8) carência de instalação sanitária; (9) carência de lixo – urbano; (10) carência de lixo – rural; (11) soma das formas de carência.

Em relação ao déficit habitacional, dos sete municípios do litoral paranaense, apenas Pontal do Paraná apresenta um percentual de déficit inferior à média do Paraná, que é de 6%. Apenas Antonina, com 9,10%, apresenta um déficit superior à média nacional, que é de 8%. A análise da inadequação habitacional sob o ponto de vista da infraestrutura indica que Morretes e Guaraqueçaba apresentam um percentual superior à média do país, que é de 43%, sendo que a média do estado do Paraná é de 49%, também superior à nacional, como demonstra a Tabela 12.

Tabela 12 - Déficit habitacional e inadequação por infraestrutura dos municípios do Litoral Paranaense - 2000

Município	Total domicílios urbano	Déficit habitacional (%)	Inadequação por infraestrutura (%)
Antonina	5 096	9,10	36,27
Guaraqueçaba	2 147	7,07	83,14
Guaratuba	7 423	7,71	21,81
Matinhos	7 052	6,31	26,87
Morretes	4 198	7,90	54,76
Paranaguá	34 779	7,97	24,18
Pontal do Paraná	4 287	4,53	14,62
PARANÁ	2 419 102	6,00	49,00
BRASIL	44 860 739	8,00	43,00

Fonte: Metrodata/Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 2008; Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação/Depto. Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica/Plano Nacional de Habitação – PlanHab, 2008.

1.4. A IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS

Os atrativos turísticos, sejam de características naturais ou culturais, são em grande medida os indutores das visitas turísticas, principalmente quando a motivação do deslocamento se refere a prática de atividades de lazer.

O Litoral Paranaense tem como característica principal a atração de fluxo de pessoas em busca de descanso e lazer, atividades estas vinculadas tanto aos aspectos naturais, quanto culturais. Segundo o Caderno de Informações Turísticas, material de divulgação regional, o litoral apresenta um conjunto de 73 atrativos turísticos de natureza diversa, que possibilitam o desenvolvimento de variados segmentos turísticos.

Os recursos naturais da região configuram-se relevantes tanto no contexto de uma política de preservação do meio ambiente, já que 82,48%³ do território encontram-se decretado como unidade de conservação, quanto pelo uso para o desenvolvimento de atividades turísticas de baixo impacto.

O espaço turístico natural do litoral é formado, principalmente, por elementos da paisagem reconhecidos como as praias, baías, serra e cachoeiras. Esses ambientes configuram a paisagem natural rica em diversidade biológica, nos diferentes ecossistemas que a compõem, destacando-se que a região possui o maior remanescente contínuo de floresta atlântica do país. A diversidade ambiental característica da região permite a provisão de mercado ampliada em relação aos segmentos turísticos reais e potenciais.

As praias, por exemplo, estimulam o ambiente de entretenimento, lazer e descanso, característico do segmento de sol e praia, frequentado por veranistas durante o período de verão e férias escolares. Os balneários se concentram na porção sul do território regional, nos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, e é especialmente durante a alta temporada que se dinamizam e oferecem atividades de lazer, alternativas gastronômicas e entretenimento noturnos de qualidade para à permanência dos visitantes.

Enquanto em que nos municípios de Morretes e Antonina a Serra do Mar é o destaque, atraindo, principalmente, para a prática de ecoturismo e turismo de aventura, com destaque ao Pico do Paraná e o Parque Estadual do Marumbi. A serra do mar paranaense faz parte de um dos ecossistemas mais ricos do mundo em termos de diversidade de fauna e flora, configurando uma paisagem reconhecida pela beleza cênica e a necessidade de proteção. A paisagem equaciona a conservação do maior

³ As unidades de conservação – UC's, foram abordadas no diagnóstico estratégico, tópico referente a "Análise dos Aspectos Socioambientais".

remanescente contínuo de Mata Atlântica, caminhos históricos e a atividades de lazer e aventura em um ambiente único.

Em Paranaguá o atrativo natural de maior relevância, movimentando um fluxo significativo de turistas de diversas procedências, é a Ilha do Mel. Esse atrativo foi fundamental na definição de Paranaguá como destino indutor do estado do Paraná. Já Guaraqueçaba, destaca-se pela presença do Parque Nacional do Superagui, que preserva longas áreas de praias desertas, mangues e restingas.

Outro destaque do litoral em termos de diferencial de mercado é a paisagem formada pelas baías, local onde as águas doces encontram com a água salgada e espécies da fauna escolhem para formar um berço reprodutivo. Além de ser o território de ligação entre comunidades caiçaras que vivem da pesca e da agricultura de subsistência e os centros históricos de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba, que guardam as lembranças e a história de uma época colonial.

Com relação ao mercado turístico existente, os bens socioambientais no litoral do Paraná estão vinculados, em grande parte, ao sol e praia, com concentração intensiva no uso da orla, durante a temporada. Embora as áreas naturais, rios, cachoeiras, reservas e áreas protegidas, sejam cada vez mais valorizadas pelos visitantes, principalmente para aqueles que procuram atividades relacionadas ao ecoturismo, à observação de aves ou até mesmo aos passeios em embarcações, a procura por essas formas alternativas de turismo ainda é incipiente, frente ao uso dos balneários.

Entretanto, vale ressaltar que, as operadoras atuantes nas atividades de ecoturismo e turismo de aventura, estão fortalecendo o posicionamento de mercado frente aos nichos alternativos ao sol e praia, contribuindo para a diversificação dos produtos da região.

Além dos recursos naturais, ecossistemas reconhecidos nacional e internacionalmente, também, tem reconhecimento os centros históricos de Paranaguá, Antonina e Morretes (em processo de tombamento estadual), com edificações tombadas tanto à nível estadual como federal. Paranaguá, pólo indutor da região, teve seu centro histórico tombado pelo Patrimônio Estadual em 1990 e, em dezembro de 2009, ele foi reconhecido como patrimônio federal.

Paranaguá foi a primeira vila fundada no Paraná em 1648, e sua baía consta com registros de incursões e ocupação européia desde meados do século XVI. Foi a principal vila colonial do Paraná até o início do século XIX. Sua posição privilegiada, devido à proteção e facilidade da baía, marcou sua história como principal porto da região.

Antonina, região colonizada desde meados do século XVII, origem da freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa fundada em 1719. É uma das mais antigas ocupações do Paraná, tornando-se Vila de Antonina em 1797. Sua ocupação está intimamente ligada à estratégica posição da baía e à transposição da Serra do Mar através do histórico Caminho da Graciosa.

Morretes, povoamento fundado em 1721 por ordem de Ouvidor Pardinho, embora sua ocupação date de meados do século XVII. Consolidou-se historicamente como entreposto comercial, principalmente ao longo do século XVIII e primeira metade do XIX, época áurea do Caminho do Itupava, quando este era a principal ligação entre o litoral e o planalto.

Os centros históricos destas cidades guardam ainda hoje remanescentes arquitetônicos do período colonial, e também preservam em seu traçado urbano características da organização colonial portuguesa no Brasil, como por exemplo, o local de destaque legado às igrejas no espaço urbano e sua força enquanto vetor de urbanização. Com a fundação do Estado do Paraná em 1853, somado a outros fatores econômicos, o litoral paranaense viveu um novo momento de destaque, passando por grandes obras modernizadoras para dinamizar a ligação entre o litoral e o interior, cada vez mais necessária como meio de escoamento de produtos como a erva-mate e a madeira. Grande parte das edificações existentes nos centros históricos de Morretes, Paranaguá e Antonina datam desde

período (segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX), sendo uma amostra que testemunha todo um período de desenvolvimento paranaense.

Entre os centros históricos destacam-se como atrativos turísticos as antigas redes estabelecidas entre os portos, vilas e freguesias do litoral paranaense com o planalto marcaram a história do Estado da Paraná e do sul do Brasil. Estas podem ser visitadas ainda hoje para o reconhecimento dos remanescentes da história, destacando-se o Caminho do Itupava e a Estrada da Graciosa.

O patrimônio cultural encontra-se representado tanto pelos bens materiais, como citado acima, quanto pelos bens imateriais representados pelas manifestações culturais da região. Os festejos religiosos e as festas gastronômicas compõem o calendário de eventos regional, caracterizando-se como vetores relevantes do aumento do fluxo na baixa temporada. Outro aspecto relevante são as manifestações culturais, a exemplo do Fandango e do Boi Mamão, presentes até hoje na cultura popular, reforçando a história de formação da região litorânea. Na gastronomia, destaca-se o Barreado, prato típico amplamente oferecido aos visitantes, e os pratos a base de frutos do mar.

O turismo do litoral paranaense não representa apenas um segmento homogêneo, mas sim a diversidade cultural, ambiental e paisagística da região. Os diversos fatores aqui apresentados concebem a região um forte apelo para a ampliação sustentável da atividade turística na região, que é capaz de atrair públicos diferenciados pela diversidade de motivação que seus atrativos representam. O planejamento integrado a ser trabalhado no decorrer do presente plano tem como objetivo valorizar a diversidade, porém com foco no fomento aos segmentos âncoras, tornando a região mais competitiva para o turismo perene.

Em relação à classificação e a hierarquização dos atrativos identificados na área selecionada, ela será apresentada no item 3.1.3 deste documento, que retrata o cenário atual da oferta turística no litoral paranaense, nos seus aspectos qualitativos e quantitativos.

1.5. NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

Atualmente, o turismo encontra-se em expansão na maioria das localidades. Segundo o estudo de demanda turística Litoral PR (2000-2006), a maior parte dos turistas, sempre entre 50 e 60%, é procedente de Curitiba, conforme dados da tabela a seguir. Também, de forma constante, mais de 80% do público atual viaja em família e já visitou o litoral mais de uma vez. A grande maioria utiliza como meio de hospedagem a casa própria, alugada ou de parentes e amigos, sendo que apenas 13,7% (2006) a hospedar-se em hotel.

Tabela 13 - Procedência dos turistas

	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Curitiba	57,2	53,3	52,2	56,8	55,8	57,6
Região Metropolitana de Curitiba	7,6	7,2	7,7	9,1	9,1	10,9
outras - Paraná	19,4	19,9	23,8	21,2	20,4	17,5
outros - Estados	14,2	17,5	14	11,6	12,3	11,8
exterior	1,6	2,1	1,7	1,8	2,4	2,2

Fonte: Estatísticas do Turismo/Edição 2007.

O desenvolvimento do turismo está diretamente relacionado com o setor de serviços que, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011, é a atividade de maior representatividade nas economias regionais, compondo 65% do PIB na maior parte dos municípios. Nesse universo, micro e pequenas empresas predominam dentre os estabelecimentos de serviços vinculados ao turismo, como apresentado no estudo da Cadeia Produtiva do Turismo Litoral.

No que se refere aos atrativos e recursos turísticos, segundo o Caderno de Informações Turísticas, o litoral apresenta um conjunto de 73 atrativos turísticos de natureza diversa, que possibilitam o desenvolvimento de variados segmentos turísticos. No entanto, o que mais atrai os visitantes ao litoral é a referência do lazer, associado ao Turismo Sol e Praia, embora esse segmento represente apenas uma parcela de 23,1% dos atrativos da região. Este tipo de turismo se dá de forma bastante sazonal, concentrando-se no período de verão (entre dezembro e fevereiro).

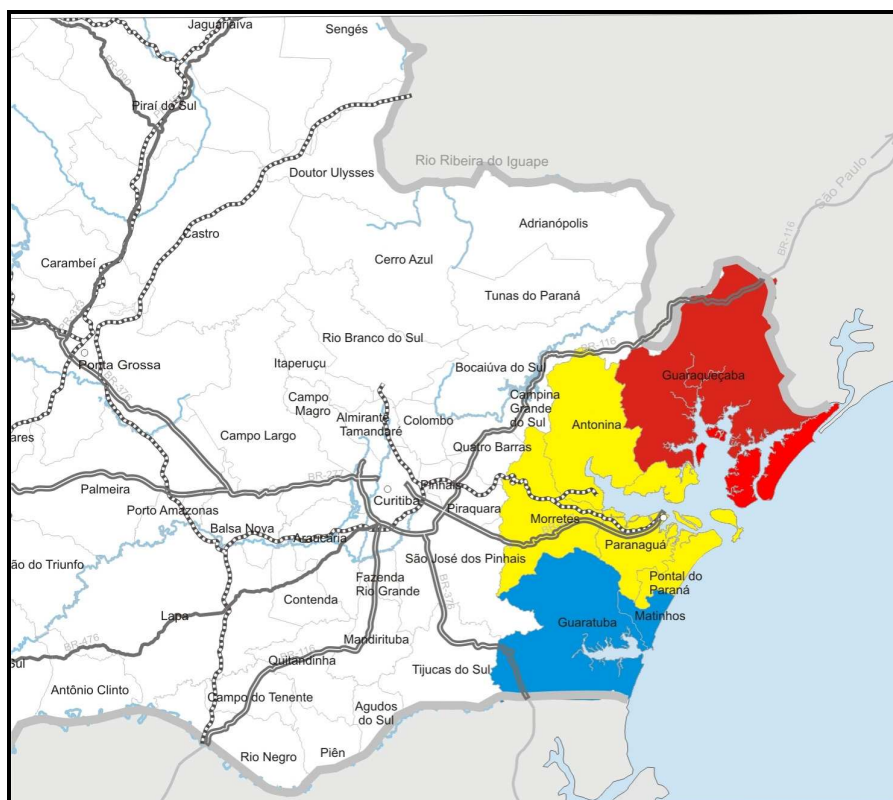
Apesar da sazonalidade verificada atualmente, o litoral apresenta uma diversidade de atrativos e recursos que podem contribuir para o desenvolvimento do turismo de forma perene. Neste sentido, como apresentado no Caderno de Informações Turísticas, os segmentos com maior representação quantitativa, são: (i) Turismo Cultural com 25%; (ii) Ecoturismo que engloba 24% dos atrativos; e (iii) Turismo de Aventura com 14,7%.

No Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional estão destacados os atrativos e recursos que justificam o apontamento destes segmentos como potenciais para o desenvolvimento turístico da região.

- Ecoturismo: todos os roteiros turísticos operacionalizados na região possuem atrativos ecoturísticos em sua programação. O litoral paranaense concentra mais da metade da quantidade de unidades de conservação existentes no Estado; ao todo são 14, sendo que 3 delas são federais. O município de Guaíra, junto com o litoral sul de São Paulo, o maior corredor ecológico de Mata Atlântica contínua, sendo que nela vivem espécies endêmicas da fauna e flora mundial. No litoral sul, em Guaratuba, encontra-se o Conjunto Estuarino Lagunar de Guaratuba.
- Turismo Cultural: 78,3% dos roteiros turísticos que operam na região ofertam a visitação a algum tipo de atrativo turístico cultural. Entre os principais atrativos históricos e culturais, consideram-se aqueles que fazem parte do patrimônio material e imaterial. Um exemplo é a culinária tradicional, que inclui barreado, pirão-do-mesmo, a produção de cachaça em alambiques de Morretes, bem como a produção sustentável de ostras em Guaratuba. Destacam-se, também, as edificações históricas que levaram ao tombamento federal do centro histórico de Paranaguá. Além destes, estão os elementos imateriais que estão vinculados aos saberes caiçaras: as práticas tradicionais de produção da farinha, de pescaria de artesanato e de plantio; o fandango, que movimenta anualmente um festival em Guaíra; as festas religiosas de Paranaguá e o Festival de Inverno de Antonina.
- Turismo de Aventura: 28,8% dos produtos turísticos criados no litoral do Paraná incluem atrativos de aventura. Entre eles: vôo livre nos municípios de Matinhos, Guaratuba e em Paranaguá (Ilha do Mel), com asa delta e parapente, além dos vôos de ultraleve. Disponibilidade de prática de atividades de aventura em diversos municípios do litoral, entre elas o ciclismo, boia-cross, cachoeirismo, canoagem, caminhadas, escalada, montanhismo e rapel, tirolesa, atividades equestres, arvorismo, bungee-jump, canoagem e mergulho.

É possível visualizar como estes atrativos e segmentos turísticos se distribuem ou se concentram nas regiões do litoral paranaense. Nesse sentido, com o objetivo de caracterização e diferenciação da área, o Estado definiu três agrupamentos territoriais, como demonstra a figura a seguir.

Figura 3 - Setores Turísticos do Litoral do Paraná



Fonte: Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Turismo, Dezembro 2008

O setor Norte é formado somente pelo município de Guaraqueçaba, local que concentra atrativos vinculados ao ecoturismo, pela importância da Mata Atlântica conservada. No setor Sul encontra-se Matinhos e Guaratuba, localidades com maior grau de urbanização e que concentram as áreas de veraneio do Estado. Os municípios de Antonina, Paranaguá, Pontal do Paraná e Morretes formam o setor Central, apresentando como destaque a concentração do patrimônio histórico-cultural.

De acordo com dados da Paraná Turismo, atualmente, a maior parcela do universo de 1 milhão e 400 mil visitantes que visitam o litoral se destina ao setor central, totalizando 66% dos visitantes. O setor Norte, que compreende o município de Guaraqueçaba, atrai apenas 1% dos visitantes do litoral; enquanto o setor Sul concentra 12% do total de visitantes que passam pelo litoral paranaense.

Considerando o potencial da região turística, o governo do estado e dos municípios, bem como a iniciativa privada e representantes da sociedade civil, tem participado de vários projetos voltados ao desenvolvimento regional. Nesse sentido, o presente trabalho visa realizar uma leitura ampliada de todas as iniciativas existentes de produção de dados, processos de planejamento e iniciativas de organização dos municípios e da região, de forma a complementar a visão do desenvolvimento turístico e integrar as ações em curso.

1.6. ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

A acessibilidade do litoral paranaense é um dos fatores potencializadores para o desenvolvimento da atividade turística. Entre os aspectos mais relevantes, destaca-se a proximidade com a capital, polo econômico do Estado, sendo que a distância média entre os municípios integrantes da Área Turística do PDITS - LP e a capital paranaense é de 108 Km, conforme indica a tabela a seguir.

Tabela 14 - Distância de Curitiba aos municípios do litoral

<i>Município litoral</i>	<i>Curitiba</i>
Antonina	77 Km
Guaraqueçaba	174 Km
Guaratuba	119 Km
Matinhos	111 Km
Morretes	68 Km
Paranaguá	91 Km
Pontal do Paraná	117 Km

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011

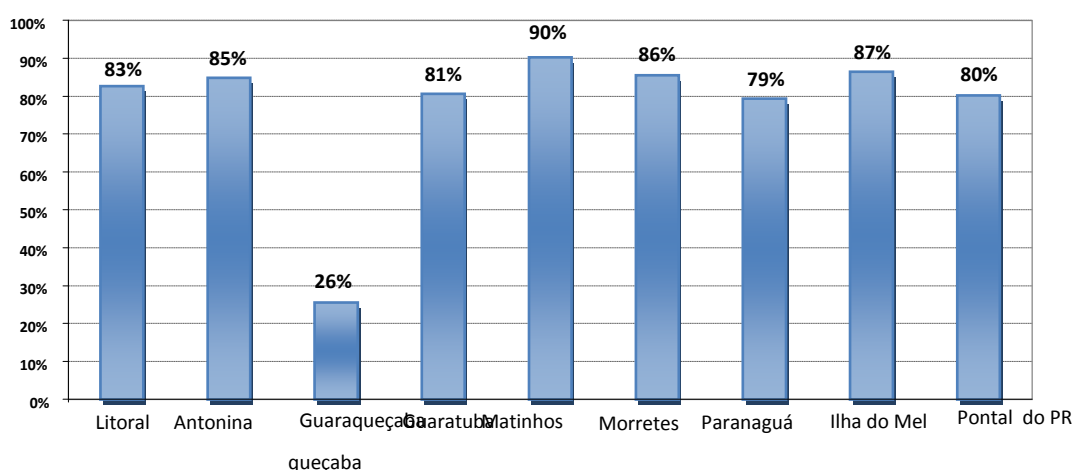
Em relação aos acessos, a região conta com a BR-277, a PR-410 (Estrada da Graciosa), a BR-376 (Via Garuva/SC), a estrada de ferro Paranaguá – Curitiba e dois aeroportos regionais, em Paranaguá e Guaratuba, que tem capacidade para receber aviões particulares.

Os portos de Paranaguá e de Antonina tem importância estratégica para o Estado, uma vez que se constituem referências nacionais no embarque e desembarque de cargas e grãos e podem vir a ser utilizados para embarque e desembarque de passageiros, em viagens de turismo.

Conforme demonstrado no documento “Estatísticas do Turismo/Edição 2007, o meio de transporte mais utilizado para acesso à região, em 2006, foi o automóvel para os municípios de Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná, e ônibus para os municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá.

Em pesquisa realizada em 2007, foi identificado o grau de satisfação do turista quanto à infraestrutura de acesso (% de índice bom), para o período de 2000 – 2006. A análise do gráfico que segue demonstra que, com exceção do município de Guaraqueçaba, todos os demais apresentaram um índice de satisfação dos usuários acima de 75%.

Gráfico 1 - Infraestrutura de acesso. Percentual indicado de índice bom



Fonte: Estatísticas do Turismo/Edição 2007

Segundo as Estatísticas do Turismo/Edição 2007, o comportamento do fluxo de passageiros que utilizam como ponto de saída o terminal rodoviário de Curitiba, é decrescente ao longo do período de 2000 a 2006.

Tabela 15 - Movimento no Terminal Rodoviário de Curitiba

	<i>anos/passageiros</i>						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
rodoviária Curitiba-litoral							
embarque	823 122	830 467	790 256	742 287	712 986	689 917	681 882

Fonte: ATERFI, Codel Operadora de Terminais, CCTT, SETRAN, URBS.

Já em relação do transporte férreo o movimento de passageiros apresentou uma variação ao longo do período de 2001 a 2006, conforme dados da tabela a seguir. Este modal apresenta características operacionais próprias, pois diferente das demais formas de acesso o trem tem como foco o transporte de turistas. No passeio de Curitiba para o Litoral pela Serra do Mar de trem percorre-se 110Km através da Mata Atlântica, cruzando 14 túneis encravados nas rochas e 67 viadutos. A partida é da rodoferroviária de Curitiba e demora quatro horas até a cidade portuária de Paranaguá. Nesse percurso existem algumas paradas, sendo a mais importante na cidade de histórica de Morretes. O transporte férreo, neste caso, é utilizado com maior frequência no trecho Curitiba – Morretes, o retorno dos passageiros é realizado, na sua maioria, pela rodovia. Esse comportamento do consumidor é influenciado pelas características do trajeto em ser um momento de lazer contemplativo, considerando, assim, o transporte como um dos principais produtos turístico da região.

Tabela 16- Movimento nos terminais ferroviários

<i>Ferrovia</i>	<i>anos/passageiros</i>					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Curitiba						
embarque	97 192	103 698	114 563	101 509	105 354	102 909
desembarque	18 658	21 676	21 937	20 745	21 548	15 656
Morretes						
embarque	13 945	12 481	16 386	20 605	20 719	15525
desembarque	81 778	65 459	96 098	101 087	100 848	102 718
Paranaguá						
embarque	4 115	9 341	5 345	140	829	131
desembarque	14 296	38 237	18 465	422	1 916	191

Fonte: Serra Verde Express

NOTA: Os dados referem-se ao Trem e à Litorina

A travessia para a Ilha do Mel leva em média 30 minutos de Pontal do Sul e uma hora de Paranaguá. Os dados sobre o embarque de passageiros para a Ilha do Mel partindo de Paranaguá e Pontal do Paraná estão apresentados na tabela a seguir, e indicam um cenário de decréscimo no movimento, com uma inversão significativa no ano de 2006 para embarque partindo de Pontal do Sul, bem como um acréscimo para o embarque partindo de Paranaguá.

Tabela 17- Movimento nos terminais marítimos para Ilha do Mel

<i>EMBARQUE DE PASSAGEIROS</i>						
	<i>anos/passageiros</i>					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Paranaguá					13 197	16 394
Pontal do Paraná	158 434	129 392	113 481	105 870	105 284	120 866

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMA

Com relação a conectividade do pólo existem dois projetos em estudo para ampliar as infraestruturas de acesso que permitiram qualificar a acessibilidade e conectividade da área turística, o destaque se faz para a implantação de um terminal de passageiros para

recepção do cruzeiros no Porto de Paranaguá e a revitalização do trecho ferroviário entre Morretes e Antonina.

1.7. CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

Com relação a condição físicas e de infraestrutura e serviços básicos, percebe-se que os problemas do litoral paranaense são cíclicos e sazonais, ressurgem no verão, quando se intensifica a utilização das praias, ocasionando novos conflitos.

As questões físicas mais freqüentes estão ligadas aos ciclos naturais da erosão/sedimentação das praias. Nas fases erosivas desses ciclos, o mar retira areia, pondo em risco ou destruindo obras construídas muito próximas a ele. Outros problemas são a erosão provocada pelas águas de escoamento superficial e os escorregamentos de diversos tipos nas encostas dos morros, que também comprometem seriamente a infraestrutura aí existente (ÂNGULO, 2000).

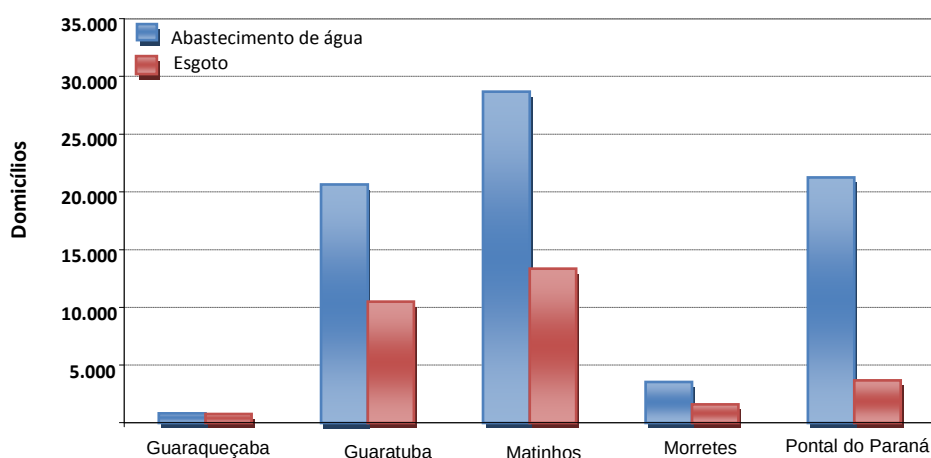
A contaminação das águas pelos esgotos domésticos é outra grande preocupação, que se apresenta crítica em algumas praias do Estado, principalmente naquelas de maior freqüência de banhistas, onde encontramos as áreas de maior densidade demográfica.

Os níveis de contaminação das águas levantados pelo IAP tem mostrado situações alarmantes nos pontos mais críticos, como poderá ser melhor observado no Capítulo dos Bens Socioambientais. No mês de janeiro de 2010 foram definidas como impróprias para banho a maioria das praias, conforme indicadores de balneabilidade do IAP. As águas contaminadas tornaram-se focos de disseminação de doenças, tais como as de pele, otite e gastroenterites.

A contaminação aumenta após chuvas intensas, já que nos períodos de estiagem os esgotos lançados irregularmente ficam acumulados nas galerias, valetas, em rios e canais. Durante e logo após chuvas intensas, todo este esgoto é levado rapidamente para as praias, contaminando suas águas. Dependendo da intensidade das chuvas e do tempo de estiagem que as antecedem, podem contaminar trechos duas ou três vezes maiores do que o habitual.

A situação ilustrada no gráfico a seguir mostra o baixo nível de ligações de esgoto em relação ao número de ligações na rede de abastecimento de água.

Gráfico 2 - Relação do atendimento entre o abastecimento de água e ligação em rede de esgoto



Fonte: IPARDES, Base de Dados do Estado, 2010.

Quando se analisa essas infraestruturas separadamente e evolutivamente ao longo do período de 2000 - 2008, percebe-se que ocorre um incremento significativo. No caso do abastecimento de água, Matinhos teve um incremento de cerca de 10% no número de unidades atendidas; Guaratuba aumentou perto de 20%; Morretes e Pontal do Paraná um pouco mais de 35% e em Guaraqueçaba o incremento no número de unidades foi de cerca de 45%.

Em relação à rede de esgoto, Matinhos teve um incremento de cerca de 50% no número de unidades atendidas; Guaratuba aumentou quase 100% e em Morretes o incremento chegou a cerca de 300%. Nos demais municípios não foi verificado aumento do número de unidades atendidas. Sendo assim, o esgotamento sanitário continua sendo uma questão fundamental para a qualidade ambiental da região.

Nos últimos oito anos o consumo de energia elétrica aumentou em todos os municípios do litoral, cabendo salientar algumas particularidades: os maiores percentuais ficaram para Antonina e Paranaguá, respectivamente 57% e 45%. E quase a totalidade dos municípios, exceto Antonina, apresentou, no mínimo, em um dos anos do período, um decréscimo do consumo.

1.8. QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS

A implantação do Ministério do Turismo, bem como o fortalecimento na economia nacional, possibilitou que o Brasil desenvolvesse uma estrutura fortalecida de gestão do turismo. O projeto nacional orientou o debate do turismo como uma pauta relevante no contexto socioeconômico do país. Passados sete anos desde a implantação do Ministério, a política demonstra a importância do turismo na priorização de investimentos, mediante fortalecimento das instâncias de governança, definição de um marco legal, além da construção de diversos indicadores para a compreensão do setor.

A organização da gestão turística na região do litoral do Paraná é abordada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, o qual considera satisfatório o cenário atual em relação ao desenvolvimento do turismo.

Na caracterização apresentada, todos os municípios da região contam com um órgão oficial de turismo, já com relação aos conselhos ainda estão em processo de criação e fortalecimento, como será melhor discutido no tópico referente aos Aspectos Institucionais. Em relação aos instrumentos que qualificam a gestão do turismo, aponta-se: (i) a Pesquisa de Demanda, realizada em todas as localidades; (ii) a existência de inventário da oferta turística em 5 municípios; (iii) 2 localidades com plano de desenvolvimento turístico municipal; e (iv) o marco legal representado pela lei de incentivo ao turismo em Paranaguá.

Em relação à política nacional de regionalização, implantada junto à Secretaria do Estado do Paraná – SETU, todos os municípios fizeram-se presentes. Como resultado deste trabalho foi desenvolvido o projeto “Litoral do Paraná – Emoções o Ano Inteiro”⁴.

Junto a esse projeto, iniciou-se o processo de constituição da Instância de Governança Regional – IGR, denominada *Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Litoral do Paraná* – ADETUR. Oficialmente criada em 2007, a agência é uma instituição jurídica privada sem fins lucrativos, tendo o papel de representar a região junto às esferas de governança estadual e federal. Tem como missão: “promover e apoiar o turismo responsável, desenvolvendo ações sustentáveis, que elevem o associativismo e a competitividade do destino turístico Litoral do Paraná” (Paraná, 2008).

⁴ O projeto de Turismo no Litoral do Paraná – Emoções o Ano Inteiro teve início em 2005, como resultado do esforço conjunto de diversas entidades, dentre elas o SEBRAE/PR, Secretaria de Estado do Turismo, prefeituras municipais e órgãos oficiais de turismo dos 7 municípios que compõem a região, associações comerciais e de turismo, iniciativa privada e diversos outros parceiros que, em sinergia, ao longo destes últimos 4 anos, se empenharam para transformar este importante destino turístico. (Projeto de Turismo Litoral do Paraná: Emoções o Ano Inteiro, 2009).

Do ponto de vista dos gestores públicos e privados do turismo, a realização de um plano de desenvolvimento pode representar significativa melhora na gestão e comercialização turística na região, além do incremento na competitividade dos atrativos. Torna-se, importante, portanto, como forma de configurar a região como um único produto, integrando os municípios e fortalecendo-s como destino, dentro do Estado e fora dele. Da mesma forma em relação ao ponto de vista do visitante que passa a ver o litoral como um produto único.

1.9. SELEÇÃO DA ÁREA

Os aspectos apresentados acima demonstram que a área turística selecionada tem capacidade para auferir os investimentos pleiteados junto ao PRODETUR. O aporte em termos de atratividade, conectividade e capacidade de gestão, mínimos para justificar a seleção da área, apresentam-se de forma satisfatória. Diferentemente de outros Planos desenvolvidos no Paraná, no PDITS – LP a área turística objeto do plano corresponde ao conjunto de municípios aí localizados, não havendo, portanto, exclusão de nenhum município.

Nesse sentido, os investimentos necessários vêm a qualificar o produto turístico existente e potencializar a diversificação do mesmo, atraindo novos investidores privados no momento de implantação de ações inovadoras e estruturantes.

Portanto, cabe destacar que, entre outros aspectos, serão necessárias ações diversificação do produto turístico, com o objetivo de atrair os visitantes ao longo do ano, tendo em vista a diminuição da sazonalidade da demanda, bem como investimentos de caráter estruturais para o aporte físico da demanda existente e potencial.

A classificação e a hierarquização dos atrativos turísticos da área está apresentada no item 3.1.3.1 deste documento, especificamente no Quadro 2.

2. PARTE II – OBJETIVOS DO PDITS - LP

Os objetivos delineados consideram como fundamental os aspectos relativos à qualificação do produto turístico para a ampliação de mercado da atividade de forma estratégica ponderando a visão de curto, médio e longo prazo.

Para tanto, projeta-se no curto prazo ações de qualificação da gestão pública, para o suporte local e regional da gestão da atividade, além de projetos de estruturação base da promoção turística e infraestruturas de acesso e visitação aos atrativos turísticos, permitindo a melhoria da experiência turística.

Com a gestão fortalecida e os projetos de qualificação e promoção do produtos estruturados projeta-se que em médio prazo sejam implantadas as ações de fomento a promoção e qualificação estrutural dos principais locais de visitação, permitindo a ampliação de turistas e investidores para a região.

Já em longo prazo o objetivo é consolidar os produtos, por meio do investimento em atrativos complementares, bem como no incremento as ações de fortalecimento gestão pública, agregando valor e ampliando a participação de mercado nos três segmentos prioritários – turismo cultural, ecoturismo e turismo de sol e praia.

Neste sentido, o **OBJETIVO GERAL** do PDITS-LP é:

consolidar e integrar o produto turístico regional nos segmentos-meta de cultural, ecoturismo e turismo de sol e praia por meio da qualificação do produto dentro de padrões de sustentabilidade, visando a qualidade da experiência turística e a ampliação da participação econômica da atividade no polo.

OBJETIVOS ESPECIFICOS.

Curto prazo.

- Fortalecer a gestão regional do turismo por meio do desenvolvimento e implementação de processos de gestão e planejamento integrados e participativos.
- Promover a qualificação dos serviços e atrativos turísticos possibilitando o desenvolvimento sustentável e competitivo, tendo em vista o nível de satisfação, o aumento da permanência e gastos médios dos turistas.
- Promover os segmentos-meta, principalmente de ecoturismo e turismo cultural, de forma estratégica para fortalecer o posicionamento de mercado diversificado ampliando o público consumidor, tendo em vista o aumento e a distribuição do fluxo de turistas.

Médio prazo.

- Desenvolver produtos turísticos integrados, diversificados, competitivos e concebidos com base na sustentabilidade local.
- Adequar a acessibilidade, principalmente para o modal rodoviário e aquaviário, promovendo a distribuição do fluxo e a diversificação do produto turístico.
- Instrumentalizar o poder público e os agentes sociais para o planejamento e gestão dos bens socioambientais com previsão de impactos e estratégias de valorização da diversidade natural e cultural.

Longo prazo.

- Fortalecer, no âmbito nacional e internacional, o posicionamento de mercado do turismo do Litoral do Paraná, por meio de ações estratégicas e integradas de *marketing*.
- Ampliar e requalificar a infraestrutura e serviços básicos das áreas urbanas e rurais, para minimizar o impacto do aumento e distribuição do fluxo turístico projetado para o polo.

3. PARTE III – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

3.1. ANÁLISE DO MERCADO TURÍSTICO (DEMANDA E OFERTA) DA ÁREA TURÍSTICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar um quadro analítico do mercado turístico do Litoral Paranaense. Para tanto, concentrou-se na análise das informações referentes à demanda e à oferta, tomando como referência o cenário atual dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos.

3.1.1. Análise da Demanda Atual da Área

3.1.1.1. Perfil quantitativo dos visitantes atuais do Polo.

Segundo pesquisa realizada pela SETU, o litoral do Paraná recebeu, entre 1997 e 2004, uma média de 1,5 milhões de turistas por ano. Nesse período, a origem desses turistas ficava circunscrita à Região Metropolitana de Curitiba (média de 66% do total) e a outros municípios do estado do Paraná (média de 20%). Essa constatação não é surpreendente, já que Curitiba e Região Metropolitana, além de ter uma relação de proximidade geográfica com o litoral do estado, detêm grande parte da população, renda e postos de trabalho estaduais.

Tabela 18 - Projeção e volume atual de turistas por procedência no Litoral Paranaense – 1997-2010/2015/2020

Anos	Curitiba e RMC	Outros PR	Outros estados	Outros países	Total
1997	1.214.899	249.895	97.443	9.430	1.571.667
1998	1.162.707	352.435	113.636	18.116	1.646.894
1999	1.147.184	253.910	108.600	19.885	1.529.579
2000	1.013.941	303.556	223.755	23.471	1.564.723
2001	960.884	316.059	277.942	33.353	1.588.238
2002	826.306	325.081	191.224	23.220	1.365.831
2004	1.007.123	335.186	197.352	26.627	1.566.288
2005	1.154.969	384.391	226.324	30.536	1.796.219
2006	1.383.935	460.594	271.191	36.589	2.152.309

Fonte: Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU)

Notas: 1. Os anos de 2007 e 2008 foram estimados a partir da média de crescimento ponderada do total de turistas descontados o fator de crescimento da crise econômica mundial no Brasil para 2008.

Em relação aos outros polos emissores de turistas para o litoral, alguns estados brasileiros, como São Paulo e Santa Catarina, principalmente, contribuíram em média com 12% do total de turistas e o seu volume apresentou crescimento de 103% entre 1997 a 2004. Dessa maneira, percebe-se que quase a totalidade dos turistas que visitaram o litoral nesse período procede de localidades próximas e/ou estados vizinhos, confirmando que a demanda do litoral é, praticamente, doméstica. Essa relação também pode ser comprovada pelos dados do Ministério do Turismo⁵ que, em pesquisa recente, apontou que apenas 6,2% do total de turistas brasileiros têm como o destino o Paraná. Ao mesmo tempo, a pesquisa assinala que os estados limítrofes, como São Paulo e Santa Catarina, detêm uma porcentagem maior, cerca de 10,9% e 9%, respectivamente. Assim, esse cenário sugere que São Paulo e Santa Catarina, além de serem fortes polos emissores de turistas se apresentam, ao mesmo tempo, como mercados competidores do turismo no litoral⁶.

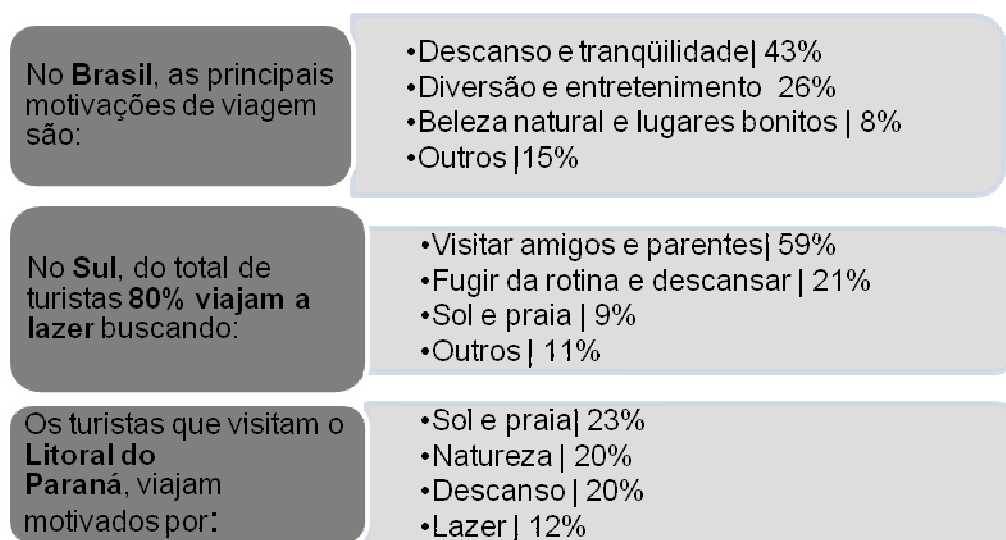
⁵ Ministério do Turismo. Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro. 2009.

⁶ Segundo o Observatório de Turismo da Cidade de São Paulo, grande parte dos turistas domésticos da cidade é originária do Paraná, porém a pesquisa não revela a porcentagem exata. De acordo com a SANTUR (Santa Catarina Turismo), dos turistas nacionais que visitaram o estado, cerca de 25% era do Paraná.

Por outro lado, a mesma pesquisa indica que, de forma mais tímida, mas não menos significativa, ocorre uma demanda estrangeira por turismo no litoral, representada, especialmente, pela Argentina e pelo Paraguai, a qual apresentou um crescimento na ordem de 182%, no mesmo período, sobretudo após 1998. E, corroborando com tais tendências, segundo dados do Ministério do Turismo (2009), o Paraná recebeu, em 2008, turistas de todos os continentes, sendo mais representativos os procedentes da América do Sul (Argentina e Paraguai) e Europa (Espanha, Alemanha e Itália). Esses dados, além de confirmarem as informações disponibilizadas pela SETU, indicam que pode haver uma demanda no litoral por turistas europeus.

Em relação às motivações, atitudes e preferências dos visitantes atuais percebe-se, pelo esquema abaixo, que estar em contato com o sol, a praia, a natureza e ter o destino como local de descanso e lazer são as razões apresentadas pela maioria dos turistas que viajam ao Litoral do Paranaense. Essa tendência também é percebida no Brasil e na Região Sul e está ligada essencialmente, segundo Goeldner, McIntosh e Ritchie (1995, *apud* COOPER *et alii*, 2007), a motivadores físicos, referentes ao descanso do corpo e da mente, às questões da saúde, ao esporte e ao prazer. Em outras palavras, esse grupo de motivadores, que demonstram as preferências para se realizar uma viagem, está ligado às atividades capazes de reduzir a tensão.

Figura 4 - Principais motivações de viagem no Brasil, na região sul e no litoral paranaense

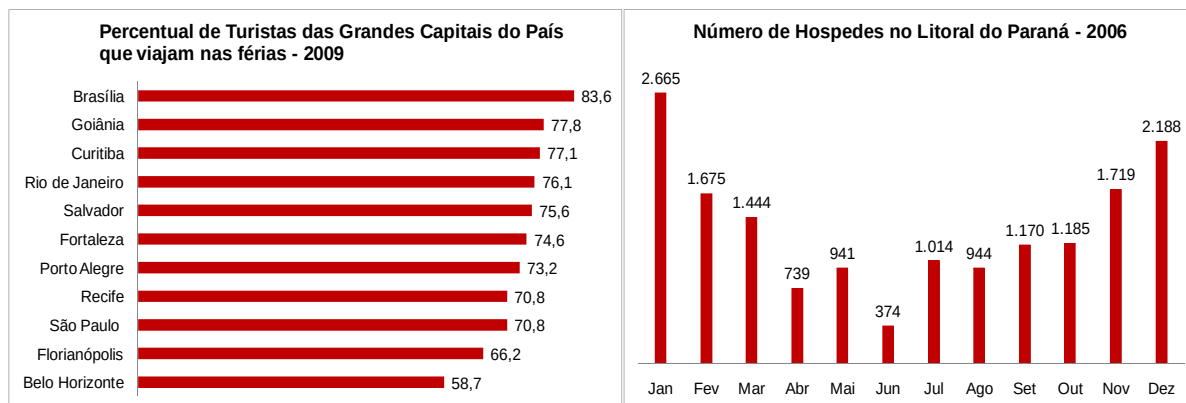


Fonte: Ministério do Turismo, 2009, EMBRATUR, 2002; FAUEPG, 2010.

Esse comportamento da demanda influencia diretamente a época de realização das viagens. Segundo a pesquisa “*Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro*”⁷, tanto no Brasil como em Curitiba, as viagens são concretizadas, majoritariamente, no período das férias, correspondente aos meses de dezembro e janeiro conforme gráfico a seguir.

⁷ Ministério do Turismo (2009).

Gráfico 3 - Percentual de turistas das grandes capitais que viajam nas férias - 2009/ Fluxo de hóspedes no Litoral Paranaense - 2006



Fonte: Ministério do Turismo, 2009 e SETU, 2006

Nota: Os dados oficiais mais recentes sobre o número de hóspedes no litoral se referem a 2006, ano do último estudo de demanda realizado pelo Secretaria de Turismo do Estado do Paraná. Para melhores informações consultar <http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>.

Verifica-se pelo gráfico acima que o turismo no litoral do Paraná está sujeito a uma forte sazonalidade. Esse fenômeno é uma característica marcante em diversas partes do mundo, assim como no litoral do Paraná. De acordo com Cooper (2007), essa não é uma característica exclusiva do turismo, embora a maioria dos setores produtivos não esteja sujeita ao grau de sazonalidade experimentado pelos estabelecimentos de turismo. Ainda de acordo com os mesmos autores, a sazonalidade pode ser causada por fatores ligados tanto à oferta quanto à demanda turística, sendo que no caso específico do litoral, percebe-se que ela está ligada às duas. Sob a ótica da demanda, a sazonalidade no litoral pode ser explicada pela época em que os turistas estão dispostos a viajar, ou seja, principalmente final de ano e período de férias e feriados. Por outro lado, sob a ótica da oferta, a sazonalidade está relacionada aos tipos de atrativos ofertados no litoral, que são, majoritariamente, aqueles ligados ao Sol e Praia, que ganham destaque especial, também, no período de verão.

No entanto, essas características impactam diretamente o desempenho da oferta, principalmente: (i) no nível de emprego e desemprego ao longo do ano; (ii) no grau do retorno financeiro anual de capital, ou seja, nos ganhos ao longo do ano; e (iii) na política de fixação de preços, que tende a cobrar preços mais elevados na alta temporada para compensar possíveis prejuízos na baixa temporada. Esses fatores, além de comprometerem o desenvolvimento da atividade turística, impactam o nível de desenvolvimento econômico dos municípios litorâneos. Por outro lado, os efeitos da sazonalidade permitem a recuperação física dos atrativos turísticos do litoral, tais como a manutenção de trilhas utilizadas para visitação e a recuperação dos ecossistemas, já que não existe nos municípios uma prática planejada de manejo sustentável.

3.1.1.2. Perfil qualitativo dos segmentos atuais do Polo.

No que se refere ao tempo de permanência, pode-se perceber pelo esquema apresentado a seguir que a permanência média dos visitantes no litoral do Paraná está um pouco abaixo da média nacional, e acima da Região Sul. Considerando o período de 2000 a 2006, o tempo de permanência foi maior nos municípios de Pontal do Paraná, Guaratuba, Paranaguá e Matinhos, sendo que os turistas de procedência estadual, principalmente de Curitiba e Região Metropolitana, foram os que mais contribuíram para este cenário. Em contrapartida, este indicador foi menor nos municípios de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba.

Quadro 1 - Tempo de permanência médio, gasto per capita diário, tipo de hospedagem, meio de transporte e modo de viajar no Brasil, na região sul e no litoral paranaense - 2010

	No Brasil (turismo doméstico)	No Sul	No litoral do Paraná
Tempo de permanência médio (dias)	9,8 em 2009 9,4 em 2007	11,3 em 2001 6,9 em 2005	7,5 em 2000 8 em 2004 7,6 em 2006
Gasto per capita diário (R\$)	36,92 em 2005 25,47 em 2001	36,10 em 2005 22,97 em 2001	20,79 em 2000 21,78 em 2004 35,97 em 2006
Tipo de hospedagem	Hotel e pousadas 67,3% Casa amigos/parentes 22,7% Casa/apto alugado 6,4%	Casa amigos/parentes 60,2% Hotel e pousadas 25,1% Casa/apto alugado 6,4%	Casa/apto próprio 39,3% Casa amigos/parentes 28,1% Hotel e pousadas 13,7%
Meio de transporte	Automóvel 41,8% Ônibus 23,8% Avião 33,5%	Automóvel 45,7% Ônibus 25,5% Avião 12,1%	Automóvel 62,8% Ônibus 33,7%
Modo de viajar	Com família 65,7% Em grupo 17% Sozinho 10,8%	-	Com família 60,5% Sozinho 25% Em grupo 14,5%

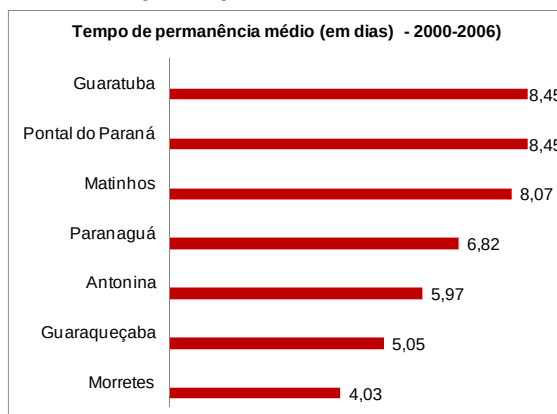
Fonte: Brasil: Ministério do Turismo, 2009; Sul: EMBRATUR, 2002; Litoral do Paraná: SETU, 2006.

Dos três municípios que apresentaram a menor média de permanência, Guaraqueçaba e Morretes obtiveram os melhores lugares no *ranking* dos municípios onde os visitantes mais gastam em um dia. Esses municípios, juntamente com Paranaguá, representam as localidades onde os visitantes mais gastam por dia, ultrapassando a média brasileira e do sul do país. Essa relação antagônica entre tempo de permanência e gasto médio diário nos municípios mencionados pode ser explicada, em parte, pelo meio de hospedagem, já que os gastos com hotéis e pousadas representam uma parte significativa dos custos de uma viagem. Em Morretes, Guaraqueçaba e Paranaguá, diferentemente dos outros municípios do litoral, os meios de hospedagem mais utilizados pelos turistas são os hotéis e pousadas.

Na relação oposta, os municípios nos quais os turistas permanecem por mais tempo e gastam menos diariamente, são aqueles em que o meio de hospedagem predominante é a casa própria e/ou alugada. Nesse grupo, estão os municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. Vale ressaltar, ainda, que estes municípios apresentam outra característica marcante: grande parte dos visitantes viaja com a família.

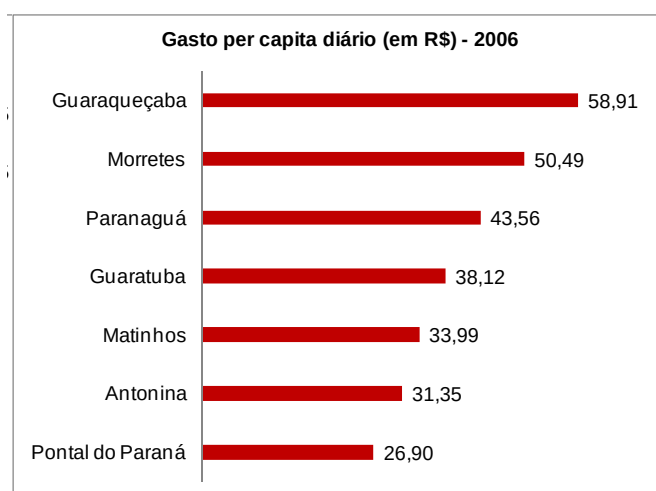
Assim, é possível identificar dois grupos de municípios, em função das características de visita dos turistas. O primeiro, representado por Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos, constitui um destino onde seus visitantes permanecem por mais tempo, mas, gastam menos diariamente, em relação aos outros municípios do litoral. Nesse grupo, os visitantes preferem ficar em casa própria e viajam, em grande maioria, com a família.

Gráfico 4 - Tempo de permanência médio – 2000-2006



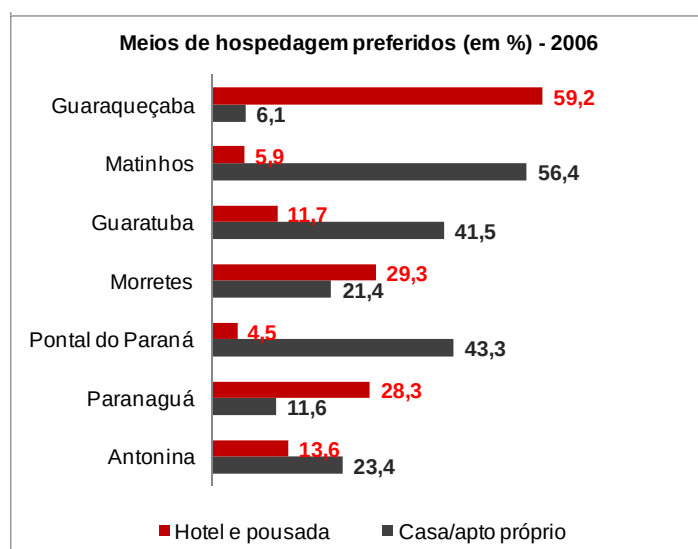
Fonte: SETU, 2007

Gráfico 5 - Gasto Per Capita Diário - 2006



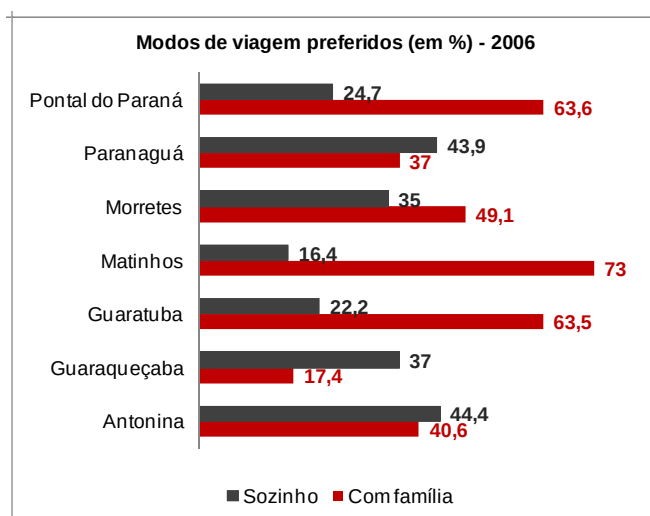
Fonte: SETU, 2007

Gráfico 6 – Meios de Hospedagem - 2006



Fonte: SETU, 2007.

Gráfico 7 – Modo de viajar dos turistas do Litoral Paranaense - 2006



Fonte: SETU, 2007

O segundo grupo, constituído pelos municípios de Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá representam os locais onde, diferentemente do anterior, os turistas permanecem por menos tempo, gastam mais diariamente, preferem hotéis e pousadas ou, ainda, utilizam *camping* como forma de hospedagem, e costumam viajar sozinhos.

Essa distinção impulsiona o nível de fidelidade de retorno do turista ao litoral. Percebe-se, pelo gráfico a seguir, que os municípios do primeiro grupo (Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná) são os destinos em que os visitantes retornam mais de uma vez por ano. Na situação oposta, nos municípios do segundo grupo, os turistas apresentam um nível de fidelidade menor e, ao mesmo tempo, esses municípios atraem mais turistas que visitam o destino pela primeira vez.

Gráfico 8 – Visitas aos destinos turísticos – 2006



Fonte: SETU, 2007

Gráfico 9 - Retorno aos destinos turísticos dos turistas do litoral paranaense - 2006



Fonte: SETU, 2007.

É possível observar características distintas entre essas localidades turísticas, o que demonstra alguns aspectos relativos ao perfil dos turistas do litoral e, conseqüentemente, da demanda turística. De um lado, de acordo com as peculiaridades do primeiro grupo, estão os visitantes com costumes menos aventureiros e que tendem a preservar seu ambiente doméstico, possuindo casa própria no litoral. De outro lado, no segundo grupo de municípios, estão visitantes aventureiros, que se afastam do ambiente doméstico e familiar, buscando um contato direto com a natureza e a cultura local. Por meio da identificação dessas características torna-se possível compreender porque as motivações mais apresentadas pelo turista do litoral são o contato com o sol, praia e natureza e como esses fatores constituem-se nos atrativos mais valorizados e visitados da região.

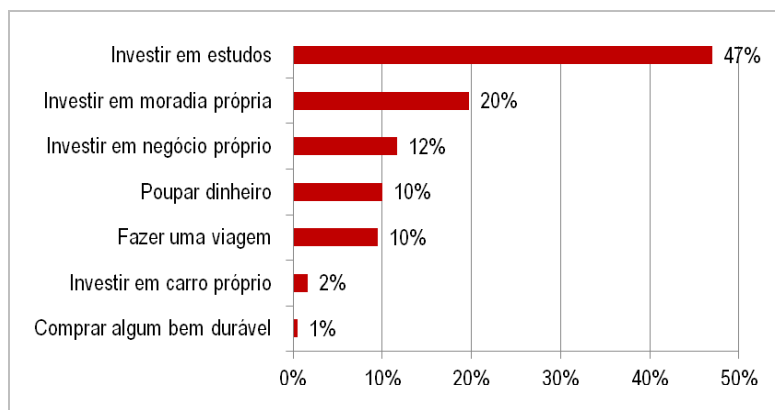
Resta ainda comentar sobre Antonina que, segundo o agrupamento identificado, não se encaixa em nenhum dos grupos. Essa característica *sui generis* indica que município está na linha de transição entre os dois perfis de visitantes, apresentando, ao mesmo tempo, dados relativos ao primeiro e ao segundo grupo.

3.1.1.2.1. Hábitos de informação e outros fatores que incidem sobre a decisão de viagem.

a) Fatores que incidem sobre a decisão de viagem.

Segundo Cooper (2007), a decisão de viagem é resultado de um processo que envolve uma diversidade de elementos sucessivos. Assim, de acordo com o gráfico apresentado a seguir, entre os fatores que definem a escolha de investimentos, apresentados pelos turistas de Curitiba, gastar com estudos próprios, em moradia, em negócio próprio e poupar dinheiro, constituem prioridades em relação às viagens. Realizar uma viagem aparece em quinto lugar e demonstra que os turistas do maior pólo emissor do litoral estão mais ligados a aspectos relativos à segurança financeira e material do que dispostos a realizar uma viagem.

Gráfico 10 - Prioridade de investimentos pessoais dos turistas de Curitiba - 2009

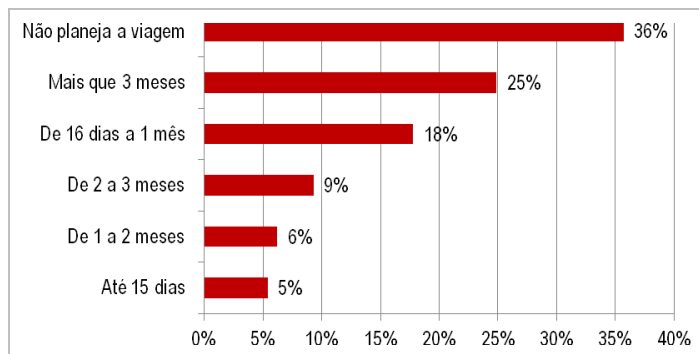


Fonte: SETU, 2007 e Ministério do Turismo, 2009.

b) Tempo de planejamento da viagem.

Quando efetivada a decisão de viagem, percebe-se, pelo gráfico abaixo, que cerca de 36% dos turistas de Curitiba não planeja a viagem previamente. No entanto, se o destino é o litoral, este fator se torna algo de menos importância no conjunto de planejamento de uma viagem, já que a distância é curta e a região dispõe de uma gama variada de serviços e equipamentos turísticos.

Gráfico 11 - Tempo de planejamento de viagem dos turistas de Curitiba ao litoral paranaense – 2009

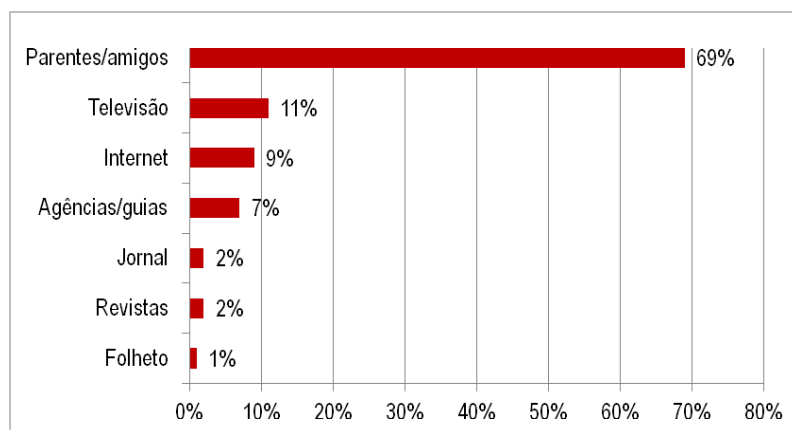


Fonte: SETU, 2007 e Ministério do Turismo, 2009.

c) Canais de informação.

Em relação a outro aspecto importante no processo de tomada de decisão de uma viagem, os canais mais utilizados, em 2006, pelos visitantes do litoral para reunir informações sobre passeios, hospedagens e alimentação são as conversas com amigos e/ ou parentes. Apesar de ser um forte veículo de informação, pois, por meio do diálogo, as pessoas podem reunir impressões e avaliações negativas e positivas sobre o destino, esse dado que os turistas não estavam tendo contato com o material de divulgação impresso e/ou virtual, vinculados pelos empreendimentos turísticos do litoral. Atualmente, esse cenário tende a modificar-se, pois a ADETUR e SETU vem trabalhando nesse sentido, conforme será apresentado no item Promoção e Comercialização.

Gráfico 12 - Canais de informações utilizados pelos visitantes do litoral paranaense – 2006



Fonte: SETU, 2007.

d) Destinos competidores contra os quais se compara a Área Turística

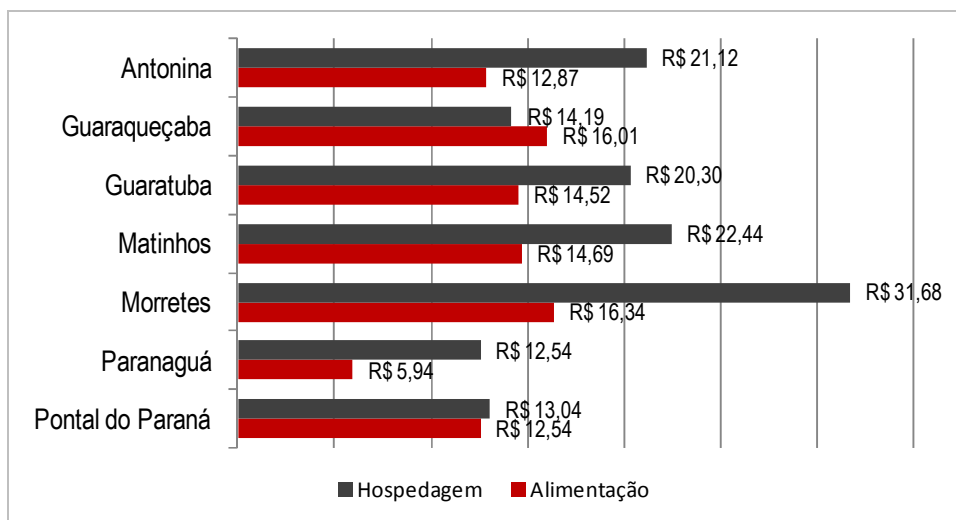
Segundo o Plano de Marketing da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná e pesquisas realizadas junto a agências de turismo e na internet, os principais destinos competidores do litoral paranaense são:

- **Santa Catarina no segmentos de Turismo de Lazer, Sol e Praia, Turismo Náutico, Ecoturismo Turismo de Pesca e Turismo de Aventura** – além da proximidade geográfica com a capital paranaense que influencia na decisão de viagem, Santa Catarina é referência nacional e internacional no que diz respeito as suas praias, principalmente as de Balneário Camboriú e de Florianópolis;
- **Litoral sul de São Paulo nos segmentos de Turismo Religioso, Turismo Cultural, Turismo Religioso e de Turismo de Lazer, Sol e Praia** – assim como as praias de Santa Catarina, o litoral sul de São Paulo apresenta proximidade geográfica com a capital (maior polo emissor de turistas para o litoral paranaense); além disso, a região se destaca por congregar paisagem naturais, praias e centros históricos.

3.1.1.2.2. Estrutura do gasto turístico.

Segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá e Ilha do Mel são os destinos onde os turistas mais gastam. No entanto, a análise da composição desses gastos torna possível identificar que existem algumas diferenças substanciais entre estes destinos. Morretes, Matinhos, Antonina e Guaratuba eram, em 2006, os destinos onde os visitantes gastaram mais com hotéis e pousadas, sendo que somente em dois, Morretes e Ilha do Mel, foram escolhidos como preferidos. Esse fato sugere que os preços dos meios de hospedagem em Matinhos, Antonina e Guaratuba são maiores em relação aos preços dos outros municípios. Em relação à alimentação, Morretes, Guaraqueçaba e Matinhos são os municípios onde os visitantes mais gastam.

Gráfico 13 - Composição dos gastos (R\$) diários dos visitantes do litoral paranaense – 2006



Fonte: SETU, 2007

Complementarmente, de acordo com a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, realizada pelo Ministério do Turismo em 2009, as atividades mais praticadas e, portanto, os que os turistas do Sul do Brasil mais gastam são passeios para conhecer pontos turísticos (36,5%), frequentar bares, restaurantes, discotecas e boates (19,3%) e conhecer pratos e comidas típicas (12,8%).

Tabela 19 - Atividades mais praticadas por turistas na região Sul - 2009

Passeios para conhecer pontos turísticos	36,50%
Ir para balada: bares, restaurantes, discotecas e boates	19,30%
Conhecer pratos e comidas típicas	12,80%
Atividades culturais	10,50%
Praticar atividades esportivas	8,00%
Fazer visitas a parques temáticos	5,30%
Frequentar praias/tomar sol	1,80%
Assistir a eventos esportivos	3,60%
Outros	2,10%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

3.1.1.3. Valorização da qualidade da oferta atual e determinação da imagem percebida da Área Turística

Segundo a SETU (2007), a avaliação da qualidade da oferta turística no Litoral do Paraná por parte dos visitantes tem sido boa, já que grande parte dos serviços e equipamentos turísticos recebeu avaliação positiva em 2004⁸. Restaurantes, hospedagem e vida noturna são os quesitos que receberam as melhores avaliações em todos os municípios do litoral do Paraná, sendo que as maiores notas foram dadas à vida noturna em Morretes⁹ e Matinhos, respectivamente.

Em contrapartida, sinalização e informações turísticas foram os elementos que apresentaram as maiores variações de respostas, ou seja, são os quesitos mais apresentaram avaliações regulares e ruins. Como será mostrado a seguir, esse aspecto também foi considerado como deficitário no item oferta de atrativos do presente capítulo.

⁸ Optou-se por esse ano, pois em 2005 não foi realizada a pesquisa em Guaraqueçaba.

⁹ Apesar da pesquisa apresentar a vida noturna em Morretes como um aspecto positivo, a visita *in loco* realizada pela equipe técnica do PDITS-LP considerou que este fator (vida noturna) apresenta-se carente de alternativas de lazer.

No que diz respeito ao conjunto de quesitos relacionados à avaliação da qualidade da oferta turística, a tabela a seguir demonstra que:

- **Matinhos** apresenta as maiores avaliações positivas, principalmente, nos quesitos: vida noturna com 81% de percepções boas, restaurantes (76%) e comércio em áreas urbanas (74%);
- **Morretes** possui a segunda maior avaliação positiva por parte dos visitantes, especialmente, nos quesitos: vida noturna (88%), restaurantes (82%) e comércio em áreas urbanas (80%). No entanto, diferentemente de Matinhos, Morretes apresenta poucas avaliações positivas nos itens entretenimento e lazer (30%) e informações turísticas (40%);
- **Pontal do Paraná** segue a tendências de avaliações positivas nos quesitos de destaque de Matinhos e Morretes, apresentando percentuais um pouco mais baixos;
- **Paranaguá** se destaca nos quesitos vida noturna (com 73% de avaliações positivas), restaurantes (73%) e entretenimento e lazer (67%);
- **Guaratuba** apresenta avaliações positivas nos itens hospedagem (74%) restaurantes (70%) e vida noturna (68%);
- **Antonina** destaca-se pelo artesanato (com 75% de avaliações positivas), hospedagem (74%) e restaurantes (66%); e **Guaraqueçaba** pelos restaurantes (69%), hospedagem (68%) e entretenimento e lazer (53%).

Tabela 20- Avaliação da qualidade da oferta turística pelo visitante do Litoral Paranaense (%) – 2004

Oferta turística	Avaliação	Matinhos	Morretes	Guaratuba	Antonina	Pontal do Paraná	Paranaguá	Guaraqueçaba	Média
Artesanato	Bom	62	62	67	75	51	47	37	58
	Regular	23	31	24	18	35	39	27	31
	Ruim	15	8	9	7	14	13	36	12
Comércio em área urbana	Bom	74	68	64	65	69	57	48	62
	Regular	15	29	31	29	22	28	45	27
	Ruim	11	3	6	7	10	15	8	12
Comércio em rodovias	Bom	73	80	56	50	65	65	18	61
	Regular	15	11	32	45	24	31	30	32
	Ruim	12	9	12	5	12	4	53	7
Entretenimento e lazer	Bom	55	74	63	51	49	67	53	57
	Regular	26	18	26	31	32	25	35	30
	Ruim	19	8	10	19	19	8	13	13
Informações turísticas	Bom	62	40	42	52	65	40	49	45
	Regular	17	47	16	30	22	27	35	31
	Ruim	21	13	42	18	13	33	17	24
Restaurantes	Bom	76	82	70	66	67	73	69	67
	Regular	18	16	23	27	27	25	23	28
	Ruim	6	3	7	7	6	2	8	6
Hospedagem	Bom	70	56	74	74	62	66	68	69
	Regular	16	36	22	22	26	24	16	24
	Ruim	14	8	4	4	12	10	16	7
Sinalização turística	Bom	70	30	40	44	58	60	22	58
	Regular	15	52	20	36	30	29	38	30
	Ruim	15	18	40	20	12	11	41	12
Vida Noturna	Bom	81	88	68	52	71	73	51	68
	Regular	16	12	21	27	24	18	33	23
	Ruim	3	***	11	21	5	9	17	9

Fonte: SETU, 2007.

Nota 1: não foram divulgados, pela Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, os quesitos avaliados e a metodologia utilizada para apresentação dos resultados. Para melhores informações consultar <http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>

Nota 2: Os dados divulgados pela Secretaria de Turismo do Estado do Paraná após 2004 apresentam apenas avaliações positivas, suprimindo as regulares e ruins. Dessa forma, optou-se por um cenário mais

amplo, disponível apenas para o ano de 2004, que apresentasse as várias escalas de opinião emitidas pelo visitante. Para melhores informações ver link acima.

3.1.1.4. Balanço das campanhas de promoção da Área Turística realizadas nos últimos três anos.

A presente análise está estruturada de forma a abordar as ações de promoção e comercialização realizadas pelo poder público, considerando: a SETU, a instância de governança regional (ADETUR Litoral), a Associação dos Municípios do Litoral – AMLIPA e as ações dos órgãos municipais.

A **SETU** é responsável pelo planejamento da atividade turística no Paraná e atua na promoção e comercialização do turismo no estado, através da Paraná Turismo, órgão responsável direto pela implementação dos programas e projetos previstos na Política Estadual de Turismo (*Site SETU*, 2010).

As ações de promoção e comercialização realizadas pela Paraná Turismo possuem um enfoque estadual, buscando divulgar o destino Paraná como um todo. Com o processo de regionalização do turismo, desencadeado pelo Ministério do Turismo, através do *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*.

A implementação do programa de regionalização do turismo no Estado do Paraná teve seu início no ano de 2003. Com o decorrer dos anos, as regiões turísticas nas quais o Paraná foi dividido sofreram alterações.

Assim, seguindo as diretrizes do *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil* e os critérios da divisão administrativa estadual, foram definidas, mediante ações de planejamento participativo, nove regiões turísticas: Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste e Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Centro, Centro-Sul e Sudoeste. A definição dessas nove regiões marca o início do processo de regionalização do Paraná.

Devido à solicitação de alguns municípios para mudar de região, foi realizada, em 2008, uma nova análise, acarretando no estabelecimento de mais uma região turística no Estado, perfazendo um total de dez regiões, assim organizadas e ainda vigentes: Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu; Litoral do Paraná; Rotas do Pinhão-Curitiba e Região Metropolitana; Campos Gerais do Paraná; Terra dos Pinheirais-Centro-Sul; Norte do Paraná; Corredores das Águas-Noroeste; Estradas e Caminhos-Centro; Riquezas do Oeste e Vales do Iguaçu-Sudoeste. Após a definição estratégica das regiões turísticas, a Paraná Turismo passou a trabalhar o *marketing* nas dez regiões, de maneira específica, de forma a destacar, em suas campanhas promocionais, as características presentes em cada uma delas. São enfatizados: gastronomia, cultura, belezas naturais e história de cada região, buscando formatar, desta forma, diferentes produtos do destino Paraná, com enfoques diversificados, aumentando, assim, a possibilidade de ampliação do público.

Na promoção e comercialização da região Litoral Paranaense, especificamente, o Estado trabalha com o material de divulgação regional. Alguns materiais têm foco na Ilha do Mel, principal responsável por Paranaguá ser considerado um dos 65 destinos indutores do Brasil, atuando como chamariz para os demais municípios da região. A Paraná Turismo elabora diferentes materiais de apoio, tais como mapas regionais; o Guia da Região do Litoral, atualizado todos os anos; material específico de divulgação da Ilha do Mel; e, informativo dos roteiros comercializados, disponível em inglês e espanhol.

Além da formatação de material de apoio, o Estado busca ampliar o público potencial, atuando no patrocínio de anúncios em revistas específicas do litoral, além de estar presente na internet, através do *site* oficial e com uma conta no *twitter*. Apesar de apresentar informações ao turista, o *site* apresenta um enfoque institucional, voltado a pesquisadores, e contribui de forma modesta para a promoção do litoral, através de serviços como “*Envie um postal*”; acesso ao calendário oficial de eventos 2010 e

destaque para a gastronomia típica paranaense, no qual informa sobre o barreado de Morretes.

Uma das maiores contribuições do Governo do Estado para a divulgação do litoral paranaense é incentivar a participação da região em eventos e feiras turísticas, tanto em âmbito estadual, quanto nacional e internacional. Segundo a diretoria de *marketing* da Paraná Turismo, o litoral está frequentemente presente em feiras e eventos que possuem *stand* do Estado, principalmente, mediante participação da ADETUR. Ainda, segundo a diretoria, o destaque da região do litoral ocorre, principalmente, nas ações realizadas na Argentina, que oferece um público com interesse em destinos de Sol e Praia.

Como ações, a Secretaria de Estado do Turismo participa do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, além de fortalecer a imagem do estado com ações de *marketing* no interior do Paraná, São Paulo, Uruguai e Argentina.

Atuando de forma mais local, os **Poderes Públicos Municipais** desenvolvem algumas ações em prol da promoção e comercialização do turismo. Segundo a prefeitura de Antonina, a Secretaria de Turismo produz material de apoio diversificado (*folders*, cartazes, banner, mapas, vídeos); participa de feiras e eventos através da ADETUR; realiza campanha de mala direta com operadoras turísticas; incentiva a divulgação em meios de comunicação, com reportagens em mídia impressa e redes de TV. Destaca-se o Carnaval da cidade e os segmentos de turismo de aventura, náutico e religioso.

Com relação à mídia digital, Antonina está em fase inicial. O *site* da prefeitura apresenta um caráter institucional, sendo que o incentivo ao turismo está timidamente presente na divulgação de alguns atrativos, galeria de fotos e indicação de como chegar ao município. Nenhum tipo de equipamento turístico é mencionado e, dos eventos anuais, apenas cinco estão divulgados.

Guaraqueçaba encontra-se debilitada na questão de promoção e comercialização do turismo. A prefeitura, atualmente, apresenta outras prioridades de investimento e o setor de *marketing* não tem recursos. O único material de apoio elaborado são cartazes e cartões postais, sem nenhum tipo de mídia digital ou *online*. A participação em eventos e feiras é rara, até pelo fato de não existir material para entrega nos *stands*.

Por sua grande riqueza cultural e natural, Guaraqueçaba é alvo de diferentes mídias sem custo, como reportagens em jornais, revistas e até mesmo livros específicos¹⁰. No entanto, a falta de organização destas informações faz com que, segundo a Prefeitura Municipal, Guaraqueçaba não seja devidamente relacionada aos seus atrativos. Esta situação se agrava quando se consideram as ilhas. Em muitas reportagens, a Ilha das Peças acaba sendo relacionada à Paranaguá, e o Superagui é tratado como algo à parte.

No *site* de Guaratuba é possível encontrar informações sobre equipamentos turísticos, como meios de hospedagem e alimentação. Informações sobre serviços de transporte, imobiliárias e mapas, facilitam o acesso do turista ao município. Por ser de caráter institucional, o *site* apresenta diversos serviços das prefeituras, como IPTU e informações sobre licitações. Entretanto, o excesso de funções para um único *site* provoca uma sobrecarga de informações, dificultando a consulta, o que pode levar o visitante a buscar as informações em outras fontes.

O município de Matinhos passa, atualmente, por um momento de poucos investimentos em ações de promoção e comercialização. O material de apoio necessita ser atualizado, o que tem acarretado uma redução na participação de eventos e feiras. Mesmo assim, o município é pautado em diversas reportagens em mídias impressas e digitais devido ao movimento no verão. A prefeitura de Matinhos utiliza-se, principalmente, do *site* institucional como meio de contato com os cidadãos e visitantes. Assim como em Guaratuba, o *site* apresenta muitas informações em um só lugar. É um *site* completo em relação ao turismo, com atrativos variados, galeria de fotos, contatos de meios de

¹⁰ É o caso do livro de Carlos Zanella de Aguiar e Edival Perrini - “Fandango do Paraná: olhares”, que trata dos fandangueros que habitam a região municipal.

hospedagem, alimentação, casas de shows e artesanato, dentre muitas outras informações que auxiliam, direta ou indiretamente, o turista ou visitante.

Morretes, entre os municípios analisados, foi o que apresentou maior preocupação com a questão do *marketing*. Suas ações de promoção e comercialização são planejadas e atuam sobre diferentes públicos e enfoques. De todo o material de apoio, os principais são: uma caracterização do litoral do Paraná como um todo; um *folder* com informações do município e mapa detalhado do mesmo e, o terceiro, um livreto no qual todas as folhas são um mapa, em que estão destacados os atrativos presentes. Morretes está presente tanto na mídia impressa quanto televisiva.

A participação do município em feiras e eventos é constante, tanto no nível estadual quanto nacional. Nos *stands*, segundo a prefeitura, Morretes apresenta e distribui um vídeo institucional, além dos três materiais de apoio mencionados anteriormente. Em alguns eventos, é oferecida uma degustação do barreado. Além da divulgação, o município também participa de rodadas de negócios para comercialização.

Com relação à mídia *online*, Morretes possui dois *sites* oficiais, um institucional e outro contratado. Ambos os *sites* são bem elaborados, com informações concisas e completas, que atraem e auxiliam o potencial turista ou visitante. O enfoque no turismo é tão aparente que mesmo o *site* da prefeitura possui pouca informação sobre a mesma; sua página inicial remete aos dois segmentos turísticos principais: o ecoturismo e o turismo de aventura. Já o *site* contratado apresenta uma proposta de divulgação diferenciada, buscando propiciar um espaço crítico e educacional, com enfoque na preservação da cultura, história e meio ambiente.

Outro ponto trabalhado pelo município de Morretes é a questão do contato direto com o turista. Busca-se um atendimento de qualidade nos postos de informações, além de ações de mala direta, com uma rede de mais de mil contatos, em que se divulgam festas, novidades, comemorações, eventos esportivos e outras notícias. Um dos fatores relevantes para essa organização é a existência de fortes associações diretamente vinculadas ao desenvolvimento do turismo.

O *site* da prefeitura de Paranaguá tem caráter institucional. Apresenta um Guia Turístico, com diversas informações relevantes para o potencial turista ou visitante, desde os atrativos turísticos principais até informações sobre equipamentos, como meios de hospedagem, alimentação, locais de vendas de artesanato e especificações de acesso (como chegar, horário e locação de barcos). A diversidade de informações, de caráter institucional e turístico, entretanto, dificulta o acesso. Em visita à Fundação de Turismo do Município, a equipe do PDITS-LP recebeu materiais impressos de grande qualidade visual.

Pontal do Paraná, assim como Matinhos, passa por um momento difícil em relação à promoção e comercialização do turismo. O material de apoio a ser entregue aos turistas ainda está em fase de elaboração, sendo que os poucos impressos disponíveis são utilizados apenas em eventos ou feiras, das quais Pontal do Paraná participa por meio da ADETUR. Com relação a ocorrências na mídia, a prefeitura possui parceria com a Paraná Educativa, RPC, Rede Massa, jornais da região e local, o que contribui para que Pontal do Paraná apresente um histórico de notícias em jornais televisivos e impressos, além de transmissão de notícias na rádio do município e na rádio da Ilha do Mel.

Já na mídia *online*, Pontal do Paraná começa a aparecer. O *site* está no início de sua construção, segundo a própria Prefeitura. A navegabilidade, por enquanto, é bem pequena. As informações são escassas, não apresentando nenhuma diretamente relacionada ao turismo, apenas algumas notícias. Mesmo as informações de caráter institucional são restritas, não contendo o contato das secretarias municipais, nem possibilitando outros serviços, além do IPTU. O *layout* é chamativo, com predominância do amarelo, remetendo ao aspecto de sol e praia, o qual se complementa com a mascote do *site*, o desenho de um sol.

Pelos depoimentos e pesquisa realizada pela equipe do PDITS-LP pode-se afirmar que muitas são as ações efetuadas pelas instâncias estaduais, regionais e municipais, desde a elaboração de materiais até o incentivo à participação em eventos. No entanto, mesmo com todo este investimento em promoção e comercialização, um aspecto que ainda precisa ser melhor desenvolvido, é a integração entre o setor público e o privado, de forma que ambas as partes trabalhem em sinergia e não de forma independente, como vem sendo feito. Na primeira oficina participativa do PDITS-LP foi identificada a carência de uma política regional de promoção e comercialização.

3.1.1.5. Identificação do portfólio estratégico de produtos turísticos/segmentos atuais da demanda.

O portfólio de produtos turístico da região litorânea é variado na sua oferta de atrativos e recursos naturais e culturais. O principal material de apresentação institucional do litoral, elaborado pelo Governo Federal, Estadual e Instância de Governança, distribuído nos espaços de promoção e comercialização, apresenta nove segmentos estratégicos para a região, são eles:

- a) Ecoturismo;
- b) Turismo de Aventura;
- c) Turismo Cultural;
- d) Turismo Religioso;
- e) Turismo Gastronômico;
- f) Turismo Náutico;
- g) Turismo de Pesca;
- h) Turismo de Negócios e Eventos;
- i) Turismo de Lazer, Sol e Praia.

Conforme análise decorrente, dentre os segmentos apresentados o de maior destaque em relação à quantidade de produtos e a estruturação da visitação é o turismo cultural. Em seguida, está o turismo de lazer, sol e praia, hoje atividade consolidada na região, que atrai, principalmente, o visitante do próprio estado nos momentos de alta temporada, caracterizando-se como um turismo de veraneio. O ecoturismo, também merece destaque no portfólio de produtos, pois a região encontra-se localizada no maior remanescente de floresta de Mata Atlântica, combinando diferentes ecossistemas em uma só região. Apesar do destaque é a atividade de menor grau de estruturação entre os segmentos estratégicos da região.

3.1.2. Análise da demanda turística potencial

3.1.2.1. Estimativa quantitativa aproximada e caracterização do perfil qualitativo dos segmentos potenciais.

Projetando os dados da demanda atual para o futuro¹¹, percebe-se que os municípios da Região Metropolitana de Curitiba e outros municípios do Paraná continuarão sendo os maiores pólos indutores do litoral. Ao mesmo tempo, a projeção mostra que, seguindo a tendência atual, a demanda, tanto nacional (outros estados) quanto a estrangeira, pode aumentar, demonstrando que o litoral pode ganhar certo destaque num futuro não muito distante. Vale destacar que o aumento previsto para 2010 em relação aos anos anteriores, cerca de 1,8 milhões de turistas, está ligado ao crescimento populacional de

¹¹ Para que as projeções fossem muito próximas da realidade, as estimativas foram feitas utilizando-se técnicas multivariadas da estatística. Por isso, além da utilização de "alisamentos" e do modelo de regressão estatisticamente significativo ($p=1,3\%$), buscou-se corrigir as inferências com diferentes pesos para variáveis, como, por exemplo, a projeção da população de Curitiba, a projeção da demanda do turismo de Curitiba, a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil. Estatística de regressão: R múltiplo = 0,818387, R-Quadrado = 0,669757, R-quadrado ajustado = 0,614717, Erro padrão = 91575,47.

Curitiba e, principalmente, da Região Metropolitana. Para os anos seguintes, 2015 e 2020, existe uma pequena perspectiva de diminuição, em função da tendência histórica de decréscimo no volume de turistas ao longo dos anos, conforme mostrado na tabela a seguir.

Tabela 21– Projeção de turistas por procedência no Litoral/PR – 2007/2020

Anos	Curitiba e RMC	Outros PR	Outros estados	Outros países	Total
2007	2.255.814	750.768	442.041	59.640	3.508.264
2008	2.018.953	671.938	395.627	53.378	3.139.896
2009	2.061.553	686.116	403.975	54.505	3.206.148
2010	2.105.052	700.593	515.623	55.655	3.376.922
2015	2.336.707	777.691	572.366	61.779	3.748.542
2020	2.593.854	863.273	635.353	68.578	4.161.058

Fonte: FAUEPG, 2010

Notas: 1. Os anos de 2007 e 2008 foram estimados a partir da média de crescimento ponderada do total de turistas descontados o fator de crescimento da crise econômica mundial no Brasil para 2008. A partir de 2009, foi estabelecido o fator de crescimento da demanda turística a partir da taxa de crescimento médio do turismo no Paraná, associada à taxa de crescimento do turismo no Sul do país e à propensão marginal a consumir do turismo no Brasil, com ponderação de 25% de crescimento da demanda turística para o caso dos “outros estados”.

Segundo o Ministério do Turismo¹², do total de turistas potenciais brasileiros, 13,2% demonstram estar interessados em conhecer a região Sul e, destes, 3,2% visitariam o Paraná o que implicariam numa demanda potencial de 5,6 milhões turistas¹³.

a) Motivações.

Os potenciais turistas identificados pela pesquisa do Ministério do Turismo¹⁴ poderiam viajar motivados, principalmente, por conhecer locais com grande beleza cênica e natural (33,9%) e também em busca de praias (21,2%). As atividades pretendidas pelos turistas ao conhecerem esses lugares são compatíveis com as ofertadas pelo litoral do Paraná, uma vez que 42% dos turistas potenciais pretendem realizar passeios para conhecer pontos turísticos, 23,8% pretendem visitar bares, restaurantes e afins e 9,6% estariam interessados em conhecer pratos e comidas típicas.

Tabela 22 - Principais motivações de viagem e atividades pretendidas durante a viagem - 2009

Principal motivo da escolha		Atividades pretendidas durante a viagem	
Beleza natural	33,90%	Passeios para conhecer pontos turísticos	42%
Praia	21,20%	Ir para balada: bares/restaurantes/discotecas/boates	23,80%
Cultura local	13,20%	Conhecer pratos e comidas típicas	9,60%
Perfil do local	12,50%	Praticar atividades esportivas	8,20%
Festa popular	6,30%	Atividades culturais	6,40%
Outros	12,90%	Outros	10%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

b) Fatores intervenientes na decisão de viajar.

Ao analisar a Tabela 23, pode-se inferir que as tendências de comportamento e hábitos de compra por parte da demanda são influenciadas por diversos fatores intervenientes, dentre os quais o preço é o mais relevante, com 27,6%. Considerando, portanto, o preço como um fator que dificulta a concretização de viagens, entende-se que a demanda potencial por produtos turísticos é elástica, visto que esta torna-se sensível à variação de preços. Ressalta-se ainda a situação da economia brasileira, diante da valorização da

¹² Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009

¹³ Ministério do Turismo. Turismo no Brasil: 2010-2014.

¹⁴ Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009

moeda nacional frente a outras moedas, que amplia a concorrência com destinos internacionais, principalmente na América Latina.

Os outros fatores influentes no processo de decisão de viajar revelam que o processo de comercialização e a própria dinâmica do mercado turístico impedem o avanço nas vendas dos produtos turísticos domésticos, tanto de forma isolada, como integrada. Tal situação acusa a necessidade de estímulo à qualificação da gestão privada e a melhoria dos processos de comercialização desses produtos.

Tabela 23– Fatores que dificultam a venda do produto turístico - 2006

Fator	%
Preço	27,60
Falta de divulgação	11,10
Qualidade no atendimento	10,10
Falta de infraestrutura dos destinos e acessos	9,60
Disponibilidade de voos	8,60
Segurança	7,60
Problemas com operadores	4,60
Falta de preparo dos receptivos	4,00
Câmbio baixo, facilidades e ofertas internacionais	3,60
Concorrências entre operadores e agências de viagens	2,00
Pouca oferta	2,00
Situação econômica dos brasileiros	2,00

Fonte: Ministério do Turismo. Plano Cores, 2006

c) Gasto médio.

Segundo dados do Ministério do Turismo¹⁵, os potenciais turistas estimam gastar cerca de R\$ 2.800 com o total da viagem. Na visão do público entrevistado, hospedagem e transporte são os itens com os quais mais gastariam em uma viagem, seguido de alimentação e passeios.

Tabela 24- Gasto médio estimado com a viagem - 2009

Gasto total	2.873,40
Hospedagem e transporte	1.248,56
Alimentação	516,13
Passeios	450,52
Presentes	329,53
Deslocamentos locais	328,66

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

d) Modo de viajar.

Caso a viagem fosse concretizada, os potenciais turistas viajariam preferencialmente com seus cônjuges e filhos (31%), seguido de somente cônjuge (20,3%) e outros parentes (16,10%). Conforme tabela abaixo, a preferência por viajar sozinho corresponde a preferência de 16,3% do público.

¹⁵ Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009.

Tabela 25 – Modos de Viajar - 2009

Conjuge e filhos	31,00%
Conjuge	20,30%
Outros parentes	16,10%
Amigos	11,40%
Sozinho	16,30%
Em grupo/pacote turístico	4,20%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

e) Permanência Média.

A pesquisa do Ministério do Turismo¹⁶ revela ainda o tempo de permanência médio da demanda potencial. Conforme pode ser observado na tabela 26, essa média de permanência seria de 10,17 dias.

Tabela 26 – Permanência Média - 2009

Até uma semana	52,90%
De uma a duas semanas	31,60%
De duas a quatro semanas	12,00%
Mais de um mês	0,50%
NS/NR	3,10%
Média (dias)	10,17

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

f) Época de realização da viagem.

A época de realização de viagens avaliada como preferida pela demanda potencial é no período de férias (73,00%). Posteriormente, os feriados, finais de semana prolongados e recessos são indicados (47,80%), seguidos dos finais de semanas normais (16,10%).

Tabela 27 – Época de realização da viagem, - 2009

Férias	73,00%
Feriados / finais de semana prolongados / recessos	47,80%
Finais de semana normais	16,10%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

g) Meios de hospedagem.

Os dados do Ministério do Turismo¹⁷ também apontam os meios de hospedagem preferidos da demanda potencial. Conforme tabela abaixo, o meio de hospedagem mais citado foi o hotel (38,9%), seguido da pousada (28,4%) e casa de amigos e familiares (20,8%).

Tabela 28 – Meios de hospedagem - 2009

Hotel	38,90%
Pousada	28,40%
Casa de amigos/familiares	20,80%
Casa alugada	8,40%
Chalé	1,80%
Outros	1,80%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

^{16,17} Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009.

h) Meios de transporte.

No que diz respeito aos meios de transporte, os ônibus e vans são indicados como preferidos pela demanda potencial (40,20%), seguidos dos automóveis (35,50%) e avião (24,10%).

Tabela 29 – Meios de transporte - 2009

Automóveis / Carros	35,50%
Ônibus / Vans	40,20%
Avião	24,10%
Outros	0,20%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

3.1.2.2. Identificação de elementos críticos que influem no processo de tomada de decisões de compra da viagem dos segmentos potenciais.

Segundo Ferreira (2010), os fatores que influenciam no processo de decisão de compra de uma viagem normalmente estão ligados a aspectos culturais, sociais, pessoais, econômicos e psicológicos.

Conforme tabela abaixo, verifica-se que falta de condições financeiras se constitui no principal elemento que influencia a decisão de compra de uma viagem turística. O segundo elemento crítico diz respeito a falta de interesse por viagens o que pode ser reflexo da pouca divulgação dos destinos turísticos nos meios de comunicação de massa. Chama também a atenção o fato de que 4,2% dos potenciais turistas elegerem como elemento crítico o medo da violência.

Tabela 30- Elementos que influenciam na decisão de compra de uma viagem - 2009

Falta de condições financeiras	55,70%
Não tem interesse em viajar	23,40%
Tem interesse em viajar para o exterior	6,80%
Medo de violência	4,20%
Está poupando para comprar um bem	3,60%
Outros	6,30%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

A tomada de decisão de uma viagem nem sempre é um processo simples e, normalmente, estão envolvidas diversas variáveis. Entende-se ainda que um critério decisivo nesse processo é a distância a ser percorrida para se chegar a Área Turística, visto que o acesso é predominantemente realizado por vias terrestres, o acesso aéreo mais próximo é através do Aeroporto Internacional Afonso Pena, localizado no município de São José dos Pinhais, num raio de aproximadamente 100 km do Litoral Paranaense. Tendo como subsídio os dados da tabela 23 do item 3.1.2.1, nota-se que as condições de acesso é um dos fatores relevantes no processo de decisão de viajar, considerando neste sentido a distância a ser percorrida.

Em análises e diagnósticos empresariais realizados por entidades do Estado, nota-se que há acentuada dificuldade dos empresários em gerenciar seus empreendimentos, principalmente no que concerne ao conhecimento e aplicação da legislação vigente, aos controles administrativos e contábeis e a própria operação dos serviços. Essas constatações reforçam a necessidade de qualificação da gestão privada, no sentido de aprimorar os produtos e serviços ofertados para garantia de satisfação e segurança da demanda atual e potencial, fatores que interferem diretamente nos custos de realização da viagem.

Além disso, o estudo do Ministério do Turismo¹⁸ também abordou a seguinte questão direcionada aos turistas potenciais: “*existe alguma coisa que poderia ser ofertada para que o seu destino de viagem seja dentro do Brasil?*”. A resposta de grande parte dos entrevistados a questão foi que as agências poderiam oferecer pacotes com menores custos (13,6%) e que fosse estabelecida algum tipo de política de redução das passagens aéreas (6,6%) e dos serviços de hospedagem (3,8%), facilitando o acesso ao turismo doméstico.

3.1.2.3. Nível de expectativas dos diferentes segmentos potenciais..

Considerando o nível de expectativa dos segmentos potenciais, verifica-se pela tabela abaixo que grande parte dos potenciais turistas esperam boas condições em relação a praticamente todos os itens relacionados a viagem. O item que apresentam o maior nível de expectativa positiva diz respeito as opções de lazer já que 90,4% dos turistas potenciais consideram esse item essencial.

Tabela 31- Expectativas positivas em relação aos aspectos da viagem - 2009

Hotéis/pousadas	85,30%
Rede de restaurantes	87,00%
Segurança para os turistas	64,30%
Opções de lazer	90,40%
Meios de transportes	73,00%
Quantidade de informações turísticas	77,30%
Qualidade das informações turísticas	77,70%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

Ressalva-se também que a expectativa em relação a Área Turística diferencia-se entre os segmentos potenciais que são observados. Para o Turismo de Sol e Praia a expectativa está voltada para a qualidade da estrutura física nos atrativos turísticos para satisfazer o turista durante sua experiência turística. Esse segmento está diretamente associado à água e seus espaços imediatos, como os principais recursos turísticos e de lazer. Conforme o Caderno de Segmentação¹⁹ do MTUR, esses espaços também estão associados a atividades náuticas, de pesca, de aventura, de ecoturismo e outras, tendo em vista suas características transversais, abrangendo outros segmentos turísticos, com destaque para o Turismo Cultural e o Ecoturismo. Isso permite que Área Turística diversifique ainda mais a sua oferta turística, apresentando diversas possibilidades de contato e de conhecimento da cultura local e da diversidade natural existentes.

Para o desenvolvimento desses segmentos é importante entender os princípios básicos da escolha do destino entre os diferentes grupos de consumidores, visualizando suas necessidades, desejos e satisfações. Nota-se características comuns aos turistas e usuários das praias motivados pelo desejo de descanso, práticas esportivas, diversão e novas experiências no Litoral Paranaense. Ressalta-se, portanto, a importância da valorização da qualidade ambiental das praias, através de processos de educação, informação, gestão ambiental, segurança e equipamentos turísticos. É imprescindível que os empreendimentos e a localidade sejam planejados, considerando as particularidades sociais e ambientais das praias paranaenses, no intuito de constituírem-se vetores de desenvolvimento sustentável, nos âmbitos ambiental, social e histórico-cultural, corroborando para a conservação dos recursos naturais e culturais.

Considerando os dados apresentados na Tabela 23, alguns fatores dificultam a venda de um destino turístico, como é o caso da falta de infraestrutura adequada e a qualidade no

¹⁸ Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009

¹⁹ Turismo de Sol e Praia: Orientações Básicas, 2010.

atendimento, esta relacionada aos serviços turísticos e recursos humanos disponíveis. Sendo assim, infere-se que os padrões de qualidade mínimos que devem ser respeitados estão relacionados diretamente com uma infraestrutura adequada, capaz de atender as necessidades da demanda futura, assim como os serviços turísticos, entenda-se como os bens físicos e humanos, que devem ser adequados e capacitados para o incremento da demanda turística.

3.1.2.4. Hábitos de informação e compra dos diferentes segmentos potenciais.

Os canais mais utilizados pelos turistas potenciais para buscar informações no planejamento de uma viagem são as conversas com amigos e parentes (47,7%). Percebe-se, desse modo, que parentes e amigos se consituem em importante veículo promocional, demonstrando a necessidade de proporcionar boas experiências ao turista que visita o litoral. O segundo canal eleito foi a internet com 30,9% das respostas, confirmando a importância desse veículo na promoção e comercialização da oferta turística.

Tabela 32– Canais de informações mais utilizados

Parentes e amigos	47,70%
Internet	30,90%
Televisão	7,00%
Artigos em jornais	5,10%
Agências de turismo	4,30%
Revistas de turismo	4,20%
Outros	0,80%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

Quando efetivada a decisão de viagem, percebe-se, pela tabela a seguir, que 31% dos turistas potenciais não planejam a viagem previamente; 27,6% planejam por mais de 3 meses e 17,2% gastam entre 16 e 30 dias delineando os preparativos para a viagem.

Tabela 33 – Tempo de planejamento da viagem - 2009

Até 15 dias	7,80%
De 16 dias a 1 mês	17,20%
De 1 a 2 meses	7,90%
De 2 a 3 meses	8,10%
Mais que 3 meses	27,60%
Não planeja a viagem	31,20%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

Em relação as formas de compra da viagem, verifica-se na tabela abaixo que grande parte dos turistas potenciais preferem negociar diretamente seja por telefone (39,10%), pela internet (16,3%) ou pessoalmente (3,1%).

Tabela 34– Forma de negociação da compra da viagem – 2009

Diretamente por meio do telefone	39,10%
Diretamente por meio da internet	16,30%
Diretamente e negociado pessoalmente	3,10%
Via agência de turismo negociado pessoalmente	37,10%
Via agência de turismo negociado por telefone	4,20%
Outros	0,20%

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

3.1.2.5. Grau de conhecimento e interesse da demanda potencial.

A partir de estudos realizados pela SETU para delinear o perfil do turista no Litoral Paranaense, nota-se a percepção desse turista em relação a infraestrutura da Área Turística e aos principais serviços ofertados. A média geral para a qualificação 'bom' corresponde a 52,9%, tendo destaque os critérios de rodovias de acesso, hospedagem e restaurantes avaliados como bons por 82,7%, 18,8% e 70,6% dos entrevistados, respectivamente.

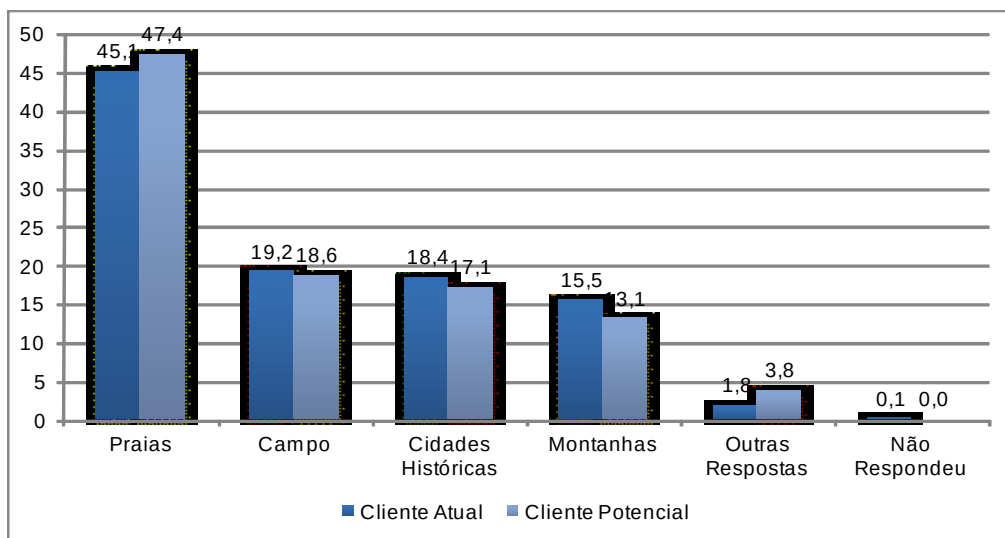
Tabela 35 – Avaliação do Litoral Paranaense – 2006

Critério	Qualificação (%)		
	Ruim	Regular	Bom
Limpeza	16,3	27,9	55,8
Segurança	11,3	21,6	67,1
Atendimento Médico	19,7	25,9	54,4
Vias Urbanas	14,2	27,9	57,9
Saneamento Básico	29,0	26,3	44,7
Rodovias de Acesso	5,0	12,3	82,7
Hospedagem	3,6	17,6	78,8
Restaurante	7,6	21,8	70,6
Informação Turística	19,0	23,0	58,0
Lazer	16,0	24,7	59,3
Sinalização Turística	14,4	21,7	63,9
Média Geral	13,6	23,5	52,9

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

De acordo com os dados do MTUR, aproximadamente metade dos turistas brasileiros busca praias como destinos ou roteiros turísticos, sendo o campo o segundo roteiro mais procurado e em terceiro lugar as cidades históricas, conforme pode ser observado abaixo. Isso reflete na potencialidade da Área turística, enquanto destino em que se identificam produtos nos segmentos de turismo de sol e praia, ecoturismo e turismo cultural, através de seu conjunto de atrativos naturais e suas cidades históricas.

Gráfico 14 – Roteiros preferidos – média ponderada



Fonte: Mtur. Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009.

3.1.2.6. Identificação de destinos competidores.

O Estado do Paraná, ainda em processo de investimento no mercado turístico nacional, busca posicionamento e notoriedade através do desenvolvimento de novos produtos e da qualificação dos existentes.

Entre os principais destinos competidores ainda ganha destaque o nordeste brasileiro, diante de imenso reconhecimento e apelo de consumo de seus produtos ligados ao Turismo de Sol e Praia e Turismo Cultural. Nota-se também que outros destinos vem ganhando mercado no âmbito internacional, como a Argentina e o Chile.

Conforme aponta os estudos realizados para o Plano de Marketing da SETU, os principais concorrentes dos produtos turísticos paranaenses no mercado nacional são:

- Santa Catarina (para o segmento de sol e praia;
- Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (para o segmento cultural);
- Minas Gerais e Mato Grosso (para o segmento ecoturismo);
- Santa Catarina e São Paulo (para o segmento turismo de aventura).

3.1.3. **Análise da oferta turística da área**

A análise realizada neste tópico tem como objetivo retratar o cenário atual da oferta existente turística no litoral paranaense, nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. Para tanto, a análise está estruturada em duas grandes temáticas: valiação dos recursos e atrativos turísticos e avaliação dos equipamentos e serviços turísticos existentes.

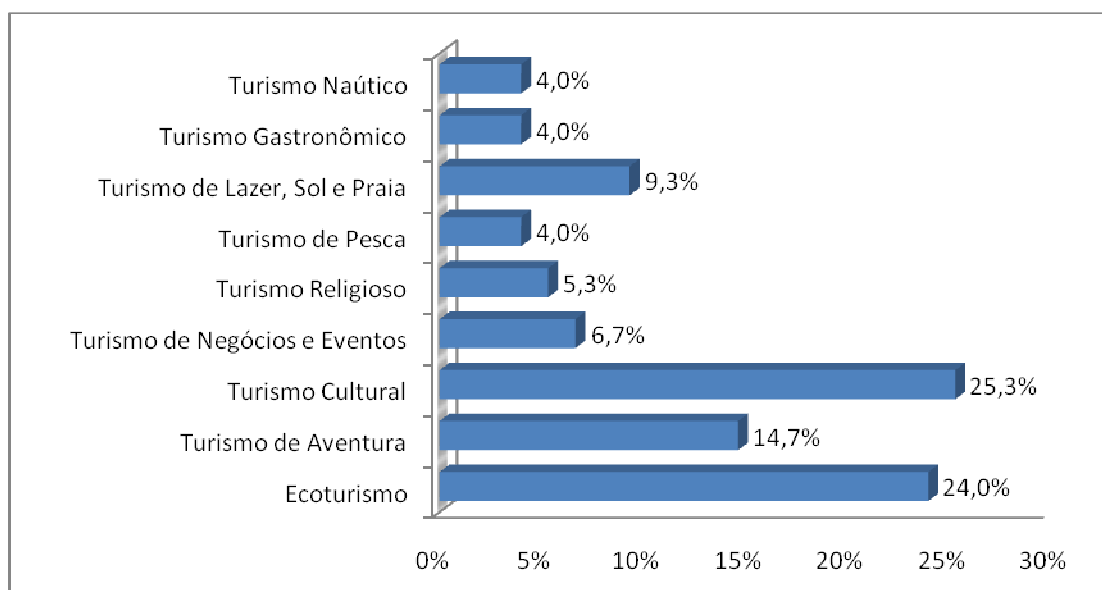
Na avaliação dos recursos e atrativos turísticos, tomou-se como referência o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011, o qual identificou os atrativos turísticos e a relação as linhas de produto existentes. Com o objetivo de identificar os atrativos com maior potencialidade, foi elaborada a hierarquização dos atrativos já mapeados, para a definição estratégica das linhas de produto conforme vocação turística da área.

Já em relação aos serviços e equipamentos turísticos, para a compreensão do perfil base das atividades características do turismo, foram analisados os seguintes estabelecimentos: meios de hospedagem, os serviços de alimentação, os equipamentos de eventos, as operadoras de turismo, os espaços de lazer e os postos de informações turísticas. Para a análise da oferta de equipamentos de hospedagem utilizou-se como base de informação o documento “Apostila do Litoral Paranaense 2010” 20 SETU e o estudo “Paraná Indicadores do Turismo – série histórica de 2002 a 2006”²¹, também organizado pela SETU. Outra fonte de informações relevante utilizada foi o estudo da Cadeia Produtiva do Turismo, desenvolvido pelo IPARDES, em 2006, em parceria com SETU. Para complementar os dados em uma análise qualitativa, a equipe técnica do PDITS-LP desenvolveu a Pesquisa PDITS Litoral Paranaense, tendo como foco os meios de hospedagem e os serviços de alimentação.

3.1.3.1. Avaliação dos Recursos e Atrativos Turísticos.

A análise da oferta turística em função dos tipos de turismo que venham a subsidiar o delineamento da projeção do posicionamento de mercado foi inicialmente estruturada a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011, elaborado pelo SEBRAE em parceria com a instância de governança regional, ADETUR e com o poder público estadual. Nos debates promovidos, identificaram-se, em relação aos atrativos do Litoral Paranaense, três segmentos prioritários o Turismo Cultural (25,3%), Ecoturismo (24%) e Turismo de Aventura (14,7%).

Gráfico 15 - Atrativos Turísticos por Segmento



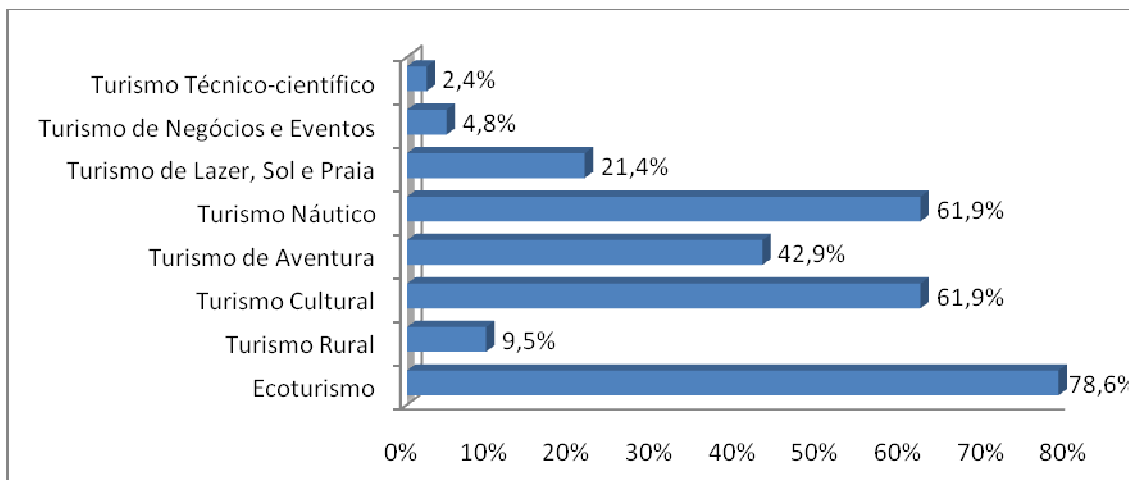
Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011. Região Turística Litoral do Paraná – Brasil Curitiba, 2008.

Já em relação aos roteiros existentes, comercializados por agências e operadoras, o mesmo plano destaca, também, o turismo náutico. Os demais segmentos se apresentam em menor proporção, como apresentado em ambos os gráficos, tratados, desta forma, como produtos complementares, os quais potencializam a diversificação da oferta.

²⁰ Apesar deste documento não apresentar a totalidade das informações da oferta, pois não tem um caráter técnico como os inventários turísticos, foi adotado como referência porque apenas Antonina, Guaratuba e Matinhos disponibilizaram os inventários atualizados. Optou-se, portanto, por uma análise padronizada das informações, resgatando dados específicos de alguns municípios.

²¹ O ano de 2006 é o mais atualizado com dados específicos do polo, pois apesar da existência de um estudo referente aos anos de 2006 a 2008, o estudo analisa o interior do Estado em sua totalidade, inserindo o litoral nessa realidade.

Gráfico 16 - Segmentos por roteiros



Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011. Região Turística Litoral do Paraná – Brasil Curitiba, 2008.

Neste sentido, considerando a análise proposta pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011, os segmentos apontados como estratégicos são: o Turismo Cultural, Turismo de Aventura, Ecoturismo e o Turismo Náutico.

Considerando a potencialidade projetada, vale ressaltar, que o Turismo de Lazer, Sol e Praia, tem características peculiares que devem ser destacadas, pois a análise proposta pelo plano citado se refere a quantidade de atrativos e roteiros, o que, neste caso, não demonstra a representatividade do mercado. O turismo de lazer, sol e praia, tem duas peculiaridades que tornam quantitativamente menos expressivo, primeiramente em relação a quantidade de atrativos, tendo em vista que longas faixas de areia, intensamente procurada pelos veranistas, são contabilizada, na maioria dos casos, como apenas um atrativo. Outra destaque se dá em relação a formatação de roteiros, já que esse tipo de turismo se caracteriza por ser uma atividade de veraneio, e que portanto, o perfil da visita não requer a compra de roteiros. Neste sentido, considera-se que, pela relevância na participação do mercado turístico da área, o segmento é estratégico para a definição de políticas públicas do presente programa.

Para complementar a análise e identificar as necessidades de investimento conforme linha estratégica dos produtos turísticos identificou-se a necessidade de hierarquização dos atrativos. A metodologia de hierarquização dos atrativos do litoral paranaense adotada neste trabalho tomou como base a proposta da SETU. Foram avaliados 107 atrativos, nos sete municípios da região, considerando quatro dimensões, cada qual contendo cinco critérios de análise, distribuídos da seguinte forma: (a) condição de acesso do atrativo (peso 4): acesso, sinalização, transporte, qualidade do trajeto e distância; (b) condição de uso do atrativo (peso 3): receptivo, segurança, limpeza, comunicação, interpretação; (c) atratividade (peso 3): originalidade ambiental/cultural, sazonalidade, importância ambiental/cultural, grau de conservação e importância para o poder público; (d) valor intrínseco (peso 10). Cada critério recebeu notas, avaliadas por duas pessoas da equipe PDTIS-LP, por meio da visita in loco.

As hierarquias foram definidas a partir do índice (nota), sendo a terceira a de maior valor para o desenvolvimento turístico da área conforme definição a seguir.

- 1) Hierarquia III: atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado turístico, capaz de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais com nacionais (índice de 2.30 a 3.00).
- 2) Hierarquia II: atrativo turístico de grande valor e de médio significado para o mercado turístico, capaz de motivar importantes correntes de visitantes (índice de 1.50 a 2.29).
- 3) Hierarquia I: atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais, atual ou potencial, e de interessar visitantes nacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas (índice de 0.70 a 1.49).

Quadro 2 - Hierarquização dos atrativos Litoral do Paranaense

Municípios	Atrativos	Tipologia	A	U	AT	VI	Soma	Índice	Hierarquia
Antonina	Produção bala de banana	Atividades Econômicas	0	0	4.2	10	14.2	0.71	I
	Mirante da Pedra	Atrativo Natural	4	0.6	3	10	17.6	0.88	I
	Recanto Rio do Nunes	Atrativo Natural	3.2	2.4	4.2	10	19.8	0.99	I
	Ponta da Pita	Atrativo Natural	4	2.4	4.2	10	20.6	1.03	I
	Prainha e Ponta da Pita	Atrativo Natural	4.8	4.8	4.8	10	24.4	1.22	I
	Festa de Nossa Senhora do Pilar	Eventos Permanentes	0	0	0.6	30	30.6	1.53	II
	Theatro Municipal de Antonina	Atrativo Cultural	4	4.8	5.4	20	34.2	1.71	II
	Rio Cachoeira- Rafting	Atrativo Natural	5.6	4.8	4.8	20	35.2	1.76	II
	Porto de Antonina-Terminal Barão de Tefé	Atrativo Cultural	4.8	3.6	7.2	20	35.6	1.78	II
	Usina Hidrelétrica Gov. Viriato Parigot	Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas	4	6.6	7.2	20	37.8	1.89	II
	Mercado do Artesanato	Atrativo Cultural	6.4	7.2	5.4	20	39	1.95	II
	Igreja Nossa Senhora do Pilar	Atrativo Cultural	4	3.6	5.4	30	43	2.15	II
	Estação Ferroviária	Atrativo Cultural	4	3.6	6.6	30	44.2	2.21	II
	Festival de Inverno UFPR	Eventos Permanentes	5.6	4.2	4.8	30	44.6	2.23	II
	Centro Histórico Antonina	Atrativo Cultural	5.6	4.2	6.6	30	46.4	2.32	III
	Carnaval de Antonina	Eventos Permanentes	7.2	3.6	6	30	46.8	2.34	III
	Baía de Antonina	Atrativo Natural	5.6	4.2	7.2	30	47	2.35	III
	Pico Paraná	Atrativo Natural	4	5.4	7.8	30	47.2	2.36	III
Guaraqueçaba	Mirante Serra Negra	Atrativo Natural	3.2	0	1.8	10	15	0.75	I
	Morro do Quitumbê	Atrativo Natural	4	1.2	4.8	20	30	1.50	I
	Vila de Superagui	Atrativo Cultural	4.8	1.8	6.6	20	33.2	1.66	II
	Comunidade Barbados	Atrativo Cultural	4	4.8	6.6	20	35.4	1.77	II
	Casa da Cultura	Atrativo Cultural	4.8	6	4.8	20	35.6	1.78	II
	Igreja Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões	Atrativo Cultural	5.6	4.8	5.4	20	35.8	1.79	II
	Bertioga	Atrativo Cultural	4.8	5.4	7.8	20	38	1.9	II
	Encontro de Cultura e Fandango	Eventos Permanentes	4	1.8	5.4	30	41.2	2.06	II
	Casa do Artesanato - Provopar	Atrativo Cultural	4	5.4	4.8	30	44.2	2.21	II
	Parque Nacional do Superagui	Atrativo Natural	3.2	4.8	8.4	30	46.4	2.32	III
	Reserva Natural Salto Morato	Atrativo Natural	3.2	7.2	6.6	30	47	2.35	III
	RPPN Sebuí	Atrativo Natural	3.2	7.2	7.8	30	48.2	2.41	III

Municípios	Atrativos	Tipologia	A	U	AT	VI	Soma	Indice	Hierarquia
	Baía dos Pinheiros	Atrativo Natural	4	6	8.4	30	48.4	2.42	III
Guaratuba	Porto Beach Fun	Atrativo Cultural	4	4.8	5.4	10	24.2	1.21	I
	Praça Alexandre Mafra	Atrativo Cultural	4.8	3.6	6	10	24.4	1.22	I
	Morro do Cristo / Brejatuba	Atrativo Cultural	6.4	3	5.4	10	24.8	1.24	I
	Praia Central de Guaratuba	Atrativo Natural	6.4	4.8	5.4	10	26.6	1.33	I
	Centro Histórico de Guaratuba	Atrativo Cultural	3.2	4.2	3.6	20	31	1.55	II
	Praia de Coroados	Atrativo Natural	3.2	3.6	4.8	20	31.6	1.58	II
	Praia das Caieiras	Atrativo Natural	4	3.6	4.2	20	31.8	1.59	II
	Praia Barra do Saí	Atrativo Natural	4	4.2	4.2	20	32.4	1.62	II
	Praia do Brejatuba	Atrativo Natural	3.2	4.2	5.4	20	32.8	1.64	II
	Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso	Atrativo Cultural	4	4.8	4.8	20	33.6	1.68	II
	Lagoa do Parado	Atrativo Natural	4	3.6	6.6	20	34.2	1.71	II
	Maricultura	Atividades Econômicas	0	0	4.2	30	34.2	1.71	II
	Festa do Divino	Eventos Permanentes	6.4	4.2	4.2	20	34.8	1.74	II
	Estrada do Cabaraquara	Atrativo Cultural	4.8	5.4	5.4	20	35.6	1.78	II
	Morro do Cabaraquara	Atrativo Natural	5.6	2.4	5.4	30	43.4	2.17	II
	Salto Parati	Atrativo Natural	4	3.6	6.6	30	44.2	2.21	II
	Baía de Guaratuba	Atrativo Natural	5.6	4.8	7.2	30	47.6	2.38	III
Matinhos	Prainha de Caiobá	Atrativo Natural	3.2	2.4	1.2	10	16.8	0.84	I
	Praia de Matinhos	Atrativo Natural	4.8	4.2	3	10	22	1.1	I
	Praia Brava (Caiobá)	Atrativo Natural	5.6	4.2	4.8	10	24.6	1.23	I
	Ilha das Tartarugas	Atrativo Natural	5.6	4.2	6	10	25.8	1.29	I
	Morro do Escalvado/Cruz/Margarida	Atrativo Natural	4	1.8	3.6	20	29.4	1.47	I
	Morro do Boi	Atrativo Natural	4.8	2.4	4.2	20	31.4	1.57	II
	Rally Náutico de Caiobá	Eventos Permanentes	4.8	4.8	5.4	20	35	1.75	II
	Parque Florestal Rio da Onça	Atrativo Natural	4	6.6	4.8	20	35.4	1.77	II
	Praia Mansa de Caiobá	Atrativo Natural	4.8	4.8	6	20	35.6	1.78	II
	Praia Brava	Atrativo Natural	5.6	4.8	6.6	20	37	1.85	II
	Igrejinha de São Pedro	Atrativo Cultural	4	4.2	5.4	30	43.6	2.18	II
	Sesc Triathlon	Eventos Permanentes	8	4.8	4.2	30	47	2.35	III
Morretes	Igreja Nossa Senhora do Porto	Atrativo Cultural	4.8	4.8	4.8	20	34.4	1.72	II
	Estrada das Prainhas	Atrativo Cultural	6.4	4.2	5.4	20	36	1.8	II
	Recanto Cascatinha	Atrativo Cultural	4.8	6	5.4	20	36.2	1.81	II
	Reserva Romanetto	Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas	3.2	6.6	6.6	20	36.4	1.82	II
	Estrada do Anhaia	Atrativo Cultural	7.2	4.2	5.4	20	36.8	1.84	II
	Produção de Cachaça	Atividades Econômicas	3.2	0	3.6	30	36.8	1.84	II
	Rio Nhundiaquara- Bóia cross	Atrativo Natural	5.6	5.4	7.2	20	38.2	1.91	II
	Salto dos Macacos/ Salto Redondo	Atrativo Natural	4	0.6	4.2	30	38.8	1.94	II
	Salto Fortuna	Atrativo Natural	4	3	6	30	43	2.15	II
	Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes	Eventos Permanentes	6.4	4.8	4.2	30	45.4	2.27	III
	Caminho do Itupava	Atrativo Cultural	6.4	3.6	7.8	30	47.8	2.39	III
	Estrada da Graciosa	Atrativo Cultural	6.4	3	8.4	30	47.8	2.39	III

Municípios	Atrativos	Tipologia	A	U	AT	VI	Soma	Indice	Hierarquia
	Parque Estadual do Marumbi	Atrativo Natural	4.8	7.8	9	30	51.6	2.58	III
	Barreado- Restaurantes	Atrativo Cultural	7.2	6.6	9	30	52.8	2.64	III
	Centro Histórico de Morretes	Atrativo Cultural	8.8	7.8	7.8	30	54.4	2.72	III
	Passeio de trem	Atrativo Cultural	7.2	8.4	9	30	54.6	2.73	III
Paranaguá	Praia do Miguel	Atrativo Natural	4.8	4.2	6	10	25	1.25	I
	Praia de Fora	Atrativo Natural	6.4	6	5.4	10	27.8	1.39	I
	Exposafra	Eventos Permanentes	4	4.2	3.6	20	31.8	1.59	II
	Festa da Tainha	Eventos Permanentes	4	4.8	3	20	31.8	1.59	II
	Festa Nossa Senhora dos Navegantes	Eventos Permanentes	0	0	2.4	30	32.4	1.62	II
	Gruta das Encantadas	Atrativo Cultural	6.4	3.6	4.2	20	34.2	1.71	II
	Mercado Municipal do Café	Atrativo Cultural	5.6	4.2	4.8	20	34.6	1.73	II
	Vila das Peças	Atrativo Cultural	4	6	5.4	20	35.4	1.77	II
	Igreja São Benedito	Atrativo Cultural	4.8	2.4	8.4	20	35.6	1.78	II
	Praia de Fora (Encantadas)	Atrativo Natural	4.8	4.2	7.2	20	36.2	1.81	II
	Mercado Municipal Newton Abel de Lima	Atrativo Cultural	5.6	5.4	6.6	20	37.6	1.88	II
	Vila de Encantadas	Atrativo Cultural	4.8	6.6	6.6	20	38	1.9	II
	Fortaleza- Ilha do Mel	Atrativo Cultural	5.6	4.2	9	20	38.8	1.94	II
	Porto Dom Pedro II	Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas	4	7.2	8.4	20	39.6	1.98	II
	Fandango- Ilha dos Valadares	Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas	4	1.2	7.8	30	43	2.15	II
	Festa da Padroeira da Nossa Senhora do Rocio	Eventos Permanentes	3.2	5.4	5.4	30	44	2.2	II
	Centro Histórico Paranaguá	Atrativo Cultural	4	3	7.8	30	44.8	2.24	II
	Farol das Conchas	Atrativo Cultural	5.6	3.6	8.4	30	47.6	2.38	III
	Baía de Paranaguá	Atrativo Natural	4.8	6	8.4	30	49.2	2.46	III
	Museu da Arqueologia e Etnologia do Paraná	Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas	6.4	7.2	7.8	30	51.4	2.57	III
	Floresta Estadual do Palmito	Atrativo Natural	4	6.6	6.6	30	47.2	2.36	III
	Ilha Do Mel - Caminhadas	Atrativo Natural	5.6	8.4	7.8	30	51.8	2.59	III
Pontal do Paraná	Balneário Shangrilá	Atrativo Natural	4	4.8	3	10	21.8	1.09	I
	Balneário Santa Teresinha	Atrativo Natural	4.8	4.8	3	10	22.6	1.13	I
	Ipanema	Atrativo Natural	4.8	4.8	3	10	22.6	1.13	I
	Pontal do Sul	Atrativo Natural	3.2	3.6	4.8	20	31.6	1.58	II
	Praia de Pontal do Paraná	Atrativo Natural	5.6	4.2	4.8	20	34.6	1.73	II
	Centro de Estudos do Mar UFPR	Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas	4.8	5.4	7.2	20	37.4	1.87	II
	Arquipélago dos Currais	Atrações Técnicas, Científicas ou Artísticas	4	4.2	7.2	20	35.4	1.77	II
	Estrada do Guaraguaçu	Atrativo Cultural	5.6	3	8.4	20	37	1.85	II
	Sambaqui Guaraguaçu	Atrativo Cultural	5.6	3.6	6	30	45.2	2.27	III

FONTE: FAUEPG, 2010

Legenda: A – Condições de Acesso / U – Condições de Uso / AT – Atratividade / VI – Valor Intrínseco

A hierarquização demonstra que os atrativos comportam estrategicamente o desenvolvimento dos segmentos de mercado vinculados ao ecoturismo e turismo cultural como os de maior amplitude competitiva. Entretanto, destaca-se a necessidade de inserir no processo de planejamento o turismo de sol e praia tendo em vista a demanda atual da área turística. Neste sentido, as praias consideradas de hierarquia II, nos municípios de

Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, foram consideradas relevantes no presente processo.

Com o objetivo de demonstrar a importância de cada um dos principais atrativos demonstrando a situação atual e a forma de inserção no produto segue a descrição analítica dos mesmos.

O litoral do Paraná possui ao todo **39 atrativos culturais**, sendo **8 prioritários**, localizados em zonas urbanas e áreas rurais. Dos sete municípios do litoral paranaense, Paranaguá, Antonina e Morretes são os mais representativos, sobretudo devido aos seus centros históricos.

Em **Paranaguá**, a relevância cultural e histórica decorre do fato de seu centro estar entre os mais antigos do Brasil e constituir-se como conjunto tombado em nível federal. Na década de 1990, obras de revitalização iniciadas no município, com ações de recuperação de fachadas, tratamento visual e instalação de atracadouros para barcos de passeio, permitiram a consolidação de Paranaguá no segmento cultural.

Situada na parte Sul da Ilha do Mel, a Vila das Encantadas, também conhecida por Prainha, conta com morros, praias e bicas de água potável e um famoso forró. Está localizada na porção mais tranquila da Ilha, onde não há concentração expressiva de turistas fora da alta temporada. Por este fato, a vila é considerada um atrativo, visto que a possibilidade de um maior contato com a comunidade é também um fator motivacional.

Também na Ilha do Mel encontra-se o **Farol das Conchas**, atrativo pertencente à categoria III na hierarquização. Datado de 1872, foi construído por ordem do Imperador D. Pedro II em prol da navegação comercial, servindo até hoje de instrumento de orientação para as embarcações que trafegam pela baía. Apesar de não estar aberto à visitação interna, o farol é ponto de fluxo turístico devido à vista panorâmica proporcionada do alto do Morro das Conchas onde ele está localizado. Por estar presente em grande parte dos materiais de divulgação da Ilha do Mel, a comercialização deste atrativo apresenta qualidade e alcance a diferentes públicos. Com relação à infraestrutura, o farol apresenta-se em ótimo estado de conservação, com uma recente restauração feita pelo IPHAN. A sinalização e o caminho de acesso ao atrativo estão de acordo com as necessidades de orientação e segurança dos visitantes. Considerado um dos símbolos da Ilha do Mel, o Farol das Conchas, por sua importância histórica, contribui diretamente com o fortalecimento do turismo cultural na região.

Figura 5 - Farol das Conchas e paisagem circundante



Fonte: FAUEPG, 2010.

O município de Paranaguá ainda conta com um atrativo de grande destaque: o **Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE da UFPR**, classificado na Hierarquia III. Inaugurado em

1962 como o primeiro museu universitário do Estado do Paraná, o MAE é um dos atrativos culturais mais significativos, pois possui originalidade na região e até mesmo no contexto nacional, tanto pela sua arquitetura e história (uma das edificações mais antigas de origem jesuítica) quanto pelo seu acervo, composto por artefatos coletados em pesquisas arqueológicas e etnográficas, principalmente no Paraná. Atualmente, o museu recebe cerca de 2.300 pessoas por mês e possui um acervo de aproximadamente 70.000 peças, divididas em quatro grandes coleções: Arqueologia, Cultura Popular, Etnologia e Documentação Sonora, Visual e Textual. A divulgação, no entanto, ainda é incipiente, não estando o museu incluído em roteiros comerciais, nem em publicações nacionais. O acesso ao atrativo, por via pavimentada, não possui sinalização turística dentro dos padrões oficiais o que pode dificultar a vinda do visitante por falha na orientação da localização do Museu. Além disso, o MAE não possui um projeto museológico adequado para atender à demanda de visitantes e conservação do acervo, o que constitui um entrave para o desenvolvimento turístico, não só do município como do litoral como um todo.

Figura 6 - Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE da UFPR



Fonte: FAUEPG, 2010.

O **Centro Histórico de Morretes**, um dos atrativos prioritários (Hierarquia III) do município, está localizado às margens do Rio Nhundiaquara, onde casarios coloniais do século XVIII e XIX, lojas de artesanato, feiras de produtos locais, igrejas históricas e praças bucólicas se misturam ao verde da natureza. O setor histórico de Morretes é o menor da região em termos de dimensões e de remanescentes arquitetônicos, porém não é menos significativo historicamente, pois possui paisagem representativa do período colonial²². Principal ponto de fluxo de visitantes e turistas, o centro histórico apresenta destaque nos materiais promocionais do município, estando incluído em roteiros comerciais. O estado de conservação e infraestrutura disponível possuem ótima qualidade, com sinalização dentro dos padrões oficiais, serviços de limpeza e segurança adequados as necessidades e boa estrutura de atendimento aos visitantes. A ótima qualidade do centro histórico de Morretes reforça o turismo cultural como principal seguimento desenvolvido no município.

²² Recentemente obras de infraestrutura foram promovidas contemplando as seguintes ações: (i) execução de 38,1 km de pavimentação asfáltica e ciclovias; (ii) construção de 70 m de passarela sobre o Rio Nhundiaquara; (iii) ampliação do centro de eventos de Morretes; (iv) aquisição de equipamentos para o centro de eventos; (v) restauração da Igreja São Benedito de Morretes; (vi) restauração da Igreja São Sebastião do Porto de Cima; (vii) restauração da Casa Rocha Pombo e (viii) paisagismo da Praça Porto de Cima.

Figura 7 - Centro Histórico de Morretes



Fonte: FAUEPG, 2010

A principal atração gastronômica de Morretes é o **Barreado**, prato tradicional do litoral paranaense originado, possivelmente, dos portugueses vindos de Açores que se instalaram na região. Esse atrativo, considerado de nível III na hierarquização, é constituído, basicamente, de carne cozida acompanhada por arroz, farinha de mandioca e banana ou laranja. O barreado é o prato comumente servido nos restaurantes locais, sendo facilmente encontrado nos estabelecimentos do Centro Histórico. A imagem do município está fortemente ligada ao barreado, fato reconhecido amplamente pela comunidade local. Podem-se encontrar referências ao prato em todos os materiais promocionais de Morretes, tanto nos produzidos pelo poder público quanto pela iniciativa privada. A preocupação com a qualidade dos serviços de alimentação por parte dos estabelecimentos reflete a importância do barreado na economia e no fluxo turístico do município.

O **Caminho do Itupava**, bem como os demais caminhos coloniais, se enquadram na categoria de sítios arqueológicos históricos lineares, que testemunham um precioso patrimônio cultural e natural, principalmente nos trechos calçados, em plena floresta da Mata Atlântica da Serra do Mar. O Itupava é de grande interesse de visitação, sendo considerado um atrativo de nível III na hierarquia, no entanto, sua comercialização e divulgação restringem-se a região, estando presente em roteiros comercializados por agências locais, mas com pouco alcance nacional ou internacional. A infraestrutura é considerada precária para o fluxo de visitantes, necessitando de reparos, manutenção e controle devido às ações antrópicas de degradação. Mesmo o atrativo contando com um centro de visitantes nas duas extremidades, Quatro Barras e Morretes, que servem como recepção, apoio, e local de informações e orientações aos usuários, não há mecanismo formalizado para o ordenamento da atividade turística, controle ambiental e preservação do patrimônio cultural e natural, principalmente ao longo do percurso, fato que, além de contribuir para impactos negativos na fauna e na flora local, também resulta na incidência de criminalidade, como assaltos e furtos aos visitantes.

Outro caminho colonial considerado prioritário ao turismo da região é a **Estrada da Graciosa**, que, assim como o caminho do Itupava, liga Quatro Barras a Morretes, diferenciando-se, por permitir o tráfego de automóveis e outros transportes motorizados, ao contrário do Itupava que só pode ser percorrido a pé ou de bicicleta. A Estrada da Graciosa, de 1873 até 1950, ano de construção da BR277, era a única estrada pavimentada do Paraná, sendo o principal acesso do primeiro planalto ao litoral, caracterizando-se como uma via de grande importância para a economia estadual.

Atualmente a **Estrada da Graciosa** possui relevância turística por cruzar trechos preservados da floresta da Mata Atlântica, permitindo maior contato dos visitantes com as belezas naturais da região. A divulgação e comercialização possui forte alcance nacional, a Estrada da Graciosa está presente em guias de ampla circulação e roteiros tanto institucionais quanto comerciais. A infraestrutura de visitação é bem distribuída ao longo

do percurso e encontra-se em bom estado de conservação. Placas de sinalização turística estão dentro dos padrões oficiais e recantos e churrasqueiras mantêm-se próprios para uso devido, principalmente, aos empreendimentos privados instalados ao longo do trajeto. Apesar de apresentar grande potencial para o fortalecimento do turismo cultural na região, a Estrada da Graciosa é mais conhecida devido as características naturais da Serra do Mar, do que pela relevância histórica do trajeto.

Além do Caminho do Itupava e da Estrada da Graciosa, é possível realizar a travessia da Serra do Mar utilizando-se o transporte ferroviário. O **passeio turístico de trem** realizado, atualmente, pela empresa Serra Verde Express, representa mais uma ligação entre os municípios de Curitiba, Morretes e Paranaguá, além servir de principal acesso ao Parque Estadual do Marumbi. Este atrativo, considerado de hierarquia III, apresenta uma divulgação e promoção de ótima qualidade. O passeio está presente em roteiros comerciais, publicações nacionais e matérias promocionais com versões bilíngües. A infraestrutura de visitação possui alto grau de qualidade, a sinalização está de acordo com os padrões oficiais, serviços de limpeza, recepção e segurança atendem as necessidades dos visitantes e os equipamentos estão em bom estado de conservação. No entanto, a tarifa cobrada pelo passeio, assim como o baixo número de opções de horário (apenas uma saída por dia de Curitiba) contribui diretamente para que este não seja o meio de transporte mais utilizado para o visitante ou turista chegar ao litoral do Paraná.

Outro município cujo centro histórico é de grande importância para a cultura local é **Antonina**.

Figura 8 - Centro Histórico de Antonina



Fonte: FAUEPG, 2010.

Ao todo, o município possui seis atrativos culturais, sendo que boa parte dos aspectos históricos de Antonina está expressa na sua paisagem urbana, caracterizada pelas ruas estreitas e calçadas com paralelepípedos, remanescentes das tradições culturais e religiosas que ainda sobrevivem, e a arquitetura luso-brasileira, edificada em pedra.

O **centro histórico**, atrativo classificado com hierarquia III, ainda é testemunha da fase áurea de Antonina, com edificações remanescentes da arquitetura eclética e arquitetura romântica, caracterizada pela forma do telhado, com cumeeira perpendicular à fachada, utilizando o sótão, uso da camarinha e ornamentação de beiral (lambrequins). Nele também está localizada a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e também a Praça Beira Mar que representam locais de relevante importância histórica e cultural, tanto pela localização central quanto pela vista que oferece das ilhas e montanhas do município. Apesar de estar incluído em roteiros turísticos comerciais, este atrativo possui uma divulgação restrita a localidade, não sendo mencionado em materiais de distribuição nacional ou roteiros institucionais. Com relação a infraestrutura, a sinalização apresenta-se precária, com reduzido número de placas e indícios de vandalismo. A existência de pontos com baixa iluminação compromete a sensação de segurança, principalmente a noite. Por apresentar um fluxo de visitantes expressivo para o município, a conservação

dos espaços públicos do Centro Histórico necessita de maior atenção por parte do poder público, principalmente com relação às edificações, as quais carecem de manutenção e revitalização.

Com relação à Guaratuba e Matinhos, comparativamente com os outros municípios, os bens históricos são reduzidos. No Centro Histórico de **Guaratuba**, embora ocupado oficialmente por volta de 1765, muito pouco foi mantido da arquitetura colonial. Contudo, o Centro do município ainda preserva algumas características históricas, como a Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso e a atual Casa da Cultura. Construída no século XVII, a Igreja Matriz mantém a imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso (padroeira da cidade de Guaratuba), e foi tombada em 1972 pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Casa da Cultura, localizada em frente à Baía de Guaratuba, na Praça dos Namorados, atualmente contribui para difundir informações sobre a cultura caiçara na região. Também deve ser ressaltado o potencial cultural da Igrejinha de São Pedro em **Matinhos**, construída entre os anos de 1938 e 1944, que se constitui no único bem histórico do município. Em 1987 ela foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná.

No município de **Pontal do Paraná**, o **Sambaqui do Guaraguaçu**, atrativo prioritário (hierarquia III) localizado dentro de terra da tribo Guarani, possui importância histórica, arqueológica e cultural, não apenas para os indígenas como também para os moradores da região e visitantes. O sambaqui em forma de morro permite uma vista panorâmica do município e é um dos principais representantes da ocupação de grupos pré-coloniais de pescadores e coletores de moluscos no litoral, desde aproximadamente oito mil anos atrás. No entanto, esse atrativo possui ainda baixo reconhecimento turístico, não apresentando uma divulgação ou comercialização expressiva, sendo mais visitado por um público que vem a região inicialmente por outro motivo. Para acessar o Sambaqui é necessário utilizar a Estrada Ecológica do Guaraguaçu, onde existem alguns restaurantes familiares e projetos comunitários para produção artesanal, além de atendimento ao visitante e comercialização do “café caiçara”. A infraestrutura de acesso é considerada precária, poucas são as placas de sinalização e o percurso não é pavimentado. Mesmo com alguns equipamentos de alimentação, a visita ao Sambaqui é desordenada e não possui monitoramento. O local encontra-se em estado de degradação e abandono apesar de sua fragilidade e importância histórico-cultural para a região.

Vale ressaltar que a maioria dos atrativos pode ser acessada via transporte público ou até mesmo a pé, já que estão próximos aos centros urbanos. Mas, apesar da proximidade e representatividade dos atrativos culturais do litoral paranaense, alguns entraves ainda existem tais como: a sinalização turística (indicativa e interpretativa) é precária e inexistente; falta qualificação da gestão, da infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares; não há uma ação pública que integre a história da colonização e período posterior com o conjunto de bens culturais existentes nos municípios de Paranaguá, Morretes e Antonina;) as comunidades residentes das ilhas têm um baixo aproveitamento do potencial cultural e natural e estão pouco organizadas para trabalhar com o turismo; e alguns bens culturais imateriais estão em decadência e não são aproveitados e promovidos turisticamente, como no caso dos saberes associados ao fandango, os fazedores de canoa de um pau só, as cesteiras e as farinhas espalhadas por todo litoral paranaense.

O Litoral Paranaense possui 47 **Atrativos Naturais**, sendo 11 prioritários (conforme observado no *Quadro 2, Hierarquização dos Atrativos Litoral Paranaense*, neste documento) vinculados em grande parte ao segmento de Sol e Praia e Ecoturismo. Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba ganham especial destaque por suas praias, que anualmente recebem milhares de turistas.

O município de **Antonina**, que também se destaca no segmento de Ecoturismo, apresenta dois atrativos naturais prioritários: o Pico do Paraná e a Baía de Antonina.

O **Pico do Paraná**, o mais alto do sul do Brasil, proporciona aos aventureiros mais de oito horas de *trekking*, além de oferecer algumas oportunidades de escalada. A promoção e comercialização voltam-se principalmente ao público dos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura devido ao perfil da demanda. A infraestrutura de acesso é precária. Apesar da sinalização no início da trilha ser adequada, o percurso apresenta trechos de cruzamento entre trilhas, o que pode confundir os visitantes, principalmente a noite. Os próprios frequentadores das trilhas do Pico Paraná são em grande parte os responsáveis pela manutenção e conservação dos percursos. No entanto, apesar do trabalho que grupos e clubes de montanhistas desenvolvem, observam-se muitos trechos de erosão além de outros impactos negativos oriundos do baixo controle do fluxo de visitação, fato que reforça a necessidade de ações em prol da estruturação do Pico do Paraná.

Figura 9 - Pico Paraná



Fonte: <http://fazendapicoparana.altamontanha.com/mural.asp>

A **Baía de Antonina** por estar localizada no prolongamento da Baía de Paranaguá, mais no interior do continente, oferece aos seus visitantes águas calmas e rasas, boas para passeios de barcos e pesca. Além disso, devido ao porto de Antonina, o tráfego de embarcações é constante. Do ponto de vista turístico a divulgação da baía é incipiente, com alcance regional. Apesar de o acesso ser precário, a infraestrutura no atrativo atende as necessidades atuais de uso, o qual é frequentado principalmente pela comunidade local.

Figura 10 - Baía de Antonina



Fonte: FAUEPG, 2010

Além dos atrativos ligados ao sol e praia, as baías dos municípios de Guaraqueçaba, Paranaguá e Antonina apresentam atrativos turísticos de relevância ambiental e originalidade no contexto nacional. Além de se constituírem como atrativos prioritários para o desenvolvimento da região, as baías contribuem para o embelezamento

paisagístico e podem fornecer elementos potencializadores para o ecoturismo e turismo de aventura.

Figura 11 - Baía de Guaraqueçaba



Fonte: FAUEPG, 2010

Em **Guaraqueçaba**, destaca-se a **Baía dos Pinheiros**, onde está localizada a Ilha de Superagui e a Ilha das Peças, ambas integrantes do **Parque Nacional do Superagui**.

A **Baía dos Pinheiros**, por suas águas calmas rodeadas de fauna e flora preservada, apresenta grande importância turística, sendo considerado de hierarquia III. A comunidade beneficia-se da vinda dos visitantes e turistas comercializando passeios de barcos e voadeiras principalmente para transporte às principais ilhas. A infraestrutura é reduzida, com acesso precário e sem sinalização turística, no entanto, é este aspecto “virgem” da baía que atrai visitantes, tanto nacionais quanto internacionais, os quais vem em busca dos remanescentes da Floresta Atlântica e da fauna característica da região. Pela imagem voltada a preservação ambiental a Baía apresenta como principal segmento o ecoturismo.

O **Parque Nacional do Superagui**, atrativo prioritário, criado em 1989, engloba as Ilha de Superagui, a Ilha das Peças, a Ilha de Pinheiro e a Ilha do Pinheirinho, com uma área de 33.988,00 ha.

A divulgação e comercialização do Parque concentram-se, sobretudo, nas duas ilhas mais visitadas, Ilha de Superagui e Ilha das Peças, e na observação da fauna. A infraestrutura é reduzida, com áreas de mínima intervenção e até mesmo pontos onde não é permitido o acesso de visitantes. O principal atrativo é a Praia Deserta, cuja extensão de 38 km de praia virgem pode ser visitada a pé ou de bicicleta.

Partindo da Ilha das Peças é possível fazer passeio até o berçário de botos e à Ilha do Superagui, que recebe todos os anos um grande número de turistas à procura de contato com a natureza. As duas Ilhas não possuem atualmente uma estrutura adequada para atendimento aos visitantes, tais como postos de informações turísticas e de receptivo turístico. Próximas às Ilhas das Peças e do Superagui, estão as comunidades de Ilha Rasa e Barbados, que recebem fluxo turístico, mas não possuem infraestrutura adequada para recepcionar seus visitantes, o que prejudica o desenvolvimento da atividade turística no município.

Localizada a aproximadamente trinta minutos de barco a motor da sede do município de Guaraqueçaba, Ilha Rasa é um local de grande beleza cênica, que possui uma área dotada de elementos naturais singulares, além de flora e fauna significativas. O local é hoje um dos dormitórios das populações do papagaio-de-cara-roxa, ou chauá, ameaçado de extinção, podendo ser observadas revoadas durante o ano todo. A Cooper-guará Ecotur – cooperativa de moradores voltada ao turismo, promove uma articulação dos

moradores e os serviços que cada um oferece, possibilitando a venda de pacotes turísticos completo. A atividade turística, desta forma, passa a ser uma alternativa de renda e uma ferramenta para conscientização e preservação do ambiente. Ainda em Guaraqueçaba, destaca-se a riqueza cultural da comunidade de Barbados, localizada no Parque Nacional de Superagui. Nessa comunidade viveu o pintor Willian Michaud, entre 1852-1902, sendo possível conhecer a cópia das suas obras, expostas em painéis na casa comunitária de Barbados.

Dois exemplos de contribuições oriundas da iniciativa privada para a conservação ambiental e fortalecimento do ecoturismo em Guaraqueçaba são: a Reserva Natural Salto Morato e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Sebuí – RPPN Sebuí, ambos atrativos considerados prioritários (Hierarquia III).

A **Reserva Natural Salto Morato**, pertencente a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, foi fundada em 1994, estando aberta a visitação desde 1996, e engloba uma área de 2340 hectares. Sua localização é privilegiada, dentro da reserva está uma queda d'água de aproximadamente 100 metros de altura e a chamada Figueira do Rio do Engenho, uma árvore cuja raiz atravessa o rio de uma margem a outra.

Figura 12 - Figueira do Rio do Engenho



Fonte: <http://www.fundacaogrupoboticario.org.br>

A reserva possui ampla divulgação, apresentando um fluxo significativo de visitantes durante o ano todo. A infra-estrutura de visitação é diversificada, a área é equipada com trilhas interpretativas, camping, alojamento para pesquisadores e centro de recepção e capacitação. O acesso é precário devido a via não ser pavimentada e apresentar pontos de fácil alagamento.

Por sua vez, a **RPPN – Sebuí**, pertencente aos dois proprietários e fundadores, localiza-se ao lado do Parque Nacional do Superagui, na divisa com o estado de São Paulo. A Reserva, além de possuir trilha interpretativa também oferece cursos ligados à temática ambiental. Com um enfoque voltado a educação junto ao lazer, a RPPN oferece a seus visitantes atividades como canoagem, tirolesa, trekking e passeios de barco. A infraestrutura de visitação inclui centro de visitantes e alojamento, no entanto o acesso ao atrativo é considerado precário, com pouca sinalização e via sem pavimentação.

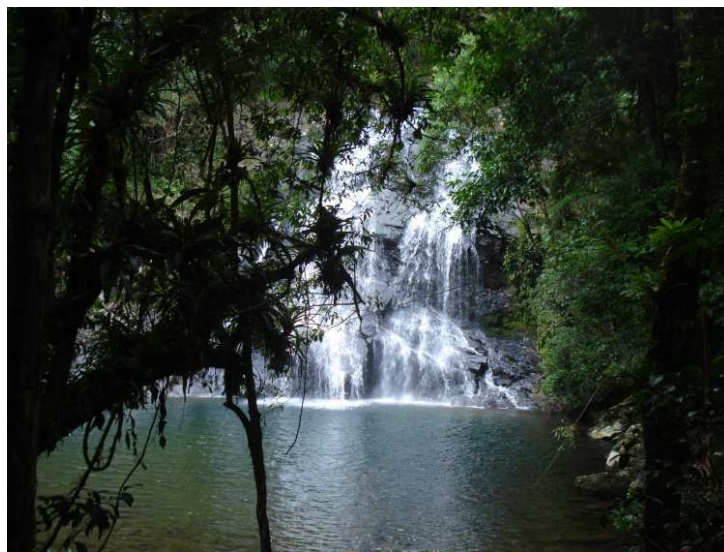
Figura 13 - Passarela localizada dentro da RPPN - Sebuí



Fonte: <http://www.cormorano.com.br/reserva.html>

O município de Guaraqueçaba conta também com dois atrativos ligados ao segmento de ecoturismo: o Morro do Quitumbê e a Ponta de Morretes. O Morro possui uma trilha de 800m em meio à vegetação nativa, a qual culmina com uma vista da baía e do município. A estrutura atual de acesso, porém, encontra-se precária e insegura para os visitantes e para a comunidade.

Figura 14 - Mata Atlântica em Guaraqueçaba



Fonte: FAUEPG, 2010

A Ponta de Morretes é um local utilizado por turistas e moradores para descanso e observação de botos. O local encontra-se degradado, sem manutenção, sendo inseguro em alguns trechos. Por estar nas proximidades da praça central e por ser um local de grande beleza cênica, há necessidade de requalificação da área para valorização do passeio aos visitantes e melhoria das condições de uso para os moradores.

Em **Guaratuba**, além dos atrativos naturais vinculados ao sol e praia, como as praias da Barra do Saí, das Caieiras, de Coroados e do Brejatuba, o município também conta com atrativos de relevância para o ecoturismo como o Salto Parati, o Morro do Cabaraquara e a Lagoa do Parado, ambos localizados na Baía de Guaratuba, atrativo de nível III na hierarquização.

A **Baía de Guaratuba**, com 48,72 km² de extensão, é considerada a segunda maior baía do Paraná, sendo pertencente a categoria III na hierarquização dos atrativos. Por ser um estuário são comuns as práticas da pesca, passeios de barco, e a realização de esportes

náuticos, de fato, esta é a única baía do estado que permite práticas esportivas como kite surf, wind surf e mergulho. A movimentação na Baía também inclui os ferry-boats, que realizam travessias entre Matinhos e Guaratuba diversas vezes ao dia. A divulgação ainda é pouco significativa, no entanto, devido a infraestrutura presente, percebe-se o potencial de crescimento do turismo náutico na baía, podendo este vir a ser melhor explorado.

Figura 15 - Baía de Guaratuba



Fonte: FAUEPG, 2010.

Os atrativos voltados ao segmento ecoturismo possuem como principal fator motivacional as características naturais da localidade. Para se ter acesso ao Salto Parati são necessários 20 minutos de barco e 30 minutos de caminhada em meio à mata nativa. No Morro do Cabaraquara, também se encontram resquícios de Mata Atlântica, além de rios, mangues, montanhas, cachoeiras e opções de trilhas, passeios de barco e degustação de ostras. A Baía de Guaratuba ainda conta com a Lagoa do Parado, composta por áreas de planícies de inundação que resguardam a maior área de brejo contínua existente no Litoral do Paraná e de Santa Catarina.

Em **Matinhos**, as praias Brava e Mansa são procuradas tanto por veranistas quanto por surfistas e praticantes de esportes náuticos, como canoagem, *jet ski* e passeios de lancha.

Figura 16 - Praia Bela em Matinhos



Fonte: FAUEPG, 2010

Outro município que se destaca neste segmento de Ecoturismo é **Morretes**, principalmente, por possuir atrativos naturais, como os parques estaduais do Marumbi e

do Pau Oco, além do Rio e Salto dos Macacos. O **Parque Estadual do Marumbi**, atrativo de hierarquia III, é uma unidade de conservação de grande importância ambiental, oferece trilhas para *trekking* e vias para escalada e relevância histórica (o Olimpo, ponto culminante do Conjunto Marumbi foi considerado o ponto mais alto do Paraná de 1879, ano de sua conquista, até o fim do século XIX). Presente em diversos meios de promoção e comercialização, o Parque apresenta uma ampla divulgação e acesso adequado, podendo-se chegar ao Marumbi tanto através de transporte próprio quanto pelo trem turístico. No entanto, tal atrativo não possui sinalização para orientar seus visitantes e oferecer uma visita de qualidade, apesar do IAP possuir um posto de controle abaixo do Conjunto Marumbi, a subida não precisa ser obrigatoriamente guiada, o que favorece a incidência de acidentes e depredações.

O **Parque Estadual do Pau Oco**, por sua vez, também possui grande importância ambiental e turística, mas não dispõe de infraestrutura para atendimento ao turista, como um centro de visita, por exemplo. O município de Morretes conta ainda com o Rio dos Macacos, que gera uma precipitação de 70m de altura e forma três piscinas naturais no seu leito, além de possuir um salto com aproximadamente 30m de queda livre e 20m de largura. Mas apesar da atratividade turística, não há estruturas de segurança para atravessar o leito do rio, no qual já ocorre visita.

Em Morretes é possível encontrar ainda uma iniciativa privada em prol da conservação ambiental a **Reserva Romanetto**, área particular com cerca de 40ha de mata preservada onde são criadas tartarugas tigradas d'água (*Trachemys dorbignyi*) para venda a lojas e consumidores. Por ter autorização do Ibama, a reserva atua diretamente no combate ao tráfico de animais, servindo de ponto de abrigo a animais resgatados e também centro de orientação a população que deseje adquirir uma tartaruga legalmente. Ainda bastante incipiente, a reserva não é divulgada com enfoque turístico, mas sim com o intuito de atrair consumidores e lojistas. O acesso é precário, por estrada não pavimentada e sem sinalização. A infraestrutura local é voltada ao fim comercial, sem existência de equipamentos específicos de visita.

O município de **Paranaguá** conta com quatro atrativos naturais de grande relevância para o ecoturismo, classificados com hierarquia III: a Baía de Paranaguá, a Ilha do Mel, a Praia de Fortaleza e a Floresta Estadual do Palmito.

Destaca-se a importância da **Baía de Paranaguá** como atrativo turístico, pois ela se constitui via de acesso a outros atrativos insulares. O local é também um ambiente propício para a contemplação devido à sua beleza paisagística e atividades de lazer, como passeios de barco. Devido aos principais atrativos do município estarem relacionados com a baía, esta apresenta uma forte e diversificada promoção, com divulgação presente em publicações de alcance nacional e comercialização em roteiros turísticos. Apesar de não apresentar sinalização de acesso adequada, a infraestrutura da baía contempla as necessidades de uso, com oferta de serviços de transporte e passeios.

A **Floresta Estadual do Palmito**, caracteriza-se com uma reserva florestal. Ela recebe visitantes principalmente nos meses de dezembro e janeiro e abriga um dos maiores remanescentes de palmito, que compõe o bioma da mata atlântica. É um centro de pesquisa para preservação da espécie, que alia a prática do ecoturismo, possuindo uma trilha com extensão de 6,5 Km, que corta todo o parque. A comercialização e divulgação são restritas a região, fato que reflete no maior uso da Floresta pela própria comunidade. O IAP é responsável por coordenar a reserva e promove atividades de pesquisa e incentiva a utilização das trilhas para educação ambiental em conjunto com a visita turística, contribuindo para o fortalecimento do ecoturismo na região.

A **Ilha do Mel** apresenta 90% de seu território como área de preservação ambiental, restrita à visita pública. São cerca de 2.500 hectares formados por restinga e floresta da Mata Atlântica, devidamente protegidos e destinados exclusivamente à preservação da flora e da fauna. Como fatores de originalidade na Ilha, destacam-se as edificações

históricas e a grande beleza paisagística das praias. As características do turismo na Ilha são muito diferentes em relação ao oferecido no município de Paranaguá, principalmente em relação à demanda internacional.

A zona de ocupação da ilha conta com cerca de 120 hectares, comportando em seu território quatro vilarejos: Encantadas, ao sul, Farol, ao leste, e Nova Brasília e Fortaleza, ao norte da Ilha. Existe ainda mais um vilarejo um pouco menos conhecido, o Ponta do Oeste, tido pelos locais como parte da comunidade de Encantadas. Mas é necessário ressaltar que apesar do destaque internacional da Ilha do Mel, as suas comunidades, principalmente de Encantadas e Fortaleza, não possuem infraestrutura adequada para receber seus visitantes e otimizar o turismo na região.

Complementando o segmento sol e praia, **Pontal do Paraná** também se destaca, principalmente por Pontal do Sul, praia de areia fina e clara, que recebe águas da Baía de Paranaguá, e onde estão instaladas as marinas e o terminal dos barcos que levam à Ilha do Mel. Ainda neste município, a Estrada Ecológica do Guaraguaçu é importante atrativo devido à paisagem cênica e às iniciativas comunitárias vinculadas à valorização e organização do artesanato e gastronomia local.

Devido à grande vinculação que o litoral tem com o segmento sol e praia, é importante destacar o ecossistema, restinga²³, que tem sido prejudicado pela atividade turística, principalmente na alta temporada. Por não ser um ecossistema muito exuberante em termos de porte e diversidade, a sua manutenção foi pouco valorizada historicamente, e atualmente as áreas de restinga são utilizadas como extensão da praia e depósito de lixo por parte dos turistas. Isto prejudica tanto o ambiente quanto a qualidade de visita dos turistas do litoral.

Ainda em relação aos atrativos naturais do Litoral Paranaense, outros aspectos devem ser ressaltados como: a falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares; o baixo aproveitamento do potencial cultural e natural das comunidades residentes das ilhas; e a precária e inexistente sinalização turística (indicativa e interpretativa) dos atrativos naturais.

Com relação aos eventos o Litoral Paranaense possui uma quantidade significativa, os quais na sua grande maioria são considerados como atrativos complementares aos produtos de maior destaque.

Como evento permanente consolidado no município o **Carnaval de Antonina** merece destaque, sendo considerado um atrativo de hierarquia III (prioritário ao desenvolvimento turístico). Durante cinco dias mais de 35 milhões de pessoas são atraídas ao município para prestigiar o carnaval. Considerado um dos carnavais mais autênticos e tradicionais da atualidade, a festa engloba bailes públicos, concursos de fantasias, desfiles de escolas de samba e blocos carnavalescos. A proposta dos organizadores é promover um carnaval voltado a diversão da família, resgatando o formato dos primeiros carnavais brasileiros.

Em Matinhos é realizado todos os anos, entre os meses de março a maio, um evento esportivo de grande importância para o município, o **SESC Triathlon**, considerado de nível III na hierarquização. A prova está na sua 23.^a edição, e faz parte do circuito nacional, atraindo competidores de todo o Brasil. O percurso inicia com natação (750 m amador e 1500m elite), passa para o ciclismo (20km amador e 40km elite) e finaliza com a corrida (5km amador e 10km elite), tudo em no máximo 2h30min, exigindo-se um bom preparo físico dos participantes. Mesmo apresentando um crescimento a cada ano, o SESC Triathlon ainda necessita ser melhor divulgado do ponto de vista turístico, englobando publicações de alcance nacional, pois, atualmente a promoção exerce maior impacto apenas na região, com enfoque no público competidor. A infraestrutura está

²³ As restingas são ecossistemas pioneiros de transição, responsáveis pela sustentação do solo, pela reprodução de algumas espécies de animais, além de servirem como proteção contra erosão causada pelas chuvas e ressacas marítimas.

dentro das necessidades dos participantes da prova, com assistência no percurso e entrega de medalhas e prêmios conforme a categoria e colocação. Eventos esportivos como este podem servir como alternativas de aumento do fluxo de visitação nos períodos de baixa temporada, auxiliando no combate da sazonalidade.

A **Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes** é o evento permanente prioritário (Hierarquia III) do município. Com duração de dez dias, a Festa Feira objetiva divulgar setores potenciais do município como a agricultura, que terá seu espaço diferenciado em um portal agrícola, turismo (rural e ecológico), gastronomia, artesanato, cultura, visando a autonomia e sustentabilidade destes setores, incentivando as agroindústrias, através da exposição e divulgação dos trabalhos. Durante o evento, além da feira são realizadas apresentações de grupos locais, bandas e lançamento de livros, atuando como ferramenta de incentivo a cultura. Realizada no centro histórico, a Feira atrai moradores da região e turistas, circulando um público de aproximadamente 15 mil pessoas por dia.

Por fim, conclui-se que os segmentos-meta são três: Turismo Cultural, pelo destaque da quantidade e relevância dos atrativos com estruturas de visitação; Turismo de Lazer, Sol e Praia, pela relação oferta e demanda já estabelecida no processo histórico do turismo na área; e Ecoturismo dada as características peculiares do polo com destaque a formação das baías como ambiente natural diferenciado e o maior remanescente nacional de Floresta de Mata Atlântica.

3.1.3.2. Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos.

A análise realizada neste tópico tem como objetivo retratar o cenário atual da oferta existente no litoral paranaense onde serão avaliados os meios de hospedagem, os serviços de alimentação, as agências de turismo, lazer e comércio turístico e os postos de informações turísticas.

O setor produtivo do turismo, representado por diversas atividades, é parte do setor terciário da economia, caracterizando-se por ser um setor meta, ou seja, que absorve, em sua dinâmica interna, diversos subsectores, tais como viagens, entretenimento, gastronomia, cultura e artes, locação de veículos, estadia, dentre outras. No total, são cerca de 56 setores da economia e, justamente por isso, representa um pedaço significativo da economia de qualquer país.

Parte do setor de serviço, as denominadas Atividades Características do Turismo - ACT²⁴, são, em sua maioria, representadas por **empresas de pequeno porte**. Em 2003, segundo o Estudo das Atividades Econômicas do Turismo (IBGE), as empresas de pequeno porte predominavam nas atividades ligadas ao setor (97,2%), embora representassem apenas 26,3% da receita. No litoral, *"do universo de 2.186 estabelecimentos comerciais vinculados ao turismo no ano de 2005, 97% são microempresas"* (IPARDES, 2008, p.17).

²⁴ Atividades Características do Turismo segundo a classificação nacional das atividades econômicas – CNAE.

Em 2006, as ACT

geraram um valor da produção de R\$149.642 milhões. Constituindo-se, exclusivamente, como atividades prestadoras de serviços, sua participação no total do valor da produção gerado pelo setor de serviços foi de 7,1%. Na comparação com a economia brasileira, este valor representou 3,6%.” (IBGE, 2010). Essas atividades “ocupavam 5.714.669 de pessoas, ou 10,1% do setor de Serviços (56.619.241) e 6,1% do país (92.246.963). A atividade de serviços de alimentação liderava com 2.857.677 de pessoas, ou 50,01% do total das ACT. Também merecem destaque os serviços de transporte rodoviário (1.079.351 trabalhadores ou 18,89%) e as atividades recreativas, culturais e desportivas (1.013.987 de pessoas ou 17,74%). (IBGE, 2010).²⁵

O turismo constitui hoje, uma atividade econômica e social importante para geração de renda e empregos, sendo observados benefícios, principalmente, nas regiões de destino. Nesse sentido, as atividades de trabalho, desenvolvidas no litoral paranaense, relacionadas ao setor de turismo, se inserem num contexto econômico maior, sendo definidas como aquelas atividades que proporcionam a criação de bens e serviços.

O mercado de trabalho assim definido, é denominado *mercado formal de trabalho* porque se enquadra nas formas da legislação, existindo um acerto entre ofertantes e demandantes da força de trabalho em relação às horas trabalhadas, responsabilidades, adesões e pagamentos. O mercado formal de trabalho contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que é objeto de legislação específica que o regula (ETUALIN, 2005).

A tabela a seguir mostra dados²⁶ do mercado formal de trabalho no litoral paranaense, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômica – CNAE, registrada na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, no período de 2006 a 2008, permitindo inferências sobre o comportamento do mercado de trabalho na região.

Tabela 36 - Emprego e Remuneração das Atividades Características do Turismo, Litoral - 2006-2008

Classe de Atividade Econômica, segundo classificação CNAE - versão 2.0	2006		2007		2008	
	Nº empreg .	Renda média (\$)	Nº empreg .	Renda média (\$)	Nº empreg .	Renda média (\$)
Transporte rodoviário coletivo intermunicipal, interestadual e internacional	226	885,33	257	935,25	234	1.027,42
Transporte marítimo de cabotagem	7	1.047,50	1	1.500,00	2	1.374,77
Atividades auxiliares dos transportes terrestres	12	690,83	14	670,03	9	602,11
Hotéis e similares	512	512,26	634	546,85	627	599,71
Outros tipos de alojamento	55	483,54	43	516,56	38	473,68
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	1548	452,32	1758	492,64	1896	535,12
Agências de viagens	12	552,03	18	545,21	21	591,47
Atividades esportivas não especificadas anteriormente	8	1.595,81	8	1.549,72	33	986,90
Atividades de recreação e lazer	156	708,39	153	757,11	148	908,48
TOTAL	2536		2886		3008	

FONTE: MTE. CAGED/RAIS, 2010.

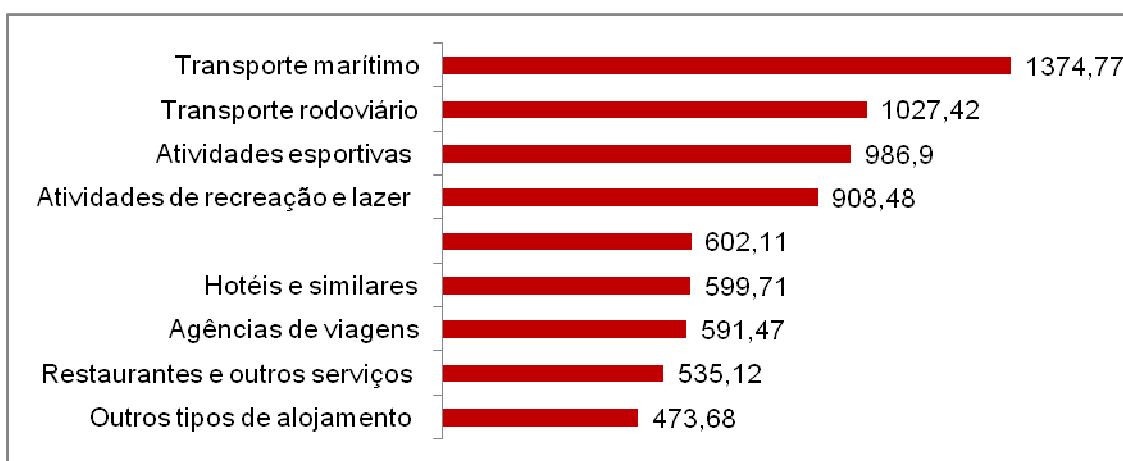
²⁵ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1379&id_pagina=1>.

²⁶ Em função das mudanças na classificação de atividades CNAE efetuadas a partir de 2005, essa relação refere-se a um *approach* da classificação utilizada pela Análise das atividades características do turismo 2003, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Analisando-se os dados da Tabela, verifica-se que o crescimento do **emprego** formal no litoral paranaense, no período analisado, cresceu, em média, 9% a.a, o que não foi acompanhado pelos **salários** pagos nas atividades acima agrupadas, inclusive com queda de rendimentos em algumas das atividades. Em geral, a média salarial variou em torno de 8%, para mais ou para menos, o que leva a inferir a existência de grande rotatividade nos postos de trabalho, nas várias atividades.

A análise dos dados do ano de 2008 permite deduzir que os principais determinantes do nível de remuneração da mão de obra estão relacionados à qualificação do pessoal ocupado e ao porte da empresa. As empresas dos segmentos de transporte rodoviário e de transporte marítimo, por utilizarem mão de obra com conhecimento específicos e por apresentarem porte relativamente superior ao da média daquelas classificadas como de ACT, destacam-se no que se refere à remuneração de pessoal ocupado, registrando uma remuneração média mensal de R\$ 1.027,42 e R\$ 1.374,77, respectivamente (gráfico abaixo).

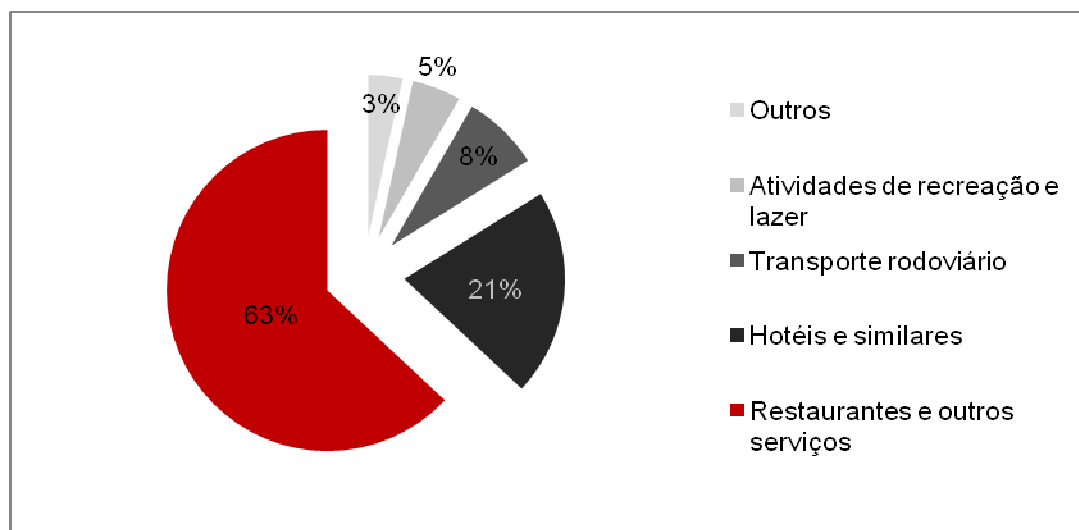
Gráfico 17 - Remuneração média mensal do pessoal ocupado nas empresas pertencentes às Atividades Características do Turismo no Litoral/PR – 2008



FONTE: MTE. CAGED/RAIS, 2010. Nota: Valores em R\$

Por sua vez, as empresas do segmento de **alojamento e alimentação apresentaram os menores valores de remuneração média mensal**, dentre as empresas pertencentes às ACT, sendo R\$ 599,71 para a primeira, e R\$ 535,12 para a segunda. É válido ressaltar que o expressivo número de registros formais de pessoas por elas ocupadas (Gráfico 18), pode influenciar negativamente a média dos salários e, conseqüentemente, a remuneração média baixa das ACT.

Gráfico 18 - Porcentagem de pessoal registrado nas empresas pertencentes às atividades características do turismo, por setores de serviços no Litoral/PR-2008



FONTE: MTE. CAGED/RAIS, 2010.

Em uma análise mais ampla, verifica-se que aquelas empresas, embora remunerem seus trabalhadores com salários maiores em até duas vezes àqueles observados nas ACT, ainda praticam salários considerados baixos, comparativamente à média de atividades praticadas na indústria de transformação brasileira. Esse fato vem caracterizando as atividades relacionadas ao turismo como grande contratadoras de mão-de-obra, mas com prática de baixos salários.

Com relação à **quantidade de estabelecimentos** e sua distribuição regional, verifica-se que há uma concentração de equipamentos e serviços turísticos em Paranaguá, Guaratuba e Morretes que representam juntos mais de 70% da oferta turística da região. Essa concentração, principalmente de meios de hospedagem em Paranaguá e Guaratuba reflete a polaridade dos municípios na área turística, os quais concentram um setor de serviços mais ampliado e diversificado.

Tabela 37 – Oferta de equipamentos turísticos – 2010

Município	Meios de Hospedagem	Serviços de Alimentação	Comercio turístico (Venda de Artesanato)	Agências	Posto Informações	Total
Paranaguá	86	71	5	2	2	166
Guaratuba	33	23	7	2	2	67
Morretes	11	22	11	2	4	50
Pontal do Paraná	22	12	3	-	2	39
Matinhos	5	24	2	-	1	32
Antonina	5	14	6	2	1	28
Guaraqueçaba	3	10	2	2	1	18
TOTAL	165	176	36	10	13	400

FONTE: SETU, 2010

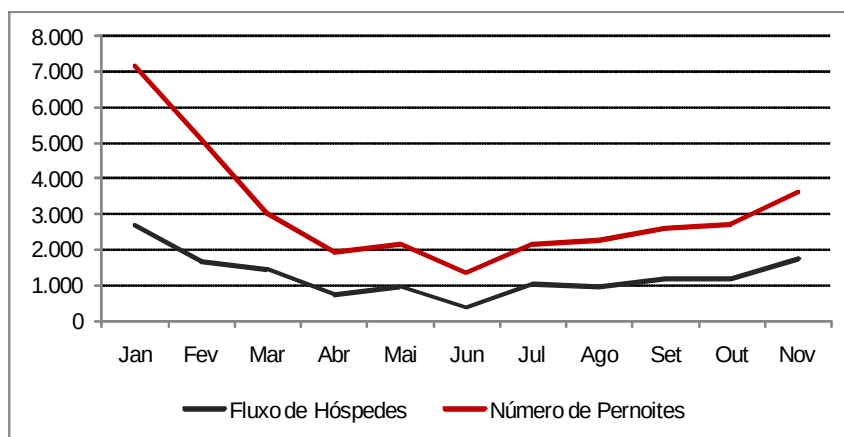
Com relação à oferta atual, há 165 **MEIOS DE HOSPEDAGEM** no litoral paranaense cadastrados no Ministério do Turismo. Na pesquisa realizada pelo PDITS-LP com 105 estabelecimentos de hospedagem, verificou-se o predomínio de pousadas e hotéis e de empreendimentos de pequeno porte. No conjunto dos equipamentos pesquisados, a oferta verificada foi de **2.703 unidades habitacionais e 5.984 leitos**, com uma média de 20 unidades habitacionais (UH) e 63 leitos por estabelecimento.

A pesquisa verificou também que **segundo a dimensão média** a oferta mais expressiva concentra-se nos municípios de Guaratuba e Paranaguá. Nesses há ocorrência de hotéis urbanos com uma média de 42 UH e 148 leitos por empreendimento em Guaratuba, já em Paranaguá predominam as pousadas, localizadas na Ilha do Mel, com 17 UH e 47 leitos, em média.

O **grau de ocupação** das unidades habitacionais, entre 2002 e 2006, apresentou uma média de 20% (SETU, 2007). No período analisado, o mês de maior ocupação foi janeiro de 2006 (36,11%). No mesmo ano, a taxa média de ocupação de unidades habitacionais foi de 18%, enquanto a permanência média foi de 2,5 dias. Segundo a ABIH, a média de permanência nacional para turistas a lazer é de 3 a 4 dias, enquanto que os hóspedes a negócios variam de 1,5 a 2,5 dias de permanência. Em comparação ao estado do Paraná, o litoral apresenta a maior média de permanência, 3,8 dias, nos oito anos analisados (SETU, 2005). Por ser uma região em que a principal atividade está vinculada ao turismo em períodos de férias, com a característica de lazer de sol e praia, o litoral apresenta uma tendência de maior permanência. Outro dado relativo à característica da região consiste na taxa de ocupação das unidades habitacionais, que, ao contrário da média de permanência, apresenta a menor taxa (23,4%), entre 1998 e 2005.

O fluxo de hóspedes em 2006 apresentou alta em janeiro (2.665) e queda de mais de 80% em junho, contando com apenas 374 hóspedes. A concentração do fluxo de hóspedes no período de dezembro e janeiro ilustrado no gráfico a seguir. Este cenário pode indicar que os hotéis mantêm uma movimentação durante o ano, principalmente em função de turistas que viajam a negócios, eventos ou visita a familiares, enquanto os turistas de lazer se concentram nos meses de alta temporada.

Gráfico 19 – Fluxo de hóspedes e pernoites - 2006



FONTE: SETU, 2010

No que se refere à gestão, 76% dos estabelecimentos pesquisados são administrados pelos proprietários. A gestão familiar aparece no Estudo da Cadeia Produtiva do Paraná como característica administrativa das empresas no estado. Outra característica relativa à gestão, apontada nesse estudo, é a presença de empresas únicas, ou seja, sem franquias e não vinculadas a redes (93,8% do total), neste caso pode-se afirmar que há um **baixo grau de integração da oferta e da cadeia de valor**. O grau de integração da oferta de hospedagem com os demais serviços turísticos também é frágil: dos 105 empreendimentos pesquisados, 57 não possuem parceria com outra empresa vinculada ao turismo, e as parcerias existentes são, na sua maioria, de caráter informal.

A pesquisa PDITS-LP apontou também que o **nível de preço praticado** em 50% dos locais pesquisados está acima de R\$ 100,00 a diária. Em seguida, 33% oferecem valores de R\$ 51,00 a R\$ 100,00, e 16% abaixo de R\$ 50,00. Quando questionados sobre a diferenciação da tarifa na baixa temporada, 66% afirmaram não alterar o valor da diária. Outro destaque em relação ao nível de preço se refere a baixa aderência dos meios de

hospedagem ao Programa Viaje Mais – Terceira Idade, em que apenas 14 empresas participantes praticam valores especiais para baixa temporada. A não existência de programas diferenciados de preços na baixa temporada reflete diretamente na baixa rentabilidade das empresas no decorrer do ano, dificultando a manutenção dos funcionários, bem como a capacidade de investimento no setor.

Com relação aos **tipos e níveis de serviço prestado**, entre os estabelecimentos pesquisados, grande parte não oferece nenhum serviço extra além da hospedagem com café da manhã e a disponibilidade de acesso à internet. As pousadas são as que oferecem maior diversidade de serviços, sendo mais de 50% localizadas na Ilha do Mel. Quanto maior o estabelecimento, maior é a presença de serviços diferenciados, tais como espaços de recreação, centros de estética e alimentação 24h. Percebe-se que há a possibilidade de melhorar a diversidade e qualidade dos serviços para ampliação do fluxo na baixa temporada tendo em vista o turista que busca o destino para fins de lazer.

O setor de meios de hospedagem é fundamental para o desenvolvimento do turismo e na construção da imagem que o turista terá do destino. Quando questionados sobre a exigência de experiência ou formação específica na contratação de funcionários, 60% dos estabelecimentos afirmam não exigir a qualificação dos funcionários. Na 1.^a Oficina Participativa do PDITS-LP, realizada no dia 13 de abril de 2010, em Paranaguá, o grupo de debate “Desenvolvimento de Destinos”, apontou como problemática a baixa qualificação do setor. A pesquisa PDITS-LP mostrou que 75% dos estabelecimentos afirmaram o interesse em ampliação e reforma da estrutura física atual. Verifica-se a necessidade de **capacitação de mão de obra** para o setor de hospedagem, para tanto os empresários do setor carecem de sensibilização tendo em vista o baixo grau de investimento dos profissionais do setor, para a manutenção dos baixos salários.

Em síntese pode ser identificado, com relação aos meios de hospedagem, que a taxa de ocupação das unidades habitacionais é baixa, com média de 20% entre 2002 a 2006; em média, o valor da diária cobrado por mais de 50% dos estabelecimentos é de R\$ 100,00 e não existe uma política de diferenciação de tarifas para a baixa temporada; baixa qualificação do setor para atendimento aos visitantes; mais de 60% dos estabelecimentos não exige experiência e conhecimento técnico na contratação de funcionários; e existe uma baixa diversificação de serviços ofertados nos empreendimentos.

Com relação aos **SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO**, o Litoral do Paranaense apresenta uma diversificação na oferta de produtos alimentícios locais, tanto nos restaurantes, quanto nas feiras e pequenos comércios de produtos da agricultura familiar. Pratos à base de frutos do mar, o barreado, aguardentes e derivados da banana e da mandioca, são alguns dos produtos que os turistas encontram com facilidade no litoral.

Nos sete municípios da região, os serviços de alimentação, tal como os de hospedagem, localizam-se na zona urbana. A área média das construções que abrigam essa atividade é de 120,27m² (IPARDES, 2008). Predominam os restaurantes com **capacidade de atendimento de 30 a 90 pessoas**. Os restaurantes de maior porte estão concentrados em Morretes, localidade que recebe muitos excursionistas nos fins de semana, para experimentar o prato típico regional, o barreado.

Tabela 38 - Capacidade de atendimento serviços de alimentação, 2010

	até 30 pessoas	de 30 a 90 pessoas	de 91 a 150 pessoas	De 151 a 200 pessoas	Acima de 200 pessoas
Antonina	0	4	3	0	0
Guaraqueçaba	0	4	0	2	0
Guaratuba	0	2	3	1	3
Matinhos	1	4	3	3	3
Morretes	1	3	4	3	4
Paranaguá	1	15	13	2	2
Pontal do Paraná	0	2	3	1	1
TOTAL	3	34	29	12	13
%	3,30	37,36	31,87	13,19	14,29

Fonte: FAUEPG, 2010

No ano de 2006, ao analisar os segmentos das atividades características do turismo (IBGE, 2006), observa-se que o serviço de alimentação é o mais representativo do setor. Segundo a relação de empreendimentos do setor (SETU, 2010), é possível identificar a concentração do serviço em Paranaguá, totalizando 40% da região. Guaratuba, Matinhos e Morretes apresentam a mesma proporcionalidade, ofertando em torno de 13% cada. Por sua vez, Antonina, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná representam a menor oferta, em torno de 7%.

Os **preços praticados** pelos serviços pesquisados concentram-se na faixa de R\$ 10,00 a R\$ 25,00 por pessoa, em 50% dos estabelecimentos; 40% encontram-se na faixa de R\$ 26,00 a R\$ 50,00, e o restante acima de R\$ 50,00 por pessoa. Dentre os 94 estabelecimentos pesquisados, apenas 8 afirmaram reduzir o custo da refeição na baixa temporada. Segundo o estudo da cadeia produtiva, quase a totalidade dos serviços pesquisados enquadra-se na categoria simples ou média, apenas 5% pertence à categoria luxo. Os preços praticados encontram-se de acordo com as características dos destinos competidores.

A **caracterização dos serviços** prestados pelos estabelecimentos de alimentação demonstra que os serviços mais praticados são as refeições *a la carte* (58,7%) e o *self-service* (36,3%) (IPARDES, 2008). As principais especialidades são frutos do mar (57,0%) e cozinha caseira (59,8%). A cozinha internacional (11,2%) é praticada predominantemente pelos restaurantes da categoria luxo.

Os restaurantes, em geral, limitam-se à oferta da alimentação, sem diversificação dos serviços e itens de conforto. Apenas 6,1% possuem ar condicionado (IPARDES, 2008) e 7,6% disponibilizam acesso a internet (PDITS-LP, 2010). Com relação à qualificação profissional, 53,7% dos estabelecimentos afirmam exigir experiência profissional ou conhecimento técnico na hora de contratar um funcionário. Assim como no setor de hospedagem, a gestão familiar representa 91,5% dos estabelecimentos. Quanto à qualificação da estrutura física, 61 estabelecimentos afirmaram o interesse em melhoria e reforma. Em relação ao grau de integração com o *trade* turístico local e regional, 65 empresas afirmaram não possuir nenhum tipo de parceria, e as parcerias existentes são, na sua maioria, de caráter informal.

Outra questão relevante a ser analisada em relação aos serviços de alimentação é o *valor turístico* dos estabelecimentos, que pode ser representado tanto pela qualidade do atendimento como pelo diferencial gastronômico. A capacidade de atender turistas com qualidade não significa apresentar um serviço sofisticado. Em alguns destinos, a simplicidade compõe o cenário turístico, portanto, a qualidade está presente no serviço prestado de acordo com a característica dos empreendimentos e a sua relação com o produto turístico local.

Entre as ações de **qualificação e incentivo** encontradas na região, está a participação no Festival Brasil Sabor. O festival é um evento organizado em ação conjunta pela ABRASEL, SEBRAE e Ministério do Turismo, desde 2005, e tem como proposta colocar em evidência a comida típica de cada região do país. Desta forma, busca-se enfatizar as tradições gastronômicas locais, como forma de complementar de maneira positiva as experiências de viagem do turista.

Segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL (2010), os estabelecimentos participantes atuam oferecendo ao público, *“a preços diferenciados, durante todo o período do Festival, um prato específico para o evento”*. Este prato é escolhido entre aqueles que possam melhor representar a comida típica da região, além de ter que se enquadrar na especialidade da casa e nas características e tradições de cada localidade.

A participação do litoral paranaense no Festival Brasil Sabor começou de forma incipiente. Segundo a ABRASEL-PR, na primeira edição, ocorrida em 2006, participou apenas o município de Morretes. Já na segunda edição, em 2007, a participação teve o

acréscimo dos municípios de Guaratuba, Pontal do Paraná e Paranaguá, com Ilha do Mel.

Nos dois anos seguintes do Festival, 2008 e 2009, quatro municípios do litoral participaram em 2008: Guaratuba, Paranaguá (Ilha do Mel), Morretes e Pontal do Paraná. Em 2009, participaram Morretes, Paranaguá (Ilha do Mel) e Pontal do Paraná. Na quinta edição, em 2010, seis municípios aderiram à participação. Apenas Guaraqueçaba não participou de nenhuma edição.

O município de Morretes foi o único que participou de todas as edições do Festival Brasil Sabor. Sua imagem, centrada no barreado, prato típico da região, pode ter contribuído para sua presença invicta desde 2006. No entanto, mesmo participando de todas as edições, a participação se dá, apenas, com um estabelecimento, o mesmo ocorrendo com os demais municípios do litoral paranaense.

Já com relação a **LAZER E COMÉRCIO TURÍSTICO**, no litoral do Paraná, assim como os serviços de alimentação, o setor do entretenimento atende tanto aos moradores quanto aos turistas. As principais atividades de lazer do litoral concentram-se no período de alta temporada, de dezembro a fevereiro, inseridas no projeto estadual “Viva o Verão” (2010). Este projeto, além de reforçar a segurança, informação e fiscalização, promove atividades de lazer nos locais de maior movimentação. No verão, a prática de esportes está presente nas principais praias de Guaratuba e Matinhos e nos passeios turísticos em Morretes. A falta de equipamentos e atividades de lazer em ambientes cobertos demonstra a fragilidade da oferta quando as condições climáticas não são favoráveis.

Há no litoral o Parque Aquático Águas Claras, no município de Matinhos, além de alguns meios de hospedagem que contam com uma área ampla de lazer e recreação. Os municípios que apresentam a maior diversificação de atividades noturnas são os mais dependentes da temporada de veraneio: Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. Entretanto, a oferta é sazonal, visto que a maioria das atrações encerra seu funcionamento na baixa temporada.

Parte importante das atividades de lazer da região concentra-se nos estabelecimentos de venda de artesanato. A oferta de compras vinculada ao artesanato apresenta-se com maior força e organização no município de Morretes, seguido por Guaratuba e Antonina, respectivamente (SETU, 2010). Em Guaraqueçaba, apesar da pequena oferta, o projeto *Arte Nossa* (Arte Nossa, 2010) promovido pelo Governo do Estado, é destaque como valorização e profissionalização do artesanato local, bem como para organização dos trabalhadores e geração de trabalho e renda.

Para acolher o público da terceira idade, Matinhos e Paranaguá possuem Academias de Terceira Idade – ATI, formadas por um conjunto de aparelhos para a prática de exercícios físicos ao ar livre. Em Matinhos, Guaratuba e Ilha do Mel encontra-se disponível ao visitante, mesmo em baixa temporada, o aluguel de transportes alternativos, como bicicletas e outros veículos não motorizados, além de opção de lazer e passeio pela orla.

O número de **AGÊNCIAS DE VIAGEM** localizadas no litoral é bastante reduzido, com um total de 10 agências conforme Tabela 37, observa-se que cada município dispõe de 2 agências, excetuando-se Pontal do Paraná e Matinhos que não contam com este serviço.

O número de empregos gerados também é bastante inexpressivo conforme tabela 36 em 2008 o número de empregos formais era de apenas 21, e a remuneração média não ultrapassava 600,00 reais. Segundo pesquisas da Cadeia Produtiva do Turismo de 2006, 36,4% dos funcionários das agências apresenta apenas o ensino médio completo, contra apenas 18,2% com nível superior. Vale ressaltar que em especial as agências que operam roteiros de ecoturismo e de aventura, oferecem profissionais capacitados e equipamentos certificados pelas normas brasileiras e internacionais, inclusive no que diz respeito a sistemas de gestão de segurança.

A **capacidade de atendimento** é boa, atendem a população local para o turismo emissivo, bem como visitantes com o turismo receptivo, bastante direcionado aos

segmentos de ecoturismo, de aventura e de sol e praia. Dentre os roteiros em operação para estes segmentos, os municípios mais representativos na oferta e integração são Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba, sendo que a Ilha do Mel, Morretes e Guaraqueçaba apresentam os roteiros mais comercializados.

Os **preços praticados** são compatíveis com o mercado, isto se torna viável devido principalmente ao grau de integração com o *trade* turístico local e regional, ou seja, grande parte das agências de receptivo possui parcerias com demais serviços e equipamentos turísticos da região, fazendo com que os custos sejam compatibilizados. Assim como também os custos dos serviços na baixa temporada são reduzidos, utilizando-se do projeto Passaporte Litoral, lançado pela ADETUR, que visa incentivar o turismo no litoral na baixa temporada, buscando reduzir a sazonalidade.

A **caracterização dos serviços** prestados pelas agências demonstra que há serviços de turismo emissivo e de turismo receptivo, onde algumas agências operam roteiros locais. Observa-se que apesar da principal característica do litoral, ser o turismo voltado ao Sol e Praia, a maior parte dos roteiros está direcionada ao ecoturismo e turismo de aventura, demonstrando a potencialidade destes segmentos.

Entre as ações de **qualificação e incentivo**, destacam-se aquelas voltadas ao desenvolvimento comunitário, com grupos formados por diferentes empreendedores locais, nos quais a participação é efetiva e voltada a prestação de serviços de qualidade e ao desenvolvimento sustentável.

Ao se tratar de **EQUIPAMENTOS E EVENTOS** no litoral, o setor de eventos constitui-se em segmento importante para o turismo, atraindo crescentes investimentos e contribuindo de forma expressiva para a promoção da imagem do Brasil no exterior e para uma crescente profissionalização dos serviços.

No entanto, no litoral paranaense, esse segmento é pequeno, em relação aos demais segmentos turísticos. Apesar da diversidade de festas, comemorações e campeonatos esportivos, os eventos ocorrem, em sua grande maioria, em espaços abertos, como praias, praças, quadras esportivas, ou nas ruas. Os municípios apresentam algumas estruturas alternativas, com capacidade reduzida, para a realização de eventos técnicos científicos como, por exemplo, teatros municipais, salas em meios de hospedagem, auditórios de instituições de ensino.

O município de **Antonina** utiliza, além de espaços públicos abertos, como a Praça Coronel Macedo e a Avenida do Samba, alguns estabelecimentos comerciais. O Festival do Barreado, por exemplo, acontece dentro dos restaurantes da cidade. Já na realização do principal festival cultural, o Festival de Inverno, promovido pela Universidade Federal do Paraná, os equipamentos de apoio são o Teatro Municipal e a Igreja Matriz.

O Teatro Municipal, principal estrutura para a realização de eventos do município, é o local da sede da Secretaria de Cultura de Antonina. Com uma **capacidade** de 250 pessoas, o Teatro é utilizado tanto para eventos culturais, como o Festival de Inverno, quanto para eventos de lazer, como o *Viva o Verão*, sediando apresentações de dança, bandas, projeção de filmes e apresentações teatrais. Além do Teatro, para eventos técnicos científicos, a cidade conta com um auditório privado, em um equipamento de hospedagem, com a capacidade para recepcionar 200 pessoas.

Em **Guaraqueçaba**, os eventos são realizados, em sua maior parte, nos espaços abertos. A estratégia atual do município está voltada para os eventos esportivos, com a realização de corridas de caiaque, provas de *mountain bike*, e até mesmo maratonas, pois estes eventos garantem o aproveitamento das belezas naturais locais.

Já em **Guaratuba**, os eventos apresentam um caráter, principalmente, esportivo e festivo-religioso, ocorrendo em locais abertos e variados, sem estrutura fixa. Com relação à estrutura, da mesma forma que em Antonina, Guaratuba conta com um auditório privado, com **capacidade** para recepcionar 400 pessoas.

Segundo a prefeitura de **Matinhos**, o Centro de Convenções de Caiobá foi construído por meio de uma parceria entre governo municipal, estadual e federal; com uma área de 13.972m², possui capacidade para 800 pessoas. Apresenta quadras de esporte, local para shows e estacionamento. Logo após sua construção, o Centro era utilizado como sede para congressos, feiras, shows, solenidades, atividades artístico-culturais, campeonatos e torneios do município e região. Atualmente, o espaço está sendo aproveitado pela UFPR Litoral, para realização de exposições de arte, aulas e apresentações teatrais. Além desse centro de convenções, a cidade conta com o *campus* da universidade e auditórios em meios de hospedagem.

Em **Morretes**, os eventos programados acontecem no centro histórico. Está sendo construído um espaço de eventos, o qual aproveita as instalações de uma antiga fábrica de papel, localizada no centro de Morretes. A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Morretes apresentou, durante a visita técnica elaborada pela equipe do PDITS-LP, uma pré-proposta para um espaço multiuso, denominado Fábrica de Eventos Olympio Trombini. O projeto propõe abrigar uma biblioteca, um auditório, dois museus, um telecentro, uma galeria e um atelier de arte, três oficinas artísticas, lojas de artesanato, jardim botânico e herbário, além de quiosques para serviços de alimentação.

No município de **Paranaguá**, os eventos são, na sua maioria, festas religiosas e datas comemorativas, que, como nos demais municípios, ocorrem em espaços abertos, sendo que a Praça de Eventos 29 de julho é o principal espaço utilizado. Em relação aos eventos técnico-científicos, Paranaguá apresenta a maior oferta de espaços. Segundo o site institucional da SETU, o município conta com 18 espaços de eventos, principalmente em hotéis e instituições de ensino, além de dois ginásios de esporte com capacidade de 1.000 e 7.000 pessoas. A capacidade, em auditório, varia de 50 a 2.500 pessoas, sendo o total, um pouco mais de 6.000 lugares.

Em **Pontal do Paraná**, os principais eventos realizados pela prefeitura possuem um enfoque gastronômico: a Festa do Caranguejo e a Festa dos Frutos do Mar. A estrutura dos eventos que ocorrem no município são móveis, montadas exclusivamente nas datas programadas.

Atualmente, estão instalados no litoral paranaense um total de 13 **POSTOS DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS**, entre temporários e fixos. Morretes apresenta a maior concentração, contando com 4 postos, seguido por Guaratuba e Paranaguá com 2, sendo que nos demais municípios existe apenas um Posto de Informações Turísticas. Apesar da estrutura, nem sempre os postos encontram-se em funcionamento. Na alta temporada (dezembro a fevereiro), as prefeituras definem um responsável pelo posto, que, durante o horário comercial, atende aos turistas. Fora de temporada, o horário de funcionamento torna-se incerto, na maioria dos municípios.

Um dos aspectos relevantes para a análise da oferta turística refere-se à qualificação profissional, aqui destacada por ser considerado relevante a específica **análise da capacitação de mão de obra para o turismo**. A imagem de um destino turístico está diretamente relacionada com a qualidade do atendimento que o turista terá durante sua estada na localidade escolhida. Do ponto de vista do empresário e do trabalhador, o mercado encontra-se cada vez mais competitivo, o que torna essencial a qualificação do serviço prestado nos diferentes segmentos.

No Litoral Paranaense, segundo a pesquisa PDTIS: a oferta de equipamentos e serviços, já apresentada nos itens anteriores, os empresários dos serviços de hospedagem e alimentação tem dificuldade de encontrar profissionais com formação profissional, além de pouco recurso para o investimento nos profissionais. Portanto, contratam os trabalhadores com interesse em executar a atividade, sendo o aprendizado formalizado na prática diária profissional. A falta de qualificação, ou seja, de conhecimento teórico e técnico relacionados à prestação de serviços, foi percebida nas visitas *in loco* realizadas em todos os municípios. Apesar de apresentar uma expressiva movimentação de turistas, a região carece de profissionalização para uma atuação mais competitiva.

A análise aqui realizada refere-se à possibilidade de acesso a cursos de formação no campo do turismo em todos os municípios da região do litoral do Paraná. Sem a oferta de cursos, os profissionais, atuais e futuros, terão dificuldade em buscar a qualificação necessária.

Para verificar a oferta de oportunidades de capacitação, foram contatadas as Prefeituras Municipais, identificando-se as seguintes possibilidades.

- No município de Antonina há um curso técnico em turismo, público, ofertado na Escola Estadual Brasília Machado. A gestão municipal informou ainda que está em negociação a abertura de mais um curso na área, através de uma parceria com o SENAC.
- Segundo a prefeitura municipal, Guaraqueçaba possui cursos técnicos, em geral de curta duração, na área do turismo. Atualmente, uma organização não governamental está organizando alguns cursos voltados à formação da comunidade.
- O município de Guaratuba não apresenta nenhum curso regular nesta área. Apenas na época de alta temporada alguns hotéis de grande porte, esporadicamente, ofertam capacitação aos seus funcionários, em convênio com o SEBRAE.
- O município de Pontal do Paraná também não possui instituição de ensino superior que possua cursos na área.
- Matinhos conta com instituição de ensino superior que oferece curso relacionado diretamente ao turismo; o curso Tecnólogo em Gestão do Turismo é ofertado pela Universidade Federal do Paraná, sede Litoral;
- Morretes possui apenas uma instituição de ensino superior, que, por sua vez trabalha com o sistema de ensino à distância. Esta, no entanto, não possui o curso de turismo, nem algum outro relacionado com a atividade.
- Paranaguá destaca-se no ensino superior no litoral, possuindo três instituições: a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR, o Instituto Federal do Paraná – IFPR - Campus Paranaguá e o Instituto Superior do Litoral do Paraná – ISULPAR, sendo este último a única instituição que oferece o curso de graduação em Turismo, com duração de 3 anos.

Percebe-se que são poucos os municípios que apresentam uma formação específica, relacionada à atividade turística. Essa carência justifica a dificuldade apontada pelos proprietários de hotéis e restaurantes, conforme apresentado no item anterior, em encontrar mão-de-obra qualificada, sendo política de grande parte dos estabelecimentos que valorizam a qualidade do serviço as ações de “capacitar por conta própria seus funcionários”. A qualificação é parte fundamental para atingir o objetivo do eixo de desenvolvimento do produto turístico, que visa tornar a região mais competitiva.

Outro aspecto a ser ressaltado é o envolvendo da população nos ganhos e na mitigação dos impactos negativos da atividade. O inclusão se dá tanto no âmbito das pessoas que atuam nas atividades econômicas relacionadas quanto da população em geral que receberá o turista de forma indireta.

Em relação ao grau de sensibilização da população para o desenvolvimento do turismo na região, a pesquisa da “Cadeia Produtiva do Turismo – Litoral (IPARDES, 2006) questiona os moradores sobre alguns aspectos relevantes. Sob o ponto de vista da percepção do morador em relação ao município apenas 1,4% afirma não conhecer nenhum atrativo, enquanto que 44,3% conhecem a maioria e 14,3% conhece todos. O principal atributo turístico das cidades apontado pelos moradores foram as belezas naturais, seguido dos aspectos culturais da região.

Ainda em relação a pesquisa, quando questionados sobre os principais benefícios da atividade para a cidade os moradores assinalam a geração de trabalho e renda, seguido

das melhorias para a cidade. Com menor importância, na análise dos benefícios, encontra-se o item “mais conhecimento e cultura”, parte fundamental do impacto cultural do turismo na capacidade de promover o intercâmbio cultural. No que se refere aos aspectos negativos, 62,9% afirma que o turismo “não traz” problemas. Essa visão é de certa forma ingênua, pois, como apresentado no item “Gestão Ambiental”, se o turismo não for planejado e gerido de forma responsável e integrada, o uso desordenado dos recursos turísticos pode acarretar na extinção do mesmo para esse fim. Nesse sentido,

“a atividade turística quando desenvolvida apenas para buscar o lucro rápido, a curto prazo, sem considerar as consequências desse modelo de desenvolvimento, compromete todo o processo, encurtando seu ciclo de vida e a competitividade de um determinado local. Desse modo, a prática de uma gestão responsável deve orientar-se no sentido de reproduzir impactos positivos em relação ao turismo interno, propiciando o desenvolvimento da atividade no mercado doméstico, com benefícios por duas vias: pelo lado da produção e da oferta da atividade, com a criação de novos postos de trabalho e ocupação e com o aumento da renda e pelo lado do consumo, com a inclusão de novas parcelas de consumidores nas diversas escalas do ambiente doméstico” (AMBIENS, 2009).²⁷

Outro dado relevante apresentado na pesquisa da cadeia produtiva relaciona-se às necessidades de melhoria para a recepção dos turistas como: melhorar infraestrutura dos atrativos; capacitação para atender ao turista; melhorar a limpeza pública e o saneamento; e melhorar estradas e acessos. Por fim, em relação à contribuição do setor público e privado, a grande maioria define como principal item o incentivo à preservação do patrimônio cultural e natural.

A pesquisa analisada no presente item permitiu uma visão global de como a população se relaciona com o desenvolvimento da atividade, percebendo sua importância como atividade econômica, porém com pouco reconhecimento dos impactos negativos que o desenvolvimento do turismo pode trazer às localidades. Outro aspecto relevante está nas melhorias necessárias que vão de encontro com os diversos apontamentos realizados no desenvolvimento do presente produto.

Alguns aspectos a serem destacados na análise integrada da oferta de equipamentos e serviços.

- Segmento-meta: a característica do turismo de sol e praia, predominante em Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná influencia diretamente no tipo de serviço ofertado, considerando a baixa diversificação das ACT.
- Tipos de serviço: em geral há uma baixa diversificação dos serviços turísticos, ressaltando a necessidade de melhoria da qualidade para a ampliação da competitividade.
- Níveis de preço: os preços encontram-se no padrão aos dos principais destinos competidores abordados na análise da demanda, porém os serviços prestados não, necessariamente, correspondem ao contratado de forma satisfatória.
- Sistema de promoção e comercialização: a região tem um bom posicionamento na web, porém a promoção dos serviços privados não ocorre de forma integrada, sendo pontual e dispersa, limitando a comercialização de produtos integrados.
- Graus de integração da oferta: a cadeia produtiva do turismo, apesar de dinâmica, não é capaz de produzir resultados multiplicadores significativos para a econômica do polo (IPARDES, 2008).
- Tipos de investimento: os empresários têm baixa capacidade de investimento, principalmente, pela característica predominante de empresas de pequeno porte de gestão familiar.

²⁷ AMBIENS SOCIEDADE COOPERATIVA. **Metodologia para Elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de MS – 2008-2020: Volume I – Metodologia**. Curitiba, 2008.

- Sistema de qualidade turística: baixa aderência a sistemas de qualificação e certificação.

3.1.4. Conclusões.

A seguir serão elencados os principais aspectos potencializadores e entraves referentes aos produtos turísticos do litoral paranaense.

Aspectos potencializadores.

- 1) O Litoral Paranaense representa uma parte da história da colonização brasileira, possuindo atrativos culturais, que representa 36% da oferta atual da região. A relevância histórico-cultural da região reforça o potencial de desenvolvimento do turismo cultural no conjunto formado pelas cidades de Paranaguá, Antonina e Morretes, que possuem centros históricos com características coloniais relevantes.
- 2) O Litoral Paranaense possui sítios arqueológicos pré-coloniais com potencial de aproveitamento para composição do produto turístico, representados basicamente pelos Sambaquis e caminhos coloniais, ocupações de grupos pré-históricos de pescadores.
- 3) O Litoral Paranaense possui atrativos naturais vinculados ao segmento do ecoturismo e turismo de aventura, principalmente em Antonina, Guaraqueçaba e Morretes. A combinação de diversos elementos naturais presentes no litoral paranaense determina a alta valoração de suas paisagens e de seus atrativos e ressalta, ainda, sua originalidade no mercado turístico local e regional.
- 4) As baías dos municípios de Guaraqueçaba, Paranaguá e Antonina apresentam atrativos turísticos de relevância ambiental e originalidade no contexto nacional. As características da paisagem são elementos potencializadores para o ecoturismo e turismo de aventura.
- 5) Em geral, os atrativos podem ser acessados, com facilidade, via transporte público ou até mesmo a pé, já que estão próximos aos centros urbanos. Alguns caminhos apresentam beleza paisagística relevante, como o trajeto da linha férrea; a Estrada da Graciosa; o Caminho do Cabaraquara e a Estrada da Anhaia e do Cabaraquara.
- 6) A região do Litoral Paranaense apresenta atrativos turísticos de cunho técnico, científico e artístico constituídos por obras, instalações, organizações, atividades de pesquisa que podem ser utilizados para o desenvolvimento de outros segmentos turísticos em contraposição aos já consolidados.
- 7) O Litoral Paranaense apresenta uma diversificação na oferta de produtos alimentícios locais, tanto nos restaurantes e nas feiras, como em pequenos comércios de produtos da agricultura família.
- 8) Paranaguá e Guaratuba são os municípios do litoral com núcleos urbanos estruturados e de maior concentração populacional, com uma oferta representativa de comércio e serviços básicos de funcionamento perene e concentrando 48% da oferta de meios de hospedagem.
- 9) Dentre os roteiros em operação, os municípios mais representativos na oferta e integração são Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba, sendo que a Ilha do Mel, Morretes e Guaraqueçaba apresentam os roteiros mais comercializados.
- 10) A ADETUR participa da Câmara Temática de Promoção e Comercialização do Produto Paraná, criada pela SETU PR, que consiste numa parceria público-privada para ações voltadas ao planejamento e gestão do marketing turístico regional, compreendendo diferentes ações de promoção e comercialização: criação de materiais promocionais que contemplam os sete municípios da região e uso da mídia

on-line, destacando-se a presença frequente do Litoral em feiras, eventos e rodadas de negócios como o Salão do Turismo, ABAV e a Adventure Sports Fair.

- 11) Os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura possuem destaque na imagem do Litoral Paranaense, apresentando diversos produtos comercializados por agências e operadoras;
- 12) Os municípios de Morretes e Paranaguá são os que apresentam ações de marketing melhor estruturadas com: produção de material promocional; mala direta; site; assessoria de comunicação; e tem destaque no Guia 4 Rodas.

Entraves de desenvolvimento

- 1) Não há uma ação pública prática que integre a história da colonização e período posterior com o conjunto de bens culturais existentes nos municípios de Paranaguá, Morretes e Antonina.
- 2) Alguns bens culturais imateriais estão em fase de decadência e não são aproveitados e promovidos turisticamente.
- 3) Em relação ao setor de hospedagem, o litoral paranaense apresenta uma série de elementos negativos e/ou críticos que demonstram a fragilidade do setor de hospedagem no que diz respeito à atração de novos investimentos e à manutenção e fortalecimento dos empreendimentos já existentes.
- 4) Os serviços turísticos do litoral, além de se concentrarem nos municípios de Guaratuba, Morretes e Paranaguá, apresentam uma baixa integração entre os diferentes estabelecimentos, bem como uma baixa diversificação da oferta de serviços nos municípios de Guaraqueçaba e Pontal do Paraná.
- 5) O Litoral paranaense apresenta baixa oferta de equipamentos e serviços de lazer concentrada, principalmente, na alta temporada.
- 6) Os atrativos do litoral paranaense estão vinculados ao planejamento turístico de forma modesta; carecem de instrumentos e serviços que permitam a valorização do patrimônio cultural e ambiental; não oferecem serviços continuados de atendimento ao turista; não possuem normas de uso e monitoramento da visitação; não dispõem de estrutura adequada, como condições de acesso e disponibilidade de transporte; e apresentam tímida oferta de atividades de lazer e atividades agregadas.
- 7) A carência de mão de obra qualificada, tanto da esfera pública quanto privada, consiste em um dos principais entraves para a operacionalização do turismo no litoral.
- 8) O ecoturismo e o turismo de aventura na Ilha do Mel, em Paranaguá, encontram-se pouco integrados aos demais destinos da região no que se refere a ações de promoção e comercialização.
- 9) Apesar da região apresentar 13 postos de informações turísticas, estes não se encontram em funcionamento regular, principalmente na baixa temporada.
- 10) Pontal do Paraná, Guaratuba e Matinhos apresentam uma baixa participação na oferta de roteiros comercializados.
- 11) Há carência de materiais promocionais impressos que trabalhem de forma padronizada e integrada as informações turísticas, sendo que Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos e Pontal do Paraná apresentam a menor estruturação com relação às ações de marketing. Não existe plano de marketing estratégico ou operacional nos municípios.
- 12) Baixa divulgação da região fora do Brasil devido à carência de campanhas de promoção envolvendo parcerias público-privada e à deficiência de articulações políticas na captação de recursos para o setor.

3.2. ANÁLISE DAS INFRAESTRUTURAS BÁSICAS E DOS SERVIÇOS GERAIS ENCONTRADOS NA ÁREA

O desenvolvimento das atividades turísticas requer infraestruturas adequadas, tanto em locais onde o turismo já se encontra consolidado, como também onde existe potencial para seu desenvolvimento. Possibilita-se, assim, que os destinos turísticos sejam visitados sem que suas condições essenciais sofram impactos negativos, causadores de desequilíbrios socioambientais.

Serão avaliadas a disponibilidade e as condições de operação das infraestruturas e dos serviços nos sete municípios que compõem a região turística do Litoral do Paraná. Foi realizada uma coleta de dados nos órgãos e/ou empresas responsáveis (SANEPAR, COPEL, prefeituras municipais), como também nos órgãos de pesquisa – IBGE e IPARDES. Cabe salientar que houve certa dificuldade no acesso aos dados referentes às temáticas analisadas, bem como no trabalho com dados desatualizados, como os setores censitários de 2000.

3.2.1. Rede viária de acesso

A região do litoral possui um sistema de transportes multimodal composto por várias rodovias e pela estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, uma das mais antigas do país, utilizada prioritariamente para transporte de mercadorias, mas também para deslocamento de passageiros, como linha turística, à cidade de Paranaguá.

O principal acesso rodoviário aos municípios da região litorânea do Estado do Paraná é a Rodovia Federal BR 277, que integra o sistema rodoviário arterial principal do Estado. Ou seja, a partir do contorno viário de Curitiba estão conectadas as rodovias interestaduais (BR 376 em direção ao Sul do país, e ao Norte/Noroeste em direção a São Paulo e Mato Grosso do Sul; BR116 nas direções Norte e Sul) e internacionais (conexão com a Via Panamericana no Paraguai e Argentina), formando um sistema contínuo (CREA, 2009)

A BR 277 corta o Paraná no sentido leste-oeste, conectando o oeste do Estado ao Litoral Paranaense e à BR 376, possibilitando que Paraguai e Argentina tenham acesso a portos brasileiros no Atlântico e configurando-se como um importante eixo comercial, turístico e com forte potencial paisagístico. A BR 277 constitui-se no eixo central de um sistema composto por derivações que levam aos municípios de Morretes e Antonina (PR 408), na baía de Paranaguá, e aos municípios de Matinhos (PR 508) e Pontal do Paraná (PR 407 e PR 412), atendendo aos balneários adjacentes. Considera-se em boas condições de tráfego a PR 508, conhecida como Alexandra-Matinhos, de pista dupla, e a PR 412, ao longo da orla entre Pontal do Paraná e Praia de Leste. Cabe destacar, no trecho Alexandra-Matinhos o usuário poderá contemplar uma paisagem com grande valor paisagístico e ambiental.

A BR-376 cruza diagonalmente o Estado do Paraná em direção a sudeste, rumo à cidade de Joinville e outras aglomerações urbanas do Litoral Catarinense. Constitui-se em alternativa para o acesso ao litoral paranaense, já que possibilita a utilização da rodovia PR 412, de Garuva à Guaratuba. Nesse percurso, encontram-se diversos empreendimentos que comercializam produtos locais, e que, de maneira espontânea, oferecem uma estrutura de sanitários aos usuários desta rodovia. Esse caminho possui grande beleza cênica, conformada pela proximidade com a Serra do Mar. No entanto, há deficiência na sinalização, sobretudo no que se refere à localização espacial e distâncias.

Outra forma de acesso ao Litoral Paranaense é a PR 410, denominada Estrada da Graciosa, que atravessa um trecho urbano dos municípios de Curitiba e Pinhais na direção das cidades históricas de Morretes e Antonina. Este último trecho, totalmente inserido num dos últimos remanescentes da Floresta Atlântica, adquire um caráter especial, de valor histórico, cultural, turístico e paisagístico. No trecho da serra com diversos recantos e áreas de lazer dotadas de infraestrutura, como o Recanto Lacerda, Recanto Rio Cascata, Recanto Grotta Funda, Recanto Bela Vista, Mirante, Recanto

Ferradura, localizados entre o limite do Município e a localidade São João do Triunfo, a pavimentação é em asfalto, com trechos em paralelepípedo, preservando o pavimento original.

O acesso rodoviário à sede do município de Guaraqueçaba, pela PR 405, não é totalmente pavimentado, fato que, muitas vezes, acarreta problemas de abastecimento, especialmente nos períodos de chuva. Além disto, esta situação piora as condições de acesso aos atrativos turísticos do município de Guaraqueçaba.

Com a concessão ao setor privado da BR 277, e consequente pedagiamento, iniciado em 1998, a capacidade de tráfego no trecho Curitiba – Paranaguá foi melhorada, tanto pelas intervenções realizadas quanto pela implantação de rotinas de manutenção e conservação, reduzindo de forma significativa os custos operacionais dos veículos e problemas com acidentes de tráfego. Entretanto, o trajeto entre Curitiba e o litoral do Estado pela BR 277 ainda é o mais caro do Paraná, já que a tarifa cobrada para carros de passeio custa R\$12,50. A empresa Ecovia é responsável pelo trecho da BR 277 que liga Curitiba ao Porto de Paranaguá, numa extensão de 84 km em pista dupla, além dos segmentos rodoviários PR 508 (de Alexandra a Matinhos) e PR 407 (a Pontal do Paraná), além de prestar manutenção nas rodovias que ligam a BR 277 às cidades de Morretes e Antonina.

Hoje, a única opção não pedagiada para descer ao litoral do Paraná é a sinuosa Estrada da Graciosa (PR 410). A cobrança nas praças de pedágio de São José dos Pinhais (BR 376) e Garuva (BR 101) foi iniciada no dia 22 de fevereiro de 2009. A tarifa é de R\$ 1,20 para veículo de passeio ou por eixo de caminhão, trecho administrado pela autopista litoral Sul, que cuida das rodovias do entorno de Curitiba até Palhoça (SC).

A qualidade do serviço ofertado na BR 277 durante o pico de escoamento da safra agrícola para o Porto de Paranaguá, sofre sérias alterações, em razão da formação de extensa fila de veículos de carga, aguardando condições de descarga no porto. As causas destas filas são oriundas de diversas deficiências na cadeia logística do transporte da safra agrícola, desde suas origens até o seu destino (CREA, 2009).

Outros problemas relacionados ao tráfego nas rodovias se deve à localização da rodovia PR407 dentro do perímetro urbano de Paranaguá, a qual, além de apresentar um volume expressivo de tráfego local, sofre um aumento substancial no período de verão, com o tráfego gerado pela demanda dos balneários. Por ser uma rodovia em pista simples, esta situação reduz a capacidade de tráfego da via e produz congestionamentos, comprometimento da segurança viária e interferências nas atividades da população residente na área.

A frota registrada em 2008 nos municípios do litoral está exposta na Tabela 39, mas cabe salientar que essa frota não é significativa quando se trata da circulação em períodos de alta temporada. Com exceção de Guaratuba, todos os municípios apresentam o percentual da frota de motocicletas em relação à de automóveis superior a 30%, com destaque para Guaraqueçaba, com o percentual de 78%.

Tabela 39 - Veículos Registrados Segundo Tipo - 2008

Categoria	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Automóvel	1204	95	3618	3201	1628	17342	1943
Caminhões	265	48	201	680	158	4330	471
Microônibus	12	0	29	20	13	115	10
Motocicletas	708	74	1298	1828	1005	10204	908
Ônibus	23	6	36	21	26	113	35
Reboques / semi-reboques	63	0	141	130	79	1583	99
Utilitários	2	0	8	10	358	42	2
Outros	3	2	1	18	1	76	9
Região do Litoral	2280	225	5332	5908	3268	33805	3477

Fonte: DETRAN, 2008. Nota: posição em dezembro de 2008.

3.2.2. Sistema de transporte coletivo urbano

No documento Estudo da Demanda Turística Litoral 2000 - 2006 encontram-se registrados os modos de acesso mais utilizados ao litoral do Paraná, em 2006: o automóvel particular para os municípios de Guaratuba (74%), Matinhos (82%), Morretes (47%) e Pontal do Paraná (60%), e o ônibus para os municípios de Antonina (56%), Guaraqueçaba (51%) e Paranaguá (50%).

Em uma primeira aproximação, a Tabela 40 mostra uma série temporal (2000 – 2008) do movimento de passageiros que utilizam o ônibus como meio de transporte de acesso ao litoral, indicando um decréscimo significativo ao longo deste período.

Tabela 40 - Movimento no Terminal Rodoviário de Curitiba, com destino ao Litoral

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
passageiros	823 122	830 467	790 256	742 287	712 986	689 917	681 882	616 445	527 786

Fonte: Estação Rodoferroviária de Curitiba/Setor de Terminais Rodoviários

O transporte intermunicipal rodoviário de **Antonina** é efetuado pela Viação Graciosa Ltda com linhas que fazem a ligação desse Município com Curitiba, Morretes e Paranaguá. Tais itinerários funcionam todos os dias da semana. O atendimento de passageiros do transporte coletivo interurbano é realizado no terminal rodoviário intermunicipal e urbano compartilhado. Sua estrutura atual não suporta a quantidade de ônibus existentes no local, apresentando também alguns problemas em relação à altura dos ônibus mais modernos, principalmente os intermunicipais e de turismo. Outro ponto conflitante é o itinerário que os veículos de transportes de maior porte deve fazer para chegar ao terminal rodoviário, pois trafegam em ruas estreitas, antigas e com várias edificações históricas.

O acesso regular ao Município de **Guaraqueçaba** pode ser realizado por via terrestre ou marítima, sendo o último o mais utilizado por moradores e visitantes em função das péssimas condições da única rodovia de acesso, a PR 405. O transporte terrestre é realizado diariamente pela empresa Graciosa, com destino aos municípios de Curitiba, Antonina, Morretes e Paranaguá. Ao longo da PR 405, no trajeto compreendido entre Antonina e a estação rodoviária da sede, existem paradas secundárias e apenas em Tagaçaba de Cima o ônibus desvia do trajeto da rodovia. Em Guaraqueçaba não existe transporte urbano; por isso, é comum o uso de bicicletas, bem como a presença de caroneiros.

As empresas que atendem o município de **Guaratuba** com transporte intermunicipal rodoviário são: Empresa Nossa Senhora da Penha, Viação Graciosa e Expresso Maringá. A Empresa Nossa Senhora da Penha oferece linhas diárias, que fazem a ligação desse Município com as cidades gaúchas de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas e com as cidades catarinenses de Itajaí, Florianópolis, como também faz a ligação com a capital paulista com saídas três vezes por semana. A Expresso Maringá, oferece diariamente linhas que fazem a ligação com Curitiba. A Viação Graciosa oferece linhas que fazem a ligação desse Município com Garuva (SC) Joinville (SC), Curitiba, Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. O atendimento dos passageiros do transporte é realizado no Terminal Rodoviário Governador Álvaro Dias. A empresa Ganusa Turismo detém a concessão do transporte coletivo urbano de Guaratuba, perfazendo quatro rotas.

O transporte intermunicipal de **Matinhos** é feito pela Viação Graciosa Ltda, com linhas que ligam Matinhos a Guaratuba e Joinville, no estado de Santa Catarina. Linhas diárias também fazem a ligação com Praia de Leste, Paranaguá e Curitiba. O município conta com o Terminal Rodoviário Municipal José Bonatto, localizada no Bairro Sertãozinho, no acesso principal de Matinhos pela Rodovia PR 508. Sua localização, aliado à inexistência de um sistema de transporte urbano eficiente, dificulta a mobilidade das pessoas que utilizam o transporte coletivo em Matinhos, que oferece uma linha denominada circular bairro (Plano Diretor de Matinhos, 2006) O transporte intramunicipal é realizado pela empresa Oceânica Sul Transportes Ltda conta com duas linhas; entretanto, existem estudos para ampliação de novas linhas.

O transporte intermunicipal rodoviário de **Morretes** é efetuado também pela Viação Graciosa Ltda com linhas que fazem a ligação deste município com Curitiba, Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá. Tais itinerários funcionam todos os dias.

O transporte intermunicipal rodoviário de **Paranaguá** é efetuado pelas empresas Viação Graciosa Ltda e Princesa dos Campos. A Viação Graciosa oferece linhas que fazem a ligação desse Município com Curitiba, Antonina, Matinhos, Morretes, Guaraqueçaba, Ponta Grossa, Garuva (SC) e Joinville (SC). A Empresa Princesa dos Campos oferece linhas que fazem a ligação desse município com Curitiba e Ponta Grossa. O atendimento dos passageiros do transporte é realizado no Terminal Rodoviário Municipal. Já o serviço de transporte público é prestado pela empresa Viação Rocio Ltda, com 21 linhas municipais.

O transporte intermunicipal de **Pontal do Paraná** é efetuado pela Viação Graciosa Ltda, com linhas que fazem a ligação desse município com Curitiba, Matinhos e Guaratuba. Tais itinerários funcionam todos os dias da semana. Desde o verão de 2009, na alta temporada, a Viação Graciosa opera com horários diários de Campo Largo aos municípios de Guaratuba e Pontal do Paraná.

Os balneários de Pontal de Paraná são servidos apenas por uma linha de transporte coletivo. Esta linha obedece aos traçados das rodovias PR 407 e PR 412, não entrando nos diversos balneários. Isso causa dificuldades à população local, bem como à população flutuante (turística), pois não é possível o acesso às áreas municipais mais distantes da rodovia. Esse tipo de configuração gera problemas tanto de desconforto ao potencial usuário - grandes distâncias até os meios de transporte - quanto relacionados à segurança de pedestres, pela obrigatoriedade de travessia nas rodovias.

O transporte intermunicipal rodoviário dos municípios do litoral paranaense é efetuado, predominantemente, pela Viação Graciosa Ltda. As linhas que conectam os municípios do litoral paranaense são as mesmas que fazem a ligação destes municípios com Curitiba, com baixa integração intermunicipal.

A Tabela 41 mostra uma série temporal (2007 - 2009) do movimento mensal de embarque de passageiros nas rodoviárias dos sete municípios do Litoral Paranaense. Em relação ao movimento de passageiros nas rodoviárias, todos os municípios, e nos três momentos de análise, possuem indicadores acima de 25% para os meses considerados

de alta temporada em relação ao volume total de embarques. Nos municípios de Antonina; Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, para os meses de alta temporada, 2009, o embarque de passageiros ultrapassou os 40%. Cabe destacar o grande volume registrado nas rodoviárias do litoral do Paraná, para os três momentos analisados, com valores acima de 500.000 embarques anuais.

Tabela 41 - Embarque de passageiros nas rodoviárias, segundo municípios do Litoral Paranaense, Paraná - 2007-2009

meses	EMBARQUES DE PASSAGEIROS POR MUNICÍPIO											
	Antonina			Guaratuba			Guaraqueçaba			Matinhos		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Janeiro	5937	5612	6323	5273	8409	11752	1648	1441	1401	16231	14208	15554
Fevereiro	5750	5845	6397	4792	4809	7786	1408	1304	1105	10178	9038	9631
Março	4644	5058	5168	2417	3090	4188	1376	1501	1224	4507	4495	4815
Abril	4996	4592	5443	3039	3588	4191	1409	1374	1194	4582	3537	4643
Maio	4682	5109	5531	762	3260	3777	1376	1370	1110	3469	3465	3771
Junho	4533	4653	4954	2547	2751	3098	1277	1179	1071	2911	3130	3278
Julho	5675	6127	5988	4156	4057	4169	1475	1271	1070	4281	4362	4279
Agosto	4856	5124	5440	2621	2654	3206	1418	1214	1081	3435	3445	3407
Setembro	4867	4876	5436	3797	4062	5476	1359	1302	1291	4934	4230	5791
Outubro	4986	5332	5489	3636	3981	4266	1446	1508	1196	4477	4171	4563
Novembro	4896	5090	5489	3667	5259	4866	1351	1168	1174	4599	4393	4780
Dezembro	6533	6493	6778	11789	5910	8460	1790	1579	1561	10148	10118	10323
% alta temporada	29,2%	28,1%	28,5%	45,1%	36,9%	42,9%	28,0%	26,7%	28,1%	49,6%	48,6%	47,4%
TOTAL	62355	63911	68436	48496	51830	65235	17333	16211	14478	73752	68592	74835

meses	EMBARQUES DE PASSAGEIROS POR MUNICÍPIO											
	Morretes			Paranaguá			Pontal do Paraná			TOTAL - LITORAL		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Janeiro	8099	8403	9448	19445	18343	18687	5657	5186	2387	62290	61602	65552
Fevereiro	5924	6917	7134	15052	17242	17275	3498	3480	1511	46602	48635	50839
Março	5555	6380	5839	15846	15422	17976	1932	1944	903	36277	37890	40113
Abril	5990	5873	7155	15953	16391	18096	1980	1817	1004	37949	37172	41726
Maio	5154	6753	6582	17091	15088	17813	1387	1380	843	33921	36425	39427
Junho	5249	4880	5698	14894	16296	15964	1249	1031	755	32660	33920	34818
Julho	6499	8307	7600	16993	19196	18205	1673	1889	907	40752	45209	42218
Agosto	5176	5517	5429	17150	17434	15781	1380	1456	814	36036	36844	35158
Setembro	6425	5846	5689	15280	16536	17048	2048	1934	957	38710	38786	41688
Outubro	5832	5703	6314	15813	15987	17667	1932	1568	884	38122	38250	40379
Novembro	5919	6120	6241	16846	18433	18172	1969	2112	927	39247	42575	41649
Dezembro	7446	8278	7866	18534	18908	19360	3852	4395	1691	60092	55681	56039
% alta temporada	29,3%	29,9%	30,2%	26,7%	26,5%	26,1%	45,5%	46,3%	41,1%	33,6%	32,3%	32,6%
TOTAL	73268	78977	80995	198897	205276	212044	28557	28192	13583	502658	512989	529606

meses considerados alta temporada
% do movimento de passageiros na alta temporada

FONTE: Secretaria de Estado dos Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

Os terminais rodoviários dos municípios do litoral paranaense não são adaptados aos serviços turísticos, não apresentam estrutura adequada, são necessárias adaptações aos serviços turísticos, como informações turísticas dos destinos.

Apesar das poucas e precárias informações quanto ao sistema de transporte rodoviário, pode-se afirmar que a estrutura de mobilidade intramunicipal do litoral paranaense, principalmente para a atividade turística, é insuficiente, entre outras, não apresenta informações adequadas referentes à área de abrangência e itinerário das linhas de ônibus dificultando muito a compreensão por parte de turistas. O sistema necessita melhorias, principalmente de informações quanto ao itinerário e proximidade com os atrativos e roteiros turísticos.

Não existem locais adequados para estacionamento de veículos de receptivo turístico, situação mais crítica nos municípios de Morretes, Matinhos e Pontal do Paraná. Hoje esses veículos estacionam em locais impróprios, sem a infraestrutura adequada para proporcionar conforto e segurança aos turistas. Além disso, acarreta, principalmente

na alta temporada, conflitos na circulação viária. Os municípios de Guaratuba e Paranaguá possuem áreas para estacionamento de ônibus de excursão, mas tais áreas necessitam de adequabilidade física para cumprir as funções a que se destinam.

A topografia plana e o potencial paisagístico da região do litoral favorecem o uso da bicicleta, tanto para transporte como para passeio. Entretanto, hoje não existem condições para circulação segura de ciclistas. Os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, na época da alta temporada, contam com um número excessivo de carros e as ruas não comportam a quantidade crescente de veículos leves e pesados. A bicicleta passa a ser, portanto, uma alternativa barata, eficiente e saudável de locomoção, além de ser uma opção a mais para o transporte intra-urbano, principalmente se for integrado ao sistema de transporte coletivo. Ainda pode-se promover o uso da bicicleta como transporte cotidiano aos municípios, aumentando a mobilidade por meio de um transporte saudável e tradicionalmente já utilizado pela população do litoral.

3.2.3. Sistema Ferroviário

Implantada ao final do século XIX, a ligação ferroviária Curitiba – Paranaguá, com 112km de extensão, compõe a malha ferroviária tronco implantada no Paraná (conexões com Cascavel à Oeste, Cianorte à Noroeste, Estado de São Paulo ao Norte e Estado de Santa Catarina ao Sul) e se constitui no único acesso ferroviário ao Porto de Paranaguá. Destaca-se que a linha que une Curitiba a Morretes e Paranaguá é complementada pelo ramal de Morretes a Antonina (Plano Diretor de Paranaguá, 2007).

Desde 1996, quando da privatização da Rede Ferroviária Federal, a ferrovia é gerenciada por concessionária, atendendo prioritariamente o transporte de carga, operado pela ALL - América Latina Logística do Brasil S.A., com compartilhamento para o tráfego de passageiros, através de trem de passageiros e litorina, operada pela Serra Verde Express.

Limitações técnicas e operacionais da ferrovia em consequência das características de seu traçado (curvas horizontais com raios pequenos e grade com rampas íngremes), principalmente no trecho de transposição da Serra do Mar, constituem-se no principal fator restritivo para uma maior participação do modal ferroviário nos fluxos de transporte de carga no nível estadual e nacional, atualmente situada em torno de 27% do total de cargas do país, conforme estatísticas do Ministério dos Transportes (Plano Diretor de Paranaguá, 2007).

O município de Paranaguá é seccionado pela malha ferroviária, o que tem acarretado problemas para a população, com manobras que bloqueiam vias, poluição sonora, degradação das faixas de domínio da linha férrea, dentre outros. As linhas férreas interligam vários setores da cidade, passando pela região central, região portuária e distrito de Alexandra, sendo utilizadas exclusivamente para transporte de cargas, e tendo alguns trechos sem uso contínuo. Trata-se de uma estrutura subutilizada, que poderia ser de extrema utilidade para sistema de transporte coletivo, principalmente com o adensamento das áreas sudoeste para onde tende o crescimento tanto populacional, como de serviços e industrial (Plano Diretor de Paranaguá, 2007)

A cidade de Morretes também é atendida por transporte ferroviário de passageiros, com caráter turístico, que é administrado pela concessionária privada Serra Verde Express, com viagens diárias para Curitiba e com ligação entre Curitiba e Paranaguá, com parada em Morretes aos domingos. O atendimento é efetuado por dois tipos de serviços: o trem – composição ferroviária com vagões de passageiros para as classes turística e executiva; e a litorina – vagão automotriz para passageiros.

O ramal ferroviário entre os portos de Antonina e o município de Morretes está inoperante, e no absoluto abandono, este trecho é derresponsabilidade da empresa concessionária América Latina Logística. Este ramal em operação poderia perfeitamente

absorver a demanda de transporte com significativas vantagens, desde de fevereiro de 2003 existe uma ação civil pública para a reativação do ramal.

Não há estudos ou pesquisas que possibilitem uma avaliação dos terminais ferroviária dos municípios do litoral paranaense. Sabe-se apenas o movimento de passageiros nestes terminais, sem qualquer informação sobre sua adequação ao turismo da região.

A Tabela 42 mostra o movimento nos terminais ferroviários (trem e litorina) entre os anos de 2001 a 2008. Percebe-se uma queda do movimento de passageiros para os três terminais no ano de 2006, e também verifica-se uma recuperação desse movimento já no ano seguinte, para os terminais de Curitiba e Morretes.

Tabela 42 - Movimento de passageiros nos terminais ferroviários, 2001-2009

Terminais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Curitiba									
Embarque	97 192	103 698	114 563	101 509	105 354	102 909	105 589	111 527	114 584
Desembarque	18 658	21 676	21 937	20 745	21 548	15 656	22 690	23 321	30 887
Morretes									
Embarque	13 945	12 481	16 386	20 605	20 719	15 525	22 608	23 261	29 973
Desembarque	81 778	65 459	96 098	101 087	100 848	102 718	105 432	116 133	112 798
Paranaguá									
Embarque	4 115	9 341	5 345	140	829	131	82	60	914
Desembarque	14 296	38 237	18 465	422	1 916	191	157	407	1 786

Fonte: Consórcio Pontal do Paraná/Serra Verde Express.

NOTA: Os dados referem-se ao Trem e a Litorina.

3.2.4. Sistema aeroviário

O município de Paranaguá é dotado de um aeroporto classificado como regional, cuja infraestrutura é constituída de uma pista para pouso e decolagem, com dimensão de 1.400 metros de comprimento por 30 metros de largura, com boas condições de pavimento, área de manobras e terminal de passageiros. Os serviços de proteção ao voo estão instalados em edificação própria e são operados pelo Ministério da Aeronáutica

A operação aérea não regular é limitada a aeronaves de passageiros do tipo leve da aviação geral. A média mensal de pousos e decolagens em 2007, 2008 e 2009 foi, respectivamente: 19, 9 e 9 (SETR, 2010). Essa limitação de operação deve-se a diversos obstáculos, sem possibilidade de remoção (redes de energia elétrica, hangar e edificações), localizados na área de aproximação. Ressalta-se, ainda, o fato de não haver operação no período noturno.

O Aeroporto Municipal de Guaratuba possui uma pista para pouso e decolagem, com dimensão de 990 metros de comprimento por 30 metros de largura, com pista em asfalto. A operação aérea não regular é limitada a aeronaves de passageiros do tipo leve da aviação geral, a média mensal de pousos e decolagens em 2007, 2008 e 2009 foi, respectivamente: 26, 20 e 18. (SETR, 2010).

Cabe destacar como aspecto positivo a proximidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena, localizado em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, aos municípios do litoral, com uma distância média de 75Km.

Em 2009, o Aeroporto Internacional Afonso Pena, segundo o movimento operacional acumulado da rede INFRAERO, entre embarques e desembarques e conexões, atendeu aproximadamente 4,7 milhões de passageiros em 76.594 voos domésticos, e 88.933 passageiros em 3.423 voos internacionais.

As principais rotas domésticas em escala nacional operadas no Aeroporto Internacional Afonso Pena, com voos diretos, segundo as próprias companhias operantes são apresentadas na Tabela 43. Em escala regional temos voos, sem necessidade de troca de aeronaves para municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, apresentados na Tabela 44.

Tabela 43 - Principais destinos em voos nacionais diretos a partir do Aeroporto Internacional Afonso Pena

Destino	GOL	TAM	Azul	Web Jet	Ocean Ar	Trip
São Paulo (CGH)	10	9				1
São Paulo (GRU)	3	6		3		
Rio de Janeiro (SDU)		2				2
Rio de Janeiro (SDU)	4	2		2		
Porto Alegre (POA)	5	4		3	1	
Campinas (VCP)	2	2	3			2
Brasília (BSB)	Três	três				

Fonte: Empresas aéreas, 2010.

Tabela 44 - Principais destinos em voos regionais diretos a partir do Aeroporto Internacional Afonso Pena

Estado	Cidades
Paraná	Cascavel, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá.
Santa Catarina	Florianópolis, Caçador, Chapecó e Joaçaba.
São Paulo	Ribeirão Preto

Fonte: Empresas aéreas, 2010

Os voos regionais são operados pelas empresas TAM e Gol (Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Florianópolis); Trip (Cascavel); HT (Guarapuava, Caçador, Chapecó e Joaçaba), Passaredo (Ribeirão Preto), e Sol (Cascavel).

Ainda, existem duas companhias aéreas que operam três voos internacionais a partir do Aeroporto Internacional Afonso Pena – Gol (Assunção e Buenos Aires) e Pluma (Montevidéu), sem a necessidade de mudança de aeronave.

O Aeroporto Afonso Pena terá a capacidade aumentada para embarques e desembarques, as obras fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC da Copa de 2014. Atualmente existem seis posições para estacionamento de aeronaves, as obras vão criar mais nove posições fixas para embarque e desembarque direto nos aviões, sem a necessidade de usar ônibus para se chegar às aeronaves.

3.2.5. Sistema aquaviário

O litoral do Paraná possui uma importante hidrovia – canal do Varadouro, com aproximadamente 40 milhas náuticas, em zona de mangue. É um canal, em parte construído artificialmente, que liga Cananéia (SP) ao Porto de Paranaguá. Foi construído nas décadas de 30 e 40, para levar as mercadorias do porto paranaense para São Paulo (Cananéia). Com o posterior incentivo dado às rodovias, o canal perdeu sua importância e foi abandonado. Hoje, o calado no Varadouro é de pouco mais de 1,60 m em alguns trechos, impedindo a navegação de embarcações de grande porte.

O Litoral Paranaense conta com dois portos, o de Paranaguá e o de Antonina, configurando uma condição logística diferenciada. O porto de Paranaguá, que passou de antigo ancoradouro a porto em 1872, é considerado um dos principais terminais portuários da América Latina, com uma área de influência de aproximadamente

800.000m², especializado em exportação de grãos sólidos e, por extensão, estratégico para a economia nacional, estadual e municipal.

O porto de Paranaguá tem sido constante objeto de estudos, planos e programas de transportes das diferentes esferas governamentais, pois a eficiência de sua operação e capacidade de escoamento exerce influência direta nos custos de logística, transporte e embarque de produtos e, conseqüentemente, no preço final dos mesmos.

Portanto, sempre que há algum tipo de deficiência nas atividades operacionais deste Porto, e/ou nas condições da infraestrutura da cidade de Paranaguá, tanto a economia – em todos os níveis - quanto os modais ferroviário e rodoviário que formam o sistema integrado de transporte, sofrem conseqüências danosas. O acúmulo de resíduos provenientes dos veículos que transportam grãos, em especial o soja, causam um grande transtorno para a população de Paranaguá, gerando mau cheiro, proliferação de roedores e pássaros.

O porto de Paranaguá, que tem um cais público e terminais privados, apresenta-se como um dos principais do país na movimentação de cargas, e é líder em exportação de soja, em grão e farelo. Os tipos principais de cargas movimentadas são: contêineres, carga geral (congelados, madeira, papel e celulose, açúcar em sacos e diversos) e grãos sólidos (fertilizantes, soja e farelos, trigo, milho e açúcar). A sua área de influência compreende o estado do Paraná e parte dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2006).

O porto de Antonina teve sua principal dinâmica associada aos ciclos paranaenses da madeira, café e erva-mate. As mudanças da economia e exigências tecnológicas associadas ao moderno padrão portuário levaram à sua desatualização e relativa desativação. No final da década de 90, o porto de Antonina foi revitalizado, o que vem possibilitando a movimentação de grãos sólidos (fertilizantes, sal, trigo, etc.). Em paralelo, crescem as operações do terminal privado Ponta Félix, que se especializa na movimentação de carnes congeladas.

Os portos de Paranaguá e Antonina não recebem normalmente cruzeiros, porque não possuem terminal de passageiros. Hoje os navios de passageiros atracam de forma esporádica, e sem infraestrutura adequada, no porto de Paranaguá, embora as condições físicas não sejam adequadas, é crescente a demanda desses navios e há planejamento de obras de ampliação dos portos. A oferta de uma parada de navios de passageiros reverterá em benefícios econômicos para todo o litoral, irá tornar real a demanda que atualmente é potencial, atrairá investimentos e serviços para a população da região e fomentará uma nova dinâmica ao desenvolvimento do turismo associada ao turismo náutico.

No Paraná, as marinas estão localizadas dentro das baías de Paranaguá e Guaratuba, em áreas abrigadas. Todas as cidades costeiras paranaenses têm marinas. Algumas se localizam em áreas naturais abrigadas dos ventos e das ondas e apresentam calados propícios, tais como a da ilha da Cotinga. Outras demandam aterros e dragagens, tal como a do late Clube de Caiobá (Matinhos) e a Marina Porto do Sol (Guaratuba), que foram implantadas em áreas de mangues ou planícies úmidas de altitude próxima ao nível do mar (PIERRI, 2006).

A travessia para a Ilha do Mel leva em média 30 minutos a partir de Pontal do Sul (Pontal do Paraná) e uma hora, de Paranaguá. A tabela 45 apresenta o movimento e indica um cenário de pequena recuperação para o terminal de Pontal do Paraná e um decréscimo para o de Paranaguá. Acredita-se que o tempo de travessia é determinante para a escolha do usuário, percebe-se na diferença de movimento nos terminais para o ano de 2008, terminal de Pontal do Paraná 115.365 passageiros e de Paranaguá 14.687 passageiros.

O terminal de Pontal do Paraná oferece aos usuários uma infraestrutura mínima, com necessidade imediata de reestruturação e readequação do programa de necessidades frente a demanda atual.

Tabela 45 - Movimento de passageiros nos terminais marítimos para Ilha do Mel

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Paranaguá	-	-	-	-	13 197	16 394	17 906	14 687
Pontal do Paraná	158 434	129 392	113 481	105 870	105 284	120 866	11 3992	115 365

Fonte: 2001-2007 Instituto Ambiental do Paraná-IAP; 2008 Associação Mar/Brasil.

Em Pontal do Sul (balneário de Pontal do Paraná), as marinas vêm sendo implantadas ao longo das margens dos canais escavados pelo DNOS, na década de 1960. Nos últimos anos houve um acentuado aumento da demanda por este tipo de equipamento. Por exemplo, em Pontal do Paraná, foram construídas 18 marinas no Canal do DNOS, e uma na Ponta do Poço, que abrigam, aproximadamente, 1500 embarcações (PIERRI, 2006).

O transporte marítimo para o município de Guaraqueçaba é realizado pela empresa Associação de Barqueiros do Litoral Norte do Paraná (ABALINE), com duas saídas diárias de Paranaguá. O trajeto tem duração de 3 horas. Para a Ilha de Superagui e a Ilha das Peças, também há barcos com saídas regulares; para as demais ilhas e em horários diferentes, é necessário contratar barcos particulares que, em geral, comportam 4 pessoas a um custo médio de R\$ 200,00 (duzentos reais). O embarque e o desembarque em Paranaguá são feitos na Rua da Praia ao lado do terminal rodoviário, e nos trapiches em frente à Estação Náutica, local recentemente construído e com uma boa estrutura de atendimento ao turista. Na sede de Guaraqueçaba, o embarque e desembarque turístico ocorrem no trapiche flutuante.

Nas demais comunidades insulares o embarque e o desembarque são precários. Não há segurança nas estruturas instaladas, sendo comum o desembarque na areia. Atualmente, as comunidades de Encantadas e Fortaleza (Ilha do Mel-Paranaguá), Vila das Peças e de Superagui (Guaraqueçaba) recebem uma quantidade significativa de visitantes, sobretudo nos períodos de férias escolares e feriados. Em grau mais incipiente de visitação, comunidades de Tibicanga e Barbados possuem potencial de crescimento na visitação. No entanto, considera-se que todas estas comunidades e vilas não possuem infraestrutura adequada para atendimento aos visitantes.

De um modo geral, pode-se afirmar que o município de Guaratuba apresenta uma estrutura de apoio ao transporte aquaviário de excelente qualidade, principalmente pelo setor privado.

Em estudo a construção da Base Náutica Pública em Guaratuba, a ser implantada em área com aproximadamente 2.000m², pertencente a prefeitura municipal, entre as Ruas Capitão João Franco e Airton Cornelsen, A construção poderá ser um grande atrativo para o turismo náutico, oferecendo uma oportunidade de lazer para os turistas que visitam o litoral o ano todo, ou até mesmo para os empresários que estão investindo na região. O investimento pode alavancar o segmento náutico de forma direta e as atividades locais de forma indireta de modo a gerar renda e opções de trabalho à população local.

Contudo, os locais para implantação de marinas são relativamente escassos na costa paranaense, pois a maior parte das costas estuarinas tem planícies costeiras com manguezais, que, por serem protegidos por lei, se constituem numa barreira à implantação de infraestruturas. Desse modo, a pressão de ocupação por esse tipo de instalação deve concentrar-se nas costas estuarinas sem mangue, que coincidem com as áreas de ocupação das populações tradicionais de pescadores, gerando conflitos latentes ou manifestos (PIERRI, 2006).

Uma parcela da população do litoral do Paraná ocupa áreas insulares e rurais e o acesso a elas se faz pelas baías de Paranaguá, Guaratuba, Antonina e Pinheiro

(Guaraqueçaba), utilizando-se de embarcações para locomoção entre as localidades e as sedes das cidades. Pode-se citar como exemplo as comunidades de Piaçaguera, Ilha do Teixeira, Tibicanga e Superagui, entre outras. Essa população, ao se locomover para os núcleos urbanos em busca de atendimento às suas necessidades básicas ou abastecimento e comercialização de pescados, têm que navegar em situações, muitas vezes, adversas, como nevoeiros, vento e chuva, ocasionando, além da insegurança, atrasos, acidentes e doenças.

A linha de transporte aquaviária presente no litoral é precária quanto ao atendimento da demanda turística e da própria população residente, dificultando a integração entre destinos e atrativos.

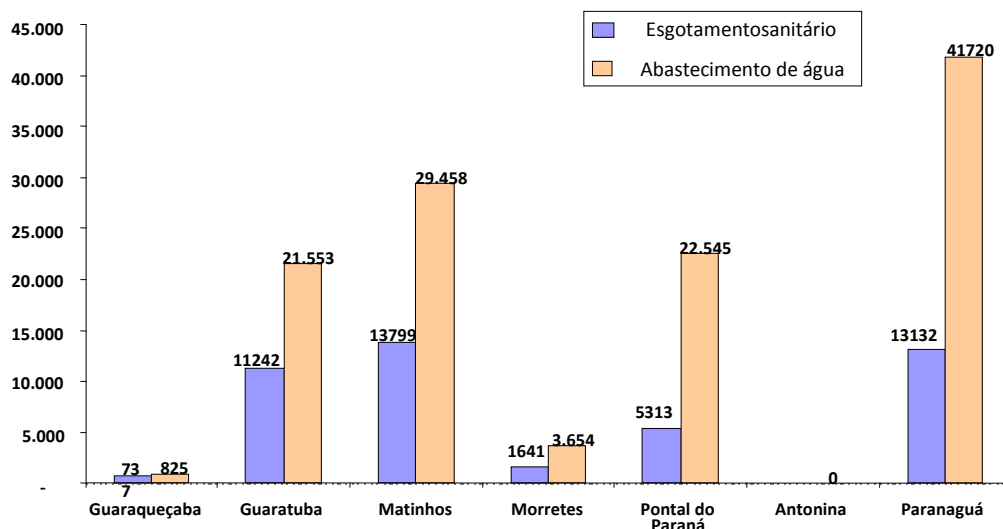
3.2.6. Saneamento Básico

Por saneamento básico entende-se o sistema de abastecimento de água, a rede coletora e de tratamento do esgoto, o sistema de coleta, armazenamento e tratamento dos resíduos sólidos (lixo) e também o sistema de drenagem das águas pluviais.

A região litorânea paranaense tem acusado um crescimento da população residente que pressiona toda a infraestrutura urbana, em especial nos municípios de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba. Desta infraestrutura, destaca-se negativamente o serviço de esgoto, já que a sua ausência afeta a qualidade da água nos balneários e pode comprometer a saúde pública na região.

A situação ilustrada no gráfico a seguir mostra a relação entre o abastecimento de água e ligação em rede de esgoto para os sete municípios do Litoral Paranaense, ano de 2009. Percebe-se o baixo nível de ligações de esgoto em relação ao número de ligações na rede de abastecimento de água. A situação geral não se repete no município de Guaraqueçaba que apresenta 845 domicílios com abastecimento de água e 749 com ligação em rede de esgoto, resultando em uma relação de 88,63% entre os domicílios atendidos por água e aqueles ligados à rede de esgoto.

Gráfico 20 - Relação do atendimento entre o abastecimento de água e esgotamento sanitário - 2009



Fonte: SANEPAR, SAMAE e Águas de Paranaguá (Trabalhados pelo IPARDES).

Nota: Os dados de Antonina não foram disponibilizados.

3.2.6.1. Sistema de abastecimento de água.

No presente item optou-se por uma análise comparativa entre os sete municípios do litoral. Para cada subitem essa comparação apresenta particularidades: no primeiro, compara-se o número total de domicílios atendidos pela infraestrutura ao longo do período de 2000 - 2009; no segundo, a análise do abastecimento dá-se por categorias. Não há estudos ou pesquisas que subsidiem uma avaliação mais detalhada do sistema de abastecimento de água.

O serviço de abastecimento de água dos municípios de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná são de responsabilidade da SANEPAR. Nos municípios de Antonina e Paranaguá o serviço é de responsabilidade municipal: - Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Antonina – SAMAE e Águas de Paranaguá, essas empresas não disponibilizaram qualquer tipo de informação.

A Tabela 46 mostra que os municípios de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná apresentaram taxas de crescimento bastante significativas no número de unidades atendidas, principalmente no período 2004 – 2009; os municípios de Guaraqueçaba e Pontal do Paraná apresentam as maiores taxas, respectivamente 31,37% e 25,53%.

Tabela 46 - Abastecimento de Água – 2000-2009

UNIDADES ATENDIDAS	Ano	MUNICÍPIO						
		Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Pontal do Paraná	Antonina	Paranaguá
	2000	588	17.019	25.473	2.582	15.445	5.066	**
	2001	598	17.539	26.150	2.739	16.784	*	**
	2002	599	17.748	26.476	2.738	17.188	*	**
	2003	636	17.921	25.766	2.761	17.319	*	**
	2004	628	18.379	26.268	3.025	17.960	*	**
	2005	729	19.117	27.220	3.157	19.010	*	**
	2006	772	19.693	27.751	3.324	19.814	*	**
	2007	812	20.390	28.587	3.489	20.800	*	**
	2008	845	20.637	28.703	3.533	21.261	*	**
	2009	825	21.553	29.458	3.654	22.545	*	**
	2004/2000	6,80%	7,99%	3,12%	17,16%	16,28%	*	**
	2009/2004	31,37%	17,27%	12,14%	20,79%	25,53%	*	**

Fonte: SANEPAR. Dados Trabalhados pelo IPARDES. Notas: * SAMAE – sistema autônomo municipal de água e esgoto - informações não disponibilizadas ** Águas de Paranaguá - informações não disponibilizadas

A Tabela 47 demonstra que os municípios atendidos pela SANEPAR apresentaram, no período de 2004-2009, um acréscimo significativo no consumo de água, com percentual do consumo superior ao incremento no número de unidades atendidas.

Tabela 47 - Consumo de água tratada: volume faturado – 2004/2009

Consumo de água (m3)- volume faturado							
Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009/2004
Guaraqueçaba	96.922	112.771	121.680	133.900	133.140	131.044	35,21%
Guaratuba	2.640.025	2.923.543	3.058.840	3.141.120	3.120.210	3.294.856	24,80%
Matinhos	3.501.150	3.870.573	4.038.920	4.097.390	4.096.960	4.223.597	20,63%
Morretes	437.253	509.545	549.840	567.660	579.590	590.211	34,98%
Pontal do Paraná	2.299.174	2.653.351	2.816.810	2.908.290	2.961.180	3.134.864	36,35%
Antonina	*	*	*	*	*	*	
Paranaguá	**	**	**	**	**	**	

Fonte: SANEPAR. Dados: Trabalhados pelo IPARDES. Notas: * SAMAE – Sistema autônomo municipal de água e esgoto - informações não disponibilizadas ** Águas de Paranaguá - informações não disponibilizadas

A Tabela 48 apresenta a situação atual do sistema de abastecimento de água para os municípios do litoral do Paraná. Considerando somente o percentual do nível de atendimento, os municípios do Litoral Paranaense apresentam valores satisfatórios. A incerteza, por falta de informações, fica com relação ao valor de litros/hab./dia, já que bibliografia técnica sugere uma demanda de 250 litros/hab./dia. A tabela 49 mostra a distribuição desse consumo, em número de unidades atendidas, por categoria, para os anos de 2008 e 2009.

Tabela 48 - Sistema de abastecimento de água – 2010

Municípios	Concessionária	Manancial	Capacidade	Extensão da rede	Cobertura
Antonina	SAMAE	Rio Mundo Novo	85l/s	20 km	90%
Guaraqueçaba	SANEPAR	Rio Morro do Franco, Rio Cerquinho.	15 l/s	14,35 km	99,94%
Guaratuba	SANEPAR	Rio Saí-Guaçu	430l/s	319 km	100%
Matinhos	SANEPAR	Rio das Pombas	400l/s	304 km	100%
Morretes	SANEPAR	Rio Iporanga	35l/s		98,12%
Paranaguá	Águas de Paranaguá	Manancial da Serra da Prata formado pelos rios Santa Cruz e Miranda	200l/s	545 km	98,61%
	Águas de Paranaguá	Manancial do Morro Inglês, formado pelos rios Cachoeira, Ribeirão do Meio e Tingui.	270l/s		
	Águas de Paranaguá	Manancial Colônia Visconde de Nácar, formado pelo Rio Ribeirão.	200l/s		
Pontal do Paraná	Sanepar	Rio das Pombas	400l/s	377 km	100%

Fonte: SANEPAR, SEMAE e Águas de Paranaguá.

Tabela 49 - Abastecimento de água segundo a categoria - 2008/2009

Categorias	Antonina		Guaraqueçaba		Guaratuba		Matinhos		Morretes		Paranaguá		Pontal do Paraná	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Residenciais	*	*	735	722	19453	20256	27446	28247	3147	3265	**	37104	20221	21412
Comerciais	*	*	52	45	964	1062	974	1020	254	257	**	**	868	948
Industriais	*	*	1	1	11	15	7	9	10	8	**	**	7	11
utilidade pública	*	*	26	26	111	119	89	103	60	64	**	**	73	83
Poder público	*	*	31	31	98	101	71	79	62	60	**	**	92	91
Total	*	*	845	825	20637	21553	28587	29458	3533	3654	**	41720	21261	22545

Fonte: SANEPAR. Dados: Trabalhados pelo IPARDES. Notas: * SAMAE – Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto - informações não disponibilizadas ** Águas de Paranaguá - informações não disponibilizadas

Embora a rede de distribuição esteja implantada em toda a extensão da sede de **Guaraqueçaba**, muitos domicílios não estão conectados a ela e continuam captando água de poços artesanais, principalmente os localizados na região do Costão. Estudos realizados pela SANEPAR e prefeitura municipal indicam que a água dos poços artesanais encontra-se imprópria para o consumo, pois está contaminada, apresentando elevados índices de coliformes fecais. Dos 663 domicílios situados na área urbana, 66% estão efetivamente conectados à rede (Plano Diretor de Guaraqueçaba, 2006).

Apesar da falta de informações quanto ao sistema de abastecimento de água, percebe-se facilmente que as companhias trabalham com um fator determinante que acarreta, muitas vezes, o descontrole do sistema, dado o aumento muito grande do número de consumidores e, conseqüentemente, do volume de água demandado nos meses de temporada - dezembro, janeiro, fevereiro e março. Nesse período, o fluxo de pessoas cria uma demanda muito acima da capacidade produzida, acarretando muitas vezes a sobrecarga para o sistema.

3.2.6.2. Nível de atendimento do sistema de esgotamento sanitário.

Na mesma linha de análise do sistema de abastecimento de água, optou-se por um quadro comparativo entre os sete municípios da área turística, com relação ao esgotamento sanitário. Para cada subitem essa comparação apresenta particularidades: no primeiro compara-se o número total de domicílios atendidos por essa infraestrutura, ao longo do período de 2000 - 2009; no segundo, a análise da coleta é efetuada por categorias. Não há estudos ou pesquisas que subsidiem uma avaliação mais detalhada do sistema de esgotamento sanitário.

O serviço de esgotamento sanitário dos municípios de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná são de responsabilidade da SANEPAR. Nos municípios de Antonina e Paranaguá o serviço é de responsabilidade municipal: SAMAE e Águas de Paranaguá, cujas empresas não disponibilizaram qualquer tipo de informação.

Considerando o período 2004/2000, os municípios de Guaratuba, e Morretes apresentaram taxas negativas com relação às unidades atendidas pelo esgotamento sanitário. Entretanto, para o período de 2009/2004 as taxas foram elevadíssimas, com destaque para o município de Morretes. Os municípios de Guaraqueçaba e Pontal do Paraná também apresentaram taxas elevadas para os períodos específicos analisados, conforme demonstra a tabela.

Cabe destacar, ainda, como ponto negativo do sistema de esgotamento sanitário a falta de banco de dados, principalmente com relação ao volume tratado e aos pontos de lançamentos dos efluentes. Um banco de dados padronizado e com confiabilidade nas informações proporcionaria uma gestão adequada do sistema, reduzindo os impactos negativos e trazendo resultados positivos para o ambiente, a sociedade e a economia.

Tabela 50 - Esgotamento Sanitário – 2000/2009

Unidades Atendidas												
Localidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2004/2000	2009/2004
Guaraqueçaba	-	-	-	-	-	-	-	457	749	737		161,27%
Guaratuba	5.443	5.485	5.517	5.418	5.425	5.497	10.002	10.194	10.498	11.242	-0,33%	107,23%
Matinhos	8.799	8.943	8.944	8.797	8.917	9.020	9.112	9.728	13.375	13.799	1,34%	54,75%
Morretes	386	393	387	383	381	386	400	1.424	1.605	1.641	-1,30%	330,71%
Pontal do Paraná	0	0	0	0	0	0	0	2	3.685	5.313		144,18%
Antonina	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Paranaguá	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**

Fonte: SANEPAR. Dados: trabalhados pelo IPARDES. Notas: *SAMAE. Informações não disponibilizadas ** Águas de Paranaguá - informações não disponibilizadas ***As taxas de crescimento para o municípios de Guaraqueçaba e Pontal do Paraná são para períodos distintos, respectivamente 2007-2009 e 2008-2009 - falta de informações dos demais anos.

A Tabela 51 mostra a distribuição desse atendimento, em número de unidades, por categoria, para os anos de 2008 e 2009. Observa-se que os maiores incrementos de unidades residenciais atendidas, neste intervalo, estão nos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, respectivamente, 3.836 e 1.498 unidades.

Tabela 51 - Coleta de esgoto segundo a categoria - 2008/2009

CATEGORIAS	Antonina		Guaraqueçaba		Guaratuba		Matinhos		Morretes		Paranaguá		Pontal do Paraná	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Residenciais	*	*	658	653	9775	10421	12842	13219	1379	1407	**	**	3551	5049
Comerciais	*	*	44	37	637	721	472	516	166	174	**	**	125	241
Industriais	*	*	1	1	3	4	3	3	3	4	**	**		0
Utilidade pública	*	*	19	19	39	45	19	23	29	30	**	**	2	9
Poder público	*	*	27	27	44	51	38	38	28	26	**	**	7	14
TOTAL	*	*	749	737	10498	11242	13374	13799	1605	1641	**	1313 2	3685	5313

Fonte: SANEPAR. Dados: Trabalhados pelo IPARDES. Notas: * SAMAE. Informações não disponibilizadas ** Águas de Paranaguá - informações não disponibilizadas.

O programa “Se Liga na Rede”, que a Sanepar desenvolveu junto com o Instituto Ambiental do Paraná, Ministério Público, Poder Judiciário, Força Verde da Polícia Militar e prefeituras, deu bons resultados na temporada de 2009. Entretanto, o baixo número de ligações refletiu nos índices de poluição das praias, com consequências na saúde e no turismo. O cenário continua negativo, mesmo que todos os imóveis atendidos façam a ligação correta à rede, metade do esgoto produzido por moradores e turistas vai continuar chegando aos rios e ao mar.

Considerando-se como desejável que 80% da população seja atendida pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto, exceto o município de Guaraqueçaba, os demais apresentam taxas inferiores a esse parâmetro. A baixa cobertura deste serviço afeta a qualidade da água nos balneários e pode comprometer a saúde pública na região, bem como o desenvolvimento do turismo. Esta situação prejudica a balneabilidade das praias. O município de Pontal do Paraná apresenta os piores índices de atendimento e de regularização, pois passou a ter rede coletora há menos de dois anos, e esta atende 21,73% dos imóveis do município. Matinhos a rede atende 47,76% dos imóveis da área urbana, em Morretes 48,57%, Guaratuba com 53,55%. No município de Guaraqueçaba a rede atende 100% da área urbana, onde 96,1% dos imóveis estão ligados corretamente. O processo de coleta constitui-se em levar o esgoto desde sua origem até o seu destino final. Não existe um sistema de tratamento padrão para ser utilizado. Vários fatores irão influenciar na escolha das opções tecnológicas, tais como, disponibilidade de área, clima favorável, características do esgoto, qualidade desejada para o efluente, capacidade do corpo receptor de receber a carga poluidora e da legislação referente ao local.

3.2.7. Nível de abastecimento do sistema de limpeza urbana.

A limpeza urbana é um serviço essencial para qualquer cidade, principalmente para as cidades turísticas, que usam seu potencial visual como *marketing* e captação de recursos. A limpeza urbana vai além da captação do lixo, incluindo a destinação correta dos dejetos e a manutenção de praças, parques e jardins. Além disso, está também a limpeza de canais, rios, riachos e cursos d'água que atravessam os municípios e desembocam no mar, o qual, muitas vezes, tem o seu curso interrompido pelo assoreamento e falta de manutenção, provocando o alagamento das vias públicas.

Nos municípios analisados, há carência de informações estatísticas quanto à geração (quantidades e composição) e ao gerenciamento (acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final) dos resíduos de origem domiciliar, comercial, pública, industrial, de serviços de saúde, de construções e demolições e rural. Esta dificuldade na obtenção dos dados foi detectada ao longo do período de coleta de dados em campo.

Os serviços relacionados à limpeza urbana são executados de forma precária e inadequada quanto aos aspectos técnicos, gerenciais, econômicos, sanitários e ambientais. Com exceção de Matinhos e Pontal do Paraná, em todos os outros municípios esses serviços são executados pelas prefeituras. Desde o ano de 2000, os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná depositam os resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário localizado em Pontal do Paraná, administrado atualmente por um Consórcio Intermunicipal. A coleta dos resíduos sólidos é feita pela Empresa Transresíduos - Engenharia Ambiental, Limpeza Pública e Industrial, mediante concessão pública, de acordo com os dados da Tabela 52.

Tabela 52 - Sistema de limpeza urbana – 2010

MUNICÍPIOS	LIMPEZA PÚBLICA	COLETA	DISPOSIÇÃO FINAL	COLETA SELETIVA
Antonina	Varrição precária das ruas centrais	Município	Aterro sanitário	não
Guaraqueçaba	vias urbanas	Município	Terreno a céu aberto	não
Guaratuba	Varrição ruas centrais	Município	Aterro sanitário	sim
Matinhos	Varrição ruas centrais	Concessão	Aterro sanitário Pontal do Paraná	sim
Morretes	Varrição ruas centrais	Município	Aterro controlado	sim
Paranaguá	Varrição ruas centrais	Município	Lixão do Embocuí	sim
Pontal do Paraná	Varrição ruas centrais	Concessão	Aterro sanitário Pontal do Paraná	sim

Fonte: Planos Municipais e Prefeituras Municipais. Notas: Organizada: Escritório Modelo Arquitetura e Engenharia – EMAE da UFPR * Informações não disponibilizadas.

Na temporada, a responsabilidade da coleta passa dos municípios para o governo do estado, na figura da SEMA, por entender que neste período o número de pessoas quadruplica no litoral e que os municípios não apresentam estrutura para atender essa demanda. Os investimentos são utilizados para as atividades de coleta, transporte, destinação final de lixo, varrição de praias e avenidas. Os municípios do litoral enquadrados no programa são: Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Calcula-se uma geração residual aproximada de 16 t/lixo/dia em meses normais e, no verão são gerados 533 t/lixo/dia.

No período de dezembro de 2008 a fevereiro de 2009, esse programa garantiu o recolhimento de 13.221 toneladas de lixo nos municípios de Matinhos, Guaratuba, Paranaguá e Pontal do Paraná. O volume é 9,63% maior que na temporada 2007/2008, quando foram recolhidas 12.060 toneladas de lixo no litoral. Em relação à temporada 2006/2007, o aumento foi de 12,59%.

Nos municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná a coleta é feita diariamente nas regiões centrais. Dependendo do fluxo de pessoas e do volume de lixo produzido, a coleta é feita até três vezes no mesmo local no mesmo dia. Já nos bairros mais afastados a coleta é em dias alternados.

A coleta do lixo reciclável, na temporada, também é responsabilidade do governo do estado, e segue escala nos municípios de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná e Paranaguá. Os balneários atendidos são: três vezes por semana - Matinhos e Caiobá; duas vezes - Flamingo e Monções; uma vez - Praia de Leste, Santa Terezinha, Ipanema, Shangri-lá, Atami e Pontal do Sul. No município de Guaratuba o escalonamento é feito por bairros: segunda-feira a sábado nos bairros Centro, Figueira e Brejatuba; terça-feira, quinta-feira e sábado nos bairros Barra do Saí, Coroados, Nereidas e Eliana; segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira nos bairros Mirim, Piçarras, Carvoeiro, Canela, Cohapar, Caieiras e Esperança.

O IAP em parcerias com outras instituições mantém pontos de coleta de óleo vegetal e resíduos tóxicos (pilhas e baterias). O óleo vegetal pode ser entregue nas sedes do IAP em Paranaguá, Matinhos e Guaratuba. E os resíduos tóxicos podem ser levados aos supermercados Brasão, Baía Azul, nos bairros de Piçarras e Coroados, e Solimar, todos esses pontos se localizam no município de Guaratuba.

Cabe destacar a situação dessa infraestrutura nas ilhas. Nas ilhas de Superagui e das Peças é feita a limpeza das praias, mas não há local adequado para disposição do material coletado, o qual é transportado, muitas vezes, para a sede do município. Na Ilha do Mel, os resíduos sólidos são recolhidos por balsas, fretadas pelo Município de Paranaguá, cuja frequência depende da demanda: na alta temporada, semanalmente, correspondendo a cerca de 2 toneladas; na baixa temporada, quinzenalmente.

O Programa “Nossa Praia é Limpeza” foi lançado em 2004 com o objetivo de estimular a separação do lixo, durante a temporada. O programa disponibiliza dois caminhões exclusivos para a coleta seletiva, que percorre os estabelecimentos comerciais, em horários diferenciados, com um caminhão que recolhe o lixo doméstico.

3.2.8. Sistema da rede de drenagem pluvial.

Nas planícies costeiras verifica-se que a baixa declividade dos terrenos, em conjunto com a ocupação desordenada ou inadequada dos loteamentos, são os principais fatores que agravam a situação da drenagem no período chuvoso, prolongando o tempo em que essas áreas permanecem inundadas. Além disso, os aterros indiscriminados contribuem fortemente para a degradação do ambiente e para o desequilíbrio do sistema natural de drenagem, redirecionando as águas para outros sítios, que também ficam alagados.

A falta da permeabilidade do solo, o desvio ou supressão de vias naturais de escoamento, aliados à baixa declividade das planícies litorâneas, ajudam a explicar as freqüentes inundações nos municípios do litoral paranaense.

Com exceção de Guaraqueçaba, em todos os outros municípios da região, a ocorrência de alagamentos e outros problemas associados às planícies costeiras são frequentes. A cada estação chuvosa ou períodos isolados de ocorrência de chuvas intensas, surgem inundações, erosões pluviais, poluição das praias e das águas, gerando impactos negativos, tais como diminuição do fluxo turístico, queda no movimento do comércio local, entre outros.

A responsabilidade pela limpeza, manutenção e implantação de galerias, ou seja, todo o serviço de drenagem urbana é das Prefeituras. A Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA vem realizando a chamada “limpeza” dos rios e canais, buscando um maior escoamento das águas pluviais. Essa ação comumente provoca o alargamento dos leitos dos cursos d’água – rios ou canais, supressão da mata ciliar e, conseqüentemente, assoreamento das margens.

Não foram encontrados estudos ou pesquisas que subsidiem uma avaliação mais detalhada do sistema da rede de drenagem pluvial para os municípios do litoral paranaense. Apesar da falta de informações, sabe-se que a carência dessa infraestrutura causa alagamentos, e conseqüentemente acarretam imagem negativa, principalmente para as cidades turísticas, que usam seu potencial visual como *marketing* e captação de recursos.

3.2.9. Condições dos sistemas de comunicação.

De acordo com IPARDES (2003), as telecomunicações incluem os serviços de voz nas modalidades local e à distância, além da comunicação de dados e telefonia pública. No Estado do Paraná, atuam empresas que asseguram acessos fixos ou móveis, pela telefonia celular, assentados sobre as bases técnicas estatais que anteriormente operavam o setor, havendo integração de todas as localidades.

A área de estudo é uma porção territorial rica em relação à oferta da rede de comunicações. Observa-se que esse sistema atende às necessidades do turismo, não implicando em restrições à atividade.

Cabe destacar que grande parte da extensão das principais rodovias estaduais está coberta pelos serviços de telefonia celular, com implantação de cabos de fibra ótica. De modo geral, pode-se afirmar que a rede de telefonia fixa atende à maioria da população do litoral do Paraná. Com relação à telefonia móvel, existem 4 (quatro) operadoras. O sinal para telefonia móvel encontra-se disponível em todo território não insular e em algumas comunidades insulares. Cabe destacar que nas áreas rurais, onde se encontram alguns atrativos turísticos, o sinal não mantém a qualidade, gerando insegurança para os usuários.

Os municípios: Antonina (duas emissoras), Guaratuba (1 emissora), e Paranaguá (2 emissoras) contam com emissoras de radiodifusão. Quanto às agências de correio, todos os sete municípios contam com esse serviço. Com exceção de Matinhos, todos os municípios também contam com agência de correio comunitário. Segundo a Instrução Normativa nº1/12/200 a Agência de Correios Comunitária é uma unidade de atendimento destinada a viabilizar, no mínimo, a prestação de serviços postais básicos em pequenas localidades, com população superior a quinhentos habitantes, bem como em áreas urbanas onde predomine o interesse social e a exploração econômica de serviços postais não se mostre viável. A própria definição já explica a concentração desse serviço no município de Guaraqueçaba.

3.2.10. Cobertura da iluminação pública.

Os municípios do litoral paranaense são atendidos pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, que desenvolve nos municípios diversos programas como luz fraterna, luz para todos, eletrificação rural, entre outros.

Nas ilhas e nas localidades mais isoladas a energia é proveniente de placas solares distribuídas gratuitamente pela COPEL. Estas placas atendem às necessidades destas comunidades, porém durante longos períodos de escassez de iluminação solar é comum a ausência de energia, prejudicando principalmente o resfriamento de alimentos.

De acordo com a COPEL, todos os sete municípios estudados têm fornecimento de iluminação pública em suas áreas urbanas. Não há indicativos da necessidade de ampliação da capacidade instalada, mesmo com a previsão de ampliação da demanda turística.

3.2.11. Atendimentos dos serviços de saúde.

Para a análise dos aspectos relacionados à saúde do litoral paranaense, foram utilizados três indicadores gerais: coeficiente de mortalidade infantil, número de hospitais (SUS) e número de leitos hospitalares (SUS).

O primeiro indicador, coeficiente de mortalidade infantil, aponta para a qualidade de vida da população e expressa a capacidade de sobrevivência das crianças de até um ano de idade. Tal capacidade indica se a criança nasceu em família com renda capaz de lhe garantir as condições de alimentação, tratamento de saúde e condições ambientais de saneamento básico, necessários ao desenvolvimento e crescimento saudável. Parte dessas condições advém da ação das políticas públicas de saúde, saneamento, limpeza do ambiente, geração de emprego e renda.

Com exceção de Antonina e Matinhos, todos os municípios apresentam coeficientes de mortalidade infantil (mil nascidos vivos) menores que a média do Paraná (12,99), para o ano de 2008. A situação de destaque positivo está nos municípios de Morretes e Guaraqueçaba; respectivamente 3,66 mortes por mil nascidos vivos e Guaraqueçaba, 9,01, ano de 2008.

Outro aspecto a destacar é o número de hospitais por município, sendo que Paranaguá possui dois hospitais e Pontal do Paraná não possui nenhum, tendo que utilizar os serviços prestados pelos municípios vizinhos. Os demais municípios possuem cada um, apenas um hospital público. Considerando-se que a Organização Mundial de Saúde – OMS define como satisfatório o índice de, no mínimo, 6 leitos/1.000 hab. todos os municípios do litoral possuíam, em 2005, relação de leitos hospitalares por mil habitantes bem inferiores a esse parâmetro.

O principal hospital do litoral paranaense é o Hospital Regional do Litoral, em Paranaguá, inaugurado em 2009, a unidade conta com 190 leitos, sendo 21 UTIs, entre neonatais e adultos. Durante a Operação Viva o Verão a unidade destaca-se como principal referência no atendimento à saúde, evitando o deslocamento de pacientes para outros centros.

Em relação ao atendimento para o turismo, a rede hospitalar é suficiente, pois mesmo Pontal do Paraná, que não conta com hospital, está localizado a menos de 30 minutos de Paranaguá.

Com o aumento da população na época de veraneio e o consequente aumento no número de atendimentos locais, o governo do estado reforça as equipes médicas e a frota de ambulâncias em todos os municípios.

As rodovias BR 277, PR 508 e PR 407 são cobertas pelo serviço de atendimento médico da Ecovia. Os serviços oferecidos englobam não somente os casos de acidente nas rodovias, mas também o atendimento 24 horas a qualquer usuário que precisar de auxílio médico na estrada e estiver impossibilitado de procurar um hospital. Ao longo da BR 277 ficam três bases instaladas para agilizar o atendimento.

3.2.12. Situação de segurança.

Os municípios do litoral do Paraná são assistidos pelo 9.º Batalhão da Polícia Militar – BPM, com sede em Paranaguá. Hoje, o 9.º BPM, órgão de execução subordinado ao Comando do Policiamento do Interior, conta com um efetivo de 409 homens, dispondo ainda dos Destacamentos de Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD constitui-se em parceria com escolas, Polícia Militar e famílias, em que professores, alunos, policiais e pais interagem, pedagogicamente, no processo de ensino e aprendizagem, buscando, em trabalho extracurricular, a formação de uma rede protetora, que potencialize a ação de grupos sociais sadios. Tem como objetivo o bem-estar social, projetando seus esforços, estrategicamente, na prevenção da criminalidade, concorrendo para a diminuição dos índices de violência e criminalidade, e especialmente, para a diminuição do uso abusivo de drogas (Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná).

Este programa foi implantando pelo 9.º BPM em quatro escolas da rede pública de Paranaguá em 2001. Hoje, o programa atende a quase todos os municípios do litoral do Estado e já formou dez mil crianças da 4.ª série de escolas públicas e privadas da região.

O **2.º Sub-Grupamento Independente de Bombeiros**, com sede no município de Paranaguá, está presente em 6 dos 7 municípios de sua circunscrição (Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná) com um efetivo de 191 bombeiros e 53 viaturas, apresentando uma relação de 1 bombeiro para aproximadamente 1.287 habitantes.

A Tabela 53 aponta os valores estatísticos de ocorrências atendidas, por mês, no ano de 2009, pelo 2.º Sub-Grupamento Independente de Bombeiros. O tipo de ocorrência pré-hospitalar aparece com maior incidência para todos os municípios analisados, com exceção de Pontal do Paraná, cuja maior incidência é o salvamento na orla marítima. Analisando outra característica apontada na tabela, distribuição da ocorrência pré-hospitalar, percebe-se que os valores mensais são praticamente homogêneos para os municípios de Guaratuba e Morretes. Os municípios de Antonina, Matinhos e Paranaguá, apresentam o maior número de ocorrências nos meses de alta temporada. O município de Pontal do Paraná apresenta o maior número de ocorrências para salvamento nos meses da alta temporada.

Cabe registrar que, segundo o relatório estatístico do Corpo de Bombeiros, são consideradas ocorrências pré-hospitalares os acidentes com corpo estranho; acidentes térmicos (radiação, química, temperatura); agressões; choque elétrico; ferimentos por arma branca, de fogo e objetos cortantes; intoxicação e/ou envenenamento; lesão física; queda e problema clínico.

Tabela 53 - Relatório geral de atendimento e serviços do Corpo de Bombeiros no conjunto dos municípios– 2009

TIPO DE OCORRÊNCIA		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Antonina	Acidentes em meio de transporte	5	12	8	9	10	9	2	4	7	8	8	4	86
	Atendimento pré-hospitalar	38	25	21	24	21	20	15	19	19	24	37	11	274
	Combate a incêndio	1	2	2	1	0	1	2	2	2	0	5	1	19
	Prevenção e Auxílio	10	13	8	5	4	2	2	4	4	1	6	5	64
	Salvamento	4	5	6	1	3	0	1	2	2	4	7	1	36
	Total Geral de Ocorrências Atendidas	58	57	45	40	38	32	22	31	34	37	63	22	479
Guaratuba	Acidentes em meio de transporte	65	55	57	88	58	63	78	71	59	69	75	72	810
	Atendimento pré-hospitalar	13	17	27	36	40	36	32	53	38	53	58	75	478
	Combate a incêndio	16	14	33	48	28	62	27	60	31	21	14	19	373
	Prevenção e Auxílio	28	22	36	26	37	32	32	28	54	59	40	42	436
	Salvamento	29	16	3	4	6	3	7	10	29	13	11	21	152
	Total Geral de Ocorrências Atendidas	151	124	156	202	169	196	176	222	211	215	198	229	2249
Matinhos	Acidentes em meio de transporte	24	31	16	12	9	16	12	16	15	19	11	32	213
	Atendimento pré-hospitalar	58	40	26	29	21	21	25	26	23	19	26	39	353
	Combate a incêndio	3	6	3	6	6	3	1	4	4	3	6	11	56
	Prevenção e Auxílio	18	9	7	5	3	0	6	3	11	3	11	11	87
	Salvamento	189	76	9	2	2	2	2	4	2	7	9	90	394
	Total Geral de Ocorrências Atendidas	292	162	61	54	41	42	46	53	55	51	63	183	1103
Paranaguá	Acidentes em meio de transporte	8	21	14	9	18	6	7	14	8	9	11	12	137

TIPO DE OCORRÊNCIA		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
	transporte													
	Atendimento pré-hospitalar	19	15	28	11	23	15	15	21	21	23	23	29	243
	Combate a incêndio	5	1	3	0	0	3	1	2	0	1	5	4	25
	Prevenção e Auxílio	2	10	11	4	8	5	8	4	9	3	10	14	88
	Salvamento	21	28	5	4	2	1	3	3	0	6	14	7	94
	Total Geral de Ocorrências Atendidas	55	75	61	28	51	30	34	44	38	42	63	66	587
Paranaguá	Acidentes em meio de transporte	48	43	42	39	59	58	45	38	46	48	46	43	555
	Atendimento pré-hospitalar	100	64	49	49	38	42	38	34	34	50	52	98	648
	Combate a incêndio	10	5	6	8	5	7	4	6	5	7	8	7	78
	Prevenção e Auxílio	18	6	13	6	4	4	6	6	4	5	11	3	86
	Salvamento	48	13	14	6	2	5	6	4	1	7	8	18	132
	Total Geral de Ocorrências Atendidas	224	131	124	108	108	116	99	88	90	117	125	169	1499
Pontal do Paraná	Acidentes em meio de transporte	14	12	11	8	9	2	0	0	0	0	0	0	56
	Atendimento pré-hospitalar	35	32	23	25	23	27	0	0	0	0	0	0	165
	Combate a incêndio	5	5	5	6	4	2	0	0	0	0	0	0	27
	Prevenção e Auxílio	7	4	8	9	7	6	0	0	0	0	0	0	41
	Salvamento	196	86	3	6	3	0	0	0	0	0	0	0	294
	Total Geral de Ocorrências Atendidas	257	139	50	54	46	37	0	0	0	0	0	0	583

Fonte: Sistema digital de dados operacionais - Polícia Militar do Paraná/ Corpo de Bombeiros, 2009

A Tabela 54 aponta os valores estatísticos de atendimentos e serviços de praia na Operação Verão 2009/2010 do 2.º Sub-Grupamento Independente de Bombeiros.

Tabela 54 - Atendimentos e serviços de praia no Litoral Paranaense / Operação Verão - 2009/2010

Incidentes	Município							
	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Resgates (meio líquido)	3	0	262	322	24	3	279	893
Grau 1 (meio líquido)	1	0	41	41	0	5	44	132
Grau 2 (meio líquido)	1	0	3	4	0	0	4	12
Grau 3 (meio líquido)	0	0	2	2	0	0	0	4
Grau 5 (meio líquido)	0	0	1	0	0	0	0	1
Grau 6 (meio líquido)	0	0	1	1	0	0	0	2
Óbitos (meio líquido)	0	1	3	3	3	1	3	14
Prevenção	84	0	1	1	64	243	0	393
Orientações	859	0	25	0	811	1225	0	2920
Advertências	620	0	6	0	493	780	0	1899
Total	1568	1	345	375	1395	2257	330	6271

Fonte: Sistema digital de dados operacionais - Polícia Militar do Paraná / Corpo de Bombeiros. Nota: Não houve registros de crianças perdidas, queimadura com água-viva e apenas 1 caso de grau 4 em meio líquido.

Em relação aos acidentes de trânsito, com exceção de Paranaguá, todos os municípios do litoral do Paraná apresentam uma situação de baixa ocorrência de acidentes. Entretanto, o município de Paranaguá, que possui cerca de 133 mil habitantes (contagem populacional 2007) e apresenta tráfego pesado de caminhões gerados pelo movimento portuário, apresenta resultados que, relativamente, indicam uma alta ocorrência de acidentes, conforme pode ser constatado na Tabela 55.

Tabela 55 - Acidentes de trânsito – 2008

Variável	Número de acidentes / Município							
	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Acidentes de Trânsito - Total	54	4	193	192	55	1033	41	1572
Acidentes de Trânsito com Vítimas - Total	24	1	80	72	23	492	2	694
Acidentes de Trânsito com Vítimas - Colisão e Abalroamento	20	0	54	50	13	385	0	522
Acidentes de Trânsito com Vítimas - Atropelamento	1	1	7	11	5	39	1	65
Acidentes de Trânsito com Vítimas - Outros	3	0	19	11	5	68	1	107
Acidentes de Trânsito com Vítimas - Total	30	3	113	120	32	541	39	878

Fonte: DETRAN, 2008. Nota: Não inclui acidentes ocorridos nas rodovias federais e estaduais ou acidentes sem vítimas.

A Tabela 56 mostra os registros para a Área Integrada de Segurança Pública – AISP, de Paranaguá, para o ano de 2009. Percebe-se que, na maioria dos grupos de registros, esta AISP, na maioria das vezes, está entre as 10 primeiras colocações entre as 23 AISP do Estado do Paraná. Cabe destacar que as AISP de Curitiba e São José dos Pinhais concentram, para praticamente todos os grupos de registros, mais de 50% das ocorrências, o que explica o posicionamento da AISP de Paranaguá e o “baixo” percentual de ocorrências.

A distribuição percentual por trimestre mostra uma elevação percentual para o primeiro e quarto trimestres, provavelmente reflexo do movimento da alta temporada.

Tabela 56 - Estatística criminal de segurança pública do Estado do Paraná – 2009

Registros	Trimestres				Total - AISP Paranaguá	Total - Paraná	% AISP Paranaguá / Total	Posição entre as 23 AISP
	primeiro	segundo	terceiro	quarto				
Crimes consumados contra a pessoa	1.043	926	926	1.155	4050	129033	3,1%	8
Crimes consumados contra o patrimônio	1.597	1.229	1.035	1.204	5.065	161.286	3,1%	7
Crimes contra os costumes	24	11	11	22	68	2383	2,9%	7

Registros	Trimestres				Total - AISP Paranaguá	Total - Paraná	% AISP Paranaguá / Total	Posição entre as 23 AISP	
Crimes consumados contra a administração pública	a	35	26	39	32	132	3169	4,2%	6
Outros crimes consumados		405	224	194	238	1061	33564	3,2%	9
Homicídios culposos no trânsito	no	14	11	22	3	50	2080	2,4%	16
Furtos consumados		1293	933	722	889	3837	95866	4,0%	7
Roubos consumados		72	93	70	89	324	30004	1,1%	8
Crime de ameaça	de	425	398	399	485	1707	59441	2,9%	11
Crime de lesão corporal		274	243	226	279	1022	28652	3,6%	6
Total		5.182	4094	3644	4.396	17316	545478	3,2%	
% trimestre / total AISP Paranaguá		29,9%	23,6%	21,0%	25,4%	100,0%	-	-	-

Fonte: Geoprocessamento/SESP, BOU, Polícia Civil, janeiro de 2010. Nota: Na coluna registro, o item outros crimes se refere aos crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a organização do trabalho, crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, crimes contra a família, crimes contra a incolumidade pública, crimes contra a paz pública e crimes contra a fé pública (Código Penal Brasileiro), e demais crimes previstos em legislação esparsa.

A 1.^a Companhia de Polícia Ambiental, com sede em Paranaguá, possui três postos: 1.º Pelotão - Ilha do Mel com os Destacamentos: Nova Brasília, e Encantadas; 2.º Pelotão: Guaratuba e o 3.º Pelotão: Morretes com os Destacamentos: Parque Estadual Pico Marumbi, Guaraqueçaba, e Cacatu.

O litoral do Paraná conta com quatro postos Policiais Militares Rodoviários, assim distribuídos: um posto PR 508 no Km 014 em Paranaguá; dois postos PR 412 no Km 026 em Guaratuba e um posto na PR 407 no Km 016 em Pontal do Paraná. O litoral também conta com a Companhia Independente de Polícia Portuária com dois Pelotões: Paranaguá e Antonina.

Com o aumento da população na época de veraneio e o consequente aumento no número de atendimentos locais, o governo do estado reforça o trabalho na área de segurança, com policiais civis e militares. Esse apoio é previsto, principalmente nos fins de semanas, e com a atuação de forças especiais das duas corporações para diversas ações, incluindo combate ao tráfico de drogas e prevenção contra desaparecimento de crianças.

3.2.13. Programas, projetos e investimentos planejados.

A seguir estão apresentados alguns programas, projetos e investimentos planejados e/ou em andamento, que direta ou indiretamente contribuirão para melhorar a qualidade de vida da população do litoral do Paraná.

Região litorânea.

Projeto de sinalização de orientação turística para usuários de veículos – Secretaria de Estado do Turismo, através da Paraná Turismo – em fase de contratação – valor de R\$990 mil sendo R\$ 792 mil de repasse do Ministério do Turismo, via Prodetur, e R\$ 198 mil de contrapartida do Estado (<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php>).

Licitação de março/2010 - contratação de serviços de manutenção e conservação periódica das estações de tratamento de esgoto e estações elevatórias de esgoto nas localidades de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes e Guaraqueçaba – valor máximo R\$ 604.319,15 (<http://licitacao.sanepar.com.br/SamW21000.aspx>).

Antonina

Desvio / Alteração da BR101 - Recursos do PAC. Valor: sem informação (Assessoria de Comunicação Prefeitura Municipal de Antonina).

Ampliação/reforma do terminal rodoviário. Valor: sem informação, pois esse projeto está incluído num projeto maior que inclui a restauração de 52 edificações históricas; recursos do Governo do Estado (Assessoria de Comunicação Prefeitura Municipal de Antonina).

Revitalização do trecho da linha férrea Antonina – Morretes. Valor - sem informação (Assessoria de Comunicação Prefeitura Municipal de Antonina).

Melhorias em vias urbanas - valor: R\$ 500 mil. Tempo: deve iniciar em breve. Não licitado (Assessoria de Comunicação Prefeitura Municipal de Antonina).

Construção de Reservatório e ETA no Bairro Maria Luiza. Valor - sem informação. Previsão de término final de maio/2010 (Assessoria de Comunicação Prefeitura Municipal de Antonina).

Ampliação de coleta e ETE. - Valor: R\$ 18 milhões (Assessoria de Comunicação Prefeitura Municipal de Antonina).

Construção do aterro sanitário - recursos da Petrobrás (Assessoria de Comunicação Prefeitura Municipal de Antonina).

Guaraqueçaba

Construção de hospital com dois mil metros quadrados e 20 leitos para internação. Valor: R\$ 2,19 milhões. Previsão para conclusão ainda no primeiro semestre de 2010 <http://www.paranacidade.org.br/modules/news/article.php?storyid=41>).

Pavimentação da PR405 – DER. Valor: sem informação (Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba).

Guaratuba

Projeto em estudo: ponte na Baía de Guaratuba, com 800 metros de vão. Valor: sem informação. Projeto que está na Constituição do Paraná desde 1989 http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Obras diversas: base náutica pública na baía; teleférico, mirantes, museu, escola de artes. Valor estimado R\$ 50 milhões. PAC das Cidades Históricas (Notícias: o Jornal do povo do Litoral, 11/06/2010).

Matinhos

Duplicação da PR 412 entre o entroncamento da PR 407 e Matinhos, com 14,4 Km. Alargamento do trecho de Matinhos até o *ferry boat*, com 8 Km http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Em estudo: contorno de Matinhos que ligaria a PR 508 ao ferryboat contornando morros na região do Cabaraquara <http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Projeto de revitalização da orla R\$ 16 milhões. Projeto desenvolvido pela SEDU. Serão disponibilizados recursos de R\$ 12 milhões por parte do Governo Federal e R\$ 1 milhão do Governo do Estado, além de R\$ 3 milhões do Fundo de Desenvolvimento Urbano Paranacidade.

Elaboração de Projeto Executivo para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Matinhos através de rede coletora e estação elevatória a vácuo. Valor: R\$ 89.664,59
<<http://licitacao.sanepar.com.br/SamW21000.aspx>>.

Morretes

Estruturação da rede de serviços de atendimento básico de saúde, programas do Ministério da Saúde com apoio da CEF (Caixa Econômica Federal).

Centro de Eventos. Valor: R\$ 2,6 milhões. Obras em fase de conclusão, com mais de 90% das obras executadas
<<http://www.foconaobra.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php>>.

Paranaguá

Projeto em fase de estudo Terminal Marítimo de Passageiros - encaminhado à Secretaria Especial de Porto – SEP, como proposta de inclusão no PAC-2- valor previsto R\$35 milhões (Prefeitura Municipal de Paranaguá).

Pavimentação em CBUQ nas principais vias e na Estrada Velha de Alexandra. Aprovado junto ao Banco Internacional de Desenvolvimento (Prefeitura Municipal de Paranaguá).

Dragagem dos canais com limpeza e calhas em concreto, canal do Bertioga, canal da Labra, canal das Marés (Prefeitura Municipal de Paranaguá).

Novo trevo no acesso para praia de Leste – parceria entra a Prefeitura Municipal de Paranaguá e a Ecovia (Prefeitura Municipal de Paranaguá).

Viaduto sobre os trilhos da linha férrea com a Rua Prof. Cleto – DNIT (obra paralisada com 60% da obra executada, orçamento inicial de 4 milhões) (Prefeitura Municipal de Paranaguá).

Novo aterro sanitário no Distrito de Alexandra – sem informações (Prefeitura Municipal de Paranaguá).

Em fase de construção o Aquário Marinho na Praça 29 de julho – valor estimado R\$ 4 milhões parceria Prefeitura Municipal de Paranaguá e Cattaline (Prefeitura Municipal de Paranaguá).

Pontal do Paraná

Complexo viário de distribuição de tráfego da PR 407 e PR 412, entre Praia de Leste e Santa Terezinha
<http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Ligação da PR 407 à PR 508, com 8 Km. de extensão
http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Construção da Rodovia Mata Atlântica, da PR 407 a Ponta do Poço, com 18 Km
http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Duplicação da PR 412 à PR 407/Pontal do Sul
<http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Duplicação da PR 407, no trecho do entroncamento da BR 277 e o entroncamento da PR 412

http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Conclusão da Beira Mar, de Santa Terezinha até Ipanema e Shangri-lá http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Conclusão do acostamento de Pontal do Sul a Shangri-lá <http://correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2032:pessuti-apresenta-plano-rodoviario-do-litoral&catid=75:politica&Itemid=108>.

Licitação de abril/ 2010 -execução de obras de desassoreamento do Canal do DNOS I – TRECHO – ETE.- valor máximo R\$ 164.017,40 <<http://licitacao.sanepar.com.br/SamW21000.aspx>>.

Praticamente todo o conjunto de obras mencionadas nesta seção colabora para qualificar a infraestrutura urbana, juntamente com a promoção turística. Tendo em vista que o turismo necessita dos mais completos serviços urbanos, as obras têm como objetivo adequar os municípios ao considerável aumento da população nas épocas de temporada turística. De fato, os municípios, principalmente aqueles sem esgotamento sanitário e coleta e destinação final dos resíduos sólidos, afugentam os turistas, além de interferir diretamente na qualidade de vida da população local.

3.2.14. Conclusões.

A seguir serão elencados os principais aspectos potencializadores e entraves ao desenvolvimento no que tange à infraestrutura e serviços básicos do litoral paranaense.

Aspectos potencializadores.

- 1) Os municípios de Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná possuem condições físicas favoráveis para criação de uma rota cicloviária.
- 2) Existência de modal ferroviário que interliga Curitiba – Litoral Paranaense, com possibilidade de reativação da linha que conecta os municípios Morretes – Antonina.
- 3) Nos municípios de Antonina, Matinhos, Morretes, Guaratuba, Paranaguá e Pontal do Paraná, durante a alta temporada, o Governo do Estado assume a responsabilidade da limpeza urbana, tendo em vista que neste período o número de pessoas quadruplica e estes municípios não apresentam estrutura para atender à demanda.
- 4) A Região Metropolitana de Curitiba é um polo emissor de turistas para o Litoral e está conectada por eficiente sistema rodoviário e ferroviário. Além disso, a distância média entre os municípios do litoral e a capital paranaense é de 108Km.
- 5) A sede municipal de Guaraqueçaba apresenta alto nível de atendimento de esgotamento sanitário urbano; a rede de esgoto chega a 100% da área urbana, sendo que 89,3% dos imóveis estão ligados corretamente.
- 6) A sinalização vertical, na BR 277, de acesso aos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná é eficiente.
- 7) A operação *Viva o Verão* recebe bons índices de aprovação, incluindo várias ações: policiamento e serviços nas praias, monitoramento da qualidade da água, fiscalização de ligações irregulares de esgoto sanitário, fiscalização ambiental e coleta de lixo, ações sócio-educativas e fiscalização do transporte de passageiro.
- 8) Proximidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena, localizado em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, aos municípios do litoral, com uma distância média de 75Km.

Entraves de desenvolvimento.

- 1) Com exceção de Guaraqueçaba, todos os municípios do litoral paranaense apresentam baixa cobertura de esgotamento sanitário. A situação é dramática para o município de Pontal do Paraná, que apresenta os piores índices de atendimento e de

regularização. Pontal do Paraná passou a ter rede coletora há menos de dois anos, sendo que esta atende apenas 21,73% dos imóveis do município, com 18,9% dos imóveis ligados corretamente. Os efluentes provenientes do esgotamento sanitário impactam diretamente as atividades de banho nas praias e nos rios.

- 2) Dos sete municípios do litoral do Paraná, apenas três contam com aterro sanitário: Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba. Os demais depositam os resíduos sólidos urbanos em locais impróprios. Nas ilhas a situação é agravada por não haver local adequado para disposição final dos resíduos, sendo que estes são transferidos para o continente.
- 3) Muitos dos canais naturais de drenagem que desaguavam na praia foram fechados e/ou retificados durante a urbanização, acentuando o problema das inundações. A situação é mais grave no município de Matinhos, onde a abertura de novos canais de drenagem deu-se paralelamente à praia, reduzindo o gradiente dos mesmos. Estes, além de serem insuficientes, encontram-se frequentemente assoreados, reduzindo sua capacidade de drenagem.
- 4) O movimento de recuo de várias linhas de praia é pouco conhecido no litoral paranaense. As situações mais críticas se encontram nos municípios de Matinhos e Guaratuba, onde a ressaca tem provocado a destruição de grandes trechos de gabiões.
- 5) Nos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná a estrutura viária de conexão entre os balneários está saturada e há falta de espaço apropriado para ciclistas e pedestres.
- 6) O transporte intermunicipal rodoviário dos municípios do litoral paranaense é efetuado, predominantemente, pela Viação Graciosa Ltda. As linhas que conectam os municípios do litoral paranaense são as mesmas que fazem a ligação destes municípios com Curitiba, com baixa integração inter-municipal.
- 7) A descontinuidade no sistema viário intraurbano nos municípios de Pontal do Paraná e Matinhos acarreta sobrecarga na PR 407 e PR 412, as quais acabam cumprindo a função de vias arteriais.
- 8) As rodovias estaduais PR 508 e PR 407 são derivações da BR 277, que levam aos municípios de Matinhos (PR 508) e Pontal do Paraná (PR 407), apresentando traçados praticamente paralelos. Em 19Km da PR 407 e 31Km da PR 508 não existe via de conexão entre elas.
- 9) O acesso rodoviário à sede do município de Guaraqueçaba, pela BR 277, seguindo pela PR 340 até Cacatu e depois pela PR 405, não é totalmente pavimentado (70Km), fato que, muitas vezes, acarreta problemas de abastecimento, especialmente nos períodos de chuva, bem como, baixo grau de conforto do acesso rodoviário aos atrativos.
- 10) Os municípios de Guaratuba e Paranaguá possuem áreas para estacionamento de ônibus de excursão, mas tais áreas necessitam de adequabilidade física para cumprir as funções a que se destinam. Os demais municípios do litoral do Paraná não possuem área apropriada e exclusiva para recepção de ônibus de turismo, o que acarreta, principalmente na alta temporada, conflitos na circulação viária. Há carência de local apropriado para estacionamento dos veículos que trazem os turistas para o embarque para a Ilha do Mel, por Pontal do Paraná, onde se evidencia um estrangulamento no uso do espaço ao redor da área de embarque.
- 11) O sistema aquaviário apresenta uma situação frágil, relacionada à fiscalização, à falta de infraestrutura de apoio ao turista, bem como, ao balizamento para navegação. A baixa oferta de transporte aquaviário acarreta dificuldades de acesso aos principais atrativos.

- 12) Os portos de Paranaguá e Antonina não recebem normalmente cruzeiros, porque não possuem terminal de passageiros.
- 13) Apenas as principais ilhas, contam com pontos de embarque e desembarque com estrutura física que proporciona conforto aos turistas.

3.3. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL DA ÁREA TURÍSTICA

Este item do diagnóstico objetiva apresentar os elementos constitutivos de uma organização: pessoas e recursos. Além disso, ao considerar a dinâmica organizacional, são trabalhados, ainda, a dinâmica regional, por meio das instâncias de governança regional do turismo (ADETUR e municipais - conselhos, etc.), as relações interinstitucionais existentes entre Estado e os Municípios, foco desta análise, mais especificamente por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria de Estado do Turismo, bem como outras organizações representativas para a discussão do turismo na região.

3.3.1. Impactos e limitações das políticas públicas.

Os impactos e limitações das políticas públicas são apresentados em uma relação direta com a condição institucional constituída para atender e prover tal política. A análise aqui realizada objetiva mapear a capacidade institucional das prefeituras do litoral paranaense, mediante o reconhecimento da estrutura administrativa, seus recursos humanos e patrimoniais, bem como as ferramentas de gestão disponíveis.

3.3.1.1. Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Antonina.

De acordo com a Lei Municipal n.º 06/2001, que define sua estrutura administrativa, a Prefeitura Municipal de Antonina possui as seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; Secretaria Municipal de Planejamento e Obras; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Comunicação e Cultura; Secretaria Municipal de Esporte e Turismo .

A Secretaria Municipal de Esporte Turismo, por sua vez, possui a Divisão de Turismo e a Divisão de Esportes, sendo que esta divisão tem entre suas atribuições o desenvolvimento da atividade turística no Município.

Em termos de estrutura de recursos humanos a prefeitura possui, hoje, 792 funcionários sendo que, destes, 58 são cargos comissionados. Dessa forma, dos 792 funcionários, 93% são servidores de carreira e 7% são cargos comissionados.

A Secretaria de Esporte e Turismo conta com 3 servidores contratados pelo regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e 7 cargos em comissão, ou seja, 30% são servidores de carreira e os demais 70% são cargos comissionados. Além disso, observa-se que total de funcionários da Prefeitura de Antonina, a Secretaria de Esporte e Turismo representa 1% (Prefeitura Municipal de Antonina, 2010).

Neste momento, a prefeitura não possui plano estratégico para desenvolvimento da atividade turística. A Secretaria de Turismo mantém seu foco no desenvolvimento e consolidação do turismo de aventura, turismo religioso e turismo náutico, como forma de inserir cada vez mais a comunidade no desenvolvimento turístico municipal.

Além disso, como forma de estabelecer contato para sugestões, dúvidas e reclamações a secretaria mantém um blog (<http://www.antoninaviva.blogspot.com>) e um email (comunicação@p-antonina.pr.gov.br). O Município conta, ainda, com 2 Centros de

Atendimento aos Turistas. Um localizado no trapiche municipal da cidade, único atracadouro público utilizado para passeios turísticos de barco, pesca e atendimento a população ribeirinha, e outro na estação ferroviária, onde se localiza também a Secretaria de Esporte e Turismo e algumas exposições culturais.

Como forma de avaliação da satisfação dos turistas, a Secretaria procura realizar pesquisas, sob a forma de amostragem, em intervalos trimestrais, incluindo os dois grandes eventos do Município: Carnaval e o Festival de Inverno da UFPR. Nesses eventos há um aumento no fluxo de visitantes de 60% a 75%, no município. Existem, também, pesquisas relacionadas à movimentação hoteleira e à quantidade de empreendimentos relacionados ao turismo.

Antonina possui calendário anual de eventos, sendo que aconteceram poucas alterações ou inclusões desde sua confecção. Antonina possui cerca de 20 profissionais cadastrados entre guias e condutores de turismo.

Conforme Reunião Técnica de Estratégias e Critérios Municipais para o Desenvolvimento Regional – “Litoral Do Paraná”, ocorrida em Antonina nos dias 30/09 e 01/10/2009, a principais dificuldades apontadas pelo município no que diz respeito à gestão e articulação institucional são:

- falta de articulação com a comunidade e empresariado;
- falta de articulação com as demais secretarias do município;
- falta de recursos; e,
- falta de entendimento por parte da comunidade e demais secretarias sobre o assunto turismo.

Plano Diretor de Antonina.

O Plano Diretor de Antonina, aprovado em 2007, contempla políticas de turismo, direcionadas à manutenção da sua condição histórica; uma proposta de projeto de lei municipal de um termo de conduta ambiental turística de Antonina; um selo turístico para os empreendimentos levarem em conta especificações relacionadas ao tratamento de resíduos, água, energia, valorização da cultura local, contratação de mão de obra local, entre outros. Como contrapartida, estes empreendimentos passariam a receber descontos de IPTU e outros incentivos fiscais por parte do município. Além disso, o Plano Diretor apontou a necessidade de se fomentar o turismo de cruzeiros marítimos. Quanto à execução de tais políticas, no entanto, não foram repassadas informações pela Prefeitura.

No caso de Antonina, também foi objeto de análise o anteprojeto da lei do plano diretor municipal, elaborado em 2006, que trata entre outros objetivos do “desenvolvimento econômico de todos os setores produtivos”. Mesmo se tratando de um anteprojeto de lei, cabe o resgate das orientações que foram inseridas no documento.

O artigo 16, por exemplo, que trata da transferência do direito de construir, utilizada para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural, entre outros, define a Zona de Uso Turístico 2 – ZUT-2, como setor a ser privilegiado com a recepção de potencial construtivo.

Em relação às políticas de ordenamento, expansão, uso e ocupação do solo, definidas a partir do artigo 33, o plano define como “princípio e diretriz básica”, a busca de “convênios e parcerias público-privadas para uma melhor estruturação do setor histórico e para a destinação e manutenção das edificações históricas atualmente ociosas”.

Em seguida, a possibilidade e orientação para qualificação do turismo aparecem em dois grandes temas: a política de PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e as POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

No primeiro tema, do desenvolvimento econômico, foram estabelecidos como princípios e diretrizes básicas:

- formar convênios com demais Municípios da região para implantação de programas de produção diversificada, beneficiamento dos produtos e comercialização;
- incentivar a formação de cooperativas agrícolas e de produtores para absorver a produção local, considerando como mercado consumidor a própria região;
- promover, em conjunto com a Emater local, assistência técnica aos produtores com vistas ao plantio em solos de relevo adequado, diversificação e beneficiamento da produção;
- incentivar a diversificação da produção através da criação de espaços de comercialização e pesquisa da produção agropecuária;
- promover a capacitação técnica dos trabalhadores voltados à indústria, ao porto, ao comércio e ao turismo;
- gerar situação tributária favorável à implantação às atividades turísticas, porém, sem prejudicar a arrecadação municipal;
- criar selo municipal de vigilância sanitária dentro das normas estaduais para ampliar mercado consumidor para grandes atacadistas, adequado ao selo estadual e prestar assistência aos produtores para esta adequação;
- estruturar o município para a atividade turística através da utilização do potencial local, da implantação de infraestrutura física e da capacitação da população para o atendimento ao turista;
- buscar parcerias junto a empresas ligadas às atividades turísticas para a aquisição e ocupação de edificações no setor histórico de Antonina;
- implementar, em parceria com as esferas estadual e federal do Governo, o Plano de Desenvolvimento de zoneamento portuário em todos os complexos pertencentes ao Porto de Antonina;
- criar e adotar os procedimentos do termo de conduta ambiental e turística de Antonina para promover o desenvolvimento do turismo sustentado e a preservação do meio ambiente;
- tomar as ações necessárias para a aplicação dos programas municipais de merenda escolar;
- promover, em conjunto com a EMATER local, as medidas e ações necessárias para a aplicação do programa de módulos de desenvolvimento.

No segundo tema, relacionado à infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, foram definidos os seguintes “princípios e diretrizes”:

- ampliar e melhorar a qualidade das infraestruturas, em especial as de esgotamento sanitário e drenagem pluvial;
- fortalecer os laços intermunicipais para a solicitação ao Estado, à Federação e às concessionárias específicas o aumento da qualidade e quantidade das infraestruturas;
- coibir a implantação de infraestrutura em ocupações irregulares e clandestinas;
- reestruturar o transporte coletivo municipal e intermunicipal através da construção de nova rodoviária no início do setor histórico e da alteração da circulação de ônibus no setor histórico para microônibus;
- implementar novos terminais urbanos nas áreas urbana e rural, cobrando passagem integrada entre esses;
- implementar novo cemitério municipal em uma das áreas sugeridas pelo plano diretor;

- estabelecer um fundo municipal de saneamento, através de um percentual da arrecadação da SAMAE;
- implementar os projetos de coleta e destinação do esgoto através da execução das “Passarelas Ambientais” nos bairros do Portinho, Cabral e Areião;
- priorizar a implantação do sistema de drenagem nas vias identificadas como arteriais e coletoras pela lei do sistema viário;
- exigir a solução para a destinação de efluentes por parte de loteadores e estabelecimentos industriais;
- seguir as disposições da lei do sistema viário em relação à hierarquização viária, respeitando a padronização imposta para cada categoria de via nos novos parcelamentos do solo e na ocupação de áreas ainda não consolidadas;
- fiscalizar a abertura de loteamentos no que diz respeito à consonância da abertura de ruas de acordo com a hierarquização viária e as diretrizes de arruamento, áreas não edificáveis até a abertura efetiva da via projetada;
- efetuar desapropriações quando a via se mostrar com caixa insuficiente face ao Crescimento e adensamento de uma região, realizando então a adaptação desta via aos padrões impostos pela lei do sistema viário, de acordo com a classificação da mesma;
- implementar sinalização viária e turística em todo o território do município e marcos de acesso;
- estruturar programas de capacitação da população de acordo com as vocações de Antonina, como restauro de edificações históricas.

3.3.1.2. Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

De acordo com a Lei n.º 022/2001, a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba possui a seguinte estrutura organizacional:

- unidades de assessoramento: Gabinete do Prefeito, Procuradoria Jurídica, Assessoria de Relações Públicas, Ouvidoria Municipal, Controladoria Interna e Assessoria Especial;
- unidades de natureza instrumental: Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Secretaria de Planejamento de Projetos;
- unidades de natureza substantiva: Secretaria de Educação; Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes, Recreação e Lazer; Secretaria do Meio Ambiente, Desenvolvimento, Agropecuária e Pesca; Secretaria de Saúde; Secretaria de Ação Social e Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos.

Em termos de estrutura de recursos humanos, atualmente, a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, conta com 61 cargos em comissão, 62 profissionais CLT e 392 estatutários, totalizando 515 profissionais. Assim, dos 515 funcionários, 76% são Estatutários, 12% são celetistas e 12% são cargos comissionados.

Além disso, a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes, Recreação e Lazer é composta por 7 servidores, sendo: 43% dos funcionários servidores de carreira, enquanto que 57% são cargos comissionados. Observa-se ainda que do total de funcionários da Prefeitura de Guaraqueçaba, a Secretaria representa 1%.

O Plano Municipal de Turismo de Guaraqueçaba está sendo elaborado e o Plano Diretor de Guaraqueçaba foi elaborado em 2008 (Lei n.º 181/2002). Sua maior contribuição em relação ao turismo foi a criação da Secretaria Municipal de Turismo e Geração de Renda, no sentido de dar mais ênfase à atividade turística.

Conforme reunião técnica de estratégias e critérios municipais para o desenvolvimento regional – “Litoral Do Paraná”, ocorrida em Antonina nos dias 30/09 e 01/10/2009, a principais dificuldades apontadas pelo Município de Guaraqueçaba no que diz respeito à gestão e articulação Institucional são:

- interligação dos setores públicos municipais e setor privado;
- regularização de empreendimentos (tributos); e,
- falta de infraestrutura para o turismo (ex: calçamento / limpeza pública).

Plano Diretor de Guaraqueçaba.

Os objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Guaraqueçaba foram analisados em seu anteprojeto de lei do Plano Diretor, elaborado em 2006.

De início, entre outras prioridades, o artigo 6º estabelece a necessidade de “criação de uma política de desenvolvimento econômico integrada, voltada para a agricultura, o turismo e a pesca, executados pelos princípios da sustentabilidade”, combinada com “a criação de uma política de cultura, esporte e lazer” e “a elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação existentes no município”.

Como princípio geral, entre outros, deve estar garantida a “recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes naturais e construídos, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico” por meio, inclusive, da “integração da atuação municipal com os governos federal e estadual e com os demais municípios da região litorânea do Paraná”.

O plano trata do fomento ao empreendedorismo como um princípio para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes, onde deve ser priorizado “o fomento e implantação dos arranjos produtivos locais, com o constante incentivo a formação continuada”.

Ainda no campo da economia, estabelece que as comunidades tradicionais devam participar de forma equitativa na “repartição dos benefícios auferidos pelo manejo sustentável de florestas, manejo sustentável nas baías, e no manejo sustentável do turismo, este último em todas as suas especificidades”.

Como diretrizes regionais de desenvolvimento contidas no plano, além da cooperação com o governo estadual e municípios do litoral, destaca-se, em seu artigo 17, devido à histórica polêmica: “firmar convênio ou consórcio público com o Estado do Paraná para viabilizar a pavimentação da PR-405, na concepção de Estrada Parque, que liga Guaraqueçaba aos demais municípios litorâneos”. Essa será, provavelmente, um dos pontos chaves a serem debatidos no âmbito do presente processo de planejamento.

Outro aspecto que se destaca a diretriz de “consolidação formal dos laços econômicos, sociais e culturais com os municípios lindeiros, constituindo acordos nas diversas áreas de interesse comum”, postura que, de forma geral consta em todos os planos do litoral.

Para diretrizes e ações de desenvolvimento municipal o projeto de lei estabelece que o regulamento e controle do “uso e ocupação do solo das áreas do município com potencial turístico” deve visar “à preservação da paisagem e o desenvolvimento sustentável do turismo”. Isto inclui a restrição da “expansão urbana desordenada, em especial aquela observada ao longo do Costão do Morro do Franco e nas margens do Rio Cerquinho” e a desocupação de áreas de mangue. Em suma, as diretrizes tratam, segundo texto da lei de ações, de “recuperação e preservação da paisagem urbana, valorizando aspectos naturais e culturais”.

Entre as ações concretas para esta finalidade, esta a “criação do Parque Municipal do Quitumbê, instituindo, na área da sede, um espaço de fruição e conservação do ambiente natural e observação da baía de Guaraqueçaba”.

Para o desenvolvimento econômico, o artigo 22 define uma série de diretrizes que implicam nos princípios e na política do turismo:

- promover a capacitação técnica da população, o estímulo empresarial, a formação de cooperativas e sistemas produtivos de autogestão, a criação de redes integradas de produção;
- estabelecer parcerias e ações integradas com outros agentes promotores do desenvolvimento, públicos e privados, governamentais e institucionais;
- construir uma rede de apoio às micro e pequenas empresas, incentivando a instalação de atividades econômicas;
- qualificar a mão de obra local, ampliando as alternativas de inserção no mercado de trabalho e reduzindo as desigualdades sociais no município;
- instalar, por meio de investimentos públicos ou privados, infraestrutura de empreendimentos geradores de emprego, renda e de inclusão social;
- fomentar o turismo, explorando sua diversidade e integrando-o no contexto territorial do Município e regionalmente;
- elevar a capacidade de geração de receita própria, estimulando a instalação de novos estabelecimentos e a regularização fiscal das atividades econômicas informais e do uso do solo irregulares.

Sendo que, para a consecução dessas diretrizes, devem ser executadas as seguintes ações:

- criação de programas e incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico no município;
- formalização de acordos e convênios com universidades e centros de pesquisas para a pesquisa, fomento, treinamento, financiamento e certificação da produção orgânica do município;
- constituição de uma rede de apoio empresarial a partir de parcerias institucionais públicas e privadas de fomento empresarial, para apoiar o município no desenvolvimento de um programa de implantação de arranjos produtivos locais, utilizando-se das ferramentas da responsabilidade social;
- implantar uma política de incentivo e fomento a produção da apicultura e melicultura no Município;
- elaboração de política fiscal de incentivos para novos empreendimentos;
- definições de ações conjuntas, entre os municípios do litoral, visando a qualificação da mão de obra, com a utilização de financiamentos específicos para as atividades de capacitação;
- instituir a agência de desenvolvimento econômico e social do município de Guaraqueçaba, em consonância com a Lei Federal n.º 9.790/00, associada a Lei Federal n.º 9.637/98 e a Lei Federal n.º 1.0973-04;
- criação de Escola Técnica para cursos em turismo, design, pesca, agricultura entre outros de interesse da economia local;
- elaboração de um plano de marketing integrado do turismo, com foco na instrumentalização dos agentes e atores locais para a autogestão e sustentabilidade;
- organização administrativa que promova a integração entre as ações de planejamento, cadastramento, arrecadação e fiscalização tributária;
- busca da formalização de atividades informais, através de ações de conscientização dos empresários locais e da fiscalização regular dos estabelecimentos, pelo poder público;

- discussão e implementação de políticas públicas intersetoriais e interinstitucionais que promovam o aumento do repasse do ICMS Ecológico, através de investimentos municipais, estaduais e federais nos indicadores de avaliação do ICMS Ecológico.

Em seu artigo 24, o plano coloca como uma das diretrizes ambientais, a implantação de “rotas e caminhos para o desenvolvimento integrado do turismo de aventura e da observação da natureza, de forma a diminuir os impactos ambientais gerados” além da criação de “mecanismos para a formação e a qualificação de mão de obra local, visando a articulação da preservação do ambiente natural e a geração de renda, revertendo num cenário de longo prazo, o quadro de exploração da flora e fauna”. Para essa finalidade, define como ação prioritária, o “mapeamento de trilhas e caminhos, já existentes no município, e elaboração de projetos para aproveitamento destas rotas, associados ao treinamento e à profissionalização de guias locais, visando o desenvolvimento do ecoturismo de forma a contribuir para a capacitação de mão de obra para o desenvolvimento do turismo”.

No campo da política educacional define como ação fundamental, a “inclusão de disciplinas voltadas à educação ambiental, cultural, patrimonial e técnicas profissionalizantes no currículo permanente das escolas municipais”.

O plano destaca em seu artigo 32 as diretrizes relacionadas ao patrimônio e cultura, definindo entre outras:

- a garantia da integridade do patrimônio cultural, histórico, paisagístico, arqueológico e arquitetônico municipal;
- a incorporação da proteção do patrimônio ao processo permanente de planejamento e ordenação do território;
- aplicação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar a gestão do patrimônio;
- a conscientização a população sobre os valores culturais e ambientais e a necessidade de sua proteção e recuperação;
- impedimento do funcionamento, da implantação ou da ampliação de construções ou atividades que importem em risco, efetivo ou potencial, de dano à qualidade de vida e ao patrimônio;
- desenvolvimento da cultura, em todas as suas esferas, como afirmação de identidade;
- universalização e democratização do acesso aos equipamentos, aos serviços e às ações culturais, visando a integração centro e periferia;
- inserção a cultura no processo econômico como fonte de geração e distribuição de renda;
- visibilidade, estímulo e valorização da produção cultural local;
- estímulo, através da arte, do exercício da cidadania e da auto-estima dos munícipes, conferindo, especialmente aos jovens, uma perspectiva de futuro com dignidade;
- desenvolvimento de programas, para a população de baixa renda, destinados à criação, produção e fruição dos bens culturais.

No artigo seguinte, estabelece como ações a serem executadas:

- o levantamento dos imóveis de interesse para o tombamento, em especial atenção à igreja matriz, à praça William Michaud e às edificações do seu entorno, bem como à antiga ocupação de Arapira, as ruínas jesuíticas e os sambaquis;
- o incentivo e fomento aos espaços culturais, públicos e privados, existentes e futuros, dotando-os de infraestrutura, acessibilidade e articulação com os equipamentos âncoras, em especial o Centro Comunitário Rio Cerquinho;

- a promoção de atividades e eventos culturais com democratização, descentralização, promoção de intercâmbio cultural e valorização da cultura local; e
- a transformação da cultura em vetor de desenvolvimento econômico e social integrado do Litoral Paranaense.

3.3.1.3. Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Guaratuba.

A Lei n.º 1.232/2006 estabelece a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Guaratuba definindo como atribuição da Secretaria Municipal do Turismo o planejamento e execução de atividades relativas ao turismo no município.

A Prefeitura é composta por 1.487 funcionários estatutários, 56 celetistas e 119 cargos em comissão, respectivamente, 90%, 3% e 7%. Especificamente em relação à Secretaria Municipal do Turismo, verifica-se que 66% dos recursos humanos é composto por funcionários não concursados. Observa-se ainda que do total de funcionários da Prefeitura de Guaratuba, a Secretaria Municipal do Turismo representa menos de 1% do total (Prefeitura Municipal de Guaratuba, 2010)

A secretaria possui um plano estratégico para o desenvolvimento da atividade turística municipal. Os instrumentos utilizados na elaboração do plano foram o inventário turístico e as oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, a fim de desenvolver suas linhas de ação e os critérios de prioridade, a curto, médio e longo prazo. O plano prevê a inserção da comunidade nas atividades relacionadas ao turismo, inclusive com a conscientização ambiental, o resgate histórico e cultural, por meio de concursos culturais e de artes, além de cursos de aprimoramento para os artesãos.

A atividade turística municipal conta com o apoio do Centro de Atendimento ao Turista, localizado na região do Brejatuba. O único indicador utilizado pela Secretaria, atualmente, é o “Caderno Cadeia Produtiva do Turismo no Paraná: Estudo da Região Turística do Litoral”, realizado em 2006 e publicado em 2008.

Plano Diretor de Guaratuba.

Para o caso de Guaratuba, foi analisada a Lei n.º 1.163, de 14 de novembro de 2005, que institui o Plano Diretor e estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município.

O plano apresenta um conjunto de artigos e seções que tratam do turismo e, em especial, da relação entre as políticas de desenvolvimento local com os veranistas. Nesse caso, o destaque é sempre feito para o impacto sobre as infraestruturas de saneamento e demais serviços, que são sobrecarregados em períodos concentrados do ano.

Em seu artigo 2.º estabelece entre outros objetivos o estabelecimento de programas de desenvolvimento econômico e social sem explicitar segmentos da economia. Entretanto, no artigo 6º define alguns princípios que demonstram a atenção guardada para o segmento do turismo:

- a preservação e recuperação do ambiente natural e construído;
- o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;
- o desenvolvimento e incentivo à instalação de infraestrutura e atividades turísticas na orla, devido ao potencial existente no município;
- o incentivo ao turismo rural e ecológico no município, devido ao potencial paisagístico e ambiental existente; o incentivo e desenvolvimento de práticas de maricultura e turismo de pesca e mergulho e esportes náuticos, devido as características e ao potencial da baía de Guaratuba para tais atividades;

Na continuidade do artigo, o plano observa o desenvolvimento institucional das diferentes esferas de governo e a relação integrada com municípios e governo estadual, ao considerar as exigências “admitidas em comum acordo entre o Estado, Município e Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT” e a necessidade de “integração horizontal entre os órgãos e demais secretarias da Prefeitura, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do plano”.

Entre os objetivos específicos, em seu artigo 8º, determina um melhor “aproveitamento do potencial turístico do Município, a partir do turismo religioso, turismo de veraneio, turismo ecológico rural, turismo de pesca e mergulho, turismo de esportes náuticos e da preservação histórica, cultural e ambiental”. Para cumprir tais objetivos estabelece as seguintes metas:

- reforçar os elementos identificadores e diferenciadores do Município que tenham ou possam vir a ter potencial turístico;
- implantar equipamentos de infraestrutura turística;
- estimular a construção da cidadania e o compromisso do cidadão com a sua cidade;
- adotar práticas de comunicação social que evidenciem os atrativos turísticos do município.

Embora o texto deste e demais planos diretores sejam muitas vezes reproduzidos a partir de referências da legislação existente em outros municípios, o fato é que determinados artigos, mesmo que colocados sem ter origem em disputas de idéias e pactuação política, orientam no momento seguinte as políticas e programas da administração municipal.

O caso do artigo 10, por exemplo, que trata da função social da cidade, implica em priorizar, no momento da “elaboração e execução de programas, planos e projetos”, grupos de pessoas que se encontrem em situações de risco, vulneráveis e desfavorecidas. A questão que se coloca é: em que medida a política de turismo afeta e pode priorizar tais grupos vulneráveis? Programas que envolvam diretamente este segmento da sociedade ou indiretamente na forma de compensações? Evidentemente o plano coloca apenas uma orientação para programas e projetos, cabendo ao gestor público transformar o texto em ações concretas.

Este é apenas um dos vários exemplos de orientação jurídica que definem a forma como a política do turismo e demais políticas setoriais devem ser detalhadas. Na maioria dos processos de elaboração dos planos diretores, este conteúdo teórico não é devidamente debatido e coletivamente decidido. De qualquer forma, ao se tornar lei, o conteúdo serve de baliza para monitorar e fiscalizar os objetivos, público alvo e os resultados da política do turismo.

Em se tratando de processos democráticos e sua relação com temas ligados ao turismo, o artigo 22, estabelece a vinculação do Instituto Histórico Cultural de Guaratuba como uma das diretrizes para o desenvolvimento institucional. É deste arranjo institucional que podem surgir programas ou a pressão política para estabelecer projetos que integrem cultura, história, turismo e educação patrimonial, de interesse para a comunidade.

O Plano de Guaratuba dedica uma seção própria ao turismo. Em seu artigo 24, coloca a atividade do turismo como tema transversal prioritário e “estratégico de desenvolvimento econômico e social do município” ao vincular sua gestão, de forma integrada, com a Secretaria Municipal de Esporte e de Turismo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços e Secretaria Municipal de Urbanismo, em conjunto com o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

O mesmo artigo define como diretrizes:

- incentivar e dotar de infraestrutura de lazer e recreação nos 15 km de praia do Município, que se estendem desde a localidade de Caieiras até a Barra do Saí. Inclui-se também Prainha, balneário situado ao norte da baía de Guaratuba, com faixas que

variam de 6 (seis) a 280 (duzentos e oitenta) metros de largura, respeitando as características naturais;

- ordenar o crescimento urbano ao longo das faixas de praia e no entorno sul da baía;
- incentivar a instalação de estruturas turísticas, de acordo com o zoneamento proposto e projetos específicos, como mobiliário urbano e recantos de lazer;
- promover o desenvolvimento de planos e projetos em pontos estratégicos com grande potencial turístico, como serras, morros, rios de planície, rios da serra, sambaquis e ilhas, dentre outros;
- incentivar o turismo ecológico e rural, com estabelecimento de trilhas e roteiros em áreas urbanas e rurais, como no Morro do Pinto, Morro de Caieiras, Morro Morretes, Parque Estadual do Boguaçu e Parque Nacional Saint Hilaire/Lange, obedecendo critérios estabelecidos nos respectivos planos de manejo, de acordo com as leis ambientais;
- incentivar o turismo, com estabelecimento de programas de visita à Colônia de Pescadores e outros locais onde ainda se preservam tradições, como realização de festas típicas, com demonstração de suas características tradicionais, construções, principalmente casas e igrejas, venda de artesanato e gastronomia;
- incentivar a manutenção dos estabelecimentos existentes, voltados a práticas turísticas, como hotéis, restaurantes, clubes, pesque-pagues e haras, dentre outros que apresentam densidade compatível com a sustentabilidade almejada para a APA de Guaratuba;
- incentivar, considerando os critérios estabelecidos para a APA de Guaratuba, a criação de áreas de camping, hotéis, pousadas, bares, restaurantes e outros empreendimentos turísticos;
- divulgar as festividades e datas comemorativas do município;
- criar programas de educação ambiental para proteção e preservação do território municipal, que é significativamente frágil às ações antrópicas não disciplinadas;
- criar um sistema de identificação visual de informações sobre locais de turismo que facilite o reconhecimento dos pontos turísticos;
- adequar o mobiliário urbano a uma identidade visual característica do município;
- capacitar e treinar os moradores de Guaratuba para as atividades turísticas;
- incentivar a instalação de comércio de artesanato e iguarias locais;
- dotar as áreas de maior fluxo com equipamentos de apoio ao turista e à população local, como: bebedouros, banheiros com duchas para banhistas,
- telefones públicos ou mesmo postos telefônicos;
- incentivar a criação de um centro de turismo;
- investir na recuperação e manutenção do centro histórico, onde alguns edifícios podem oferecer serviços como restaurantes, atividades culturais e comércio voltado ao turismo, além do estabelecimento de incentivos fiscais, em conjunto com Secretaria Estadual de Patrimônio e o Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- Incentivar o turismo ecológico na baía de Guaratuba.

Em outras seções, dedicadas a outras políticas setoriais, novamente o tema do turismo é considerado com maior ênfase, se comparado com os demais planos das cidades litorâneas.

Na seção específica do desenvolvimento rural, no artigo 26, o plano determina o estímulo às atividades rurais, por meio do estabelecimento de “um programa de melhoria e conservação do sistema viário rural, garantindo melhores condições para o escoamento

da produção e também incentivando o turismo rural e ecológico”. Na seção que trata da prestação de serviços de saúde, artigo 31, define como diretrizes, “ampliar a cobertura do sistema de saneamento básico do município, de forma a se prever o acréscimo populacional, agravado nos meses de verão pelos veranistas” e a previsão de “postos de saúde ou dotação de infraestrutura, adequada e compatível com os meses de maior fluxo de turistas, nos hospitais existentes”.

No artigo 33, seção dedicada à política cultural, novamente o plano coloca as estratégias de forma transversal, sob responsabilidade de três instituições. Integra a Secretaria Municipal de Educação e de Cultura com o Conselho Municipal da Educação e Cultura e com o Instituto Histórico Cultural de Guaratuba, para promover o desenvolvimento de programas de acesso à cultura, com base nas seguintes diretrizes, relacionadas diretamente com a qualificação das atividades e oportunidades ligadas ao turismo:

- construir ou incentivar a instalação de salas para desenvolvimento de atividades culturais e educativas, oferecendo opções de cursos para a população, tais como: teatro, dança, pintura e artesanato;
- incentivar a criação de espaços para exposições temporárias e permanentes;
- identificar áreas e bens que constituem o patrimônio histórico e cultural do Município, com base em estudos e planos específicos. Com destaque para: a recuperação do “antigo cinema” e da Casa Muller, com potencial de uso cultural; elaboração de um plano de preservação do Centro Histórico, que proporcionará a recuperação e manutenção dos edifícios tombados – Casa Muller e Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso – e de interesse histórico, a partir da definição dos graus de proteção para cada edificação e os parâmetros de uso e delimitações; e a realização de parcerias entre a Prefeitura Municipal de Guaratuba, Secretaria Estadual da Cultura e o Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, dentre outras instituições.
- manter e preservar do referencial paisagístico e cultural entre o Morro do Pinto e o Morro Parque Morretes, protegendo a área de ações antrópicas ou mesmo construções com elevado número de pavimentos em suas proximidades, evitando-se, desta maneira, a descaracterização da paisagem;
- promover a atividade cultural nas escolas, a partir de programas e projetos elaborados pelo Município em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e Cultura; e
- difundir a cultura do cidadão de Guaratuba e sua história, a ponto de criar o sentido de pertencimento da população.

Na política de segurança pública, em seu artigo 37, o plano estabelece as seguintes diretrizes com a preocupação diante do aumento de ocorrências em período de veraneio:

- prevenir crimes e delitos usuais no município, como furtos residenciais e tráfego de drogas, agravados na época de temporada, devendo realizar parcerias com outros órgãos, nas esferas estadual e federal;
- dotar o município de guarda municipal, compatível com a demanda municipal, principalmente em épocas de temporada, face ao aumento de veranistas que visitam a cidade;
- apoiar o Corpo de Bombeiros com infraestrutura adequada, os quais auxiliam na guarda de banhistas, em especial, em épocas de veraneio, devendo: auxiliar na diferenciação e colocação de sinalização nas áreas de risco; criar um canal de comunicação entre a Prefeitura e o Corpo de Bombeiros; e acompanhar os índices de acidentes e afogamentos.

Para a política de recursos hídricos, do abastecimento de água e da drenagem, o artigo 40, além de tratar da preservação dos pontos de captação para a cidade como um todo, remete à necessidade do desenvolvimento de “alternativas de captação de água para abastecimento urbano, prevendo a demanda da população na temporada de veraneio”.

Na seção seguinte, do esgotamento sanitário, da mesma forma, são colocadas as diretrizes para ampliação e qualificação do sistema para “garantir a plena oferta dos serviços de coleta dos esgotos sanitários e demais serviços de infraestrutura urbana de interesse público, em toda a da área urbanizada do município, assegurando a qualidade e regularidade na oferta dos serviços, assim como o acompanhamento e atendimento da evolução da demanda, principalmente na época de veraneio”. O mesmo raciocínio orienta as demais seções de coleta e tratamento de resíduos sólidos e infraestrutura de iluminação pública, nos artigos subseqüentes.

Além da infraestrutura de saneamento ambiental e energia, o plano trata das questões de transporte e a integração entre balneários e municípios do litoral. No artigo 46, são definidas as seguintes diretrizes que condicionam a mobilidade entre praias, demais pontos turísticos e núcleos urbanos, bem como a qualidade de determinados espaços de concentração e visitação:

- garantir a circulação entre bairros e setores diversos do município, inclusive na área rural;
- garantir acesso a outros balneários, como: Caiobá, Praia de Leste e Itapoá, dentre outros;
- garantir acesso a outros centros urbanos, como: Curitiba, Matinhos, Itajaí, Florianópolis, Porto Alegre, Pelotas e demais centros;
- garantir o atendimento de transporte em horários especiais, como nos finais de semanas e feriados, inclusive, visando: garantir os serviços de transporte coletivo nas épocas de temporada, disponibilizando, caso necessário, veículos extras; e implantar itinerários alternativos em épocas de veraneio, para compatibilizar com o fluxo intenso de veículos neste período.
- criar um itinerário turístico;
- descongestionar o trânsito do centro histórico, controlando e limitando o tráfego pesado;
- garantir o atendimentos de transporte coletivo, no mínimo, entre os horários das 05:00 até às 23:00; e
- prever a implantação de um terminal de ônibus junto à rodoviária municipal.

Das estratégias de desenvolvimento, colocadas no artigo 53, destacam-se quatro diretamente ligadas à qualidade do turismo no município:

- a “implementação” da Avenida Paraná que, embora o termo não esclareça, parece tratar da necessidade de uma qualificação paisagística;
- o incentivo a maricultura;
- o incentivo ao turismo;
- a criação e implementação da Unidade de Conservação no Morro de Caieiras e Morro do Cristo.

Destas, a estratégia de incentivo ao turismo apresenta um detalhamento confuso, embora denote a grande preocupação relativa a este segmento da economia, ao definir um prazo máximo de 15 meses, a contar da data da aprovação do plano diretor, para o início “das atividades de promoção, incentivos, divulgações e elaboração de programas de turismo”.

Logo em seguida, novamente o tema é tratado, na seção dos “planos de desenvolvimento econômico e social” em seu artigo 75 ao exigir, no prazo de 24 meses (imagina-se que da aprovação do plano), a elaboração do “Plano de Desenvolvimento Rural” e “Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Guaratuba”. Nesse caso, deve-se recordar que o primeiro, seguindo orientações contidas no plano diretor, também deve tratar do tema turismo.

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Guaratuba” tem como objetivo, segundo artigo 77, “o fomento do turismo no Município” e deve ter o seguinte conteúdo:

- estudos e pesquisas de demanda turística para conhecer o perfil do visitante ao longo do ano e direcionar os eventos ao público específico;
- inventário da oferta turística e dos meios de hospedagem, tais como hotéis, pousadas, colônias de férias e casas de temporada, categorizando-os e classificando-os de acordo com padrão municipal, baseado no modelo EMBRATUR;
- mobilização dos setores públicos e privados para levantamento de recursos financeiros necessários atraindo investimentos geradores de postos de trabalho e riqueza;
- aproveitamento das potencialidades existentes visando a valorização e preservação dos recursos naturais, estabelecendo roteiros turísticos, para o turismo urbano e rural;
- implementação de transporte público voltado as práticas turísticas;
- profissionalização do setor, considerando-o como indústria, com grande capacidade de gerar empregos;
- sinalização turística e viária dos pontos turísticos, acessos da rodovia e centros regionais;
- implantação de postos de informações turísticas, com pessoal treinado, prestando informações e divulgando material sobre a cidade; e
- limpeza e segurança para os pontos turísticos.

Além do plano de turismo, a seção dos “PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS DE URBANIZAÇÃO” exige a elaboração de mais três ações que afetariam a qualidade da paisagem e, portanto, a qualidade do turismo, ambos dentro do prazo de 24 meses: projeto de revitalização da Avenida Visconde do Rio Branco, da Avenida São Paulo e Plano Diretor de Arborização.

Em relação aos instrumentos, um dos artigos relativos à utilização compulsória - artigo 91 - chama atenção ao enquadrar como exceção ao cumprimento da obrigação do uso e, portanto, da função social, “os imóveis tombados e os de interesse histórico e turístico”. É provável que o legislador tenha confundido duas situações:

- a) de um lado, a possibilidade de um imóvel de interesse permanecer total ou parcialmente sem uso, e mesmo assim cumprir uma função social, nesse caso turística ou cultural, sem a necessidade de utilizar o instrumento;
- b) por outro lado, essa exceção permite ao proprietário manter um imóvel privado de interesse histórico em situação de abandono e degradação.

No caso do direito de preempção, isto é, a aquisição prioritária de terrenos pelo governo, é aplicada, segundo artigo 114, na zona balneária, “para a implantação de áreas de lazer e de apoio ao turismo” e na implantação do centro cívico municipal.

Outro instrumento relevante é o tombamento, definido no artigo 121 como uma “limitação administrativa a que estão sujeitos os bens integrantes do patrimônio ambiental, histórico e cultural do município, cuja conservação e proteção sejam de interesse público”. Segundo o mesmo artigo, este conjunto denominado “patrimônio ambiental, histórico e cultural do município” é constituído por “bens imóveis existentes em seu território e que, por sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis e a fatos atuais significativos, ou por seu valor sócio-cultural, ambiental, arqueológico, histórico, científico, artístico, estético, paisagístico ou turístico, seja de interesse público proteger, preservar e conservar”. Ainda neste artigo, em parágrafo único, ficam definidos com “sujeitos a tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger

pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". Estes passam a integrar oficialmente o conjunto "mediante sua inscrição, isolada ou agrupada, no livro do Tombo, mantido pela Secretaria de Educação e de Cultura".

3.3.1.4. Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Matinhos.

Os instrumentos legais que normatizam a estrutura administrativa da Prefeitura de Matinhos são a Lei n.º 1.189/2009; a Lei n.º 1.245/2009 e a Lei n.º 1.314/2010. Cabe à Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico a responsabilidade sobre as atividades vinculadas ao turismo no município. Entretanto, não há um plano estratégico para o desenvolvimento das atividades, que ocorrem de forma pontual. Do total de funcionários da Prefeitura de Matinhos, a Secretaria Municipal do Turismo e Desenvolvimento Econômico representa menos de 1% do total (Prefeitura Municipal de Matinhos, 2010).

O município conta com um Centro de Atendimento ao Turista, mas não é realizado nenhum tipo de pesquisa sobre as atividades no município.

Plano Diretor de Matinhos.

O Plano Diretor Municipal foi elaborado no ano de 2006. No entanto, aguarda aprovação e não contempla uma política direcionada ao turismo.

No caso de Matinhos, foi analisado o projeto de Lei n.º 047 (antigo projeto de Lei n.º 029/2006) denominado "lei do plano diretor" que, segundo súmula, "dispõe sobre a instituição do plano diretor participativo e de desenvolvimento integrado de Matinhos".

Como nos demais planos, os objetivos gerais abordam temas do ordenamento, desenvolvimento institucional e a preservação do patrimônio ambiental natural e cultural do Município. Ainda na parte principiológica²⁸, trata da integração regional, com destaque para a função do Conselho do Litoral, como instituição estadual de assessoramento e aprovação de projetos urbanísticos e de parcelamento.

Em relação ao turismo, em seu artigo 7º, que trata do desenvolvimento socioeconômico, define como fundamento deste "o incremento da pesca e do desenvolvimento de um turismo que garanta a integração entre as diversas atividades econômicas, aproveitando de forma racional os recursos naturais e suas potencialidades paisagísticas, de forma a viabilizar a melhoria da qualidade de vida das populações locais".

Outro aspecto relevante foi a distinção das unidades de planejamento em bairros e balneários. Essa opção, ao mesmo tempo em que permite um monitoramento e ação comparativa entre estas diferentes formas de ocupação, explicita e exige também um enfrentamento da dívida histórica de investimentos e qualidade de urbanização que distancia bairros de balneários. Esse processo, comum a todo litoral brasileiro, de deslocamento dos antigos moradores dos balneários, em especial das populações tradicionais, para os loteamentos em condições precárias, mais afastados da praia, é um dos efeitos que deve merecer atenção, tanto no ordenamento territorial quanto nos programas específicos vinculados à política municipal e regional do turismo.

Ao compreender as propostas de desenvolvimento turístico do litoral como um complexo de ações governamentais que devem combinar o bem-estar do turista com a melhoria das condições de vida dos moradores, cabe uma atenção sobre as citações relativas a comunidades tradicionais, como é o caso do artigo 17. Neste, fica definida a competência do Município de Matinhos para "promover os procedimentos necessários para viabilizar, junto aos poderes da União, a criação da unidade de desenvolvimento da comunidade pesqueira, em terras da União". O artigo define seus limites e estabelece os objetivos a

²⁸ Refere-se a primeira parte da legislação do plano diretor, que explicita a visão de futuro por meio de princípios, objetivos e políticas.

serem gerenciados pela própria comunidade: “Caberá à Colônia de Pescadores Z3 a gestão da unidade, cujo objetivo é o bem comum das famílias de pescadores, o desenvolvimento da atividade pesqueira e sua comercialização, e a integração com atividades turísticas e valorização da cultura local”.

Para estabelecer a relação deste instrumento de ordenamento territorial local e as áreas de interesse ambiental instituídas por outras esferas de governo, o plano diretor organiza, em seu artigo 18, o território rural em áreas de Proteção ao Manancial, Zona de Planície de Restinga, Zona de Planície de Aluvial, Zona de Conservação – APA de Guaratuba, Parque Nacional e Unidade de Gestão e Gerenciamento de Resíduos.

Além desta relação com unidades estaduais e federais, incrementa, em seu artigo 14, as seguintes unidades de conservação municipais:

- Parque Municipal de Praia Grande;
- Parque Municipal de Sertãozinho;
- Parque Municipal Morro do Sambaqui;
- Parque Municipal do Tabuleiro; e
- Parque Municipal Morro do Boi.

Estas unidades, gravadas como parques ambientais, tiveram como destaque no projeto de lei, a necessidade de políticas de educação ambiental vinculadas à sua criação.

Nesta mesma linha, uma das diretrizes mais importantes que busca equalizar a expansão ordenada com a fragilidade ambiental é a anulação total ou parcial de loteamentos não implantados, projetados sobre áreas de interesse ambiental, e a adequação dos demais, exigindo a criação de uma câmara de assessoramento técnico, vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Quanto aos demais instrumentos, fica a possibilidade de utilização para os objetivos da política de turismo, como por exemplo, o direito de preempção, para diminuir custos de implantação de equipamentos e serviços, ou mesmo a outorga onerosa, para gerenciar os valores imobiliários e os incentivos de construção. Em seu artigo 16, por exemplo, a lei determina um incentivo de acréscimo de coeficiente de aproveitamento do terreno para edificações destinadas a hotéis e pousadas.

Nos demais instrumentos, seja para o efetivo cumprimento da função social da cidade ou para programas em políticas setoriais, o cenário é o mesmo, isto é, a falta de regulamentação ou de atos administrativos para a aplicabilidade direta dos mesmos. Mesmo assim, cabe destacar a vantagem de conter estes instrumentos e a necessidade de vontade política para sua utilização.

Um dos mecanismos importantes, e que consta neste e em todos os planos a seguir, é o estudo de impacto de vizinhança, a ser utilizado tanto para mitigar ou impedir o impacto negativo sobre o patrimônio natural e histórico. No caso de Matinhos, a lei define que compete à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente declarar previamente se o empreendimento ou atividade econômica são geradores de impacto de vizinhança.

Para efeito da lei, considera-se empreendimento ou atividade econômica geradora de impacto de vizinhança aqueles que, quando implantados, entre outros impactos, tenham uma repercussão ambiental significativa, ou prejudiquem o patrimônio cultural do Município.

O Plano também declara, em seu artigo 32, áreas de utilidade pública, ligadas ao transporte, atividades culturais, esportivas e interesse ambiental e, portanto ao turismo, com a finalidade de implantar terminais urbanos de transporte coletivo, museu municipal, parque náutico de lazer e pesca e unidades de conservação, espaço público de lazer e áreas verdes.

No conjunto de instrumentos, as operações urbanas também se apresentam como mecanismo potencial, tendo como uma das finalidades, a “valorização, recuperação e preservação do patrimônio ambiental ou cultural do município de Matinhos”.

3.3.1.5. Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Morretes.

A Prefeitura Municipal de Morretes possui instrumentos legais que regem as mudanças na estrutura administrativa, sendo que a legislação em vigor e de interesse para o turismo é a Lei n.º 001/2009. Existe uma Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que possui o Departamento de Turismo, com uma Divisão de Turismo e um Departamento de Cultura. Observa-se ainda que do total de funcionários da Prefeitura, a Secretaria Municipal do Turismo e Cultura representa 2% do total.

Não existe planejamento quantitativo de pessoal efetivo, ou plano de carreira para o funcionalismo público. No quadro de ações da Secretaria de Turismo e Cultura, consta o desenvolvimento do turismo rural como forma de inclusão da população residente. A Secretaria dispõe de 6 Centros de Atendimento ao Turista, onde os turistas podem fazer reclamações ou sugestões. Além disso, existe um telefone e um email para contato.

Conforme reunião técnica de estratégias e critérios municipais para o desenvolvimento regional – “Litoral do Paraná”, ocorrida em Antonina nos dias 30/09 e 01/10/2009, a principais dificuldades apontadas pelo município de Morretes. no que diz respeito à gestão e articulação institucional, são:

- capacitação de recursos; e,
- falta de mão de obra capacitada.

Plano Diretor de Morretes.

O plano diretor de Morretes também foi analisado com base na minuta do anteprojeto de lei que apresenta, entre outros objetivos, a garantia “da conservação e preservação do patrimônio ambiental, cultural e histórico do município”.

Embora se equipare com os outros planos diretores do litoral, ao estabelecer como parte da função social do município, a “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, bem como a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, artístico e arquitetônico”, difere-se na metodologia, ao adotar aspectos favoráveis e restritivos para, a partir destes, definir estratégias.

Como fatores favoráveis ao desenvolvimento local e relacionados ao turismo estão:

- o potencial paisagístico para o desenvolvimento do turismo no município;
- o patrimônio histórico e cultural do município;
- a proximidade da região metropolitana de Curitiba, que garante um mercado consumidor para os produtos produzidos no município;
- a sua inclusão na microrregião do litoral que se traduz na proximidade da orla litorânea paranaense, com um potencial turístico elevado;
- a estrutura fundiária organizada em pequenas propriedades rurais;
- a existência de importantes áreas remanescentes de Mata Atlântica no seu território.

Em relação à política municipal de cultura, o plano coloca, em seu artigo 26, como objetivo central, incentivar “a produção cultural e assegurar o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade às fontes da cultura”. Essas fontes são constituídas pelos seguintes componentes:

- a invenção coletiva ou individual de símbolos, valores, idéias e práticas próprias e inerentes à constituição do ser humano;
- a expressão das diferenças sociais, sexuais, étnicas, religiosas e políticas;
- a descoberta e recuperação de sentidos, identidades, rumos e objetivos indispensáveis ao equilíbrio e aprimoramento da vida social e individual;
- o trabalho de criação inerente à capacidade humana de superar dados da experiência vivida e de dotá-la de sentido novo através da reflexão, escrita, arte, música, imaginação, sensibilidade, fantasia e invenção de formas e conteúdos inéditos;
- a constituição da memória individual, social, histórica como trabalho no tempo.

Como diretrizes para o atendimento deste objetivo central foram definidas:

- o incentivo e valorização de iniciativas experimentais, inovadoras e transformadoras em todos os segmentos sociais e grupos etários;
- a preservação e divulgação das tradições culturais e populares de Morretes;
- o estabelecimento de programas de cooperação com agentes públicos e/ou privados, visando à promoção cultural;
- a preservação e conservação, em colaboração com a comunidade, dos bens do patrimônio histórico, artístico e cultural;
- a implantação e apoio a manutenção de espaços destinados à proteção e à divulgação de acervo que represente os valores artísticos, culturais e históricos;
- a garantia de meios de acesso democrático à informação, à comunicação e ao entretenimento;
- a motivação e qualificação técnica do pessoal envolvido na gestão das políticas culturais;
- a promoção de atividades culturais como instrumentos de integração regional;
- a melhoria de infraestrutura física e administrativa da secretaria municipal da cultura, permitindo uma atuação mais efetiva da mesma no município;
- o fortalecimento das atividades culturais do município, com a criação de um meio de difusão das tradições da população local.

No capítulo da política de desenvolvimento econômico, foi aberta seção específica para as diretrizes para o desenvolvimento turístico de Morretes. Em seu artigo 31, o plano define como princípio fundamental “a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação do patrimônio histórico-cultural-ambiental”. Para tanto, foram definidas as seguintes diretrizes para atingir um grau de “desenvolvimento sustentável” do turismo:

- apoiar e promover eventos já consolidados e aqueles com potencial turístico;
- compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do município e da região;
- apoiar e incentivar iniciativas para instalação de infraestrutura de suporte ao turismo;
- implementar o plano turístico municipal;
- fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, através da definição de políticas e implantação de ações que assegurem o fortalecimento da atividade econômica no município, gerando emprego e renda, e a garantia da preservação dos recursos naturais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações fixas;

- incentivar a participação da sociedade pela instituição de mecanismos de controle social, na priorização das ações, disponibilização das informações, no envolvimento da população na avaliação das ações desenvolvidas e dos impactos causados pela atividade turística e na transparência dos investimentos efetuados e dos resultados alcançados;
- articular ações, através da integração do plano municipal com os planos estadual e regionais, da busca de parcerias com a iniciativa privada a fim de incrementar o fluxo turístico e promover o desenvolvimento das potencialidades turísticas;
- atender o turista, através da implantação de pontos de atendimento ao turista e ao estímulo da cultura da hospitalidade, fazendo com que o turista aumente seu tempo de permanência e reconheça a excelência da prestação dos serviços públicos;
- estabelecer parcerias com os municípios da orla litorânea paranaense, de modo a fortalecer a atividade turística na região;
- identificar as áreas de maior potencialidade turística no território municipal, para o desenvolvimento de projetos de intervenções pontuais que visem a sua otimização, respeitando as diretrizes de ordenamento do uso do solo;
- restringir o tráfego de veículos dentro do perímetro do Centro Histórico de Morretes, impedindo a circulação de veículos de grande porte, evitando prejuízos à estrutura do casario histórico;
- desenvolver ações voltadas à requalificação da Estrada da Graciosa, ordenando de forma mais eficaz as atividades e os serviços turísticos ofertados no seu entorno.
- estimular a geração de empregos na área de turismo;
- aumentar o número de estabelecimentos voltados ao turismo no município;
- ampliar o número de projetos turísticos realizados através de parcerias com os Municípios da orla litorânea.

O macrozoneamento municipal, como primeira subdivisão de unidades de controle de uso e objetivos de ocupação, define 10 compartimentos:

- Macrozona urbana – que corresponde aos perímetros urbanos da sede municipal, do Porto de Cima, de São João e Sambaqui.
- Macrozona de proteção ambiental – compreendendo as áreas com declividade superior a 45%, as faixas de preservação permanente ao longo das margens de cursos da água e nascentes do município, destinadas à proteção das matas ciliares e as áreas com cobertura vegetal nativa, conforme definidas pelo Código Florestal – Lei n.º 4.771/1965;
- Macrozona da área de proteção ambiental da Serra do Mar;
- Macrozona da área de proteção ambiental de Guaratuba;
- Macrozona dos parques;
- Macrozona do eixo de desenvolvimento econômico, abrangendo a faixa de 100 metros ao longo de cada lado da rodovia BR 277, em toda sua extensão no território municipal;
- Macrozona rural: compreendendo as demais áreas do território municipal;
- Macrozona do eixo de desenvolvimento turístico I, abrangendo a faixa de 100 metros ao longo das rodovias PR-410 e PR-411, desde a divisa municipal com Quatro Barras até atingir o perímetro urbano de Porto de Cima;

- Macrozona do eixo de desenvolvimento turístico II, abrangendo a faixa de 100 metros ao longo da rodovia PR 408 entre o limite do perímetro urbano do Distrito Sede até encontrar com a BR 277 e PR 411 entre o limite do perímetro urbano de Porto de Cima e o limite do perímetro urbano do Distrito Sede;
- Macrozona do eixo de desenvolvimento turístico III, abrangendo a faixa de 100 metros ao longo da Estrada do Anhaia entre o limite do perímetro urbano do Distrito Sede até encontrar com a BR-277.

Dessas, destacam-se a seguir, as três últimas, que definem perímetros e objetivos específicos para atividade turística.

A Macrozona do eixo de desenvolvimento turístico I tem por objetivos “a manutenção da fauna e da flora ao longo da Estrada da Graciosa, o controle da instalação de comércio ao ar livre na região e a manutenção dos espaços destinados ao apoio da atividade turística na região”.

A Macrozona do eixo de desenvolvimento turístico II tem por objetivos “o controle da instalação de atividades comerciais nas margens das rodovias, o controle da ocupação ao longo das faixas de domínio das rodovias, a manutenção dos espaços destinados ao apoio da atividade turística na região, a conservação da paisagem natural, a liberação de atividades com características urbanas (pousadas, restaurantes, comércio vicinal e de bairro) pela prefeitura municipal, desde comprovadamente não produzam risco ao ambiente natural”. Estas atividades, a depender do porte, estarão sujeitas à exigência de estudos de impacto de vizinhança para licenciamento.

A Macrozona do eixo de desenvolvimento turístico III tem por objetivos “desenvolver atividades econômicas que incentivem a preservação ambiental e que promovam o desenvolvimento econômico das pequenas propriedades; incentivar a criação de áreas de lazer que atendam às demandas da população local e ao mesmo tempo gerem novas atividades econômicas no município; a conservação da paisagem natural, o apoio à comunidade local incentivando a manutenção de tradições culturais; a liberação de atividades com características urbanas (pousadas, restaurantes, comércio vicinal e de bairro) pela prefeitura municipal, desde que, comprovadamente, não produzam risco ao ambiente natural. Da mesma forma que a macrozona anterior, para instalação de atividades, a depender do porte, os empreendimentos estarão sujeitos à exigência de estudos de impacto de vizinhança para licenciamento.

A política municipal de mobilidade, também atinge a qualidade ou potencial turístico ao definir como princípios básicos, a garantia e “adequada fluidez do sistema viário e da circulação no setor histórico na circulação de bens e pessoas, integrando-se ao sistema viário e de circulação de toda a cidade de forma a garantir a integridade física do setor histórico, quer do seu conjunto, quer de suas edificações”.

Para materialização destes e dos demais princípios e objetivos descritos no plano, fica estruturado, o Sistema Municipal de Planejamento, composto pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Conselho da Cidade de Morretes – CONCIDADE. No conselho, formado por 17 membros, está garantida a participação de um representante da Secretaria Municipal de Turismo e um representante da Secretaria Municipal de Cultura e Esportes.

3.3.1.6. Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Paranaguá constituída conforme a Lei complementar n.º 107/ 2009, organiza o Poder Executivo da seguinte forma:

- Administração Indireta: Fundação Municipal de Cultura – FUMCUL, Fundação Municipal de Turismo – FUMTUR, Fundação Municipal de Esporte – FUNDESPORTES, Empresa de Desenvolvimento e Habitação de Paranaguá –

EMDEHPAR, Companhia de Saneamento e Águas de Paranaguá – COSAPAR, Paranaguá Previdência e Instituto de Tecnologia de Paranaguá – ITEPAR.

- Administração Direta: as secretarias municipais de administração direta distribuem-se em seis áreas temáticas: gestão, assessoramento e apoio, políticas sociais, políticas e manutenções urbanas, políticas de desenvolvimento, descentralização regional.

Diferentemente dos demais municípios do litoral, Paranaguá possui uma FUMTUR, que utiliza de serviços terceirizados para a realização de eventos e para o deslocamento de sua equipe na participação de atividades e eventos do setor. Paranaguá possui Plano Municipal de Turismo, que está sendo atualizado a partir das novas estratégias e demandas que surgiram. O Plano Diretor do Município foi elaborado e aprovado em 2007 e contempla políticas relacionadas ao turismo.

Por fim, conforme reunião técnica de estratégias e critérios municipais para o desenvolvimento regional – “Litoral do Paraná”, ocorrida em Antonina nos dias 30/09 e 01/10/2009, as principais dificuldades apontadas pelo Município de Paranaguá, no que diz respeito à gestão e articulação institucional, são:

- integração entre o poder legislativo e executivo;
- gestão e articulação orçamentária;
- falta de envolvimento da iniciativa privada e comunidade; e,
- falta de mão de obra qualificada.

Plano Diretor de Paranaguá.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá, Lei complementar nº 60, foi aprovado em agosto de 2007 e, embora não trabalhe diretamente a política do turismo como segmento econômico relevante, traz em seu conteúdo a preocupação em equacionar a urbanização, com a função logística intermodal, a fragilidade ambiental e o patrimônio cultural.

No capítulo II, define como princípios, entre outros, a “sustentabilidade ambiental” e a “preservação do patrimônio natural e cultural”. Para este último a lei estabelece como objetivos:

- garantia de integridade do patrimônio natural e cultural do município;
- incorporação da proteção desse patrimônio natural e cultural ao processo permanente de planejamento e ordenação do território;
- aplicação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar sua gestão;
- conscientização da população sobre a necessidade da proteção e recuperação dos valores culturais e ambientais;
- impedimento ou controle do funcionamento e da implantação ou ampliação de construções ou atividades que comportem risco efetivo ou potencial de dano à qualidade de vida e ao patrimônio natural e cultural.

Como diretrizes e objetivos gerais, o plano reforça a necessidade de cooperação interinstitucional e em especial com os municípios do litoral, para “aumentar a eficácia da ação governamental, promovendo a integração e a cooperação no processo de planejamento e gestão das questões de interesse comum”. Além dos aspectos institucionais define que as políticas públicas devem “elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural e paisagístico”.

O artigo 19 trata das questões de cooperação governamental, integração viária, saneamento, fóruns e consórcios, ao definir como diretrizes de desenvolvimento regional:

- aperfeiçoar os canais de participação da sociedade para discussão das questões referentes ao planejamento urbano e à problemática litorânea, por meio da criação de fóruns regionais no município para o debate de questões de interesse da população;
- fortalecer as políticas litorâneas através da implementação de consórcios intermunicipais que tratem de questões comuns aos municípios e ao estado;
- implementar uma política ambiental municipal em consonância com a política ambiental estadual, tendo como estratégia de ação a criação de áreas de preservação, proteção e conservação;
- implementar a política regional de saneamento ambiental, através do consórcio intermunicipal de resíduos sólidos;
- fortalecer o sistema viário regional que passa pelo município, visando a acessibilidade regional, a fluidez no trânsito e a segurança viária, de modo a incentivar a implantação de atividades econômicas em seu território;
- criar eixos de transportes coletivos, de forma a propiciar maior fluidez nos deslocamentos intermunicipais;
- aproveitar as condições da localização do município, assim como sua vocação portuária, para integração na dinâmica econômica nacional, tendo como estratégia de ação o fortalecimento dos terminais intermodais do município;
- consolidação do sistema viário regional no Município, através de convênios com os poderes públicos estadual e federal, considerando-se como vias prioritárias.

Nas diretrizes de desenvolvimento municipal, foi destacada a economia de serviços e a necessidade de fortalecimento destas atividades. Pode-se considerar que a atividade turística aparece apenas nas entrelinhas destas estratégias, e não como diretriz objetiva. Dessas diretrizes, foram destacadas algumas que se relacionam simultaneamente com a condição de vida dos moradores e visitantes:

- recuperar e preservar a paisagem urbana, valorizando aspectos naturais e culturais;
- promover a distribuição de usos e a intensificação do aproveitamento do solo de forma equilibrada com a infraestrutura, com os transportes e com o meio ambiente, de modo a evitar sua sobrecarga ou ociosidade;
- definir áreas impróprias à ocupação, segundo: declividade, solo, áreas inundáveis, paisagem notável, áreas de preservação permanente e demais áreas com restrições ambientais;
- revitalizar a área central, fortalecendo o comércio local e diminuindo conflitos de tráfego.

No campo das ações prioritárias, o artigo 22 estabelece três linhas de condução:

- valorização do patrimônio cultural;
- desenvolvimento das atividades turísticas;
- capacitação técnica e/ou profissionalizante da população para atendimento ao mercado de trabalho local.

Já no campo específico da política urbana, o enfoque foi dado à valorização e proteção do patrimônio, natural e cultural, agrupados em conjuntos que, segundo artigo 28, contribuem para “consolidação da sua identidade”:

- a Baía de Paranaguá e as ilhas;
- o Centro Histórico tombado;
- o Porto;

- a Área do Rocio;
- o atual Distrito de Alexandra;
- a arborização urbana, as áreas verdes, as unidades de conservação e áreas de preservação permanente estabelecidas, regidas por leis específicas;
- o Casario representativo dos diferentes momentos históricos e representações por imóveis e/ou conjuntos protegidos pelas leis de tombamento;
- as manifestações culturais representativas da história e da cultura do município.

O artigo determina ainda a integração das políticas de preservação, conservação e valorização do patrimônio natural e cultural do município, entre os poderes federal e estadual, bem como a necessidade de constituição e capacitação permanente da equipe técnica da administração municipal para os programas de preservação, conservação e valorização do patrimônio natural e cultural.

Remete a obrigação de estabelecer programas e ações permanentes de preservação, conservação e valorização do patrimônio arqueológico do município, além de incentivar estes temas por meio de projetos de educação patrimonial, como parte de um programa permanente de educação urbana nas escolas de ensino fundamental e médio.

Como diretrizes da política de desenvolvimento socioeconômico, coloca a combinação de:

- incentivos que estimulem o investimento e a infraestrutura para a implantação de atividades turísticas locais e regionais;
- investimento e a integração do sistema portuário com o município;
- ações cooperadas entre APPA, concessionárias da ferrovia e da rodovia, operadores de terminais privados e operadores portuários para melhoria e desenvolvimento do sistema logístico;
- dinamização econômica em consórcio com os demais municípios da região, principalmente quanto à viabilização de projetos que visem o desenvolvimento regional;
- desenvolvimento do turismo e da produção artesanal;
- ampliação do tecido empresarial com foco na micro empresa e pequena empresa;

O macrozoneamento, estabelecido a partir do artigo 36, fixa regras com o objetivo de integrar “harmonicamente”, a “preservação e conservação do patrimônio natural, cultural e as atividades antrópicas”. Para cumprir este objetivo, o território do Município de Paranaguá fica dividido em Macrozona Urbana – MU e Macrozona Rural – MR.

Para a MU ficam estabelecidos como objetivos o aprimoramento do desenho e da paisagem urbana, a proteção, conservação, recuperação e valorização do patrimônio cultural e natural e o estímulo e ordenamento das atividades de turismo. Este último também é um dos objetivos da MR.

3.3.1.7. Condições Institucionais da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

A análise da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná restringe-se à Secretaria de Turismo, Cultura, Indústria e Desenvolvimento Econômico, entendendo-se que o município não possui gestão estruturada da atividade turística.

O Município participa de um Fórum Regional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo. O Município possui Plano Municipal de Turismo recentemente elaborado pela AMLIPA.

Ainda, conforme Reunião Técnica de Estratégias e Critérios Municipais para o Desenvolvimento Regional – “Litoral Do Paraná”, ocorrida em Antonina nos dias 30/09 e 01/10/2009, as principais dificuldades apontadas pelo Município de Pontal do Paraná no que diz respeito à Gestão e Articulação Institucional são:

- recursos humanos e financeiros; e,
- falta de entendimento público sobre a atividade turística.

Plano Diretor de Pontal do Paraná

A análise do Plano Diretor de Pontal foi feita com base na Lei complementar n.º 001, de 3 de agosto de 2007, que “dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”. O planejamento municipal tem uma série de outras legislações complementares que regem a gestão do desenvolvimento, principalmente urbano, como perímetro, parcelamento, obras, zoneamento, uso e ocupação do solo, postura e instrumentos do estatuto da cidade.

Após definição dos objetivos gerais, destaca-se a subdivisão do território para, segundo o artigo 13, uma “melhor identificação por parte da população e turistas, em sete bairros”:

- Praia de Leste – compreendendo os loteamentos Monções, Iracemã, Beltrami, Jardim Canadá, Santa Mônica, Recanto do Uirapuru, Praia de Leste, Guarujá, Condomínios e Residências, Vila Jacarandá, Las Vegas, Miramar, Mirassol, São Carlos, Irapuan, Patrick II, São José, Luciane, Praia Bela, Majoraine, Miami e Ipê;
- Praia de Santa Terezinha – compreendendo os loteamentos Canoas, Atlântica, Itapoã, Primavera, Porto Fino e Guarapari e a área do Moitinha;
- Praia de Ipanema – compreendendo os loteamentos Ipanema, Leblon, Andaraí, Grajaú, Carmery;
- Praia de Shangri-lá – compreendendo os loteamentos Shangri-lá e Chácara Dois Rios;
- Praia de Atami – compreendendo os loteamentos de Marisa e Atami;
- Praia de Pontal do Sul – compreendendo os loteamentos de Pontal do Sul e Ponta do Poço; e
- Bairro do Porto – compreendendo a região do porto.

Em relação aos instrumentos, em especial aqueles regulamentados pelo estatuto da cidade, não foi possível identificar estratégias além das definidas em termos gerais, na legislação federal de origem.

No entanto, no capítulo “da organização físico-territorial”, em seu artigo 43, define “setores de expansão ou ocupação especial” como “compartimentos territoriais, dentro ou fora do perímetro urbano, designados pelo poder público municipal através de decreto municipal, quando se apresentar a necessidade, para usos especiais, de interesse estratégico e relevante ao município”. Dentro dos casos que podem ser enquadrados neste setor, estão listadas as seguintes situações:

- áreas para implantação de campus universitário, complexos educacionais e hospital geral ou regional;
- áreas para implantação de aeroporto e para terminais de transporte coletivo, intermodais ou não;
- áreas para expansão de serviços portuários e para atividades de estaleiros;
- áreas para assentamentos rurais ou habitacionais, de interesse social ou antropológico;
- áreas para praças e sítios especiais, de atividades culturais, turísticas ou esportivas; e

- outras áreas, criadas por determinação ou convênio junto a órgãos estaduais e federais de controle ambiental, transporte, turismo e desenvolvimento.

Esses compartimentos de expansão urbana definidos devem, conforme o mesmo artigo, apresentar regulamento municipal específico, com amparo na legislação estadual e federal.

No caso do zoneamento de uso e ocupação do solo rural, o artigo 44 define uma organização dividida nos setores, unidades de proteção e zonas:

- setor especial de tratamento do lixo;
- setor especial do Maciel – comunidade tradicional pesqueira;
- zona de conservação ambiental rural;
- unidade ambiental de planície de restinga;
- unidade ambiental de planície aluvial;
- unidade de proteção ao manancial;
- área de proteção ao entorno de bem tombado; e
- unidade ambiental do mangue.

Na definição de unidades de proteção, cabe destacar o artigo 45, que declara a “Área de Entorno do Sítio Arqueológico, formado por Sambaquis, às margens do Rio Guaraguaçu”, com coordenadas precisas. O mesmo artigo, em seu parágrafo único, define que “a regulamentação de uso e termos de visitação” desta área, deve ser realizada pela “prefeitura municipal de Pontal do Paraná, consultados os órgãos federais e estaduais competentes, no prazo máximo de 180 dias”.

O sistema viário municipal apresenta conceitos com ênfase nas suas funções para o turismo e ligação com as comunidades tradicionais. Em seu artigo 48, estabelece as seguintes classes e definições:

- via de passeio ou animação: corresponde à via com funções de passeio turístico, lazer e vivência local, destinadas exclusivamente à circulação de pedestres, ressalvado o acesso de veículos restrito aos moradores; vias a serem consideradas de passeio ou animação serão definidas oportunamente pelos órgãos municipais competentes através de decreto;
- caminhos e trilhas especiais: correspondem às vias, ciclovias e hidrovias voltadas ao desenvolvimento ecológico e turístico do município, aproveitando antigos leitos de passagem ou utilizando novos trajetos, especialmente projetados para esse fim, cuja regulamentação cabe ao poder executivo municipal, ressalvadas as competências federal e estadual, quando houver.

Nessa última classe de vias, se enquadram dois caminhos:

- Caminho 01: corresponde à Estrada do Guaraguaçu, a ser mantida aberta como linha turística e de acesso à zona rural do município;
- Caminho 02: corresponde ao Caminho do Maciel, que liga o perímetro urbano à comunidade pesqueiro do Maciel.

Ainda no tocante à divisão territorial, o plano traz um capítulo específico que visa, conforme artigo 49, “o incremento de áreas protegidas e de implantação de áreas e equipamentos de lazer, assegurando à população local recreação e educação ambiental”. Para esta finalidade, o plano define as seguintes “Unidades de Conservação Municipais”:

- Parque Urbano;
- Parque Urbano do Rio Barrancos;
- Parque Municipal da Figueira; e

- Parque Municipal Perequê.

Somada a demarcação apresentada no artigo anterior, o artigo 51 estabelece objetivo similar, com vistas a “resguardar áreas de relevante interesse paisagístico, em áreas públicas ou privadas”. Para isto, ressalta a possibilidade de incentivos do poder municipal para criação de novas unidades, em especial, para “instituição de reservas particulares do patrimônio natural, de forma a proteger ecossistemas locais, promover o turismo ecológico, assegurando ao proprietário da área benefícios de ordem tributária”.

3.3.2. Qualificação e capacitação

No que diz respeito aos processos de qualificação e capacitação de servidores públicos no litoral paranaense, percebe-se pequeno investimento por parte das prefeituras municipais. Os processos ou eventos de capacitação identificados não estão atrelados a um processo que possa ser considerado como continuado. Os treinamentos ocorrem de forma pontual e, na maioria dos casos, a partir da iniciativa de parceiros da prefeitura, ou mesmo do governo federal ou estadual.

Algumas iniciativas municipais relacionadas, mesmo que indiretamente, à capacitação e qualificação, foram identificadas, a saber:

- Antonina – 2009, - parte da equipe da secretaria participou de oficinas de elaboração de projetos em turismo e desenvolvimento da atividade turística;
- Guaraqueçaba, participação no programa de regionalização do turismo até o ano de 2009, durante o qual ocorreram vários cursos relacionados ao tema. Institucionalmente, Guaraqueçaba mantém parcerias com o SEBRAE, ADETUR, Cooperguará, SPVS e AMLIPA;
- Guaratuba, servidores participaram das oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT;
- Morretes – 2009, os servidores participaram do curso profissionalizante de guias de turismo, ocorrido em Antonina. A gestão pública municipal, atualmente busca estabelecer parceria com o sistema “S” para os cursos de atendentes, garçons e guias de turismo;
- Paranaguá, 2009, servidores participaram de cursos à distância, oferecidos pelo Ministério de Turismo, sendo eles: gestão de políticas públicas em turismo e regionalização do turismo. Atualmente, a FUMTUR conta com as parcerias da ISULPAR, IFPR, SESC, e SEBRAE - PR na realização de suas atividades. Dentre elas, a elaboração do inventário turístico municipal, e a quantificação dos empreendimentos turísticos e a movimentação hoteleira;
- Pontal do Paraná, 2009, participação de oficinas do programa de municipalização e regionalização do turismo, no encontro estadual de secretários, dirigentes e técnicos municipais de turismo, as quais abordaram a questão da regionalização do turismo, a organização do salão de turismo e diversas outras palestras relativas ao tema. Atualmente, os principais parceiros da secretaria são o SESC e EMATER.

3.3.3. Organização e coordenação do processo de planejamento turístico.

Além das questões já abordadas nos itens supracitado, referente às condições das unidades de turismo que também participam da organização e coordenação do processo de planejamento turístico, serão relacionadas outras instituições/organizações que também participam deste processo.

Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná – ADETUR.

A Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná – ADETUR é constituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida em 20 de Outubro de 2006. Conforme estatuto, a ADETUR é constituída por número ilimitado de associados e postula dois princípios básicos para associação: qualquer pessoa poderá se associar, desde que possua compatibilidade de ações na área de turismo e que preencha os requisitos deste estatuto; e as pessoas físicas ou jurídicas que desejarem ingressar no quadro da ADETUR Litoral, que não sejam fundadores, deverão apresentar suas propostas, conforme condições previamente estabelecidas.

A ADETUR executa ações para o desenvolvimento de destinos turísticos e para a promoção e apoio à comercialização dos mesmos. conforme reunião técnica de estratégias e critérios municipais para o desenvolvimento regional – “Litoral do Paraná”, ocorrida em Antonina nos dias 30/09 e 01/10/2009, as principais dificuldades apontadas pela ADETUR, no que diz respeito à gestão e articulação Institucional são:

- sensibilizar os governantes, entidades e iniciativa privada;
- promover a integração dos planos municipais;
- fortalecer os conselhos e fundos municipais;
- buscar mecanismos para atrair investimentos privados para a região;
- acompanhar a destinação das emendas parlamentares;
- angariar recursos para mão de obra; e,
- completar o corpo técnico (recursos).

Instâncias de Governança Municipal.

Estão apresentados, na sequência, os conselhos municipais de turismo dos sete municípios do litoral paranaense, destacando-se os seguintes aspectos: legislação; representatividade governamental e dos agentes e segmentos do turismo; caráter consultivo e/ou deliberativo; e instância ativa ou inativa. A seguir é apresentado um resumo da situação.

Quadro 3 - Resumo das Instâncias de Governança Municipais

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	CARÁTER	FUNCIONAMENTO
Antonina	Lei nº 10, de 14 de maio de 1998	Proporcional pró Agentes e Segmentos do Turismo	Não informado	Inativo
Guaraqueçaba	Não possui	--	--	Não possui
Guaratuba	Lei nº 086/06	Não informado	Não informado	Não possui
Matinhos	Lei nº 1.191/2009	Paritário	Não informado	Inativo
Morretes	Lei nº 021/1998 Lei nº 016/2005	Proporcional pró Agentes e Segmentos do Turismo	Deliberativo, normativo, fiscalizador consultivo e	Em reativação
Paranaguá	Lei nº 1.850, de 19 de Dezembro de 1994	Pró-governo	Não informado	Em reativação
Pontal do Paraná	Lei nº 096 de 06 de julho de 1998 Lei nº 272/2001	Proporcional pró Agentes e Segmentos do Turismo	Consultivo	Ativo

Fonte: FAUEPG, 2010.

A importância das instâncias governanças na organização e coordenação do processo do planejamento turístico refere-se, em grande parte, a gestão compartilhada entre o público e o privado no desenvolvimento da região turística. Ou seja, o comprometimento entre os gestores públicos e os empreendedores no planejamento, organização e prioridades das ações para do desenvolvimento de uma região. Além disso, a importância da instância fortalecida consiste fiscalização das ações objetivadas pela esfera pública.

Como pode ser observado na tabela 31 a situação dos municípios é semelhante no que diz respeito ao funcionamento das instâncias, com exceção dos municípios de Paranaguá e Morretes que passam por um processo de reativação e, também, Pontal do Paraná que está ativo.

Uma das principais questões de ser avaliada no que diz respeito a estas instâncias, é que sem exceção, na região, são enfraquecidas enquanto organização e dependem de quem esteja no poder para ser mais ou menos ativa. Essa questão é importante em virtude da falta de cultura política participativa do enfraquecimento da gestão democrática no seu âmbito maior, mas também, repercute na questão específica da inconstância do desenvolvimento turístico.

Outras organizações vinculadas ao turismo.

Além das instâncias de governança regional e municipais, outras organizações relacionam-se e possuem influência institucional sobre o turismo no litoral paranaense, conforme apresentado no quadro a seguir²⁹.

Quadro 4 - Outras instituições vinculadas ao turismo no Litoral Paranaense

INSTITUIÇÃO	INFLUÊNCIA REGIONAL
Associação dos Municípios do Litoral Paranaense - AMLIPA	Congrega os sete municípios do litoral paranaense
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA	Destacam-se as relações institucionais desta Secretaria com o litoral paranaense: ADETUR; SEBRAE; Instituto Grajaú; IBRADES; Reserva Particular do Patrimônio Natural - Sebui- Grauarqueçaba; Associação de Campings da Ilha do Mel - Paranaguá; Secretaria Municipal de Turismo de Guaratuba; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pontal do Paraná; Calango Expedições - Morretes; Conselho Gestor da Ilha do Mel- Paranaguá; Associação dos Artesãos - Guaraqueçaba e IPARDES.
Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral - COLIT	Como componente da SEMA, o COLIT faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e assessora a administração estadual, no desenvolvimetro do litoral paranaense.
Secretaria de Estado do Turismo - SETU	Destacam-se as relações institucionais desta secretaria com o litoral paranaense: FECOMÉRCIO; SEBRAE; Associações Comerciais (em Matinhos e Pontal do Paraná); ECOVIA; UFPR Litoral; Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; Associação Comercial de Paranaguá; ADETUR e Prefeituras Municipais.

Fonte: FAUEPG, 2010.

²⁹ Não foram obtidas informações sobre o Conselho de Desenvolvimento Rural (CODRAP) e o Conselho Gestor da Ilha do Mel.

3.3.4. Legislação.

No que concerne ao quadro legal, foram mapeadas as legislações municipais e a legislações nos âmbitos federal e estadual, correlatas ao turismo e que, neste sentido, também devem ser observadas pelos municípios do litoral paranaense.

Legislação Federal:

Lei Federal nº 11.771/ 2008 – dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Legislação estadual:

- Lei n.º 15.973/2008 – dispõe sobre a política estadual de turismo;
- Lei n.º 16.495/2010 – institui o selo de qualidade turismo, que será concedido a empresas que se dediquem à atividade turística no Paraná;
- Lei n.º 12.243/98 – considera áreas especiais de interesse turístico e locais de interesse turístico, áreas e localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Ponta do Paraná. A referida lei estabelece princípios a serem respeitados pelos planos diretores dos municípios compreendidos na descrição de áreas especiais de interesse turístico e locais de interesse turístico.

Legislação Municipal.

Antonina:

- Decreto n.º 1/2010 - dispõe sobre normas para realização de eventos em que o Município é responsável e/ou co-participe com outras entidades;
- Decreto n.º 151/2009 - homologa o estatuto da Fundação Cultural de Antonina, FUCULAN, e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 64/2009 - altera e reedita a Lei n.º 027/2009 de 10 de julho de 2009, autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), para construção da Casa da Cultura, e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 62/2009 - autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 147.069,00 (cento e quarenta e sete mil e sessenta e nove reais) para execução de projetos de Natal e Ano Novo, a ser repassado pelo ministério do turismo;
- Decreto n.º 29/2009 - mercado municipal sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;
- Lei ordinária n.º 27/2009 - autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), para construção da Casa da Cultura, e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 17/2009 - altera dispositivos da Lei municipal n.º 019/2002, que autoriza o executivo a instituir a Fundação Cultural de Antonina, e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 33/2008 - autoriza o poder executivo a instituir no Município de Antonina, o festival Gospel, e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 20/2008 - dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Antonina e dá outras providências;
- Decreto n.º 78/2002 - altera o Decreto n.º 030/2002, que nomeou o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, e dá outras providências;

- Lei ordinária n.º 19/2002 - autoriza o executivo a instituir a Fundação Cultural de Antonina e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 42/1999 - cria o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 09/1999 - altera a Lei n.º 10, de 14 de maio de 1998, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo;
- Lei ordinária n.º 04/1994 - autoriza o chefe do poder executivo municipal a firmar convênio com a Secretaria Especial do Esporte e Turismo; e,
- Lei ordinária n.º 04/1990 - autoriza a instituição, sob denominação de Fundo Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico Cultural de Antonina em fundo especial, com caráter rotativo e adota outras providências.

Guaraqueçaba

A legislação da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba não se encontra disponível em fontes secundárias. Neste sentido, exceto pela Lei complementar n.º 181/08, de 27 de novembro de 2008 (Plano Diretor), não foi possível avaliar a existência de legislação turística e/ou correlata.

Guaratuba

A legislação da Prefeitura Municipal de Guaratuba não se encontra disponível em fontes secundárias. Da mesma forma, não foram repassadas durante a pesquisa de campo. Neste sentido, não foi possível avaliar a existência de legislação turística e/ou correlata, mesmo porque a lei do Plano Diretor aguarda aprovação na Câmara de Vereadores.

Matinhos

- Lei n.º 1.272/2009 - declara de Utilidade Pública Municipal a Agência de Desenvolvimento Interno da Arte Social Solidária – INDIARTES, e dá outras providências;
- Lei n.º 1.267/2009 - dispõe sobre o exercício do comércio ambulante, atividades comerciais e de prestação de serviços, em caráter temporário ou sazonal, no âmbito do Município de Matinhos, e dá outras providências;
- Lei n.º 1.238/2009 - dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais, shopping, supermercados etc., destinarem área exclusiva para estacionamento de bicicletas – Instalar bicicletários e padronizar os bicicletários já existentes;
- Lei n.º 1.232/2009 - autoriza e ratifica a celebração de convenio entre o Município de Matinhos e a Organização Centralizadora de Esportes Aquáticos de Matinhos – OCEAM e dá outras providências;
- Lei n.º 1.211/2009 - autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convenio com o Município de Pontal do Paraná, para integração dos sistemas de linhas urbanas de transporte coletivo de passageiros de ambos os municípios;
- Lei n.º 1.191/2009 - dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências; e,
- Lei ordinária n.º 822/2002 - cria o Fundo De Desenvolvimento do Turismo de Matinhos e dá outras providências.

Morretes

A legislação da Prefeitura Municipal de Morretes não se encontra disponível em fontes secundárias. As únicas leis acessadas referem-se à estrutura administrativa (Lei n.º 001/2009), ao Conselho Municipal de Turismo (Lei n.º 021 de 1998) e à mudança do

Conselho (Lei n.º 016 de 2005). Neste sentido, não foi possível avaliar de forma consistente a existência de legislação turística e/ou correlata, mesmo porque a lei do Plano Diretor, o qual foi executado, aguarda aprovação na Câmara de Vereadores.

Paranaguá

- Lei ordinária n.º 2.993/2009 - autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 220.000,00 na Fundação Municipal de Turismo - FUMTUR, e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 2.923/2008 - acrescenta os parágrafos 5.º e 6.º ao artigo 5.º da Lei municipal n.º 2.298, de 25 de outubro de 2002, que dispõe sobre o Fundo Municipal de Turismo;
- Lei ordinária n.º 2.907/2008 - dispõe sobre a suplementação de dotação orçamentária na Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Turismo no montante de R\$ 66.713,00, e dá outras providências;
- Lei promulgada pela Câmara n.º 393/2008 - cria no Município a linha turismo;
- Lei complementar n.º 95/2008 - dispõe sobre o Código Ambiental do Município de Paranaguá;
- Lei complementar n.º 93/2008 - dispõe sobre a taxa de turismo e hospedagem, e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 2.831/2007 - dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de R\$ 40.074,00 (quarenta mil e setenta e quatro reais) para atendimento ao Fundo Municipal de Saneamento e na Fundação Municipal de Turismo - FUMTUR, e dá outras providências;
- Lei complementar n.º 60/2007 - institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Paranaguá e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 2.392/2003 - dispõe sobre o incentivo fiscal a ser concedido para o incremento do turismo no Município de Paranaguá, altera o percentual do incentivo concedido ao Programa de Apoio ao Esporte e dá outras providências;
- Lei n.º 321/2003 - dispõe sobre o fornecimento de informações aos turistas que visitam o Município e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 2.298/2002 - autoriza o poder executivo a instituir o Fundo de Desenvolvimento de Turismo e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 1.973/1996 - dispõe sobre o incentivo fiscal para a cultura no Município de Paranaguá; autoriza a instituição de um fundo especial; e revoga a Lei n.º 1.808 de 21 de dezembro de 1993, bem como os artigos 7.º e 8.º da Lei n.º 1.850, de 19 de dezembro de 1994, e modifica artigos dessa mesma lei;
- Lei ordinária n.º 1.959/1996 – cria o Parque Municipal da Ilha da Cotinga e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 1.815/1994 – institui, sob a denominação de Fundo Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico – Cultural de Paranaguá, um fundo especial, com caráter rotativo, cria o Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico – Cultural de Paranaguá – CONDEPH e adota outras providências;
- Lei ordinária n.º 1.795/1993 – cria o Museu da Imagem e do Som de Paranaguá na Fundação de Cultura e Turismo “Nelson de Freitas Barbosa”;

- Lei ordinária n.º 1.636/1990 – institui o fundo de desenvolvimento das praias, autoriza a criação da EMDEPRAIAS – empresa de desenvolvimento das praias s/a e dá outras providências;
- Lei ordinária n.º 479/1963 – cria a taxa de turismo e hospedagem; e,
- Lei ordinária n.º 459/1962 – fica o poder executivo autorizado a determinar o Departamento de Divulgação e Turismo da prefeitura municipal, a instituir concursos estudantis, conferindo prêmios aos vencedores.

Pontal do Paraná

A legislação da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná não se encontra disponível em fontes secundárias. Da mesma forma, não foram repassadas durante a pesquisa de campo. Nesse sentido, exceto pela Lei complementar n.º 001, de 03 de agosto de 2007, (Plano Diretor) não foi possível avaliar a existência de legislação turística e/ou correlata.

3.3.5. Quadro de Incentivos para o investimento turístico.

Entende-se que o turismo é uma atividade executada, em grande parte, pelo setor privado, ou a partir da parceria entre o público e o privado. Nesse sentido, torna-se relevante a oferta de crédito para que micro, pequenos, médios e grandes empreendedores estabeleçam suas bases e possam, por consequência, contribuir para o desenvolvimento da oferta de serviços.

Como forma de exemplificar o quadro de incentivos e investimentos captados pelos setores público e privado, as informações apresentadas a seguir caracterizam: os recursos captados pelas prefeituras municipais junto à União, para projetos na área turística ou correlata; e o perfil de investimentos da iniciativa privada nos municípios. Este último item, por sua vez, apresenta as informações sobre níveis de investimentos, os quais são solicitados dentro da análise da oferta turística da área do Termo de Referência deste trabalho.

Vale ressaltar, ainda, que as informações referentes aos recursos captados pelos municípios junto à União foram coletadas junto ao Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br), a partir da identificação das contas relacionadas a: comércio e serviços, em que são enquadrados os recursos para o turismo; cultura; e urbanismo. O período trabalhado foi de cinco anos (2005-2009).

As informações relacionadas ao nível de investimento do setor privado em cada município são provenientes do questionário de pesquisa de campo utilizado para o levantamento de dados deste diagnóstico.

Conforme dados do Portal da Transparência, observa-se que a Prefeitura Municipal de Antonina, ao longo de cinco anos, captou um total de R\$ 624.106,20, montante este proveniente do Ministério do Turismo. Para alguns destes recursos não é informada a existência de contrapartida, entretanto, com os dados disponíveis, observa-se uma contrapartida de R\$ 8.000,00 por parte da prefeitura.

A Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, neste mesmo período, captou R\$ 49.977,42 junto ao Ministério da Cultura, efetuando contrapartida de R\$ 30.000,00. O recurso foi captado em apoio ao projeto Casa de Fandango de Guaraqueçaba.

A Prefeitura Municipal de Guaratuba captou um montante de R\$ 100.000,00, provavelmente, junto ao Ministério do Turismo, já que uma das fontes de recursos não foi informada pelo Portal. A contrapartida, que também não é informada na íntegra, foi de R\$ 19.905,25.

Em Morretes, a captação de recursos no período foi maior, considerando a chegada de recursos do Ministério do Turismo e Ministério das Cidades. Além disso, a Prefeitura não foi a única favorecida. O Instituto Morretes de Proteção ao Patrimônio Histórico Cultural

Meio Ambiente Turístico e Paisagístico também captou, em 2005/2006 um total de R\$ 99.509,28, efetuando contrapartida informada de R\$ 6.000,00. No total dos recursos captados no período, Morretes atingiu a soma de R\$ 9.728.077,85.

No município de Paranaguá, Prefeitura e Associações locais captaram recursos junto ao Ministério do Turismo e das Cidades. O montante captado foi de R\$ 7.026.805,50, e a contrapartida R\$ 1.163.916,70.

Os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná não captaram recursos no período.

Por outro lado quando analisada a relação entre o poder público municipal e a iniciativa privada, a respeito de vantagens de instalação de empreendimentos turísticos ou não, oferecido pela gestão dos municípios da área turística, como é o caso de acesso a financiamentos, descontos tributários, facilitação de tramites burocráticos ou outras questões que beneficiariam empreendedores, estas vantagens não fazem parte da política pública regular. Não havendo regulamentação na forma da lei, nem programas regulares para obtenção desses benefícios em nenhum dos municípios do polo. Sendo assim quando ocorre algum tipo de incentivo este é dado por uma normativa pontual, principalmente para grandes empreendimentos.

3.3.6. Nível de investimento do setor privado no Litoral Paranaense.

Os dados apresentados a seguir representam as informações repassadas por meios de hospedagem, restaurantes e bares.

Quadro 5 - Incentivos e investimentos nos meios de hospedagem e Alimentação - 2010

Município	Meios de Hospedagem		Alimentação	
	Montante Investido	Total Financiado	Montante Investido	Total Financiado
Antonina	312.000,00	50.000,00	179.000,00	108.000,00
Guaraqueçaba	103.000,00	Não informado	723.000,00	Não informado
Guaratuba	1.112.800,00	10.000,00	855.000,00	Não Informado
Matinhos	386.000,00	30.000,00	460.000,00	4.000,00
Morretes	Não informado	Não informado	1.120.000,00	100.000,00
Paranaguá	2.435.000,00	693.000,00	2.275.000,00	372.000,00
Pontal do Paraná	500.000,00	230.000,00	260.000,00	10.000,00

Fonte: FAUEPG, 2010.

No município de Antonina, dos cinco meios de hospedagem respondentes, apenas dois informaram o montante investido no negócio, totalizando um valor de R\$ 312.000,00. Além disso, apenas um empreendimento captou crédito para capital de giro no valor de R\$ 50.000,00. No entanto, quatro empreendimentos demonstraram interesse em realizar novos investimentos, seja em reforma ou melhorias. Em relação aos bares e restaurantes cinco empreendimentos informaram o montante investido na abertura do negócio, gerando um total de R\$ 260.000,00. Destes, três acessaram financiamentos: dois para melhoras, ampliação, reforma ou equipamentos e um para capital de giro. Os financiamentos perfazem a soma de R\$ 108.000,00.

No município de Guaraqueçaba, quatro meios de hospedagem informaram o montante investido na abertura do negócio, qual seja, R\$ 103.000,00 no total. Desses, um contou com capital oriundo em 100% do exterior, mais especificamente do Japão. Nenhum empreendimento acessou linhas de financiamento. No entanto, cinco empreendimentos demonstraram interesse em realizar novos investimentos, seja em reforma ou melhorias. Em relação aos bares e restaurantes, quatro empreendimentos informaram o capital

investido, totalizando R\$ 723.000,00. Um empreendimento declarou ter acessado financiamento, mas não informou o valor. Dos seis empreendimentos que responderam à pesquisa, todos informaram a intenção de realizar novos investimentos, seja em reformas, melhorias ou ampliação.

No município de Guaratuba, seis meios de hospedagem informaram o montante investido na abertura do negócio, perfazendo um total de R\$ 1.112.800,00. Destes, um captou todo o capital no exterior, mas não informou a origem do recurso. Ainda, dos dezesseis respondentes da pesquisa, três informaram ter acessado linhas de financiamento, seja para melhoria, ampliação, reforma ou compra de equipamentos ou para capital de giro. No entanto, apenas um empreendimento informou o recurso financiado, qual seja, R\$10.000,00. Por fim, quatorze empreendimentos demonstraram interesse em realizar novos investimentos, seja em reforma ou melhorias. No município de Guaratuba, onze empreendimentos da área de alimentação responderam ao questionário. Destes, sete informaram o montante investido para a abertura do negócio, o que totaliza R\$855.000,00. Ainda, cinco empreendimentos declararam ter acessado financiamento, mas não foi informado o valor. Por fim, nove empresas informaram a intenção de realizar novos investimentos, seja em reformas, melhorias ou ampliação.

No município de Matinhos, três meios de hospedagem respondentes informaram o montante investido na abertura do negócio, perfazendo um total de R\$ 386.000,00 e dos quatro respondentes da pesquisa, dois informaram ter acessado linha de financiamento para capital de giro, sendo que, destes, apenas um informou o valor financiado: R\$ 30.000,00, dois empreendimentos demonstraram interesse em realizar novos investimentos em reforma ou melhorias. Dos quinze empreendimentos do setor de alimentação que responderam ao questionário, cinco informaram o montante investido para a abertura do negócio, o que totaliza R\$ 460.000,00 e dois empreendimentos declararam ter acessado financiamento, mas sendo que apenas um informou o valor financiado, qual seja, R\$ 4.000,00. Por fim, treze empresas informaram a intenção de realizar novos investimentos, seja em reformas, melhorias ou ampliação.

Em Morretes, dos dez meios de hospedagem respondentes, apenas dois disseram ter acessado linhas de financiamento, sem mencionar o valor financiado. Além disso, enquanto apenas um empreendimento informou não ter interesse em realizar investimentos futuros, todos os demais pretendem empreender melhorias ou reformas no negócio. Em relação aos bares e restaurantes, no município de Morretes, quinze empreendimentos responderam ao questionário. Destes, cinco informaram o montante investido para a abertura do negócio, o que totaliza R\$ 1.120.000,00. Ainda, cinco empreendimentos declararam ter acessado financiamento, mas sendo que apenas um informou o valor financiado, qual seja, R\$100.000,00. Por fim, sete empresas informaram a intenção de realizar novos investimentos, seja em reformas, melhorias ou ampliação.

No município de Paranaguá, cinquenta e dois meios de hospedagem participaram da pesquisa. Destes, três meios de hospedagem respondentes informaram o montante investido na abertura do negócio, perfazendo um total de R\$ 2.435.000,00. Dos cinquenta e dois respondentes da pesquisa, dez informaram ter acessado linhas de financiamento para capital de giro ou melhorias, reformas, ampliações ou equipamentos para o negócio. Dos dez que informaram o valor financiado, totaliza-se R\$ 693.000,00. Ainda, quarenta e dois empreendimentos demonstraram interesse em realizar novos investimentos em reforma ou melhorias. Ressalta-se, também, que um empreendimento captou 50% de capital argentino e paraguaio. Em relação aos bares e restaurantes, no município de Paranaguá, trinta e três empreendimentos responderam ao questionário. Desses, treze informaram o montante investido para a abertura do negócio, o que totaliza R\$ 2.275.000,00. Um empreendimento captou 100% de capital chinês. Ainda, doze empreendimentos declararam ter acessado financiamento, mas sendo que apenas cinco informaram o valor financiado, qual seja, R\$372.000,00. Por fim, vinte e sete empresas informaram a intenção de realizar novos investimentos, seja em reformas, melhorias ou ampliação.

No município de Pontal do Paraná, doze meios de hospedagem participaram da pesquisa. Desses, dois meios de hospedagem respondentes informaram o montante investido na abertura do negócio, perfazendo um total de R\$ 500.000,00. Dos doze respondentes da pesquisa, três informaram ter acessado linha de financiamento para capital de giro ou melhorias, reformas, ampliações ou equipamentos para o negócio. Dos dois que informaram o valor financiado, totaliza-se R\$ 230.000,00. Ainda, oito empreendimentos demonstraram interesse em realizar novos investimentos em reforma ou melhorias. Em relação aos bares e restaurantes, no município de Pontal do Paraná sete empreendimentos responderam ao questionário. Desses, três informaram o montante investido para a abertura do negócio, o que totaliza R\$ 260.000,00. Ainda, um empreendimento declarou ter acessado financiamento no valor de R\$ 10.000,00. Por fim, quatro empresas informaram a intenção de realizar novos investimentos, seja em reformas, melhorias ou ampliação.

3.3.7. Conclusões.

A seguir serão elencados os principais aspectos potencializadores e entraves ao fortalecimento institucional dos municípios do litoral paranaense.

Aspectos potencializadores.

- 1) Os municípios de Guaraqueçaba, Guaratuba e Paranaguá possuem planos municipais para o desenvolvimento da atividade turística. Guaraqueçaba conta com o apoio da AMLIPA para a elaboração de seu plano e os demais municípios citados já possuem seu plano elaborado.
- 2) Os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá e Pontal do Paraná possuem Plano Diretor elaborado e aprovado em âmbito municipal. Destaca-se, ainda, que os municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba estão em fase final de aprovação de seus Planos Diretores pelo COLIT, em observância a Lei Estadual nº. 12.243 de 31/07/98, a qual considera áreas especiais de interesse turístico e locais de interesse turístico, áreas e localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Ponta do Paraná, conforme especifica.
- 3) O litoral do Paraná possui instância de governança regional de turismo estabelecida e em funcionamento. No âmbito municipal Pontal do Paraná possui Conselho Municipal de Turismo em atividade e Morretes e Paranaguá estão com seus conselhos em processo de reativação.
- 4) No que se refere à articulação interinstitucional destaca-se a participação dos municípios de Guaratuba, Pontal do Paraná e Guaratuba no Projeto Restingas e Dunas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- 5) Destaca-se a participação dos municípios de Antonina, Guaratuba e Paranaguá no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com recursos direcionados especificamente às cidades históricas.
- 6) Dos municípios do Litoral Paranaense, Paranaguá possui estrutura de gestão para o turismo diferenciada, caracterizando por uma fundação, a qual possui 82% de servidores de carreira, oferece e gere os processos de capacitação, bem como planeja o processo de desenvolvimento turístico do município.

3.3.8. Entraves de desenvolvimento.

- 1) Os municípios de Antonina, Matinhos, Morretes e Pontal da Paraná não possuem ou aplicam ferramentas de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística

municipal e, conseqüentemente, ainda não direcionam a estruturação do turismo para o fortalecimento da integração regional.

- 2) Os municípios de Guaratuba, Matinhos e Morretes possuem Planos Diretores elaborados, mas os mesmos ainda aguardam aprovação. Salienta-se, ainda, o fato de que, até o momento, nenhum dos municípios do litoral paranaense possui seu Plano Diretor aprovado pelo COLIT em consonância com a Lei Estadual n.º 12.243, de 31/07/98.
- 3) Apesar de possuir instância de governança regional para o turismo, o litoral paranaense possui três municípios (Antonina, Matinhos e Guaratuba) em que a instância de governança municipal encontra-se inativa. Destaca-se, também, o município de Guaraqueçaba, o qual não possui instância de governança municipal de turismo instituída. Além disso, a participação dos municípios na instância de governança regional ainda é pequena.
- 4) A estrutura administrativa dos municípios do litoral apresenta carência de recursos necessários para poder atender demandas relacionadas à atividade turística.
- 5) A estrutura administrativa das prefeituras do litoral paranaense necessita articulação interna, a fim de que as diversas secretarias possam contribuir para um melhor atendimento às demandas do turismo.
- 6) O litoral paranaense demanda maior integração público-privada para o encaminhamento das demandas turísticas da região.
- 7) Os municípios do litoral paranaense necessitam de maiores investimento para qualificação da mão de obra vinculada ao turismo, visto que os processos de capacitação até então empreendidos têm se demonstrado insuficientes.
- 8) Identifica-se ausência de tecnologias avançadas de informação e comunicação visando à comercialização de destinos e negócios turísticos nos municípios do litoral paranaense. Faltam pesquisas sistematizadas, banco de dados e informações diversas sobre turistas, atrativos, guias e monitores, o que impossibilita a gestão estruturada do sistema de visitação.

3.4. ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA TURÍSTICA

Este item do diagnóstico objetiva apresentar os elementos referentes às condições socioambientais da área turística.

3.4.1. Análise das condições ambientais da Área Turística.

A paisagem do litoral do Paraná é constituída por serras, costas, estuários e ilhas, o que no conjunto caracteriza um complexo ambientalmente muito rico e diverso. No interior dos municípios a cobertura pela mata atlântica é predominante na paisagem, com fragmentos de produção agrícola e áreas florestais em regeneração. A paisagem de serra, de grande beleza cênica, é atrativa para turistas que se deslocam da capital ou interior do Paraná rumo ao litoral, que podem usufruir da florada das quaresmeiras. O interior dos municípios ainda é recortado por uma série de rios que irrigam a bacia litorânea e são utilizados para banhos e esportes aquáticos. Os mais utilizados são: Rio Nunes, Nhundiaquara, Marumbi, Porto de Cima e Largo Lamenha Lins.

Nas áreas próximas ao mar, considerando a morfologia e a dinâmica de ondas, marés e correntes associadas, podem ser reconhecidos três tipos principais de costa: estuarinas, oceânica e de desembocadura. As costas oceânicas são dominadas pela ação das ondas e se caracterizam por suas praias arenosas e dunas frontais; as costas estuarinas são dominadas pelas marés e apresentam planícies de maré com predomínio de manguezais; e as costas de desembocadura são dominadas pela ação das ondas e das correntes de maré e se caracterizam por suas praias e por sua grande mobilidade. Nesse tipo de costa são frequentes intensos processos de erosão e sedimentação com grandes deslocamentos da linha de costa. Enquanto a costa oceânica tem em torno de 100 km, as costas estuarinas têm aproximadamente 1.300 km.

Os estuários são complexos “semi-fechados” de encontro de rios com o mar de água salobra. A formação desse ecossistema é rico em termos de diversidade biológica, e várias espécies se utilizam desses locais para a reprodução e alimentação. As baías têm a cor da água turva devido à concentração de algas; a transparência da água cresce em direção às áreas mais externas, em função da água doce que chega do continente. Os corpos aquáticos da Baía de Guaratuba e do Complexo Estuarino Lagunar de Paranaguá são margeados por extensas florestas de mangue³⁰, por onde a água doce é drenada diretamente ou através de canais de marés.

A Baía de Guaratuba tem atratividade paisagística relevante, a qual está associada à diversidade de ecossistemas. A baía também apresenta uma fauna variada, que pode ser observada durante passeios de barco; desde aves aquáticas, como atobás, fragatas, biguás, trinta-réis e gaivotas, e aves migratórias, como garças e colhereiros, além de animais com adaptações aquáticas, como os cágados, jacarés e tartarugas ou mesmo espécies aquáticas como é o caso do boto cinza, entre outras espécies.

O complexo Estuarino Lagunar de Paranaguá é formado pela Baía de Paranaguá, Baía de Laranjeiras e de Pinheiros. A Baía de Paranaguá é muito impactada pela descarga de matéria orgânica e pelas atividades do porto. Já as de Laranjeiras e de Pinheiros estão em melhor estado de conservação. Na travessia e/ou passeio de barco, pela baía, é possível observar espécies de aves migratórias como é o caso da garça e o colhereiro, além de biguás, socós e martins pescadores. É possível observar grupos de boto cinza

³⁰ O mangue é um ecossistema costeiro de transição entre o ambiente terrestre e o marinho. O alto valor dos manguezais reside na proteção à linha de costa que oferecem, na manutenção da qualidade da água, na sua elevada produtividade biológica e na condição de propiciarem abrigo, habitat e alimentação a uma grande riqueza e abundância de espécies marinhas e terrestres. Esses ecossistemas estão entre os mais produtivos e são considerados “ecossistemas-chave” já que provêm uma grande variedade de recursos naturais e serviços ambientais que dão suporte a atividades econômicas e asseguram integridade ambiental na área costeira.

no espelho de água, como também a revoada dos casais de papagaios da cara roxa, no final da tarde (a observação da revoada de papagaios já é um passeio consolidado).

No Litoral Paranaense existe uma variedade de ilhas⁽³¹⁾ que possuem dinâmicas socioambientais diferenciadas, algumas já utilizadas como atrativos turísticos, a saber: Paranaguá: Ilha dos Valadares, Ilha da Cotinga, Ilha rasa da Cotinga, Ilha das Cobras, Ilha de Teixeira e Ilha do Mel; Guaraqueçaba: Ilha das Peças, Ilha Rasa, Ilha das Laranjeiras, Ilha do Rebelo e Ilha de Superagui; e Pontal do Paraná: Ilha dos Currais e Ilha da Galheta.

Atualmente, estas populações convivem com as restrições impostas pela legislação de proteção ambiental, utilizando-se da pesca artesanal e do turismo como alternativa de produção (subsistência). A expansão das atividades econômicas nestes locais é reduzida pela burocracia e limites colocados pelo formato da proteção. As categorias de proteção utilizadas muitas vezes são conflitantes, até mesmo, com o assentamento das comunidades.

Dentre as ilhas, a principal, em termos turísticos, é a Ilha do Mel, que se tornou um ponto referencial no turismo brasileiro, até mesmo internacional. A visita ocorre há muito tempo e a atratividade deve-se à mistura entre a formação histórica e colonial do Paraná, representadas pela fortaleza e pelo farol, tombados com patrimônio histórico nacional, e a paisagem natural, com diversidade de formas, dunas, rochedos e praias. A ilha é dividida em duas por um istmo, protegida integralmente por unidades de conservação. A proteção e a condição do território contornado/limitado pelo Oceano Atlântico por todos os lados fez com que se propusesse um limite de carga para a visita.

Os principais riscos a serem consideradas nas próximas etapas consistem na expansão do desmatamento, em virtude do interesse turístico, já que o desenvolvimento deste segmento econômico atrai um processo de crescimento demográfico e pendular pela atividade turística. Além disso a garantia da proteção das Áreas de Preservação Permanente – APP, principalmente nos morros, serras e proximidades de corpos de água permitem a estabilidade destas áreas, como também, a qualidade paisagística da região. Juntamente com estes cuidados há necessidade de se promover o manejo adequado de trilhas, quer seja as já existentes e utilizadas atualmente, como também, as que serão abertas. O cuidado específico com essas áreas garantem a sustentabilidade ambiental e turística da região.

Ainda, a necessidade de controle de visita na comunidade das ilhas, já que como tratado anteriormente são ambientes extremamente frágeis, carecendo assim de uma organização administrativa da visita e também estudos de capacidade de suporte. Somente instrumentalizando desta forma a visita será possível que haja apropriação local dos benefícios, oriundos do turismo, equacionado com a conservação da biodiversidade local.

As principais salvaguardas a serem consideradas para a região consistem na garantia da qualidade paisagística, já que a atratividade da região tem uma relação direta com este fator. Para além, desta questão macro relacionada com a qualidade paisagística, a atividade turística deve ser desenvolvida como estimulante a proteção ambiental principalmente nas unidades de conservação. Onde a atividade econômica promovida pela visita ao mesmo tempo que garanta a qualidade de vida da população local, também, haja como potencializadora na efetividade da conservação, garantindo assim a interação entre o conhecimento do ambiente local e a vida livre das espécies da fauna e flora da região.

³¹ As ilhas são territórios dinâmicos onde ocorrem modificações naturais devido a mudanças de marés e níveis dos oceanos, assim como pelo modo de produção das populações locais.

3.4.2. Identificação e avaliação dos impactos no meio ambiente que já tenham sido causados por atividades turísticas.

Neste tópico será tratada a questão dos impactos socioambientais positivos e negativos causados pelas atividades turísticas, sejam eles em áreas públicas ou particulares, com objetivo de levantar os problemas já causados por esse tipo de atividade e também os benefícios, em termos de proteção de áreas frágeis³².

Existem dificuldades em avaliar impactos produzidos pelo turismo, já que não há um método estruturado e/ou apropriado para a variedade e interdisciplinaridade da atividade turística. Porém, é possível apontar os impactos que não são produzidos unicamente pela atividade, mas que tem relação direta com as práticas do turismo.

As fontes utilizadas não atendem à globalidade, complexidade e cumulatividade dos impactos produzidos, por não existirem pesquisas com indicadores válidos para o período de tempo necessário. Porém, com as informações existentes, serão identificados, ainda que de forma genérica, o que está acontecendo no litoral paranaense, para que seja possível a proposição de ações para correção das práticas negativas e de incentivo às positivas.

3.4.2.1. Impactos positivos

Dentro dos impactos positivos produzidos pelo turismo na região do litoral do Paraná, estão: em primeira instância, a valorização do meio ambiente enquanto bem público; a possibilidade de alternativas de desenvolvimento em áreas de diversidade biológica, paisagística e cultural e, ainda, as restrições impostas à ocupação/utilização das áreas delimitadas como de proteção ambiental. Segundo o PRDE (2006), o desenvolvimento do turismo no Paraná depende em grande parte da conservação dos atrativos naturais, dentro disso, o litoral é considerado como um corredor turístico de interesse estadual.

Também podem ser considerados como positivos os avanços na educação ambiental, praticada nos equipamentos e serviços turísticos. Como exemplo disto, nas pesquisas realizadas em quinze UC's federais e estaduais, a visitação pública foi apontada: cinco vezes como positiva para a educação ambiental, oito vezes referiram-se que seria aumento da proteção ambiental; e três referiram-se à questão do *marketing* da unidade de conservação. Demonstram-se, assim, os efeitos relacionais causados por atividades turísticas em áreas de proteção.

3.4.2.2. Impactos negativos

Segundo estudos da competitividade do turismo brasileiro (2007) os impactos negativos são, correspondentemente, o mau planejamento do desenvolvimento do turismo e a falta de participação das partes interessadas (em especial na esfera local) que podem contribuir de forma importante para a geração de impactos negativos, manifestando-se seja no curto, seja no longo prazo. Dentre estes impactos, destacam-se: aumento do fluxo migratório; desenvolvimento desordenado ou escala de turismo; aumento da pressão sobre meio ambiente natural; impactos decorrentes da implantação das obras; e operação das atividades turísticas.

Serão tratadas neste tópico categorias mais gerais, utilizadas por Cooper (2007), que agregam as anteriores. Serão destacadas as prioritárias no caso do litoral do Paraná. São elas: reestruturação ambiental permanente; estresse ambiental direto e fragilidade; áreas degradadas; e poluição marinha.

³² Para tanto, foram utilizadas como fonte de análise as pesquisas elaboradas pela equipe (Pesquisa PDITS-LP: Unidades de conservação, Pesquisa PDITS-LP: Oferta de Equipamentos e Serviços).

A **reestruturação ambiental permanente** refere-se a modificações no meio ambiente, provenientes de instalação de infraestrutura pública ou privada, irreversíveis ou de difícil reversão, de maneira que afetam a qualidade ambiental do local ou da região.

Partindo de um cenário mais amplo, é possível identificar o caso da orla dos municípios de Guaratuba e Matinhos, em que a aproximação das edificações, em alguns pontos, ultrapassou as indicações de segurança para os moradores e para a qualidade ambiental das praias. Junto às praias oceânicas, isto é, sem influência das desembocaduras das baías, os problemas de erosão foram deflagrados pela ocupação sobre a praia, ou muito próxima à linha de costa. Os casos da praia Brava de Caiobá e dos balneários Flamingo e Riviera são exemplares neste tipo de ocupação, em que as obras de infraestrutura avançam sobre a praia. Em Caiobá, os problemas de erosão começaram com a construção da Avenida Atlântica sobre a parte central da praia, em 1960 (PIERRI, 2006).

Com relação à praia central de Guaratuba, dada a verticalização construtiva na beira mar, e também o aumento do volume das águas do mar, vem ocorrendo um processo de diminuição da faixa de areia. Esse fenômeno está relacionado à diminuição física do espaço que pode ser ocupado pelos banhistas, ou, então, ao avanço da sombra dos edifícios no final da tarde, modificando o ambiente de praia e interferindo nas atividades turísticas. Outro fenômeno também preocupante é o das marés, que arrasta a areia das praias para os canais de navegação, ocasionando a formação de bancos de areia.

No caso da área de desembocadura da baía de Guaratuba, o aumento das marinas privadas que avançaram sobre parte do mangue - o que também pode ser considerado como reestruturação permanente, já que parte dessas áreas foi aterrada - modificou toda a estrutura ecológica do local. Por este motivo, atualmente, ainda que o limite tecnológico pudesse ser transposto, a ocupação da costa estuarina permanece fortemente limitada ou condicionada pela ocorrência de manguezais, que se interpõem entre a terra firme e os estuários (PIERRI, 2006).

O **estresse ambiental direto** diz respeito aos impactos que ocorreram em uma região e que alteraram fluxos de animais ou plantas, bem como os regimes ecológicos de ecossistemas.

A liberação de resíduos orgânicos oriundos do esgotamento sanitário urbano é um dos fatores mais relevantes de impactos ambientais, com o significativo aumento da poluição orgânica na alta temporada causando fenômenos ambientais, como “maré vermelha”³³. A poluição das águas costeiras é fator negativo e até impeditivo para várias atividades comerciais e de recreio. Além disso, alguns tipos de poluentes podem agredir as populações de espécies e causar impactos socioambientais para comunidades. Esses eventos, com possível liberação de toxinas na água e mortalidade de peixes, contaminam mariscos e mexilhões (SEMA, 2006).

No caso das Unidades de Conservação – UC's pode-se observar que nos quinze questionários aplicados, os maiores impactos identificados pelos responsáveis das unidades são: o de coleta de espécies da flora, a liberação de lixo e a erosão nas trilhas. Esses resultados demonstram tanto os problemas referentes ao manejo das unidades quanto à falta de pessoal especializado para tratar de questões de educação ambiental com os visitantes. As trilhas, em geral, são o principal produto de lazer oferecido ao visitante em áreas naturais, como via de acesso a outros atrativos ou como passeio pelas mesmas. Assim, podem ser consideradas como um problema à parte na questão turística, já que o manejo é essencial para o turismo e a falta de manutenção impacta o solo local, seja com processos erosivos ou prejuízo para a paisagem. Nas entrevistas feitas com responsáveis pelas unidades de conservação, apenas cinco relataram algum tipo de manejo executado nas trilhas dentro das UC's.

³³ Ocorrência de afloramentos de algas e presença de espécies de algas devido a alterações na salinidade e temperaturas da água do mar, pelo excesso de nutrientes devido ao despejo de esgoto doméstico.

Na visita de campo, foi observada a falta de limites, de sinalização e, ainda, de instrumentos de interação e aprendizado durante a caminhada, que dificultam a apropriação da paisagem local pelo visitante, sem reconhecimento das estruturas ecológicas. Em muitas trilhas, o passeio torna-se monótono pela falta da possibilidade de interação com o atrativo, como é o caso do Morro do Quitumbê (Guaraqueçaba), Mirante de Antonina (Antonina), Rio da Onça, entre outros (Matinhos).

Dentre as UC's que apresentam um manejo adequado, estão as da RPPN Sebuí, onde as trilhas são manejadas com materiais que caem naturalmente da mata, no sentido de harmonizar a paisagem, dirimindo o impacto da utilização humana. Por outro lado, no caso da Ilha do Mel, no Farol e no Mirante da Fortaleza, as trilhas são revestidas por pavimentação de pedras, o que facilita o percurso, dando tranquilidade aos turistas, mas exige manutenção permanente do percurso. A maioria das trilhas não são regulamentadas e, por esse motivo, não são manejadas corretamente, o que permite a formação de valas pela erosão.

Entre os impactos apontados pelo documento *Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarinas e Costeiras do Paraná* (SEMA, 2006), está a crescente ocupação das águas costeiras para atividades de recreio, como a pesca esportiva, a vela e a navegação amadora. Outro aspecto que merece destaque é a apropriação de áreas tradicionais e dos recursos aquáticos por investidores de outras regiões e de classes sociais, que desloca comunidades de pescadores das áreas de frente para o mar, substituindo suas áreas de ancoragem e atracação por instalações de marinas, equipamentos de veraneio, loteamentos e instalações portuárias.

O tipo de barco que mais polui é o com motor a diesel, devido à queima de combustível; mas não há registros quantificados. Entretanto, o porto de Paranaguá é proporcionalmente muito mais impactante com a circulação de navios, afetando diretamente a baía de Paranaguá e a Ilha do Mel.

Quanto à pesca no litoral, Andriguetto Filho (1999) trata dos conflitos e contradições gerados pela comunidade pesqueira em relação à natureza, distinguindo: os conflitos internos ao sistema de produção, que são referentes à pesca propriamente dita, enquanto economia; os conflitos fundiários, que se referem à localização da pesca no espaço e à sua relação com as legislações de proteção ambiental; e os conflitos e contradições referentes às dinâmicas de ecossistemas, que dizem respeito ao suporte do ecossistema em prover pesca, ou seja, a relação entre a ecologia e a economia da pesca. Tais conflitos, tratados pelo autor, não são gerados diretamente pelo turismo. Neste aspecto, a relação do turismo no litoral é com a pesca de pequena escala e/ou esportiva, que para o autor não traz impactos de grande porte aos ecossistemas locais, mas, sim, representa um impacto econômico positivo para as comunidades.

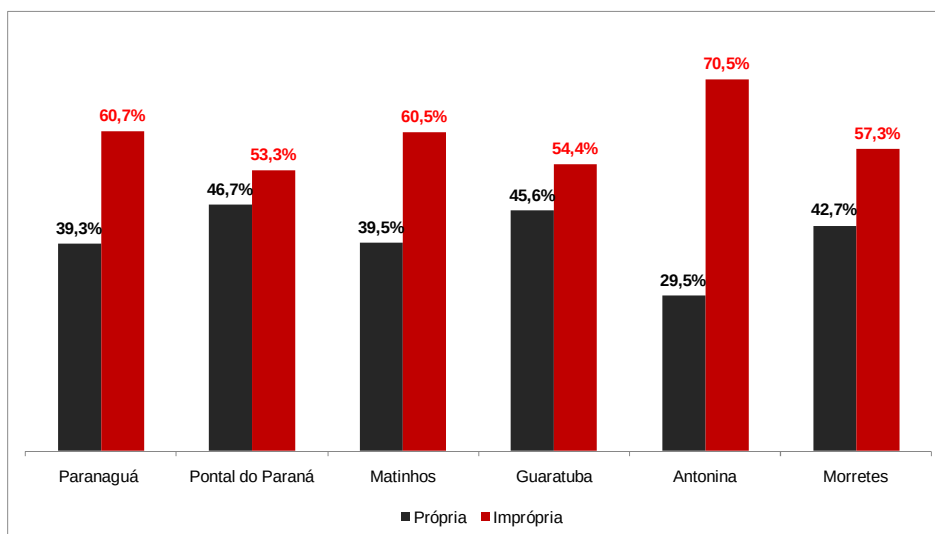
Com relação às **áreas degradadas**, estas são resultado de alteração adversa das características do meio ambiente (Lei 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente). Segundo mapa de degradação de terras do ITCG (2008), a região do litoral, proporcionalmente ao restante do Estado, é a que tem menos problemas de degradação. Segundo esse registro espacial, as manchas de degradação estão nas proximidades da área urbana do município de Antonina e no interior do município de Morretes. Porém, segundo mapeamento do ITCG sobre o uso do solo, o uso predominante da região nos períodos de 1989 -1990 e também 2001 – 2002, foi identificado como uso florestal. Tal mapeamento foi determinante para caracterizar a região como tendo poucos problemas referentes à degradação.

Sobre a **poluição marinha**, esta tem relação direta com a geração de efluentes urbanos e impactos na balneabilidade. O IAP monitora e divulga o resultado da análise de balneabilidade de 48 pontos, localizados onde há maior fluxo de banhistas e riscos de contaminação por esgoto doméstico. Os resultados representam 200 metros de interdição - 100 metros à esquerda e 100 metros à direita das placas que são colocadas como indicativas.

No período de 2006 a 2010 foram feitas 39 coletas para verificação da balneabilidade da água nos 48 pontos indicadores (nos meses de veraneio). Mediante a soma desses dados, foram obtidas as pontuações, que definem áreas próprias e impróprias para banho, por município.

Como pode ser observado no gráfico a seguir, em todos os municípios, no período referido, houve predominância de pontos impróprios para banho. Mesmo que as séries históricas não sejam completas, com a possibilidade de comparação entre veraneio e outras épocas do ano, é possível apontar com clareza que o aumento populacional vem acarretando uma sobrecarga no sistema (quando existente) de rede e tratamento de esgoto, como relata Brudeki (2006), ocasionando a liberação da matéria orgânica proveniente do esgotamento sanitário *in natura* no oceano e, por conseguinte, o impacto direto da atividade de veraneio no litoral paranaense.

Gráfico 20 – Balneabilidade nos municípios do litoral paranaense – 2006 a 2010



Fonte: FAUEPG, 2010. Sistematização dos Dados do IAP sobre Balneabilidade, 2010.

Os resultados analisados, conforme o gráfico, representam uma variação temporal de quatro anos, com irregularidade na quantidade de informações por ano. Porém, mesmo com essa deficiência, o resultado obtido é preocupante para o desenvolvimento do turismo com sustentabilidade. Essa preocupação ancora-se no fato que o turismo do litoral paranaense é, fundamentalmente, baseado no segmento praia e sol, sendo que os municípios receptivos não apresentam infraestrutura de saneamento suficiente para a demanda. Essa situação implica na degradação das áreas de banho e, conseqüentemente, no prejuízo à imagem do local.

3.4.3. Gestão ambiental pública

Em relação à gestão ambiental pública, o diagnóstico do PDITS-LP considerou as ações vinculadas às atividades turísticas, direta ou indiretamente³⁴. A gestão ambiental pública apresenta uma situação semelhante nos sete municípios, com distinção somente para Guaratuba e Paranaguá, que estão melhor estruturadas quanto à equipe de trabalho e aos projetos. Todos os sete municípios ainda estão resolvendo questões referentes à coleta seletiva de resíduos. Nesse aspecto, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba são os que estão com maiores problemas nesta atividade: o primeiro, devido à extensão da área urbana, que dificulta a coleta e o transporte; já o segundo, devido às ilhas, que apresentam problemas de coleta, uma vez que o transporte deve ser feito em embarcações.

³⁴ Tais informações foram obtidas através de entrevistas e questionários com os agentes públicos municipais da área de meio ambiente.

Segundo o questionário aplicado para os gestores municipais da área de meio ambiente, a gestão ambiental tem vínculos com o licenciamento dos empreendimentos nas áreas urbanas, além das atividades de paisagismo, limpeza urbana, entre outras. Com relação ao licenciamento, este não é realizado em todos os municípios, não havendo diferenciações para licenciamento das atividades turísticas.

A capacidade institucional da secretaria de meio ambiente é baixa na maioria dos municípios, os quais tem deficiência de profissionais e equipamentos. Como já mencionado anteriormente, as melhores estruturas estão no município de Paranaguá e Guaratuba, mas mesmo assim ainda limitadas. A baixa capacidade institucional das secretarias de meio ambiente faz com que suas atividades estejam vinculadas somente com questões cotidianas, não havendo um planejamento estratégico da gestão ambiental nem capacidade de ampliação das atividades sem que haja fortalecimento institucional, estruturação e ampliação do quadro.

Com relação à certificação para atividades ambientalmente corretas, esta é realizada apenas para algumas atividades, nos municípios de Paranaguá ("Selo Social"), Pontal do Paraná ("Projeto Caiçara") e Guaraqueçaba ("Certificação Orgânica"). Especificamente para as atividades turísticas, não há registro de certificações ou selos que diferenciem empreendimentos com boas práticas ambientais.

Com relação à avaliação de impactos, as atividades estão vinculadas ao controle da balneabilidade, que ocorre nos Municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, em parcerias com órgãos estaduais. As áreas onde há controle de visitação nos municípios estão vinculadas somente às restrições estabelecidas pelas unidades de conservação, sejam elas federais, estaduais ou particulares, não havendo outra forma de intervenção pública (ambiental) sobre a atividade turística.

Não foram identificadas medidas de proteção ambiental que possam afetar o desenvolvimeto da atividade turística, as principais restrições encontram-se em algumas áreas dentro das UCs, as quais tem entrada restita a pesquisa, porém isso não afetaria diretamente o desenvolvimento turístico, mas sim garante a proteção da paisagem que é atrativo turístico.

Com relação aos órgãos federais, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes – ICMBio atuam em atividades de manejo e fiscalização das unidades de conservação federais, além de mediação nos conflitos socioculturais nessas áreas. O ICMBio tem escritório em Guaraqueçaba. O IAP atua no controle da balneabilidade das praias, fiscalização, manejo das unidades de conservação estaduais e controle de corte florestal. Este órgão estadual tem escritório no município de Paranaguá e Morretes, além de algumas UC's Estaduais. Já a SEMA tem atuação voltada para a capacitação e gestão ambiental.

A vinculação entre organização institucional, estrutura administrativa das prefeituras e a gestão ambiental, estão analisados no item 3.3.1 deste documento.

3.4.4. Gestão Ambiental nas empresas privadas.

Já em relação à gestão ambiental privada, foi elaborada uma pesquisa em 199 estabelecimentos, visando a identificação das práticas, dos usos e do perfil de saneamento ambiental (Pesquisa PDITS-LP: Oferta Equipamentos e Serviços). Em tal pesquisa observou-se que 53,27% dos pesquisados realizam algum tipo de compensação ambiental (termo utilizado para definir mecanismos de redução e/ou minimização de impactos ambientais por empreendimentos privados na atividade produtiva); destas, 42,21% estão relacionadas com a reciclagem dos resíduos produzidos pelo próprio estabelecimento. A segunda prática mais utilizada é a realização de campanha ou educação ambiental para visitantes, com 38,65% dos estabelecimentos pesquisados. A Ilha do Mel, no município de Paranaguá, em termos comparativos, é a que realiza mais ações voltadas às questões ambientais, devido, principalmente, às

próprias condições ambientais e legais, como, também, pelo modelo de turismo já estabelecido.

O uso de bens ambientais, em propriedades privadas, para atração turística, não é uma prática constante. Foram identificados somente quatro casos de criação de reservas ecológicas e dezoito casos de utilização de rios e cachoeiras para visitação. A atração do turista nesses municípios é, predominantemente, pelos bens públicos naturais, como praias, ilhas, baía, entre outros. Dessa forma, o esforço coletivo para garantia da qualidade desses bens públicos é fundamental para o desenvolvimento individual de equipamentos e serviços privados, aos quais estão diretamente relacionados.

3.4.5. Instrumentos de planejamento e controle territorial.

O presente tópico discute os mecanismos jurídicos vigentes de planejamento e gestão territorial nos municípios do litoral paranaense, com objetivo de levantamento das restrições e dos incentivos para o desenvolvimento da atividade turística. Para tanto, foram utilizados os subsídios ao ordenamento das áreas estuarinas e costeiras do paraná, legislações, planos de manejo de unidades de conservação, pesquisa PDITS-LP: unidades de conservação, planos diretores municipais e zoneamentos municipais.

O zoneamento é um instrumento de ordenamento das atividades no território, com a delimitação de zonas de uso prioritário ou específico. Nos municípios, atualmente, são instituídos pelos planos diretores e leis de uso e ocupação ou “zoneamento”. Podem ser classificados como macrozoneamentos, que, como a próprio nome diz, delimitam zonas macro, que são de grandes dimensões e mais genéricas e zoneamento, que tende a ser mais detalhado em termos das atividades – uso e ocupação - permitidas na zona, parâmetros construtivos e função.

Para a região litorânea, em função da posição estratégica territorial, de limite nacional e comunicação com outros países (através do Oceano Atlântico), assim como, pela atratividade turística das regiões de praias, existem vários esforços em planejar o território ao longo do tempo, porém nenhum consolidado atualmente.

Os planos para região litorânea apresentam-se, historicamente, representados por ações governamentais que buscam a intervenção nas formas de produção do espaço local. Há registro de um plano de ordenamento territorial elaborado em 1966, com propostas de requalificação urbanística e viária da região litorânea, que, embora não responda concretamente ao atual cenário da ocupação regional, possui uma lógica conceitual e de estruturação que ainda serve de base para o posicionamento do Conselho do Litoral – COLIT.

O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC é parte integrante da política nacional do meio ambiente e da política nacional para os recursos do mar e foi concebido para minimizar a progressiva deterioração do meio ambiente ao longo do litoral brasileiro. O PNGC, instituído em 1988, tem como propósito estabelecer parâmetros técnicos e instrumentos que orientem o uso e a ocupação da zona costeira, de modo a harmonizar os interesses e mediar os conflitos existentes, promovendo um desenvolvimento em bases seguras, socialmente justo, econômica e ecologicamente viável (IBAMA, 2010).

Em relação à esfera de governo estadual, o zoneamento ecológico-econômico do Paraná ainda não está concluído. Já no caso da região litorânea, o Decreto Estadual n.º 5.040, de 11 de maio de 1989, aprovou o regulamento que definiu o Macrozoneamento da região, suas diretrizes e normas de uso e atribui ao COLIT o objetivo de coordenar e controlar o processo de uso e ocupação do solo, supervisionando a implantação do Regulamento, inclusive com *“competência para baixar normas complementares, que se fizerem necessárias à sua aplicação, tendo em vista a necessidade de compatibilizar as atividades produtivas com o potencial dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente, de forma a garantir o desenvolvimento da região do Litoral Paranaense”* (CREA, 2007).

3.4.6. Unidades de Conservação – UC's.

No ano de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, através da Lei Federal n.º 9.985, com objetivo de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC's). Dentre os objetivos relacionados ao uso público, está o favorecimento e promoção de práticas de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico³⁵.

Dos 6.057 km² totais do litoral paranaense, 82,48% do território encontra-se protegido por Unidades de Conservação. Como indica o quadro a seguir, são 17 UC's criadas e geridas pelo poder público; destas, 13 são estaduais e 4 federais. Ao todo, são 14 unidades de proteção integral e 3 de uso sustentável. A região ainda possui 8 RPPN's instituídas, 6 estaduais e 2 federais, todas nos limites da APA Federal de Guaraqueçaba. São elas: Reserva Natural Morro da Mina, Reserva Natural Águas Belas, RPPN Vô Borges, Reserva Natural Rio Cachoeira, Reserva Natural Serra do Itaqui, Reserva Natural Serra do Itaqui 1, Reserva Natural Salto Morato e Reserva Ecológica de Sebuí.

Quadro 6 – Unidades de Conservação do Litoral do Paraná

Unidade de Conservação	Área (ha)	Municípios	Proteção
Estaduais	420.102,82		
APA Estadual de Guaraqueçaba	191.595,50	Guaraqueçaba	Uso Sustentável
APA Estadual de Guaratuba	199.596,51	Guaratuba, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Morretes e Matinhos	Uso Sustentável
Estação Ecológica de Guaraguaçu	1.150,00	Paranaguá	Proteção Integral
Estação Ecológica Ilha do Mel	2.240,69	Paranaguá	Proteção Integral
Floresta Estadual do Palmito	530,00	Paranaguá	Proteção Integral
P.E. da Graciosa	1.189,58	Morretes	Proteção Integral
P.E. da Ilha do Mel	337,84	Paranaguá	Proteção Integral
P.E. do Boguaçu	6.660,64	Guaratuba	Proteção Integral
P.E. do Pau Oco	905,58	Morretes	Proteção Integral
P.E. Pico do Marumbi	8.745,45	Piraquara, Quatro Barras, Morretes	Proteção Integral
P.E. Pico Paraná	4.333,83	Campina Grande do Sul e Antonina	Proteção Integral
P.E. Roberto Ribas Lange	2.698,69	Antonina e Morretes	Proteção Integral
P.F. do Rio da Onça	118,51	Matinhos	Proteção Integral
Federais	305.918,00		
Parque Nacional do Superagui	33.855,00	Guaraqueçaba	Proteção Integral
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	4.834,00	Guaraqueçaba	Proteção Integral
APA Federal de Guaraqueçaba	242.068,00	Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá	Uso Sustentável
Parque Nacional do Saint-Hilaire/Lange	25.161,00	Matinhos	Proteção Integral
RPPNs Estaduais	10.078,01		
Morro da Mina	1.336,19	Antonina	Uso Sustentável

³⁵ As Áreas de Proteção Ambiental e os Parques Nacionais, dentre as unidades criadas pelo poder público, conforme indicado no Quadro 9, são as mais abrangentes para o desenvolvimento do turismo, pois já na formulação da categoria este é colocado como alternativa. Juntamente com estas UCs, as RPPNs, presentes entre as unidades de uso sustentável no SNUC, permitem a atividade turística como forma produtiva em áreas averbadas para preservação particulares.

Unidade de Conservação	Área (ha)	Municípios	Proteção
Águas Belas	508,20	Antonina	Uso Sustentável
Vô Borges	21,50	Morretes	Uso Sustentável
Rio Cachoeira	4.292,88	Antonina	Uso Sustentável
Serra do Itaqui	3.526,87	Guaraqueçaba	Uso Sustentável
Serra do Itaqui 1	392,37	Guaraqueçaba	Uso Sustentável
RPPNs Federais	1.219,96		
Salto Morato	819,18	Guaraqueçaba	Uso Sustentável
Reserva Ecológica de Sebuí	400,78	Guaraqueçaba	Uso Sustentável

Fonte: FAUEPG, 2010.

Quanto ao uso público atual, o Parque Estadual Pico do Marumbi é o que possui mais infraestrutura, com possibilidade de diversas modalidades de turismo de aventura. É o único a oferecer grupo treinado para primeiros socorros e resgate. Tal segmento (de aventura) pode ser praticado principalmente nas APA's e nos parques de grande proporção territorial, onde geralmente há grande variedade de formações rochosas. Apesar da potencialidade inerente da maioria das UC's do litoral para esse tipo de atividade, sua realização efetiva acaba prejudicada pelo fato de poucas unidades estarem oficialmente abertas ao público. Ou seja, há carência de controle real de visitação e de dados específicos sobre as atividades exploradas.

Algumas unidades de conservação no litoral possuem centro de visitantes: Parque Estadual da Ilha do Mel, Parque Estadual Pico do Marumbi, Parque Florestal do Rio da Onça, APA Federal de Guaraqueçaba, Floresta Estadual do Palmito e Estação Ecológica de Guaraqueçaba. Nestas duas últimas, há também estrutura de alojamento para abrigar pesquisadores. Verificou-se, ainda, que a grande maioria das UC's não cobra taxa de visitação.

De forma geral, os funcionários existentes nas UC's são destinados ao atendimento ao público, ou trabalham na função de guardas-parque. A fiscalização, quando existe, é realizada em parceria com a Força Verde. O Parque Estadual Pico do Marumbi é o maior empregador dentre as UC's, com um total de 13 funcionários, dos quais 9 são guardas-parque.

A maioria dos visitantes é oriunda da região metropolitana de Curitiba e outras regiões do Estado do Paraná, salvo as unidades no Município de Guaraqueçaba, pela proximidade com o Estado de São Paulo, e das duas unidades da Ilha do Mel, um dos principais cartões postais do litoral paranaense, que atrai visitantes de várias regiões do Brasil, incluindo público internacional. Nota-se um déficit quanto ao *marketing* das áreas protegidas, o que influencia a demanda. A origem dos visitantes ainda é muito restrita, com predominância de moradores da capital do Estado.

No geral, as unidades possuem boas condições de acessibilidade e estão próximas a centros urbanos. A exceção se dá no caso das unidades inseridas no Município de Guaraqueçaba, onde o acesso se faz por estrada de terra, cascalhada, ou de transporte fluvial. Cerca de três unidades possuem adaptações para portadores de necessidades especiais, porém, em todas elas, esse acesso é restrito ao centro de visitantes.

Embora haja um número considerável de áreas protegidas na região do litoral, elas não garantem proteção plena. A falta de recursos, financeiros e humanos, faz com que várias unidades não estejam abertas ao público, pela ausência de regularização fundiária e plano de manejo, gerando, também, inúmeros conflitos com a população, no perímetro e entorno, além de dar margem para a ocorrência de crimes ambientais. Além disso, nas UC's não implementadas, praticamente inexistem medidas de minimização e compensação de impactos ambientais, eventualmente gerados pela visitação.

A não existência do plano de manejo vem a ser um dos principais entraves para a implementação de uso público nas UC's da região litoral. Tal instrumento deveria ser

elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. Porém, dentre todas as unidades, apenas cinco possuem plano de manejo concluído.

Dentre as 15 UC's pesquisadas, verifica-se que em 10 seria possível expandir a visitação, desde que realizados estudos de capacidade de carga³⁶. Entretanto, percebe-se que o uso público ainda é pouco explorado na maioria das unidades e a alteração deste cenário está totalmente vinculada a investimentos públicos para planejamento, fortalecimento institucional e infraestrutura.

Ainda está em processo de consulta popular a criação de três novas UC's, de proteção integral no litoral paranaense, o que gera polêmica, tanto pela população tradicional inserida nesses domínios, como pelo fato das existentes não estarem cumprindo a função socioambiental pré-estabelecida.

3.4.7. Planos diretores municipais.

O processo de elaboração dos planos diretores municipais inclui uma série de etapas que, em geral, seguem um padrão e orientação metodológica do governo estadual ou federal. Entre os produtos disponíveis para consulta são encontrados diagnósticos, propostas, projetos de lei e a legislação aprovada, que resultam de reuniões públicas e intercâmbio entre instituições públicas das diferentes esferas de governo.

Neste processo de construção e relacionamento interinstitucional, cabe destacar o papel do COLIT, como instância de aprovação e orientação destes planos. Para o processo de aprovação de cada plano de município do litoral, o COLIT indica para análise e relatoria, um de seus conselheiros, representantes das secretarias estaduais, que organizam as informações para uma das reuniões ordinárias, que deve culminar na aprovação ou indicação dos aspectos a serem reajustados. Ressalta que todos os planos diretores do Litoral Paranaense ainda estão em processo de aprovação.

No presente item, optou-se por uma análise das normas resultantes destes processos – os projetos de lei ou a lei aprovada na Câmara Municipal, que incluem orientações e contribuições do COLIT.

Todos os planos diretores analisados, de forma enfática ou nas entrelinhas, contemplam e orientam a política do turismo, seja nos capítulos, seções específicas ou mesmo em políticas setoriais como a cultura e preservação ambiental.

Da mesma forma, as divisões territoriais, com parâmetros específicos de uso e ocupação, e os instrumentos da política de desenvolvimento, em especial os regulamentados pelo Estatuto da Cidade são colocados como possibilidades de qualificação da paisagem edificada ou conservação e ou recuperação da paisagem natural. É evidente que a qualidade destas paisagens naturais, históricas e culturais é ao mesmo tempo transformada pela atividade turística como também condicionam os resultados desta. Entretanto, como ocorre na maioria dos planos diretores brasileiros, os instrumentos são incluídos de maneira genérica, reproduzindo textos e termos da legislação superior, exigindo regulamentações para que se tornem mecanismos praticados concretamente no cotidiano da gestão pública.

Em resumo, se por um lado é constatado que nos planos diretores, independente da escala urbana, muitas vezes ocorre uma disputa restrita sobre as tabelas de parâmetros de parcelamento e construção, por outro lado, os princípios, objetivos e as estratégias trabalhadas no mesmo projeto de lei acabam por se tornar instrumentos orientadores fundamentais da política setorial e, portanto, merecem os destaques tratados a seguir.

36 Além do estudo de capacidade de carga, outros métodos vêm sendo freqüentemente utilizados em áreas protegidas no mundo, como o Monitoramento de Impactos de Visitantes (VIM) e Limite Aceitável de Câmbio (LAC).

As políticas setoriais de desenvolvimento econômico, como a do turismo, são colocadas de forma direta ou indireta, e constituem na maior parte dos casos, aspectos gerais da lei. Entretanto, entende-se que, a partir da vigência dos planos diretores municipais, existem desdobramentos, orientações, possibilidades e implicações que atingem a política do turismo tanto na esfera municipal quanto na intermunicipal e regional.

Com relação aos zoneamentos urbanos municipais, parte integrante dos planos diretores, a análise se ateve às normas de controle territorial para a proteção de aspectos direcionados à atividade turística, como atrativos naturais e culturais, ou ainda para zonas com incentivo específico para a atividade.

Como é possível observar no quadro a seguir, todos os municípios têm previsão de áreas de interesse turístico específico, ou, ao menos, áreas correlatas com a proteção de atrativos. Desses, é importante destacar os seguintes casos de delimitações de zonas:

- em Pontal do Paraná e Morretes foram delimitadas zonas de proteção para a praia a para o rio Nhundiaquara, respectivamente;
- com relação ao patrimônio histórico, há delimitação nos municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá;
- as zonas de interesse turístico estão delimitadas nos municípios de Antonina, Morretes, Guaraqueçaba e Paranaguá.

Quadro 7 – Zonas de proteção

Municípios	Zona de Proteção Ambiental	Zonas de Proteção Cultural	Zona de Uso Turístico
Antonina		Setor Histórico	Zona de Uso Turístico 1 Zona de Uso Turístico 2
Guaraqueçaba	Zona Verde Pública Zona de Preservação Permanente		Zona de Interesse Turístico
Guaratuba	Zona de Conservação Ambiental Zona de Proteção Ambiental	Zona de Preservação Histórico Cultural	
Matinhos	Unidade de Conservação Corredor de Biodiversidade Zona de Conservação Ambiental 1 Zona de Conservação Ambiental 2		Zona Balneária 1 Zona Balneária 2 Faixa de Praia
Morretes	Setor Especial de Parques Zona de controle de Enchentes Setor Especial de Proteção Permanente	Zona Centro Histórico 1 Zona Centro Histórico 2	Zona de Proteção Paisagística
Paranaguá	Zona Recuperação Ambiental 1 Zona Recuperação Ambiental 2	Zona de Proteção ao Rocio	Zona de Interesse Patrimonial e Turístico
Pontal do Paraná	Zona de Conservação Ambiental Zona de Proteção Ambiental Corredor de Biodiversidade		Zona Balneária 1 Zona Balneária 2

Fonte: Planos Diretores Municipais.

Tais delimitações (Zonas) apontam para estratégias municipais de desenvolvimento ligadas às atividades turísticas e à qualidade paisagística de atrativos.

3.4.8. Grau de participação e inclusão dos diferentes grupos de interesse.

A única ação de inclusão social realizada pelas UC's públicas ocorre mediante os conselhos gestores, muito embora tais mecanismos de participação comunitária não sejam amplamente divulgados, limitando a participação e o conhecimento sobre a UC. A

falta de programas de uso público interfere na criação de vínculos entre a área protegida, o visitante e o entorno, sem possibilidade de que esses participem ativamente do processo de manejo e conservação do local. Foi constatado, por exemplo, que nenhuma das unidades possui qualquer tipo de parceria com hotéis, pousadas, bares, cooperativas, serviços de barco ou outras. O que demonstra, de certa forma, um distanciamento da UC com o seu entorno, sob o pondo de vista da gestão.

Apenas quatro unidades possuem conselho gestor, casos da APA Federal de Guaraqueçaba, APA Estadual de Guaratuba, Parque Nacional do Superagui e Parque Nacional Saint-Hilaire/ Lange. Os quatro são formados por representantes do setor público, das esferas federal, estadual e municipal, e da sociedade civil organizada, como representantes das comunidades e organizações não-governamentais. Embora estas unidades abranjam a maior parte do território protegido na região, tais conselhos não envolvem a totalidade das populações diretamente atingidas, sendo necessária a criação de novos conselhos, como determina a legislação.

A grande maioria das UC's no Paraná foi criada antes do SNUC ser instituído e, por consequência, sem participação popular ampla, uma vez que na época não havia tal exigência. Como resultado, foram obtidas unidades com categorias que não englobam necessariamente as potencialidades do espaço geográfico, o que vem ocasionando diversos conflitos socioambientais.

Com relação às práticas mais diretamente vinculadas com o turismo, os Municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná desenvolvem, em parceria com a SEMA e Associações de Surf, o "Projeto Restinga", que visa à proteção das restingas, mediante a efetivação da APP nos municípios. O projeto tem como foco a delimitação e sinalização da área considerada como de preservação permanente pelo Código Florestal, proibindo a entrada de carros e o estacionamento nelas.

Em Guaratuba, ainda estão em processo os projetos Manguezal, Guará e Baía Sustentável, em parceria com o governo japonês. Tais projetos têm vinculação com a recuperação ambiental do mangue (sensibilização sobre este ecossistema) e da baía (com aporte econômico e ecológico), assim como, também, a atração das nidificações do guará³⁷ (ave símbolo do município, que abandonou a região).

Além destas iniciativas, ainda vinculadas a participação dos atores locais, cabe resaltar a existência do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense – CORDRAP³⁸.

De acordo com o regimento do CORDRAP, suas atribuições principais são:

- a. participar da elaboração e gerenciamento do planejamento para o turismo;
- b. elaborar um plano operativo anual, articulando as ações dos vários organismos;
- c. decidir sobre a distribuição de recursos de qualquer origem destinados ao desenvolvimento territorial no atendimento do meio rural, pesqueiro e artesanato;
- d. acompanhar, apoiar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos para o meio rural, pesqueiro e artesanato em desenvolvimento na região;
- e. participar de comissões e estudos, acompanhar licitações e fiscalizar as obras implementadas no meio rural e pesqueiro da região;
- f. mediar situações de conflito.

³⁷ *Eudocimus ruber* - guará possui a cor avermelhada, habita principalmente os manguezais da costa atlântica e tem aproximadamente 60 cm de altura, sendo que as fêmeas são um pouco menores.

³⁸ O CORDRAP embora intitulado enquanto conselho, não pode ser considerado enquanto um, já que não tem legalidade e função de conselho. Este foi intituido enquanto fórum de discussão sobre questões do Rural Pesqueiro e Artesanato, como seu próprio nome afirma.

3.4.9. Conclusões.

A seguir serão elencados os principais aspectos potencializadores e entraves de desenvolvimento da gestão ambiental do litoral paranaense.

Aspectos potencializadores.

- 1) As Unidades de Conservação Estaduais de Proteção Integral apresentam boas condições político-institucionais de recebimento da visitação, pois possuem planejamento e controle da atividade em centros receptivos, como é o caso dos Parques Estaduais do Rio da Onça, do Palmito e Pico do Marumbi.
- 2) A Mata Atlântica preservada caracteriza a região como reserva da biosfera e a coloca entre as áreas críticas de proteção estadual e nacional. Por essa razão a região, possui o interesse de conservação externo o que demonstra também a sua relevância biológica e paisagística local.
- 3) No Litoral Paranaense, 82,48% do território é protegido por alguma categoria de Unidade de Conservação estadual ou federal e o turismo sustentável é visto como uma alternativa econômica para estas áreas protegidas.
- 4) O Projeto Restinga, que visa à proteção das restingas em parceria entre SEMA, municípios e associações locais, tem surtido efeito positivo na proteção e recuperação ambiental do ecossistema nos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná.
- 5) O turismo atua como potencializador da educação ambiental e aumento das práticas ambientalmente positivas em equipamentos e serviços turísticos, principalmente nos municípios de Guaratuba, Morretes e na Ilha do Mel, em Paranaguá.

Entraves de desenvolvimento.

- 1) É incipiente o controle sobre os impactos socioambientais do turismo por parte das administrações municipais, assim como não existem processos de certificação diferenciando práticas ambientais positivas para os equipamentos e serviços turísticos.
- 2) Na implantação dos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação, a falta de participação popular efetiva e desconhecimento da realidade das comunidades locais levam à ineficiência da proteção e à falta de adequação do instrumento com o local.
- 3) Ainda existem poucas práticas ambientais positivas promovidas pelos equipamentos e serviços turísticos. As existentes atualmente estão vinculadas somente a ações de reciclagem de resíduos.
- 4) A falta de manejo das trilhas, a geração de lixo e a coleta de espécies vegetais são os impactos mais constantemente promovidos pela atividade turística em áreas naturais.
- 5) No Litoral Paranaense não existem pesquisas e indicadores sistematizados para a avaliação ambiental estratégica da atividade turística que visem o conhecimento e a mensuração dos impactos sociais, econômicos e ambientais e a avaliação do turismo sustentável.

3.5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O presente tópico tem por objetivo apresentar: posição atual da área versus mercado potencial; valoração ponderada das linhas de produtos turístico; e identificação das áreas críticas de intervenção.

Para tanto, considera-se a leitura da realidade existente estruturada, conforme orientação do termo de referência, nas seguintes dimensões de análise: mercado turístico, composto pela análise da oferta e demanda; aspectos socioambientais, compreensão dos bens ambientais e culturais da área; infraestrutura e serviços básicos, relativo a capacidade de suporte da estrutura básica do municípios; e quadro institucional, que analisa a forma de estruturação, organização e gestão do setor público.

A síntese aqui proposta tem como pressuposto a necessidade de compreensão de todo por meio da compilação dos principais indicadores de qualidade relativos a cada dimensão acima apresentada.

3.5.1. Posição atual da área versus o posicionamento potencial.

O desenvolvimento sustentável da atividade implica que o polo conquiste uma posição no mercado a partir da construção de uma identidade turística e sua estruturação nas diversas dimensões relacionadas. Portanto, em primeira análise, o diagnóstico estratégico será orientado a partir da identificação de tipos de turismo atuais e potenciais.

Neste tópico serão avaliadas as linhas de produtos ou segmentos de turismo atuais, por município do litoral do Paraná, considerando segmentos mais representativos conceituados no capítulo referente ao mercado turístico. Além disso, será analisada a posição atual desses segmentos frente ao seu potencial crescimento. Para tanto, foram ponderados elementos que determinam os segmentos atualmente consolidados; os que têm possibilidade de maior crescimento no futuro e os ainda emergentes.

O posicionamento de mercado foi constituído com referência à análise dos atrativos apresentada no decorrer do diagnóstico. A questão norteadora desta análise é a relação dos atrativos turísticos de relevância na região e sua consolidação no segmento. Para tanto, a relação segmento/atrativo foi considerada sob a ótica do modo de promoção e comercialização dos atrativos e roteiros turísticos, como também pelas características intrínsecas aos atrativos, as quais favorecem o desenvolvimento de determinado tipo de turismo, além dos aspectos relativos à demanda. Assim, os segmentos foram avaliados a partir de dois aspectos: oferta de atrativos e participação de mercado.

O litoral do Paraná possui baías nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá e Guaratuba, as quais são de grande relevância ambiental e paisagística. Estas baías, margeadas por mangues, Mata Atlântica conservada e morros, possuem beleza cênica e originalidade no contexto nacional, fator que potencializa o desenvolvimento do **turismo náutico** na região. O turismo náutico apresenta um panorama emergencial e com alta potencialidade de crescimento no município de Paranaguá, seguido por Guaraqueçaba e, posteriormente, Guaratuba. Estes municípios constituem caminhos que integram o continente às ilhas de interesse turístico, como é o caso da Ilha das Peças, de Superagui e Ilha do Mel. Além disso, estas localidades possuem estações náuticas que atendem ao fluxo de embarcações, no entanto, não dispõem de serviços e atividades de lazer promovidas no mercado turístico. Por fim, a Ilha do Mel mostra um potencial para consolidação do turismo náutico, visto que o passeio ao redor da Ilha já é bastante difundido e promovido, tanto na própria ilha como nos roteiros turísticos ofertados por operadoras e agências. A Baía dos Pinheiros está inserida em roteiros comercializados por agências, principalmente vinculados à possibilidade de observação da revoada dos papagaios “Chauás”.

O segmento de **turismo de pesca** mostra-se emergente e com um alto potencial de inserção no mercado. A comunidade de Bertioga, localizada em Guaraqueçaba, recebe um fluxo constante de visitantes, principalmente vindos de São Paulo, com o objetivo de praticar a pesca esportiva. Em Guaratuba, destaca-se a Baía como atrativo principal para a prática da pesca. Nos municípios de Antonina, Paranaguá e Pontal do Paraná, o segmento expõe certo potencial em relação ao seu desenvolvimento atual, porém, sem apresentar equipamentos e infraestrutura adequados para propagação do segmento.

Em relação ao segmento **turismo de aventura**, a Ilha do Mel, no município de Paranaguá, é o destino de maior destaque, visto que atrai, durante o ano todo, turistas que chegam para a prática de *surf*. Também são ofertados na Ilha passeios acompanhados de condutores locais, atividades de mergulho, aluguel de caiaque e de bicicletas. Já o município de Morretes é apontado como o destino da região onde o turismo de aventura está prestes a se consolidar, denotando uma característica emergencial e com alto potencial de crescimento. Entre as atividades ofertadas por operadoras locais e de Curitiba, destaca-se o cicloturismo nos caminhos históricos, montanhismo, *trekking* e *hikking* no Parque Estadual do Marumbi, *cascading* nas cachoeiras e *trekking* no caminho do Itupava. Mesmo que muitos atrativos sejam utilizados neste segmento, acredita-se que o município ainda possui grande potencial de desenvolvimento, caso ocorra investimentos em infraestrutura e expansão da oferta de atividades de aventura. Diante do potencial existente, acredita-se que a imagem deste destino como uma localidade onde são desenvolvidas atividades de aventura, também possa ser mais difundida no mercado.

Guaraqueçaba possui potencial de desenvolvimento deste segmento nas áreas naturais, no entanto, o município contempla diversas unidades de conservação, cujas normas de uso restringem a possibilidade de desenvolvimento de atividades de aventura. Antonina se destaca neste segmento por ofertar em pacotes turísticos o *rafting* no Rio Cachoeira. Guaratuba conta com grande potencial de atrativos que possibilitam o desenvolvimento do turismo de aventura, mas que ainda estão pouco estruturados em termos de equipamentos e infraestrutura adequada para a prática de atividade.

O **ecoturismo** no litoral do Paraná é o “carro-chefe”, em termos de potencialidade. Em Paranaguá, este segmento está praticamente consolidado, apresentando uma alta participação no mercado, atraindo visitantes de origem nacional e internacional; destacando-se as praias, como a Praia do Miguel e a Praia da Fortaleza e também a Gruta das Encantadas. O município de Guaraqueçaba, seguido por Morretes, é emergente no mercado e conta com um alto potencial de crescimento (sendo o Parque Nacional do Superagui e o Parque Estadual do Marumbi, os atrativos de maior destaque em relação à demanda). Todos os atrativos naturais de Guaraqueçaba e Morretes estão vinculados a este segmento e ambas as localidades contam com promoção e comercialização de roteiros associados a este tipo de turismo. Já em Antonina destaca-se o Pico Paraná como um relevante atrativo vinculado ao segmento. A imagem de Guaraqueçaba, bem como o alto grau de conservação das suas áreas naturais, fortalece a formação da identidade turística associada a este segmento. Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná não ofertam atividades relacionadas ao segmento ecoturismo, porém, poderão ser associados a roteiros integrados deste segmento.

O **turismo de praia e sol** apresenta-se consolidado nos municípios de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná e Paranaguá. A Ilha do Mel, em Paranaguá, possui praias com características, tipo de formação e oferta de opções de lazer variadas. Tanto em Matinhos como Paranaguá, o turismo de praia e sol não possui capacidade de expansão, visto que o uso das praias e da oferta turística local para atender ao público é intenso nestas localidades. Pontal do Paraná possui todos os atrativos vinculados a este segmento e apresenta uma maior possibilidade de crescimento, pois os atrativos encontram-se pouco consolidados no mercado e possuem pouca infraestrutura de atendimento ao turista. A identidade turística desses municípios está diretamente associada ao desenvolvimento deste tipo de turismo. Todos os municípios contam com

intenso uso dos atrativos naturais para atender ao público que tem, nas praias, o maior fator motivacional para viajar pelo litoral paranaense. Esta característica de uso dos atrativos naturais aponta para um limitado potencial de crescimento deste segmento.

O **turismo cultural** se mostra como emergente no Litoral Paranaense, pois, em geral, se apresenta com alto potencial de crescimento, principalmente, nos municípios de Antonina e Paranaguá. Este potencial se fundamenta, sobretudo, no alto valor histórico dos atrativos culturais vinculados à gastronomia, eventos e atividades econômicas. Em Morretes e Paranaguá este segmento está consolidado, sendo que no primeiro, o turismo cultural está vinculado à intensa promoção do barreado como prato típico do local, enquanto que no segundo, este destaque se deve à visita às edificações históricas. Tanto Paranaguá, quanto Antonina e Guaraqueçaba possuem atrativos culturais de grande relevância, localizados principalmente nos centros históricos. No entanto, o segmento é pouco comercializado e difundido nestas localidades, visto que os atrativos em geral não contam com atividades de lazer e interpretação associadas aos mesmos. Em todo o litoral identifica-se a baixa inserção deste segmento, tanto por parte do poder público quanto pela iniciativa privada.

O segmento de **turismo religioso**, assim como o de sol e praia, não possui um grande potencial de crescimento. Os municípios que se destacam são Paranaguá, Guaratuba e Guaraqueçaba, os quais possuem, além da presença de Igrejas, diferentes festas populares com cunho religioso. A Festa de Nossa Senhora do Rocio em Paranaguá atrai milhares de fiéis todos os anos e a Festa do Divino em Guaratuba, também conta com um público expressivo. O turismo religioso possui relevância regional, com eventos que contam com a participação da comunidade local e regional, porém são pouco divulgados no mercado turístico.

Com relação ao **turismo técnico científico**, pode-se afirmar que este apresenta uma baixa participação de mercado, porém, em diversos municípios, como Matinhos, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná, Paranaguá, Antonina e Morretes existem atrativos que podem ser comercializados nesse segmento. O Museu de Arqueologia em Paranaguá possui estrutura de visita e recebe visitantes de diversas localidades do Brasil. O Centro de Estudos do Mar, em Pontal do Paraná apresenta nesta temática uma forma de incremento da atividade turística na região do litoral paranaense. Morretes possui a Reserva Romanneto, que recebe constantemente grupos de estudantes e biólogos interessados em conhecer o criadouro de tartarugas.

O **turismo de negócios e eventos**, assim com o segmento de turismo cultural caracteriza-se pela existência de um potencial de desenvolvimento, no entanto, atualmente, não apresenta grande expressividade. O município que pode se destacar nesta temática é Paranaguá, já que, devido ao Porto Dom Pedro II, possui um movimento constante de turistas vindo a negócios. Paranaguá também conta com a ocorrência de eventos comerciais que reúne caminhoneiros da região. Já Matinhos e Antonina, destacam-se mais por alguns eventos consolidados de cunho recreativo como o tradicional Carnaval de Antonina e o Rally Náutico em Matinhos. Esses podem ser caracterizados como produtos complementares àqueles de maior expressão, aproveitando a demanda oriunda dos segmentos de praia e sol e ecoturismo, por exemplo. Nenhum município está consolidado neste segmento.

Tendo em vista as informações apresentadas, pode-se concluir que no litoral do Paraná existem três segmentos prioritários em função de suas características agregadoras de outros segmentos complementares. O primeiro e segundo abarca o segmento de **turismo cultural e ecoturismo** que abrange os municípios de Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaraqueçaba, destaques pela oferta de atrativos culturais e naturais com potencial para a consolidação do ecoturismo e do turismo cultural. O terceiro segmento abrange os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba que vem atualmente consolidando o segmento de **turismo de lazer, sol e praia** com áreas potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo. Vale ressaltar que as linhas de produtos turísticos,

representadas pelos segmentos reconhecidos como prioritários para a definição da identidade turística regional, não se apresenta da mesma forma em todos os municípios.

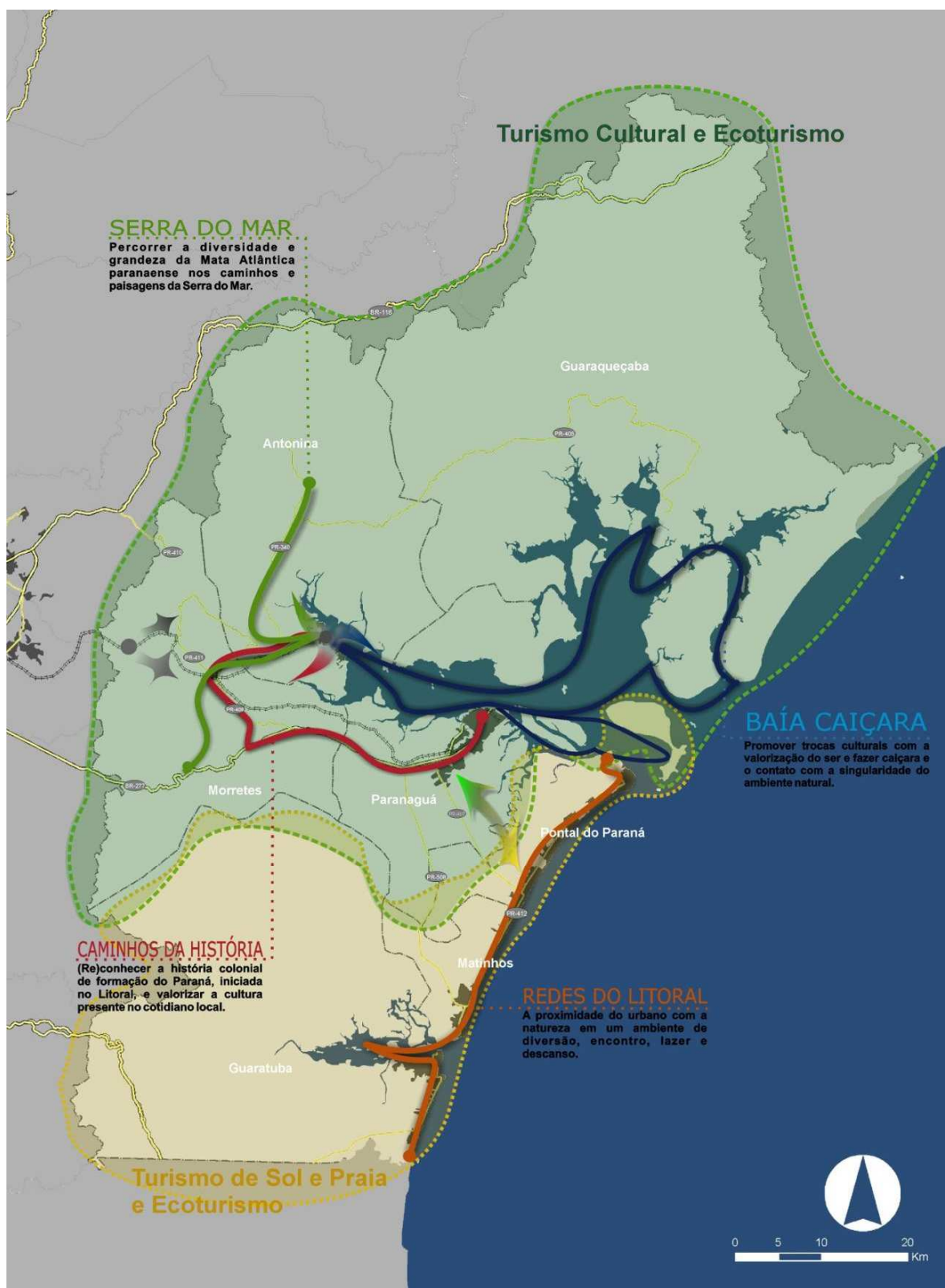
Nesse sentido, foram definidos os eixos potenciais para o mercado turístico do Litoral Paranaense, o qual teve como objetivo nortear a composição de produtos turísticos especializados e diferenciados, como também, impulsionar o desenvolvimento da atividade turística de forma competitiva. Além disso, a definição de eixos potenciais teve por intuito favorecer sustentabilidade das ações que serão apresentadas, ao auxiliar a identificar a necessidade de investimentos, qualificação dos serviços turísticos, integração dos municípios, geração de riquezas compartilhadas, construção de parcerias entre municípios e agentes privados, etc.

Desse modo, o processo de construção dos eixos incluiu informações relativas à integração física; à semelhança das características dos bens socioambientais; à oferta de serviços e equipamentos; à oferta de atrativos turísticos; aos segmentos-meta de demanda; e ao estudo de segmentação turística atual e potencial apresentada anteriormente que culminaram na definição dos seguintes eixos potenciais:

- 1) **redes do litoral**: visa promover a sustentabilidade do turismo nas praias;
- 2) **caminhos da história**: busca promover o uso sustentável do patrimônio histórico cultural;
- 3) **Baía Caiçara**: visa à valorização do diferencial do litoral paranaense na por meio da equação entre turismo e proteção do meio ambiente; e
- 4) **Serra do Mar**: visa fortalecer o segmento de ecoturismo, vinculado aos atrativos prioritários localizados na região da Serra do Mar.

A seguir serão apresentados, para cada eixo, a sua contextualização, os segmentos turísticos, o conceito envolvido, o objetivo, a localização, atrativos ligados ao eixo potencial e as áreas críticas de intervenção.

Figura 17 – Mapa Regional: Segmentos prioritários e Eixos Temáticos



Fonte: FAUEPG, 2010.

Quadro 8 – Eixo Potencial 1: Redes do Litoral

Contextualização	Em virtude da proximidade com a capital do Estado, o conjunto de praias do Litoral paranaense é um destino turístico intensamente frequentado por veranistas durante o período de verão e férias escolares, sendo as praias o principal fator de motivação para a escolha do destino. É especialmente durante a alta temporada que a vida noturna e a gastronomia dinamizam e oferecem qualidade à permanência dos visitantes. Qualifica-se, desta forma, por um turismo sazonal e de longa permanência, concentrado principalmente nos meses de dezembro e janeiro, gerando impactos socioambientais negativos pelo uso massificado de recursos naturais.	
Segmento (s)	Turismo de sol e praia e ecoturismo complementado pelo turismo cultural, de pesca, religioso e náutico.	
Conceito	A proximidade do urbano com a natureza em um ambiente de diversão, encontro, lazer, esporte e descanso.	
Objetivo	Promover a sustentabilidade do turismo nas praias do Litoral paranaense e Baía de Guaratuba, buscando reduzir os impactos socioambientais negativos gerados pelo uso massificado dos recursos naturais, por meio do fortalecimento e ordenação do produto turístico de sol e praia.	
Localização	O eixo inclui os municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, onde as praias e a baía de Guaratuba constituem a principal atração.	
Atrativos ligados ao eixo potencial	Baía de Guaratuba Casa da Cultura Centro Histórico de Guaratuba Festa do Divino Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso Lagoa do Parado Maricultura Morro do Cabaraquara Praia Barra do Saí Praia das Caieiras Praia de Coroados Praia do Brejatuba Salto Parati Igrejinha de São Pedro Morro do Boi Parque Florestal Rio da Onça Praia Brava (Caiobá) Praia Mansa de Caiobá Rally Náutico de Caiobá SESC Triathlon Centro de Estudos do Mar UFPR Estrada Ecológica do Guaraguaçu Pontal do Sul Sambaqui Guaraguaçu	Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Guaratuba Matinhos Matinhos Matinhos Matinhos Matinhos Matinhos Matinhos Pontal do Paraná Pontal do Paraná Pontal do Paraná Pontal do Paraná
Áreas críticas de intervenção	São necessárias ações vinculadas aos seguintes aspectos: organização e gestão de base comunitária e associativista; promoção de eventos esportivos, culturais e técnicos científicos; estruturação de espaços de lazer e práticas esportivas; valorização da gastronomia e de aspectos relevantes da cultura regional; ordenamento territorial; e integração inter praias e inter polos.	

Figura 18 - Eixo Redes do Litoral



Fonte: FAUEPG, 2010.

Quadro 9 - Eixo Potencial 2: Caminhos da História

Contextualização	Os centros históricos dos municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá guardam ainda hoje remanescentes arquitetônicos do período colonial e preservam em seu traçado características da organização colonial portuguesa trazida para o Brasil. A história desses municípios também se configurou por meio da relação com o planalto. Seus centros urbanos testemunham não apenas o desenvolvimento da região, mas também a maneira como se deu esta relação entre o litoral e o planalto, a partir da história dos caminhos e estradas que atravessam a Serra do Mar. Os conhecidos caminhos coloniais, como Itupava, Graciosa e Arraial, foram provavelmente reutilizações de partes de antigas trilhas indígenas, já utilizadas antes da colonização.	
Segmento (s)	Turismo cultural e ecoturismo.	
Conceito	(Re) conhecer a história colonial de formação do Paraná, iniciada no litoral, e valorizar a cultura presente no cotidiano local.	
Objetivo	Promover o uso sustentável e a vivência dos bens materiais e imateriais que constituem o patrimônio histórico cultural e artístico do Litoral paranaense.	
Localização	Percorre os municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá. Nestes locais, destaca-se a rede de caminhos e estradas que os interligam, assim como os centros urbanos dos três municípios, os quais testemunham o desenvolvimento histórico da região.	
Atrativos ligados ao eixo potencial	Carnaval de Antonina Centro Histórico de Antonina Caminho do Itupava Centro Histórico de Morretes Estrada da Graciosa Festa Feira Agrícola e Artesanal Reserva Romanetto Trem turístico Serra Verde Express Centro Histórico Paranaguá Farol das Conchas Floresta Estadual do Palmito MAE	Antonina Antonina Morretes Morretes Morretes Morretes Morretes Morretes Paranaguá Paranaguá Paranaguá Paranaguá
Áreas críticas de intervenção	Faz-se necessário o fortalecimento, a qualificação, a ordenação e a integração do produto por meio de: estruturação da gestão dos atrativos culturais; organização, gestão e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural; promoção da educação patrimonial; estruturação de espaços para a promoção da história, cultura e lazer, de uso turístico e comunitário; melhoria e ampliação da infraestrutura turística; e promoção do intercâmbio cultural entre visitantes e moradores da região.	

Figura 19 - Eixo Caminhos da História



Fonte: FAUEPG, 2010.

Quadro 10 - Eixo Potencial 3: Baía Caiçara

Contextualização	As baías de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba, são além de atrativos turísticos em si, trajetos de acesso a outros atrativos, localizados nas Ilhas de Superagui, do Mel e das Peças. As sedes históricas dos municípios de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba localizam-se em frente às respectivas baías, com trapiches para embarque e desembarque de pescadores e passageiros. Estas características possibilitam oferecer como atrativo a vivência cotidiana com os moradores locais, juntamente com a circulação pela paisagem das baías e das ilhas, em meio aos bandos de aves, aos botos e às pequenas embarcações dos pescadores, além da paisagem da serra.	
Segmento (s)	Turismo cultural e ecoturismo complementados pelo turismo náutico, técnico científico e de pesca.	
Conceito	Promover trocas culturais com a valorização do ser e fazer caiçara e o contato com a singularidade do ambiente natural.	
Objetivo	Visa a valorização do diferencial do litoral paranaense na por meio da equação entre turismo e proteção do meio ambiente, aliada à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.	
Localização	Abrange as cidades de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba, consiste em um deslocamento pela cultura e natureza, concentradas na paisagem das baías do Litoral paranaense.	
Atrativos ligados ao eixo potencial	Baía de Antonina Casa do Artesanato - PROVOPAR Baía dos Pinheiros Parque Nacional do Superagui Baía de Paranaguá Ilha do Mel	Antonina Guaraqueçaba Guaraqueçaba Guaraqueçaba Paranaguá Paranaguá
Áreas críticas de intervenção	Faz-se necessária a consolidação dos segmentos e atrativos e ampliação das possibilidades de uso dos mesmos por meio de: promoção e organização da gestão de base comunitária; estruturação dos espaços de lazer e cultura de uso turístico e comunitário; criação de um produto turístico de forma a integrar os municípios; divulgação e valorização da cultura caiçara como formadora da identidade nacional e paranaense; e promoção do intercâmbio cultural entre turistas e comunidades.	

Figura 20 - Eixo Baía Caiçara

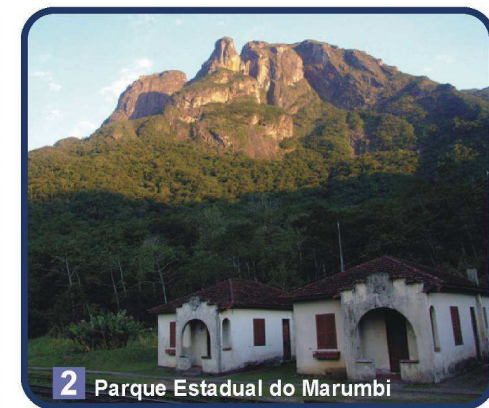
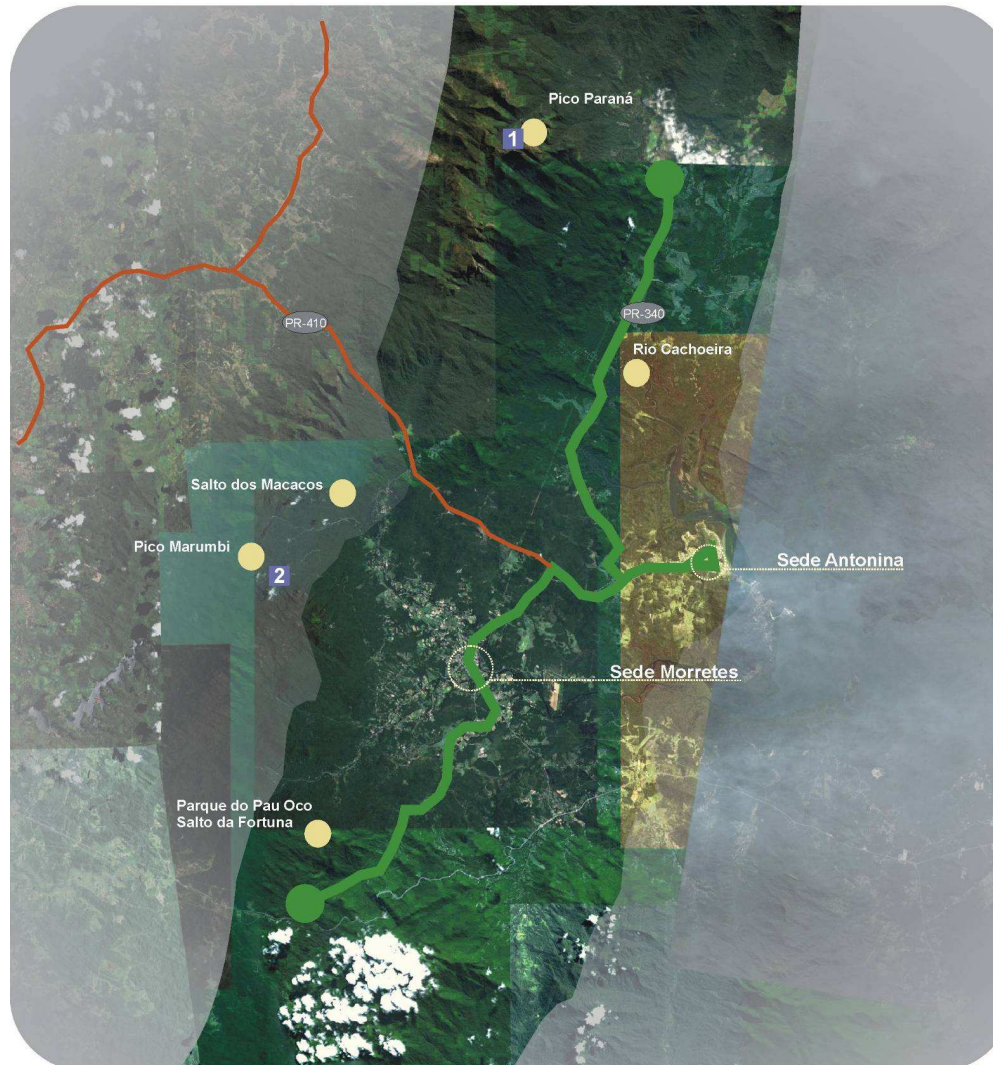


Fonte: FAUEPG, 2010.

Quadro 11 - Eixo Potencial 4: Serra do Mar

Contextualização	A Serra do Mar paranaense faz parte de um dos ecossistemas mais ricos do mundo em termos de diversidade de fauna e flora, configurando uma paisagem reconhecida pela beleza cênica e a necessidade de proteção. A paisagem equaciona o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica com atividades de lazer e aventura em um ambiente único. A Serra do Mar também possui importância histórica, abrigando caminhos e estradas que ligavam Curitiba ao litoral. Além dos Parques Estaduais do Pico do Marumbi, Pau Oco e Pico do Paraná e da área de interesse turístico do Marumbi, a região desenvolve atividades turísticas já estruturadas, concomitante a outras que ocorrem de forma espontânea, tais como visita à cachoeiras, passeios de bicicleta e <i>rafting</i> no Rio Cachoeira. Em virtude da proximidade com a capital do Estado, o acesso é facilitado e variado, podendo ser feito pelos caminhos históricos – Itupava, Graciosa e Estrada de ferro - ou pela BR-277, com boas condições de trafegabilidade e contemplação da paisagem da Serra, onde, em determinada época do ano, é notável o colorido da flora das quaresmeiras nos vales e picos.	
Segmento (s)	Ecoturismo complementado pelo turismo de aventura e cultural.	
Conceito	Percorrer a diversidade e grandeza da Mata Atlântica paranaense nos caminhos e paisagens da Serra do Mar.	
Objetivo	Visa fortalecer o segmento de ecoturismo, vinculado aos atrativos prioritários localizados na região da Serra do Mar, integrando a atividade turística da Serra com o restante da região do litoral.	
Localização	Localiza-se nos municípios de Antonina e Morretes, inclui a área de interesse turístico do Marumbi e a reserva da biosfera, além da delimitação dos Parques Estaduais do Pico do Marumbi, Pau Oco e Pico do Paraná, o que demonstra a importância e a beleza concentrada nesta região.	
Atrativos ligados ao eixo potencial	Pico Paraná Parque Estadual do Marumbi	Antonina Morretes
Áreas críticas de intervenção	Faz-se necessária a consolidação dos segmentos e atrativos e ampliação das possibilidades de uso dos mesmos por meio da integração das unidades de conservação, dos caminhos históricos, das comunidades locais e dos atrativos atuais e potenciais.	

Figura 21 - Eixo Serra do Mar



SERRA DO MAR

Percorrer a diversidade e grandeza da Mata Atlântica paranaense nos caminhos e paisagens da Serra do Mar.

Fonte: FAUEPG, 2010.

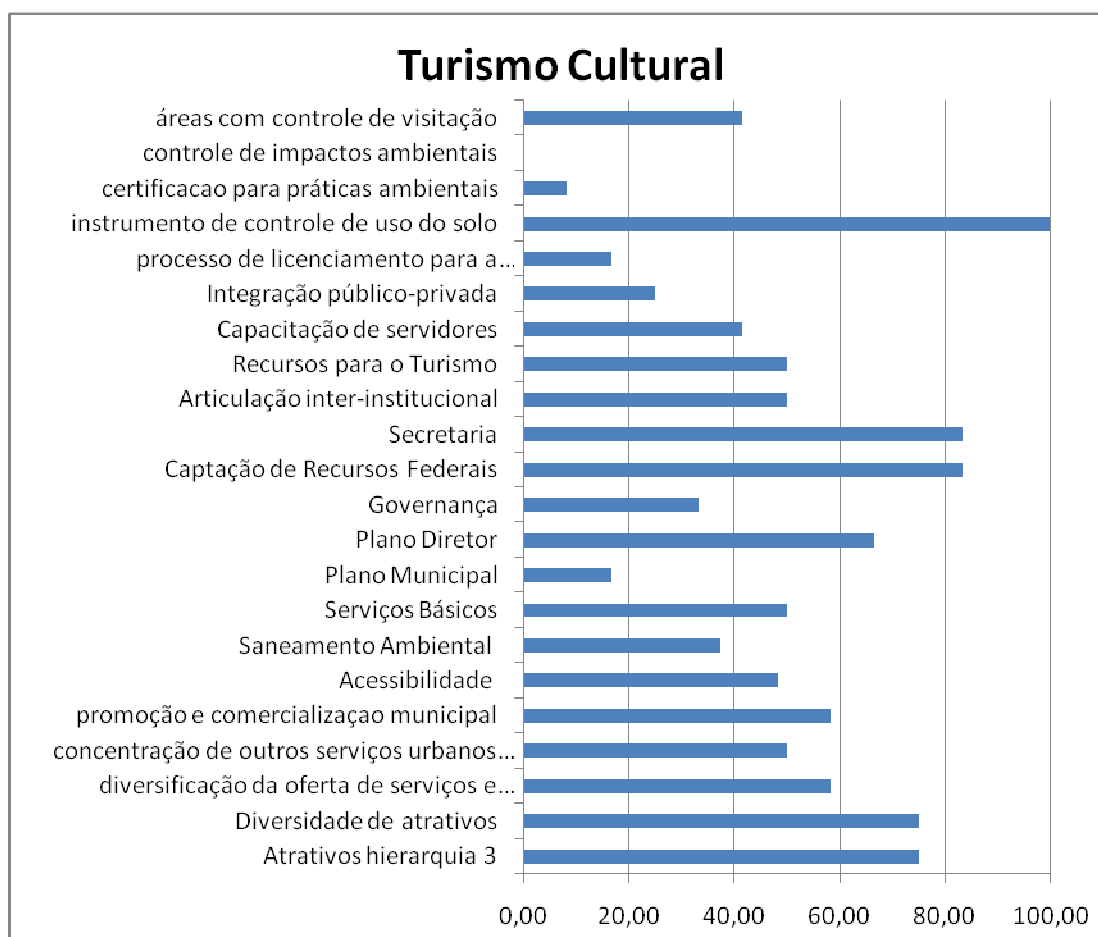
3.5.2. Valoração ponderada das linhas de produtos turísticos.

A construção da Valoração Ponderada das linhas de produtos turísticos levou em consideração, a oferta de atrativos e recursos para a definição das linhas de produtos, já apresentada, e confrontou-as com as demais dimensões na complexidade municipal.

Para a construção da matriz de valoração ponderada foram elaborados índices com base na análise conclusiva de cada dimensão. Os índices variam de 0 (muito insatisfatório), 1 (insatisfatório), 2 (mediano), 3 (satisfatório), 4 (muito satisfatório). Em posse desses valores foram elaborados porcentagem do conjunto de dados dando origem ao quantitativo desejado variando de 0 a 100% em termos de qualidade e disponibilidade.

O **TURISMO CULTURAL**, presente prioritariamente nos municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá, no conjunto, apresenta os melhores índices de qualidade nos itens referentes ao mercado turístico e a gestão pública. Já em relação a infraestrutura e os aspectos relativos a gestão socioambiental o segmento apresenta índices menos favoráveis, conforme gráfico abaixo. Nesse sentido, entendendo a necessidade de qualificação dos aspectos relativos aos bens socioambientais, dado a relevância do patrimônio cultural e natural para o segmento-meta, aponta-se a importância de atuar na instrumentalização do poder público e agentes sociais para a gestão com previsão de impactos e estratégias de valorização da diversidade natural e cultural.

Gráfico 21 – Valoração ponderada do turismo cultural

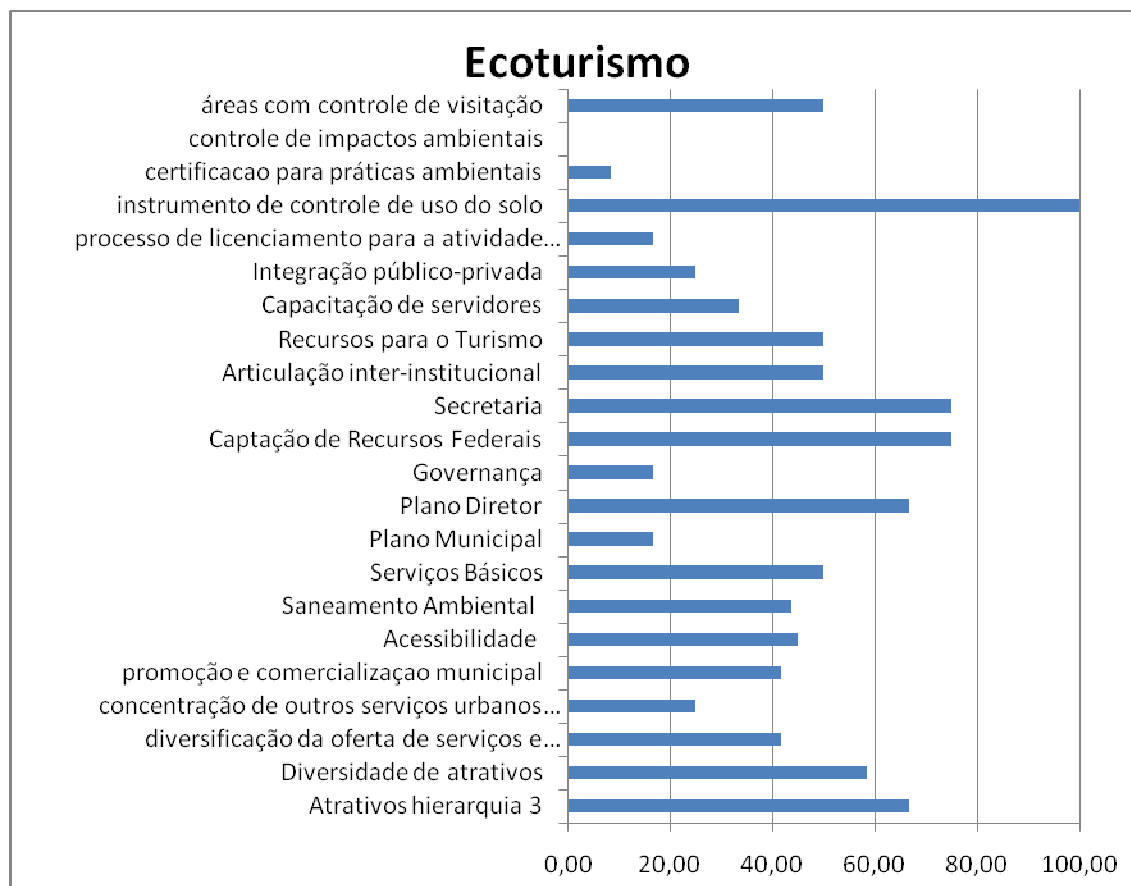


Fonte: FAUEPG, 2010

O **ECOTURISMO**, presente principalmente em Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, em comparação com os demais segmentos-meta, apresenta os menores índices de estruturação geral dos aspectos de referência para a qualidade do produto turístico. Dentro na análise estratégica, destacam-se em relação aos demais segmentos o melhor índice para

áreas com controle de visitação, aspecto positivo dado a necessidade de preservação do meio natural para o desenvolvimento de atividades. Entretanto, um dos aspectos mais preocupantes refere-se a gestão, tanto pela carência de planejamento turístico local, quanto pela baixa organização das governanças locais que servem de estímulo ao desenvolvimento da atividade.

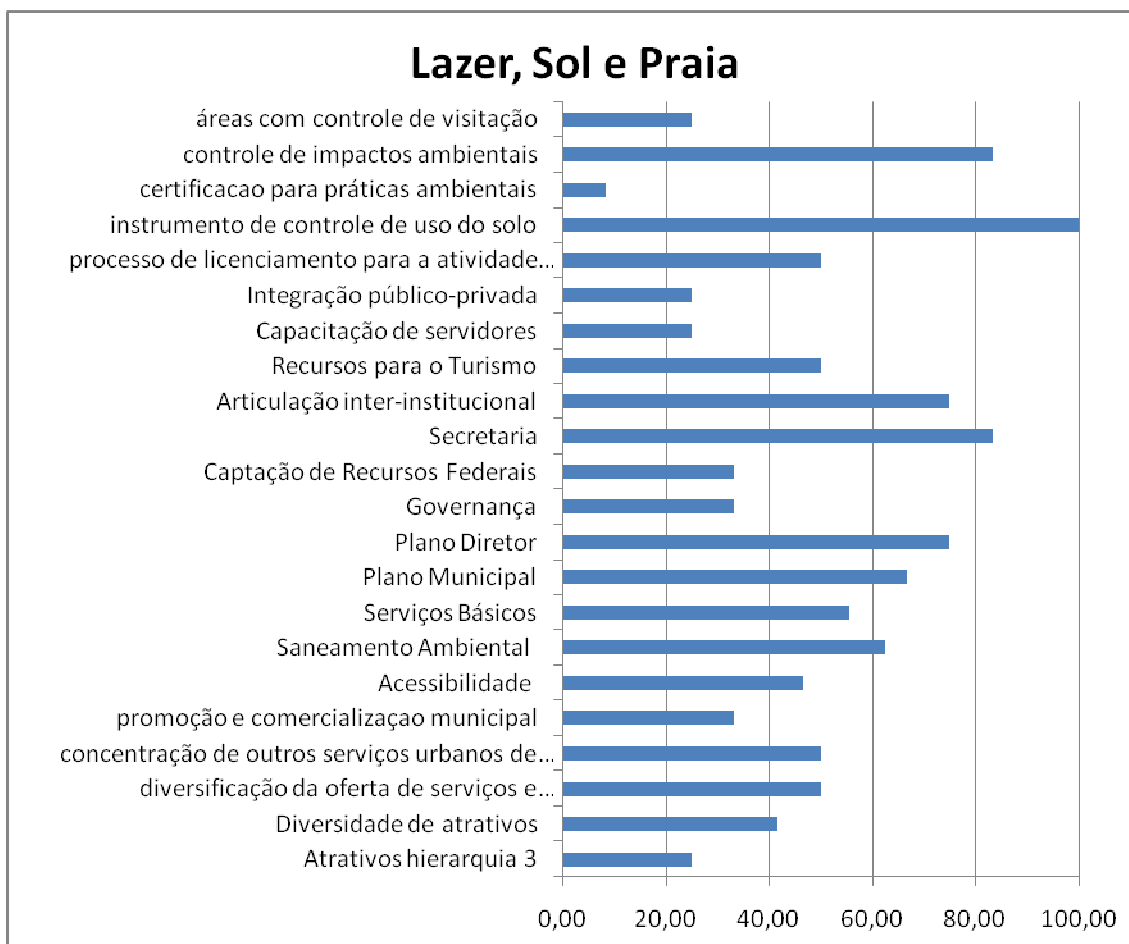
Gráfico 22 – Valoração ponderada do ecoturismo



Fonte: FAUEPG, 2010

O **TURISMO DE LAZER, SOL E PRAIA** destaca-se em relação à provisão de infraestrutura e serviços básicos, ainda que estes requeiram ser qualificados para a melhoria da qualidade de vida da população local e veranistas. Outro destaque é a existência de instrumentos de controle ambiental e de uso do solo. Já em relação aos atrativos de diversificados e de hierarquia III, o segmento-meta, por sua característica de praias de veraneio, detém o menor índice de disponibilidade e qualidade. A promoção e comercialização, também, é um entrave para o desenvolvimento no que se refere aos aspectos do mercado.

Gráfico 23 – Valoração ponderada Lazer, Sol e Praia



Fonte: FAUEPG, 2010

Quadro 12 – Valoração ponderada por Linha de Produtos

	Turismo Cultural					Ecoturismo					Lazer, Sol e Praia				
Indicadores	Antonina	Morretes	Paranaguá	PONTUAÇÃO TOTAL	VALORAÇÃO PONDERADA	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	PONTUAÇÃO TOTAL	VALORAÇÃO PONDERADA	Guaratuba	Matinhos	Pontal do Paraná	PONTUAÇÃO TOTAL	VALORAÇÃO PONDERADA
Atrativos hierarquia III	2	4	3	9,00	75,00	2	4	2	8,00	66,67	1	1	1	3,00	25,00
Diversidade de atrativos	2	3	4	9,00	75,00	2	3	2	7,00	58,33	3	1	1	5,00	41,67
Diversificação da oferta de serviços e equipamentos turísticos	1	3	3	7,00	58,33	1	3	1	5,00	41,67	3	2	1	6,00	50,00
Concentração de outros serviços urbanos de apoio ao turismo	1	2	3	6,00	50,00	1	2	0	3,00	25,00	3	2	1	6,00	50,00
Promoção e comercialização municipal	1	3	3	7,00	58,33	1	3	1	5,00	41,67	2	1	1	4,00	33,33
Acessibilidade	1	2	2	5,80	48,33	1	2	2	5,40	45,00	3	2	1	5,60	46,67
Saneamento ambiental	2	2	1	4,50	37,50	2	2	2	5,25	43,75	3	3	2	7,50	62,50
Serviços básicos	2	2	2	6,00	50,00	2	2	2	6,00	50,00	2	2	2	6,67	55,56
Plano municipal	0	0	2	2,00	16,67	0	0	2	2,00	16,67	4	0	4	8,00	66,67
Plano diretor	2	3	3	8,00	66,67	2	3	3	8,00	66,67	3	3	3	9,00	75,00
Governança	0	2	2	4,00	33,33	0	2	0	2,00	16,67	0	0	4	4,00	33,33
Captação de recursos federais	2	4	4	10,00	83,33	2	4	3	9,00	75,00	4	0	0	4,00	33,33
Secretaria	3	3	4	10,00	83,33	3	3	3	9,00	75,00	4	3	3	10,00	83,33
Articulação inter-institucional	2	2	2	6,00	50,00	2	2	2	6,00	50,00	3	3	3	9,00	75,00
Recursos para o turismo	2	2	2	6,00	50,00	2	2	2	6,00	50,00	2	2	2	6,00	50,00
Capacitação de servidores	1	2	2	5,00	41,67	1	2	1	4,00	33,33	1	1	1	3,00	25,00
Integração público-privada	1	1	1	3,00	25,00	1	1	1	3,00	25,00	1	1	1	3,00	25,00
Processo de licenciamento para a atividade turística	2	0	0	2,00	16,67	2	0	0	2,00	16,67	3	3	0	6,00	50,00

Indicadores	Turismo Cultural					Ecoturismo					Lazer, Sol e Praia				
	Antonina	Morretes	Paranaguá	PONTUAÇÃO TOTAL	VALORAÇÃO PONDERADA	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	PONTUAÇÃO TOTAL	VALORAÇÃO PONDERADA	Guaratuba	Matinhos	Pontal do Paraná	PONTUAÇÃO TOTAL	VALORAÇÃO PONDERADA
Instrumento de controle de uso do solo	4	4	4	12,00	100,00	4	4	4	12,00	100,00	4	4	4	12,00	100,00
Certificação para práticas ambientais	0	0	1	1,00	8,33	0	0	1	1,00	8,33	0	0	1	1,00	8,33
Controle de impactos ambientais	0	0	0	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	4	4	2	10,00	83,33
Áreas com controle de visitação	3	0	2	5,00	41,67	3	0	3	6,00	50,00	0	0	3	3,00	25,00

Fonte: FAUEPG, 2010

3.5.3. Identificação das áreas críticas.

A identificação das áreas críticas segue a ponderação observada no quadro acima por segmentos e municípios. As definições das áreas críticas de intervenção buscam subsidiar o plano de ação a ser proposto para o polo. Entretanto, cabe ressaltar que as intervenções necessárias para a qualificação da área não será subsidiada apenas com recurso do PRODETUR, e que as ações serão resultado da proposta técnica e do debate realizado junto aos atores locais.

Conforme se observa na tabela acima as variáveis em geral encontra-se em um nível de satisfação médio, isto significa a indicação de 50% de qualidade. Com relação ao mercado turístico a menor variação da ponderação, é relativa a estruturação da oferta de serviços urbanos de apoio ao turismo, bem como ao sistema de promoção e comercialização. Neste caso, serviços urbanos de apoio só serão ampliados com o aquecimento do mercado local, ou seja, quando a área tornar-se mais atrativas aos empreendedores. As ações de fomento ao setor terciário são indiretas, tais como: a provisão de estruturação dos atrativos, para ampliação da visitação e permanência média; a gestão municipal qualificada para a criação de instrumentos de incentivo a instalação de empresas do setor; e a definição de estratégias integradas de promoção e comercialização para o aumento de turistas; são exemplos de intervenções necessárias para a dinamização do mercado turístico local.

A diversificação de atrativos turísticos é avaliada como mediana, exceto nos municípios vinculado ao turismo cultural que apresentam avaliação de 75% de satisfação, é considerada um gargalo que merece atenção específica. Neste caso o entrave da diversificação não se encontra na falta de recursos turístico, mas na falta de estruturação e qualificação da experiência turística nos atrativos. O ecoturismo é destacado pelo potencial de segmento-meta para a região, entretanto diversas UC presentes na área não possuem Plano de Manejo que possibilite a estruturação da área para visitação. Ainda neste segmento, por exemplo, locais de interesse turístico carecem de estruturas básicas como pontes, trapiches e sinalização. Já no turismo cultural, para ampliar a participação do mercado, são necessárias ações de ampliação das alternativas de visitação que motivem o aumento do fluxo e da permanência para a região.

Com relação a infraestrutura o maior gargalo é o saneamento ambiental, apesar da importância da temática para o desenvolvimento do turismo, entende-se, junto aos órgãos estaduais, que diversas atividades econômicas impactam diretamente na temática, e que, portanto, a política estadual será integrada ao âmbito da resolução do problema, não sendo área de intervenção do presente programa. Dentro desta temática destacam-se apenas ações de coleta e armazenamento dos resíduos sólidos nas áreas de veraneio como um impacto proveniente diretamente da atividade turística no segmento-meta de lazer, sol e praia. Com relação a acessibilidade, em que os índices encontram-se abaixo de 50% de qualidade, entre os principais tópicos levantados no diagnóstico da área está, para o desenvolvimento do turismo, a estruturação da diversificação dos modais para a qualificação da mobilidade intra-regional, além da necessidade de intervenção nas sinalizações de acesso.

Em relação a gestão pública todos os segmentos apresentam, nos indicadores em destaque, uma ponderação que varia de baixa a mediana. Considerando a importância do envolvimento do poder público no planejamento da atividade turística a fim de potencializar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos da atividade, pode-se destacar a carência de processos de planejamento, governança e instrumentos legais para o desenvolvimento sustentável do turismo. Neste caso, se faz relevante a existência de ações específicas para o fortalecimento da gestão pública no âmbito municipal abrangendo as áreas de turismo, cultura, meio ambiente e planejamento urbano. A partir do fortalecimento municipal considera-se, também, relevante ações que promovam a integração regional da gestão do turismo.

Outro aspecto insatisfatório apresentados na ponderação são os aspectos relativos a gestão ambiental, neste caso é para o desenvolvimento do turismo fundamental intervenções que

promovam a gestão qualificada dos bens socioambientais, pois gerir com qualidade e conhecimento é reconhecer o meio em seu processo dinâmico que permita identificar as possibilidades e limites de desenvolvimento turístico do Polo.

4. PARTE IV – ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A elaboração das estratégias para o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense – PDITS-FI adotou como referência a metodologia Strengths Weaknesses Opportunities Threats – SWOT. O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e significa Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). As oportunidades e ameaças referem-se ao macroambiente (situação externa) e as forças e fraquezas ao microambiente (situação interna). Em linhas gerais, a análise de SWOT consiste em identificar as principais variáveis de cada condicionante; cruzar as variáveis numa matriz; e formular as estratégias a partir dos resultados do cruzamento das variáveis.

Considerando que a análise SWOT é resultante das variáveis elencadas a partir do diagnóstico da região e daquelas presentes na realidade do turismo paranaense e brasileiro, apresenta-se a seguir o percurso metodológico adotado para a elaboração das estratégias deste plano.

4.1. SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS

A primeira etapa do processo de elaboração das estratégias, por meio da análise SWOT, foi a seleção das variáveis. Assim, entende-se por variável as características e propriedades de um objeto de estudo que são passíveis de mensuração ou classificação. A discriminação das variáveis ocorre por meio dos instrumentos de análise empregados, que podem ser qualitativos ou quantitativos.

Para a análise de SWOT, a seleção das variáveis envolve dois níveis de análise: a situação externa e a situação interna em relação ao turismo na região do Litoral Paranaense.

4.1.1. Situação externa.

As variáveis da situação externa (macroambiente) são aquelas que o Estado possui pouco ou nenhum controle, mas que afetam direta e indiretamente o desempenho e a forma de atuação em relação ao turismo. As variáveis são relacionadas às oportunidades e ameaças. As **oportunidades** referem-se aos fenômenos ou condições externas, atuais ou potenciais, que contribuem substancialmente para que o Estado e as regiões alcancem seus objetivos em relação ao turismo e melhorem a sua posição competitiva no turismo nacional e internacional. Já as **ameaças** correspondem ao sentido oposto das oportunidades, pois dizem respeito a fenômenos ou condições externas que possam trazer dificuldades ao estado e às regiões no alcance de seus objetivos ou resultar na perda de participação no mercado turístico.

4.1.2. Situação interna.

As variáveis da situação interna (microambiente) são aquelas sobre as quais o Estado possui maior ou grande poder de intervenção e controle. As variáveis são classificadas em forças e fraquezas. As **forças** referem-se às características e vantagens competitivas internas, atuais ou potenciais, que contribuem para que o estado e as regiões alcancem seus objetivos em relação ao turismo. As **fraquezas**, por sua vez, são características ou deficiências internas, atuais ou potenciais, que prejudicam ou dificultam o alcance dos

objetivos do turismo pelo estado e pelas regiões, colocando-os em desvantagem em relação aos concorrentes.

Para este trabalho, por fazerem referência ao microambiente, as variáveis da situação interna foram agrupadas a partir da estruturação dos componentes do PRODETUR: estratégia de produto turístico; estratégia de comercialização; fortalecimento institucional; infraestrutura e serviços básicos; e gestão ambiental. O principal subsídio para seleção das variáveis da situação interna foi o diagnóstico competitivo, que cumpriu o objetivo de analisar a realidade do turismo no Litoral Paranaense.

4.2. DIVISÃO DAS VARIÁVEIS INTERNAS POR COMPONENTE

Após o levantamento das variáveis externas, efetuou-se a divisão das variáveis da situação interna (forças e fraquezas), presentes no diagnóstico, entre os componentes do plano. Considerando a grande quantidade de informações e a amplitude da região adotou-se como parâmetro para esta divisão a perspectiva regional, ou seja, as variáveis, na medida do possível, foram retratadas a partir da sua influência na região. Este parâmetro foi adotado, também, como forma de ressaltar a característica principal do PDITS, qual seja, o olhar regional para o turismo do Litoral Paranaense.

Assim, cada componente teve suas variáveis categorizadas conforme segue:

4.3. CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS E FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

Finalizada a divisão das variáveis internas entre os componentes e suas respectivas categorias e, considerando o posicionamento de mercado para a região, procedeu-se ao cruzamento destas mesmas variáveis. O cruzamento objetivou relacionar as variáveis selecionadas, a fim de analisá-las de forma conjunta, ou seja, as principais variáveis internas frente às principais variáveis externas, de forma a propiciar a formulação de estratégias.

Para Mintzberg 196T *et alii*, (2006), estratégia “*é o padrão ou plano que integra as principais metas, políticas e sequências de ação da organização em um todo coeso*” (p. 29, grifo do autor). Além disso, as estratégias devem estar orientadas, em forma e conteúdo, para formatar as vantagens competitivas.

Sendo assim, a partir da definição do posicionamento de mercado, da seleção de variáveis e seu cruzamento, formulou-se uma estratégia para cada categoria, as quais resultaram, na sequência, na formulação de uma estratégia única por componente.

O formato destas estratégias foi orientado e estruturado a partir das seguintes questões:

- que fazer?
- como fazer?
- para que fazer?

Exemplo de estratégia.

Incentivar a qualificação das diversas atividades econômicas relacionadas ao turismo – prioritariamente para os equipamentos e serviços turísticos – por meio da articulação com instituições de ensino e qualificação profissional, visando à melhoria da qualidade dos serviços turísticos e o aumento das receitas dos empreendimentos.

A estrutura da estratégia segue as três questões, como se pode a seguir:

- **que fazer?**
 - ✓ incentivar a qualificação das diversas atividades econômicas relacionadas ao turismo – prioritariamente para os equipamentos e serviços turísticos;

- **como fazer?**

- ✓ por meio da articulação com instituições de ensino e qualificação profissional;

- **para que fazer?**

- ✓ visando a melhoria da qualidade dos serviços turísticos e o aumento das receitas dos empreendimentos.

Não obstante, no que se refere à estrutura proposta de apresentação das estratégias, deve-se destacar que o posicionamento de mercado foi utilizado como parâmetro para a constituição de seu conteúdo.

O posicionamento de mercado tem como base a definição de uma oferta diferenciada que seja capaz de ocupar uma posição vantajosa no mercado competitivo do turismo no que se refere ao público consumidor. Para a definição de posicionamento de mercado, entende-se que cada produto, serviço ou idéia lançado no mercado, ocupa uma determinada posição nas preferências do consumidor. O discernimento para a hierarquização de preferências não é processado apenas pela razão, outros fatores relacionados à subjetividade, como desejos, status e valores também contribuem no processo.

Para o turismo não é diferente, pois o produto comercializado envolve uma série de fatores objetivos e subjetivos que impactam diretamente a satisfação do turista. Nesse sentido, adotou-se o conceito de posicionamento de mercado para detalhar e adequar à projeção do turismo no litoral paranaense em termos mercadológicos.

4.4. DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS POR COMPONENTE

Conforme o esquema a seguir, a definição de estratégias para cada um dos cinco componentes teve como base diversas estratégias específicas formadas pelo cruzamento SWOT.

Quadro 13 - Relação das temáticas componentes e estratégias

TEMÁTICAS DIAGNÓSTICO	COMPONENTES	ESTRATÉGIAS
Análise do mercado turístico (demanda e oferta) da área turística	COMPONENTE 1: estratégia de produto turístico	ESTRATÉGIA 1
	COMPONENTE 2: estratégia de comercialização	ESTRATÉGIA 2
Análise do quadro institucional da área turística	COMPONENTE 3: fortalecimento institucional	ESTRATÉGIA 3
Análise da infraestrutura básica e dos serviços gerais encontrados na área	COMPONENTE 4: infraestrutura e serviços básicos	ESTRATÉGIA 4
Análise dos aspectos socioambientais na área turística	COMPONENTE 5: gestão ambiental	ESTRATÉGIA 5

Fonte: FAUEPG, 2010.

4.4.1. COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

Segundo o ROP do PRODETUR, as atividades deste componente se concentrarão nos investimentos relacionados ao planejamento, à recuperação e à valorização dos atrativos turísticos públicos necessários para promover, consolidar ou melhorar a competitividade dos destinos em modalidades ou tipos específicos de turismo. O componente também integrará as ações destinadas a alinhar os investimentos privados em segmentos ou nichos estratégicos, bem como aquelas destinadas a melhorar a competitividade dos empresários turísticos, por meio do aprimoramento da organização setorial, da qualidade dos serviços e

do acesso a fatores produtivos. O desenvolvimento de produtos turísticos no Litoral Paranaense terá como base as estratégias apresentadas a seguir.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

FORÇAS:	FRAQUEZAS:
• A maioria dos atrativos pode ser acessada com facilidade. • A região possui 38 atrativos culturais – 38% da oferta atual da região. • A relevância histórico-cultural da região reforça potencial do turismo cultural. • Alta valorização da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. • Atrativos em consolidação: turismo náutico, de pesca e de eventos, principalmente os religiosos. • Atrativos naturais e culturais, ligados ao turismo cultural, de sol e praia e aventura. • Diversificação na oferta de produtos gastronômicos (serviços de alimentação, festas e feiras). • Existência de 47 atrativos naturais a serem vinculados ao segmento do ecoturismo e turismo de aventura. • Os centros históricos contam com 31 bens tombados, que favorecem turismo cultural. • Paranaguá e Guaratuba apresentam oferta representativa de comércio e serviços básicos de funcionamento perene e concentram 48% da oferta de meios de hospedagem. • Sítios arqueológicos pré-coloniais com potencial de aproveitamento como produto turístico.	• As comunidades residentes das ilhas baixo aproveitamento do potencial cultural e natural e pouca organização. • Baixa oferta de equipamentos e serviços de lazer, concentrados na alta temporada. • Baixa oferta de operadoras de turismo receptivo. • Carência de mão-de-obra qualificada. • Carência de vinculação com planejamento turístico. • Carência de vinculação com planejamento turístico. • Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares. • Fragilidade do setor de hospedagem no que diz respeito à atração de novos investimentos e manutenção e fortalecimento de empreendimentos existentes. • Não há uma ação pública que integre a história da colonização com conjunto de bens culturais. • Os serviços de alimentação e hospedagem representam os setores de maior empregabilidade formal, mas apresentam menores valores de remuneração média mensal. • Serviços turísticos estão concentrados em poucos municípios; apresentam uma baixa integração e baixa diversificação. • Sinalização turística (indicativa e interpretativa) precária.
OPORTUNIDADES:	AMEAÇAS:
• Belezas naturais e natureza são considerados os principais motivos de viagem no Brasil. • Crescente interesse dos turistas sobre aspectos culturais e históricos dos destinos. • Crescente representatividade no turismo na economia brasileira. • Crescimento do interesse no ecoturismo torna litoral paranaense potencial destino de competitividade internacional. • Disponibilidade de recursos públicos para investimento na recuperação, conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural • Disponibilização de linha de crédito para o setor, com principal objetivo de expandir oferta nacional. • Equacionamento de períodos sazonais – segmento de eventos independe de condições climáticas e períodos de férias escolares. • Geração de receitas geradas com gastos dos participantes atinge R\$37 bilhões. • Hotelaria brasileira encontra-se em expansão, estimulada por eventos esportivos internacionais, - Copa de Futebol 2014 e a Olimpíadas 2016). • O turismo comunitário, que valoriza a troca cultural, está em expansão. • Participação crescente da população em atividades de turismo.	• Alta informalidade de empresas e trabalhadores no setor. • Baixa qualificação do setor turístico e baixa capacidade de investimento compromete a qualidade dos serviços. • Deficiência no abastecimento de água, luz, telefonia, congestionamento das vias de acesso e circulação. • Moradores externos promovem a atividade sem integração com a comunidade local. • Necessidade de melhorar estruturação e organização relacionados à oferta de serviços qualificados. • Risco de perda ou descaracterização do patrimônio histórico-cultural. • Superpopulação de turistas durante a temporada de verão acarreta riscos de contaminação ambiental.

4.4.2. COMPONENTE 2: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

Este componente, de acordo com o ROP do PRODETUR, contemplará ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos. Tendo em vista essa orientação, as estratégias para esse componente são apresentados a seguir.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
FORÇAS:	FRAQUEZAS:
- A ADETUR viabiliza parcerias público-privado, abrangendo a criação de materiais promocionais para os sete municípios e uso da mídia on-line. - A região possui uma marca (“branding”). - Disponibilidade de material promocional regional e específico sobre Ilha do Mel. - Fortalecimento do posicionamento de mercado do Litoral do Paraná. - Ilha do Mel (Paranaguá), Morretes e Guaraqueçaba apresentam os roteiros mais comercializados. - Morretes e Paranaguá apresentam mecanismos de promoção. - Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba representativos na oferta de roteiros. - Segmento de ecoturismo se destaca na imagem do Litoral Paranaense.	- Apropriação da marca no mercado ainda é incipiente. - Baixa divulgação da região fora do Brasil. - Faltam materiais promocionais nos municípios, de forma padronizada e integrada. - Guaraqueçaba, Matinhos e Pontal do Paraná apresentam a menor estruturação nas ações de marketing. - Inexistência de plano de marketing estratégico ou operacional nos municípios. - Na Ilha do Mel, ecoturismo e turismo de aventura encontram-se pouco integrados aos demais destinos da região. - Pontal do Paraná, Guaratuba e Matinhos apresentam baixa participação na oferta de roteiros comercializados.
OPORTUNIDADES:	AMEAÇAS:
- Existência de programa de Promoção e Apoio à Comercialização voltado para consolidação da imagem do País e diversificação dos produtos turísticos, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. - Existência de Programa de Promoção e Comercialização Internacional para promoção e apoio à comercialização no mercado internacional de produtos de ecoturismo, turismo de aventura, de mergulho e demais atividades vinculadas ao turismo de natureza. - Grande exposição do turismo na mídia on-line, televisiva e impressa. - Surgimento de novas mídias de alcance nacional e internacional.	- Apenas 17,1% dos clientes curitibanos consomem o turismo via pacotes turísticos formatados. - Apenas 6,2% dos clientes atuais escolhem o Paraná como produto turístico a ser consumido. - Concorrência entre a iniciativa privada dos destinos que apresentam melhor promoção e articulação. - Concorrência dos destinos que apresentam melhor promoção e articulação entre a iniciativa privada.

4.4.3. COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Este componente, de acordo com o PRODETUR, integrará ações orientadas a fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado, e do apoio à gestão turística estadual e municipal (reestruturação de processos internos, equipamento, desenvolvimento de software, capacitação e assistência técnica). Seguindo essa orientação, as estratégias desse componente são apresentados a seguir.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
FORÇAS:	FRAQUEZAS:
• Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba e Paranaguá captaram recursos federais no período 2005-2009, provenientes dos Ministérios do Turismo, Cultura e Cidades. • Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá e Pontal do Paraná possuem Plano Diretor elaborado e aprovado em âmbito municipal. • Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná participam do Projeto Restingas e Dunas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. • Instância de governança regional de turismo estabelecida e em funcionamento. • Paranaguá e Guaraqueçaba estão em fase final de aprovação de seus Planos Diretores pelo COLIT, em observância à Lei Estadual n.º 12.243, de 31/07/98. • Paranaguá oferece e gere os processos de capacitação por meio de uma fundação de turismo. • Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná possuem planos municipais para o desenvolvimento da atividade turística, elaborados pela AMLIPA. • Paranaguá possui estrutura de gestão diferenciada para o turismo, caracterizada por uma fundação, a qual possui 82% de servidores de carreira. • Participação dos municípios de Antonina, Guaratuba, Morretes e Paranaguá no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com recursos direcionados especificamente às cidades históricas.	• Antonina não possui ou aplica ferramentas de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística municipal. • Ausência de tecnologias avançadas de informação e comunicação visando à comercialização de destinos e negócios turísticos. • Baixo investimento para qualificação da mão-de-obra vinculada ao turismo. • Em Antonina, Matinhos e Guaratuba a instância de governança municipal encontra-se inativa. • Estrutura administrativa das prefeituras do litoral paranaense carente de articulação interna. • Estrutura administrativa específica para o turismo encontra-se carente de recursos diversos, especialmente materiais e humanos. • Faltam pesquisas sistematizadas, banco de dados e informações diversas sobre turistas, atrativos, guias e monitores. • Gestão pública apresenta carências na profissionalização para a gestão. • Guaraqueçaba não possui instância de governança instituída. • Guaratuba, Matinhos e Morretes possuem Planos Diretores elaborados, mas os mesmos ainda aguardam aprovação da Câmara de Vereadores. • Matinhos e Pontal do Paraná não captaram recursos federais no período 2005-2009, conforme Portal da Transparência do Governo Federal. • Nenhum dos municípios do litoral paranaense possui seu Plano Diretor aprovado pelo COLIT, em consonância com a Lei Estadual n.º 12.243, de 31/07/98. • Participação dos municípios na instância de governança ainda é pequena. • Pequena integração público-privado para encaminhamento das demandas turísticas da região.
OPORTUNIDADES:	AMEAÇAS:
• Concepção integrada de planos de desenvolvimento do turismo. • Consolidação do portal do Ministério do Turismo na internet, que possibilita busca rápida e objetiva das informações disponíveis. • Crescimento da oferta de Planos de Fortalecimento Institucional que valorizam o papel das instâncias de governança. • Existência do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011 – fomento para	• Baixa qualidade dos cursos profissionalizantes • Carência de referenciais de planejamento e gestão para o Turismo em diversas escalas. • Descontinuidade administrativa e mudança de foco das prioridades de ações. • Descontinuidade administrativa interfere na atuação das instâncias de governança. • Desenvolvimento da atividade turística sem planejamento e estrutura adequada pode acarretar perda ou descaracterização do

desenvolvimento turístico sustentável. - Existência do Plano Nacional de Turismo – referencial estratégico do turismo nacional. - Incentivos do Ministério do Turismo a formulação de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. - Maior demanda da sociedade civil organizada por participação nas instâncias de controle e monitoramento de políticas públicas. - Presença e atuação de instituições formadoras como SEBRAE e SENAC, universidades e ONGs na região podem favorecer a capacitação profissional. - Recursos do Orçamento Geral da União para a infraestrutura turística.	patrimônio histórico-cultural. - Dificuldades na obtenção de dados organizados de forma sistemática e contínua - Falta de integração dos programas de capacitação profissional. - Limitações relativas à comunicação e à disseminação das informações do setor governamental.

4.4.4. COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

Este componente integrará, segundo o PRODETUR, todos os investimentos em infraestrutura e de serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele (infraestrutura de acesso e transporte) e satisfazer as necessidades básicas do turista durante sua estada, em termos de água, saneamento, energia, telecomunicações, saúde e segurança. As estratégias desse componente são apresentadas a seguir.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
FORÇAS:	FRAQUEZAS:
- A operação Viva o Verão recebe bons índices de aprovação, incluindo ações de fiscalização de ligações irregulares de esgoto sanitário, fiscalização ambiental e coleta de lixo. - Disponibilidade de cobertura de água e energia elétrica em todos os municípios. - Em Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná existem condições físicas favoráveis para criação de uma rota cicloviária. - Existência de parceria entre Antonina, Matinhos, Morretes, Guaratuba, Paranaguá, Pontal do Paraná e Governo do Estado o qual, durante a alta temporada, assume limpeza urbana. - Ligação rodoviária e ferroviária satisfatória com a RMC. - O bom atendimento de esgotamento sanitário no município de Guaraqueçaba. - Proximidade do aeroporto internacional de São José dos Pinhais/Curitiba. - Reativação da linha férrea para transporte de passageiros entre Antonina e Morretes. - Na Ilha do Mel, o sistema de transporte aquaviário e infraestrutura de apoio é parcialmente adequado. - Sinalização vertical da BR-277 de acesso a Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná satisfatória.	- A baixa integração intermunicipal com transporte coletivo – terrestre e aquaviário. - Alto crescimento da frota de veículos local sem o acompanhamento proporcional das vias. - As malhas intra-urbanas apresentam interseções viárias sem solução técnica aceitável. - Baixa cobertura de esgotamento sanitário, exceto em Guaraqueçaba. - Inexistência de depósito final de resíduos sólidos adequados, com exceção de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba. - Baixa conectividade viária entre os balneários de Pontal do Paraná e Matinhos. - Conflitos de usos decorrentes da localização de cidades ao longo das rodovias. - Deficiência no tratamento de água nas ilhas e unidades de conservação. - Dificuldade de acessibilidade aos atrativos turísticos, principalmente no município de Guaraqueçaba. - Escassas medidas quanto à minimização dos impactos ambientais causados pela falta de esgotamento sanitário, no espaço rural e urbano, afetando a balneabilidade das praias. - Falta de áreas apropriadas para estacionamento de ônibus de excursões. - Falta de conexão entre as rodovias PR-508 e PR-407. - Falta de estrutura aquática pública de recepção ao turista – base náutica no município de Guaratuba. - Falta de fiscalização, infraestrutura de apoio ao turista e balizamento para navegação. - Falta de pavimentação adequada na PR-405. - Falta de segurança para pedestres e ciclistas na PR-412.

	• Falta terminal de passageiros junto aos Portos de Paranaguá e Antonina. • Fragilidade do sistema de transporte aquaviário. • Ilhas sem local adequado para disposição final dos resíduos, sendo estes transferidos para o continente. • Ocorrência de inundações frequentes, causadas pela falta de canais de drenagem e assoreamento dos existentes. • Ocorrência de movimento de recuo de linhas de praia. • Precariedade na travessia da baía de Guaratuba. • Sobrecarga das rodovias PR-412 e PR-407, que acabam cumprindo a função de vias arteriais.
OPORTUNIDADES:	AMEAÇAS:
• Existência de Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011 que visa fomentar um desenvolvimento turístico sustentável. • Existência de Plano Nacional de Turismo • Linhas de financiamentos do Banco Mundial – projetos rodoviários. • Existência de Plano Nacional de Turismo. • Existência de processos modernos e tecnologias para tratamento de esgotos e resíduos sólidos. • Obras de reforma e modernização do aeroporto internacional de São José dos Pinhais/Curitiba decorrentes da Copa de Futebol de 2014. • Proximidade física da Região Metropolitana de Curitiba, principal fornecedor da região litorânea (aeroviário, ferroviário e rodoviário). • Recursos do Orçamento Geral da União – OGU para a infraestrutura turística. • Atividades Características do Turismo – ACT representaram 3,6% da economia brasileira.	• Desequilíbrio com a capacidade instalada dos aeroportos frente ao crescimento da demanda. • Falta de coordenação e alinhamento de políticas e legislação relativas ao transporte e turismo. • Falta de dados estatísticos seguros e acessíveis para formar uma base de planejamento e gestão. • Falta de integração regional entre municípios para sanar ou minimizar problemas relacionados ao saneamento básico. • Fragilidade do processo de licenciamento do Porto de Paranaguá.

4.4.5. COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL

Este componente será dirigido à proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar. Tendo em vista essa orientação, as estratégias para esse componente são apresentados a seguir.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL	
FORÇAS:	FRAQUEZAS:
• As Unidades de Conservação Estaduais de Proteção Integral apresentam condições político-institucionais de recebimento da visitação. • Mata Atlântica preservada conta com interesse de conservação nacional e também externo. • No litoral paranaense, 82,48% do território é protegido por alguma categoria de Unidade de Conservação estadual ou federal. • O turismo como potencializador da educação ambiental e aumento das práticas ambientalmente positivas em equipamentos e serviços turísticos, principalmente em Guaratuba, Morretes e Ilha do Mel em Paranaguá. • Projeto Restinga tem efeito positivo na proteção e recuperação ambiental do ecossistema nos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná.	• Controle incipiente sobre os impactos socioambientais do turismo, por parte das administrações municipais, - Inefetividade da proteção ambiental. • Falta de manejo das trilhas, geração de lixo e coleta de espécies vegetais em áreas naturais. Inexistência de pesquisas e indicadores sistematizados para a avaliação ambiental. • Poucas práticas ambientais positivas promovidas pelos equipamentos e serviços turísticos – maioria vinculada somente a ações de reciclagem de resíduos. • Pressão de equipamentos e serviços turísticos sobre sistemas naturais, principalmente em épocas de temporada.
OPORTUNIDADES:	AMEAÇAS:
• Financiamento do MMA para conservação da natureza. • O PRODETUR conta com uma linha de financiamento de Avaliação Ambiental Estratégica das interferências das atividades turísticas. • Incremento de áreas definidas como unidades de conservação. • O ICMBIO está ampliando a oferta de serviços nos Parques Nacionais para o turismo em virtude das Olimpíadas e Copa do Mundo. • Preocupações com as questões ambientais são crescentes no mercado turístico nacional e internacional. • Processo de municipalização da gestão ambiental aproxima o impacto dos gestores públicos municipais.	• Grande número de espécies da flora ameaçadas. • Inexistência de banco de dados de indicadores ambientais para monitoramento. • Inexistência de metodologia consolidada de monitoramento do impacto ambiental do turismo. • Morosidade na definição do plano de manejo das UC's.

4.5. ESTRATÉGIAS DO PDITS-LP

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO – EPT	
ESTRATÉGIA DO COMPONENTE	Desenvolver produtos turísticos integrados, diversificados, competitivos e concebidos com base na sustentabilidade local, visando à expansão da demanda turística e a maximização do potencial da oferta turística da região.
Embasamento:	
- EPT 1: Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos. - EPT 2: Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais. - EPT 3: Qualificar a oferta de atividades turísticas complementares vinculadas aos produtos naturais e culturais por meio de incentivos à iniciativa privada e à realização de eventos com a finalidade de compor produtos integrados, diversificados e competitivos - EPT 4: Apoiar a modernização, diversificação e redistribuição espacial dos equipamentos e serviços turísticos por meio da promoção da qualificação dos estabelecimentos e fomento a iniciativa privada com o objetivo de melhorar a qualidade da experiência turística.	

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO – EC	
ESTRATÉGIA DO COMPONENTE	Fortalecer, no âmbito nacional e internacional, o posicionamento de mercado do turismo do Litoral Paranaense, por meio de ações estratégicas e integradas de marketing, visando o aumento da participação da região no mercado turístico e o aumento de receitas oriundas das atividades turísticas.
Embasamento:	
- EC 1: Incentivar a ampliação e qualificação de roteiros comercializados por meio da criação da base conceitual e da promoção de espaços de articulação público-privada visando o fortalecimento do produto turístico diferenciado. - EC 2: Qualificar os materiais promocionais por meio da padronização e definição de uma identidade municipal integrada ao posicionamento de mercado regional com vistas à promoção qualificada nos mercados reais e potenciais. - EC 3: Fortalecer o posicionamento de mercado da região por meio da elaboração do Plano de Marketing do Litoral Paranaense, visando o reconhecimento nacional e internacional do pólo turístico.	

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL – FI	
ESTRATÉGIA DO COMPONENTE	Fortalecer a gestão regional do turismo por meio do desenvolvimento e implementação de processos de gestão e planejamento integrados e participativos, visando, com isso, a institucionalização de práticas administrativas eficientes e o comprometimento efetivo dos diversos atores responsáveis pelo planejamento e gestão da atividade.
Embasamento:	
- FI 1: Dinamizar a atuação das instâncias de governança municipais e regional por meio da reativação e ampliação da participação a fim de qualificar o processo de gestão e monitoramento do turismo regional. - FI 2: Qualificar servidores públicos municipais e membros das instâncias de governança para a gestão da atividade turística, por meio de processos de capacitação planejados com vistas à melhoria dos serviços prestados à população e turistas. - FI 3: Consolidar os processos de planejamento municipal e regional por meio da aplicação dos instrumentos de gestão e da efetiva participação da população no monitoramento, avaliação e revisão dos planos existentes, com vistas ao fortalecimento da gestão da atividade turística. - FI 4: Fortalecer a estrutura institucional para o turismo por meio da adequação de processos e procedimentos de gestão, da estrutura administrativa e da legislação aplicável, com vistas ao gerenciamento eficiente e eficaz de recursos para o turismo e melhoria da articulação institucional pública e público-privada.	

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS – ISB	
ESTRATÉGIA DO COMPONENTE	Ampliar e requalificar a infraestrutura e serviços básicos das áreas urbanas e rurais, para o atendimento da demanda da atividade turística e o bem-estar da população local.
Embasamento:	
- ISB 1: Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade. - ISB 2: Fomentar investimentos no sistema aquaviário por meio da criação de parcerias e oportunidades atraentes para investidores credíveis, proporcionando novas alternativas de acessibilidade aos turistas e moradores. - ISB 3: Priorizar ações de saneamento por meio de parcerias entre as esferas governamentais, visando minimizar o comprometimento da qualidade ambiental e proporcionar um ambiente mais seguro para a população e turistas.	

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL – GA	
ESTRATÉGIA DO COMPONENTE	Instrumentalizar o poder público e os agentes sociais para o planejamento e gestão dos bens socioambientais, com previsão e avaliação de possíveis impactos e estratégias de valorização da diversidade natural e cultural.
Embasamento:	
- GA 1: Estruturar os espaços territoriais especialmente protegidos por meio do planejamento compartilhado, implantação de sistemas de gestão físico-territorial e estruturação do receptivo turístico, com a finalidade de promover a geração de trabalho e renda, integrar o produto turístico, controlar o uso e valorizar o patrimônio socioambiental. - GA 2: Estratégia específica: Implantar sistema integrado e participativo de avaliação dos impactos ambientais do turismo regional por meio da consolidação de indicadores ambientais com a finalidade de controlar os impactos das atividades nas áreas naturais.	

5. PARTE V – PLANO DE AÇÃO

Esta etapa de trabalho teve como base o diagnóstico, a análise dos segmentos turísticos potenciais e atuais e a proposição dos quatro eixos potenciais apresentados anteriormente. As ações foram agrupadas de acordo com cinco componentes do Regulamento Operacional do Programa PRODETUR Nacional, bem como as estratégias apresentadas no item anterior deste documento (Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico).

Cabe ressaltar que neste documento estão indicadas todas as ações consideradas necessárias para a implementação do PDITS-LP. Desse conjunto, fazem parte ações que, embora sejam importantes para o Plano, não são financiáveis pelo PRODETUR. Neste caso, embora as ações estejam aqui registradas, considera-se que deverão ser buscadas outras alternativas de financiamento, cabendo esta tarefa ao governo do Estado e às administrações municipais.

Após a elaboração da primeira versão do plano de ação para o PDITS-LP, foram realizadas oficinas com a comissão de análise e com representantes da sociedade civil, poder público e empresários do Litoral Paranaense. Após a contribuição dos representantes, o Plano de Ação foi revisado e apresentado novamente à comissão de análise, composta por representantes dos órgãos estaduais. Dentre as ações financiadas pelo PRODETUR, foram definidas as prioritárias, a serem executadas nos dezoito primeiros meses de implantação do Plano.

Na seqüência, foi desenvolvida a avaliação dos impactos socioambientais decorrentes da implementação do plano de ação, propondo-se, para cada impacto identificado, um conjunto de ações mitigadoras.

5.1. VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS

As fichas a seguir representam o detalhamento de todas as ações previstas para o PDITS-LP, considerando: nome; área de atuação; SWOT e estratégia relacionada; município beneficiado; componente relacionado; objetivo; justificativa; descrição; e produtos e resultados.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO	
Ação 1.1 Implantação de vitrines do Litoral Paranaense.	
SWOT	- Diversificação na oferta de produtos gastronômicos (serviços de alimentação, festas e feiras). - Serviços turísticos estão concentrados em poucos municípios; apresentam uma baixa integração e baixa diversificação.
Estratégia	Apoiar a modernização, diversificação e redistribuição espacial dos equipamentos e serviços turísticos por meio da promoção da qualificação dos estabelecimentos e fomento a iniciativa privada com o objetivo de melhorar a qualidade da experiência turística.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar o receptivo dos municípios e consolidar os eixos previstos no PDITS-LP.
Justificativa	O litoral paranaense apresenta uma baixa qualidade nos serviços oferecidos pelos postos de informações turísticas. Além disso, a instalação desses equipamentos onera os gastos públicos, pois seu uso é esporádico. Ao mesmo tempo, a região apresenta uma baixa oferta de equipamentos culturais, o que prejudica não somente o turista, como os moradores locais. Tendo em vista a superação desses problemas, identificou-se a necessidade de oferecer um espaço para atendimento ao visitante e aos moradores, que cumpra também o objetivo de qualificar a promoção de produtos turísticos integrados e a oferta de atividades de lazer.
Descrição da ação	Projeto de reforma que tenha como objetivo a criação de uma identidade para o litoral; com a execução da obra e adequação do espaço. Na etapa de projeto deverão ser contemplados espaços para: atendimento ao visitante e promoção dos eixos, dos atrativos prioritários para os municípios e região e dos equipamentos e serviços disponíveis; exposição de artes, história, filmes e/ou apresentações culturais, palestras, reuniões comunitárias e entre associações representativas do <i>trade</i> turístico local; sanitários; espaço para implantação de empreendimentos privados - café, loja de artesanato e operadoras turísticas; e aquisição de mobiliário. Como segunda etapa, deve-se elaborar e implantar um plano expográfico para a sala de exposição. A definição e disponibilização do local serão de responsabilidade da administração municipal: • Paranaguá - Palácio Mathias Bohn; • Antonina - Estação Ferroviária ou Casa Batel; • Morretes - Casa Rocha Pombo ou Fábrica de Eventos; • Guaraqueçaba - Casarão do Ibama; • Guaratuba - Casa da Cultura (edificação privada).
Custo Estimado	R\$ 600.000,00
Produtos e resultados	Produto: vitrines implantadas no litoral. Resultado: promoção da imagem e consolidação dos eixos turísticos do litoral paranaense.
Área de Impacto imediato	Paranaguá, Morretes, Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO	
Ação 1.2: Implantação de postos de informações turísticas Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui.	
SWOT	- Alta valoração da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. - Existência de 47 atrativos naturais a serem vinculados ao segmento do ecoturismo e turismo de aventura. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades. - As comunidades residentes das ilhas apresentam baixo aproveitamento do potencial cultural e natural e pouca organização.
Estratégia	- Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais. - Apoiar a modernização, diversificação e redistribuição espacial dos equipamentos e serviços turísticos por meio da promoção da qualificação dos estabelecimentos e fomento a iniciativa privada com o objetivo de melhorar a qualidade da experiência turística.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a estrutura de recepção turística por meio de postos de informação.
Justificativa	A construção do empreendimento será relevante para fomentar a visitação dos turistas e qualificar a infraestrutura existente para os residentes da ilha. Atualmente, as comunidades da Praia de Encantadas, Ilha das Peças e Ilha de Superagui, apresentam fluxo turístico. No entanto, não possuem infraestrutura adequada para receber seus visitantes, o que prejudica o desenvolvimento da atividade turística nessas localidades.
Descrição da ação	Propõe-se a construção de uma estrutura mínima composta de: Praia de Encantadas - sala multiuso; administração e sanitários. Ilha das Peças - centro de recepção; sala multiuso; espaço comercial; sala com equipamento - luneta para observação terrestre; administração e sanitários. Ilha de Superagui - centro de recepção; sala multiuso; espaço comercial; administração e sanitários. A implementação dos postos de informações turísticas ocorrerá a partir de: elaboração do projeto dos postos e sua construção. Faz-se importante citar que a construção de tais equipamentos turísticos se dará baseada no plano de manejo específico das áreas citadas, a fim de atender as normas estabelecidas para o uso público destas localidades.
Custo Estimado	R\$ 431.372,00
Produtos e resultados	Produto: postos de informações turísticas implantados. Resultados: melhoria das condições de recepção turística.
Área de Impacto imediato	Paranaguá e Guaraqueçaba.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.3 – Implantação de projeto de paisagismo na Ponta de Morretes.	
SWOT	- Crescimento do interesse no ecoturismo torna litoral paranaense potencial destino de competitividade internacional. - Alta valorização da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. - Falta qualificação da gestão e da infraestrutura de apoio.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a qualidade da paisagem e maximizar o tempo de permanência do morador e/ou turista na área por meio da requalificação da paisagem e estruturação dos espaços de permanência e contemplação existentes.
Justificativa	Esta ação visa valorizar a paisagem do município e oferecer opção de passeio aos visitantes, além de melhorar as condições de uso de um espaço frequentemente utilizado pelos moradores. A Ponta de Morretes é um local utilizado por turistas e moradores para descanso e observação de botos. O local encontra-se degradado, sem manutenção, sendo inseguro em alguns trechos.
Descrição da ação	Será implantado projeto paisagístico para recuperação da área e a reforma do trapiche existente. As obras compreendem: implantação de área adequada – 160m ² para observação dos botos; instalação de mobiliário – lixeiras, bancos e bicicletário; iluminação, e paisagismo.
Custo Estimado	R\$ 85.992,00
Produtos e resultados	Produto: projeto paisagístico elaborado e implantado. Resultado: melhora na qualidade da paisagem e incremento no tempo de permanência do morador e/ou turista na área.
Área de Impacto imediato	Guaraqueçaba.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO	
Ação 1.4: Elaboração de plano de sinalização turística.	
SWOT	- A região possui 38 atrativos culturais – 38% da oferta atual da região. - A maioria dos atrativos pode ser acessada com facilidade. - Sinalização turística (indicativa e interpretativa) precária.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Qualificar o acesso turístico e fornecer uma padronização da linguagem turística informativa das rodovias e rotas e dos produtos turísticos do litoral, por meio da elaboração de um plano de sinalização turística.
Justificativa	A elaboração de um plano de sinalização se apresenta como algo de extrema importância, pois visa orientar os visitantes, direcionar fluxos e informar sobre as características e peculiaridades dos atrativos, eixos e destinos pretendidos, bem como indicação geral de serviços de apoio ao turismo disponíveis. Além disso, mostra-se um meio de transmissão de informações adequadas e eficazes sobre os locais visitados. Ao agregar valor aos atrativos turísticos da região, esta ação serve como incentivo ao aumento da permanência dos turistas e diminuição da sazonalidade do turismo. A inexistência ou insuficiência sinalização interpretativa e indicativa dos atrativos e destinos turísticos, atualmente, se constitui em um entrave para o desenvolvimento da atividade turística no litoral paranaense.
Descrição da ação	O plano de sinalização turística deverá ter como base o plano de marketing do PDITS-LP (Ação 2.2) e o Guia Brasileiro de Sinalização Turística e abrangerá todos os planos de sinalização presentes no PDITS-LP. A implementação da ação compreende: estudo para identificar os locais estratégicos onde serão instaladas as placas, com base nas definições do PDITS-LP em todas as ações referentes a sinalização; escopo de sinalização, com base nos princípios da sinalização turística (legalidade, padronização, visibilidade, legibilidade, segurança, suficiência, continuidade, coerência, atualidade, valorização, manutenção e conservação); cronograma de execução; e formas de acompanhamento, monitoramento e manutenção dos materiais instalados.
Custo Estimado	R\$ 120.000,00
Produtos e resultados	Produto: plano de sinalização turística. Resultados: qualificação do acesso e padronização da linguagem informativa e turística.
Área de Impacto imediato	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.5: Execução de obras de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo no município de Morretes.	
SWOT	- Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares. - Sinalização turística (indicativa e interpretativa) precária.
Estratégia	-Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos. -Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Proporcionar a valorização e identidade cultural dos produtos turísticos em Morretes por meio da promoção do turismo no município com obras de infraestrutura e de resgate histórico cultural
Justificativa	As obras de infraestrutura deverão promover o turismo em Morretes com vista ao resgate histórico cultural para proporcionar a valorização e identidade cultural dos produtos turísticos no município. Atualmente o número de visitantes em Morretes representa um número significativo para a região do Litoral chegando atualmente ao montante de 8 mil por mês.
Descrição da ação	A ação se divide nas seguintes etapas: execução de 38,1 km de pavimentação asfáltica e cicloviária; construção de 70 m de passarela sobre o Rio Nhundiaquara; ampliação do centro de eventos de Morretes; aquisição de equipamentos para o centro de eventos; restauração da Igreja São Benedito de Morretes; restauração da Igreja São Sebastião do Porto de Cima; restauração da Casa Rocha Pombo; e paisagismo da Praça Porto de Cima.
Custo Estimado	R\$ 9.426.230,49
Produtos e resultados	Produto: obras de infraestrutura em Morretes. Resultado: aumentar a permanência do turista proporcionando-lhes uma melhor infraestrutura pública.
Área de Impacto imediato	Morretes.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.6: Implantação de infraestrutura de visitação no Morro do Quitumbê.	
SWOT	- Alta valoração da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares.
Estratégia	Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a estrutura de visitação do Morro do Quitumbê, por meio da revitalização da trilha e implementação de mirante.
Justificativa	O Morro do Quitumbê tem altura aproximada de 80 m e possui uma trilha de 800m, em meio à vegetação nativa, que culmina com uma vista da baía e da cidade. No entanto, a estrutura atual de acesso ao topo do Morro encontra-se precária e insegura. Considerando que o local proporciona ao turista um contato único com a paisagem da baía, entende-se a necessidade de qualificação do espaço. A revitalização da trilha e a implementação de um mirante no Morro do Quitumbê proporcionará melhoria na qualidade da paisagem e incremento do valor turístico da área. Com isto, espera-se a valorização deste atrativo turístico e ordenamento e expansão do fluxo de visitação.
Descrição da ação	A implementação da ação compreende: projeto da trilha e do mirante; execução da obra; e elaboração de mecanismos de manutenção e controle de visitação.
Custo Estimado	R\$ 72.760,00
Produtos e resultados	Produto: trilha e mirante implantado no Morro do Quitumbê. Resultado: melhora na qualidade da paisagem e incremento no tempo de permanência do morador e/ou turista.
Área de Impacto imediato	Guaraqueçaba.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.7: Revitalização da estrutura do Mercado do Pescador.	
SWOT	- Necessidade de melhorar estruturação e organização relacionados à oferta de serviços qualificados. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares.
Estratégia	Qualificar a oferta de atividades turísticas complementares vinculadas aos produtos naturais e culturais por meio de incentivos a iniciativa privada e da realização de eventos com a finalidade de compor produtos integrados, diversificados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a estrutura de atendimento tanto para o comércio quanto para o turismo, por meio da recuperação da edificação do Mercado do Pescador.
Justificativa	A pesca ainda é uma atividade tão (quando não mais) importante para geração de renda em Matinhos quanto o turismo. No entanto, há necessidade de fortalecimento das estruturas de apoio à comercialização do pescado, tendo em vista o uso turístico e comunitário deste local. A proposta desta ação é que o Mercado seja um espaço para comércio para moradores e visitantes, possibilitando a socialização e lazer de comunidade e visitantes. Essa ação impulsiona a produção alimentícia e comércio associados ao turismo.
Descrição da ação	A implementação da ação compreende: projeto de reforma e uso do espaço; execução da obra; e definição de plano de manutenção e conservação.
Custo Estimado	R\$ 209.840,00
Produtos e resultados	Produto: espaço do Mercado do Pescador. Resultado: consolidação de um local para comercialização do pescado e de ponto de encontro da comunidade de pescadores.
Área de Impacto imediato	Matinhos.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.8: Implantação de sinalização turística dos parques do Rio da Onça, do Pau Oco, do Pico do Marumbi e nas Estradas da Prainha, da Graciosa e da Anhaia.	
SWOT	- Sinalização turística (indicativa e interpretativa) precária.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos. Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais. Qualificar a oferta de atividades turísticas complementares vinculadas aos produtos naturais e culturais por meio de incentivos a iniciativa privada e da realização de eventos com a finalidade de compor produtos integrados, diversificados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Orientar turistas e moradores e qualificar os atrativos, por meio da implementação de sinalização turística nos parques do Rio da Onça, do Pau Oco, do Pico do Marumbi e nas Estradas da Prainha, da Graciosa e da Anhaia.
Justificativa	A implantação da sinalização permitirá que o visitante tenha maior interação com o patrimônio natural e cultural da região, distribuindo o fluxo para atrativos diversos e aumentando a permanência dos visitantes nos destinos, além de garantir maior segurança para a visitação turística. Para a comunidade local, tal ação é uma oportunidade de valorização do local onde vivem e da preservação dos aspectos da identidade, cultura e ambiente. Os parques estaduais do Rio da Onça, do Pau Oco e do Marumbi se constituem em atrativos naturais de beleza cênica e importância para a conservação da biodiversidade. O litoral também conta com estradas históricas margeadas pela majestosa Mata Atlântica, como a Estrada da Prainha, da Graciosa e da Anhaia, as quais possibilitam o acesso a alguns atrativos naturais e equipamentos turísticos da região. No entanto, tais recursos e atrativos dotados de elementos singulares não possuem sinalização para orientar seus visitantes e oferecer uma visitação de qualidade.
Descrição da ação	A implementação da sinalização interpretativa deverá seguir o Plano de Sinalização Turística do PDITS-LP. Propõe-se a implementação de: 21 placas com dimensões de 125cm por 70 cm, fixadas a uma altura de 110 cm no Parque do Rio da Onça; 2 placas com dimensões de 125 cm por 70 cm, fixadas a uma altura de 110 cm e 2 placas de 60 cm por 40cm na Estrada da Prainha; 10 placas, com dimensões de 125cm por 70 cm, fixadas a uma altura de 110 cm no Parque do Pau Oco; 17Km de placas com dimensões de 125cm por 70 cm, fixadas a uma altura de 110 cm e placas de 60 cm por 40cm no Caminho do Itupava; 29Km de placas com dimensões de 125cm por 70 cm, fixadas a uma altura de 110 cm e placas de 60 cm por 40cm na Estrada da Graciosa; e 28Km de placas com dimensões de 125cm por 70 cm, fixadas a uma altura de 110 cm e placas de 60 cm por 40cm na Estrada da Anhaia.
Custo Estimado	R\$ 297.365,00
Produtos e resultados	Produto: sinalização turística nos atrativos turísticos. Resultado: melhor orientação dos visitantes e valorização dos atrativos turísticos.
Área de Impacto imediato	Matinhos e Morretes.
Financiamento	PRODETUR e IAP.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.9: Implantação de sinalização turística.	
SWOT	- Atrativos naturais e culturais, ligados ao turismo cultural, de sol e praia e aventura. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares. - Sinalização turística (indicativa e interpretativa) precária.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos. Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais. Qualificar a oferta de atividades turísticas complementares vinculadas aos produtos naturais e culturais por meio de incentivos a iniciativa privada e da realização de eventos com a finalidade de compor produtos integrados, diversificados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Orientar turistas e moradores e contribuir para a valorização dos atrativos por meio da implementação de sinalização turística adequada na PR-408, BR-277, BR-412.
Justificativa	A adequação da sinalização indicativa entre os municípios da região é fundamental para que os moradores e turistas tenham fácil mobilidade e para que a visita entre os pontos e municípios que compõem os eixos turísticos propostos pelo PDITS DO LITORAL PARANAENSE também seja de fácil acesso. A inexistência ou insuficiência de sistema de sinalização indicativa nas rodovias de acesso, atualmente, se constitui em um entrave para acessar os destinos do litoral paranaense. Acredita-se que, com a implantação da sinalização no acesso aos municípios o visitante identificará facilmente os eixos do litoral, enquanto que os painéis com mapas permitirão que o turista conheça os produtos turísticos do litoral de forma integrada e orientada.
Descrição da ação	A implementação da sinalização nos eixos deverá seguir o plano de sinalização turística do PDITS-LP que indicará a localização adequada das placas. Para tanto, deverão ser implantadas placas ao longo dos 21 km da PR 408, dos 27 km da BR 277, dos 43 km da PR 412 bem como placas de identificação dos eixos, com dimensões de 1.200 cm por 350 cm, em estrutura de semipórtico, e painéis (sinalização interpretativa) que apresentam o conteúdo de todos os eixos turísticos, sendo 4 em cada município. As etapas previstas para esta ação são: execução do projeto e abertura de licitação para contratação de empresa que irá realizar a implementação e manutenção das placas em troca de concessão de uso comercial.
Custo Estimado	R\$ 950.000,00
Produtos e resultados	Produto: sinalização turística implantada nas rodovias de acesso ao litoral e nos eixos turísticos definidos. Resultado: maior orientação dos visitantes e valorização dos atrativos turísticos.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.10: Elaboração e implantação do projeto de requalificação da beira mar nos municípios de Pontal do Paraná e Matinhos.	
SWOT	-Existem condições físicas favoráveis para criação de uma rota cicloviária. - A relevância histórico-cultural da região reforça potencial do turismo cultural. - A diversificação na oferta de produtos gastronômicos (serviços de alimentação festas e feiras).
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Criar espaços de permanência e contemplação por meio da qualificação da paisagem ao longo da faixa de praia.
Justificativa	A existência de uma via paisagística, com criação de espaços que incentivem a permanência dos pedestres, contribuirá para a apropriação e valorização da área pela comunidade. Hoje, as condições de circulação ao longo da faixa de praia, tanto de pedestres quanto de veículos, são precárias. Tal melhoria integrará os atrativos turísticos da região e aumentará as condições de atratividade dos produtos turísticos. Além disso, a qualificação urbana visa uma maior satisfação dos visitantes, o que acarretará no aumento de sua permanência na região.
Descrição da ação	Será desenvolvido projeto paisagístico de recuperação da orla, definindo-se critérios para o edital de licitação das obras de pavimentação, iluminação, implantação de ciclovias e calçadas e contenção da erosão.
Custo Estimado	R\$ 9.000.000,00
Produtos e resultados	Produto: projeto paisagístico implantado na beira mar dos municípios de Pontal do Paraná e Matinhos. Resultado: melhora na qualidade da paisagem e incremento no tempo de permanência do morador e/ou turista na faixa de praia.
Área de Impacto imediato	Matinhos, e Pontal do Paraná.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.11: Criação estrutura de visitação e educação no Sambaqui do Guaraguaçu.	
SWOT	- Crescimento do interesse no ecoturismo torna litoral paranaense potencial destino de competitividade internacional. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Divulgar, valorizar e proteger o patrimônio histórico e natural da região por meio da criação de um centro de visitação e espaço de educação.
Justificativa	A ação propõe planejar o uso turístico do sambaqui Guaraguaçu, prevendo estrutura compatível para visitação e sistema de controle e ordenamento do fluxo turístico. Pretende-se ordenar a visitação ao local e agregar valor ao atrativo turístico, tendo em vista os princípios da sustentabilidade no turismo. A execução desta ação envolve os moradores que vivem ao longo da estrada Guaraguaçu e, principalmente, a família indígena que habita a área onde se localiza o sambaqui. Para o turismo esta ação promove um importante recurso cultural, tendo em vista sua conservação e educação patrimonial. O litoral paranaense possui sítios arqueológicos pré-coloniais e espaços especialmente protegidos com potencial de aproveitamento para composição do produto turístico. O Sambaqui do Guaraguaçu é um dos principais representantes da ocupação de grupos pré-coloniais de pescadores e coletores de moluscos, desde aproximadamente oito mil anos atrás no litoral. No entanto, devido à visitação desordenada e não monitorada, o local encontra-se em estado de degradação e abandono por parte dos gestores e instituições de defesa do patrimônio. Atualmente o sambaqui está localizado em área onde habita comunidade Guarani.
Descrição da ação	Propõe-se a construção de uma estrutura mínima composta de: cozinha comunitária, espaço para atividades de educação ambiental e patrimonial, espaço para comercialização de produtos das comunidades da região. A construção da estrutura de observação está vinculada a aquisição de local, como contrapartida pelo poder público ou via parceria publica-privada. A ação compreende: projeto do centro de visitação; execução da centro de visitação; e elaboração de controle do centro de visitação e sistema de vigilância da visitação.
Custo Estimado	R\$ 775.910,00
Produtos e resultados	Produto: centro de visitação no Sambaqui. Resultado: qualificação da visitação, diversificação de atrativos, preservação e educação patrimonial.
Área de Impacto imediato	Pontal do Paraná.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO	
Ação 1.12: Criação de centro cultural do pescador em Matinhos.	
SWOT	- Necessidade de melhorar estruturação e organização relacionados à oferta de serviços qualificados. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares. - As comunidades residentes das ilhas apresentam baixo reconhecimento do potencial cultural e natural e pouca organização.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Difundir a cultura do pescador por meio da criação de um espaço destinado à valorização da população que vive das práticas, saberes e cultura relacionados à pesca.
Justificativa	Este espaço servirá tanto para o lazer dos turistas como também para a socialização entre os moradores e fortalecimento da gestão comunitária no turismo. A pesca artesanal é uma atividade econômica relevante para a região do litoral do Paraná. Para sustentar esta prática foram desenvolvidos, ao longo do tempo, fazeres e saberes específicos que marcam o cotidiano das comunidades e da população do litoral, tais como: fabricação de redes e de instrumentos de pesca, construção de canoas, desenvolvimento de sistema de navegação e do calendário de pesca. O cotidiano do pescador também revela diversos saberes associado à pesca no mangue, na baía e no "mar de fora". Além disso, os pescadores possuem um jeito próprio de comunicar, remar, preparar o alimento e construir sua moradia. O Centro Cultural do Pescador possibilitará a valorização e difusão dos conhecimentos sobre este rico patrimônio, a geração e manutenção de empregos para a população local e a valorização dos aspectos culturais como atrativos turísticos da região.
Descrição da ação	A gestão do espaço e das visitas serão de responsabilidade da Colônia de Pescadores. Propõe-se a construção de uma estrutura mínima composta de: espaço para recepção, três salas multiusos, espaço para exposição, administração e instalações de serviço. Uma sala será destinada aos fazeres da pesca, uma sala para os saberes que envolvem a atividade e outra sala que servirá como Vitrine do Litoral: Matinhos. A implementação do Centro Cultural do Pescador compreende as seguintes etapas: identificação e aquisição de terreno (contrapartida da Prefeitura Municipal); licitação e elaboração do projeto arquitetônico; licitação para execução da obra; licitação para elaboração do projeto museográfico e expográfico; aquisição de mobiliário; e operacionalização.
Custo Estimado	R\$ 254.450,00
Produtos e resultados	Produto: Centro Cultural do Pescador. Resultado: valorização e difusão da cultura do pescador, diversificação de atrativos, aumento da permanência do visitante e diminuição da sazonalidade.
Área de Impacto imediato	Matinhos.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.13: Implantação de projeto de requalificação da paisagem nos centros históricos.	
SWOT	- Os centros históricos contam com 31 bens tombados, que favorecem turismo cultural. - A relevância histórico-cultural da região reforça potencial do turismo cultural - Diversificação na oferta de produtos gastronômicos (serviços de alimentação, festas e feiras).
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar as condições de visitação e atratividade turística por meio da requalificação da paisagem dos centros históricos.
Justificativa	O projeto de requalificação da paisagem dos centros históricos pode vir a contribuir para a atratividade e valorização dos atrativos visitados, possibilitando o aumento da permanência e da satisfação dos visitantes. A relevância histórico-cultural do litoral reforça o potencial para o desenvolvimento do turismo cultural no conjunto formado pelas cidades de Paranaguá, Antonina e Morretes, que possuem centros históricos com características coloniais relevantes. No entanto, não existem formas de sinalização que facilitem a interpretação do patrimônio, instruindo o turista a compreender o conjunto dos bens que está visitando, bem como exerçam a função de despertar a curiosidade e o interesse pelo patrimônio cultural local. Além disso, as condições do mobiliário urbano e paisagismo desses centros são precários.
Descrição da ação	Propõe-se a implantação de uma estrutura mínima composta de: 02 bancos e 02 lixeiras por quadra; árvores a cada 30 metros; recuperação das calçadas; e implantação de sinalização interpretativa. A realização da ação deverá ocorrer seguindo as etapas: projeto paisagístico e de mobiliário urbano; elaboração e implantação do mobiliário urbano.
Custo Estimado	R\$ 6.585.779,00
Produtos e resultados	Produto: mobiliário e paisagismo implantados nos centros históricos de Antonina, Morretes e Paranaguá. Resultado: qualificação da visitação, diversificação de atrativos, aumento da permanência do visitante e educação patrimonial.
Área de Impacto imediato	Antonina, Morretes, Paranaguá.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 1.14: Elaboração de plano de uso turístico do Caminho do Itupava.	
SWOT	- Alta valoração da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. - Atrativos naturais e culturais, ligados ao turismo cultural, de sol e praia e aventura. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares. - Carência de vinculação com planejamento turístico.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Promover o ordenamento da atividade turística e a preservação do patrimônio cultural e natural da região, por meio de um Plano de Uso Turístico do Caminho do Itupava.
Justificativa	A elaboração de um Plano de Uso Turístico do Caminho do Itupava poderá ajudar no ordenamento da atividade turística, no controle ambiental e na preservação do patrimônio cultural e natural. O Caminho do Itupava, bem como os demais caminhos coloniais, se enquadrará na categoria de sítios arqueológicos históricos lineares que testemunham um precioso patrimônio cultural e natural, principalmente nos trechos calçados, em plena Floresta Atlântica da Serra do Mar. Dentre os caminhos coloniais, o Itupava é de grande interesse de visitação, apresentando, entretanto, necessidade de reparos e controle devido às ações antrópicas de degradação. Conta com Centro de visitantes nas duas extremidades, disponíveis para visitação em Quatro Barras e Morretes, servindo de recepção, apoio, informações e orientações aos usuários.
Descrição da ação	A implementação da ação compreende: diagnóstico sobre a área de estudo e entorno tendo como foco a estrutura turística instalada, a capacidade de visitação e impactos negativos sobre o meio ambiente; prospecção de uso turístico da área de intervenção; e propostas de uso turístico para o Caminho do Itupava.
Custo Estimado	R\$ 380.000,00
Produtos e resultados	Produto: plano de uso turístico do Caminho do Itupava. Resultado: melhoria das condições de visitação e preservação ambiental.
Área de Impacto imediato	Morretes.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 1.15: Criação do evento esportivo anual.	
SWOT	- Participação crescente da população em atividades de turismo. - Equacionamento de períodos sazonais. - Necessidade de melhorar estruturação e organização relacionados à oferta de serviços qualificados.
Estratégia	Qualificar a oferta de atividades turísticas complementares vinculadas aos produtos naturais e culturais por meio de incentivos a iniciativa privada e da realização de eventos com a finalidade de compor produtos integrados, diversificados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Valorizar os atrativos naturais da região e otimizar a oferta turística, através do incremento do calendário de eventos anual do Litoral do Paraná com a criação de um evento esportivo anual.
Justificativa	A criação de um evento esportivo poderá favorecer a integração e otimização da oferta turística; a redução da sazonalidade, já que tem por objetivo compensar o baixo fluxo turístico apresentado no decorrer do ano; a geração de renda; e a promoção do litoral paranaense. Considera-se que o evento irá incentivar e difundir a prática de atividades esportivas, otimizar o uso da oferta de serviços públicos e turísticos, aumentar a permanência dos visitantes na região e reduzir a sazonalidade da visitação turística na região. O litoral paranaense é um local propício para a promoção de atividades esportivas e de lazer, principalmente em Guaratuba (baía, praia do Brejatuba, das Caieiras e de Coroados), Matinhos (praia brava e mansa) e Pontal do Paraná (praia Pontal do Sul). Durante o diagnóstico foi constatado que estes atrativos naturais são subutilizados para o desenvolvimento de atividades turísticas organizadas, além de sofrerem com a sazonalidade do turismo.
Descrição da ação	A implementação desta ação pode ser dividida em cinco etapas: definição da comissão organizadora: deverá ser composta por no mínimo dois representantes de cada município, responsáveis pela organização e gestão das etapas seguintes; planejamento participativo: deverão ser estabelecidos, de forma participativa, os locais de realização das modalidades esportivas, o público-alvo, os meios de divulgação, os recursos necessários, as pessoas envolvidas e os recursos logísticos necessários; pré-evento: cada uma das atividades planejadas deverá ser detalhada e definida, os espaços deverão ser adequados; execução do evento; e avaliação e monitoramento. Sugere-se que o evento seja realizado no mês de abril ou setembro (meses de baixo fluxo turístico) e que seja itinerante, com duração de três finais de semana consecutivos, sendo dois dias para cada município. Como programação sugere-se: Guaratuba: campeonatos de caiaque e canoa a remo na baía, campeonato de corrida e ciclismo; Matinhos: campeonato de surf, de vôlei de praia em Caiobá e exibição de voo livre partindo do Morro do Boi; e Pontal do Paraná: campeonato de caminhadas entre os parques municipais, atividades recreativas e educativas e campeonato de futebol de areia. Além disso, sugere-se que cada município promova um prato típico da região e a integração do evento com os equipamentos turísticos locais.
Custo Estimado	R\$ 450.000,00
Produtos e resultados	Produto: evento esportivo realizado anualmente. Resultado: diminuição da sazonalidade, valorização dos atrativos, promoção integrada e otimização da oferta turística.
Área de Impacto imediato	Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.16: Criação de Museu Caiçara.	
SWOT	- A relevância histórico-cultural da região reforça potencial do turismo cultural. - O turismo comunitário, que valoriza a troca cultural, está em expansão. - Risco de perda ou descaracterização do patrimônio histórico-cultural. - Não há uma ação pública que integre a história da colonização com conjunto de bens culturais.
Estratégia	Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Valorizar a cultura caiçara, por meio de um espaço de educação e lazer.
Justificativa	Apesar da cultura caiçara ser um relevante bem cultural da região, não há oferta de atividades e espaços culturais destinados à interação, valorização e contemplação deste patrimônio. O museu terá em seu acervo catálogo e arquivo de dados e documentação variada sobre o modo de viver e fazer caiçara, como por exemplo: produção de embarcações, coberturas habitacionais de palha, danças e músicas típicas, culinária específica. O museu estará ligado ao Centro de Visitação e Educação do Sambaqui do Guaraguaçu, mediante integração do conjunto patrimonial arqueológico com a cultura caiçara, cujas atividades deverão privilegiar as questões do patrimônio ambiental, histórico, arqueológico e cultural. Esse espaço servirá tanto para o lazer dos turistas como para a socialização entre os moradores e fortalecimento da gestão comunitária no turismo. O museu contribui para a promoção e fortalecimento dos segmentos turísticos potenciais, como é o caso do turismo cultural.
Descrição da ação	A implementação do Museu Caiçara ocorrerá no local conhecido como Ruínas do antigo Hotel Atlântica, em Pontal do Sul, catalogado pelo programa estadual <i>Paraná da Gente</i> como equipamento cultural relevante no município. O local é mantido pelo município de Pontal do Paraná; tem ampla capacidade de público e uso destinado ao turismo e cultura, onde ocorre inclusive atualmente a Festa do Turismo e Frutos do Mar. A implementação da ação deverá atender às seguintes etapas: desenvolvimento do projeto museográfico e expográfico; compra de mobiliário; e lançamento, operação e gestão do museu por meio da realização de plano museológico e de um programa de segurança. O acervo do Museu deverá ser montado de maneira que exemplifique e represente a cultura caiçara brasileira, com documentação, arquivos e peças. Conterá com salas temáticas, nas quais os objetos e peças do acervo receberão suporte informativo e interpretativo, mediante material de apoio (fotos, textos, vídeos, entrevistas, etc.), que contem e expliquem aspectos e características da cultura caiçara; com espaço para exposição temporária; com espaço para arquivo, conservação e manutenção de acervo; e com espaço que sediará a Vitrine do Litoral Pontal do Paraná
Custo Estimado	R\$ 1.549.846,00
Produtos e resultados	Produto: Museu Caiçara e vitrine do litoral Pontal do Paraná. Resultado: espaços culturais para a contemplação e vivência do patrimônio cultural da região; promoção da imagem e consolidação dos eixos turísticos do litoral paranaense.
Área de Impacto imediato	Pontal do Paraná.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.17: Criação de museu da história do Litoral Paranaense.	
SWOT	- A relevância histórico-cultural da região reforça potencial do turismo cultural. -Risco de perda ou descaracterização do patrimônio histórico-cultural. - Não há uma ação pública que integre a história da colonização com conjunto de bens culturais.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Resgatar e promover a história da região, viabilizando o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial.
Justificativa	O museu deverá conter, em seu acervo, produções indígenas anteriores à colonização, além de objetos representativos da cultura caiçara, entre outros, porém, seu foco será histórico-colonial, em contrapartida ao MAE. Algumas fases da história da região são de relevância e serão valorizadas neste equipamento turístico cultural. São elas: o período anterior da colonização, dos grupos indígenas, passando pelos primeiros estabelecimentos no século XVII (povoados e Vila de Paranaguá), a consolidação da colonização no século XVIII (Vilas de Antonina e Guaratuba, forte da Ilha do Mel), a dinamização econômica no século XIX, devido à localização dos portos como entreposto comercial para exportar erva-mate e madeira, principalmente, até as obras do final do século XIX e início do XX (Estrada da Graciosa, Ferrovia e inclusive a BR-277). Apesar do relevante patrimônio histórico da região, não há oferta de atividades e espaços culturais destinados à interação, valorização e contemplação deste patrimônio. O museu contribui para a promoção e fortalecimento dos segmentos turísticos potenciais, como é o caso do turismo cultural.
Descrição da ação	A implementação do Museu da História do Litoral será feita no Centro Cultural do Batel. A implementação da ação compreende as seguintes etapas: desenvolvimento do projeto museográfico e expográfico; compra de mobiliário; e lançamento, operação e gestão do museu por meio da realização de plano museológico e de um programa de segurança. O acervo histórico do Museu deverá ser montado de maneira que exemplifique a história geral da baía, destacando a história de Antonina, Morretes e Paranaguá, além dos municípios com poucos remanescentes físicos da história, como Guaraqueçaba e Guaratuba. Conterá com: salas temáticas, nas quais os objetos, somados ao material de apoio interpretativo (fotos, textos, reprodução de documentos e mapas da época) expliquem fases da história; espaço para exposição temporária; e espaço para arquivo, conservação e manutenção de acervo.
Custo Estimado	R\$ 380.000,00
Produtos e resultados	Produto: Museu da História do Litoral. Resultado: oferta de espaços culturais para a contemplação do patrimônio histórico da região.
Área de Impacto imediato	Antonina.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 1.18: Realização de visitas técnicas para disseminar boas práticas do turismo.	
SWOT	- Baixo investimento para qualificação da mão de obra vinculada ao turismo. - Gestão pública apresenta carências na profissionalização para a gestão. - Baixa qualificação do setor turístico e baixa capacidade de investimento compromete a qualidade dos serviços. - Alta informalidade de empresas e trabalhadores no setor.
Estratégia	Apoiar a modernização, diversificação e redistribuição espacial dos equipamentos e serviços turísticos por meio da promoção da qualificação dos estabelecimentos e fomento a iniciativa privada com o objetivo de melhorar a qualidade da experiência turística. Qualificar servidores públicos municipais e membros das instâncias de governança para a gestão da atividade turística, por meio de processos de capacitação planejados com vistas à melhoria dos serviços prestados à população e turistas.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Aprimorar os serviços e equipamentos turísticos ofertados no litoral por meio de <i>benchmarking</i> - práticas de desenvolvimento do turismo.
Justificativa	Esta ação aprimora a qualidade dos produtos turísticos de modo a expandir, ordenar e qualificar os serviços turísticos do litoral paranaense. O <i>benchmarking</i> representa uma atividade complementar aos cursos de qualificação no turismo. Para melhoria da qualidade da gestão pública e privada na região turística, é importante que gestores públicos e privados conheçam a realidade e o modo de desenvolvimento do turismo em outras regiões do Brasil. O <i>benchmarking</i> visa, mediante a realização de visitas técnicas, estimular a inovação e valorização de experiências bem-sucedidas, tornando-as conhecidas, a fim de incentivar a difusão destas em outras localidades. Diante disto, destaca-se a importância de conhecer boas práticas do turismo, promover a troca de experiências e aprender com a realidade de destinos que são referências em determinados segmentos turísticos.
Descrição da ação	Esta ação está associada aos cursos de capacitação para gestores do turismo e para serviços turísticos gerais, nos quais será apresentado previamente o conceito de <i>benchmarking</i> . Entre as pessoas que farão os cursos de qualificação dos serviços turísticos serão selecionados dois grupos: aproximadamente 40 pessoas, representantes de empresas turísticas de micro e pequeno porte, operadores de turismo receptivo e guias turísticos regionais, que irão conhecer a região turística da Costa Doce, no Rio Grande do Sul; e dois gestores do turismo, que farão uma visita técnica para Monte Verde (MG), considerada pelo Ministério do Turismo como um caso de sucesso na implementação do programa de Regionalização. Ambas as visitas terão duração de 5 dias e os grupos receberão material de avaliação dos destinos. Na avaliação da visita, os participantes deverão preencher os formulários de avaliação e identificar as práticas que poderiam contribuir para o desenvolvimento do turismo no litoral do Paraná.
Custo Estimado	R\$ 81.200,00
Produtos e resultados	Produto: visitas técnicas a Costa Doce (RS) e Monte Verde (MG). Resultado: melhora na qualidade dos serviços turísticos ofertados.
Área de Impacto imediato	Todos os municípios.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 1.19: Elaboração de plano de qualificação urbana e ambiental do Rio Boguaçu até late Clube Guaratuba.	
SWOT	-Dificuldade de acessibilidade aos atrativos turísticos. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares. - Carência de vinculação com planejamento turístico. - Alta valoração da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Minimizar os impactos das construções no trecho entre o Rio Boguaçu e o late Clube de Guaratuba, a partir da elaboração de um plano de qualificação urbana e ambiental ao longo da faixa da baía.
Justificativa	A existência de um plano de qualificação ambiental e urbana irá fortalecer o uso sustentável da Baía de Guaratuba, principal atrativo da região. A projeção de uma via paisagística, com criação de espaços que incentivem a permanência dos pedestres, irá, da mesma forma, contribuir para a apropriação e valorização da área para o turismo e lazer da população local. As vias de circulação ao longo da faixa da baía, hoje, são precárias e descontínuas, e a construção de vários trapiches e marinas particulares causam impacto negativo na paisagem e no ecossistema local. Esta ação também possibilita a otimização do uso do patrimônio, incentivando a visita a atrativos atualmente subutilizados para o turismo.
Descrição da ação	Deverá ser desenvolvido projeto paisagístico e de recuperação urbana e ambiental deste trecho da baía. A ação deverá ser executada obedecendo às seguintes etapas: 1. ^a - levantamento da situação atual quanto aos aspectos físico-territoriais, sócio econômicos e ambientais; 2. ^a - diagnóstico com a identificação das condicionantes e potencialidades; 3. ^a - proposições para garantir a acessibilidade para a baía; a mobilidade de pedestres e ciclistas, a preservação e a contemplação dos elementos naturais e a implantação de equipamentos de lazer.
Custo Estimado	R\$ 180.000,00
Produtos e resultados	Produto: plano de qualificação urbana e ambiental. Resultado: melhora na qualidade ambiental, urbana e paisagística.
Área de Impacto imediato	Guaratuba.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.20: Construção de passarela com mirante no Morro do Boi.	
SWOT	- Alta valoração da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares.
Estratégia	Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar as condições turísticas e de segurança do Morro do Boi com a construção de uma passarela de acesso e mirante.
Justificativa	O Morro do Boi é um atrativo turístico natural de relevância que possui aproximadamente 160 m de altura, sendo cortado por trilhas com vista para o mar e locais de pescaria. Tendo em vista o potencial paisagístico de contemplação da área, a construção de passarela e mirante aumenta as condições de atratividade do local e de visitação. Além disso, esta melhoria proporciona maior segurança na circulação de visitantes e moradores e melhoria nas condições de acessibilidade, promovendo a prática da caminhada como atividade de lazer associada ao atrativo.
Descrição da ação	Antes do início da obra é necessário Estudo de Impacto Ambiental. Após esta etapa a ação terá início com elaboração de projeto, implantação das obras e implantação de mecanismos de manutenção permanente.
Custo Estimado	R\$ 65.646,00
Produtos e resultados	Produto: passarela com mirante no Morro do Boi. Resultados: melhora na qualidade da paisagem e a acessibilidade para o morador e/ou turista no local.
Área de Impacto imediato	Matinhos.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 1.21: Qualificação da trilha Ilha do Mel.	
SWOT	- As unidades de conservação estaduais de proteção integral apresentam condições político-institucionais de recebimento da visitação. - Poucas práticas ambientais positivas promovidas pelos equipamentos e serviços turísticos. - Pressão de equipamentos e serviços turísticos sobre sistemas naturais, principalmente em épocas de temporada.
Estratégia	Estruturar os espaços territoriais especialmente protegidos por meio do planejamento compartilhado, implantação de sistemas de gestão físico-territorial e estruturação do receptivo turístico, com a finalidade de promover a geração de trabalho e renda, integrar o produto turístico, controlar o uso e valorizar o patrimônio socioambiental. Implantar sistema integrado e participativo de avaliação dos impactos ambientais do turismo regional por meio da consolidação de indicadores ambientais com a finalidade de controlar os impactos das atividades nas áreas naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a estrutura de visitação e valorizar a região, a partir da qualificação da trilha que percorre o desembarque de Brasília até o Farol das Conchas.
Justificativa	A Ilha do Mel é um atrativo prioritário para o desenvolvimento da atividade turística no litoral. A localidade possui grande beleza paisagística, edificações militares de relevância para a história da ocupação do país, além de contar com praias apropriadas para a prática do surf. Há linhas de transporte aquaviário que possibilitam o acesso regular à Ilha via a Vila de Encantadas e Brasília. A partir do local de desembarque de Brasília até o Farol das Conchas, principal atrativo desta comunidade, o trajeto encontra-se degradado, o que prejudica o apelo turístico da Ilha. Assim, a qualificação desta trilha deve melhorar as condições de atratividade e a acessibilidade para moradores e visitantes.
Descrição da ação	A ação compreende: diagnóstico de aspectos físico-ambientais e tipos de impactos ambientais; construção, a partir do diagnóstico, de projeto para trilha; desenvolvimento de sinalização interpretativa e indicativa; execução da obra e (v) criação de mecanismos de manutenção.
Custo Estimado	R\$ 57.500,00
Produtos e resultados	Produto: qualificação da trilha que percorre o desembarque de Brasília até o Farol das Conchas. Resultado: qualificação da visitação e melhoria de acessibilidade.
Área de Impacto imediato	Paranaguá.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 1.22: Elaboração e implantação do plano museológico e projeto expográfico do Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE da UFPR.	
SWOT	- Crescente interesse dos turistas sobre aspectos culturais e históricos dos destinos. - O turismo comunitário, que valoriza a troca cultural, está em expansão. - Risco de perda ou descaracterização do patrimônio histórico-cultural.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Qualificar a visitação do principal museu de Paranaguá por meio da elaboração e implantação do plano museológico e projeto expográfico adequado à política nacional de museus e legislação pertinente.
Justificativa	Tendo em vista o potencial de atração do MAE, tanto pela sua localização, quanto pela qualidade de sua edificação e capacidade de apelo temático, entende-se necessário o cumprimento da função social do espaço cultural. O projeto museológico deverá adequar a proposta de exposição atual à história do litoral paranaense, com intuito de transformar o cidadão local e os visitantes em atores envolvidos no processo de transformação cultural. Portanto, o Museu deverá ser visto como local de memória e valorização da cultura e da identidade local. Além disso, a ação busca atualizar a exposição dos acervos existentes, tornando-a mais interativa e atrativa para os visitantes.
Descrição da ação	Ação deverá abranger as diretrizes da política nacional de museus e legislação pertinente. A implementação da ação compreende: catalogação do acervo existente e propostas de ampliação do mesmo; criação de nova proposta de narrativa e percurso interno de visitação dos museus; adequação do mobiliário e da linguagem de apoio e comunicação ao tipo de exposição; implantação de meios multimídia, buscando estabelecer interatividade com o visitante; e implementação de projetos complementares de luminotécnica, segurança, sonorização e climatização.
Custo Estimado	R\$ 340.000,00
Produtos e resultados	Produto: plano museológico e o plano expográfico para o MAE. Resultado: qualificação e adaptação da proposta de exposição do MAE.
Área de Impacto imediato	Paranaguá.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 2: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO	
AÇÃO 2.1: CRIAÇÃO DE VÍDEO DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA CULTURA CAIÇARA.	
SWOT	- Faltam materiais promocionais nos municípios , de forma padronizada e integrada. - Baixa divulgação da região fora do Brasil.
Estratégia	Qualificar os materiais promocionais por meio da padronização e definição de uma identidade municipal integrada ao posicionamento de mercado regional com vistas à promoção qualificada nos mercados reais e potenciais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Retratar a cultura das comunidades caiçaras, bem como a natureza local, a partir da produção de material de promoção e comercialização do litoral paranaense (vídeos conduzidos pela comunidade).
Justificativa	Esta ação valoriza o patrimônio imaterial associado ao uso turístico, sensibiliza os turistas e gestores turísticos, difunde as informações dos atrativos da região e orienta o fluxo para atrativos turísticos potenciais. A região turística do litoral paranaense carece de materiais diferenciados de promoção do patrimônio natural e cultural. O uso do vídeo permite que as comunidades caiçaras selecionem alguns aspectos relativos ao seu modo de vida que desejam registrar, tanto como forma de educação patrimonial para moradores da região, quanto como forma de apresentar sua identidade aos turistas. Os vídeos deverão ser veiculados: nas instituições de ensino do litoral e do Estado, pelo seu caráter educativo; nas Vitrines do Litoral, para promover os espaços turísticos do litoral paranaense e sensibilizar os visitantes sobre a diversidade do patrimônio cultural e ambiental da região; e nos eventos turísticos.
Descrição da ação	Os vídeos serão desenvolvidos com a participação efetiva das comunidades caiçaras e serão produzidos de acordo com seus interesses, respeitando práticas de oralidade e formas de transmissão tradicional dos saberes. Para a elaboração do vídeo será contratada uma equipe especializada em filmagem e produção de vídeos para o desenvolvimento dos seguintes itens: seleção de um grupo de 15 pessoas interessadas no projeto; realização de oficinas de capacitação, com enfoque na produção do material e na definição do conteúdo do curta e do encarte; assistência às comunidades para filmagem; edição do filme e elaboração do encarte com participação da comunidade; e lançamento do vídeo nas comunidades e distribuição do material. Os vídeos serão divulgados na internet e disponibilizados nos pontos de referência, em feiras e salões de turismo.
Custo Estimado	R\$ 170.000,00
Produtos e resultados	Produto: três curtas-metragens, abordando diferentes temáticas do modo de vida das comunidades caiçaras. Resultados: divulgação da cultura caiçara e valorização da cultura local.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 2: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 2.2: Elaboração e implantação de plano de marketing turístico.	
SWOT	- Inexistência de plano de marketing estratégico ou operacional nos municípios. - Baixa divulgação da região fora do Brasil. - Apropriação da marca no mercado ainda é incipiente.
Estratégia	Fortalecer o posicionamento de mercado da região por meio da elaboração do plano de marketing do Litoral Paranaense, visando o reconhecimento nacional e internacional do polo turístico.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Promover os produtos turísticos da região por meio da criação de uma identidade de promoção integrada dos mesmos, assim como sensibilizar e informar a população.
Justificativa	O plano de marketing contribuirá para aumentar a demanda turística real e consolidar a demanda turística potencial, distribuir o fluxo e diminuir a sazonalidade da visitação turística na região, além de construir identidade para os produtos regionais. O litoral do Paraná possui uma diversidade de atrativos culturais, históricos e ambientais, porém o potencial turístico da região é subutilizado por vários fatores, com insuficiência de estrutura de visitação e de ações de marketing direcionadas ao setor. Para valorizar e estruturar o patrimônio cultural e natural é necessário, dentre outros aspectos, o desenvolvimento de uma identidade turística que trabalhe um posicionamento de mercado no imaginário do consumidor.
Descrição da ação	A construção do plano de marketing deve ser pautado no posicionamento de mercado e nos eixos definidos no PDITS-LP. Deverá, ainda, ser construído de forma participativa, envolvendo os diversos atores locais. A implementação da ação compreende: análise da situação: realizar pesquisa e análise de mercado atual, potencial e mercado concorrente; definir objetivos da comunicação para o fortalecimento da identidade com foco no posicionamento de mercado e nos eixos turísticos, identificando os entraves para a delimitação do plano na esfera pública e privada; definição estratégica: consolidar os objetivos da comunicação; aprofundar e delimitar o conteúdo informativo de cada eixo; definir a identidade visual dos eixos – design e marca, montar banco de dados de imagens (digitalização de imagens antigas e compilação de novas); definição de elementos e meios de comunicação: delimitar os elementos e meios de comunicação adequados para atingir os objetivos de fortalecimento da identidade turística da região, considerando, no mínimo: sinalização interpretativa dos eixos turísticos, folder turístico padrão e personalizado para cada município, anúncios em revistas, jornais ou rádios, produção de guia turístico comercial dos eixos do litoral e guia turístico profissional dos eixos do litoral considerando a língua portuguesa, inglesa e espanhola; definir orçamento de comunicação; definição do plano de mídia integrado; e acompanhamento da confecção do material de comunicação; e, definição de instrumento para mensuração de efeitos da estratégia de comunicação implementada.
Custo Estimado	R\$ 566.048,00
Produtos e resultados	Produto: plano de marketing turístico para o Litoral Paranaense. Resultado: definição da identidade regional, fortalecimento do posicionamento de mercado, qualificação da experiência turística, disseminação de informações a visitantes e moradores, disponibilização de material promocional nas "vitrines do litoral", qualificação da participação regional nos eventos turísticos.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 2: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 2.3: Elaboração e execução de plano de endomarketing regional.	
SWOT	- Inexistência de plano de marketing estratégico ou operacional nos municípios. - Baixa divulgação da região fora do Brasil devido. - Apropriação da marca no mercado ainda é incipiente.
Estratégia	Qualificar os materiais promocionais por meio da padronização e definição de uma identidade municipal integrada ao posicionamento de mercado regional com vistas à promoção qualificada nos mercados reais e potenciais. Fortalecer o posicionamento de mercado da região por meio da elaboração do plano de marketing do Litoral Paranaense, visando o reconhecimento nacional e internacional do polo turístico.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Mobilização, sensibilização, troca de conhecimento e integração dos municípios do litoral, assim como a valorização, uso e conservação dos bens socioambientais, por meio de um instrumento de comunicação efetivo.
Justificativa	É importante que seja promovido um conjunto de ações focadas na população residente e que tenham como maior objetivo conscientizar sobre a importância do turismo e da preservação ambiental e patrimonial para a região. Assim, o projeto de endomarketing regional deverá proporcionar a sensibilização sobre os aspectos acima citados; promover a criação de uma identidade local; e mobilizar a população local para participação da gestão do turismo de forma sustentável e eficiente. As comunidades do litoral compartilham de contextos socioculturais, ambientais e econômicos semelhantes, tanto em termos de dificuldades quanto em riquezas e potencialidades turísticas. No entanto, não há, atualmente, nenhum veículo de comunicação voltado a sensibilização de aspectos ambientais, patrimoniais e turístico.
Descrição da ação	A implementação da ação compreende: criação e produção de campanhas motivacionais informativas internas vinculados a televisão e rádio; publicações educativas sobre patrimônio, meio ambiente e turismo; elaboração de boletins, materiais impressos como folders e cartazes bem como materiais virtuais e execução de ações de integração de matérias existente para divulgar mensagens alinhadas às campanhas e ações específicas de endomarketing, com foco no estímulo à reflexão, integração, motivação e sensibilização de toda a população litorânea;) realização de eventos de apresentação do produto litoral, conforme resultado do plano de endomarketing; e realização de eventos de debate como forma de inserção da população residente e empresários da região nos resultados do turismo, incentivando também atitudes criativas para a qualificação do produto turístico.
Custo Estimado	R\$ 650.000,00
Produtos e resultados	Produto: projeto de endomarketing regional. Resultados: sensibilização da comunidade, promoção de educação patrimonial, ambiental e turística.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 3.1: Criação de sistema regional de gestão e monitoramento do turismo.	
SWOT	- Participação dos municípios na instância de governança ainda é pequena. - Carência de referenciais de planejamento e gestão para o turismo em diversas escalas. - Desenvolvimento da atividade turística sem planejamento e estrutura adequada pode acarretar perda ou descaracterização do patrimônio histórico-cultural.
Estratégia	Dinamizar a atuação das instâncias de governança municipais e regional por meio da reativação e ampliação da participação a fim de qualificar o processo de gestão e monitoramento do turismo regional. Consolidar os processos de planejamento municipal e regional por meio da aplicação dos instrumentos de gestão e da efetiva participação da população no monitoramento, avaliação e revisão dos planos existentes, com vistas ao fortalecimento da gestão da atividade turística.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Garantir a plena implementação do PDITS-LP e demais ferramentas de planejamento do litoral, seu controle e monitoramento de forma transparente por todos os agentes envolvidos na atividade turística.
Justificativa	A criação de uma estrutura que congregue e articule as questões estratégicas e operacionais com os aspectos administrativos e políticos são essenciais para a efetividade do planejamento, bem como para a política regional do turismo. Esta ação é fundamental para possibilitar a integração da gestão da atividade turística entre os municípios da região e o planejamento dos produtos turísticos do litoral. O processo de decisão constitui-se essencialmente em um processo político e a implementação consiste em acompanhar as mudanças nas políticas, à medida que elas passam de diretivas administrativas para prática com uma declaração governamental de suas preferências, mediada por um número de atores sociais, que criam um processo circular caracterizado por relações recíprocas de poder e negociação.
Descrição da ação	O sistema regional de gestão e monitoramento do turismo, ao ser implementado, deverá respeitar as seguintes etapas: 1. ^a - programação; 2. ^a - gestão e monitoramento; 3. ^a - avaliação e revisão. Deverá contar ainda com dois mecanismos de acompanhamento e monitoramento: 1. ^o - encontro regional do turismo, que terá como objetivo criar um espaço de sensibilização, integração e profissionalização; 2. ^o - sistema de informações turísticas, que tem por objetivo facilitar a organização e gestão da informação referente à atividade turística. Para a criação do sistema de informações turísticas deverá ser contratada, inicialmente, uma empresa especializada que executará as seguintes etapas: levantamento e agrupamentos de informações disponibilizadas pelos municípios e órgãos estaduais e federais; criação do SIT; curso de capacitação para uso do sistema; levantamento de estudos complementares para alimentação do sistema; e elaboração de material didático. O SIT deverá abranger todos os municípios da região e contemplar informações sobre o CADASTUR, o INVTUR, o sistema de fluxo de visitação turística, o controle de impactos ambientais, a demanda turística, o monitoramento e avaliação do PDITS-LP, os planos, programas, projetos, e ações realizadas e/ou em andamento acerca da atividade turística nos municípios e as rotas e os eixos turísticos.
Custo Estimado	R\$ 240.000,00
Produtos e resultados	Produto: sistema regional de monitoramento do turismo. Resultado: articulação entre os agentes e segmentos do turismo da região e transparência das ações públicas relacionadas à implementação do PDITS-LP.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 3.2: Elaboração de plano de fortalecimento da gestão do turismo.	
SWOT	- Desenvolvimento da atividade turística sem planejamento e estrutura adequada pode acarretar perda ou descaracterização do patrimônio histórico-cultural. - Descontinuidade administrativa e mudança de foco das prioridades de ações.
Estratégia	Consolidar os processos de planejamento municipal e regional por meio da aplicação dos instrumentos de gestão e da efetiva participação da população no monitoramento, avaliação e revisão dos planos existentes, com vistas ao fortalecimento da gestão da atividade turística.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Dotar os municípios da região de instrumentos necessários para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.
Justificativa	O turismo, por sua amplitude, requer a participação de profissionais de diversas áreas, o que pressupõe a contratação de uma equipe multidisciplinar especializada, com experiência e capacidade para desenvolver o referido plano. Os municípios do litoral paranaense não dispõem de recursos humanos e financeiros para a elaboração de planos de fortalecimento institucional. Nesse sentido, o PRODETUR, por meio do ROP, prevê ações orientadas ao fortalecimento institucional, justamente como suporte aos processos de regionalização do turismo. Dessa forma, além do fortalecimento da gestão municipal do turismo, os planos contribuiriam para o fortalecimento da gestão regional do litoral paranaense. Não obstante, há que se considerar a necessidade de estruturação das prefeituras municipais para o recebimento de recursos do MTUR.
Descrição da ação	A implementação da ação compreende: formação da equipe de trabalho;) elaboração do plano de trabalho; elaboração do diagnóstico da gestão municipal; elaboração de estratégias e plano de ação; definição de ações prioritárias; e criação de mecanismos e avaliação e acompanhamento. A realização dos planos de fortalecimento da gestão do turismo deverá ocorrer mediante licitação e contratação de empresa especializada.
Custo Estimado	R\$ 700.000,00
Produtos e resultados	Produto: sete planos contratados, desenvolvidos e implementados. Resultado: fortalecimento institucional para a gestão do turismo municipal e, consequentemente, regional.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 3.3: Qualificação e capacitação de servidores e membros das estruturas públicas do turismo.	
SWOT	- Baixo investimento para qualificação da mão-de-obra vinculada ao turismo. - Gestão pública apresenta carências na profissionalização para a gestão. - Presença e atuação de instituições formadoras como SEBRAE e SENAC. universidades e ONGs na região podem favorecer a capacitação profissional.
Estratégia	Qualificar servidores públicos municipais e membros das instâncias de governança para a gestão da atividade turística, por meio de processos de capacitação planejados com vistas à melhoria dos serviços prestados à população e turistas.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a gestão da atividade turística por meio da promoção e qualificação dos servidores públicos.
Justificativa	Entende-se que turismo de qualidade passa, necessariamente, pela profissionalização de todos os agentes do setor. Nesse sentido, há necessidade de melhorar a gestão da atividade turística no litoral a partir da qualificação dos servidores público sem seu papel de acompanhamento e monitoramento da gestão do turismo. Acredita-se que qualificação propicia a prestação de serviços turísticos de maior qualidade, não somente aos turistas como também à população residente. Ao longo do diagnóstico da região turística, identificou-se que os servidores públicos não receberam qualificação específica para exercerem suas atividades de trabalho. A qualificação de pessoas tem por objetivo planificar o atendimento das carências de capacitação dos colaboradores organizacionais em vista ao atendimento das competências necessárias à realização da missão, visão e estratégias do turismo do município.
Descrição da ação	Os cursos serão destinados aos membros da instância de governança regional e representantes do poder público, de modo a formar um grupo com 30 pessoas por município. A execução do treinamento deverá ocorrer em cada um dos municípios e terá a carga horária de 40 horas-aula teórica. A implementação da ação compreende: identificação e definição de recursos necessários à ação; elaboração do plano de qualificação adequado a demanda de cada município; produção do material didático; elaboração e divulgação de calendário formal dos cursos; aplicação dos cursos; e avaliação.
Custo Estimado	R\$ 294.000,00
Produtos e resultados	Produto: treinamento voltado para servidores. Resultado: melhora na qualidade dos serviços turísticos ofertados pelo ente público em se tratando da gestão do turismo.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 3.4: Qualificação e capacitação profissional dos serviços turísticos.	
SWOT	- Baixo investimento para qualificação da mão de obra vinculada ao turismo. - Carência de mão de obra qualificada. - Falta de integração dos programas de capacitação profissional. - Baixa qualidade dos cursos profissionalizantes.
Estratégia	Qualificar servidores públicos municipais e membros das instâncias de governança para a gestão da atividade turística, por meio de processos de capacitação planejados com vistas à melhoria dos serviços prestados à população e turistas. Apoiar a modernização, diversificação e redistribuição espacial dos equipamentos e serviços turísticos por meio da promoção da qualificação dos estabelecimentos e fomento a iniciativa privada com o objetivo de melhorar a qualidade da experiência turística. Incentivar a ampliação e qualificação de roteiros comercializados por meio da criação da base conceitual e da promoção de espaços de articulação público-privada visando o fortalecimento do produto turístico diferenciado.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Promover a capacitação gerencial e profissional continuada, em todos os níveis demandados, tendo em vista as exigências do mercado turístico e a inserção da população local no contexto da atividade turística.
Justificativa	O litoral paranaense conta com uma rede de negócios locais que inclui serviços de hospedagem, alimentação, condução e transporte. No entanto, foi identificada a necessidade de qualificação de funcionários que trabalham no turismo receptivo e das pessoas que possuem poder de decisão na gestão do turismo. Gerentes e funcionários de empreendimentos privados, agentes comunitários ambientais e guias turísticos, serão beneficiados com cursos de capacitação e qualificação, a fim de agregar valor e qualidade à gestão dos eixos turísticos planejados e serviços em geral.
Descrição da ação	A ação contemplará: identificação e definição de recursos necessários à ação; elaboração do plano de qualificação; produção do material didático; elaboração e divulgação de calendário formal dos cursos; aplicação dos cursos; e avaliação. Os cursos deverão atender, minimamente, a dois grupos: 1.º - profissionais dos serviços e equipamentos turísticos (gerentes e funcionários), que deverão acompanhar módulos de segurança alimentar, normas de qualidade, gestão de negócios, gestão da hospitalidade, estratégias de marketing empresarial, comercialização, gestão ambiental, empreendedorismo e gestão comunitária; 2.º - guias turísticos regionais e agências de receptivo, que terão o seguinte conteúdo programático: técnica e teoria profissional, relações interpessoais, manifestação da cultura popular, gestão ambiental aplicada ao turismo, gestão da hospitalidade, história aplicada ao turismo, princípios de ecologia, técnicas em comunicação e recreação e inglês ou espanhol. Os cursos deverão ser realizados de forma itinerante, passando por todos os municípios da região. Ao longo de todo o processo espera-se atender, no mínimo, 150 pessoas.
Custo Estimado	R\$ 86.750,00
Produtos e resultados	Produto: cursos de qualificação profissional nos municípios beneficiados, para um número estimado de 150 pessoas. Resultado: melhora na qualidade dos serviços turísticos ofertados.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 3.5: Fortalecimento das instâncias de governança.	
SWOT	- Maior demanda da sociedade civil organizada por participação nas instâncias de controle e monitoramento de políticas públicas. - Participação dos municípios na instância de governança ainda é pequena. - Carência de referenciais de planejamento e gestão para o Turismo em diversas escalas.
Estratégia	Apoiar a modernização, diversificação e redistribuição espacial dos equipamentos e serviços turísticos por meio da promoção da qualificação dos estabelecimentos e fomento a iniciativa privada com o objetivo de melhorar a qualidade da experiência turística. Incentivar a ampliação e qualificação de roteiros comercializados por meio da criação da base conceitual e da promoção de espaços de articulação público-privada visando o fortalecimento do produto turístico diferenciado.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Fortalecer a instância de governança de turismo da região e a integração com os conselhos municipais de turismo e órgãos municipais de turismo dos sete municípios, visando o fomento e o desenvolvimento da atividade turística de forma regional, participativa e integrada, proporcionando desta forma, uma base para a construção conjunta de ações público-privadas na gestão da atividade turística da região
Justificativa	O fortalecimento da estrutura organizacional do turismo composta pelo poder público e atores privados dos sete municípios que compõe a região do Litoral Paranaense, proporcionará uma otimização da gestão e coordenação compartilhada do programa de regionalização do turismo em âmbito regional. Essa ação se faz fundamental para possibilitar a integração administrativa da atividade turística entre os municípios da região, o planejamento dos produtos turísticos do litoral e as ações competentes para o avanço sustentável da atividade
Descrição da ação	A proposta de fortalecimento das Instâncias de governança regional e instâncias de governança municipais do litoral se dará da seguinte forma: encontros de fortalecimento das Instâncias de Governança Municipais visando a formação integrada e regional da instância, composto por: 03 encontros em cada município (1 consultor, 2 representantes da Adetur, 10 representantes de cada município) e 1 encontro regional (1 consultor, 2 representantes da Adetur, 2 representantes de cada município); encontros de fortalecimento da Governança Regional visando a corroborar o posicionamento de mercado e estratégia de atuação, composta por: 12 encontros (1 consultor, 20 representantes/ associados da Adetur) – os encontros se darão em 2 dias, sendo o primeiro dia uma reunião com consultor e representantes e o segundo dia visitas técnicas na cidade sede do encontro; laboração e implantação dos materiais gráficos institucionais da Instancia Regional (folder, cartões de visita, banner e catálogo dos associados); realização de visita técnica para Monte Verde (MG) – destino considerado pelo Ministério do Turismo um caso de sucesso na implementação do programa de Regionalização - visando o conhecimento das boas práticas de governança (5 gestores do turismo regional); e aquisição de equipamentos para apoio a estruturação da sede da Instância de Governança Regional através da compra de equipamentos para a sede (2 notebooks, 1 telefax, 3 aparelhos celulares).
Custo Estimado	R\$ 240.000,00
Produtos e resultados	Produto: encontros de fortalecimento das acompanhados de consultoria de estudo e posicionamento estratégico de mercado e integração com o trabalho da instância de governança da região, produção de materiais gráficos institucionais, realização de visita técnica e aquisição de equipamentos para sede da Instância de Governança Regional. Resultado: melhora na qualidade da gestão integrada do turismo na região.
Área de Impacto imediato	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.1: Implantação de área de estacionamento para ônibus de excursão.	
SWOT	- Falta de áreas apropriadas para estacionamento de ônibus de excursões.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Disponibilizar espaço controlado para acomodar os veículos de receptivo turístico e os respectivos motoristas.
Justificativa	Não existem locais adequados para estacionamento de veículos de receptivo turístico - situação mais crítica nos municípios de Morretes, Matinhos e Pontal do Paraná. Hoje esses veículos estacionam em locais impróprios sem infraestrutura compatível com o ordenamento urbano dos municípios e não adequada para proceder à limpeza e à destinação de dejetos.
Descrição da ação	Os estacionamentos receberão todos os ônibus de turismo que chegam ou deixam os municípios. Serão construídos em áreas de fácil acesso: Matinhos - junto à PR508, próximo ao terminal rodoviário municipal; Morretes - junto à PR-410; Pontal do Paraná – margem esquerda do canal de Pontal do Sul, com acesso pela Rua dos lates; Paranaguá – em área a ser definida. Será um espaço para o embarque e desembarque de excursões rodoviárias que chegam ou deixam os municípios. O local deverá oferecer: área para estacionamento de ônibus turísticos e de vans que fazem city tour; área de descanso para os motoristas; e sanitários/vestiário para motoristas.
Custo Estimado	R\$ 1.168.000,00
Produtos e resultados	Produto: estacionamento para ônibus de turismo. Resultado: melhora na mobilidade e acessibilidade dos residentes e visitantes.
Área de Impacto imediato	Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.2: Implementação de ciclovia e espaço para pedestres na PR-408.	
SWOT	- Em Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná existem condições físicas favoráveis para criação de uma rota cicloviária. - Falta de segurança para pedestres e ciclistas.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Garantir a segurança e turistas e moradores, qualificando o trecho das rodovias como via de trânsito para pedestres e via de cicloturismo para o uso de ciclistas, de modo a ampliar as opções de modais de transporte.
Justificativa	A implementação de ciclovia e espaço para pedestres na PR-408 facilitará o desenvolvimento do turismo cicloviário nos municípios de Antonina e Morretes, promovendo o passeio de bicicleta como atividade de lazer na região, que possibilita interação com a paisagem e atrativos ao longo do percurso cicloviário. Essa ação incentiva o uso da bicicleta como transporte cotidiano aos munícipes, aumentando a mobilidade por meio de um transporte saudável e ambientalmente correto, tradicionalmente utilizado pela população do litoral. Esse tipo de transporte é uma alternativa barata e eficiente para locomoção de curtos a médios percursos, além de ser uma opção a mais para o transporte intra-urbano, principalmente, sendo integrado ao sistema de transporte coletivo das cidades.
Descrição da ação	Implantação de ciclovias e espaço para pedestres junto às faixas de domínio. Essa infraestrutura para ciclistas e pedestres serão implantadas em um lado da rodovia na PR408 - 21Km (Trecho Antonina – Morretes).
Custo Estimado	R\$ 2.065.000,00
Produtos e resultados	Produto: implantação de ciclovia e espaço segregado para pedestres. Resultado: maior integração dos 3 municípios na forma de infraestrutura de transporte individual, saudável e não poluidor que é a bicicleta.
Área de Impacto imediato	Antonina e Morretes.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.3: Implantação de um terminal turístico de passageiros em Paranaguá.	
SWOT	- Dificuldade de acessibilidade aos atrativos turísticos, principalmente no município de Guaraqueçaba. - Fragilidade do sistema aquaviário. - Falta de fiscalização, infraestrutura de apoio ao turista e balizamento para navegação. - Falta terminal de passageiros junto aos Portos de Paranaguá e Antonina.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar as condições de recepção turística com a implantação de um terminal turístico de passageiros.
Justificativa	A oferta de uma parada de navios de passageiros no município de Paranaguá reverterá em benefícios econômicos para todo o litoral, tornará real a demanda que atualmente é potencial, atrairá investimentos e serviços para a população da região e fomentará uma nova dinâmica ao desenvolvimento do turismo associada ao turismo náutico. Hoje os navios de passageiros atracam no Porto de Paranaguá de forma esporádica, e sem infraestrutura adequada. Embora as condições físicas não sejam adequadas, é crescente a demanda desses navios e há planejamento de obras de ampliação dos portos.
Descrição da ação	Para a implantação do terminal deverão ser considerados os seguintes aspectos: sistema de parada, de infraestrutura necessária, calado necessário e os serviços mínimos para atingir o público alvo. Propõe-se a construção de uma estrutura para: Instalações para recepção, triagem e atendimento aos passageiros; área de espera; píer de 200 metros com instalações de acostagem; e infraestrutura aquaviária.
Custo Estimado	R\$ 800.000,00
Produtos e resultados	Produto: terminal de passageiros. Resultado: inserção do Litoral Paranaense no circuito dos eixos turísticos dos navios de cruzeiros.
Área de Impacto imediato	Paranaguá.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.4: Construção da base náutica pública em Guaratuba.	
SWOT	- Fragilidade do sistema aquaviário. - Falta de fiscalização, infraestrutura de apoio ao turista e balizamento para navegação. - Falta terminal de passageiros junto aos portos de Paranaguá e Antonina.
Estratégia	Fomentar investimentos no sistema aquaviário por meio da criação de parcerias e oportunidades atraentes para investidores credíveis, proporcionando novas alternativas de acessibilidade aos turistas e moradores.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Facilitar o uso de transporte aquaviário e esportes aquáticos com a construção de uma base náutica.
Justificativa	A obra será um grande atrativo para o turismo náutico, oferecendo uma oportunidade de lazer para os turistas que visitam o litoral o ano todo, ou até mesmo para os empresários que estão investindo na região. Os turistas, investidores e moradores que desfrutem da beleza cênica da orla paranaense terão melhores condições de mobilidade na região e facilidade de acesso aos atrativos turísticos do litoral. O investimento deve alavancar o segmento náutico de forma direta e as atividades locais de forma indireta de modo a gerar renda e opções de trabalho à população local.
Descrição da ação	Este equipamento será mais um ponto de apoio para os navegantes, com infraestrutura adequada. Será implantada em área com aproximadamente 2.000m ² , pertencente a Prefeitura Municipal, entre as Ruas Capitão João Pedro e Avenida Engenheiro Ayrton Cornelsen. O partido formal do empreendimento deverá buscar integração com o meio natural onde será inserido, pela opção dos materiais e pela implantação. O programa do projeto arquitetônico deverá contemplar espaços para bilheteria, espera, área comercial e instalações sanitárias.
Custo Estimado	R\$ 700.150,00
Produtos e resultados	Produto: base náutica pública. Resultado: melhora na acessibilidade aquaviária do município.
Área de Impacto imediato	Guaratuba.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.5: Implantação de trapiche Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza.	
SWOT	- Falta de estrutura aquática pública de recepção ao turista. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares.
Estratégia	Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar as condições de recepção turística bem como promover melhores condições de acessibilidade aos moradores através da implantação de trapiches.
Justificativa	A infraestrutura de visitação ao que concerne à equipamentos turísticos presente nos municípios de Guaraqueçaba e Paranaguá é considerada incipiente no que se refere ao atendimento da demanda turística. Visando uma maior facilidade e qualidade de acesso a essas áreas tanto para a comunidade residente quanto para os turistas, afirma-se que, a implantação de trapiches contribuirá para adequada acessibilidade aquaviária das ilhas, assim como viabilizará melhores condições de visitação turística. Atualmente, as comunidades de Encantadas e Fortaleza (Ilha do Mel- Paranaguá), Vila das Peças e de Superagui (Guaraqueçaba) recebem visitantes, sobretudo nos períodos de férias escolares e feriados quando há oferta hoteleira. Em grau mais incipiente de visitação, a comunidade de Ilha Rasa possui potencial de crescimento na visitação. No entanto, considera-se que estas comunidades e vilas não possuem infraestrutura adequada para atendimento aos visitantes.
Descrição da ação	Propõe-se a construção de trapiches em estrutura de concreto e acabamento em madeira: Praia de Encantadas, Brasília e Fortaleza - 115 metros; Ilha das Peças - 40 metros; Ilha de Superagui - 30 metros; Ilha Rasa - 30 metros. A implementação dos trapiches se dará pela contratação de uma empresa especializada que desenvolverá: (i) projeto dos trapiches e (ii) construção dos mesmos.
Custo Estimado	R\$ 1.500.000,00
Produtos e resultados	Produto: trapiches. Resultado: melhora na acessibilidade aquaviária da ilha e melhoria das condições de visitação turística.
Área de Impacto imediato	Paranaguá e Guaraqueçaba.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.6: Elaboração do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.	
SWOT	- Escassas medidas quanto à minimização dos impactos ambientais causados pela falta de esgotamento sanitário, no espaço rural e urbano, afetando a balneabilidade das praias. - Inexistência de depósito final de resíduos sólidos adequados, com exceção de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba.
Estratégia	Priorizar ações de saneamento por meio de parcerias entre as esferas governamentais, visando minimizar o comprometimento da qualidade ambiental e proporcionar um ambiente mais seguro para a população e turistas.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Adotar medidas integradas de gerenciamento e manutenção de resíduos sólidos, desde o incentivo à não geração de resíduos até sua disposição final.
Justificativa	Esta ação está fortemente vinculada à melhoria das condições de vida da população e, por consequência, repercute na qualidade da estrutura ofertada aos visitantes e condiciona a sustentabilidade ambiental do turismo na região. Dos sete municípios do litoral do Paraná, cinco são responsáveis pelo planejamento e gestão dos resíduos sólidos. Desde o ano de 2000, os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná depositam os resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário localizado em Pontal do Paraná, administrado atualmente por um Consórcio Intermunicipal – CIAS. Os demais municípios não apresentam disposição final dos resíduos como solicitado pela legislação pertinente.
Descrição da ação	O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS constitui-se essencialmente em um documento que visa à administração integrada dos resíduos por meio de um conjunto de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento. O PGIRS leva em consideração aspectos referente à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos, priorizando atender requisitos ambientais e de saúde pública. Além da administração integrada dos resíduos, o PGIRS tem como base a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos gerados nos municípios. O escopo básico do Plano deverá considerar o processo de coleta até a disposição final, indicando técnicas e tecnologias sustentáveis, viabilidade econômica e institucional e indicação de áreas para tratamento a partir de informações primárias e secundárias.
Custo Estimado	R\$ 445.000,00
Produtos e resultados	Produto: plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Resultado: adoção de ações integradas e diretrizes quanto aos aspectos ambientais, sociais, econômicos, legais, administrativos e técnicos, para todas as fases da geração e dos geradores de resíduos sólidos que consequentemente acarretarão na melhoria da qualidade de vida dos residentes e visitantes.
Área de Impacto imediato	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Paranaguá.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.7: Ampliação e gerenciamento de coleta e disposição de resíduos sólidos domésticos das ilhas.	
SWOT	- Ilhas sem local adequado para disposição final dos resíduos, sendo estes transferidos para o continente.
Estratégia	Priorizar ações de saneamento por meio de parcerias entre as esferas governamentais, visando minimizar o comprometimento da qualidade ambiental e proporcionar um ambiente mais seguro para a população e turistas.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a qualidade de vida da população e garantir qualidade do meio ambiente, implantando e gerenciando a coleta, o armazenamento e a destinação dos resíduos sólidos.
Justificativa	Deve-se estimular a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos gerados. Nas ilhas de Superagui, Rasa e das Peças é feita a limpeza das praias, mas não há local adequado para disposição do material coletado, sendo transportado, muitas vezes, para a sede do município. Na Ilha do Mel, os resíduos sólidos são recolhidos por balsas, fretadas pelo Município de Paranaguá, cuja frequência depende da demanda: na alta temporada uma vez por semana, e na baixa temporada, quinzenalmente.
Descrição da ação	A ação deverá ocorrer em cinco etapas: isposição de lixeiras que permitam a separação dos resíduos orgânicos e outros; implantação de depósito temporário para os resíduos em local adequado; implantação da separação do lixo; implantação de compostagem para o lixo orgânico; e transporte regular para o continente.
Custo Estimado	R\$ 215.300,00
Produtos e resultados	Produto: lixeiras e construção de locais para armazenamento em Superagui, Ilha das Peças, Ilha Rasa e Ilha do Mel. Resultado: adequação do sistema de coleta, armazenamento e destinação dos resíduos sólidos e melhoria na qualidade de vida dos residentes e visitantes.
Área de Impacto imediato	Guaraqueçaba e Paranaguá.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.8: Implantação da rota cicloviária Pontal do Paraná/ Matinhos/ Guaratuba.	
SWOT	- Em Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná existem condições físicas favoráveis para criação de uma rota cicloviária.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Fortalecer o uso da bicicleta como meio de transporte, bem como possibilitar opções de passeios alternativos e de lazer para o turista com a rota cicloviária interligando Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.
Justificativa	Esta ação promove a melhoria de vida da população local, integra e valoriza os atrativos da região. A topografia plana e o potencial paisagístico da região do litoral favorecem o uso da bicicleta, tanto para modal de transporte como para passeio. Entretanto, hoje não existem condições para circulação segura de ciclistas. Os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, na época da alta temporada, contam com um número excessivo de carros e as ruas não comportam mais a quantidade crescente de veículos automotivos.
Descrição da ação	Construção e/ou readequação de ciclovias, interligando os municípios do litoral. Essa ação busca atender o Programa Brasileiro de Mobilidade por bicicletas do Governo Federal. Adequação da pavimentação para circulação de ciclistas em 50Km, ampliando a conectividade entre os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.
Custo Estimado	R\$ 3.156.678,00
Produtos e resultados	Produto: rota cicloviária. Resultado: novo equipamento disponível que promove o uso da bicicleta como uma alternativa de transporte saudável, não poluente e socialmente correta.
Área de Impacto imediato	Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.9: Implantação de transporte turístico aquaviário.	
SWOT	- Fragilidade do sistema aquaviário. - Falta de fiscalização, infraestrutura de apoio ao turista e balizamento para navegação.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Integrar os destinos e atrativos turísticos e melhorar as condições de visitação por meio da implantação de linha turística aquaviária.
Justificativa	A linha de transporte aquaviária presente no litoral é precária quanto ao atendimento da demanda turística, dificultando a integração entre destinos e atrativos. Para atingir esse objetivo, fortalecer os eixos turísticos e possibilitar a diversidade de mobilidade no litoral tanto para os turistas quanto para a população, sugere-se a implantação de uma linha de transporte aquaviário regular que integre as cidades que possuem saída para a Baía de Paranaguá. Esse tipo de transporte possibilitará maior facilidade de acesso entre os municípios de Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná, aumentando a mobilidade de visitantes e moradores e valorizando o trajeto como atrativo turístico de singularidade.
Descrição da ação	A implantação da ação compreende: elaboração de estudo de percurso, paradas e implantação das estruturas de apoio (trapiches e sinalização) e abertura de licitação para contratação de empresa que irá operar a linha sob o regime de contrato de concessão de serviço público patrocinado.
Custo Estimado	R\$ 2.230.316,00
Produtos e resultados	Produto: linhas regulares de transporte aquaviário. Resultado: maior integração entre os eixos turísticos do litoral.
Área de Impacto imediato	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.10: Readequação das instalações do terminal de Pontal do Paraná.	
SWOT	- Falta de estrutura aquática pública de recepção ao turista. - Fragilidade do sistema aquaviário. - Falta de fiscalização, infraestrutura de apoio ao turista e balizamento para navegação.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a estrutura física do terminal de embarque e desembarque para a Ilha do Mel adequando-o à demanda existente.
Justificativa	Há necessidade imediata de ampliação e readequação da estrutura do terminal de Pontal do Paraná frente à demanda atual, uma vez que o mesmo oferece hoje aos usuários uma infraestrutura mínima e precária. A travessia para a Ilha do Mel leva em média 30 minutos a partir do balneário de Pontal do Paraná, percurso mais rápido para acesso ao principal atrativo da região. Acredita-se que o tempo de travessia é determinante para a escolha do usuário.
Descrição da ação	A reestruturação e readequação do programa de necessidades frente a demanda atual do terminal de embarque e desembarque de Pontal do Paraná deverá contemplar as áreas: recepção; venda passagens; 3 salas comerciais; 2 sanitários completos; guarda volume; administração e mais área coberta de 100m ² .
Custo Estimado	R\$ 407.177,00
Produtos e resultados	Produto: terminal de embarque e desembarque de Pontal de Paraná. Resultado: melhora na acessibilidade dos residentes e visitantes.
Área de Impacto imediato	Pontal do Paraná.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.11: Implantação e ampliação de sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário.	
SWOT	- Baixa cobertura de esgotamento sanitário, exceto em Guaraqueçaba. - Escassas medidas quanto à minimização dos impactos ambientais causados pela falta de esgotamento sanitário, no espaço rural e urbano, afetando a balneabilidade das praias.
Estratégia	Priorizar ações de saneamento por meio de parcerias entre as esferas governamentais, visando minimizar o comprometimento da qualidade ambiental e proporcionar um ambiente mais seguro para a população e turistas.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar o contexto social e ambiental da zona costeira, por meio da implantação de sistema de coleta de esgoto doméstico.
Justificativa	Esta ação está fortemente vinculada à melhoria das condições de vida da população e, por consequência, repercute na qualidade da estrutura ofertada aos visitantes e condiciona a sustentabilidade ambiental do turismo na região. Ao melhorar as condições de balneabilidade do litoral, incentiva-se a utilização deste ambiente para oferta de atividades de lazer e turismo. A baixa cobertura deste serviço afeta a qualidade da água nos balneários e pode vir a comprometer a saúde pública na região, bem como o desenvolvimento do turismo. O município de Pontal do Paraná apresenta os piores índices de atendimento e de regularização. Pontal do Paraná passou a ter rede coletora há menos de dois anos, e esta atende 21,73% dos imóveis do município. Matinhos a rede atende 47,76% dos imóveis da área urbana, em Morretes 48,57%, Guaratuba com 53,55%. Os dados da situação atual dos municípios de Antonina e Paranaguá não foram disponibilizados.
Descrição da ação	O processo de coleta constitui-se em levar o esgoto desde sua origem até o seu destino final. Não existe um sistema de tratamento padrão para ser utilizado. Vários fatores irão influenciar na escolha das opções tecnológicas, tais como, disponibilidade de área, clima favorável, características do esgoto, qualidade desejada para o efluente, capacidade do corpo receptor de receber a carga poluidora e da legislação referente ao local.
Custo Estimado	R\$ 185.744. 952,00
Produtos e resultados	Produto: rede de distribuição e troncos e estações de tratamento de esgoto. Resultados: melhora do contexto social e ambiental da zona costeira
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.12: Pavimentação da PR-405.	
SWOT	- Falta de pavimentação adequada na PR-405. - A baixa integração intermunicipal com transporte coletivo. - Dificuldade de acessibilidade aos atrativos turísticos, principalmente no município de Guaraqueçaba.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a mobilidade e acessibilidade dos residentes e visitantes do município de Guaraqueçaba por meio da pavimentação adequada da PR-405, rodovia de acesso ao município.
Justificativa	Esta ação favorece a utilização dos atrativos turísticos ao longo da estrada e promove o acesso rodoviário facilitado ao município em questão, melhorando as condições de mobilidade e acesso aos atrativos turísticos para residentes e visitantes. A precariedade da pavimentação da rodovia muitas vezes acarreta em problemas de abastecimento, especialmente nos períodos de chuva. Além disso, essa situação piora as condições de acesso aos atrativos turísticos do município de Guaraqueçaba.
Descrição da ação	Implantação de pavimentação na PR-405, com material adequado à situação ambiental. Etapas da ação: licitação e contratação do projeto; licitação e execução do projeto; e manutenção das estruturas implantadas.
Custo Estimado	R\$ 43.458.403,00
Produtos e resultados	Produto: pavimentação da PR-405 com pavimento adequado a situação de fragilidade ambiental. Resultado: melhora na mobilidade e acessibilidade dos residentes e visitantes do município de Guaraqueçaba.
Área de Impacto imediato	Antonina e Guaraqueçaba.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.13: Requalificação da Praça Feira Mar.	
SWOT	- Falta qualificação da gestão e da infraestrutura de apoio. - Risco de perda ou descaracterização do patrimônio histórico-cultural.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Revitalizar e promover a região, a partir da requalificação da Praça Feira Mar.
Justificativa	A Praça Feira Mar e seu entorno constituem-se locais estratégicos para o desenvolvimento turístico, pois configuram-se como pontos de conexão entre os eixos do segmento cultura e natureza. Além disso, são locais de relevante importância histórica e cultural, representando espaços de uso cotidiano pela comunidade de Antonina. No entanto, a Praça Feira Mar encontra-se em mau estado de conservação, necessitando, portanto, de obras de revitalização. Essa ação promove a estruturação do espaço como atrativo turístico de importância para o turismo, para a conservação do patrimônio e uso comunitário. Entre os benefícios vinculados ao turismo é possível mencionar a revitalização desta região, o resgate da memória e identidade da população local, a qualificação do receptivo turístico e o aumento da permanência do visitante no município e na região
Descrição da ação	A implementação da ação compreende: planejamento do projeto de revitalização, no qual será feito o levantamento histórico da região, definição de locais de implantação e criação da linguagem visual das placas e painéis (com a participação da população) e estudo da qualificação do mobiliário urbano, instalação de banheiros públicos, da melhoria do calçamento e jardinagem; e execução do projeto.
Custo Estimado	R\$ 920.949,00
Produtos e resultados	Produto: calçamento, jardinagem e implantação de sinalização interpretativa na Praça Feira Mar em Antonina. Resultado: resgate da memória da cidade, qualificação da visitação, diversificação de atrativos e aumento da permanência do visitante.
Área de Impacto imediato	Antonina.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.14: Implantação de transporte turístico rodoviário regular.	
SWOT	- Baixa conectividade viária entre os balneários de Pontal do Paraná e Matinhos. - A baixa integração intermunicipal com transporte coletivo.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura de circulação, com melhorias em todos os modais, por meio de parcerias entre as esferas governamentais, proporcionando novas e confortáveis oportunidades de acessibilidade aos dois polos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Integrar os destinos e atrativos turísticos prioritários e melhorar as condições de visitação por meio da implantação de linhas turísticas rodoviárias.
Justificativa	As linhas de transporte rodoviário presentes no litoral são precárias quanto ao atendimento da demanda turística, dificultando a integração entre destinos e atrativos. Para atingir esse objetivo, fortalecer os eixos turísticos e possibilitar a diversidade de mobilidade no litoral tanto para os turistas quanto para a população, sugere-se a implantação de linhas de transporte rodoviário regular que integre as cidades de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba com duas saídas diárias a Paranaguá, que possibilitará a integração com outros municípios do Litoral Paranaense e Morretes e Antonina que possibilitará a integração entre os eixos caminhos da história, redes do litoral e Baía Caiçara.
Descrição da ação	A implantação da ação compreende: elaboração de estudo de percurso, paradas e implantação das estruturas de apoio (abrigos de ônibus e sinalização) e abertura de licitação para contratação de empresa que irá operar a linha sob o regime de contrato de concessão de serviço público patrocinado.
Custo Estimado	R\$ 1.135.158,00
Produtos e resultados	Produto: linhas de transporte rodoviário regulares. Resultado: maior integração entre os eixos turísticos do litoral.
Área de Impacto imediato	Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.15: Implantação de ponte pênsil no Rio dos Macacos.	
SWOT	- Alta valoração da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares.
Estratégia	Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar a acessibilidade dos visitantes ao parque, por meio da construção de uma ponte pênsil no Rio dos Macacos.
Justificativa	O Rio dos Macacos precipita-se de uma altura de 70 metros, formando 3 piscinas naturais no seu leito. Em seguida, como um degrau, forma outro salto, o Redondo, com aproximadamente 30 metros de queda livre e 20 metros de largura. Porém, não há estruturas de segurança para atravessar o leito do rio, no qual já ocorre visitação. A implementação da ponte pênsil, além de facilitar o acesso aos atrativos, será um fator de melhoria das condições de visitação e atratividade turística do local.
Descrição da ação	A implementação da ação compreende: projeto arquitetônico da ponte; execução da obra de 20 metros estrutura: cabos de aço e madeira; e elaboração de mecanismos de manutenção.
Custo Estimado	R\$ 15.800,00
Produtos e resultados	Produto: ponte pênsil de 20m. Resultado: melhora na acessibilidade.
Área de Impacto imediato	Morretes.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.16: Implantação de cancelas com sinalização de passagem de nível nos cruzamentos da linha férrea.	
SWOT	- Falta de segurança para pedestres e ciclistas. - As malhas intra-urbanas apresentam interseções viárias sem solução técnica aceitável.
Estratégia	Ampliar e requalificar a infraestrutura e serviços básicos das áreas urbanas e rurais, para o atendimento da demanda da atividade turística e o bem-estar da população local.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Eliminar os conflitos entre o transporte na ferrovia e a área urbana, reduzindo riscos de acidentes e melhorar o desempenho da movimentação dos trens de carga e de passageiros.
Justificativa	Por vários anos o sistema de transporte ferroviário de Paranaguá vem sofrendo enorme desgaste pelo longo tempo de uso, necessitando, desta forma, sofrer uma modernização em seu atual sistema de prevenção. A ausência de sinalização põe em risco a vida de milhares de pessoas que poderão ser vítimas de acidentes fatais. Devido à atividade portuária, Paranaguá possui uma movimentação intensa de trens que fazem cruzamento com várias ruas movimentadas da cidade, muitas pessoas acabam tendo contato com este meio de transporte e, para minimizar os riscos de acidentes, vê-se a necessidade urgente de instalação de sinalização nas passagens de nível no município. Outro fator importante a ser considerado é que a existência de uma sinalização de passagens de nível adequada facilitará a vinda do trem turístico de passageiros regularmente, diminuindo o tempo do percurso entre Morretes e Paranaguá.
Descrição da ação	Implantação da sinalização de passagens de nível composta de: sistema de detecção de trens para sinalização de cruzamentos ferroviários através de contadores de eixos ou circuito de via, tem como finalidade básica e detecção segura e confiável da presença de trens nas imediações da passagem de nível a ser sinalizada; sinaleiros com sinais luminosos e acústicos; cancelas ferroviárias automáticas com operação efetuada pelo trem que, ao cruzar a zona de aproximação da passagem de nível, provoca o acionamento dos dispositivos da cancela; placas de sinalização de advertência ("cruzamento de linha férrea"), regulamentação ("pare, olhe, escute") e indicação ("N linhas") Para implementação da sinalização de passagens de nível, inicialmente será necessária a contratação, através de licitação, de uma empresa especializada que executará: projeto de sinalização e execução do projeto.
Custo Estimado	R\$ 400.000,00
Produtos e resultados	Produto: sinalização de passagem de nível. Resultado: melhoria nas condições do acesso ferroviário e maior segurança dentro do perímetro urbano.
Área de Impacto imediato	Paranaguá.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 4.17: Execução de obra para reurbanização do aterro do mercado municipal.	
SWOT	- Falta qualificação da gestão e da infraestrutura de apoio. - Risco de perda ou descaracterização do patrimônio histórico-cultural.
Estratégia	Qualificar a organização e a integração do produto turístico histórico-cultural por meio da estruturação da gestão dos atrativos culturais, melhoria e ampliação da infraestrutura turística, promoção da educação patrimonial a fim de desenvolver produtos turísticos diferenciados e competitivos.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Oferecer um local adequado para recepção de turistas que chegam ao Litoral do Paraná através de transatlânticos e, desta forma, contribuir para o aumento da demanda proveniente deste mercado.
Justificativa	A oferta de um terminal turístico de passageiros no município de Paranaguá reverterá diretamente em benefícios econômicos para o litoral e também para o Estado do Paraná. Tornando real a demanda que atualmente é potencial, pois o Município de Paranaguá foi escolhido pelo Ministério do Turismo como um dos 65 (sessenta e cinco) destinos indutores de desenvolvimento turístico Regional, o segundo ponto de visitação turística do Estado do Paraná, e também é veiculado pela agência de turismo CVC, que coloca o público paranaense como o 1.º colocado em termos proporcionais na emissão de passagens marítimas. Dessa forma haverá a captação de novos investidores para a região e para o Estado, gerando novos empreendimentos, empregos, renda e consequente melhora na qualidade de vida da população da região.
Descrição da ação	O terminal turístico de passageiros deverá ter usos diversos, sendo os principais: terminal de cruzeiros, museu do mar, centro de pesquisas, hotel, centro de interpretação ecológica, serviços e comércio, restaurante, escola náutica, anfiteatro, estacionamento, heliporto, cinema, entre outros. O cais poderá ser feito por cortina de estaca, prancha em concreto armado, formando uma ilha artificial, o piso interno deverá ser feito em paver, com urbanização e paisagismo de toda a área. O acesso ao terminal, deverá ser feito pelas vias da cidade, compreendendo um passeio turístico pelas Ruas Benjamim Constant e General Carneiro, onde se situa o Centro Histórico de nosso Município.
Custo Estimado	R\$ 1.650.000,00
Produtos e resultados	Produto: projetos executivos e complementares, licenciamentos e demais exigências dos órgãos municipal, estadual e federal, necessários para a execução do terminal turístico de passageiros em Paranaguá.
Área de Impacto imediato	Paranaguá.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 5.1: Construção de infraestrutura para visitação nas áreas de restingas e mangues.	
SWOT	- Alta valoração da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares.
Estratégia	Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Proteger os ecossistemas e constituir um veículo de educação ambiental, por meio da construção de passarelas elevadas com placas informativas em pontos das baías e das praias.
Justificativa	A construção de passarelas em pontos estratégicos das baías, além de servir como apoio à educação ambiental, possibilitará a visitantes e moradores maior contato com o ambiente, sem ameaçar a proteção dos ecossistemas. As placas informativas junto às passarelas agregarão valor aos atrativos, sensibilizando os visitantes e moradores sobre as características dos ecossistemas visitados. Tanto as áreas de restinga como as áreas de mangue são importantes ecossistemas locais e constituem-se atrativos naturais do litoral do Paraná. Em época de temporada, ambos os ecossistemas são afetados pelo uso inadequado, por parte dos visitantes e moradores locais. Dentre os impactos mais graves estão a utilização da restinga como extensão da praia, lixo gerado pela atividade turística e marinas em áreas impróprias.
Descrição da ação	A implementação da ação compreende: levantamento dos pontos mais críticos e de maior utilização das baías e mangues; elaboração de projeto sinalizativo e arquitetônico; execução da obra; e elaboração de mecanismos de acompanhamento de manutenção das passarelas e placas.
Custo Estimado	R\$ 43.200,00
Produtos e resultados	Produto: 26 passarelas sobre o mangue e restinga. Resultado: proteção dos ambientes naturais e fomento a atividades de educação ambiental.
Área de Impacto imediato	Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, Pontal do Paraná.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 5.2: Revitalização da bacia hidrográfica do Rio Nhundiaquara.	
SWOT	-Ocorrência de inundações frequentes, causadas pela falta de canais de drenagem e assoreamento dos existentes.
Estratégia	Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Melhorar as condições de toda a malha hidrográfica que compõe a bacia do rio Nhundiaquara, adequar a utilização e promover controle de visitação, seguindo a intenção do desenvolvimento turístico ambientalmente correto.
Justificativa	Os roteiros turísticos intermunicipais, entre Morretes, Antonina, Paranaguá e litoral como um todo, sugerem melhores condições da bacia hidrográfica regional e instalação de infraestrutura adequada para a recepção de turistas, realização de passeios de barco, esportes aquáticos, bem como para a melhor exploração do transporte de passageiros, para que estas atividades sejam aprazíveis e saudáveis ao longo de todo o seu trajeto.
Descrição da ação	A recuperação da mata ciliar dos principais rios de Morretes é de suma importância para toda a região do litoral do Paraná, o Rio Nhundiaquara deságua na baía de Paranaguá, levando consigo o que capta ao longo de seu curso. As espécies endêmicas do nosso litoral, que hoje sofrem com a poluição de seu <i>habitat</i> natural, necessitam de apoio para sua sobrevivência. Diminuição do impacto ambiental advindo da ocupação humana através da conscientização.
Custo Estimado	R\$ 750.000,00
Produtos e resultados	Produto: revitalização da bacia hidrográfica do Rio Nhundiaquara. Resultado: revitalização, desassoreamento e repovoamento de toda bacia hidrográfica da região.
Área de Impacto imediato	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá.
Financiamento	PRODETUR.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 5.3: Criação de mecanismos de redução de impactos ambientais nas trilhas do litoral.	
SWOT	- Pressão de equipamentos e serviços turísticos sobre sistemas naturais, principalmente em épocas de temporada. - Falta de manejo das trilhas, geração de lixo e coleta de espécies vegetais em áreas naturais.
Estratégia	Estruturar os espaços territoriais especialmente protegidos por meio do planejamento compartilhado, implantação de sistemas de gestão físico-territorial e estruturação do receptivo turístico, com a finalidade de promover a geração de trabalho e renda, integrar o produto turístico, controlar o uso e valorizar o patrimônio socioambiental. Implantar sistema integrado e participativo de avaliação dos impactos ambientais do turismo regional por meio da consolidação de indicadores ambientais com a finalidade de controlar os impactos das atividades nas áreas naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Promover a conservação ambiental, garantir a segurança dos visitantes e melhorar as condições de visitação, por meio da criação de mecanismos para reduzir os impactos causados pela atividade turística nas trilhas do litoral.
Justificativa	A construção de um sistema de trilhas torna-se um importante instrumento para reduzir os impactos ambientais e melhorar as condições de visitação para os turistas. Esta ação é de fundamental importância a sustentabilidade do turismo na região. O litoral paranaense possui uma variedade de ambientes que servem como atrativos turísticos naturais e que recebem um número significativo de visitantes. Nesses locais, as trilhas servem como via de acesso a outros atrativos ou com o passeio em si, associadas em geral à prática da caminhada. Dentre os principais impactos gerados por essa prática turística, associados à falta de manejo de trilhas estão: a erosão e compactação do solo, a degradação da flora, as alterações no comportamento da fauna, as mudanças na hidrologia local.
Descrição da ação	A criação do sistema de trilhas deverá contar com efetiva participação dos gestores ambientais públicos, condutores e empresários do turismo. A ação compreende as seguintes etapas: elaboração de metodologia participativa; diagnóstico e mapeamento de aspectos físico-ambientais, tipos de impactos ambientais, percursos, tempo estimado de deslocamento, distâncias, acessos principais, identificação de atrativos ao longo das trilhas, capacidade de carga dos atrativos e fragilidades ambientais dos atrativos naturais considerados de hierarquia 2 e 3; construção, a partir do diagnóstico, de um banco de dados e de imagem das trilhas; desenvolvimento de mecanismos de redução de impactos nas trilhas; propor técnicas de manejo das trilhas; desenvolvimento e implementação de sinalização interpretativa ambiental; e estabelecimento de mecanismos de monitoramento e difusão das técnicas por meio de oficinas de capacitação.
Custo Estimado	R\$ 266.000,00
Produtos e resultados	Produto: mecanismos de redução de impactos nos atrativos de hierarquia 2 e 3. Resultados: melhoria na oferta de serviços turísticos e redução do impacto ambiental causado pelo turismo.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 5.4: Elaboração de estudos de capacidade de carga e sistema de fluxo de visitação para as ilhas e áreas ambientalmente frágeis.	
SWOT	- Inexistência de metodologia consolidada de monitoramento do impacto ambiental do turismo. - Inexistência de banco de dados de indicadores ambientais para monitoramento. - Grande número de espécies da flora ameaçadas.
Estratégia	Estruturar os espaços territoriais especialmente protegidos por meio do planejamento compartilhado, implantação de sistemas de gestão físico-territorial e estruturação do receptivo turístico, com a finalidade de promover a geração de trabalho e renda, integrar o produto turístico, controlar o uso e valorizar o patrimônio socioambiental. Implantar sistema integrado e participativo de avaliação dos impactos ambientais do turismo regional por meio da consolidação de indicadores ambientais com a finalidade de controlar os impactos das atividades nas áreas naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Diagnosticar com antecedência e controlar o impacto da atividade turística sobre o ambiente e a cultura local, por meio de estudos de capacidade de carga e sistema de fluxo de visitação. Controlar e ordenar o fluxo de visitação, minimizando e/ou evitando consequentes impactos negativos sobre o meio ambiente natural advindos da atividade turística, através da elaboração de estudos de capacidade de carga e sistema de fluxo de visitação.
Justificativa	As ilhas e alguns locais do continente do litoral paranaense são sistemas ambientalmente frágeis, porém com potencialidade para a atividade turística devido às suas condições paisagísticas e naturais. O turismo nessas regiões, se planejado, compatibiliza melhoria de condições de vida com o cuidado com a natureza. Porém, para seu efetivo desenvolvimento é necessário planejamento e monitoramento da atividade turística, aliados a estudos de capacidade de carga. A identificação da capacidade de carga permitirá conhecer as condições de cada comunidade, as fragilidades ambientais, as características culturais e a disponibilidade material (agrícola e pesqueira) para o recebimento de turistas e para desenvolvimento sustentável da atividade turística. Além dos gestores e visitantes, os moradores da região serão diretamente beneficiados, visto que seu modo de vida e as características do ambiente onde vivem serão considerados nos estudos.
Descrição da ação	Os estudos deverão ser realizados nas comunidades de Barbados, Superagui, Ilha das Peças, Tibicanga, Ilha do Mel e Comunidade do Salto Parati e seguir um formato integrado e participativo. A ação compreende: construção de metodologia participativa, que tenha por objetivo a transferência de conhecimento do tema à população local; levantamento e diagnóstico sobre aspectos ambientais, socioeconômicos, turísticos e de infraestrutura; relatório sobre a capacidade de carga local; construção do sistema de visitação, cuja alimentação de dados e utilização seja acessível à comunidade; proposição de mecanismo de monitoramento e avaliação; e transferência de tecnologias e capacitação para a comunidade.
Custo Estimado	R\$ 405.000,00
Produtos e resultados	Produto: implementação de estudos de capacidade de carga e sistema de fluxo de visitação nas comunidades de Barbados, Superagui, Ilha das Peças, Tibicanga, Ilha do Mel e Comunidade do Salto Parati. Resultado: cálculo do número de usuários e zoneamento espacial para o uso sustentável das áreas em questão, com manutenção do equilíbrio natural, social, físico e econômico.
Área de Impacto imediato	Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, Pontal do Paraná.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 5.5: Elaboração de plano de manejo nas unidades de conservação do litoral.	
SWOT	- Pressão de equipamentos e serviços turísticos sobre sistemas naturais, principalmente em épocas de temporada. - Grande número de espécies da flora ameaçadas. - Controle incipiente sobre os impactos socioambientais do turismo, por parte das administrações municipais.
Estratégia	Estruturar os espaços territoriais especialmente protegidos por meio do planejamento compartilhado, implantação de sistemas de gestão físico-territorial e estruturação do receptivo turístico, com a finalidade de promover a geração de trabalho e renda, integrar o produto turístico, controlar o uso e valorizar o patrimônio socioambiental. Implantar sistema integrado e participativo de avaliação dos impactos ambientais do turismo regional por meio da consolidação de indicadores ambientais com a finalidade de controlar os impactos das atividades nas áreas naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Estabelecer zoneamento, normas reguladoras de uso e manejo dos recursos naturais por meio da elaboração de planos de manejo, assim como implantar estruturas físicas necessárias à gestão das unidades de conservação.
Justificativa	Os Parques Estaduais da Graciosa, do Boguaçu, do Pau Oco, Pico Paraná, Roberto Ribas Lange, do Rio da Onça e a APA de Guaraqueçaba são unidades de conservação criadas com o objetivo de conservação e preservação ambiental e patrimonial. No entanto, seus respectivos planos de manejo ainda não foram elaborados, o que constitui um entrave para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. A elaboração desses instrumentos deverá: contribuir para que as UC's cumpram os objetivos estabelecidos nos seus decretos; definir objetivos específicos de manejo, orientando e subsidiando a gestão; dotar as UC's de diretrizes para o desenvolvimento; definir ações específicas para o manejo sustentável; e estabelecer a diferenciação e a intensidade de uso mediante o zoneamento, visando à proteção de seus recursos naturais e culturais. O plano de manejo contribuirá para o ordenamento da visitação turística nas unidades de conservação e para promoção de atividades de educação patrimonial. Executados de forma participativa, estes instrumentos deverão atender às necessidades e anseios das comunidades que residem dentro ou no entorno dessas áreas, considerando seus modos de vida e perspectivas de desenvolvimento.
Descrição da ação	Deverão ser elaborados planos de manejo para os parques estaduais da Graciosa, do Boguaçu, do Pau Oco, Pico Paraná, Roberto Ribas Lange, do Rio da Onça, da Ilha do Mel e para a APA Estadual de Guaraqueçaba. Cada plano deverá ser elaborado com participação da população local, servidores públicos, universidades e pesquisadores da área. A ação compreende: plano de trabalho e proposta metodológica participativa; diagnóstico contendo levantamento dos aspectos legais, caracterização da paisagem, condições físicas, biológicas, socioeconômicas e da gestão atual; e plano de manejo, que abarque missão e visão de futuro, objetivos, zoneamento, programas de manejo e cronograma de execução.
Custo Estimado	R\$ 880.000,00
Produtos e resultados	Produto: plano de manejo. Resultados: zoneamento, normas reguladoras do uso e de manejo dos recursos naturais da área.
Área de Impacto imediato	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 5.6: Realização de levantamento cartográfico ecológico.	
SWOT	- Inexistência de pesquisas e indicadores sistematizados para a avaliação ambiental. - Inexistência de banco de dados de indicadores ambientais para monitoramento.
Estratégia	Estruturar os espaços territoriais especialmente protegidos por meio do planejamento compartilhado, implantação de sistemas de gestão físico-territorial e estruturação do receptivo turístico, com a finalidade de promover a geração de trabalho e renda, integrar o produto turístico, controlar o uso e valorizar o patrimônio socioambiental. Implantar sistema integrado e participativo de avaliação dos impactos ambientais do turismo regional por meio da consolidação de indicadores ambientais com a finalidade de controlar os impactos das atividades nas áreas naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Realizar levantamento cartográfico ecológico com a finalidade de disseminar informações sobre o meio ambiente do litoral e ordenar a proteção e uso do ambiente em um formato integrado e adequado para a gestão.
Justificativa	O levantamento cartográfico servirá como subsídio para elaboração de material de promoção turística do litoral e contribuirá para o ordenamento do fluxo de visitantes nas áreas naturais. Embora já existam avanços no material cartográfico do litoral paranaense, ainda são necessários esforços para o seu uso de forma integrada. O levantamento deverá consolidar a região enquanto um espaço contínuo (ecossistema), espacializando as unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável e áreas não protegidas, em uma única base cartográfica, com a finalidade de subsidiar a conservação ambiental e orientar a atividade turística.
Descrição da ação	A ação compreende: levantamento de todas as bases cartográficas disponíveis em esferas governamentais; montagem de banco de dados e imagem; criação sistema único: cartográfico e ecológico; e distribuição e divulgação do material.
Custo Estimado	R\$ 150.000,00
Produtos e resultados	Produto: levantamento cartográfico ecológico. Resultados: compatibilização de informações e ampliação do acesso de a gestão territorial.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	ITCG e outras fontes.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 5.7: Elaboração de material informativo sobre ecossistemas litorâneos.	
SWOT	- Faltam materiais promocionais impressos nos municípios , de forma padronizada e integrada. - Inexistência de metodologia consolidada de monitoramento do impacto ambiental. do turismo. - Inexistência de banco de dados de indicadores ambientais para monitoramento.
Estratégia	Qualificar os materiais promocionais por meio da padronização e definição de uma identidade municipal integrada ao posicionamento de mercado regional com vistas à promoção qualificada nos mercados reais e potenciais. Estruturar os espaços territoriais especialmente protegidos por meio do planejamento compartilhado, implantação de sistemas de gestão físico-territorial e estruturação do receptivo turístico, com a finalidade de promover a geração de trabalho e renda, integrar o produto turístico, controlar o uso e valorizar o patrimônio socioambiental. Implantar sistema integrado e participativo de avaliação dos impactos ambientais do turismo regional por meio da consolidação de indicadores ambientais com a finalidade de controlar os impactos das atividades nas áreas naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Promover o fortalecimento da gestão de áreas protegidas por meio da elaboração de material informativo, visando a disseminação do conhecimento dos ecossistemas da região com foco na educação ambiental.
Justificativa	O litoral paranaense possui uma área total de 6.057 km², sendo que 82,48% do território encontra-se protegido por UC's, sendo, entretanto, pouco aproveitado para atividades turísticas. O incentivo ao turismo nestas áreas qualifica a visitação ao litoral e propicia a redução da sazonalidade turística. A elaboração do material visa demonstrar a rica diversidade biológica do litoral paranaense, por meio da apresentação de seus ecossistemas e, dessa forma, tornar-se um instrumento de valorização das áreas protegidas. Além disso, o Guia deverá atuar na educação ambiental e fortalecimento da visitação nos atrativos naturais, fortalecimento do ecoturismo e turismo de aventura.
Descrição da ação	A ação deverá abranger todo o ecossistema presente no litoral, compreendendo as seguintes etapas: levantamento de matérias disponíveis em diversos órgãos como IAP, SEMA, etc.; mapeamento de pontos estratégicos (geográficos) que representem a diversidade da região, por meio das informações do zoneamento ecológico econômico; organização de concurso fotográfico para representar as paisagens selecionadas; produção de material de divulgação em formato de revista fotográfica promocional, com descrição das imagens (incluindo a editoração); capacitação de agentes sociais ligados a unidades de conservação e ao turismo para apresentação do material gráfico; e distribuição da revista para consulta nas UC's, vitrines do litoral, casas da cultura, bibliotecas e feiras de turismo.
Custo Estimado	R\$ 158.200,00
Produtos e resultados	Produto: guia sobre ecossistemas litorâneos. Resultado: difusão do conhecimento sobre ecossistema litorâneo, valorização das UC's e educação ambiental.
Área de Impacto imediato	Todos.
Financiamento	Outras fontes.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
Ação 5.8: Construção de centro de visitação no parque estadual do Pau Oco.	
SWOT	- Alta valoração da paisagem e atrativos ressalta originalidade no mercado turístico local e regional. - Falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades complementares.
Estratégia	Qualificar o produto turístico natural por meio da promoção da educação ambiental e desenvolvimento de atividades complementares a fim de valorizar os bens socioambientais e diversificar o uso dos atrativos naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Promover a educação ambiental e a proteção do ecossistema da Serra do Mar, a partir da construção de um centro de visitação.
Justificativa	O litoral paranaense possui 82,48% do território protegido por UC's, porém, hoje, seu uso é pouco aproveitado pelo turismo, pois, em geral, estas áreas possuem uma estrutura insuficiente para monitorar e qualificar o desenvolvimento da atividade turística. A criação do centro da visitação no Parque do Pau Oco permitirá o ordenamento do fluxo turístico na UC, transmissão de informações sobre a região, bem como a promoção de atividades de educação ambiental e lazer, agregando, assim, valor ao produto turístico. A estruturação deste espaço também contribui para torná-lo um espaço de lazer para os moradores do entorno e do município.
Descrição da ação	A ação compreende as seguintes etapas: elaboração de projeto, compreendendo a definição de: área da edificação, atividades a serem desenvolvidas, equipamento/mobiliário necessários; execução da obra; e definição de plano de manutenção e monitoramento.
Custo Estimado	R\$ 240.000,00
Produtos e resultados	Produto: edificação utilizada como centro de informações e atividades educativas. Resultado: incremento no valor do produto turístico e promoção de educação ambiental.
Área de Impacto imediato	Morretes.
Financiamento	IAP e outras fontes.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
ÁREA DE ATUAÇÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Ação 5.9: Elaboração de avaliação ambiental estratégica do Litoral Paranaense.	
SWOT	- Controle incipiente sobre os impactos socioambientais do turismo, por parte das administrações municipais, - Inefetividade da proteção ambiental. - Pressão de equipamentos e serviços turísticos sobre sistemas naturais, principalmente em épocas de temporada.
Estratégia	Implantar sistema integrado e participativo de avaliação dos impactos ambientais do turismo regional por meio da consolidação de indicadores ambientais com a finalidade de controlar os impactos das atividades nas áreas naturais.
Detalhamento da ação	
Objetivo	Avaliar o Impacto Ambiental da dinamização do Turismo através da implantação das ações propostas no PDITS.
Justificativa	A avaliação ambiental estratégica compreende, na essência, um conjunto de tarefas que permitem a antecipação e o planejamento de ações relacionadas com o desenvolvimento sustentável de projetos principalmente no setor público. No âmbito do PRODETUR Nacional no Estado do Piauí, constitui-se também num conjunto de estudos necessários para a contratação da linha de crédito para financiamento de projetos estruturantes voltados para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas no Estado. Tem sua importância maior análise dos passivos ambientais resultantes dos investimentos a serem realizados, considerando os impactos ambientais diretos, indiretos, indiretos/estratégicos, cumulativos sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com seus respectivos PDITS. A avaliação ambiental estratégica incorpora uma série de valores ambientais nos procedimentos de tomada de decisão sobre planos e programas durante sua elaboração e antes de sua aprovação. Assegura uma visão estratégica e uma ampla perspectiva em relação às questões ambientais, por meio da integração global das considerações biofísicas, econômicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa, num quadro de sustentabilidade. É um processo contínuo e sistemático que permeia a construção dos projetos desde o seu momento inicial, partindo-se para a avaliação da qualidade ambiental, de visões alternativas e de efetiva perspectivas de desenvolvimento, incorporando um planejamento ou uma programação que servirá de enquadramento numa realidade futura sustentável.
Descrição da ação	A ação iniciará com: preparação do estudo; elaboração da linha de base e diagnóstico; identificação e avaliação de impactos; construção de cenários; conclusões e recomendações; e monitoramento e avaliação do programa; versão preliminar e validação da avaliação ambiental estratégica; e versão final da avaliação ambiental estratégica.
Custo estimado	R\$ 165.000,00
Produtos e resultados	Produto: estudo de impacto ambiental do turismo no Litoral Paranaense. Resultado: melhora a qualidade ambiental da área.
Área de impacto imediato	Todos os municípios.
Financiamento	PRODETUR.

5.2. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

O Quadro 14 apresenta a relação de todas as ações propostas para o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense, incluindo as ações a serem financiadas pelo PRODETUR e não financiáveis pelo programa, porém de interesse para o desenvolvimento da região.

Quadro 14 – Dimensionamento do investimento total – PDITS – LP

COD	AÇÃO	FONTE	MUNICÍPIOS	CUSTO – R\$	CUSTO – U\$ cotação 29/04/2011 (R\$1,57)
COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO					
1.1	Implantação de Vitrines do Litoral	PRODETUR	Paranaguá, Morretes, Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina	600.000,00	382.165,61
1.2	Implantação de Postos de Informações Turísticas Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui	PRODETUR	Paranaguá e Guaraqueçaba	431.372,00	274.759,24
1.3	Implantação de projeto de Paisagismo na Ponta de Morretes	PRODETUR	Guaraqueçaba	85.992,00	54.771,97
1.4	Elaboração de Plano de Sinalização Turística	PRODETUR	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	120.000,00	76.433,12
1.5	Execução de Obras de Infraestrutura para o Desenvolvimento do Turismo no Município de Morretes	PRODETUR	Morretes	9.426.230,49	6.003.968,46
1.6	Implantação de Infraestrutura de Visitação no Morro do Quitumbê	PRODETUR	Guaraqueçaba	72.760,00	46.343,95
1.7	Revitalização da Estrutura do Mercado do Pescador	PRODETUR	Matinhos	209.840,00	133.656,05
1.8	Implantação de Sinalização Turística dos Parques do Rio da Onça, do Pau Oco, do Pico do Marumbi e nas Estradas da Prainha, da Graciosa e da Anhaia	PRODETUR	Matinhos e Morretes	297.365,00	189.404,46
		IAP			

COD	AÇÃO	FONTE	MUNICÍPIOS	CUSTO – R\$	CUSTO – US cotação 29/04/2011 (R\$1,57)
COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO					
1.9	Implantação de Sinalização turística	PRODETUR	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	950.000,00	605.095,54
1.10	Elaboração e Implantação de Projeto de Requalificação da Beira Mar nos Municípios de Pontal do Paraná e Matinhos	PRODETUR	Matinhos, e Pontal do Paraná	9.000.000,00	5.732.484,08
1.11	Criação Estrutura de Visitação e Educação no Sambaqui do Guaraguaçu	Outras fontes	Pontal do Paraná	775.910,00	494.210,19
1.12	Criação de Centro Cultural do Pescador em Matinhos	Outras fontes	Matinhos	254.450,00	162.070,06
1.13	Implantação de Projeto de Requalificação da Paisagem nos Centros Históricos	Outras fontes	Antonina, Morretes, Paranaguá	6.585.779,00	4.194.763,69
1.14	Elaboração de Plano de uso Turístico do Caminho do Itupava	Outras fontes	Morretes	380.000,00	242.038,22
1.15	Criação do Evento Esportivo Anual	Outras fontes	Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná	450.000,00	286.624,20
1.16	Criação de Museu Caiçara	Outras fontes	Pontal do Paraná	1.549.846,00	987.163,06
1.17	Criação de Museu da História do Litoral	Outras Fontes	Antonina	380.000,00	242.038,22
1.18	Realização de Visitas Técnicas para Disseminar Boas Práticas do Turismo	Outras fontes	Todos	81.200,00	51.719,75

COD	AÇÃO	FONTE	MUNICÍPIOS	CUSTO – R\$	CUSTO – US cotação 29/04/2011 (R\$1,57)
COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO					
1.19	Elaboração de Plano de Qualificação Urbana e Ambiental do Rio Boguaçu até IATE Clube Guaratuba	Outras fontes	Guaratuba	180.000,00	114.649,68
1.20	Construção de Passarela com Mirante no Morro do Boi	PRODETUR	Matinhos	65.646,00	41.812,74
1.21	Qualificação da trilha Ilha do Mel	PRODETUR	Paranaguá	57.500,00	36.624,20
1.22	Elaboração e Implantação do Plano Museológico e Projeto Expográfico do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE)	Outras fontes	Paranaguá	340.000,00	216.560,51
COMPONENTE 2: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO					
2.1	Criação de Vídeo de Divulgação e Promoção da Cultura Caiçara	Outras fontes	Guaraqueçaba	170.000,00	108.280,25
2.2	Elaboração e Implantação de Plano de Marketing Turístico	PRODETUR	Todos	566.048,00	360.540,13
2.3	Elaboração e Execução de Plano de Endomarketing Regional	PRODETUR	Todos	650.000,00	414.012,74
COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL					
3.1	Criação de Sistema Regional de Gestão e Monitoramento do Turismo	PRODETUR	Todos	240.000,00	152.866,24
3.2	Elaboração de Plano de Fortalecimento da Gestão do Turismo	PRODETUR	Todos	700.000,00	445.859,87
3.3	Qualificação e Capacitação de Servidores e Membros das Estruturas Públicas do Turismo	PRODETUR	Todos	294.000,00	187.261,15
3.4	Qualificação e Capacitação Profissional dos Serviços Turísticos	Outras fontes	Todos	86.750,00	55.254,78
3.5	Fortalecimento das Instâncias de Governança	PRODETUR	Todos	240.000,00	152.866,24
COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS					
4.1	Implantação de Área de Estacionamento para Ônibus de Excursão	Outras fontes	Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	1.168.000,00	743.949,04

COD	AÇÃO	FONTE	MUNICÍPIOS	CUSTO – R\$	CUSTO – US cotação 29/04/2011 (R\$1,57)
COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS					
4.2	Implementação de Ciclovia e Espaço para Pedestres na BR 277 e na PR 408	PRODETUR	Antonina, Morretes e Paranaguá	2.065.000,00	1.315.286,62
4.3	Elaboração de projeto para implantação de um Terminal Turístico de Passageiros em Paranaguá	PRODETUR	Paranaguá	800.000,00	509.554,14
4.4	Construção da Base Náutica Pública em Guaratuba	PRODETUR	Guaratuba	700.150,00	445.955,41
4.5	Implantação de Trapiche Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza	PRODETUR	Paranaguá e Guaraqueçaba	1.500.000,00	955.414,01
4.6	Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	PRODETUR	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Paranaguá	445.000,00	283.439,49
4.7	Ampliação e Gerenciamento de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Domésticos das Ilhas	PRODETUR	Guaraqueçaba e Paranaguá	215.300,00	137.133,76
4.8	Implantação da Rota Cicloviária Pontal do Paraná/ Matinhos/ Guaratuba	PRODETUR	Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná	3.156.678,00	2.010.622,93
4.9	Implantação de Transporte Turístico Aquaviário	PRODETUR	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	2.230.316,00	1.420.583,44
4.10	Readequação das Instalações do Terminal de Pontal do Paraná	PRODETUR	Pontal do Paraná	407.177,00	259.348,41
4.11	implantação e Ampliação de Sistema de Coleta e Tratamento do Esgoto Sanitário	Outras fontes	Todos	185.744.952,00	118.308.886,62

COD	AÇÃO	FONTE	MUNICÍPIOS	CUSTO – R\$	CUSTO – US cotação 29/04/2011 (R\$1,57)
COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS					
4.12	Pavimentação da PR- 405	Outras fontes	Antonina e Guaraqueçaba	43.458.403,00	27.680.511,46
4.13	Requalificação da Praça Feira Mar	Outras fontes	Antonina	920.949,00	586.591,72
4.14	Implantação de Transporte Turístico Rodoviário Regular	Outras fontes	Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	1.135.158,00	723.030,57
4.15	Implantação de Ponte Pênsil no Rio dos Macacos	PRODETUR	Morretes	15.800,00	10.063,69
4.16	Implantação de Cancelas com Sinalização de Passagem de Nível nos Cruzamentos da Linha Férrea	PRODETUR	Paranaguá	400.000,00	254.777,07
4.17	Execução de obra para reurbanização do aterro do mercado municipal	PRODETUR	Paranaguá	1.650.000,00	1.050.955,41
COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL					
5.1	Construção de infraestrutura para visitação nas áreas de Restingas e mangues	PRODETUR	Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, Pontal do Paraná	43.200,00	27.515,92
5.2	Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Nhundiaquara	PRODETUR	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá	750.000,00	477.707,01
5.3	Criação de Mecanismos de Redução de Impactos Ambientais nas Trilhas do Litoral	Outras fontes	Todos	266.000,00	169.426,75
5.4	Elaboração de Estudos de Capacidade de carga e Sistema de Fluxo de visitação para as ilhas e áreas Ambientalmente Frágeis	Outras fontes	Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, Pontal do Paraná	405.000,00	257.961,78

COD	AÇÃO	FONTE	MUNICÍPIOS	CUSTO – R\$	CUSTO – US cotação 29/04/2011 (R\$1,57)
COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL					
5.5	Elaboração de Plano de Manejo nas Unidades de Conservação do Litoral	Outras fontes	Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná	880.000,00	560.509,55
5.6	Realização de Levantamento Cartográfico Ecológico	Outras fontes	Todos	150.000,00	95.541,40
		ITCG			
5.7	Elaboração de Material Informativo sobre Ecossistemas Litorâneos	Outras fontes	Todos	158.200,00	100.764,33
5.8	Construção de Centro de Visitação no Parque Estadual do Pau Oco	Outras fontes	Morretes	240.000,00	152.866,24
		IAP			
5.9	Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Litoral do Paraná	PRODETUR	Todos	165.000,00	105.095,54
VALOR TOTAL				284.310.971,49	181.089.790,76

5.3. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

Quadro 15 – Cronograma de ações a serem financiadas pelo PRODETUR

COD	NOME	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	TOTAL	MUNICÍPIO
COMPONENTE 1: Estratégia de produto turístico								
1.1	Implantação de Vitrines do Litoral		600.000,00				600.000,00	Paranaguá, Morretes, Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina
1.2	Implantação de Postos de Informações Turísticas Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui		431.372,00				431.372,00	Paranaguá e Guaraqueçaba
1.3	Implantação de projeto de Paisagismo na Ponta de Morretes	85.992,00					85.992,00	Guaraqueçaba
1.4	Elaboração de Plano de Sinalização Turística	120.000,00					120.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná
1.5	Execução de Obras de Infraestrutura para o Desenvolvimento do Turismo no Município de Morretes	9.426.230,49					9.426.230,49	Morretes
1.6	Implantação de Infraestrutura de Visitação no Morro do Quitumbê		72.760,00				72.760,00	Guaraqueçaba
1.7	Revitalização da Estrutura do Mercado do Pescador			209.840,00			209.840,00	Matinhos
1.8	Implantação de Sinalização Turística dos Parques do Rio da Onça, do Pau Oco, do Pico do Marumbi e nas Estradas da Prainha, da Graciosa e da Anhaia					297.365,00	297.365,00	Matinhos e Morretes
1.9	Implantação de Sinalização turística, Conforme Eixos Temáticos Previstos no PDITS-LP			950.000,00			950.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná
1.10	Elaboração e Implantação de Projeto de Requalificação da Beira Mar nos Municípios de Pontal do Paraná e Matinhos			6.000.000,00	3.000.000,00		9.000.000,00	Matinhos e Pontal do Paraná

COD	NOME	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	TOTAL	MUNICÍPIO
1.20	Construção de Passarela com Mirante no Morro do Boi			65.646,00			65.646,00	Matinhos
1.21	Qualificação da trilha Ilha do Mel		57.500,00				57.500,00	Paranaguá
COMPONENTE 2: Estratégia de comercialização								
2.2	Elaboração e Implantação de Plano de Marketing Turístico		566.048,00				566.048,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná
2.3	Elaboração e Execução de Plano de Endomarketing Regional			650.000,00			650.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná
COMPONENTE 3: Fortalecimento institucional								
3.1	Criação de Sistema Regional de Gestão e Monitoramento do Turismo				240.000,00		240.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná
3.2	Elaboração de Plano de Fortalecimento da Gestão do Turismo	700.000,00					700.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná
3.3	Qualificação e Capacitação de Servidores e Membros das Estruturas Públicas do Turismo	294.000,00					294.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná
3.5	Fortalecimento das Instâncias de Governança	240.000,00					240.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná
COMPONENTE 4: Infraestrutura e serviços básicos								
4.2	Implementação de Ciclovia e Espaço para Pedestres na BR 277 e na PR 408		1.000.000,00	1.065.000,00			2.065.000,00	Antonina, Morretes e Paranaguá
4.3	Elaboração de projeto para implantação de um Terminal Turístico de Passageiros em Paranaguá	800.000,00					800.000,00	Paranaguá

COD	NOME	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	TOTAL	MUNICÍPIO
4.4	Construção da Base Náutica Pública em Guaratuba	700.150,00					700.150,00	Guaratuba
4.5	Implantação de Trapiche Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza	1.500.000,00					1.500.000,00	Paranaguá e Guaraqueçaba
4.6	Elaboração Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	445.000,00					445.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Paranaguá
4.7	Ampliação e Gerenciamento de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Domésticos das Ilhas		215.300,00				215.300,00	Guaraqueçaba e Paranaguá
4.8	Implantação da Rota Cicloviária Pontal do Paraná/ Matinhos/Guaratuba		3.156.678,00				3.156.678,00	Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná
4.9	Implantação de Transporte Turístico Aquaviário		1.000.000,00	1.230.316,00			2.230.316,00	Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá e Pontal do Paraná
4.10	Readequação das Instalações do Terminal de Pontal do Paraná			407.177,00			407.177,00	Pontal do Paraná e Paranaguá
4.15	Implantação de ponte pênsil no rio dos macacos		15.800,00				15.800,00	Morretes
4.16	Implantação de Cancelas com Sinalização de Passagem de Nível nos Cruzamentos da Linha Férrea				400.000,00		400.000,00	Paranaguá
4.17	Execução de obra para reurbanização do aterro do mercado municipal				1.650.000,00		1.650.000,00	Paranaguá
COMPONENTE 5: Gestão ambiental								
5.1	Construção de infraestrutura para visitação nas áreas de Restingas e mangues				43.200,00		43.200,00	Pontal do Paraná e Guaratuba
5.2	Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Nhundiaquara	750.000,00					750.000,00	Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba
5.8	Construção de Centro de Visitação no Parque Estadual do Pau Oco	240.000,00					240.000,00	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e

COD	NOME	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	TOTAL	MUNICÍPIO
								Pontal do Paraná
5.9	Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Litoral do Paraná	165.000,00					165.000,00	Todos
TOTAL INVESTIMENTO PRODETUR – R\$		13.466.582,49	7.115.458,00	10.577.979,00	5.333.200,00	297.365,00	36.790.584,49	
TOTAL – US\$ (cotação 29/04/2011 R\$ 1,573)		8.561.082,32	4.523.495,23	6.724.716,46	3.390.464,08	189.043,23	23.388.801,32	

5.4. METAS DE GESTÃO

As metas de desempenho da gestão municipal refletem os objetivos que devem ser alcançados pela gestão pública de cada município do Litoral Paranaense visando seu fortalecimento para a implantação das ações propostas no PRODETUR, bem como para ações complementares desenvolvidas em âmbito municipal visando agregar valor à atividade.

5.4.1. Conselho municipal de turismo implantado e ativo.

O Conselho Municipal de Turismo é um órgão fundamental para o gerenciamento das atividades de desenvolvimento do Turismo municipal, pois representa o espaço democrático e participativo que congrega os interesses públicos e privados relacionados ao turismo. Sua importância se torna mais evidente quando o conselho exerce o papel de participar da gestão municipal do Turismo, debatendo propostas, aprovando alternativas e fiscalizando a realização de ações tanto dos atores públicos quanto dos atores privados que atuam com as atividades turísticas nos municípios. Portanto, considera-se relevante que todos os municípios tenham seus conselhos IMPLANTADOS e ATIVOS.

5.4.2. Existência legal e real do órgão público responsável pela coordenação das atividades de gestão do turismo no município.

Para uma gestão pública efetiva das atividades turísticas municipais considera-se imprescindível a atribuição da responsabilidade das atividades de gestão do turismo para um órgão ou divisão de gestão com existência formalizada na estrutura administrativa municipal. Esse órgão será responsável para organizar e executar todas as atividades relacionadas à esfera pública e ligadas à gestão municipal do turismo. Além disso, órgão assumirá a responsabilidade de representar município nas questões relacionadas ao turismo perante as outras esferas do poder municipal e as esferas estaduais e nacionais que compõem a administração pública nacional. Portanto, considera-se relevante que todos os municípios tenham o órgão público da pasta turismo.

5.4.3. Pessoal com qualificação adequada para execução das atividades.

É fundamental a existência, no quadro de servidores da prefeitura, de pessoas qualificadas para a realização de atividades de gestão do turismo municipal e acompanhamento dos seus efeitos na qualidade do ambiente. A qualificação profissional para o trabalho representa o conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes que podem ser utilizadas para a resolução de situações complexas que estão presentes no contexto cotidiano da gestão das atividades turísticas. Além disso, a existência de profissionais especializados atuando na gestão do turismo municipal favorece a realização de atividades mais adequadas ao contexto e às necessidades do turismo no município. Portanto, considera-se relevante que todos os municípios tenham no órgão de turismo no mínimo um profissional da área de turismo.

5.5. CRONOGRAMA DE AÇÕES A SEREM FINANCIADAS NOS DEZOITO PRIMEIROS MESES

As fichas a seguir se referem as ações prioritárias, delimitadas no horizonte temporal de 18 meses. Essas ações estão apresentadas de forma detalhada, a fim de facilitar a execução inicial do plano.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
Ação 1.3 – Implantação de projeto de paisagismo na ponta de Morretes.	
Objetivo	Melhorar a qualidade da paisagem e maximizar o tempo de permanência do morador e/ou turista na área por meio da requalificação da paisagem e estruturação dos espaços de permanência e contemplação existentes.
Justificativa	Esta ação visa valorizar a paisagem do município e oferecer opção de passeio aos visitantes, além de melhorar as condições de uso de um espaço frequentemente utilizado pelos moradores. A Ponta de Morretes é um local utilizado por turistas e moradores para descanso e observação de botos. O local encontra-se degradado, sem manutenção, sendo inseguro em alguns trechos.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhora da atratividade turística local; melhora da qualidade do produto turístico.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: valorização do produto turístico; valorização da imagem de mercado do município de Guaraqueçaba. Beneficiários: população do município de Morretes, iniciativa privada e turistas.
Descrição da ação	Será implantado projeto paisagístico para recuperação da área e a reforma do trapiche existente. As obras compreendem: implantação de área adequada – 160m ² para observação dos botos; instalação de mobiliário – lixeiras, bancos e bicicletário; iluminação, e paisagismo.
Responsáveis pela execução	Prefeitura municipal / empresa concessionária.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal/ empresa concessionária.
Custo estimado e fonte de financiamento.	Projeto: R\$ 6.369,00 Local adequado para observação dos botos: R\$ 54.400,00 Mobiliário: bancos, lixeiras, bicicletários: R\$ 8.623,00 Paisagismo: R\$ 4.600,00 Iluminação: R\$ 12.000,00 R\$ 85.992,00 Fonte: PRODETUR
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Não existe mecanismo de recuperação.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	Submeter o projeto ao CEM: - licença prévia; - licença de instalação; - licença de operação; - Relatório Ambiental Preliminar – RAP; - Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS; - plano diretor municipal; - código florestal; - Resoluções do CONAMA n.º 1/86, n.º 11/86, n.º 5/87, n.º 237/97, n.º 369/06, n.º 303/02, que dispõem sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental; - Resolução SEMA n.º 051/09.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: obras executadas conforme o cronograma. Fontes de verificação: relatório de obra.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Nenhuma ação.
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existem projetos em andamento.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
Ação 1.4: Elaboração de plano de sinalização turística.	
Objetivo	Qualificar o acesso turístico e fornecer uma padronização da linguagem turística informativa das rodovias e rotas e dos produtos turísticos do litoral, por meio da elaboração de um plano de sinalização turística.
Justificativa	A elaboração de um plano de sinalização se apresenta como algo de extrema importância, pois visa orientar os visitantes, direcionar fluxos e informar sobre as características e peculiaridades dos atrativos, eixos e destinos pretendidos, bem como indicação geral de serviços de apoio ao turismo disponíveis. Além disso, mostra-se um meio de transmissão de informações adequadas e eficazes sobre os locais visitados. Ao agregar valor aos atrativos turísticos da região, esta ação serve como incentivo ao aumento da permanência dos turistas e diminuição da sazonalidade do turismo. A inexistência ou insuficiência sinalização interpretativa e indicativa dos atrativos e destinos turísticos, atualmente, se constitui em um entrave para o desenvolvimento da atividade turística no litoral paranaense.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhora da atratividade turística local. Aumento da qualidade do produto turístico. Qualificação da política regional de promoção e comercialização do turismo.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: valorização do produto turístico; maior facilidade de acesso aos atrativos; melhoria da imagem de mercado. Beneficiários: população da região do litoral e turistas.
Descrição da ação	O plano de sinalização turística deverá ter como base o plano de marketing do PDITS-LP (Ação 2.2) e o Guia Brasileiro de Sinalização Turística e abrangerá todos os planos de sinalização presentes no PDITS-LP. A ação compreende: estudo para identificar os locais estratégicos onde serão instaladas as placas, com base nas definições do PDITS-LP em todas as ações referentes a sinalização; escopo de sinalização, com base nos princípios da sinalização turística (legalidade, padronização, visibilidade, legibilidade, segurança, suficiência, continuidade, coerência, atualidade, valorização, manutenção e conservação); cronograma de execução; e formas de acompanhamento, monitoramento e manutenção dos materiais instalados.
Responsáveis pela execução	Prefeituras municipais e setor privado.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeituras municipais e setor privado.
Custo estimado e fonte de financiamento.	R\$ 120.000,00
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Não existe mecanismo de recuperação.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	Submeter o projeto ao DER. -De acordo com o Manual de Planejamento e Gestão Ambiental do Regulamento Operacional do PRODETUR Nacional, não há normas de licenciamento ambiental que orientem ou impeçam esta ação.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: etapas do plano concluídas. Fontes de verificação: relatório do programa.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Ações posteriores: 2.2 e 1.9.
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existem projetos em andamento.

COMPONENTE 1: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
Ação 1.5: Execução de obras de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo no município de Morretes	
Objetivo	Proporcionar a valorização e identidade cultural dos produtos turísticos em Morretes por meio da promoção do turismo no município com obras de infraestrutura e de resgate histórico cultural.
Justificativa	As obras de infraestrutura deverão promover o turismo em Morretes com vista ao resgate histórico cultural para proporcionar a valorização e identidade cultural dos produtos turísticos no município. Atualmente o número de visitantes em Morretes representa um número significativo para a região do Litoral chegando atualmente ao montante de 8 mil por mês.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhora da atratividade turística local. Aumento da qualidade do produto turístico. Aumento da permanência média do turista. Aelhora na integração entre municípios. Aumento da geração de trabalho e renda direta e indireta. Aumento da receita do governo.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: melhora da acessibilidade na região; valorização do produto turístico; valorização da imagem de mercado dos municípios beneficiados. Beneficiários: população residente do município de Morretes e entorno, iniciativa privada e turistas.
Descrição da ação	A ação se divide nas seguintes etapas: execução de 38,1 km de pavimentação asfáltica e cicloviária; construção de 70 m de passarela sobre o Rio Nhundiaquara; ampliação do centro de eventos de Morretes; aquisição de equipamentos para o centro de eventos; restauração da Igreja São Benedito de Morretes; restauração da Igreja São Sebastião do Porto de Cima; restauração da Casa Rocha Pombo; e paisagismo da Praça Porto de Cima.
Responsáveis pela execução	Prefeitura municipal e setor privado.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal.
Custo estimado e fonte de financiamento.	CUSTO DETALHADO. Execução de 38,1 km de pavimentação asfáltica e ciclovia: R\$ 3.771.481,00. Construção de 70 m de passarela sobre o Rio Nhundiaquara: R\$ 1.538.010,00. Ampliação do centro de eventos de Morretes: R\$ 906.699,66. Aquisição de equipamentos para o centro de eventos: R\$ 1.116.072,07. Restauração da Igreja São Benedito de Morretes: R\$ 653.521,64. Restauração da Igreja São Sebastião do Porto de Cima: R\$ 607.630,04. Restauração da Casa Rocha Pombo: R\$ 505.572,33. Paisagismo da Praça Porto de Cima: R\$ 327.243,75. Total: R\$ 9.426.230,49. PRODETUR.
Gastos estimados de operação	Centro de Convenções = R\$ 5.000,00.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Aluguel de espaços no centro de convenções.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	- Licença prévia. - Licença de instalação. - Licença de operação. - Relatório Ambiental Preliminar – RAP. - Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: obras executadas conforme o cronograma. Fontes de verificação: relatório de obra.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Nenhuma ação.
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Produto: obras de infraestrutura em Morretes. Resultado: aumentar a permanência do turista proporcionando-lhes uma melhor infraestrutura pública.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Ação 3.2: Elaboração de plano de fortalecimento da gestão do turismo.	
Objetivo	Dotar os municípios da região de instrumentos necessários para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.
Justificativa	O turismo, por sua amplitude, requer a participação de profissionais de diversas áreas, o que pressupõe a contratação de uma equipe multidisciplinar especializada, com experiência e capacidade para desenvolver o referido plano. Os municípios do litoral paranaense não dispõem de recursos humanos e financeiros para a elaboração de planos de fortalecimento institucional. Neste sentido, o PRODETUR, por meio do ROP, prevê ações orientadas ao fortalecimento institucional, justamente como suporte aos processos de regionalização do turismo. Desta forma, além do fortalecimento da gestão municipal do turismo, os planos contribuiriam para o fortalecimento da gestão regional do litoral paranaense. Não obstante, há que se considerar a necessidade de estruturação das prefeituras municipais para o recebimento de recursos do MTUR.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhora da atratividade turística local. Aumento da qualidade do produto turístico. Aumento da receita do governo.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: valorização na qualificação da gestão pública e integrada do turismo. Beneficiários: gestores públicos; profissionais ligados as atividades turísticas.
Descrição da ação	Para a correta execução da ação, deve ocorrer: formação da equipe de trabalho; elaboração do plano de trabalho; elaboração do diagnóstico da gestão municipal; elaboração de estratégias e plano de ação; definição de ações prioritárias; e criação de mecanismos e avaliação e acompanhamento. A realização dos Planos de Fortalecimento da Gestão do Turismo deverá ocorrer mediante licitação e contratação de empresa especializada.
Responsáveis pela execução	Prefeituras municipais.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeituras municipais.
Custo estimado e fonte de financiamento.	Antonina – R\$ 100.00,00 Guaraqueçaba – R\$ 100.00,00 Guaratuba – R\$ 100.00,00 Matinhos – R\$ 100.00,00 Morretes – R\$ 100.00,00 Paranaguá – R\$ 100.00,00 Pontal de Paraná – R\$ 100.00,00 Total - R\$ 700.000,00 PRODETUR.
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Não existe mecanismo de recuperação.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	De acordo com o Manual de Planejamento e Gestão Ambiental do Regulamento Operacional do PRODETUR Nacional, não há normas de licenciamento ambiental que orientem ou impeçam esta ação.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: número de profissionais qualificados. Fontes de verificação: relatório da empresa contratada.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Ação simultânea (ano1) – Ação 30 (Qualificação e capacitação de servidores e membros das estruturas públicas do turismo).
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Ação 3.3: Qualificação e capacitação de servidores e membros das estruturas públicas do turismo.	
Objetivo	Melhorar a gestão da atividade turística por meio da promoção e qualificação dos servidores públicos.
Justificativa	Entende-se que turismo de qualidade passa, necessariamente, pela profissionalização de todos os agentes do setor. Neste sentido, há necessidade de melhorar a gestão da atividade turística no litoral a partir da qualificação dos servidores público sem seu papel de acompanhamento e monitoramento da gestão do turismo. Acredita-se que qualificação propicia a prestação de serviços turísticos de maior qualidade, não somente aos turistas como também à população residente. Ao longo do diagnóstico da região turística, identificou-se que os servidores públicos não receberam qualificação específica para exercerem suas atividades de trabalho. A qualificação de pessoas tem por objetivo planificar o atendimento das carências de capacitação dos colaboradores organizacionais em vista ao atendimento das competências necessárias à realização da missão, visão e estratégias do turismo do município.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Ampliação da eficiência e qualidade dos serviços turísticos.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: melhoria na qualidade da oferta turística; otimização da Superestrutura do turismo regional. Beneficiários: profissionais da administração pública municipal e turistas em geral.
Descrição da ação	Os cursos serão destinados aos membros da instância de governança regional e representantes do poder público, de modo a formar um grupo com 30 pessoas por município. A execução do treinamento deverá ocorrer em cada um dos municípios e terá a carga horária de 40 horas-aula teórica. A ação compreende as seguintes etapas: identificação e definição de recursos necessários à ação; elaboração do plano de qualificação adequado a demanda de cada município; (produção do material didático; elaboração e divulgação de calendário formal dos cursos; aplicação dos cursos; e avaliação.
Responsáveis pela execução	Prefeitura municipais.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipais.
Custo estimado e fonte de financiamento.	Por município – R\$ 42.000,00: reuniões: R\$ 4.000,00; Curso: 30 pessoas x 1000,00 = R\$ 30.000,00 e material: R\$ 8.000,00 Total - R\$ 294.000,00 PRODETUR.
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Não existe mecanismo de recuperação direta.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	De acordo com o Manual de Planejamento e Gestão Ambiental do Regulamento Operacional do PRODETUR Nacional, não há normas de licenciamento ambiental que orientem ou impeçam esta ação.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: número de profissionais qualificados. Fontes de verificação: relatório da empresa contratada.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Ação simultânea (ano1) - Ação 3.2 (Elaboração de plano de fortalecimento da gestão do turismo).
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Ação 3.5: Fortalecimento das instâncias de governança.	
Objetivo	Fortalecer a Instância de governança de turismo da região e a integração com os conselhos municipais de turismo e órgãos municipais de turismo dos sete municípios, visando o fomento e o desenvolvimento da atividade turística de forma regional, participativa e integrada, proporcionando desta forma, uma base para a construção conjunta de ações público-privadas na gestão da atividade turística da região.
Justificativa	O fortalecimento da estrutura organizacional do turismo composta pelo poder público e atores privados dos sete municípios que compõe a região do Litoral do Paraná, proporcionará uma otimização da gestão e coordenação compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo em âmbito regional. Esta ação se faz fundamental para possibilitar a integração administrativa da atividade turística entre os municípios da região, o planejamento dos produtos turísticos do litoral e as ações competentes para o avanço sustentável da atividade.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Aumento da qualidade do produto turístico integrado. Aumento da promoção e comercialização integrada da região. Fortalecimento da gestão municipal e regional do turismo. Aumento da receita de arrecadação dos municípios e do Estado.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: fortalecimento institucional do turismo.integração regional da gestão do turismo. qualificação da oferta turística regional. aumento da competitividade regional. Beneficiários: gestão públicos municipais, empreendedores e trabalhadores do turismo, governança regional do turismo.
Descrição da ação	A proposta de fortalecimento das Instâncias de governança regional e instâncias de governança municipais do litoral se dará da seguinte forma: encontros de fortalecimento das instâncias de governança municipais visando a formação integrada e regional da instância, composto por: 03 encontros em cada município (1 consultor, 2 representantes da Adetur, 10 representantes de cada município) e 1 encontro regional (1 consultor, 2 representantes da Adetur, 2 representantes de cada município); encontros de fortalecimento da Governança Regional visando a corroboração do posicionamento de mercado e estratégia de atuação, composta por: 12 encontros (1 consultor, 20 representantes/ associados da Adetur) – os encontros se darão em 2 dias, sendo o primeiro dia uma reunião com consultor e representantes e o segundo dia visitas técnicas na cidade sede do encontroelaboração e implantação dos materiais gráficos institucionais da Instancia Regional (folder, cartões de visita, banner e catálogo dos associados); realização de visita técnica para Monte Verde (MG) – destino considerado pelo Ministério do Turismo um caso de sucesso na implementação do programa de Regionalização - visando o conhecimento das boas práticas de governança (5 gestores do turismo regional); e aquisição de equipamentos para apoio a estruturação da sede da Instância de Governança Regional através da compra de equipamentos para a sede (2 notebooks, 1 telefax, 3 aparelhos celulares).
Responsáveis pela execução	Prefeituras municipais.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeituras municipais.
Custo estimado e fonte de financiamento.	R\$ 240.000,00. PRODETUR.
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Não existe mecanismo de recuperação.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	De acordo com o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do Regulamento Operacional do PRODETUR Nacional, não há normas de licenciamento ambiental que orientem ou impeçam esta ação.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: número de conselhos formalizados e em atividade, Número de empreendimentos associados a governança regional. Fontes de verificação: relatório da consultoria contratada.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Ação 3.2 (Elaboração de plano de fortalecimento da gestão do turismo).
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Ação 4.3: Elaboração de projeto para implantação de um terminal turístico de passageiros em Paranaguá.	
Objetivo	Melhorar as condições de recepção turística com a implantação de um terminal turístico de passageiros.
Justificativa	A oferta de uma parada de navios de passageiros no município de Paranaguá reverterá em benefícios econômicos para todo o litoral, tornará real a demanda que atualmente é potencial, atrairá investimentos e serviços para a população da região e fomentará uma nova dinâmica ao desenvolvimento do turismo associada ao turismo náutico. Hoje os navios de passageiros atracam no Porto de Paranaguá de forma esporádica, e sem infraestrutura adequada. Embora as condições físicas não sejam adequadas, é crescente a demanda desses navios e há planejamento de obras de ampliação dos portos.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhora da atratividade turística local. Melhora da qualidade do produto turístico. Fortalecimento da identidade turística da região.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: oferta de modalidade de transporte aos turistas; valorização do produto turístico. Beneficiários: população do município de Paranaguá, Região do Litoral, iniciativa privada e visitantes.
Descrição da ação	Para a implantação do terminal deverão ser considerados os seguintes aspectos: sistema de parada, de infraestrutura necessária, calado necessário e os serviços mínimos para atingir o público alvo. Propõe-se a construção de uma estrutura para: Instalações para recepção, triagem e atendimento aos passageiros; área de espera; píer de 200 metros com instalações de acostagem, e infraestrutura aquaviária.
Responsáveis pela execução	Governo do Estado e Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Governo do Estado e APPA.
Custo estimado e fonte de financiamento.	Projeto: R\$ 70.000,00. Instalações para recepção, triagem e atendimento aos passageiros - 150m2 - R\$ 200.000,00. Área de espera - 150m2 -R\$ 230.000,00. Píer - 200 metros e instalação de acostagem e infraestrutura aquaviária: R\$ 300.000,00. Total - R\$ 800.000,00 PRODETUR.
Gastos estimados de operação	R\$ 50.000,00.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Taxa do serviço prestado.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	- Submeter o projeto ao COLIT. - Licença Prévia. - Licença de Instalação. - Licença de Operação. - EIA e RIMA. - Plano de Gestão Ambiental e Social. - Resolução CONAMA n.º 369/06. - Resolução CONAMA n.º 303/02. - Decreto Estadual n.º 2.722/84 e n.º 5.040/89. - Resolução CEMA n.º 065/08.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: obras executadas conforme o cronograma. Fontes de verificação: relatório de obra.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Ação posterior (ano 2 e 3) – Ação 4.9 (Implantação de transporte turístico aquaviário).
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Ação 4.4: Construção da base náutica pública em Guaratuba.	
Objetivo	Facilitar o uso de transporte aquaviário e esportes aquáticos com a construção de uma base náutica.
Justificativa	A obra será um grande atrativo para o turismo náutico, oferecendo uma oportunidade de lazer para os turistas que visitam o litoral o ano todo, ou até mesmo para os empresários que estão investindo na região. Os turistas, investidores e moradores que desfrutem da beleza cênica da orla paranaense terão melhores condições de mobilidade na região e facilidade de acesso aos atrativos turísticos do litoral. O investimento deve alavancar o segmento náutico de forma direta e as atividades locais de forma indireta de modo a gerar renda e opções de trabalho à população local.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Fortalecimento da identidade turística da região. Melhora da atratividade turística local. Aumento da qualidade do produto turístico.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: incremento nas opções de lazer; valorização do produto turístico; oferta de modalidade de transporte aos turistas. Beneficiários: população do município de Guaratuba, iniciativa privada e turistas.
Descrição da ação	Este equipamento será mais um ponto de apoio para os navegantes, com infraestrutura adequada. Será implantada em área com aproximadamente 2.000m ² , pertencente a prefeitura municipal, entre as Ruas Capitão João Pedro e Avenida Engenheiro Ayrton Cornelsen. O partido formal do empreendimento deverá buscar integração com o meio natural onde será inserido, pela opção dos materiais e pela implantação. O programa do projeto arquitetônico deverá contemplar espaços para bilheteria, espera, área comercial e instalações sanitárias.
Responsáveis pela execução	Governo do Estado do Paraná e prefeitura municipal.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal.
Custo estimado e fonte de financiamento.	Projeto R\$ 30.150,00. Composição do preço: instalações preliminares, estrutura de aço, trapiche flutuante, decks, rampas em concreto, pavimentação externa, paisagismo. R\$ 670.000,00. Total - R\$ 700.150,00. PRODETUR.
Gastos estimados de operação	R\$ 20.000,00.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Tarifa e ganhos com uso comercial.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	- Submeter ao COLIT e CEM. - EIA E RIMA. - Plano de Gestão Ambiental e Social . - Licença Prévia. - Licença de Instalação. - Licença de Operação. - Resoluções do CONAMA n.º 1/86, n.º 11/86, n.º 5/87, n.º 237/97, que dispõem sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. - Plano diretor municipal. - Código florestal. - Resolução CONAMA n.º 369/06 e n.º 303/02. - CEMA n.º 065/08.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: obras executadas conforme o cronograma. Fontes de verificação: relatório de obra.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Nenhuma ação.
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Existe projeto em andamento: projeto Caminhos do Mar - ECOPARANÁ.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Ação 4.5: Implantação de trapiche em Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza.	
Objetivo	Melhorar as condições de recepção turística bem como promover melhores condições de acessibilidade aos moradores através da implantação de trapiches.
Justificativa	A infraestrutura de visitação ao que concerne à equipamentos turísticos presente nos municípios de Guaraqueçaba e Paranaguá é considerada incipiente no que se refere ao atendimento da demanda turística. Visando uma maior facilidade e qualidade de acesso a essas áreas tanto para a comunidade residente quanto para os turistas, afirma-se que, a implantação de trapiches contribuirá para adequada acessibilidade aquaviária das ilhas, assim como viabilizará melhores condições de visitação turística. Atualmente, as comunidades de Encantadas e Fortaleza (Ilha do Mel- Paranaguá), Vila das Peças e de Superagui (Guaraqueçaba) recebem visitantes, sobretudo nos períodos de férias escolares e feriados quando há oferta hoteleira. Em grau mais incipiente de visitação, a comunidade de Ilha Rasa possui potencial de crescimento na visitação. No entanto, considera-se que estas comunidades e vilas não possuem infraestrutura adequada para atendimento aos visitantes.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhora da atratividade turística local.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: valorização do produto turístico; valorização da imagem de mercado dos municípios beneficiados. Beneficiários: população dos municípios beneficiados e turistas.
Descrição da ação	Propõe-se a construção de trapiches em estrutura de concreto e acabamento em madeira: Praia de Encantadas, Brasília e Fortaleza - 115 metros; Ilha das Peças - 40 metros; Ilha de Superagui - 30 metros; Ilha Rasa - 30 metros. A implementação dos trapiches compreende elaboração do projeto dos trapiches e construção dos mesmos.
Responsáveis pela execução	Prefeituras municipais.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeituras municipais.
Custo estimado e fonte de financiamento.	Praia de Encantadas - Total R\$ 125.375,11. Trapiche - concreto/madeira R\$ 117.173,00. Projeto R\$ 8.202,11 . Praia de Fortaleza - Total R\$ 125.375,11. Trapiche - concreto/madeira R\$ 117.173,00. Projeto - R\$ 8.202,11. Praia de Brasília -Total R\$ 125.375,11. Trapiche - concreto/madeira R\$ 117.173,00. Projeto-R\$ 8.202,11 . Ilha das Peças - Total R\$ 47.746,61. Trapiche - concreto/madeira R\$ 44.623,00. Projeto - R\$ 3.123,61 Ilha de Superagui - Total R\$ 38.116,61. Trapiche - concreto/madeira R\$ 35.623,00. Projeto - R\$ 2.493,61. Ilha Rasa -Total R\$ 38.116,61. Trapiche - concreto/madeira R\$ 35.623,00. Projeto - R\$ 2.493,61. Total - R\$ 1.500.000,00 PRODETUR.
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Não existe mecanismo de recuperação.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	- Submeter ao COLIT e CEM. - Resolução CONAMA n.º 369/06 e n.º 303/02. - CEMA n.º 065/08. - Resolução SEMA n.º 051/09 - Plano de gestão ambiental e social.

Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: obras executadas conforme o cronograma. Fontes de verificação: relatório de obra
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Ação simultânea (Ano1) - Ação 1.2 (Implantação de postos de informações turísticas: Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui) Ação posterior (Ano2 e 3) – 4.14 (Implantação de transporte turístico aquaviário regular).
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Ação 4.6: Elaboração do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.	
Objetivo	Adotar medidas integradas de gerenciamento e manutenção de resíduos sólidos, desde o incentivo à não geração de resíduos até sua disposição final.
Justificativa	Esta ação está fortemente vinculada à melhoria das condições de vida da população e, por consequência, repercute na qualidade da estrutura ofertada aos visitantes e condiciona a sustentabilidade ambiental do turismo na região. Dos sete municípios do litoral do Paraná, cinco são responsáveis pelo planejamento e gestão dos resíduos sólidos. Desde o ano de 2000, os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná depositam os resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário localizado em Pontal do Paraná, administrado atualmente por um Consórcio Intermunicipal – CIAS. Os demais municípios não apresentam disposição final dos resíduos como solicitado pela legislação pertinente.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhora da atratividade turística local. Aumento da qualidade do produto turístico.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: preservação e valorização ambiental; manejo e otimização da paisagem e recursos naturais; Melhora na qualidade de vida da população residente; melhora na qualidade da saúde da população local.; Beneficiários: população dos municípios beneficiados e turistas.
Descrição da ação	O plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos constitui-se essencialmente em um documento que visa à administração integrada dos resíduos por meio de um conjunto de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento. O PGIRS leva em consideração aspectos referente à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos, priorizando atender requisitos ambientais e de saúde pública. Além da administração integrada dos resíduos, o PGIRS tem como base a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos gerados nos municípios. O escopo básico do plano deverá considerar o processo de coleta até a disposição final, indicando técnicas e tecnologias sustentáveis, viabilidade econômica e institucional e indicação de áreas para tratamento a partir de informações primárias e secundárias.
Responsáveis pela execução	Governo do Estado do Paraná e prefeituras municipais.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	IAP, IPAGUAS, prefeituras municipais.
Custo estimado e fonte de financiamento.	Paranaguá - R\$ 160.000,00. Guaratuba - R\$ 160.000,00. Guaraqueçaba - R\$ 25.000. Morretes - R\$ 50.000,00. Antonina -R\$ 50.000,00. Total - R\$ 445.000,00. PRODETUR.
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Taxa do serviço prestado.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	O PIGRS deve seguir a política estadual de resíduos sólidos. Obedecer Lei Estadual n.º 12.493/99. Obedecer Resolução CONAMA n.º 362/05. Obedecer Decreto Estadual n.º 4.167/09.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: obras executadas conforme os cronogramas. Fontes de verificação: relatório de obra.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Ação posterior (ano 2) – Ação 4.7 (Ampliação e gerenciamento de coleta e disposição de resíduos sólidos domésticos das ilhas).
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Ação 4.9: Implantação de transporte turístico aquaviário	
Objetivo	Integrar os destinos e atrativos turísticos e melhorar as condições de visitação por meio da implantação de linha turística aquaviária.
Justificativa	A linha de transporte aquaviária presente no litoral é precária quanto ao atendimento da demanda turística, dificultando a integração entre destinos e atrativos. Para atingir esse objetivo, fortalecer os eixos turísticos e possibilitar a diversidade de mobilidade no litoral tanto para os turistas quanto para a população, sugere-se a implantação de uma linha de transporte aquaviário regular que integre as cidades que possuem saída para a Baía de Paranaguá. Esse tipo de transporte possibilitará maior facilidade de acesso entre os municípios de Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná, aumentando a mobilidade de visitantes e moradores e valorizando o trajeto como atrativo turístico de singularidade.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhora da atratividade turística local; aumento da qualidade do produto turístico; fortalecimento da integração entre o continente e ilhas.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: melhora da acessibilidade na região; valorização do produto turístico; oferta de modalidade de transporte aos turistas. Beneficiários: população do município de Antonina, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná e Paranaguá e turistas.
Descrição da ação	A implantação da ação compreende elaboração de estudo de percurso, paradas e implantação das estruturas de apoio (trapiches e sinalização) e abertura de licitação para contratação de empresa que irá operar a linha sob o regime de contrato de concessão de serviço público patrocinado.
Responsáveis pela execução	Governo do Estado do Paraná e prefeituras municipais.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	Prefeituras municipais e setor privado.
Custo estimado e fonte de financiamento.	R\$ 2.230.316,00.
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Tarifa e ganhos com uso comercial.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	- Obedecer a legislação específica da Capitania dos Portos. - Licença prévia. - Licença de instalação. - Licença de operação. - Plano de gestão ambiental e social.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: número de usuários. Fontes de verificação: relatório da empresa concessionária.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Ação anterior (ano1) -Ação 4.5 (Implantação de trapiche: Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza); Ação 34 (Implantação de um terminal turístico de passageiros em paranaguá); Ação simultânea (ano 3) – Ação 4.10 (Readequação das instalações do terminal de Pontal do Paraná).
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL	
Ação 5.2: Revitalização da bacia hidrográfica do Rio Nhundiaquara	
Objetivo	Melhorar as condições de toda a malha hidrográfica que compõe a bacia do rio Nhundiaquara, adequar a utilização e promover controle de visitação, seguindo a intenção do desenvolvimento turístico ambientalmente correto.
Justificativa	Os roteiros turísticos intermunicipais, entre Morretes, Antonina, Paranaguá e litoral como um todo, sugerem melhores condições da bacia hidrográfica regional e instalação de infraestrutura adequada para a recepção de turistas, realização de passeios de barco, esportes aquáticos, bem como para a melhor exploração do transporte de passageiros, para que estas atividades sejam aprazíveis e saudáveis ao longo de todo o seu trajeto.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Qualificação e valorização de atrativos turísticos.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: revitalização ambiental de atrativo turísticos; valorização de potencial ambiental turísticos. Beneficiários: populações locais e turistas.
Descrição da ação	A recuperação da mata ciliar dos principais rios de Morretes é de suma importância para toda a região do litoral do Paraná, o Rio Nhundiaquara deságua na baía de Paranaguá, levando consigo o que capta ao longo de seu curso. As espécies endêmicas do nosso litoral, que hoje sofrem com a poluição de seu Habitat natural, necessitam de apoio para sua sobrevivência. Diminuição do impacto ambiental advindo da ocupação humana através da conscientização.
Responsáveis pela execução	Prefeitura municipal.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	SETU, IBAMA, prefeitura municipal.
Custo estimado e fonte de financiamento.	Projeto: R\$ 35.000,00. EIA/RIMA: R\$ 35.000,00. Execução de serviços: R\$ 680.000,00. Total: R\$ 750.000,00
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Ganho com a exploração comercial como potencial ambiental turístico.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	Submeter projeto ao COLIT – conselho do litoral; obedecer código florestal e normativa do IBAMA, COMANA, IAP.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: serviços executados conforme os cronogramas. Fontes de verificação: relatório de evolução de serviços.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Nenhuma ação.
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

COMPONENTE 5: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	
Ação 5.9: Elaborar a avaliação ambiental estratégica do Polo Litoral Paranaense.	
Objetivo	Avaliar o impacto ambiental da dinamização do turismo através da implantação das ações propostas no PDITS.
Justificativa	A Avaliação Ambiental Estratégica – AAE compreende, na essência, um conjunto de tarefas que permitem a antecipação e o planejamento de ações relacionadas com o desenvolvimento sustentável de projetos principalmente no setor público. No âmbito do PRODETUR NACIONAL no Estado do Piauí, constitui-se também num conjunto de estudos necessários para a contratação da linha de crédito para financiamento de projetos estruturantes voltados para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas no Estado. Tem sua importância maior análise dos passivos ambientais resultantes dos investimentos a serem realizados, considerando os impactos ambientais diretos, indiretos, indiretos/estratégicos, cumulativos sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com seus respectivos PDITS. A AAE incorpora uma série de valores ambientais nos procedimentos de tomada de decisão sobre planos e programas durante sua elaboração e antes de sua aprovação. Assegura uma visão estratégica e uma ampla perspectiva em relação às questões ambientais, por meio da integração global das considerações biofísicas, econômicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa, num quadro de sustentabilidade. É um processo contínuo e sistemático que permeia a construção dos projetos desde o seu momento inicial, partindo-se para a avaliação da qualidade ambiental, de visões alternativas e de efetiva perspectivas de desenvolvimento, incorporando um planejamento ou uma programação que servirá de enquadramento numa realidade futura sustentável.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Desenvolvimento do turismo de forma sustentável.
Benefícios e beneficiários	Benefícios: a qualidade do desenvolvimento turístico de forma sustentável no litoral do Paraná. Beneficiários: população dos municípios beneficiários, trade turístico e turistas.
Descrição da ação	A ação iniciará com: preparação do estudo; elaboração da linha de base e diagnóstico; (identificação e avaliação de impactos; construção de cenários; conclusões e recomendações; monitoramento e avaliação do programa; versão preliminar e validação da avaliação ambiental estratégica; e versão final da avaliação ambiental estratégica.
Responsáveis pela execução	PRODETUR-PR.
Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço.	PRODETUR-PR.
Custo estimado e fonte de financiamento.	R\$ 165.000,00. PRODETUR.
Gastos estimados de operação	Sem custo operacional.
Mecanismos previstos de recuperação de custos.	Não existe mecanismo de recuperação.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.	De acordo com o Manual de Planejamento e Gestão Ambiental do Regulamento Operacional do PRODETUR Nacional, não há normas de licenciamento ambiental que orientem ou impeçam esta ação.
Indicadores de resultado e fonte de verificação.	Indicador: avaliação realizada. Fontes de verificação: relatório de atividades.
Relação com outras ações quanto ao cronograma.	Todas as ações.
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.	Não existe projeto em andamento.

5.6. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

Quadro 16 - Cronograma das ações a serem financiadas pelo PRODETUR.

Nº	Ação	Município	Custo R\$	Custo US\$
1.3	Implantação de projeto de paisagismo na Ponta de Morretes	Guaraqueçaba	85.992,00	54.667,51
1.4	Elaboração de Plano de Sinalização Turística	Todos	120.000,00	76.287,35
1.5	Execução de obras de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo no município de Morretes	Morretes	9.426.230,49	5.992.517,79
3.2	Elaboração de plano de fortalecimento da gestão do turismo	Todos	700.000,00	445.009,54
3.3	Qualificação e capacitação de servidores e membros das estruturas públicas do turismo	Todos	294.000,00	186.904,01
3.5	Fortalecimento das instâncias de governança	Todos	240.000,00	152.574,70
4.3	Elaboração de projeto para implantação de um terminal turístico de passageiros em Paranaguá	Paranaguá	800.000,00	508.582,33
4.4	Construção da base náutica pública em Guaratuba	Guaratuba	700.150,00	445.104,90
4.5	Implantação de trapiche Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza	Paranaguá e Guaraqueçaba	500.105,16	317.930,81
4.6	Elaboração do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos	Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Paranaguá	445.000,00	282.898,92
4.9	Implantação de transporte turístico aquaviário	Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá e Pontal do Paraná	1.000.000,00	635.727,91
5.2	Revitalização da bacia hidrográfica do Rio Nhundiaquara	Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba	750.000,00	476.795,93
5.9	Elaborar a avaliação ambiental estratégica do Polo Litoral do Paraná	Todos	165.000,00	104.895,10
TOTAL INVESTIMENTO PRODETUR – R\$			15.641.477,65	9.752.306,20 cotação 29/04/2011 R\$ 1,573

5.7. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Finalmente, tendo como objetivo garantir a continuidade na implementação do PDITS-LP, foram propostos mecanismos de acompanhamento e avaliação, mediante os quais será possível monitorar o processo de desenvolvimento da atividade turística na região do litoral paranaense. Dentre os mecanismos encontra-se a previsão/avaliação dos impactos que a implantação das ações propostas no presente plano podem produzir do Polo.

Os impactos ambientais associados ao desenvolvimento do turismo, assim como os impactos culturais, podem ser considerados em termos de seus efeitos diretos, indiretos ou induzidos. Não é possível desenvolver turismo sem que ocorram impactos ambientais, mas é possível, com planejamento correto, gerenciar o desenvolvimento do turismo com objetivo de minimizar os impactos (COOPER, 2007). Segundo Santos (2004, pg.110)³⁹. “a avaliação do impacto significa a interpretação quantitativa e qualitativa das mudanças de ordem ecológica, social, cultural ou estética no meio”.

O presente capítulo trata das questões relacionadas à avaliação preliminar dos impactos socioambientais resultantes das ações e/ou projetos propostos no plano de ação. Para tal avaliação, foram considerados os impactos das propostas do PDITS-LP e o atingimento da sustentabilidade, adotando-se uma metodologia que resultou na criação de um índice.

Para a definição dessa metodologia, foi utilizada como referência a Resolução CONAMA n.º 01, de 1986 e, também, a organização de variáveis produzida por Santos (2004). Foram também feitas avaliações complementares, necessárias para a criação de um **índice** quantitativo e qualitativo do impacto socioambiental.

Com a finalidade de efetivação da avaliação dos impactos ambientais e culturais, dentro do escopo previsto no trabalho, foram elencados os principais **fatores críticos** relacionados ao objetivo individual da ação e a relação sinérgica com a atividade turística. Ou seja, o fator crítico reflete ao foco da avaliação da ação, tendo em vista que não seria possível avaliar a multiplicidade de eventos admissíveis, foi feita uma escolha, baseada na relação direta da atividade turística com o meio ambiente e/ou cultura.

Todas as ações foram avaliadas a partir de dois indicadores: índice ambiental e índice cultural. Cada avaliação distingue os impactos em positivos e negativos e sua relação direta ou indireta, a partir do que foram definidas as seguintes categorias de análise:

- **tipologia do impacto** – quanto à categoria do impacto: a) ambiental; b) cultural;
- **efeito esperado** – quanto à valoração do efeito da ação: a) positivo; b) negativo;
- **forma de Incidência** – quanto ao atingimento do impacto: a) direto; b) indireto.

As variáveis a serem consideradas, na sua grande maioria, correspondem à intervenção da ação no tempo e no espaço, além do potencial cumulativo, frente ao contexto geral das propostas. Desta forma, as variáveis analisadas foram:

Quadro 17 - Variáveis para avaliação de impactos ambientais do PDITS-LP.

Nº	VARIÁVEL	PESO
1	Estado evolutivo – sugere a situação de continuidade do impacto.	3
2	Extensão - define a extensão do impacto na implementação da ação.	2
3	Abrangência – determina o alcance do impacto em área num tempo futuro.	1
4	Desencadeamento - refere-se ao tempo entre ação e resposta.	2
5	Temporalidade e frequência - responde se o impacto é temporal ou permanente.	2
6	Duração – é determinada pelo tempo efetivo do efeito.	2
7	Reversibilidade - analisada pela forma ou pela intensidade.	3
8	Cumulação – descreve se a ação resulta na sobreposição de impactos.	3

³⁹ SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental – Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

9	Magnitude - representa a grandeza de um impacto.	1
10	Importância - refere-se ao grau de significância de um impacto em relação ao fator socioambiental afetado.	2

Fonte: FAUEPG, 2010.

Obs.: para a avaliação do impacto ambiental foram utilizadas todas as variáveis. Já, para a avaliação do impacto cultural optou-se pelas seguintes variáveis: estado evolutivo, abrangência, desencadeamento, temporalidade, reversibilidade e importância, selecionadas por serem consideradas aquelas que permitiriam uma melhor análise.

A partir da pontuação sobre as variáveis, definiu-se um índice, que levou à classificação das ações em três categorias: fraco impacto ambiental, médio impacto ambiental e forte impacto ambiental; caracterizando assim o quanto a ação interfere nos aspectos socioambientais da região e na sustentabilidade do PDITS-LP. O quadro a seguir demonstra a relação entre este índice e as categorias.

Quadro 18 - Pontuação das variáveis componentes do índice quantitativo de análise.

Variável	Valor = 0	Valor = 1	Valor = 2	Valor = 3
Estado evolutivo	a) Nulo: quando não pontuado (peso 0);	b) Pontual: quando estável (peso 1);	c) Cíclico: quando rotativo (peso 2);	d) Exponencial: quando em expansão (peso 3);
Extensão	a) Nulo: quando não pontuado (peso 0);	b) Local: quando na área ou imediações (peso 1);	c) Regional: quando além das imediações (peso 2);	d) Difuso: quando não localizado em um ponto geográfico (peso 3);
Abrangência	a) Nulo: quando não pontuado (peso 0);	b) Local: quando na área ou imediações (peso 1);	c) Regional: quando além das imediações (peso 2);	d) Difuso: quando não localizado em um ponto geográfico (peso 3);
Desencadeamento	a) Nulo: quando não pontuado;	b) Imediato: quando no instante que se dá a ação;	c) Curto prazo: quando até 1 ano;	d) Médio prazo: quando de 1 a 5 anos;
Temporalidade	a) Nulo: quando não pontuado;	b) Pontual: quando de duração determinada;	c) Sazonal: quando em determinada época do ano; ;	d) Permanente: quando é definitivo
Duração	a) Nulo: quando não pontuado;	b) Impacto de curto prazo: até 1 ano;	c) Impacto de médio prazo: de 1 a 5 anos;	d) Impacto de longo prazo: mais de 5 anos;
Reversibilidade	a) Nulo: quando não pontuado;	b) Grande: quando reversível;	c) Média: quando parcialmente reversível;	d) Baixa: quando irreversível;
Potencial Cumulativo	a) Nulo: quando não pontuado;	b) Fraca: quando soma até 2 impactos;	c) Média: quando soma até 5 impactos;	d) Forte: quando soma mais de 5 impactos;
Magnitude	a) Nulo: quando não pontuado;	b) Baixa: quando pontual;	c) Média: quando atinge o município;	d) Grande: quando atinge a região;
Importância	a) Nulo: quando não pontuado;	b) Baixa: quando pontual;	c) Moderada: quando regional;	d) Alta: quando difusa;

Fonte: FAUEPG, 2010.

As notas totais do índice quantitativo variaram de 0 a 3, tanto em relação ao impacto positivo quanto ao negativo, sendo que, para o efeito positivo, o valor 3 estava relacionado à maior importância da ação e/ou projeto frente à questão socioambiental. Já na questão do potencial negativo, o valor 3 representou a maior necessidade de ações que viessem a evitar, mitigar e compensar o efeito negativo esperado, conforme demonstrado a seguir:

IMPACTO= (valor* Estado evolutivo +valor* Extensão + valor* Abrangência + valor* Desencadeamento + valor* Temporalidade + valor* Duração + valor* Reversibilidade + valor* Potencial Cumulativo + valor* Magnitude + valor* Importância)/soma do peso de cada variável

Ex.:

$$\text{IMPACTO} = (1 \cdot 3 + 3 \cdot 2 + 1 \cdot 1 + 2 \cdot 2 + 2 \cdot 2 + 2 \cdot 2 + 3 \cdot 1 + 1 \cdot 3 + 2 \cdot 1 + 3 \cdot 2) / 21$$

$$\text{IMPACTO} = (3 + 6 + 1 + 4 + 4 + 4 + 3 + 3 + 2 + 6) / 21$$

$$\text{IMPACTO} = (42) / 21$$

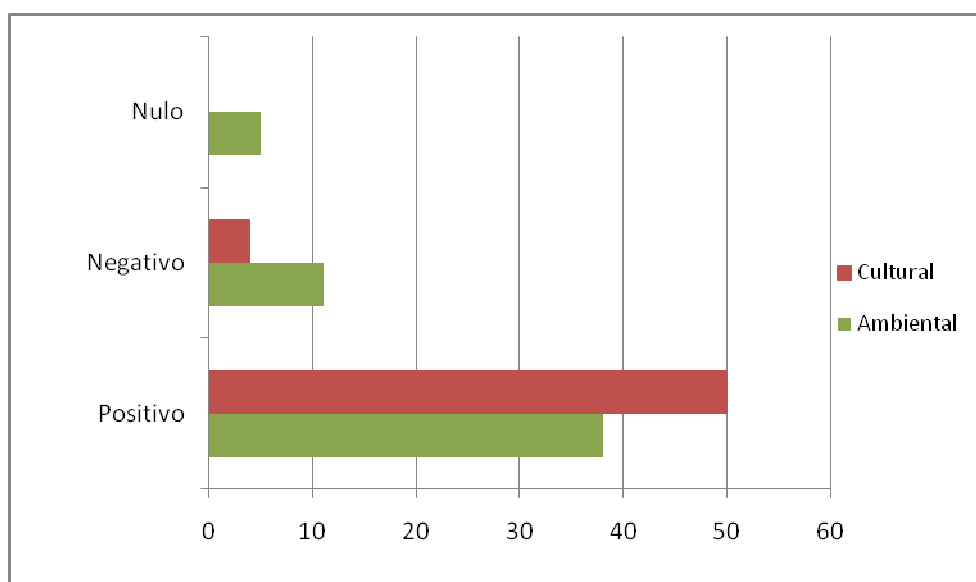
$$\text{IMPACTO} = 2$$

Dessa forma, além de serem pontuados os impactos de acordo com os fatores críticos para cada ação, foram indicadas as medidas necessárias e/ou importantes para evitar, minimizar e compensar os impactos negativos e potencializar os positivos. Foram também apontados os indicadores ambientais e/ou culturais a serem utilizados para o controle e monitoramento na evolução das ações.

Cabe ressaltar que tal avaliação é preliminar e que algumas das ações poderão gerar impactos ambientais negativos durante a fase de implantação e instalação, os quais somente poderão ser avaliados após a definição do projeto executivo.

Os gráficos que seguem foram construídos com base no Quadro abaixo “Avaliação do Impacto do PDITS-LP”, sendo assim o resultado desta análise técnica diz respeito aos prováveis impactos oriundos da implantação do globalidade de ações previstas no respectivo quadro, ou seja, as ações propostas pelo PDITS-LP.

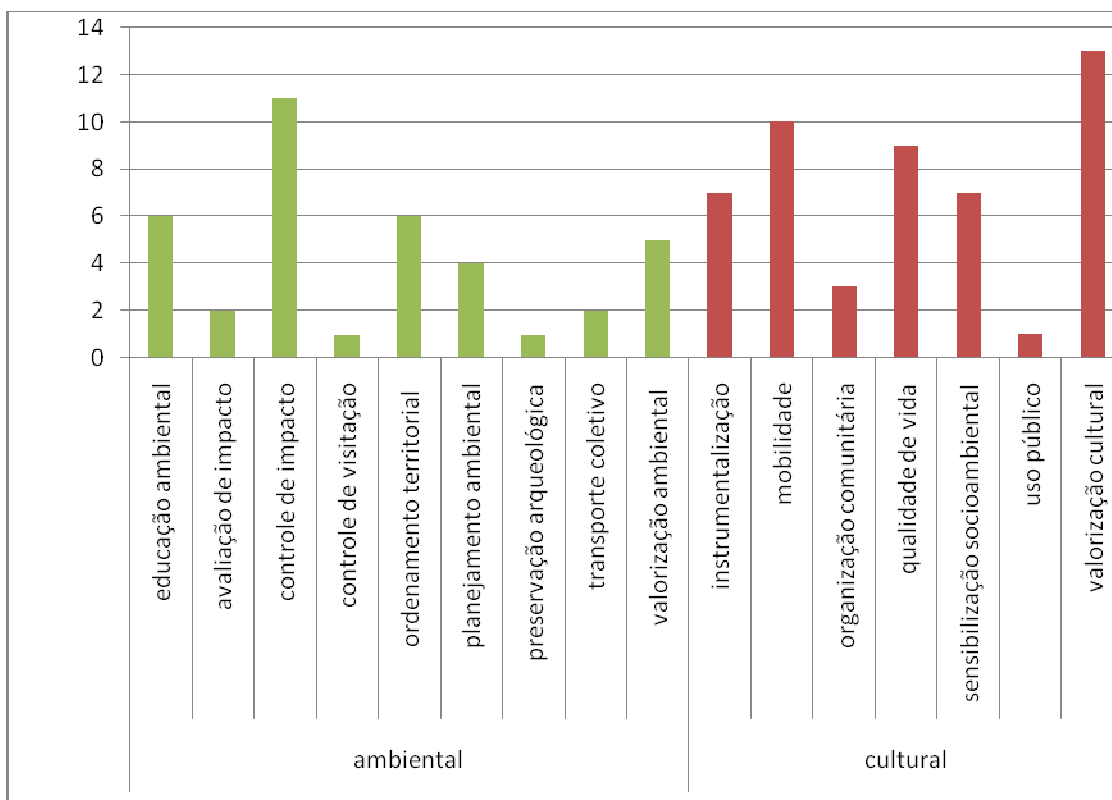
Gráfico 24 - Avaliação do impacto do conjunto das ações.



Fonte: FAUEPG, 2010.

Segundo o gráfico acima que faz a somatória do efeito esperado (positivo, negativo e nulo) a avaliação do conjunto da ação, no gráfico, demonstra que a realização do plano, em sua grande maioria, traz efeitos positivos, tanto com relação à questão cultural quanto à ambiental. Organizando um grande grupo de ações que beneficiam a proteção ambiental e a melhoria de condições de vida da população. Dessa forma, a sinergia resultante da implantação, conjunta, das ações deverá trazer benefícios para o desenvolvimento do turismo sustentável na região e o incremento da cadeia produtiva, com um efeito cumulativo positivo, tanto para os moradores locais quanto para os visitantes.

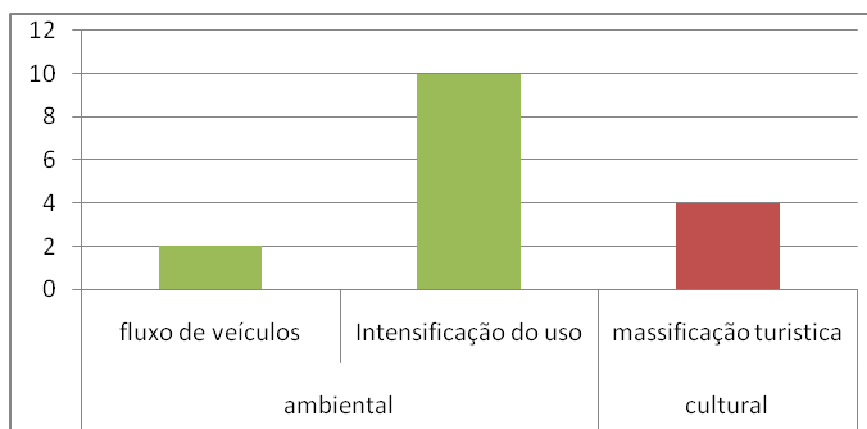
Gráfico 25 - Impactos Positivos das Ações



Fonte: FAUEPG, 2010.

Conforme pode ser observado no Gráfico acima, dentre os impactos ambientais positivos mais relevantes, causados pelo desenvolvimento das ações do PDITS-LP, estariam na implantação de estruturas/sistema de gestão que teriam como função controlar que impactos, atualmente correntes, continuassem a acontecer, na educação ambiental, mediante ações vinculadas ao planejamento da atuação pública e divulgação de informações sobre a dinâmica ecológica regional e no ordenamento territorial, no que diz respeito à organização do espaço para a visitação. Já com relação aos efeitos positivos para a cultura, as ações propostas resultam na valorização de práticas que contribuem para o resgate e reconhecimento da cultura local, na interferência direta na mobilidade região, mediante estruturação de equipamentos e espaços públicos e a integração regional promovida a partir do incremento da oferta de transporte coletivo; e, além disso, atuam também nas melhorias de qualidade de vida da população local e também dos visitantes.

Gráfico 26 - Impacto Negativo das Ações



Fonte: FAUEPG, 2010.

Conforme o Gráfico acima, quanto aos impactos negativos sob o ponto de vista ambiental, o principal consiste no risco de superação da capacidade de suporte, decorrente da intensificação do uso sem controle pela demanda turística. Este efeito negativo seria resultado do incentivo à visitação dos atrativos, caso não sejam adotadas as medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensá-lo.

Já com relação aos aspectos culturais, foi considerado como pior efeito a massificação da atividade turística, que pode levar à descaracterização cultural da região. Esse efeito seria decorrente da desatenção no acompanhamento e efetivação das medidas mitigadoras.

Cabe ressaltar que, dentro dos mecanismos de monitoramento do planejamento turístico, proposto pelo PRODETUR, para a efetivação deste PDITS-LP haverá uma AAE que dará conta da especificação e aprofundamento do estudo do impacto ambiental resultante da implantação deste plano. Sendo assim, esta avaliação ambiental tem um formato preliminar que procurou abordar os principais fatores críticos da relação do desenvolvimento do turismo sustentável com a questão ambiental e cultural.

Por fim, considera-se que a efetivação do conjunto de ações, com as referidas medidas para evitar, mitigar e compensar os impactos negativos e potencializar os positivos, trará à região a melhoria das condições de vida da população, o bem estar dos visitantes e também o avanço das condições de proteção e valorização ambiental, levando, com isso, ao atingimento da sustentabilidade, pretendida pelo PDITS-LP. Vale ressaltar que, além dos aspectos ambientais e culturais, a avaliação da sustentabilidade econômica está presente no detalhamento de cada ação.

Para tanto deve ser realizado, neste processo um programa de gestão ambiental, onde a gestão do impacto ambiental faça parte do acompanhamento e avaliação conforme próximo item

Quadro 19 - Avaliação de Impactos – PDITS-LP

Ação		Impacto Ambiental								Impacto Cultural							
Cód.	Nome	Índice	Categoria	Fator Crítico	Efeito esperado	Forma de incidência	Tipologia da Medida	Medida	Indicadores Ambientais	Índice	Categoria	Fator Crítico	Efeito esperado	Forma de incidência	Tipologia da Medida	Medida	Indicadores Culturais
1.1	Implantação de Vitrines do Litoral	2,24	Forte	Controle de Visitação	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental; Controle da Visitação;	Uso das estruturas; Educação Ambiental	2,77	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Valorização da cultura e história do Litoral; Distribuição de Informativos; Mostra de artesanatos; Divulgação de vídeos;	Usuários; Atividades educativas; Reuniões Participativas;
1.2	Implantação de Postos de Informações Turísticas Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui	2,57	Forte	Avaliação de Impacto	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Construção de base histórica do impacto da atividade turística	Índices Ambientais	2,38	Forte	Organização Comunitária	Positivo	Direto	Potencializadora	Avaliação do impacto cultural do turismo	Índices Culturais; Participação;
1.3	Implantação de projeto de Paisagismo na Ponta de Morretes	1,43	Médio	Ordenamento Territorial	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;	Uso das estruturas; Educação Ambiental	1,92	Médio	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	Uso das estruturas; Educação Patrimonial; Fluxo de Visitantes;
1.4	Elaboração de Plano de Sinalização Turística	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	1,77	Médio	Mobilidade	Positivo	Indireto	Potencializadora	Uso público	Fluxo de visitantes
1.5	Execução de Obras de Infraestrutura para o Desenvolvimento do Turismo no Município de Morretes	1,9	Médio	Educação Ambiental	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;	Uso das estruturas; Educação Ambiental; Gestão Ambiental;	1,92	Médio	Valorização Cultural	Positivo	Indireto	Potencializadora	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;	Uso das estruturas; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;
1.6	Implantação de Infraestrutura de Visitação no Morro do Quitumbê	1,62	Médio	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;Controle de Fluxo	Uso da Trilha; Fluxo de Visitantes; Acumulo de Resíduos;	2,08	Forte	Mobilidade	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	usuários
1.7	Revitalização da Estrutura do Mercado do Pescador	1,81	Médio	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Coleta seletiva de Resíduos; Compostagem de material orgânico;	Transporte de lixo; Fluxo de visitantes;	2,54	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	usuários
1.8	Implantação de Sinalização Turística dos Parques do Rio da Onça, do Pau Oco, do Pico do Marumbi e nas Estradas da Prainha, da Graciosa e da Anhaia	1,43	Médio	Valorização Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Informações Educativa sobre a formação ecológica	Educação Ambiental	2,54	Forte	Sensibilização Socioambiental	Positivo	Indireto	Potencializadora	Informações Educativa sobre a formação ecológica	Fluxo de visitantes
1.9	Implantação de Sinalização turística, Conforme Eixos Temáticos Previstos no PDITS-LP	1,9	Médio	Educação Ambiental	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;	Placas; Informações socioambientais	2,15	Forte	Mobilidade	Positivo	Indireto	Potencializadora	Uso público	usuários
1.10	Elaboração e Implantação de Projeto de Requalificação da Beira Mar nos Municípios de Pontal do Paraná e Matinhos	2,19	Forte	Ordenamento Territorial	Positivo	Direta	Potencializadoras	Valorização do ecossistema local	Recuperação de área	2,31	Forte	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	usuários
1.11	Criação Estrutura de Visitação e Educação no Sambaqui do Guaraguaçu	2	Forte	Preservação Arqueológica	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas	educação Ambiental e Patrimonial	2,54	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Valorização da cultura e história do Litoral	usuários
1.12	Criação de Centro Cultural do Pescador em Matinhos	1,67	Médio	Intensificação de uso	Negativo	Indireta	Mitigável	Vinculação com atrativos naturais; Educação Ambiental e Patrimonial; Reciclagem de Resíduos;	Fluxo de visitação; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;	2,54	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	usuários
1.13	Implantação de Projeto de Requalificação da Paisagem nos Centros Históricos	1,67	Médio	Intensificação de uso	Negativo	Indireta	Mitigável	Vinculação com atrativos naturais; Educação Ambiental e Patrimonial; Reciclagem de Resíduos;	Fluxo de visitação; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;	2,77	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público; Tarifa diferenciada para moradores; Educação Patrimonial	usuários
1.14	Elaboração de Plano de uso Turístico do Caminho do Itupava	1,43	Médio	Valorização Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Informações Educativa sobre a formação ecológica	Educação Ambiental	2	Forte	Mobilidade	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	usuários
1.15	Criação do Evento Esportivo Anual	2,19	Forte	Intensificação de uso	Negativo	Indireta	Compensável	Planejamento da atividade; Estruturas ecologicamente corretas; Educação Ambiental;	Fluxo de visitação; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;	2,08	Forte	Uso público	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	Fluxo de visitantes
1.16	Criação de Museu Caiçara	1,52	Médio	Intensificação de uso	Negativo	Indireta	Mitigável	Vinculação com atrativos naturais; Educação Ambiental e Patrimonial; Reciclagem de Resíduos;	Fluxo de visitação; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;	2,31	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Valorização da cultura e história do Litoral	usuários
1.17	Criação de Museu da História do Litoral	1,67	Médio	Intensificação de uso	Negativo	Indireta	Mitigável	Vinculação com atrativos naturais; Educação Ambiental e Patrimonial; Reciclagem de Resíduos;	Fluxo de visitação; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;	2,77	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público; Tarifa diferenciada para moradores; Educação Patrimonial	usuários
2.1	Criação de Vídeo de Divulgação e Promoção da Cultura Caiçara	1,95	Médio	Valorização Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Informações Educativa sobre a formação ecológica	Educação Ambiental e Patrimonial;	2	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Promover os vídeos na Região e no País	Apresentação dos Vídeos
1.18	Realização de Visitas Técnicas para Disseminar Boas Práticas do Turismo	1,33	Médio	Educação Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Indicação de práticas ecologicamente adequadas; Reprodução de Práticas;	educação Ambiental e Patrimonial	2,54	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Indireto	Potencializadora	Valorização da cultura e história do Litoral	usuários
1.19	Elaboração de Plano de Qualificação Urbana e Ambiental do rio Boguaçu até late clube guaratuba	1,62	Médio	Ordenamento Territorial	Positivo	Direta	Potencializadoras	Valorização do ecossistema local	Recuperação de área	2,08	Forte	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	usuários

Ação		Impacto Ambiental								Impacto Cultural							
Cód.	Nome	Índice	Categoria	Fator Crítico	Efeito esperado	Forma de incidência	Tipologia da Medida	Medida	Indicadores Ambientais	Índice	Categoria	Fator Crítico	Efeito esperado	Forma de incidência	Tipologia da Medida	Medida	Indicadores Culturais
1.20	Construção de Passarela com Mirante no Morro do Boi	1,62	Médio	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;Controle de Fluxo	Uso da Passarela; Fluxo de Visitantes; Acumulo de Resíduos;	1,92	Médio	Mobilidade	Positivo	Direto	Potencializadora	uso público	usuários
1.21	Qualificação da trilha Ilha do Mel	1,62	Médio	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;Controle de Fluxo	Uso da Passarela; Fluxo de Visitantes; Acumulo de Resíduos;	1,77	Médio	Instrumentalização	Positivo	Direto	Potencializadora	Equipar a gestão com tecnologia e infraestrutura adequada;	educação Ambiental e Patrimonial
1.22	Elaboração e Implantação do Plano Museológico e Projeto Expográfico do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE)	1,19	Médio	Educação Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Vinculação com atrativos naturais; Educação Ambiental e Patrimonial; Reciclagem de Resíduos;	Fluxo de visitação; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;	1,92	Médio	Sensibilização Socioambiental	Positivo	Indireto	Potencializadora	Valorização da cultura e história do Litoral	Projeto realizado
2.2	Elaboração e Implantação de Plano de Marketing Turístico	2,29	Forte	Valorização Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Informações Educativa sobre a formação ecológica	Educação Ambiental e Patrimonial	2,69	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Construção coletiva da Imagem Turística	Plano aprovado
2.3	Elaboração e Execução de Plano de Endomarketing Regional	2	Forte	Valorização Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Informações Educativa sobre a formação ecológica	Educação Ambiental e Patrimonial	2,15	Forte	Organização Comunitária	Positivo	Direto	Potencializadora	Criação e demanda de matérias por agentes sociais; Informações sobre patrimônio e cultura;	Educação Patrimonial
3.1	Criação de Sistema Regional de Gestão e Monitoramento do Turismo	2,19	Forte	Avaliação de Impacto	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Avaliação do impacto ambiental do turismo	Índices Ambientais; Participação;	2,23	Forte	Instrumentalização	Positivo	Direto	Potencializadora	Equipar a gestão com tecnologia e infraestrutura adequada;	educação Ambiental e Patrimonial; Capacidade de Gerenciamento de projetos;
3.2	Elaboração de Plano de Fortalecimento da Gestão do Turismo	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	2,46	Forte	Instrumentalização	Positivo	Direto	Potencializadora	Construção de base histórica do impacto da atividade turística	Índices Ambientais
3.3	Qualificação e Capacitação de Servidores e Membros das Estruturas Públicas do Turismo	2,1	Forte	Educação Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Equipar a gestão com tecnologia e infraestrutura adequada;	educação Ambiental e Patrimonial; Capacidade de Gerenciamento de projetos;	2,23	Forte	Instrumentalização	Positivo	Direto	Potencializadora	Indicação de práticas ecologicamente adequadas; Reprodução de Práticas;	educação Ambiental e Patrimonial
3.4	Qualificação e Capacitação Profissional dos Serviços Turísticos	1,48	Médio	Educação Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Indicação de práticas ecologicamente adequadas; Reprodução de Práticas;	educação Ambiental e Patrimonial	1,31	Médio	Instrumentalização	Positivo	Direto	Potencializadora	Praticas e instrumentação de conservação patrimonial	educação e conservação Patrimonial
4.1	Implantação de Área de Estacionamento para Ônibus de Excursão	1,48	Médio	Ordenamento Territorial	Positivo	Direta	Potencializadoras	Controle de Fluxo;	Fluxo de visitação; Acumulo de Resíduos;	2,77	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Valorização da cultura e história do Litoral; Distribuição de Informativos; Mostra de artesanatos; Divulgação de vídeos;	Usuários; Atividades educativas; Reuniões Participativas;
4.2	Implementação de Ciclovia e Espaço para Pedestres na BR 277 e na PR 408	2,38	Forte	Transporte	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Diminuição do fluxo de automóveis	Usuários	2	Forte	Mobilidade	Positivo	Indireto	Potencializadora	Uso público	usuários
4.3	Implantação de um Terminal Turístico de Passageiros em Paranaguá	2,57	Forte	Intensificação de uso	Negativo	Direta	Compensável	Controle da navegação; fiscalização de poluentes; Planejamento da estrutura de recepção; Promoção da educação para o turismo consciente; contratação de guias locais;	educação Ambiental e Patrimonial; Qualidade da Água; Reciclagem de Resíduos;	2,77	Forte	Massificação Turística	Negativo	Direto	Mitigável	Controle do Turismo Sexual; Uso de Drogas;	Ocorrências;
4.4	Construção da Base Náutica Pública em Guaratuba	2,48	Forte	Fluxo de veículos	Negativo	Direta	Compensável	Controle da navegação; fiscalização de poluentes;	Uso das estruturas; Educação Ambiental; Qualidade da Água;	2,38	Forte	Mobilidade	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	usuários
4.5	Implantação de Trapiche Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza	1,86	Médio	Intensificação de uso	Negativo	Direta	Mitigável	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental; Estudo de Capacidade de Suporte; Controle de Fluxo de Turistas;	Uso das estruturas; Educação Ambiental; Fluxo de Visitantes;	2,38	Forte	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	Uso das estruturas; Educação Patrimonial; Fluxo de Visitantes;
4.6	Elaboração Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	2,29	Forte	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Coleta seletiva de Resíduos; Compostagem de material orgânico; Educação Ambiental;	Transporte de lixo	2	Forte	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Limpeza pública	Coleta de Resíduos
4.7	Ampliação e Gerenciamento de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Domésticos das Ilhas	2,19	Forte	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Coleta seletiva de Resíduos; Compostagem de material orgânico; Educação Ambiental;	Transporte de lixo	1,92	Médio	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Limpeza pública	Coleta de Resíduos
4.8	Implantação da Rota Cicloviária Pontal do Paraná/ Matinhos/Guaratuba	2,24	Forte	Ordenamento Territorial	Positivo	Direta	Potencializadoras	Valorização do ecossistema local	Recuperação de área	2,77	Forte	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Campanhas de uso de Bicletas;	usuários
4.9	Implantação de Transporte Turístico Aquaviário	1,52	Médio	Transporte Coletivo	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Educação Ambiental e Patrimonial	Constância da linha; Educação Ambiental;	2,46	Forte	Mobilidade	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público; Tarifa diferenciada para moradores;	usuários
4.10	Readequação das Instalações do Terminal de Pontal do Paraná	2,57	Forte	Intensificação de uso	Negativo	Direta	Compensável	Controle da navegação; fiscalização de poluentes; Planejamento da estrutura de recepção; Promoção da educação para o turismo consciente; contratação de	Usuários; Atividades educacionais; Registros;	2,77	Forte	Massificação Turística	Negativo	Direto	Mitigável	Controle do Turismo Sexual; Uso de Drogas;	Ocorrências;

Ação		Impacto Ambiental								Impacto Cultural							
Cód.	Nome	Índice	Categoria	Fator Crítico	Efeito esperado	Forma de incidência	Tipologia da Medida	Medida	Indicadores Ambientais	Índice	Categoria	Fator Crítico	Efeito esperado	Forma de incidência	Tipologia da Medida	Medida	Indicadores Culturais
								guias locais;									
4.11	Implantação e Ampliação de Sistema de Coleta e Tratamento do Esgoto Sanitário	2,57	Forte	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Uso de Água Pluvial; Educação Ambiental	Qualidade da Água; Balneabilidade	2,23	Forte	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso de Água Pluvial; Educação Ambiental	Balneabilidade
4.12	Pavimentação da PR405	2,71	Forte	Fluxo de veículos	Negativo	Direta	Mitigável	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;Controle de Fluxo; Controle de velocidade; Fiscalização;	Fluxo de visitação; Via pavimentada;	2,31	Forte	Sensibilização Socioambiental	Positivo	Indireto	Potencializadora	Uso público	usuários
4.13	Requalificação da Praça Feira Mar	1,67	Médio	Intensificação de uso	Negativo	Indireta	Mitigável	Vinculação com atrativos naturais; Educação Ambiental e Patrimonial; Reciclagem de Resíduos;	Fluxo de visitação; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;	2,54	Forte	Valorização Cultural	Positivo	Direto	Potencializadora	Valorização da cultura e história do Litoral	usuários
4.14	Implantação de Transporte Turístico Rodoviário Regular	1,52	Médio	Transporte Coletivo	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Educação Ambiental e Patrimonial	Constância da linha; Educação Ambiental;	2,46	Forte	Mobilidade	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público; Tarifa diferenciada para moradores;	usuários
4.15	Implantação de ponte pênsil no rio dos macacos	1,67	Médio	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;Controle de Fluxo	Uso da Ponte; Fluxo de Visitantes; Acumulo de Resíduos;	1,38	Médio	Mobilidade	Negativo	Direto	Mitigável	Uso público; Tarifa diferenciada para moradores;	usuários
5.1	Construção de infraestrutura para visitação nas áreas de Restingas e mangues	2,33	Forte	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;	Uso das estruturas; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;	2,08	Forte	Mobilidade	Positivo	Direto	Potencializadora	uso público	usuários
5.2	Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Nhundiaquara	2,19	Forte	Ordenamento Territorial	Positivo	Direta	Potencializadoras	Valorização do ecossistema local	Recuperação de área	2,38	Forte	Qualidade de Vida	Positivo	Direto	Potencializadora	Uso público	Uso das estruturas; Fluxo de Visitantes;
5.3	Criação de Mecanismos de Redução de Impactos Ambientais nas Trilhas do Litoral	2,62	Forte	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Compatibilização da rede de trilhas com o Sistema de Gestão turística; Associar as Administrações de UC	Trilhas demarcadas; Fluxo de visitantes; Uso das trilhas;	2,38	Forte	Instrumentalização	Positivo	Direto	Potencializadora	Capacitação Popular;	Capacitação
5.4	Elaboração de Estudos de Capacidade de carga e Sistema de Fluxo de visitação para as ilhas e áreas Ambientalmente Frágeis	2,38	Forte	Planejamento Ambiental	Positivo	Direta	Potencializadoras	Participação Comunitária; Capacitação para a Gestão	Sistema elaborado; Controle de Impacto; Gestão comunitária;	2,46	Forte	Organização Comunitária	Positivo	Direto	Potencializadora	Participação comunitária na elaboração; Gestão Comunitária	Controle do Impacto
5.5	Elaboração de Plano de Manejo nas Unidades de Conservação do Litoral	2,67	Forte	Planejamento Ambiental	Positivo	Direta	Potencializadoras	Analisar a proteção das unidades em um único sistema ecológico; Criação de Mosaico;	Plano aprovado	2,31	Forte	Sensibilização Socioambiental	Positivo	Indireto	Potencializadora	Mecanismos de apropriação social das áreas protegidas	Visitação de Moradores
5.6	Realização de Levantamento Cartográfico Ecológico	2,76	Forte	Planejamento Ambiental	Positivo	Direta	Potencializadoras	Compatibilização de mapeamento dos diferentes níveis de gestão, associar com o Sistema de Gestão turística; Associar as Administrações de UC; Criação de Mosaico;	Informações ambientais de acesso público	2	Forte	Sensibilização Socioambiental	Positivo	Indireto	Potencializadora	Disponibilização do Mapeamento para uso e consulta pública	Informações ambientais de acesso público
5.7	Elaboração de Material Informativo sobre Ecossistemas Litorâneos	2,1	Forte	Planejamento Ambiental	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Informações Educativa sobre a formação ecológica	Educação Ambiental; Material distribuído;	2,31	Forte	Sensibilização Socioambiental	Positivo	Indireto	Potencializadora	Capacitação Popular; Concurso de Fotografia	Capacitação
5.8	Construção de Centro de Visitação no Parque Estadual do Pau Oco	2,38	Forte	Controle de Impacto	Positivo	Direta	Potencializadoras	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;	Uso das estruturas; Educação Ambiental; Gestão Ambiental;	2,31	Forte	Sensibilização Socioambiental	Positivo	Indireto	Potencializadora	Estruturas ecologicamente corretas; Valorização Ambiental;	Uso das estruturas; Educação Ambiental; Acumulo de Resíduos;
5.9	Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Litoral do Paraná	2,1	Forte	Avaliação de Impacto	Positivo	Indireta	Potencializadoras	Avaliação do impacto ambiental do turismo	Avaliação Aprovada; Participação;	2,23	Forte	Instrumentalização	Positivo	Direto	Potencializadora	Garantir a participação comunitária na avaliação do impacto do turismo	Avaliação Aprovada; Participação;

6. PARTE VI – DEFINIÇÃO DE MECANISMOS DE FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A gestão do turismo na região do litoral paranaense pressupõe a integração de diferentes atores e segmentos do turismo. Participam deste processo a esfera pública municipal e estadual, a iniciativa privada, as instâncias de governança estabelecidas e a população de modo geral. Nesse sentido, propõem-se a definição de mecanismos de acompanhamento e avaliação, que atue a partir dos seguintes objetivos específicos:

- garantir o gerenciamento eficiente e eficaz direcionado à melhoria da gestão do turismo regional;
- fortalecer as instâncias de governança municipal e regional em seu papel de acompanhamento e avaliação do plano;
- criar canais de participação da sociedade na gestão do turismo regional;
- instituir um processo permanente, democrático e sistematizado de avaliação e revisão do planejamento do turismo regional;
- articular as secretarias e demais órgãos da estrutura administrativa do poder público municipal e estadual, buscando o suporte necessário para a efetivação das políticas públicas para o turismo;
- fortalecer a articulação público-privada;
- instituir o encontro regional de turismo como espaço de articulação, debate, prestação de contas e revisão do PDITS;
- promover a gestão ambiental para o plano.

A partir desses objetivos, percebe-se a responsabilidade inerente ao poder público no que diz respeito ao acompanhamento e avaliação das ações do PDITS. Por outro lado, compreende-se que o acompanhamento e a avaliação devem estar alinhados à execução das ações, ou seja, em função dos executores das ações define-se o modelo de acompanhamento e avaliação.

As prefeituras municipais, a Secretaria de Estado do Turismo – SETU, os conselhos municipais do turismo e a ADETUR são os responsáveis por garantir as bases e o funcionamento do mecanismo de acompanhamento. Caso um dos responsáveis deixe de existir ou atuar, o sistema esmorece, o que indica a relação intrínseca de dependência das partes entre si. As prefeituras, na figura de suas secretarias, específicas do turismo ou não, e a Secretaria de Estado do Turismo são os responsáveis pela implementação das ações do plano, seja pela contratação de terceiros nos moldes anteriormente apresentados, ou pela operacionalização de recursos próprios. Os conselhos são os colegiados locais de turismo e a ADETUR o colegiado regional. Ambos, constituem-se como um meio de diálogo entre o poder público e a sociedade civil e como um espaço político para o exercício democrático de debate e definição das questões estratégicas do turismo.

A seguir estão indicadas as atribuições de cada responsável pela implementação do PDITS-LP.

Aos conselhos municipais e à ADETUR cabe:

- acompanhar a implementação do PDITS-LP, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;
- acompanhar e fiscalizar a implementação dos instrumentos de gestão do turismo constantes no plano;
- deliberar sobre as propostas de revisão e alteração do plano de ação do PDITS-LP bem como da política pública de turismo;
- alimentar o sistema de informações turísticas;

- monitorar, qualificar e divulgar os resultados relativos ao turismo decorrente do PDITS-LP;
- realizar o fórum regional de turismo, provendo as informações necessárias para a avaliação e a revisão do planejamento turístico;
- monitorar a implantação das medidas de mitigação de impactos socioambientais.

Às prefeituras cabe:

- coordenar e implementar o processo operacional de gestão e monitoramento, que envolve:
 - gerir e alimentar o sistema de informações turísticas;
- gerir e implementar, quando de sua incumbência, os instrumentos de gestão e regulação do turismo;
- fornecer ao conselho de turismo e à ADETUR as informações necessárias para o acompanhamento e fiscalização das ações e resultados do turismo;
- divulgar periodicamente as metas atingidas;
- gerir e implementar, quando de sua incumbência, o programa de gestão ambiental;
- realizar o fórum regional de turismo, provendo as informações necessárias para a avaliação e a revisão do planejamento turístico.

À SETU cabe:

- acompanhar a implementação do PDITS-LP, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;
- assessorar prefeituras e instâncias de governança durante o processo de implementação do plano;
- acompanhar e fiscalizar a implementação dos instrumentos de gestão do turismo constantes no plano;
- acompanhar e fiscalizar a gestão dos impactos socioambientais e a implementação de medidas mitigadoras;
- acompanhar a avaliação ambiental estratégica do Polo do Litoral Paranaense;
- deliberar sobre as propostas de revisão e alteração do plano de ação do PDITS-LP, bem como da política pública de turismo;
- alimentar o Sistema de Informações turísticas;
- monitorar, qualificar e divulgar os resultados relativos ao turismo decorrente do PDITS-LP;
- realizar o fórum regional de turismo, provendo as informações necessárias para a avaliação e a revisão do planejamento turístico;
- emitir parecer sobre assuntos em que houver conflito entre o interesse público e particular.

6.1. LINHAS DE BASE

As metas/linhas de base que serão apresentadas a seguir foram definidas a partir dos dados de oferta e demanda disponíveis, tendo como referência as projeções definidas para o Estado em relação ao desenvolvimento da atividade, conforme documento Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Paraná (SETU, 2008-2011).

Quadro 20 - Linha Base

INDICADOR	LINHA BASE	FONTE	META	MECANISMO DE AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL	JUSTIFICATIVA
Fluxo Turístico	2.152.309 turistas ano	SETU 2006	aumentar o fluxo de turistas ano em 40% até 2018	Pesquisa de Demanda	SETU-PR	O fluxo turístico do litoral não se apresenta como o principal gargalo em relação ao volume de visitantes, e sim em relação à distribuição ao longo do ano e diversidade do perfil do consumidor atual. O aumento de 40% projetado considera a ampliação da infraestrutura, dos mecanismos de promoção e a qualificação e diversificação do produto turístico atraindo turistas ao longo do ano.
Permanência Média	Antonina - 5,97 dias Morretes - 4,03 dias Guaraqueçaba - 5,05 dias	Pesquisa de Demanda SETU (2000-2006)	aumentar em 1,5 dia a permanência média	Pesquisa de Demanda e Pesquisa de Meios de Hospedagem – Boletim de Ocupação Hoteleira	SETU-PR	O tempo de permanência média atual (6,69 dias) é elevado em relação à realidade nacional e estadual. Os municípios de Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos, característicos pelos produtos de Sol e Praia, elevam a média do pólo pelo perfil dos turistas atuais. O principal aspecto a ser considerado é que a permanência concentra-se em determinado período do ano, característica dada pelo tipo de turismo. A projeção de aumento de 1,5 dia da permanência refere-se aos municípios de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, locais em que o estímulo de outros segmentos está previsto no plano.

INDICADOR	LINHA BASE	FONTE	META	MECANISMO DE AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL	JUSTIFICATIVA
Gasto Médio per capita/dia	Guaraqueçaba - R\$ 58,91 Morretes - R\$ 50,49	Pesquisa de Demanda SETU (2006)	aumentar em 15% em Guaraqueçaba e Morretes	Pesquisa de Demanda	SETU-PR	O gasto médio do turista está diretamente relacionado com a qualificação do produto turístico, pela oferta de novos atrativos e qualificação dos existentes. Considerando a deficiência de equipamentos culturais e alternativas de lazer e as características do produto atual, o gasto médio do turista por dia é de R\$ 35,97, abaixo da média estadual de US\$61,6. Com a qualificação da infraestrutura e a implantação das ações que consideram o produto turístico, o mercado será estruturado para oferecer mais e melhores opções de serviços, possibilitando o aumento do gasto médio per capita/dia. Guaraqueçaba e Morretes são os municípios mais próximos a média, portanto o plano prevê um acréscimo de 15%.
Gasto Médio per capita/dia	Paranaguá - R\$ 43,56 Guaratuba - R\$ 38,12 Matinhos - R\$ 33,99 Antonina - R\$ 31,35 Pontal do Paraná - R\$ 26,90	Pesquisa de Demanda SETU (2006)	aumentar em 25% Paranaguá, Guaratuba, Matinhos, Antonina, Pontal do Paraná	Pesquisa de Demanda	SETU-PR	O gasto médio do turista está diretamente relacionado com a qualificação do produto turístico, pela oferta de novos atrativos e qualificação dos existentes. Considerando a deficiência de equipamentos culturais e alternativas de lazer e as características do produto atual, o gasto médio do turista por dia é de R\$ 35,97, abaixo da média estadual de US\$61,6. Com a qualificação da infraestrutura e a implantação das ações que consideram o produto turístico, o mercado será estruturado para oferecer mais e melhores opções de serviços, possibilitando o aumento do gasto médio per capita/dia. Considerando os municípios de menor gasto médio os com maior potencial para a agregação de valor, com a previsã de acréscimo de 25% no gasto médio per capita/dia.

INDICADOR	LINHA BASE	FONTE	META	MECANISMO DE AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL	JUSTIFICATIVA
Taxa de Ocupação	TOH Litoral - 21,77%	Pesquisa de Hotelaria SETU (2000 - 2006)	aumentar em 35%	Pesquisa de Meios de Hospedagem – Boletim de Ocupação Hoteleira	SETU-PR	A taxa de ocupação é um dos principais gargalos do Litoral Paranaense; a baixa ocupação hoteleira de 21,77%, entre 2002 e 2006, dificulta os investimentos no setor, caracterizado pela qualificação pouco satisfatória. A diversificação do perfil do público atual por meio das ações previstas, tanto na divulgação dos produtos prioritários ligados ao ecoturismo e o turismo cultural, quanto na qualificação das estruturas de visitação, será fundamental para o acréscimo de 35%, acompanhando a tendência prevista para o Estado.
Nível de Satisfação dos Turistas	Informações turísticas - 45% bom Sinalização turísticas - 58% bom	Pesquisa de Demanda SETU (2004)	aumentar em 40%	Pesquisa de Demanda	SETU-PR	O nível de satisfação do turista no que se refere aos serviços públicos de interesse turístico, como sinalização e informações turísticas, encontram-se avaliados em média por 51,5% dos usuários como bom, os demais consideram regular e ruim. As ações previstas no presente Plano tem o objetivo de qualificar os serviços públicos de informações turísticas e a implantação da sinalização adequada, com capacidade de aumentar de forma significativa os itens avaliados na visita ao litoral.

FONTE: FAUEPG, 2010

Nota: As metas referem-se aos resultados esperados a partir do último ano de implementação do PDITS DO LITORAL PARANAENSE

7. VII PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO DO PDITS

7.1. RELATÓRIO DA 1.^a OFICINA DE APRESENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDITS LITORAL PARANAENSE

7.1.1. Público-alvo.

O público-alvo da 1.^a Oficina consistiu em: representantes do poder público dos sete municípios do Litoral Paranaense, especialmente de órgãos vinculados ao tema do desenvolvimento turístico; governanças locais; membros dos conselhos municipais; representantes de ONG's; representantes de órgãos estaduais vinculados a atividades do Turismo e iniciativa privada, representada pela ADETUR.

7.1.2. Programação Geral..

8h30 as 9h00 – Recepção, café da manhã de boas vindas.

9h00 as 9h15 – Apresentação dos trabalhos.

9h15 as 10h15 – Apresentação dos conteúdos.

10h15 as 11h15 – Debate em 3 grupos.

11h15 as 12h30 – Apresentação dos resultados do debate em grupos.

12h30 às 14h00 – Almoço.

14h00 as 15h30 – Validação objetivos.

15h30 as 16h45 – Apresentação do plano de trabalho.

16h45 as 17h15 – Formação da comissão de acompanhamento..

17h15 às 17h30 – Café e encerramento.

7.1.3. Programação Detalhada.

9h00 as 9h15 – Apresentação dos trabalhos.

A Secretaria de Estado do Turismo fez a abertura dos trabalhos, dando as boas vindas aos participantes. Em seguida, a coordenadora da equipe técnica da FAUEPG, Gislene Pereira, realizou a apresentação dos trabalhos, apresentando os objetivos do encontro e as atividades da oficina.

9h15 as 10h15 – Apresentação dos conteúdos.

Foi trabalhado o conceito de objetivo, no contexto do planejamento estratégico e debatido o seguinte conteúdo: finalidades e contradições na definição de objetivos; o que é geral e específico, forma de elaboração. Em seguida, foram apresentados e problematizados os objetivos definidos em eixos temáticos dos planos nacional, estadual e regional.

10h15 as 11h15 – Debate em 3 grupos

TEMÁTICA 01: Planejamento e gestão do turismo.

TEMÁTICA 02: Desenvolvimento de destinos turísticos.

TEMÁTICA 03: Promoção e apoio à comercialização.

Foram apresentadas as questões orientadoras, problematizando os objetivos em relação às dificuldades e potencialidades da região de acordo com cada tema.

11h15 as 12h30 – Apresentação dos resultados do debate em grupos.

Nesse momento um participante que representava o grupo apresentou os objetivos específicos, resultantes do debate nos grupos.

12h30 às 14h00 – Almoço.

14h00 as 15h30 – Validação dos objetivos.

Definição dos acordos dos objetivos trabalhados pelos grupos e problematização para incentivar os debates.

15h30 as 16h45 – Apresentação do cronograma de execução do trabalho.

Apresentação das etapas do termo de referência e dos próximos eventos participativos.

16h45 as 17h15 – Formação da comissão de acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento do PDITS-LP tem as seguintes atribuições:

- acompanhar o desenvolvimento do trabalho;
- participar das atividades públicas;
- promover reuniões extraordinárias;
- leitura e análise dos produtos entregues;
- coletas de impressões de produtos.

Discutiu-se a formação da comissão de acompanhamento, definindo-se que ela será feita por município.

Composição proposta:

- 7 representantes do poder público;
- 7 representantes da iniciativa privada ou apoio;
- representantes de unidade de conservação estadual ou federal;

7.1.4. Relato dos trabalhos em grupos.

GRUPO 1: PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

Participantes.

Moderadores: Fabiano Fritzen e Alessandro Filla (FAUEPG)

Luzia – Prefeitura de Antonina
Francisca Kaminski– Prefeitura de Pontal do Paraná
Dirce Felisbino – Professora/ISULPAR
Diogo Alves– Fundação Cultural de Paranaguá
Lilian Marins– FUMTUR/Paranaguá
Marcelo Aquino– Prefeitura de Guaraqueçaba
Márcio Palumbo– Prefeitura de Guaraqueçaba
Carlos Gnata – ADETUR Litoral
Andre Camargo– Arquiteto- Prefeitura de Morretes
Loizety Cidreira – Prefeitura de Morretes
Edson Zaduski– Prefeitura de Morretes
Evandro Pinheiro – SEMA
Edson Utrabo – Prefeitura de Matinhos
Luiz Brambati– Professor/UFPR – Gestão de Turismo
Alessandra – SETU
Katia Koti- ECOPARANÁ

Colocações gerais.

Manifestações dos participantes:

- Desconexão e discórdia entre ações dos poderes públicos e iniciativa privada; os órgãos públicos não se comunicam.
- Discussão sobre o papel da AMLIPA e da ADETUR.
- As dificuldades políticas (mudança da gestão política).

- Articulação entre os órgãos estaduais e federais e desarticulação entre os municípios e a iniciativa privada; não há reconhecimento destas ações.
- Houve avanço com a regionalização, mas ainda há uma desconexão entre as esferas de governo e entre os municípios e estas esferas governamentais. O Estado sempre está mudando, mas permanece a desconexão inicial; os empreendedores esperam muito do poder público (como se este fosse obrigado a contribuir).
- Em Morretes existe o apoio da iniciativa privada para as ações do poder público.
- Divisão dos municípios da região: entre os municípios costeiros e os municípios continentais não há um pensamento regional para o desenvolvimento.
- O Governo do Estado, com atitudes paternalistas, não atende com suas ações o turismo;
- A dificuldade da preservação ambiental para o desenvolvimento do turismo – conflito.
- A dificuldade em transformar o litoral em atrativo para o turismo, pois falta sinalização, falta informação e há carência de infraestrutura e serviços para o turismo.
- A exploração das empresas sem retorno coletivo; as empresas não investem no setor, só exploram.
- A importância do PDITS-LP para a economia da região.
- A dificuldade do reconhecimento do turismo para as administrações públicas.
- Dificuldades das administrações: assistencialismo, as amarras do orçamento e da falta de recursos.
- Falta de compreensão da importância do turismo por parte dos políticos e dos empresários, dado que os técnicos não são ouvidos e não são respeitados.
- Falta de comprometimento das pessoas com o processo; o poder público tem investido em áreas públicas, mas falta estabelecimento de etapas e metas de curto prazo.
- A falta de informações para os municípios, tanto das universidades quanto por parte dos municípios.
- Os técnicos não são ouvidos.
- A não inclusão de Antonina em alguns planos e projetos do governo estadual, pois a inviabilidade de balneabilidade da baía prejudica sua inclusão no programa nacional.
- ADETUR – reconhecê-la como a agência do desenvolvimento do turismo na região do litoral do Paraná.
- Falta de projetos e planos para criar e aumentar a confiança dos empresários e atrair investimentos.
- Problema da saúde na época da alta temporada – atendimento dos turistas – e a falta de apoio do governo estadual; as dificuldades advindas do orçamento para investir em outras áreas (turismo) – contenção de despesas orçamentárias.
- Necessidade de articulação entre as secretarias de turismo para obter recursos.
- Necessidade de parceria entre público e privado.
- O trabalho da ADETUR – base para discutir turismo como instrumento de desenvolvimento da região litoral do Paraná; seu estatuto diz que ela deve trabalhar junto com os municípios; está se tornando uma OSCIP, para buscar recursos junto ao governo; com papel principal da capacitação do empresariado local para ser colaborativo; mudar a visão do turismo dos empresários; o exemplo de Morretes (melhor organização dos empresários pelo pequeno número); a dificuldade do empresariado para investir na região; necessidade de apoio e participação dos municípios; o descaso dos últimos anos das prefeituras pela ADETUR; a agência de desenvolvimento do litoral já existe, mas tem limites na captação de grandes volumes de recursos; usar a ADETUR

para a construção da imagem da região; Antonina ultimamente não tem participado mais da ADETUR.

- O protagonismo do setor privado em Bento Gonçalves, no vale dos vinhedos; em Gramado também tem o fomento da iniciativa privada; maior que a região litorânea do Paraná; impressões sobre o litoral: a discordância dentro do próprio setor público (prefeito, secretário e funcionários não possuem a mesma direção); inoperância dos conselhos de turismo na região (onde o setor privado pode se manifestar); a divisão da região entre praia e sol e continente (mas não sazonal) e que tem que ser trabalhada e planejada de formas distintas; falta de integração entre público/privado, por causa de diferenças de interesses: interesse privado e interesse político desarticulados: a divisão: ADETUR e AMLIPA; a potencialidade da região (ambiental) em vantagem competitiva.
- As divisões do litoral (que são ilhas) e a dificuldade de regulamentação das atividades do setor privado em algumas áreas – Guaraqueçaba possui atividades que não estão regulamentadas, dado que possuem licença sanitária mas não possuem alvará de construção.
- O trabalho da AMLIPA: levantamento de campo da situação atual de cada município; grande contribuição para o conhecimento.
- As mesmas pessoas estão sempre participando, desde 1993; a falta de envolvimento dos empresários; o trabalho histórico dos municípios no setor de turismo (sobretudo Paranaguá - Lei de Incentivo à Cultura e Turismo).
- O trabalho da AMLIPA é importante, mas não houve integração com ADETUR.
- Quem decidirá sobre quais projetos serão privilegiados; a idéia do PDITS é que os projetos a serem definidos venham do processo participativo.

GRUPO 2: DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS TURÍSTICOS

Participantes.

Moderadores: Alexandre Pedrozo e Anna Faria(FAUEPG)

Miguel – Vice-presidente da ABALINE

Marcos – Iniciativa privada de Antonina

Marta Takahashi - ECOPARANÁ

Carolina - ECOPARANÁ

Marcos Filipim- UFPR do Litoral

César –Secretaria de Cultura de Antonina

Salomão –Secretaria de Cultura de Antonina

Rafael Gutierrez– SEBRAE

Colocações Gerais.

Manifestações dos participantes.

1 - Patrimônio cultural.

- Valorizar as edificações históricas e os aspectos imateriais da cultura; trabalhar o orgulho e a autoestima..
- Valorizar a história da colonização, que representa o início da história do Paraná.
- A paisagem é um diferencial, é possível fazer tombamento da paisagem.
- O fandango, barreado, cambira, cachaça, são elementos da cultura já valorizados no turismo, porém devem ser promovidos.
- O carnaval de Antonina também é um elemento representativo, mas não pode crescer, pois a cidade não comporta.

- Há vários caminhos históricos, mas poucos são explorados; existem as farinhas e os pesqueiros.
- Os instrumentos utilizados pelos pesqueiros são artesanais, produzidos segundo um tipo de ritual; representam um ofício, parte do patrimônio imaterial.
- Ações de valorização do patrimônio não adiantam vir de cima para baixo, a população precisa valorizar, reconhecer como parte de sua cultura. Mas são importantes as ações de educação para a cultura, que sejam construídas em conjunto com representantes da população.
- População fixa do litoral e os visitantes não valorizam as manifestações locais, no carnaval, em vez de artistas de fandango, chamam artistas de fora.
- Como vender um produto cultural, se a comunidade não reconhece?
- Difícil ver algum espaço que valoriza a cultura, não na forma de museu, mas na cidade como um todo. Seria importante que, aqueles que valorizam a cultura, não precisassem ir ao museu para encontrar a cultura caiçara, que fosse algo presente na cidade.
- Festas pequenas entram na cultura caiçara, mas as maiores atingem outro patamar.
- Resgatar as histórias da cultura caiçara e passar aos jovens como é interessante a cultura local. Para fazer o resgate, é preciso pesquisas, inventários culturais.
- O saber fazer, a história oral, não tem enfoque no INVTUR, mas deve ser feito um estudo diferenciado, não um inventário formal.
- Fazer um tombamento, o selo de reconhecimento, como o aplicado em Parati, com relação à confecção da cachaça.
- Fandango, aproveitar o museu vivo do fandango para trabalhar de forma que o turista tenha maior contato com a cultura.

2. Patrimônio Ambiental.

- A valorização da cultura caiçara é uma valorização da questão ambiental.
- O litoral é um mosaico de unidades de conservação. Há muitos pontos falhos nas Unidades de Conservação (UCs), falta de plano de manejo, condições para os que vivem no Superagui.
- Comunidades próximas ou dentro de UCs estão em péssimas condições de vida, que tipo de imagem passam para o turista?
- Profusão de entidades, mas não há uma organização maior. Fundamental tratar das questões de praias urbanas. Saneamento, estrutura básica, excesso de visitantes.
- O patrimônio natural preservado pode ser uma forma de diminuir a sazonalidade, ou seja, proporciona a possibilidade de trabalhar outros tempos de visitação com atividades de ecoturismo, observação de pássaros.
- O turista que gosta da cultura do litoral vem também conhecer os botos, observar os pássaros.
- Fazer um trabalho de manejo prevendo a visitação, o uso público nas UC's.
- Qualquer investimento de melhoria deve englobar a comunidade que está na UC, ou no entorno, para que o investimento atinja o entorno.
- Comunidade pode ser contratada para trabalhar dentro da UC. Integrar a comunidade nas ações de preservação.
- Pensar em ações para minimizar os impactos da utilização das praias de forma massiva. Trabalhar na alta temporada essas questões dos impactos nas praias. Otimizar as ações de educação ambiental para minimizar os impactos.

- Criar uma relação de co-responsabilidade do usuário, que ele também se sinta responsável pela limpeza das praias.
- O potencial náutico e a diversidade biológica vem sendo explorados de forma desorganizada.
- O turista é atraído pelas características naturais, mas pode destruir e acabar com tudo que existe na região.

3. Equipamentos e Serviços Turísticos.

- Qualificação do turismo passa por equipamentos de hotelaria e alimentação. Vem ocorrendo uma diminuição do número de veranistas e aumento do número de turistas, mas este ainda é um processo muito lento.
- Aumento dos preços, em que medida isso não inibe o acesso da população aos atrativos da cidade?
- A comunidade pode ser capacitada para mostrar seus atrativos para o turista, nos eventos, nos atrativos culturais e naturais.
- Necessidade de regulamentar o transporte náutico. Criar regras para o turismo náutico. Falta fiscalização.
- Falta uma regulamentação, fiscalização do mercado de todos os serviços turísticos do litoral. Há muita informalidade no setor, o que acaba por reduzir a qualidade do serviço.
- Baixa qualidade dos serviços, organização do espaço, diferença de preço.
- Necessidade de posto de informações turísticas.
- Descontinuidade do trabalho governamental perde-se o material de divulgação.

4. Infraestrutura.

- A sinalização intra-municipal é extremamente deficiente.
- As cidades não tem adequação a portadores de deficiência e necessidades especiais.
- O acesso é mais problemático aos atrativos, do que as sedes dos municípios.
- Saneamento ambiental é um problema no litoral.

GRUPO 3: PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Participantes.

Moderadores: Beatriz Cabral e Gislene Pereira da FAUEPG

Tatiana Nicz - Gondwana

Nelson Uberna- FUMTUR/Paranaguá

Joaquim de Souza Junior – Associação dos Restaurantes de Morretes

Colocações gerais.

- O Litoral do Paraná é pouco conhecido.
- Carência de articulação entre as atividades de turismo em Foz do Iguaçu e a possibilidade de extensão para outros destinos.
- Predomínio do turismo de sol e praia; diversidade; crescimento do ecoturismo, fortalecimento das festas locais.
- Distribuído conforme características de território – potencialidades.
- Frequência sazonal - fim de semana.

- SEBRAE – articulação entre entidades/empresas privadas para percorrer o litoral - município de Paranaguá participa – necessidade de outros municípios participarem de forma articulada.
- Falta articulação entre municípios – ações isoladas.
- Necessidade de verificar relação entre segmentos e potencialidades dos municípios.
- Fortalecer potencialidades dos atrativos em cada município, configurando segmentos específicos.
- Carência de material de divulgação.
- Carência de comunicação entre SETU e entidades representativas do empresariado local.
- O que promover? Perfis/segmentos já estão definidos por município – projetos anteriores.
- Divulgação não está sendo efetiva – necessidade de organização veículos de divulgação.
- Definir meios para aumentar divulgação e de forma articulada, pois no Litoral do Paranaense não existe nos destinos turísticos regionais e nacionais.
- Necessidade de envolver diretamente o setor empresarial – o comprometimento do funcionário é menor do que o empresário – é necessária a complementaridade entre promoção institucional e empresarial.
- Promover divulgação do litoral de forma associada à Foz do Iguaçu.

Encaminhamento dos Objetivos.

- Promover a articulação entre público e privado em programas de divulgação da região.
- Definir instrumentos/mecanismos de divulgação articulada entre municípios – um “produto” divulga o outro.
- Avaliar possibilidade de recursos para promover o turismo no Estado – possibilidade de fundo de turismo?
- Investir tanto na oferta quanto no mercado – perfis de mercado – EMBRATUR.
- Elaborar plano de marketing participativo para a região do litoral – plano de comercialização dos produtos locais: identificar articulações possíveis entre produtos.
- Ver como inserir litoral nos planos de divulgação nacionais e estaduais.
- Sensibilizar municípios para ação conjunta de divulgação.
- Fortalecimento da ADETUR como governança representativa do Litoral Paranaense.

7.1.5. Conclusões.

As discussões ocorridas durante a 1.^a Oficina permitiram a confirmação do objetivo geral do PDITS – LP, conforme estabelecido no *Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008 – 2011: garantir que o turismo seja “plenamente desenvolvido e fortalecido, dentro de padrões de sustentabilidade, qualidade e competitividade, utilizando-se de ações de gestão, fomento e promoção, que permitam o incremento da economia estadual e a inclusão social de sua população e a satisfação dos seus visitantes”* (SETU, 2008, p.15).

A partir desse objetivo geral, as discussões ocorridas durante a 1.^a Oficina Participativa permitiram a identificação de objetivos específicos, vinculados aos três eixos estratégicos propostos no início da 1.^a Oficina.

Esses objetivos estão apresentados a seguir, sendo que, na próxima etapa do PDITS-LP, *Diagnóstico Estratégico*, os mesmos serão discutidos e confirmados, servindo de referência para o desenvolvimento das etapas seguintes do trabalho.

7.1.6. Objetivos do Eixo 1: Planejamento e gestão do turismo.

1. - Legislação:

- I. promover o inventário da legislação concernente ao turismo, compatibilizando-a com a legislação correlata;
- II. garantir a normatização das atividades turísticas a partir do inventário.

2 – Gestão:

- I. criar condições para que a participação da iniciativa privada seja mais efetiva no desenvolvimento do turismo;
- II. reativar e reestruturar os conselhos municipais de turismo e fortalecer a governança regional;
- III. garantir que o processo de planejamento das atividades turísticas seja participativo, com envolvimento de amplos setores da sociedade;
- IV. promover a integração dos planos e do processo de planejamento do turismo de nível regional com os de âmbito municipal;
- V. fortalecimento dos órgãos oficiais de turismo e integração com as demais estruturas do poder público (ação: investir na capacitação dos funcionários públicos, para a gestão do turismo/ conscientização).

7.1.7. Objetivos do Eixo 2: Desenvolvimento de destinos turísticos.

1. Patrimônio Cultural

- I. Valorizar o patrimônio cultural nos eventos culturais e religiosos; no resgate da cultura caiçara e da história de colonização do Paraná, por meio de:
 - promoção de ações de educação formal e informal, difusão do conhecimento da cultura caiçara (ex: Ilha das Peças);
 - realização de estudo reconhecimento do patrimônio material e imaterial;
 - validação da representação do patrimônio pela comunidade e órgão gestores;
 - formatação de produtos (cultura viva, estruturação de novos espaços);

2. Patrimônio Natural.

- I. Qualificar o uso, promovendo o reconhecimento dos diferentes ambientes, diversificando as atividades por meio de ações de planejamento e qualificação dos equipamentos e serviços de forma sustentável.
- II. Estimular a conservação dos bens socioambientais por meio do planejamento e gestão integrada, buscando novas tecnologias com a inserção da comunidade em todo o processo.
- III. Incentivar as atividades de uso público na elaboração dos planos de manejo com a inserção da comunidade e realidade local.

3. Equipamentos e serviços turísticos.

- I. incentivar a diversificação de equipamentos e serviços a públicos que atendam a segmentos específicos;
- II. ampliar, qualificar e regulamentar os serviços e equipamentos de recepção e transporte;

III. aprimorar os processos de fiscalização e orientação dos serviços turísticos.

4. Infraestrutura.

- I. ampliar a infraestrutura de apoio em atrativos complementares;
- II. requalificar a estrutura urbana com projetos de urbanização e saneamento ambiental;
- III. adequar à mobilidade e acessibilidade urbana e regional.

7.1.8. Objetivos do Grupo 3: Promoção e comercialização.

1. Elaborar plano de marketing participativo para a região do litoral, definindo:

- agentes e áreas de atuação específica (público consumidor e produto);
- estratégias de articulação entre público/privado (canal de comunicação e integração e melhor definição dos papéis);
- ações prioritárias (aumentar a representatividade da região no mercado).

2. Criar fundo regional para promoção e comercialização, a partir do plano de marketing, estabelecendo:

- origens possíveis desse fundo;
- formas de operacionalização;
- participação público/privado.

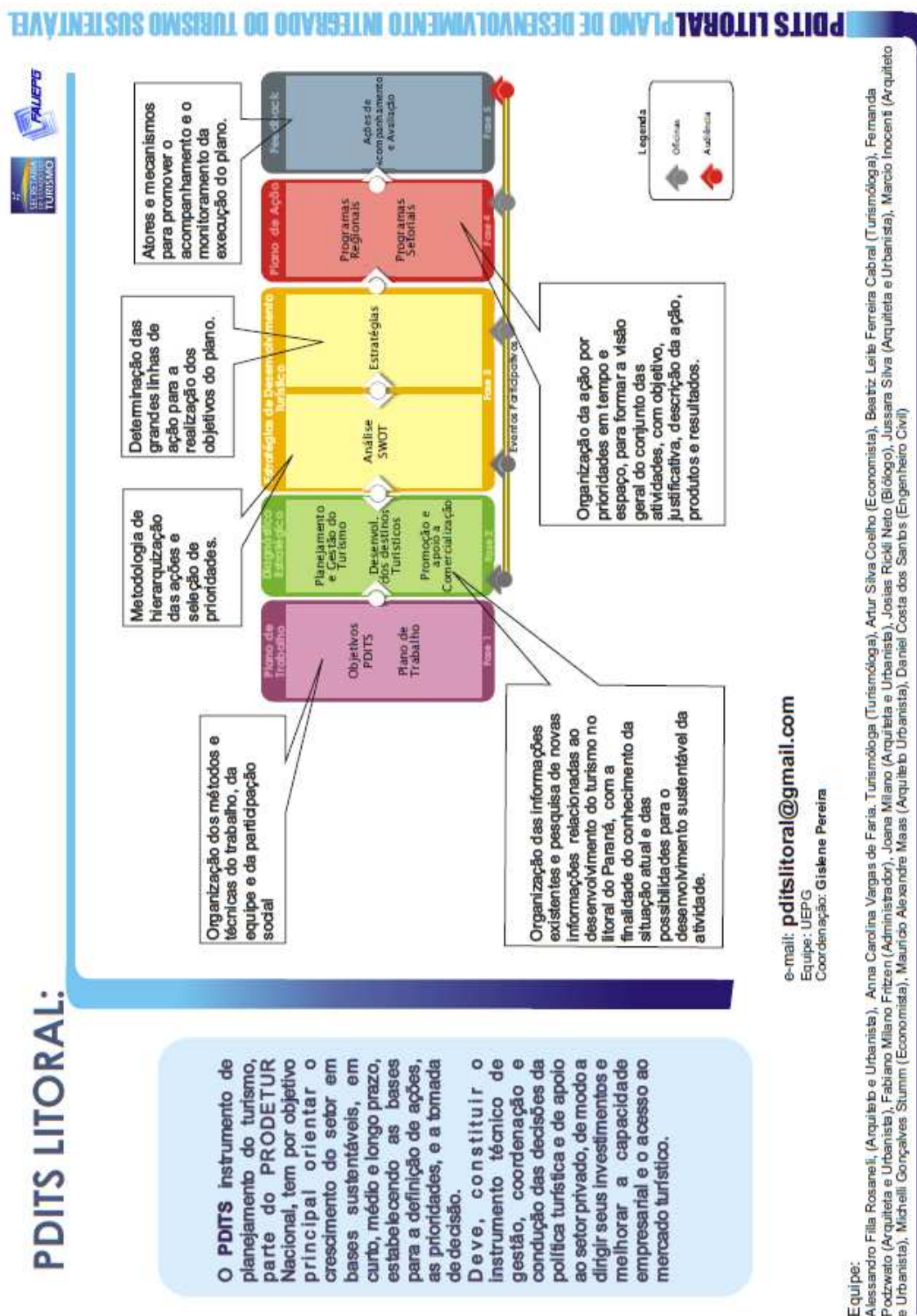
Em relação à formação da comissão de acompanhamento, foi acertado nesta 1.^a Oficina, que os municípios integrantes do PDITS-LP irão indicar seus representantes e encaminhar os nomes à equipe técnica responsável pela elaboração do trabalho.

7.1.9. Registro fotográfico



1ª Oficina Participativa – PDITS Litoral Paranaense – Paranaguá, 13/04/2010

7.1.10. Síntese Da Metodologia – Pdits Litoral Paranaense



7.1.11. Participantes - 1ª oficina de apresentação e construção dos objetivos do PDITS do Litoral Paranaense – Paranaguá, 13/04/2010

MUNICÍPIO	ÓRGÃO	NOME	CARGO
Curitiba	Gondawana	Tatiana Nicz	
Curitiba	ECOPARANÁ	Marta Y. Takahashi	Comissão Análise
Curitiba	ECOPARANÁ	Katia Koti	Comissão Análise
Curitiba	FAUEPG – Equipe Técnica	Gislene Pereira	Coordenadora
Curitiba	SEMA	Evandro Pinheiro	Comissão Análise
Curitiba	SETU	Deise Maria Fernandes Bezerra	Coordenadora CPTU
Guaraqueçaba	Sec. Mun. de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	Marcelo Aquino	Chefe de Divisão
Guaraqueçaba	Sec. Mun. de Planejamento e Projetos	Marcio Palumbo	
Guaratuba	Departamento de Turismo	Mário Natalino	Diretor
Matinhos	Sec. de Turismo e Desenvolvimento Econômico	Edson Alberto Utrabo	
Matinhos	UFPR	Luiz Ernesto Brambati	Professor
Matinhos	UFPR	Marcos Luiz Filipim	Professor
Morretes	Sec. Mun. de Turismo	Loizety Sueli Cidreira	Secretária
Morretes	Sec. Mun. de Turismo	Edson Zaduski	Chefe Div. De Turismo
Morretes	Sec. de Governo	André Camargo	Arquiteto
Morretes	ARSIM - Ass. de Rest. de Morretes	Maurício Leite Laffitte	Vice Presidente
Morretes	ARSIM - Ass. de Rest. de Morretes	Joaquim de Souza Junior	Presidente
Paranaguá	Fundação Municipal de Turismo	Nelson Uberna	
Paranaguá	Fundação Municipal de Turismo	Dayanny Pires de Oliveira	
Paranaguá	Fundação Municipal de Turismo	Lilian Missae Yuetaqui Marins	
Paranaguá	Fundação Municipal de Cultura	Diogo Rodrigues Alves	
Paranaguá	ACIAP – Assoc. Com. de Paranaguá	Rafael Gutierres	Vereador
Paranaguá	ADETUR LITORAL	Carlos Gnata	Diretor presidente
Paranaguá	ISULPAR	Dirce Felisbino	Coordenadora de curso
Ponta Grossa	FAUEPG – Equipe Técnica	Milton Xavier Brollo	Supervisor Geral
Pontal do Paraná	Sec. do Desenvolvimento	Francisca de Moura Kaminski	Secretária

7.2. RELATÓRIO DA 2.^a OFICINA DE VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO LITORAL PARANAENSE

7.2.1. Programação GERAL DA 2.^a OFICINA PARTICIPATIVA do PDITS-LP.

9:00 – 9:30h - Abertura e boas vindas, pelo Prefeito de Matinhos.

9:30 – 12:00h - Apresentações.

- Contextualização sobre o PRODETUR-PR.
- Infraestrutura e serviços básicos.
- Fortalecimento institucional.
- Gestão ambiental.
- Estratégia de produto turístico.
- Estratégia de comercialização.

12:00h – 14:00h Intervalo de almoço.

14:00 – 17:20h Discussão do diagnóstico estratégico.

Debate em plenária com 40 minutos para cada temática.

17:20 – 17:30h - Validação do diagnóstico estratégico.

Encerramento.

7.2.2. Apresentação

A 2.^a Oficina participativa do PDITS-LP aconteceu no dia 27/07/2010, no município de Matinhos – PR, tendo como principal objetivo o reconhecimento situacional da atividade turística na região, no que concerne às divergentes dimensões que influenciam, direta e indiretamente, o desenvolvimento do turismo. Tal reconhecimento foi feito a partir da leitura do método SWOT regional, adotado no 3.º produto do PDITS-LP, abordando os aspectos potencializadores, bem como os principais entraves ao desenvolvimento turístico regional.

Nesta 2.^a Oficina participativa, foi feita a validação do diagnóstico estratégico apresentado aos participantes, identificando-se aspectos relevantes apresentados pelos presentes, os quais deverão ser considerados no documento final do PDITS-LP.

Os participantes da 2.^a Oficina constituíram-se em representantes do poder público dos sete municípios do Litoral Paranaense, especialmente de órgãos vinculados ao tema do desenvolvimento turístico; governanças locais; membros dos conselhos municipais, representantes de ONG's; representantes de órgãos estaduais vinculados a atividades do Turismo. Não estiveram presentes representantes do Município de Guaraqueçaba. A lista de presença, em anexo, indica o conjunto de participantes na 2ª Oficina participativa do PDITS-LP.

As atividades concentraram-se em um dia, sendo que os trabalhos foram organizados da seguinte maneira: na parte da manhã a coordenadora do PRODETUR-PR, Sra. Gilce Battistuz, efetuou a abertura da oficina, dando as boas vindas a todos e repassando a palavra ao prefeito de Matinhos que, tomando a palavra, expressou sua visão e opinião sobre os trabalhos do PDITS-LP.

Em seguida, a coordenadora do PRODETUR Paraná, Gilce Battistuz, deu andamento à apresentação de todos os participantes e apresentou os objetivos da oficina, fornecendo um panorama sobre o PRODETUR Nacional e o PRODETUR Sul: histórico, objetivos, elegibilidade, esquema de execução, principais atividades dos mutuários, principais atividades do ministério do turismo, governanças regionais, áreas prioritárias do Paraná, PDITS no Litoral do Paraná (características, pilares, componentes, produtos, oficinas e audiência pública).

Na sequência, a turismóloga Anna Vargas, da equipe da FAUEPG, apresentou a programação da 2.^a Oficina participativa (horários e estrutura), expondo os objetivos, a metodologia e os procedimentos que orientaram a elaboração do PDITS- LP.

Para finalizar as atividades da parte da manhã, a equipe técnica apresentou o conteúdo do diagnóstico, em relação aos seguintes componentes:

- INFRAESTRUTURA: apresentado pelo Arquiteto e Urbanista Alexandre Pedrozo;
- FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: apresentado pelo Administrador Fabiano Fritzen;
- GESTÃO AMBIENTAL: apresentado pelo Biólogo Josias Rickli ;
- PRODUTO TURÍSTICO e COMERCIALIZAÇÃO: apresentado pela Turismóloga Anna Vargas.

No retorno às atividades, que ocorreu após o intervalo para o almoço, a equipe técnica coordenou os debates sobre os itens do diagnóstico, apresentados anteriormente. Foi estabelecido um tempo de 40 minutos para discussão de cada temática, contando-se com a participação de toda a plenária.

Finalizado o debate, com ampla participação da plenária, esta validou o conteúdo do Produto 2 do PDITS-LP, diagnóstico estratégico.

Na sequência, o Sr. Ricardo Mendes, representante do Ministério do Turismo, explanou acerca do processo de elaboração do PDITS-LP e PRODETUR, fazendo uma abordagem geral dos temas discutidos na Oficina.

Após essa explanação, a Sra. Gilce Battistuz reforçou a importância da colaboração e participação de todos os agentes envolvidos com a atividade do turismo no litoral do Paraná e concluiu os trabalhos da 2.^a Oficina participativa do PDITS-LP.

7.2.3. Relato Das Discussões.

As discussões ocorridas durante a 2.^a Oficina participativa abordaram os aspectos relatados a seguir, que esclarecem as colocações dos participantes.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS

Manifestações dos participantes.

- A implantação do sistema viário de Matinhos foi realizada sem estudo, necessitando de uma qualificação.
- Ocorre um alto índice de mortes nas rodovias da região.
- O transporte intermunicipal apresenta-se em situação precária .
- A Viação Graciosa oferece atendimento precário. Há necessidade de mais empresas, para evitar o monopólio e garantir melhor qualidade no serviço.
- A empresa Oceânica vem oferecendo um serviço precário, tanto para os moradores locais quanto os turistas.
- A Secretaria do Estado de Transporte havia anunciado a realização de 13 obras, ao longo da BR 101, mas não há informações sobre quais seriam essas obras e onde seriam realizadas.
- Há necessidade de se discutir formas de manter as características turísticas da Estrada da Graciosa
- Estrada da Graciosa precisa ser considerada com detalhamento. Possui grande potencial, pois gera fluxo de turistas. Precisa de melhorias de sinalização.
- Ponte do Rio Nhundiaquara não comporta fluxo intenso de veículos na alta temporada.
- Há necessidade de discussão sobre a integração entre os modais de transporte

- A BR 101, a estrada de Guaratuba e a BR 277 poderiam ter postos de informações turísticas.
- Projetos de macrodrenagem na região como um todo não existem. Em Morretes a macrodrenagem é um problema. Em Matinhos existe o problema da microdrenagem. Há necessidade de conscientização ambiental que previna os problemas causados pela falta de drenagem e, especialmente, voltar-se para o combate ao lixo jogado no rio.
- Comunidades tradicionais: o deslocamento das comunidades teve origem nos planos diretores. Deve ser tratado como proposta no PDITS-LP.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Manifestações dos Participantes.

- É notória a falta de investimentos do Estado em capacitação de recursos humanos, bem como ações voltadas para o turismo (exemplo: o projeto de engordamento da praia de Matinhos demorou 10 anos). Grande parte dos empreendimentos do litoral é composta por pequenos e médios empreendimentos, portanto, o investimento deverá ter origem no próprio litoral.
- A qualidade do atendimento turístico no litoral apresenta-se precária.
- Educação e sensibilização ambiental podem ser utilizadas como subsídios para o melhor desenvolvimento do turismo
- Conselhos no Litoral não têm legitimidade e representatividade, pois a composição é falha. O conselho deve ser formado por cidadãos do litoral (que conhecem o litoral) e a iniciativa privada deve ocupar metade da composição.
- Os conselhos locais devem ser ativos, agindo junto aos setores que contribuem para a economia turística.
- Há necessidade de discussão sobre mecanismos que facilitem a criação de instâncias de participação popular e controle sobre o território.
- Dentro dos conselhos há necessidade de integração público-privada e entre instâncias do setor público (parcerias público-público). Além disso, as políticas atualmente em andamento devem prever articulações entre essas instâncias.
- Inércia da atuação do Estado em relação a diversas obras que foram divulgadas, porém não concretizadas.
- Conselhos nas unidades de conservação: há necessidade de diálogo com outras instâncias representativas, bem como integração entre os conselhos existentes no litoral
- Ilha do Mel: o conselho gestor deve ser reativado.

GESTÃO AMBIENTAL

Manifestações dos participantes.

- A APA de Guaraqueçaba não tem plano de manejo, embora haja reconhecimento de sua necessidade
- Para a APA de Superagui, o plano de manejo está em andamento.
- As UC's estaduais Pau Oco, Marumbi e Boguaçu estão em fase de ampliação e de contratação de plano de manejo.
- Para áreas fora da UC tem sido utilizado como instrumento regulador o macrozoneamento do litoral (permite identificar todas as áreas ambientais com uso permitidos e proibidos).

- Em relação à gestão ambiental, verifica-se que, mesmo fora das UC's, existe uma dificuldade enorme para implementação de novos empreendimentos. Há uma confusão entre as legislações estabelecidas pelas diversas instâncias atuantes sobre litoral, gerando entraves para o desenvolvimento do turismo.
- Existem duas UC's em processo de criação: Guaraqueçaba/Antonina (Bom Jesus) e Fazenda Iguitana (São José dos Pinhais e Guaratuba).
- Há necessidade de desenvolvimento de projetos de educação ambiental.
- Há necessidade de inserir Guaraqueçaba na operação verão.
- Identificam-se impactos sobre a restinga, durante a alta temporada, provocados pelo uso indevido da área.
- Existência do Projeto Orla, que pode servir como instrumento complementar ao ordenamento territorial.
- As restrições impostas pelos zoneamentos, com poucas alternativas para a ocupação humana, aceleram as ocupações irregulares nas áreas de interesse ambiental.

PRODUTO TURISTICO

Manifestações dos participantes.

- Durante a temporada, muitas vezes a mídia apresenta apenas o aspecto caótico do litoral do Paraná. Entretanto, verifica-se um movimento, em parte dessa mesma mídia, tratando positivamente o litoral (algumas com alcance nacional).
- Não existe pesquisa regular sobre a situação do turismo no litoral. Também não existe crítica/reivindicação/exigência por parte dos agentes privados ou instituições públicas locais.
- Os números informados na mídia, a respeito da ocupação no litoral na temporada, não são fundamentados por pesquisas. Algumas informações "sugerem" que há uma população flutuante entre praias, em momentos específicos. Um desses momentos é o carnaval, que leva um conjunto de veranistas a eleger um dos municípios como ponto de encontro e local especial para festas.
- Há necessidade de fortalecer o papel das universidades que atuam no litoral, para desenvolver pesquisas, auxiliando como mediadoras nos conflitos resultantes de contradições ou sobreposições entre métodos e instituições (a exemplo do que ocorreu com SANEPAR x SETU).
- Existem empresas privadas ou estatais com potencial de investimento, que não atuam de forma integrada em ações relativas ao turismo, como o caso de Itaipu.

7.2.4. Registro fotográfico

	
Prefeito de Matinhos Sr. Eduardo Dalmora	Abertura dos trabalhos, efetuado por Gilce Battistuz, Coordenadora Prodetur-PR
	
Turismóloga Anna Vargas, apresenta a programação da 2.ª Oficina	Comissão de Análise do PDITS: Kátia, Evandro, Caren, Marino, Gilce, Ary Secretário do Município de Matinhos: Ruy Representante do Min. do Turismo: Ricardo Mendes
	
Participantes da 2ª Oficina	Encerramento dos trabalhos, realizado por Gilce Battistuz
2.ª Oficina Participativa – PDITS Litoral Paranaense – Matinhos, 27/07/2010. Fotos: Edilson Giordano	

7.2.5. Lista de presenças

NOME	MUNICÍPIO	ÓRGÃO	TELEFONE
Adalto Mendes Luders	Matinhos	Acima – Assoc. Comercial de Matinhos	41 3453-2811/ 3453-2345 41 9631-9277
Adriana Kaminski		ISULPAR	41 9644 9136
Ailson Orlei Moro Camargo		CORDRAP – Cons. Regional de Des.Rural, Pesq.Artesanal	41 3453-2181 41 9225-8133
Aline R. Cruz	Curitiba	UFPR	41 9288 9349

NOME	MUNICÍPIO	ÓRGÃO	TELEFONE
Anacleto Magno		AMLIPA	41 3425-6969 41 9109-0182
André Camargo	Morretes	Sec. de Governo	41 3462-1266 41 9668-1574
André Dias	Pontal do Paraná	Mar Brasil	41 9917 3949
Anna Carolina Vargas faria	Curitiba	FAUEPG	41 8418 1810
Arlete Lopes Alves França	Paranaguá	Fundação Municipal de Turismo	
Ary Talamini Junior		SEPL	41 3313-6328
Camila Barp (gondawana)		ABETA PR	41 3566-6339
Caren Nanci dos Santos		SETU	41 3313-3508
Carlos Gnata		ADETUR LITORAL	41 3426-8040 / 3566-6339 41 9236-2325
Daisy Mara Teixeira	Matinhos	SANEPAR Litoral	41 9603-1082
Daniela M. Silva		Gondawana (Adetur/Abeta Pr)	41 3566-6339
Daniele Cordeiro Rodrigues	Matinhos	Daniele Imóveis/Turismo	41 9107 7770 / 3244 4183
Dariane Brisola	Guaratuba	Comunidade Cabaraquara	41 3473 1225
Dirce Felisbino		ISULPAR	41 3423-1490 41 8408-4309
Edilson Tadeu Giordano	Matinhos	Jornal Destaque Informativo	41 3473 4873
Edson Alberto Utrabo	Matinhos	Prefeitura Municipal	41 9959 5783
Edson Zaduski	Morretes	Sec. Mun. de Turismo	41 3462-1024
Eduardo Antonio Dalmora	Matinhos	Prefeitura Municipal	41 3971-6000
Emerson Jabur		FECOMERCIO PR	41 9998-0606
Evandro Pinheiro		SEMA	41 3304-7774/ 9967-5764
Fabiano Gebert	Guaratuba	Departamento de Turismo	41 9928-2829
Fátima Aguiar		ADETUR LITORAL	41 34551583
Foed Saliba Smaca Junior	Morretes	Sec. de Governo	41 3462-1266
Francisca de Moura Kaminski	Pontal do Paraná	Sec. Mun. do Desenvolvimento	41 3975-3102 41 8882-0041
Franciele Marilies Estevam	Curitiba	SETU	413313-3544
Gastão T. Nascimento	Pontal do Paraná	ACIAPAR	41 9651 0882
Gean Carlos Bosi	Morretes	Prefeitura Municipal	41 3462 1266
Geni Helena Fávero	Matinhos	UFPR	
Gilce Zelinda Battistuz		SETU	41 3313-3547
Jamidas Moreira da Silva		CORDRAP – Cons. Regional de Des.Rural, Pesq.Artesanal	41 9109-0605
Jamil Pereira	Matinhos	Recanto das Bromélias	41 9206 9336
Jean Borges do Amaral	Pontal do Paraná	IFPR	41 3721 8300
José Claro	Pontal do Paraná	Mar Brasil	41 9901 0409
Josias Rickli Neto	Curitiba	FAUEPG	41 9167 7879
Katia Koti	Curitiba	ECOPARANÁ	41 3213-7700
Leandro Jose Kavalski	Pontal do Paraná	IFPR	41 3721 8306
Lilian Missae Uyetaqui Marins	Paranaguá	Fundação Municipal de Turismo	41 3420-2940

NOME	MUNICÍPIO	ÓRGÃO	TELEFONE
Lizabeti de F. Paupério		EMATER - Paranaguá	41 3423-1134
Lothario Horst Stoltz Junior		Parque Estadual Pico do Marumbi, do Pau Oco, da Graciosa e Roberto Ribas Lange	41 3462-3598 41 3462-2954
Luiz Antonio Laufer	Guaraqueçaba	COOPERGUARÁ	
Luiz Ernesto Brambati		UFPR	41 9818-6475
Luiz Fernando Gomes Braga		Conselho do Litoral – COLIT	41 3304-7703
Manuel Alapont	Ilha do Mel	ABRASEL – Assoc. de Bares e Restaurantes do Litoral	41 3426-9017
Maricy Rizzato	Guaraqueçaba	FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO	41 3381-9571/ 9238-3287
Marili Miretzki	Matinhos	SANEPAR Litoral	41 9966-3604
Marino Castillo Lacay		IPARDES	41 3351-6386
Mário Xavier	Curitiba	ECOVIA	41 3381-6500
Michelli G. Stumm	Curitiba	FAUEPG	41 8406 1608
Milton Xavier Brollo		FAUEPG – equipe técnica	42 3220-3390 / 9973-7433
Nelson Uberna	Paranaguá	Fundação Municipal de Turismo	41 3420-2802
Nevia Carraro Gurski	Matinhos	Recanto das Bromélias	41 8403 0494
Norberto Ramon		Instituto das Águas do Paraná	41 3442 1016
Patricia Albanez		SEBRAE	41 3330-5908
Plinio Aguiar	Pontal do Paraná	Sec. Mun. do Desenvolvimento	41 3972-7051 / 9139-0365 41 9817-1974
Rafael Gutierrez		ACIAP – Assoc. Com. De Paranaguá	41 3420-9026 / 9176-0072
Rafael Pantarolo Vaz	Matinhos	Motirão Sociedade Cooperativa	41 9675 1486
Ricardo Mendes	Brasília	Ministério do Turismo	61 2023-7277
Roberto P. Meissmer	Matinhos	Prefeitura Municipal	41 9680 3052
Rogério Florenzano Junior	Matinhos	PARNA Saint Hilaire Lange	41 9682-3552
Ruy Hauer Reichert	Matinhos	Sec. De Turismo e Desenvolvimento Econômico	41 3971-6000
Silvana Borges	Pontal do Paraná	UFPR/CEM	41 3511-8600
Sueli dos Santos		Coop. de Turismo de Guaraqueçaba	41 3482-1313
Ubirajara Nascimento	Matinhos	Associação Amigos da Mata	
Vania Maria Hosth	Morretes	Prefeitura Municipal	41 3462 1266

7.3. RELATÓRIO DA 3.^a OFICINA DE APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PDITS LITORAL PARANAENSE

7.3.1. Programação geral da 3.^a Oficina participativa do PDITS-LP.

8h30 – 9h00	Apresentação Institucional
9h00 – 9h20	Apresentação do processo de construção das estratégias, posicionamento de mercado, roteiros, plano de ação.
9h20 – 9h40	Apresentação plano de ação geral (programas, quantidade de ação, recurso total, recurso anual), apresentação geral do conjunto das ações.
9h40 – 10h30	Apresentação plano de ação (infraestrutura e serviços básicos) – ações prioritárias.
10h30 – 11h20	Apresentação plano de ação (fortalecimento institucional e gestão ambiental – ações prioritárias.
11h20 – 12h30	Apresentação plano de ação (promoção e desenvolvimento turístico) – ações prioritárias.
12h30 – 14h00	Intervalo
14h00 – 15h15	Debate (debate do plano de ação respondendo algumas questões – há concordância sobre ações propostas? Há concordância sobre priorização?)
15h15 – 15h30	Intervalo.
15h30 – 16h30	Conclusões do debate.
16h30 – 17h00	Encerramento.

7.3.2. Apresentação.

A 3.^a Oficina participativa do PDITS-LP aconteceu no dia 18/10/2010, no município de Pontal do Paraná – PR, tendo como principal objetivo a discussão do processo de construção plano de ação, bem como a explicitação do conjunto de propostas para a região do litoral.

Os participantes da 3.^a Oficina constituíram-se em representantes do Poder Público dos sete municípios do Litoral Paranaense, especialmente de órgãos vinculados ao tema do desenvolvimento turístico; governanças locais; membros dos conselhos municipais, representantes de ONG's; representantes de órgãos estaduais vinculados a atividades do turismo. A lista de presença, em anexo, indica o conjunto de participantes na 3.^a Oficina participativa do PDITS-LP.

As atividades concentraram-se em um dia, sendo que os trabalhos foram organizados da seguinte maneira: no início da manhã foi feita uma apresentação do processo de construção do Plano de Ação e do conjunto das propostas. Em seguida, foram apresentadas as ações prioritárias, de acordo com os eixos temáticos a partir dos quais está organizado o documento, obedecendo-se à seguinte sequência:

- 1) INFRAESTRUTURA e SERVIÇOS BÁSICOS: apresentado pela Arquiteta e Urbanista Jussara Silva;
- 2) FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL e GESTÃO: apresentado pelo Administrador Fabiano Fritzen;
- 3) PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: apresentado pela Turismóloga Anna Vargas.

Após as apresentações, foi feito um intervalo para o almoço. No retorno às atividades, a equipe técnica coordenou o debate sobre as ações propostas, durante o qual buscou-se responder às seguintes questões: há concordância pelos participantes sobre ações propostas? Há concordância sobre a priorização apresentada?

As discussões permitiram a confirmação das propostas do Plano de Ação, contando-se com a participação de toda a plenária. Finalizado o debate, a plenária validou o conteúdo do Produto 4 do PDITS-LP, plano de ação.

Após o encerramento das discussões, foram concluídos os trabalhos da 3.^a Oficina participativa do PDITS-LP.

7.3.3. Relato das discussões.

As discussões ocorridas durante a 3.^a Oficina participativa abordaram os aspectos relatados a seguir, que esclarecem as colocações dos participantes. As discussões ocorreram de acordo com os programas propostos pelo plano de ação.

PROGRAMA: COMUNICAÇÃO.

Propostas.

- AÇÃO 01: verificar a possibilidade de estender a ação da produção do vídeo “Nossa Cultura, Nossa História” para outras comunidades, além de Guaraqueçaba. Passar essa ação para o terceiro ano.
- AÇÃO 02: retirar essa ação, pois já está acontecendo (IAP).

PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA.

Propostas.

- AÇÃO 05: incluir Pontal do Paraná; passar para o ano 1 (prioridade máxima)

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO.

- Nenhuma proposta.

PROGRAMA: SISTEMA DE GESTÃO E MONITORAMENTO.

- Na próxima oficina haverá uma discussão mais aprofundada sobre o sistema de gestão e monitoramento.

- Nenhuma proposta

PROGRAMA: NOSSA CULTURA, NOSSA HISTÓRIA.

Propostas.

- AÇÃO 30 – alterar a descrição (redação); alterar o nome “gastronômico” ou deixar mais claro o objetivo – culinária local (compotas, farinha, etc.) – algo como “sabores do litoral”.
- AÇÃO 32 – alterar descrição (redação): escola, mirante no sambaqui, contemplar paisagem, centro de visitação/comunidade, desenvolver o produto turístico café caiçara, vincular ao Guaraguaçu.
- CRIAR AÇÃO NOVA - museu caiçara em pontal do Paraná (Pontal do Sul - antigo Hotel Atlântico) – o museu deve também abrigar um anfiteatro (espaço para eventos / museu vivo). Ainda não há um projeto, mas o terreno já é da prefeitura municipal. A proposta não é utilizar recursos do PRODETUR.
- CRIAR AÇÃO NOVA: Criar uma ação para promover/divulgar/apoiar o teatro em Antonina. O festival de teatro de Antonina é uma tradição que deve ser mantida e valorizada.

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS.

Propostas.

- AÇÃO 36 – inserir Guaraqueçaba e Ilha do Mel (Paranaguá). Em Guaratuba já existem alguns projetos desse tipo prontos. Ex. “Morro do Espia Barco”. Entrar em contato com Fabiano para incorporar projetos.

- AÇÃO 35 - Universidade Federal do Paraná (UFPR) se opõe à construção de qualquer equipamento/infraestrutura nesse local. Verificar se é área particular. Consultar UFPR e ver quais são os estudos sobre a área. Alguns são a favor de manter a ação 35, outro são a favor de retirá-la.

PROGRAMA: SINALIZAÇÃO TURÍSTICA.

Propostas.

- Buscar unificar/integrar ações de sinalização.
- AÇÃO 51 - virar uma ação prioritária.
- AÇÃO 54 – Incluir América de Cima e de Baixo.
- CRIAR AÇÃO NOVA: Sinalização para quem vem do Sul – BR 116 / 101.

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E QUIPAMENTOS.

Propostas.

- AÇÃO 73 – deixar em aberto o município, já que será necessário um estudo específico – verificar se o terminal não pode ser em Guaratuba.
- AÇÕES 59, 60, 61 – antecipar um ano (todas elas).
- CRIAR NOVA AÇÃO: revitalização do atracadouro de Brasília – Ilha do Mel – atualmente é de madeira e precisa de manutenção – deve ser ação prioritária.
- CRIAR NOVA AÇÃO: reestruturação do atracadouro da fortaleza (Ilha do Mel).
- CRIAR NOVA AÇÃO: atracadouro em Maciel (Pontal do Paraná).
- CRIAR NOVA AÇÃO: reestruturação do terminal de embarque para Ilha do Mel ou a construção do terminal em outro local .
- CRIAR NOVA AÇÃO: áreas para estacionamento de ônibus de turismo (todos os municípios que recebem turistas).
- CRIAR NOVA AÇÃO: construção de ponte em Porto de Cima, para facilitar retorno pela Estrada da Graciosa = transtorno em horário de pico.
- CRIAR NOVA AÇÃO: documento a ser oficializado solicitando que o Governo Estadual interfira e solicite a aprovação dos planos diretores. A aprovação dos PDs não entra como uma ação. Trata-se de um documento à parte.

PROGRAMA: LINHAS TURÍSTICAS.

Propostas.

- AÇÃO 79 – melhorar redação, pois a ação não está clara.

DISCUSSÕES GERAIS: questões sintetizadas a partir das discussões ocorridas durante o dia todo.

- Quando se diz “litoral”, as pessoas entendem praia/mar. Quando for falado de trilhas e “mato”, deveria ser utilizado o termo Mata Atlântica.
- Quando se diz “redes do litoral” as pessoas entendem algo como “conexão”. No PDITS, o termo “rede” não foi bem utilizado. É uma rede social? Uma rede turística? Rede do pescador? Rever este conceito/expressão.
- Morro do Boi é área particular. UFPR é contra infraestrutura e equipamentos. Acreditam que a paisagem natural deve ser preservada.

- A **tendência** do turismo é utilizar **ônibus de linha**? Quem vem para o litoral fazer turismo de ônibus?
- Ação 79 – faltou incluir Matinhos (trocar Morretes por Matinhos).
- Ação 80 – incluir Pontal do Paraná e Ilha do Mel (Pontal), pois já existe uma linha.
- O embarque para Ilha do Mel é precário. Prever uma ação para melhorar o terminal.
- Os ônibus de turismo ficam nas ruas e não existe atividade para os motoristas que ficam nos municípios. Prever uma ação para resolver essa questão.
- É preciso fazer um trabalho de fiscalização. Ex. taxas para ônibus de excursão com o objetivo de **selecionar o público** que vem aos municípios. É preciso disciplinar o turismo.
- É preciso prever alguma ação relacionada ao desenvolvimento endógeno – motivação, atendimento, hospitalidade, etc. / desenvolvimento das pessoas, não somente infraestrutura, equipamentos, etc. (Profa. Elizabete Sayuri).

7.3.4. Registro fotográfico

	
Abertura dos trabalhos, efetuado por Gilce Battistuz, Coordenadora Prodetur-PR	Participantes da 3.ª Oficina
	
Participantes da 3.ª Oficina	Participantes da 3.ª Oficina
	
Participantes da 3.ª Oficina	Participantes da 3.ª Oficina
3.ª Oficina Participativa – PDITS Litoral Paranaense – Matinhos, 18/10/2010. Fotos: Gislene Pereira	

7.3.5. Lista de presença

MUNICÍPIO	ÓRGÃO	NOME	CARGO
	UFPR	Alaercio da Costa Freitag	Técnico orçamentário
	SETU	Alessandra Giselle Rosa de Paula	Turismóloga
	Ministério do Turismo	Ana Carla L. Moura	Técnico
	AMLIPA	Anacleto Magno	
	FAUEPG	Anna Carolina V. Faria	Turismóloga
	SETU	Caren Nanci dos Santos	Assessora
	PRTUR	Carlos Garmatter	Arquiteto
	ADETUR LITORAL	Carlos Gnata	Diretor presidente
	Rádio Ativa Fm – Matinhos	Dimas Bindi	Rádio Jornalista
Antonina		Diogo Alves Machado	
Paranaguá	Fundação Municipal de Cultura	Diogo Rodrigues Alves	
	ISULPAR	Dirce Felisbino	Coordenadora de curso
	UFPR	Elizabete Sayumi Kushano	Coordenadora Turismo
Guaraqueçaba	Sec. Mun. de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	Esaú Ferreira	Secretário
	SEMA	Evandro Pinheiro	Comissão Análise
	FAUEPG	Fabiano Fritzen	Administrador
Guaratuba	Departamento de Turismo	Fabiano Gebert	Arquiteto
	ADETUR LITORAL	Fátima Aguiar	Vice presidente
Pontal do Paraná	Sec. Mun. do Desenvolvimento	Francisca de Moura Kaminski	Secretária
	SETU	Gilce Zelinda Battistuz	Coordenadora PRODETUR-PR
	FAUEPG	Gislene Pereira	Coordenadora
	ADETUR LITORAL	Gustavo T. Dolacitenosky	Diretor
Antonina		Isaac Cezarino	
	Revista Caiçara Matinhos	Jamidas M. S. Doce	Repórter
	FAUEPG	Joana Zattoni Milano	Arquiteta
	FAUEPG	Josias Ridli Neto	Bióloga
Morretes	Secretaria Municipal de Turismo	Julio César Cassilha	Diretor de Turismo
	FAUEPG	Jussara Maria Silva	Arquiteta
	ECOPARANÁ	Katia Koti	Comissão Análise
	UFPR	Luiz Ernesto Brambati	Professor
Paranaguá	Fundação Municipal Turismo (FUNTUR)	Manoel H. S. Correa	Diretor de ação turística
	ECOPARANÁ	Marta Y. Takahashi	Comissão Análise
	FAUEPG	Michelli G.Stum	Economista
	PRTUR	Milton Karam	Diretor Técnico
	FAUEPG	Milton Xavier Brollo	Supervisor Geral
	FAUEPG	Paulo R. A. Haiduke	Historiador
Pontal do Paraná	Sec. Mun. do Desenvolvimento	Plinio Aguiar	Diretor de Turismo
	SEBRAE	Rafael Andreguetto	
	Conselho do Litoral – COLIT	Renato Veiga	Sec.Executivo
Pontal do Paraná		Rudisney Gimenes	Prefeito
	Conselho do Litoral – COLIT	Sonia	

7.4. RELATÓRIO DA 4.^a OFICINA DE APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO 5: VERSÃO PRELIMINAR DO PDITS-LP: CONSOLIDAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANTERIORES

7.4.1. Programação geral da 4.^a Oficina participativa do PDITS-LP .

9h00 as 9h30	ABERTURA DOS TRABALHOS – SETU.
9h30 as 11h15	APRESENTACAO DA EQUIPE CONSULTORA. METODOLOGIA. CONTEÚDO GERAL DA VERSAO PRELIMINAR DO PDITS-LP. OBJETIVOS, DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA.
11h15 as 12h00	DEBATE PELOS PARTICIPANTES.
12h30 as 14h00	INTERVALO.
14h00 as 16h00	APRESENTACAO DA EQUIPE CONSULTORA. POSICIONAMENTO DE MERCADO COM EIXOS POTENCIAIS . AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPLEMENTARES . SISTEMA DE MONITORAMENTO.
16h00 as 16h30	DEBATE PELOS PARTICIPANTES.
16h30 as 17h00	ENCERRAMENTO.

Local: Theatro Municipal.

Endereço: Rua XV de Novembro s/n.º Centro, Morretes - Paraná

Data: 07/04/2011

7.4.2. APRESENTAÇÃO

A 4.^a Oficina participativa do PDITS-LP aconteceu no dia 07/04/2011, no município de Morretes – PR, tendo como principal objetivo a apresentação e validação do **Produto 5: Versão Preliminar do PDITS-LP: Consolidação dos Relatórios Anteriores**.

Os participantes da 4.^a Oficina constituíram-se em representantes do poder público dos sete municípios do Litoral Paranaense, especialmente de órgãos vinculados ao tema do desenvolvimento turístico; governanças locais; membros dos conselhos municipais, representantes de ONG's; representantes de órgãos estaduais vinculados a atividades do turismo. A lista de presença, em anexo, indica o conjunto de participantes na 4.^a Oficina participativa do PDITS-LP.

As atividades concentraram-se em um dia, sendo que os trabalhos foram organizados da seguinte maneira: no início da manhã foi feita uma apresentação do processo de construção do PDITS-LP, recuperando-se o conteúdo das etapas do trabalho já desenvolvidas. Em seguida, foi apresentado o conteúdo geral do Produto 5 do PDITS-LP, tendo como foco os objetivos e o diagnóstico estratégico, relacionando-os com as propostas do plano de ação.

Após a apresentação das ações, ocorreu um debate, no qual a equipe técnica foi esclarecendo dúvidas, bem como organizando e inserindo as sugestões de complementações apresentadas pelos participantes.

Foi feito um intervalo para o almoço e, no retorno às atividades, deu-se prosseguimento às discussões sobre as ações, de acordo com a sequência proposta na programação.

Finalizado o debate, a plenária validou o conteúdo do **Produto 5: Versão preliminar do PDITS-LP: Consolidação dos relatórios anteriores**.

Após o encerramento das discussões, foram concluídos os trabalhos da 4.^a Oficina participativa do PDITS-LP.

7.4.3. Relato Das Discussões.

Colocações Gerais.

A Coordenadora do PRODETUR Gilce Zelinda Battistuz deu início às atividades da oficina, apresentando a situação atual do trabalho, lembrando as etapas e produtos já consolidados e indicando as próximas etapas. Foi apresentado também o valor total do Programa: R\$ 89.497.714, dos quais R\$ 49.223.743 são provenientes de financiamento e o restante, ou seja, R\$ 40.273.971 são provenientes de contrapartida do Estado.

Na sequência, a coordenadora técnica da equipe, Gislene Pereira, fez uma apresentação sobre o objetivo da 4.^a Oficina – Apresentação e validação da versão preliminar do PDITS-LP, lembrando a justificativa de seleção da área do litoral os objetivos específicos do Plano.

Em seguida, foi apresentado o diagnóstico estratégico, definido a partir da identificação das forças e fraquezas referentes aos cinco componentes do PDITS: ***Desenvolvimento de produtos turísticos, promoção e apoio à comercialização, fortalecimento institucional, infraestrutura e serviços básicos e gestão socioambiental.***

após a apresentação dos componentes, foi aberto o debate. a seguir estão identificadas as colocações feitas pelos participantes.

Manifestações dos Participantes.

- **Questionamento:** Por que o recurso já aplicado em Morretes entra como ação?
Resultado/posição da equipe: como a ação já foi executada, esse recurso tinha que entrar no Programa para dar continuidade, lembrando que ele não compõe o valor mencionado no início da oficina.
- Com relação à gestão das UC's, sugere-se a criação de um mosaico de conservação (gestão participativa de todas as unidades assim como com as comunidades locais);
Resultado/posição da equipe: proposta com conteúdo semelhante faz parte do plano de ação.
- Materiais promocionais: deveria ser incluído o município de Antonina.
Resultado/posição da equipe: Incluído.
- **Questionamento:** Como serão definidos os responsáveis pelas ações? -
Resultado/posição da equipe: em cada ação está indicado quem ficará responsável. O PRODETUR prevê que no início da realização dos PDITS, ocorram os planos de fortalecimento institucional, que tem o objetivo de capacitar os municípios para a gestão e implementação do PDITS. O PDITS distribui recursos em 5 anos, definindo as ações que serão financiadas pelo PRODETUR. Além desses recursos, deverão ser buscadas outras fontes de financiamento, tendo em vista o montante do valor disponível e o tipo de ações financiáveis pelo BID.
- **Questionamento:** Há possibilidade de reativação da linha de trem de turismo entre Antonina e Paranaguá? **Resultado/posição da equipe:** a ação não foi considerada prioritária.
- Importância de padronização da linguagem das placas de sinalização – inserção da referência aos restaurantes e outros serviços nas placas. **Resultado/posição da equipe:** a colocação será inserida no plano de ação.
- Solicitação de esclarecimentos sobre ação vitrines do litoral. **Resultado/posição da equipe:** a ação vai acontecer junto com o empresariado. A seleção de edificações será resolvida entre Estado e Município, mas é importante a participação da iniciativa privada.

- Citar plano de manejo do parque Superagui. **Resultado/posição da equipe:** Colocação será inserida no plano de ação.
- **Questionamento:** substituir “implantação” de sistema de coleta e tratamento de esgoto por “ampliação”. **Resultado/posição da equipe:** Colocação será inserida no plano de ação.
- **Questionamento:** número muito grande de planos indicados como necessários pelo Plano de Ação. **Resultado/posição da equipe:** As propostas dos planos foram discutidas na 3.^a Oficina e aceitas pela plenária.
- **Questionamento:** quanto à participação da ADETUR, governança do litoral:
 - Por que não prever repasses financeiros à ADETUR?
 - Importância da ADETUR estar envolvida no processo de planejamento turístico.
 - Empresariado quer estar envolvido na efetivação das ações.
 - O PDITS-LP é para 5 anos; se não houver um grupo consolidado, há risco de não haver continuidade nas ações.

Resultado/posição da equipe: O PDITS-LP considera relevante a participação da iniciativa privada, devendo ser discutidos os canais para que esta participação aconteça. Foi lembrado que o BID não financia contratação de pessoal; ações de fortalecimento das governanças não podem ser financiadas pelo PRODETUR; somente aquisição de equipamento.
- Importância de ações de fortalecimento do turismo fora da temporada de verão; quantas ações estão irão fortalecer o turismo fora da temporada? **Resultado/posição da equipe:** plano de ação considera um conjunto de ações a serem implementadas para o desenvolvimento do turismo na região como um todo.
- Ação 26 - projeto de requalificação da paisagem: não é citado Guaraqueçaba. Sugestão: Ampliar a ação Ponta de Morretes, adequando o valor para 85mil e inserindo melhorias na praça central de Guaraqueçaba. **Resultado/posição da equipe:** Colocação será inserida no plano de ação.
- **Questionamento:** Carência de uma participação maior de Antonina e Guaraqueçaba - se os municípios não tiverem plano diretor, muitas ações não se concretizarão. **Resultado/posição da equipe:** há necessidade de reforçar participação dos referidos municípios.
- Ação 45: mirante, situado a 15km de Guaraqueçaba. **Resultado/posição da equipe:** não foi inserido nas ações porque não foi considerado prioritário;
- Ação 10 - passar para execução no 1.º ano. **Resultado/posição da equipe:** colocação será inserida no plano de ação.
- Utilizar o diferencial (de remanescente da mata atlântica) do litoral paranaense como meio de regionalização. **Resultado/posição da equipe:** esta questão está inserida nos eixos temáticos ; pretende-se a valorização do litoral não apenas considerando a faixa do mar, mas também esses diferenciais.
- **Questionamento:** solicitação de esclarecimentos sobre turismo científico. **Resultado/posição da equipe:** Este é um segmento muito importante, e deve ser considerado no futuro, já que se trata de um diferencial.
- Ação 50 - Morro do Boi deveria ser priorizada: **Resultado/posição da equipe:** Morro do Boi tem a entrada em terreno particular, por isso não pode ser priorizado.
- Ação 52 - Revitalização do mercado do pescado, em Matinhos, deveria ser priorizado **Resultado/posição da equipe:** esta ação não foi aceita como prioridade.

- Solicitação de esclarecimentos sobre Ação 7: (implantação de terminal turístico em Paranaguá): **Resultado/posição da equipe:** o valor é reduzido porque corresponde a uma estrutura básica para recebimento dos passageiros.
- **Esclarecimento da equipe:** Ações que estão como OUTRAS FONTES, não tem garantia de financiamento imediato, dentro do PRODETUR; terão que ser buscadas outras fontes de recursos.
- **Questionamento:** Investimentos prioritários deveriam ser em saneamento, embora o valor total do PRODETUR não seja suficiente. **Discussão:** aplicar o dinheiro do PRODETUR somente em saneamento ou priorizar as demais ações? **Resultado/posição da equipe:** Fazer outro fórum onde se possa discutir a questão do saneamento; o PRODETUR não é recurso para saneamento; está destinado para o turismo.
- Ação 20 (infraestrutura): sugestão de trocar a implantação do trapiche para Ilha Rasa. **Resultado/posição da equipe:** Colocação será inserida no plano de ação.
- Ação 5 e 6 (infraestrutura): sugestão de incluir Ilha Rasa. **Resultado/posição da equipe:** Colocação será inserida no plano de ação.
- Ação 38 (infraestrutura): **Resultado/posição da equipe:** Paranaguá não foi inserida porque não há disponibilidade de terreno.
- Ação 49 (infraestrutura): colocar o financiamento pelo PRODETUR. **Resultado/posição da equipe:** Colocação será inserida no plano de ação.
- Ação 37 (institucional): colocar pelo PRODETUR. **Resultado/posição da equipe:** Colocação será inserida no plano de ação.
- Inserir ação para desassoreamento do rio Nhundiaquara – se houver disponibilidade de recursos, colocar como PRODETUR. **Resultado/posição da equipe:** Colocação será inserida no plano de ação, desde que prefeitura de Morretes encaminhe o projeto.
- Ação 19 (implantação de transporte aquaviário): Incluir Morretes. **Resultado/posição da equipe:** colocação será inserida no plano de ação.

7.4.4. Considerações Finais.

As atividades desenvolvidas durante a 4.^a Oficina permitiram o atingimento de seu objetivo. Houve grande participação dos presentes, o que garantiu a validação do **Produto 5: Versão preliminar do PDITS-LP: Consolidação dos relatórios anteriores.**

As sugestões e/ou complementações apresentadas pelos participantes serão inseridas na versão final do Produto 5 e serão disponibilizadas antes da audiência pública.

Tendo sido validado o Produto 5, os trabalhos terão continuidade, sendo, na sequência, feita a organização de todos os documentos produzidos até o momento, conformando o Produto 6: versão final do PDITS-LP.

7.4.5. Registro fotográfico

	
Abertura dos trabalhos, efetuado por Gilce Battistuz, Coordenadora PRODETUR-PR	Abertura dos trabalhos, efetuado por Gilce Battistuz, Coordenadora PRODETUR-PR
	
Participantes da 4.^a Oficina	Apresentação Anna Vargas
	
Apresentação Gislene Pereira	Apresentação Josias Rickli
4.^a Oficina Participativa – PDITS Litoral Paranaense – Morretes, 07/04/2011. Fotos: Gislene Pereira	

7.4.6. Lista de presença.

NOME	CARGO	MUNICÍPIO/ ENTIDADE	TELEFONE	EMAIL
Amilton Paulo da Silva	Prefeito	Morretes	3462-1266	governo@morretes.pr.gov.br
Anacleto Magno		AMLIPA	41 3425-6969 41 9109-0182	amlipa@ibest.com.br
André Camargo	Arquiteto	Morretes	41 3462-1266 41 9668-1574	governo@morretes.pr.gov.br
Ary Talamini Junior	Engenheiro	SETU	41 3313-6328	ary-talamini@setu.pr.gov.br
Carlos Gnata	Diretor presidente	ADETUR LITORAL	41 3426-8040 41 3566-6339 41 9236-2325	pousadaenseada@uol.com.br
Carlos Mora	Diretor	Tribuna do Litoral	9696-8905	
Daisy Mara Teixeira	Gestora	SANEPAR Litoral	9603-1082	daisymt@sanepar.com.br
Daniela M. Silva	Diretora	Gondawana (Adetur/Abeta Pr)	3566-6339	danimeres@gondwanabrasil.com.br
Dirce Felisbino	Coordenadora de curso	ISULPAR	3423-1490 8408-4309	coordenacao@isulpar.com.br dircefumtur@yahoo.com.br
Evandro Pinheiro	Comissão Análise	CODAPAR	3219-9339	geatur@gmail.com
Fabiano Gebert	Arquiteto	Guaratuba	41 9928-2829	
Fátima Aguiar	Vice presidente	ADETUR LITORAL		fathaguiar@brturbo.com.br
Gilce Zelinda Battistuz	Coord.	SETU	41 3313-3547	gilcebattistuz@setu.pr.gov.br
Gislene Pereira	Coord.	FAUEPG – equipe técnica	41 3352-7330 41 9971-2770	gislene.pereira@ufpr.br
Iris M. Spielmona	Estagiária	Matinhos	41 8506-1075	imsa@bol.com.br
Isaac Sezarino		Antonina	41 3978-1076	isaacsezarino@hotmail.com
Juliano B. Correia	Diretor	Santuário Nhundiaquara/Morretes	41 3462-1938	info@nhundiaquara.com.br
Juliano Dobis	Gestor de Projetos	Pontal do Paraná	41 3455-1419	juliano@marbrasil.org
Lilian M. Uetaqui Marins	Turismóloga	Paranaguá	3422-7181	lilian@fumtur.com.br
Lizabeti de Fátima. Paupério		EMATER – Paranaguá	41 3423-1134	lizabeti@emater.pr.gov.br
Loizety Sueli Cidreira	Secretária	Morretes/ Sec. Mun.de Turismo	41 3462-1024	turismo.morretes@gmail.com
Luiz Ernesto Brambati	Professor	UFPR	9818-6475	lebramba@gmail.com
Marcelo Vieira Gomes	Secretário	Secretaria de Turismo e Cultura/Antonina		marcelo.v.gomes@hotmail.com
Marcus Vinícius Concatto	Consultor	Guaraqueçaba	8497-4281	mvconcatto@gmail.com
Marielza Olsen		EMATER – Guaratuba		marielza@emater.pr.gov.br
Mário Natalino	Diretor	Guaratuba/ Departamento de Turismo	41 3442-8245 41 3442-8244 41 9808-5377	mj.natalino@guaratuba.pr.gov.br mj.natalino@hotmail.com mj.natalino@uol.com.br
Maristela Robassa	Rest. Terra Nossa	Morretes	41 3462-2174	terranossa@bol.com.br

NOME	CARGO	MUNICÍPIO/ ENTIDADE	TELEFONE	EMAIL
Marta Y. Takahashi	Comissão Análise	ECOPARANÁ	3213-7700	marta@ecoparana.pr.gov.br
Maurício Leite Laffitte	Vice Presidente	ARSIM – Ass. De Rest. De Morretes	3462-1410 8874-2240	laffitte@madalozo.com.br tclaffitte@gmail.com
Milton Karam	Diretor Técnico	PRTUR	41 33133528	miltonkaram@setu.pr.gov.br
Milton Xavier Brollo	Supervisor Geral	FAUEPG – equipe técnica	42 3220-3390 42 9973-7433	mxbrollo@uol.com.br
Nelson Uberna		Paranaguá/ FUMTUR	41 3420-2802	ruth338i@fumtur.com.br
Patricia Albanez	Gestora de Projetos	SEBRAE	3330-5908	palbanez@pr.sebrae.com.br
Plinio Aguiar	Diretor	Pontal do Paraná/ Sec. Mun. Do Desenvolvimento	41 3972-7051 41 9139-0365 41 9817-1974	pliaghiar@hotmail.com
Ruth F. Buides	Extensora Municipal	Morretes	41 3462-1509	ruthbuides@emater.pr.gov.br
Ruy Hauer Reichert	Secretário	Matinhos/ Sec. De Turismo e Desenvolvimento Econômico	41 3971-6000	turismo@matinhos.pr.gov.br
Sadi Poletto		Casa Poletto	41 9977-2736 41 3462-3639	poletto@casapoletto.com.br
Sergio J. Santos	Empresário	Matinhos	3473-4383	sergio@serrana.tur.br
Sueli dos Santos		Coop. de Turismo de Guaraqueçaba	3482-1313	contato@visiteguaraquecaba.com.br
Thiago		Comercial MTS	8834-0001	
Yana Kossembe		Pontal do Paraná /Sec. Mun. do Desenvolvimento		yanakossembe@live.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRASEL. Disponível em: <<http://www.abrasel.com.br>>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- PREFEITURA MATINHOS. Disponível em: <<http://www.matinhos.pr.gov.br/prefeitura/convenções.php>>. Acesso em: 22 abr. 2010.
- ADETUR. www.adeturlitoral.com.br/br. Acesso em abril 2010.
- AMBIENTE BRASIL, www.ambientebrasil.com.br, acesso em Maio de 2010.
- ANDRIGUETTO FILHO **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Université de Bordeaux II. Curitiba, 1999.
- ANTONINA VIVA. www.antoninaviva.blogspot.com. Acesso em maio de 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BIGARELLA, J. J. **Contribuição à petrografia dos arenitos da Série São Bento**. Arquivo de Biologia e Tecnologia, Curitiba, vol. IV, art. 17, 1949
- _____, J. J. **A Serra do Mar e a porção oriental do Paraná, um problema de segurança ambiental e nacional**. J. J. Bigarella, R. D. Becker, D. J. Matos & A. Werner (Eds.). Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná, 1978.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do Turismo - Projeto Inventário da Oferta Turística**. Brasília, 2006.
- _____, Ministério do Turismo. **Cadernos e Manuais da Segmentação**. Brasília, 2008.
- _____, Ministério do Turismo. **Curso de Regionalização do turismo - Livro 4**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008.
- _____, Ministério do Turismo. **Cartilha de Orientação para proposição de projetos de trens turísticos e culturais**. Brasília: 2010.
- BRASIL SABOR. Disponível em: <<http://www.brasilsabor.com.br/festival/>>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- BRUDEKI, N.M. **A exploração econômica do setor de turismo e os efeitos nos serviços sanitários do litoral paranaense**, Caderno Virtual de Turismo, Vol. 6, N°4, 2006.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA. www.camaramunicipaldeantonina.pr.gov.br. Acesso em abril de 2010.
- CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA. www.camaramunicipalguaratuba.com.br/plenarias/index.htm. Acesso em abril de 2010.
- CERVANTES, A.L. et al. **Diretrizes para os programas de uso público do Instituto Florestal do Estado de São Paulo - SMA**. In: 2.º CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS. 4, 1992, São Paulo. Anais, São Paulo: IF-SP, 1992, p. p.1076-1079.
- COOPER, C; FLETCHER, J; WANHILL, W; GILBERT, D; SHEPHERD, R. **Turismo, princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- COSTA, P. C. **Unidades de Conservação – matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002, 163 p.
- CREA. Agenda Parlamentar CREA_PR: **Propostas – Regional do Litoral, 2009**. Disponível em: <http://www.adeturlitoral.com.br/br/?pg=adetur/acoes>. Acesso em: 13 de abril 2010.
- DENARDIN, V. F. ; LOUREIRO, W. ; SULZBACH, M.T. **Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184-198, maio/ago. 2008.
- CREA, **Panorama Geral do Litoral do Paraná**, 2010.
- DUC/Instituto Ambiental do Paraná. Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

- ETUALIN, Carlos R. **Trabalho e diversidade do trabalho na sociedade moderna**. In: SEMINÁRIO DE GESTÃO E NEGÓCIOS, 2005, Blumenau. jun. 2006.
- FARIA, J. H. **Economia Política do Poder: fundamentos**. Curitiba: Juruá, 2004.
- FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H. **Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho**. São Paulo: Saraiva 2005.
- FILHO, V. De L. **Serviços em Centros de Informações Turísticas**. Revista de estudos Turísticos. N° 18. Jun. 2006. Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=1731>>. Acesso em: 26 de abril de 2010.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE SEGURANÇA. **Sistema digital de dados operacionais**.
- _____. SECRETARIA DE TRANSPORTES. **Movimentação de aeronaves**. Disponível em: <http://www.aeroportos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=112>. Acesso em: 04 de maio de 2010.
- _____. SECRETARIA DE TURISMO. **Estatísticas do Turismo/Edição 2007**.
- _____. SECRETARIA DE TURISMO. **Passageiros no Paraná 2004-2008**.
- _____. SECRETARIA DE TURISMO. www.setu.pr.gov.br. Acesso em: março a maio. 2010.
- _____. Governo do Estado Paraná, Secretaria de Estado do Turismo - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Paraná - PRODETUR NACIONAL/PR. Termo de Referência - *Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS da Região do Litoral Paranaense*. Curitiba, 2008.
- _____. Secretaria de Turismo, 2005. **Hotelaria do Paraná** – SETU série histórica de 1998/2005
- _____. Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011**. Curitiba, 2008-D
- _____. Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Estudo de demanda turística. Litoral do Paraná. 2000-2006**. Disponível em: www.setu.pr.gov.br. Acesso em março 2010.
- _____. Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011. Região Turística Litoral do Paraná - Brasil** Curitiba, 2008-A
- _____. Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Paraná – PRODETUR nacional. Termo de Referência**. Curitiba, 2008-C
- _____. Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Cadeia Produtiva do Turismo no Paraná. Cadernos estatísticos. Região turística litoral**. Curitiba, 2009
- _____. Secretaria de Estado do Turismo – Paraná, SEBRAE. **Projeto de Turismo Litoral do Paraná: Emoções o Ano Inteiro**. Curitiba, 2009.
- IAPAR. **Cartas climáticas do Paraná**. Disponível em www.iapar.br. Acessado em 2010.
- IPARDES. Proposta de Uso Centro de Convenções Morretes. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadeia Produtiva do Turismo no Paraná. – Curitiba: IPARDES, 2008.
- IBGE. **Censo Demográfico 1991, Paraná**. Rio de Janeiro : IBGE, 1994.
- _____. (2000). **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodemografico2000>>. Acesso em: 02 abril 2010.
- _____. (2007). **Contagem da população 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007>>. Acesso em: 15 abril 2010.
- _____. **Censos Demográficos 1991 e 2000**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em maio de 2010.

- _____. **Contagem Populacional 1996 e 2007.** Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em maio de 2010.
- _____. **Mapa de pobreza e desigualdade dos estados do Brasil, 2003.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>. Acessado em maio de 2010.
- _____. **Mapa de pobreza e desigualdade dos municípios do Brasil, 2003.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em maio de 2010.
- IPARDES. **Base de dados do Estado.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>, Acessado em maio de 2010.
- _____. **Mapas Base Ambiental. Base de dados do Estado.** Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acessado em 2010.
- _____. **Base de Dados do Estado.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 25 de abril de 2010.
- _____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 abr. 2010 .
- IPARDES. **Tipologia dos municípios paranaense: segundo indicadores socioeconômicos e demográficos.** Curitiba: IPARDES, 2003.
- LEIS MUNICIPAIS. www.leismunicipais.com.br Acesso em: abril/maio de 2010.
- MARÉS, Carlos Frederico. **Bens Culturais e proteção jurídica.** Porto Alegre. 2. Ed. Unidade Editorial, 1999.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais.** São Paulo: Atlas, 2008.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 24^a ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- MIDDLETON, V. T.C. **Marketing do turismo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- MILANO, M. S. **Conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração de Unidades de Conservação.** Paraná: Fundação Boticário de Proteção a Natureza, 2006.
- MINTZBERG et alli. **O Processo de Estratégia.** Porto Alegre, Artmad Editora, 2006
- MINEROPAR/ SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO. **Atlas geológico do Estado do Paraná**, 2001.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES/Secretaria Nacional de Habitação/Depto. Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica. **Plano Nacional de Habitação – PlanHab. Estudos Técnicos. Caracterização dos Tipos de Municípios.** Maio, 2008.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Hábitos de Consumo do Turismo do Brasileiro**, 2009.
- MMA/Ibama. **Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil.**
- MINTZBERG, H., AHLSTRAND, B., LAMPEL, J. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico.** Porto Alegre: Bookman, 2000.
- Brasília: MMA/Ibama/Direc/GTZ. 1997.
- NÓBREGA, T.M.Q. **A Problemática da Drenagem em Áreas Urbanas Planas: O Caso da Planície Costeira da Cidade de João Pessoa.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB. Julho. 2002. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S1413-4152200800020000400007&pid=S1413-41522008000200004&lng=en>
- OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS URBANAS E GESTÃO MUNICIPAL. **Necessidades Habitacionais.** In: www.observatoriodasmetropoles.net. Metrodata, 2008.
- PIERRI, N. et al. *A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense.: condicionantes, conflitos e tendências.* **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. www.portaldatransparencia.gov.br. Acesso: abril de 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA. **Plano Diretor de Antonina.** Volume I – Avaliação Temática, 2006.

- _____. www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/antonina. Acesso em maio de 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA. **Plano Diretor do Município de Guaraqueçaba. Relatório da Fase 2 – Perfil de Guaraqueçaba**, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA. **Plano Diretor de Guaratuba**, 2006.
- _____. www.guaratuba.pr.gov.br/site/index.php. Acesso em abril de 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS. **Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado. Diagnóstico Municipal**, 2006.
- _____. <http://matinhos.pr.gov.br/prefeitura/matinhos.php>. Acesso em abril de 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES. **Plano Diretor Municipal de Morretes**, 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá**, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado**, 2004.
- PROVOPAR, 2010. <http://www.artenossa.pr.gov.br/> acesso: abril de 2010.
- PRIMACK R. B; RODRIGUES E. **Biologia da Conservação**. Editora Planta, Londrina, 2005.
- SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental – Teoria e Prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SEMA, **Paraná Mar e Costa. Subsídios ao Ordenamento das áreas Estuarinas e Costeiras do Paraná**, Curitiba, 2006.
- _____. www.sema.pr.gov.br. Acesso em: abril/maio de 2010.
- SOUZA FILHO, C. F. M. de. **Bens Culturais e Proteção Jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999, 2ª. edição.
- TAKAHASHI, L. Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e r percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná**. Curitiba, UFPR, 1998. 197p. (Tese – Doutorado em Ciências Agrárias).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ/MINEROPAR. **Atlas geomorfológico do Estado do Paraná**. Curitiba, 2006.
- VASCONCELOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**. São Paulo, Unidas, 1996.
- VIVA O VERÃO, 2010. <http://www.vivaoverao.pr.gov.br/> acesso: abril de 2010.

ANEXO1: PLANO DE TRABALHO DO PDITS-LP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1 ÁREA TURÍSTICA DO LITORAL PARANAENSE.....	3
1.1 ATRATIVIDADE TURÍSTICA DA ÁREA	3
1.2 ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE	5
1.3 CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS.....	7
1.3.1 <i>Abastecimento de Água e Rede de Esgoto Sanitário.....</i>	<i>8</i>
1.3.2 <i>Energia Elétrica.</i>	<i>10</i>
1.4 QUADRO INSTITUCIONAL.	10
1.5 CONCLUSÃO: JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA DO LITORAL PARANAENSE.....	11
2 MÉTODOS E TÉCNICAS PARA A ELABORAÇÃO DO PDITS-LP.....	12
3 OBJETIVOS DO PDITS-LP.	15
3.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO.	15
3.1.1 <i>Legislação.</i>	<i>15</i>
3.1.2 <i>Gestão.</i>	<i>15</i>
3.2 INFRAESTRUTURA.....	16
3.2.1 <i>Mobilidade e integração.</i>	<i>16</i>
3.2.2 <i>Saneamento básico.</i>	<i>16</i>
3.2.3 <i>Patrimônio cultural e ambiental.</i>	<i>16</i>
3.3 FOMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO.....	16
3.3.1 <i>Economia e inclusão.....</i>	<i>16</i>
4 ETAPAS E PRODUTOS DA ELABORAÇÃO DO PDITS-LP.....	17
4.1 PLANO DE TRABALHO.	17
4.2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	17
4.3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO.	17
4.4 PLANO DE AÇÃO E MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.	17
4.5 VERSÃO PRELIMINAR DO PDITS-LP.	18
4.6 VERSÃO FINAL DO PDITS-LP.	18
5. SÍNTESE DAS ETAPAS DO PDITS-LP.....	19
6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	20
7 EQUIPE RESPONSÁVEL.....	21
7.1 EXECUTORES.	21
7.2 ENTIDADES E ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO/PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PDITS.....	21
7.3 ENTIDADE CONTRATANTE E RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PDITS:	21
8 ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS	22
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

INTRODUÇÃO

O setor de turismo no Brasil vem enfrentando, atualmente, o desafio de dar continuidade às conquistas obtidas nas últimas décadas e de avançar no desenvolvimento de ações voltadas ao planejamento turístico, para que se possa viabilizar um crescimento contínuo e sustentável, através de uma gestão compartilhada entre os diversos setores envolvidos. Essa orientação está alinhada com a política do Ministério do Turismo de promover um desenvolvimento que seja democrático, participativo, descentralizado e conduzido por estratégias competitivas estruturadas.

O presente documento consiste no Plano de Trabalho para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Litoral Paranaense (que, neste trabalho, será denominado de PDITS-LP) e detalha as atividades a serem desenvolvidas no processo de elaboração do PDITS, definindo etapas, conteúdos, cronograma e agentes envolvidos.

Para cumprimento desta primeira etapa de trabalho, que é a elaboração do Plano de Trabalho, foram utilizadas as referências documentais disponíveis nas diversas instituições e fontes de pesquisa do Estado. Nesta situação, verificou-se a carência de algumas informações, que serão objeto de análise nas próximas etapas do PDITS-LP.

O conteúdo deste documento consiste em uma leitura preliminar das principais questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo no litoral do Paraná. Esse conteúdo deverá receber as complementações necessárias para garantir o cumprimento dos objetivos de cada etapa de elaboração do PDITS-LP.

Cabe também ressaltar que a Oficina de Marco Lógico, prevista no Termo de Referência, foi substituída por uma oficina de avaliação e confirmação dos objetivos apresentados neste Plano de Trabalho, a ser realizada no dia 13 de abril de 2010. Essa modificação, discutida junto à SETU e representantes dos municípios, justifica-se diante das diversas atividades desenvolvidas anteriormente pelos municípios, configurando um repertório de discussões e proposições que deverão ser resgatadas e incorporadas ao conteúdo do PDITS-LP.

Tabela 01 – Procedência dos Turistas para o Litoral Paranaense – 2000-2006

PROCEDÊNCIA	ANOS (%)					
	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Curitiba	57,2	53,3	52,8	56,3	55,8	57,6
Região Metropolitana	7,6	7,2	7,7	9,1	9,1	10,9
Outras/Paraná	19,4	19,9	23,8	21,2	20,4	17,5
Outros/Estados	14,2	17,5	14,0	11,6	12,3	11,8
Exterior	1,6	2,1	1,7	1,8	2,4	2,2

FONTE: SETU, 2008

O desenvolvimento do turismo está diretamente relacionado com o setor de serviços que, segundo o *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011* (SETU, 2008-A) é um dos setores com grande representatividade nas economias da região, compondo 65% do PIB na maior parte dos municípios. Nesse universo, micro e pequenas empresas predominam dentre os estabelecimentos de serviços vinculados ao turismo, como apresentado no estudo da Cadeia Produtiva do Turismo Litoral (SETU, 2006).

No que se refere aos atrativos e recursos turísticos, o litoral paranaense apresenta um conjunto de 73 atrativos turísticos de natureza diversa (SETU, 2008-A), que possibilitam o desenvolvimento de variados segmentos.

Apesar da diversidade de atrativos, o que mais atrai os visitantes ao litoral é a referência do lazer, associado ao turismo sol e praia, embora esse segmento represente apenas uma parcela de 9,3% dos 44 roteiros em operação. Este tipo de turismo se dá de forma bastante sazonal, concentrando-se no período de verão (entre dezembro e fevereiro).

Apesar da sazonalidade verificada atualmente, o litoral apresenta uma diversidade de atrativos e recursos que podem contribuir para o desenvolvimento do turismo de forma perene. Neste sentido, os segmentos com maior representação quantitativa nos atrativos são: turismo cultural com 25,3%; ecoturismo que engloba 24% dos atrativos; e turismo de aventura com 14,7% (SETU, 2008-A).

No *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011* (SETU/SEBRAE, 2008-A) estão destacados seguintes os segmentos.

- Ecoturismo: todos os roteiros turísticos operacionalizados na região possuem atrativos ecoturísticos em sua programação. O litoral paranaense concentra mais da metade da quantidade de unidades de conservação existentes no Estado; ao todo são 14, sendo que 3 delas são federais. O município de Guaraqueçaba forma, junto com o litoral sul de São Paulo, o maior corredor ecológico de Mata Atlântica contínua, sendo que nela vivem espécies endêmicas da fauna e flora mundial. No litoral sul, em Guaratuba, encontra-se o Conjunto Estuarino Lagunar de Guaratuba.
- Turismo Cultural: 73,1% dos roteiros turísticos que operam na região ofertam a visitação a algum tipo de atrativo turístico cultural. Entre estes, consideram-se os atrativos que fazem parte do patrimônio material e imaterial, tais como: a culinária local, que inclui barreado, pirão-do-mesmo e a produção de cachaça em alambiques de Morretes. Destacam-se, também, as edificações que levaram ao tombamento federal do centro histórico de Paranaguá. Além destes, estão os elementos imateriais que estão vinculados aos saberes caiçaras: as práticas tradicionais de produção da farinha, de pescaria de artesanato e de plantio; o fandango, que movimenta anualmente um festival em Guaraqueçaba; as festas religiosas de Paranaguá e o Festival de Inverno de Antonina.
- Turismo Náutico: 34,6% da região possui duas baías com boa navegabilidade que permitem desde a navegação por pequenas embarcações até o atracamento de

cruzeiros; dos 7 municípios da região 6 possuem marinas particulares, atracadouros e embarcadouros públicos. As ilhas do Mel, do Superagui e das Peças são conhecidas nacional e internacionalmente, e as ilhas costeiras, como a dos Currais, são utilizadas para pesca e mergulho.

- Turismo de Aventura: 28,8% dos roteiros turísticos no litoral do Paraná incluem atrativos de Aventura. Entre eles: voo livre nos municípios de Matinhos, Guaratuba e em Paranaguá (Ilha do Mel), com asa delta e parapente, além dos vãos de ultraleve. Há disponibilidade de prática de atividades de aventura em diversos municípios do litoral, entre elas o ciclismo, bóia-cross, cachoeirismo, canionismo, caminhadas, escalada, montanhismo e rapel, tirolesa, atividades eqüestres, arvorismo, bungee-jump, canoagem e mergulho.

Considerando o potencial da região turística, o Governo do Estado e dos municípios, bem como a iniciativa privada e representantes da sociedade civil organizada, tem participado de vários projetos voltados ao desenvolvimento regional. Nesse sentido, o PDITS-LP visa realizar uma leitura ampliada de todas as iniciativas existentes de produção de dados, processos de planejamento e iniciativas de organização dos municípios e da região, de forma a complementar a visão do desenvolvimento turístico e integrar as ações em curso.

1.2 Acessibilidade e conectividade ⁴¹.

A distância média entre os municípios integrantes da área turística do PDITS-LP e a capital paranaense é de 108 Km, conforme indica a tabela 02 a seguir.

Tabela 02 – Distância entre Curitiba e municípios do Litoral Paranaense

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA A CURITIBA (em Km)
Antonina	77
Guaraqueçaba	174
Guaratuba	119
Matinhos	111
Morretes	68
Paranaguá	91
Pontal do Paraná	117

FONTE: Site SETU, 2010

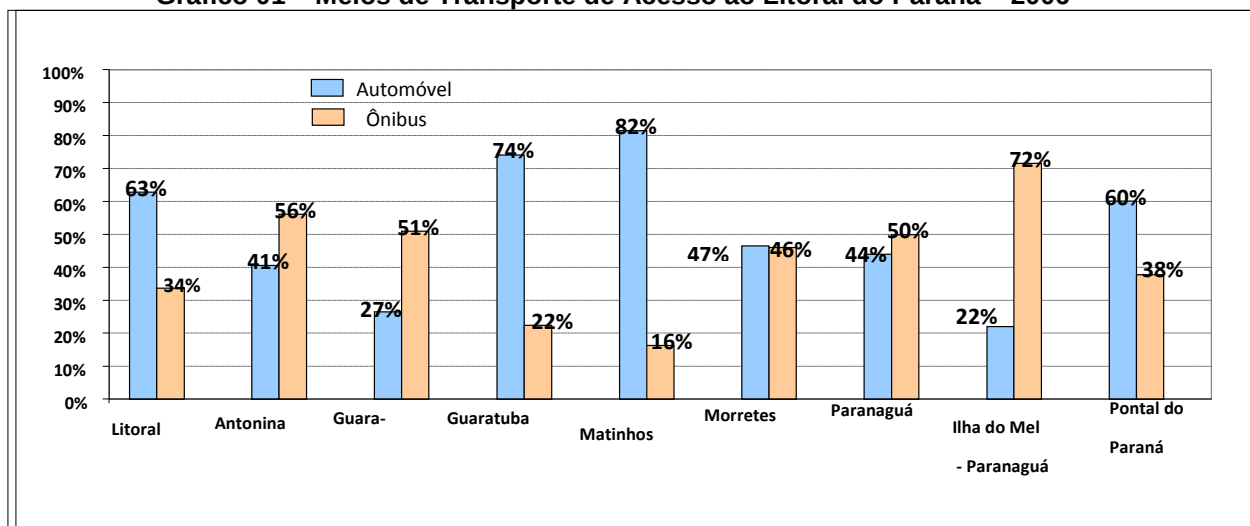
Em relação aos acessos, a região conta com a BR-277, a PR-410 (Estrada da Graciosa), a BR-376 (Via Garuva/SC), a estrada de Ferro Paranaguá – Curitiba e dois aeroportos regionais, em Paranaguá e Guaratuba, que não operam com vôos regulares, mas com capacidade para receber aviões particulares.

Os portos de Paranaguá e de Antonina tem importância estratégica para o Estado, uma vez que se constituem referências nacionais no embarque e desembarque de cargas e grãos. Paranaguá, apesar de não ter um terminal de passageiros já recebe navios de cruzeiro.

Conforme demonstrado no documento Estudo da Demanda Turística Litoral 2000-2006 (SETU, 2008), o meio de transporte mais utilizado para acesso à região, em 2006, foi o automóvel para os municípios de Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná, e ônibus para os municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá, conforme demonstra o gráfico 01, a seguir.

⁴¹ Para a elaboração deste item do Plano de Trabalho tomou-se como referência as informações disponíveis até o ano de 2006. Nas próximas etapas de elaboração do PDITS- LP essas informações serão atualizadas.

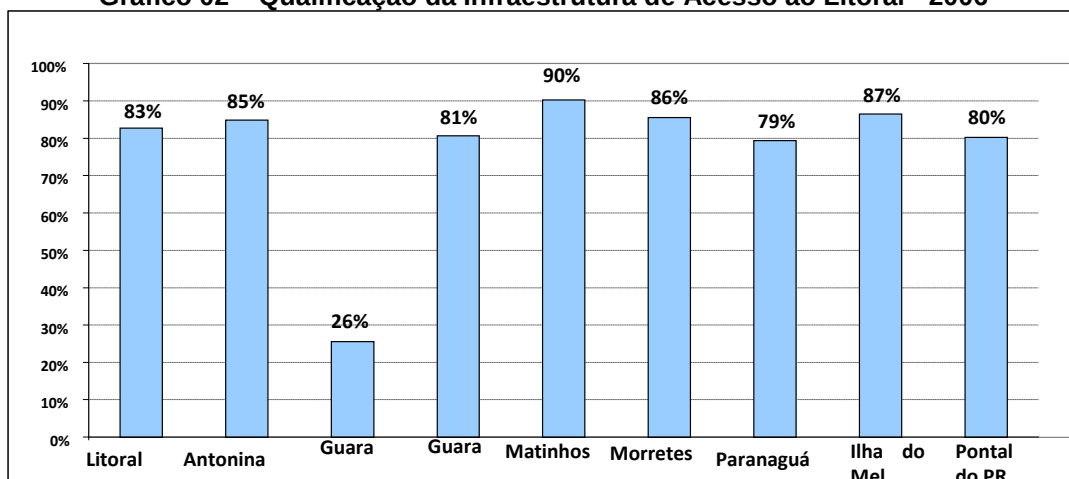
Gráfico 01 – Meios de Transporte de Acesso ao Litoral do Paraná – 2006



Fonte: SETU, 2008

Neste mesmo documento foi identificado o grau de satisfação do turista quanto à infraestrutura de acesso (% de índice bom). Para o ano de 2006, com exceção do município de Guaraqueçaba, todos os demais apresentaram um índice de satisfação dos usuários acima de 79%, conforme indica o gráfico 02.

Gráfico 02 – Qualificação da Infraestrutura de Acesso ao Litoral - 2006



Fonte: SETU, 2008.

Nota: Utilizado somente o índice bom.

A análise da Tabela 03, que mostra uma série temporal (2000 – 2008) do movimento de passageiros que utilizam o ônibus como meio de transporte de acesso ao litoral paranaense, percebe-se um decréscimo significativo ao longo deste período.

Tabela 03 – Movimento no Terminal Rodoviário de Curitiba – Passageiros Curitiba/Litoral

Curitiba-Litoral	ANOS/PASSAGEIROS								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Fluxo de Passageiros	823 122	830 467	790 256	742 287	712 986	689 917	681 882	616 445	527 786

Fonte: SETU, 2009/ Estação Rodoferroviária de Curitiba/Setor de Terminais Rodoviários, 2008

Em relação ao transporte ferroviário de passageiros, há um passeio de Curitiba para o Litoral, pela Serra do Mar, percorrendo 110Km através da Mata Atlântica, cruzando 14 túneis encravados nas rochas e 67 viadutos. A partida é da Rodoferroviária de Curitiba e o tempo de viagem é de quatro horas, até a cidade de Paranaguá. Nesse percurso existem

algumas paradas, sendo que a parada na cidade de histórica de Morretes é a que recebe o maior fluxo de passageiros.

A tabela 04 a seguir mostra os embarques e desembarques realizados nos terminais ferroviários (trem e litorina) nos anos de 2001 a 2008. É possível constatar uma queda no movimento de passageiros para os três terminais no ano de 2006, tanto no embarque como no desembarque. A tabela mostra uma recuperação desse movimento já no ano seguinte, 2007, para os terminais de Curitiba e Morretes.

Tabela 04 – Movimento nos terminais ferroviários – Paraná 2001-2008.

LOCAIS	ANOS/PASSAGEIROS							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Curitiba								
Embarque	97 192	103 698	114 563	101 509	105 354	102 909	105 589	111 527
Desembarque	18 658	21 676	21 937	20 745	21 548	15 656	22 690	23 321
Morretes								
Embarque	13 945	12 481	16 386	20 605	20 719	15 525	22 608	23 261
Desembarque	81 778	65 459	96 098	101 087	100 848	102 718	105 432	111 120
Paranaguá								
Embarque	4 115	9 341	5 345	140	829	131	82	60
Desembarque	14 296	38 237	18 465	422	1 916	191	157	405

Fonte: SETU, 2007. Consórcio Pontal do Paraná/Serra Verde Express, 2008. Nota: Os dados referem-se ao Trem e à Litorina

Em relação ao movimento nos terminais marítimos, a análise da Tabela 05 indica um cenário de decréscimo no embarque de passageiros para a Ilha do Mel partindo de Paranaguá e Pontal do Paraná. Em relação ao embarque em Pontal do Sul⁴², verifica-se um crescimento significativo no ano de 2006. E a mesma tabela demonstra um acréscimo para o embarque partindo de Paranaguá. Para o ano de 2007, ocorre um decréscimo de passageiros no terminal de Pontal do Paraná e um pequeno acréscimo no terminal de Paranaguá. Essa dinâmica é invertida para o ano de 2008, isto é, acréscimo no terminal de Pontal do Paraná e decréscimo no de Paranaguá.

Tabela 05 – Movimento nos Terminais Marítimos para Ilha do Mel – 2001-2008

TERMINAIS	ANOS/PASSAGEIROS							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Paranaguá	--	--	--	--	13 197	16 394	17.906	14.687
Pontal do Paraná	158 434	129 392	113 481	105 870	105 284	120 866	113.992	115.365
TOTAL	158 434	129 392	113 481	105 870	118 481	137 260	131.898	130.052

FONTE: SETU, 2007. ASSOCIAÇÃO MAR BRASIL, 2008

1.3 Condições físicas e serviços básicos.

A Serra do Mar e o litoral do Paraná são unidades de paisagem que conformam apenas 5% do território do Estado, caracterizado por seus planaltos. Nessas unidades, ocorrem morros e serras de até 1.600m de altitude, remanescentes de antigos planaltos, planícies e leques aluviais, planícies costeiras, grandes ilhas costeiras e amplos complexos estuarinos, os quais são responsáveis pela presença de uma costa muito recortada.

⁴² Pontal do Sul é o balneário de Pontal do Paraná, onde está situado o terminal de embarque de passageiros para a Ilha do Mel.

Os problemas mais freqüentes, relacionados aos aspectos físico-naturais, estão ligados aos ciclos naturais da erosão/sedimentação das praias. Nas fases erosivas desses ciclos, o mar retira areia, pondo em risco ou destruindo obras construídas muito próximas a ele. Outros problemas são a erosão provocada pelas águas de escoamento superficial e os escorregamentos de diversos tipos nas encostas dos morros, que também comprometem seriamente a infra-estrutura aí existente (ANGULO, 2000).

Segundo Angulo (2000), apesar de não existirem estudos sobre os ciclos de erosão/sedimentação no Paraná, esses fenômenos podem ser parcialmente identificados em diversas pesquisas e levantamentos não sistemáticos de campo, que permitem localizar áreas de diferentes estabilidades. Assim, as praias de forma retilínea – cuja dinâmica é relativamente simples – como as de Brejatuba, Matinhos e Praia de Leste, são ligeiramente instáveis; já as praias da Barra do Saí, Mansa de Caiobá, Prainha, Caieiras e Pontal do Sul são altamente instáveis e apresentam um comportamento mais complexo em função da proximidade das embocaduras das baías de Guaratuba e Paranaguá e do Rio Saí-Guaçu, cuja dinâmica se introduz como um fator muito importante na configuração dessas praias. Os casos intermediários, de moderada instabilidade, são as praias de Guaratuba e Brava de Caiobá que, embora mais distantes da embocadura da baía, recebem sua influência.

1.3.1 Abastecimento de Água e Rede de Esgoto Sanitário

A contaminação das águas pelos esgotos domésticos apresenta-se crítica em várias regiões do litoral paranaense. Segundo dados do Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2010), em janeiro de 2010 o nível de contaminação das águas das praias do litoral paranaense, principalmente naquelas de maior freqüência de banhistas e com maior densidade demográfica, apresentava patamares que as definiam como impróprias para banho⁴³.

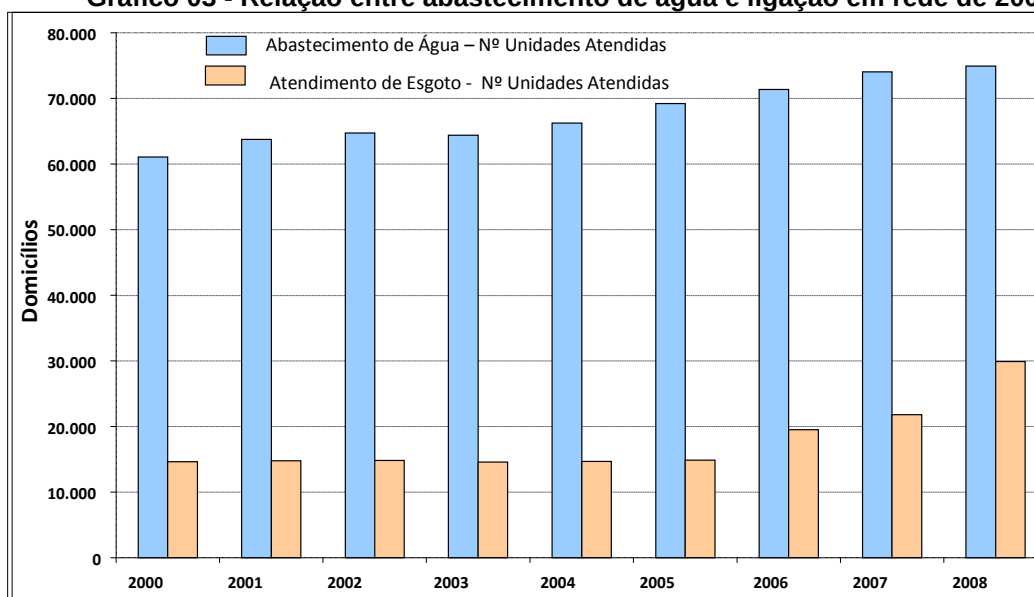
Ainda, segundo o IAP, a contaminação aumenta após chuvas intensas - em períodos de estiagem, os esgotos lançados irregularmente ficam acumulados nas galerias, valetas, em rios e canais. Durante e logo após chuvas intensas, todo este esgoto é levado rapidamente para as praias, contaminando suas águas. Dependendo da intensidade das chuvas e do tempo de estiagem que as antecedem, podem contaminar trechos duas ou três vezes maiores do que o habitual.

O gráfico 03 ilustra a relação entre abastecimento de água e ligação em rede de esgoto no Litoral Paranaense⁴⁴, no período de 2000-2008. É possível identificar a diferença existente entre o número de unidades de cada rede, bem como a lenta evolução no atendimento por rede de esgoto.

⁴³ Para um local ser classificado como próprio para banho, pelo menos 80% das amostras coletadas nas últimas cinco semanas devem apresentar até 800 *escherichias coli* para cada 100 mililitros de amostra. Será impróprio quando a última amostra apresentar mais de 2000 Ec/100ml ou mais de 20% das amostras apresentarem acima de 800 Ec/100ml. Para que a classificação possa ser feita é necessário um conjunto mínimo de 5 amostras. (www.iap.pr.gov.br/ central de relacionamento. Acessado em 09/02/2010)

⁴⁴ Nesse primeiro momento, foram utilizados dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, que não disponibiliza dados referentes aos municípios de Antonina e Paranaguá. A análise desses municípios será incorporada na fase de diagnóstico do PDITS.

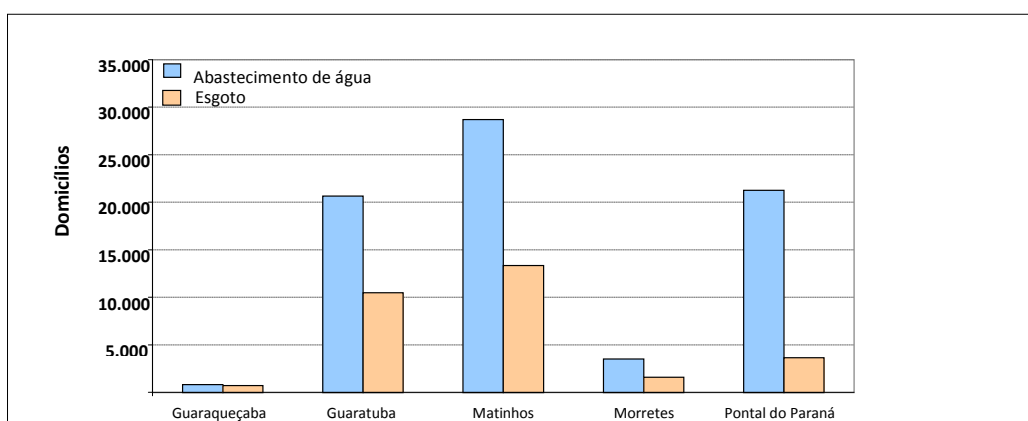
Gráfico 03 - Relação entre abastecimento de água e ligação em rede de 2000-2008.



Fonte: Site do IPARDES, acessado em 2010. Nota: Somente estão contemplados os municípios de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná.

A situação ilustrada no Gráfico 04, a seguir mostra a relação entre o abastecimento de água e ligação em rede de esgoto para os municípios de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná⁴⁵, para o ano de 2008. Percebe-se o baixo nível de ligações de esgoto em relação ao número de ligações na rede de abastecimento de água. Apenas o Município de Guaraqueçaba apresenta uma situação diversa: 845 domicílios contam com abastecimento de água e 749 com ligação em rede de esgoto, ou seja, 88,63% dos domicílios atendidos por água estão ligados à rede de esgoto.

Gráfico 04 – Relação entre Abastecimento de Água e Ligação em Rede de Esgoto - 2008



Fonte: Site do IPARDES, acessado em 2010. Nota: Somente estão contemplados os municípios de: Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná

⁴⁵ Nesse primeiro momento, foram utilizados dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, que não disponibiliza dados referentes aos municípios de Antonina e Paranaguá. A análise desses municípios será incorporada na fase de diagnóstico do PDITS.

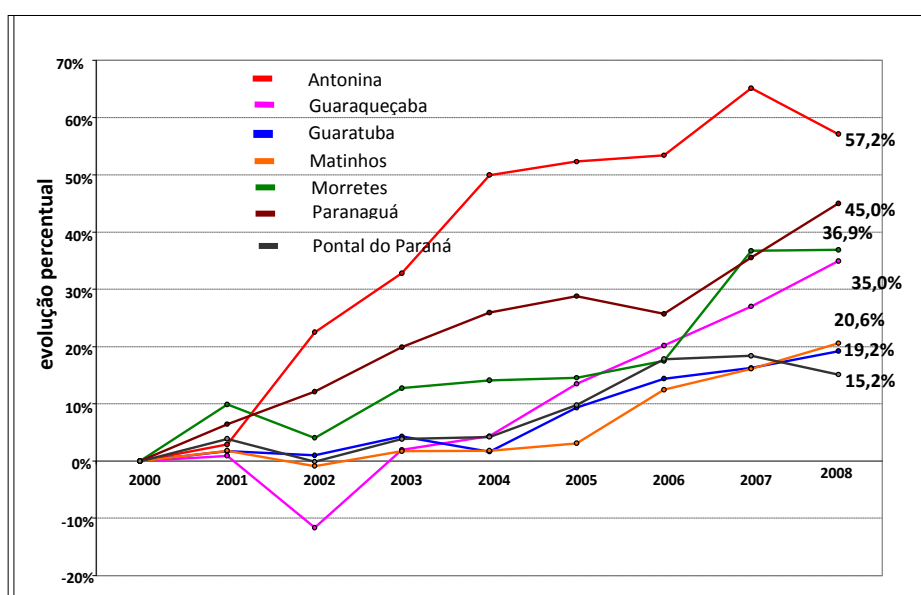
Quando essas infraestruturas são analisadas separadamente ao longo do período de 2000 - 2008, percebe-se que ocorre um incremento significativo. No caso do abastecimento de água, o município de Guaraqueçaba apresentou o maior percentual 43,7%, seguido de Pontal do Paraná, Morretes, Guaratuba e Matinhos.

Em relação à rede de esgoto, a análise da evolução percentual entre os anos de 2000 e 2008 restringiu-se aos municípios de Guaratuba, Matinhos e Morretes, em função da disponibilidade dos dados⁴⁶. De acordo com Ipardes (2008), Morretes apresentou o maior percentual de crescimento do número de ligações em rede de esgoto nesse período: 316%, seguido de Guaratuba com 92,9% e Matinhos 52,2%. Apesar de, a partir de 2005, ter ocorrido um incremento desta infraestrutura, o esgotamento sanitário continua sendo uma questão fundamental para a qualidade ambiental da região.

1.3.2 Energia Elétrica.

Em relação à rede de energia elétrica, de acordo com IPARDES (2008), no período 2000 – 2008, o consumo aumentou em todos os municípios do litoral, sendo que os maiores percentuais ficaram para Antonina e Paranaguá, respectivamente 57,2% e 45,0%. Quase a totalidade dos municípios apresentou, no mínimo, em um dos anos do período, um decréscimo do consumo, como pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 05 – Evolução percentual de ligações de energia elétrica – 2000 a 2008. Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná



Fonte: Site do IPARDES, acessado em 2010.

1.4 Quadro institucional.

A organização planejada do desenvolvimento do turismo no Paraná ocorreu a partir da elaboração do documento *Política Estadual de Turismo 2003-2007*, onde foram definidas as áreas estratégicas de atuação do Estado. Entre essas estratégias, estava prevista a regionalização do turismo, que teve início a partir da adoção das diretrizes estabelecidas pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Em 2003, como resultado de uma oficina de planejamento ocorrida em Curitiba, foram definidas nove regiões turísticas no Paraná: Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste

⁴⁶ A análise dos municípios faltantes será incorporada na fase de diagnóstico do PDITS.

e municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Sul, Centro Sul e Sudoeste, marcando o início do processo de regionalização do Paraná.

Em 2005, com a execução de convênio entre o Ministério do Turismo e SETU, foram realizadas oficinas de planejamento participativo em todas as regiões turísticas do Paraná, com foco na sensibilização, seguida de mobilização, institucionalização da governança regional e elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional.

Resultante desse processo de planejamento estratégico, em dezembro de 2007, foi lançado pelo Governo do Estado o *Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2010* (SETU, 2008-D), que apresenta uma análise da situação atual e o cenário prospectivo para o turismo no Estado, além de um conjunto de objetivos, metas, áreas estratégicas, macroprogramas, programas e ações.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011 da região turística Litoral Paranaense (SETU, 2008-A) considera satisfatório o cenário atual em relação ao desenvolvimento do turismo. Na caracterização apresentada neste documento, todos os municípios da região contam com um órgão oficial de turismo e apenas 01 município não possui conselho municipal ativo. Em relação aos instrumentos que quantificam a gestão do turismo, aponta-se: a Pesquisa de Demanda, realizada em todas as localidades; a existência de inventário da oferta turística em 5 municípios; 2 localidades com plano de desenvolvimento turístico municipal; e o marco legal representado pela lei de incentivo ao turismo em Paranaguá. Entretanto, alguns dados preliminares apontam que a operacionalização da gestão é um dos principais entraves para o desenvolvimento do turismo na região⁴⁷.

No litoral do Paraná, existe uma instância de governança de turismo, denominada *Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Litoral do Paraná – ADETUR*. Oficialmente criada em 2007, a agência é uma instituição jurídica privada sem fins lucrativos, tendo o papel de representar a região junto às esferas de governança estadual e federal. Tem como missão: “promover e apoiar o turismo responsável, desenvolvendo ações sustentáveis, que elevem o associativismo e a competitividade do destino turístico Litoral Paranaense” (SETU, 2008 -D).

1.5 Conclusão: Justificativa da seleção da área turística do Litoral Paranaense.

A área turística denominada Litoral Paranaense foi aprovada pelo Ministério do Turismo para ser incluída no Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Paraná, congregando sete municípios: Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.

Diferentemente de outros programas/planos desenvolvidos no Paraná, o PDITS-LP irá trabalhar com todos os municípios localizados na área. Essa inserção total é justificada, principalmente, pela integração existente entre os municípios, o que lhes confere uma identidade específica em relação a outras regiões do Estado e exige a articulação das ações voltadas para o desenvolvimento turístico.

A atividade turística diversificada desenvolvida na região ainda se encontra em processo de reconhecimento. Apesar da sazonalidade verificada atualmente, pelo forte impacto do turismo de sol e praia, o litoral apresenta uma diversidade de atrativos permitindo o desenvolvimento do turismo de forma perene. A região necessita de incremento no posicionamento de mercado para aumentar a capacidade de agregar valor, dinamizando a economia regional e promovendo a qualidade de vida com o desenvolvimento do turismo.

Os dados apresentados nos itens anteriores demonstram a congregação de uma série de fatores que favorecem o desenvolvimento do turismo na região, tais como: existência de

⁴⁷ Para a elaboração deste Plano de Trabalho, não foi possível fazer uma avaliação detalhada da temática da gestão, o que será efetivado na próxima etapa de trabalho, Diagnóstico.

infra-estrutura de apoio turístico; a presença de uma estrutura institucional de governança; a diversidade de atrativos; a concentração de unidades de conservação; entre outras.

O turismo de sol e praia, o ecoturismo e o turismo cultural são os principais segmentos turísticos que apresentam uma estruturação de produto no Litoral do Paraná. O ecoturismo e o turismo cultural são segmentos relevantes no atual contexto de mercado, tendo em vista que, atualmente, há uma procura crescente por destinos sustentáveis e naturalmente preservados, onde seja possível a prática de atividades de lazer. Outras linhas de produto como, por exemplo, o turismo de aventura, de pesca e náutico apresenta um desenvolvimento incipiente que, a partir de sua estruturação, potencializa o desenvolvimento do turismo com o aumento do fluxo e permanência dos visitantes. Nesse contexto, as características físicas do litoral do Paraná vêm atraindo investidores e pesquisadores nacionais e internacionais.

As principais potencialidades para o turismo ligado ao ambiente natural no Litoral Paranaense são: a cadeia de montanhas da Serra do Mar, que divide a planície litorânea do 1.º planalto; a presença de um dos últimos remanescentes no Brasil da Mata Atlântica; as baías de Paranaguá e Guaratuba, que, reconhecidas internacionalmente pela diversidade de fauna e flora como reservas da biosfera, configuram-se como berçário para diversas espécies.

Além disso, a riqueza cultural das tradições, mitos, crenças e hábitos dos moradores da região, juntamente com a arquitetura diferenciada, produzem um cenário convidativo para a visitação.

Em relação aos principais fatores que influenciam a atividade turística (importância dos atrativos ou recursos turísticos; acessibilidade; nível de uso e condições dos serviços básicos) o conjunto de municípios que integram o Litoral Paranaense apresenta uma situação e problemas semelhantes, o que irá implicar na proposição de intervenções articuladas em todo o território do Litoral Paranaense.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS PARA A ELABORAÇÃO DO PDITS-LP.

Como base metodológica para o desenvolvimento da atividade de planejamento é proposta a articulação entre diversos enfoques: **enfoque estratégico**: focar a atividade turística a partir da organização da ação pública na construção da identidade e produção turística; **enfoque participativo**: considerar o planejamento como uma questão científica e política, que deve ser pensada por aqueles que atuam com a atividade turística, externalizando os conflitos de interesse; **enfoque integrado**: desenvolver o turismo nas suas articulações municipais, sub-regional, regional e extra-regional; **enfoque sustentável**: proporcionar uma atividade atenta ao desenvolvimento socioeconômico e ao respeito cultural e ambiental.

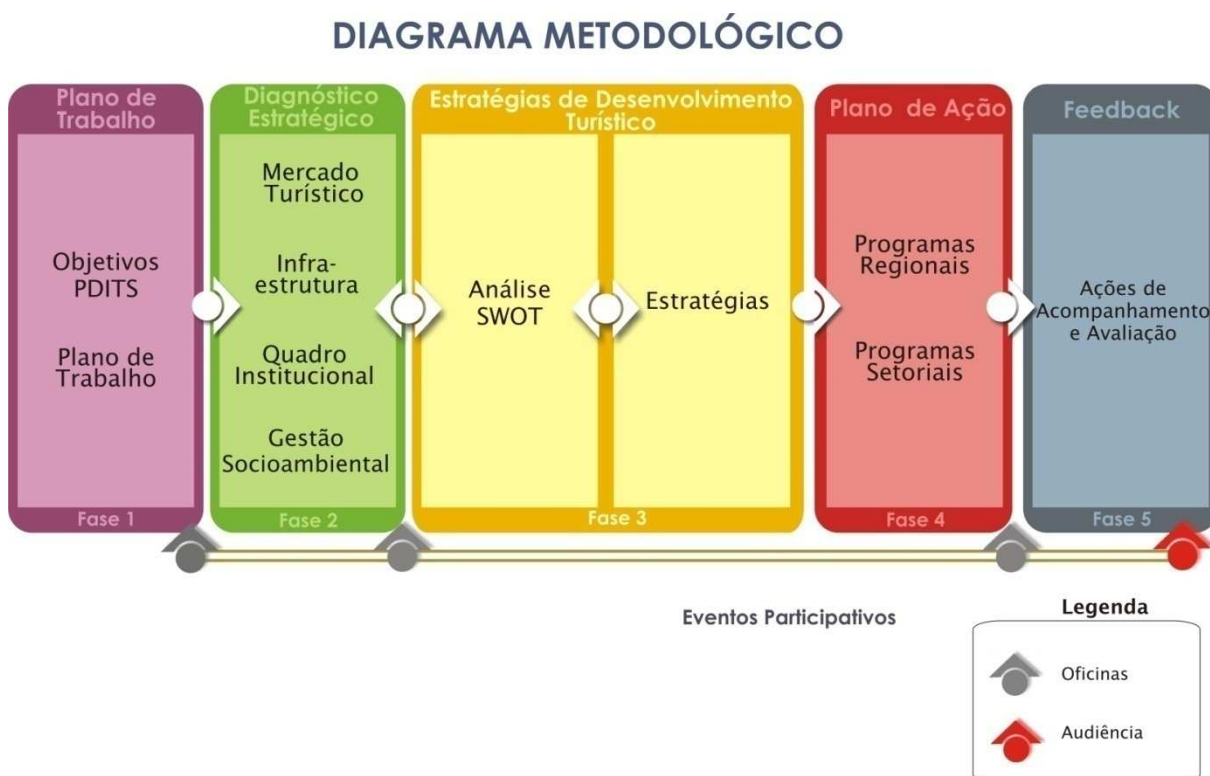
Neste contexto, adota-se um processo de planejamento que seja estratégico, integrador, sustentável e participativo. De acordo com Tachizawa (2000), o planejamento estratégico é um processo utilizado para ordenar as atividades da organização com a finalidade de alcançar um objetivo desejado. O seu propósito básico não é prever o futuro, mas examinar alternativas futuras por meio de análises consistentes, que possibilitem priorizar as escolhas, no intuito de minimizar ações incorretas e prover os meios e recursos necessários, buscando reduzir incertezas e minimizar riscos.

Além disso, o planejamento estratégico corresponde ao estabelecimento de um grupo de providências a serem encaminhadas pelo gestor, com vistas a atingir um futuro diferente do passado e considerando o fato de que a organização, no desenrolar deste processo, pode exercer influência sobre os rumos que se deseja tomar. Ressalta-se, ainda, que o planejamento estratégico pressupõe processo decisório que ocorrerá antes, durante e depois de sua elaboração e implementação, caracterizando-o, assim, como um processo contínuo.

Como institui a Constituição Federal do Brasil e a Lei n.º 10.257/2001-Estatuto da Cidade, que a regulamenta, a participação da sociedade deve ser um princípio transversal do processo de planejamento. Dessa forma, o processo participativo de planejamento das atividades turísticas procura garantir que os diferentes segmentos da sociedade relacionados ao turismo tenham real condição de defesa dos seus interesses específicos e que todos que venham a participar se comprometam com o processo estabelecido, sendo co-responsáveis sobre suas definições e resultados.

Para que esse processo possa se concretizar e trazer resultados, é necessário seguir certas etapas, que organizam e orientam a ação de planejamento do turismo. Em termos específicos, trata-se de seguir um percurso metodológico baseado em prerrogativas técnicas e científicas. Com base nessa linha de raciocínio, o PDITS-LP será estruturado em 05 (cinco) etapas, definidas a partir do reagrupamento das etapas estabelecidas pelo termo de referência: plano de trabalho; diagnóstico estratégico; estratégias de desenvolvimento; plano de ação; e, mecanismo de acompanhamento, conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: Diagrama Metodológico - Planejamento do PDITS-LP



Fonte: Ambiens, 2010

A primeira etapa define o plano de trabalho, o presente documento, que organizará o processo e as atividades para a formulação do PDITS - LP e exporá seus objetivos específicos. A etapa seguinte, o diagnóstico estratégico, representa a leitura da realidade do turismo, existente nos sete municípios, conforme os quatro eixos temáticos: mercado turístico; infra-estrutura; quadro institucional; e, gestão socioambiental. Na etapa subsequente, referente à formulação das Estratégias de Desenvolvimento, ocorrem a análise das potencialidades e deficiências do turismo nesta região e a formulação das estratégias. A quarta etapa representa a definição de um plano de ação, que irá estruturar propostas de curto, médio e longo prazo para a região e ainda o posicionamento de mercado da atividade turística do litoral. Por fim, serão definidos mecanismos de avaliação e monitoramento do plano, na quinta etapa.

Além das etapas que representam o ordenamento necessário ao processo para se alcançar os resultados desejados, a metodologia adota como pressuposto basilar a **interdisciplinaridade**, que se refere “à interação dos diversos campos do saber no estudo de um fenômeno de tal forma que as disciplinas operam conjuntamente, ao mesmo tempo, em uma direção convergente” (Faria, 2004, p.28). No caso do turismo, a interdisciplinaridade justifica-se pela necessidade de uma leitura com maior consistência e abrangência de um fenômeno que é, por essência, interdisciplinar, incorporando perspectivas oriundas das ciências humanas, naturais e sociais aplicadas.

A fim de que essas etapas possam ser executadas de acordo com os princípios expostos acima, as técnicas utilizadas serão: visitas de campo aos destinos turísticos; entrevistas com as governanças locais; constituição de acervo dos planos, projetos e documentos oficiais sobre a região turística Litoral do Paraná para posterior análise, síntese e sistematização; organização e coordenação das oficinas temáticas; e organização da audiência pública.

No que tange à análise e síntese da realidade e da idealidade proposta para a região turística Litoral do Paraná, cabe explicitar a metodologia empregada: a análise SWOT (FOFA). Nessa metodologia, as informações estão concentradas em dois grandes grupos: macroambiente e microambiente.

O **macroambiente** diz respeito às questões externas ao estado e às regiões e, por isso, de caráter mais amplo. O **microambiente**, por sua vez, refere-se às questões internas, isto é, são as informações que já foram trabalhadas durante o diagnóstico estratégico, desse modo, seguem uma estrutura semelhante à dos eixos temáticos propostos (planejamento e gestão; infraestrutura; fomento e promoção do turismo).

Nesse sentido, ao longo dos anos, a análise de SWOT consolidou-se junto ao planejamento estratégico como uma ferramenta utilizada para realizar análises de ambiente (no sentido macro e micro), com a finalidade de avaliar os fatores de competitividade de um determinado objeto de análise (empresas/instituições/ governos), sob uma perspectiva interna e externa para, assim, definir quais estratégias adotar.

Figura 4: Matriz da análise de SWOT



Para a análise de SWOT, a seleção das variáveis envolve dois níveis de análise: a situação **externa** e a situação **interna** em relação ao turismo na região.

Situação Externa: as variáveis da situação externa (macroambiente) são aquelas sobre as quais a região possui pouco ou nenhum controle, mas que afetam direta e indiretamente seu desempenho e sua forma de atuação em relação ao turismo. As variáveis são relacionadas às **oportunidades** e **ameaças**.

Situação Interna: as variáveis da situação interna (microambiente) são aquelas sobre as quais a região possui maior ou grande poder de intervenção e controle. As variáveis são relacionadas às **forças e fraquezas**.

A etapa final consiste em cruzar e relacionar as variáveis selecionadas no diagnóstico estratégico. O objetivo é analisar, de forma conjunta, os principais fatores internos frente aos principais fatores externos. Após elaborar os subsídios necessários, deve-se partir para a **formulação** das estratégias. Conforme Mintzberg *et alii*, estratégia “é o *padrão* ou *plano* que *integra* as *principais* metas, políticas e sequências de ação da organização em um todo *coeso*” (2006, p. 29, grifo do autor). Além disso, as estratégias devem estar orientadas, em forma e conteúdo, para formatar as vantagens competitivas. Nesse sentido, as estratégias contribuem para a organização e distribuição dos recursos de forma integrada e sustentada, baseada em competências e deficiências internas e para antecipar as mudanças no ambiente e os movimentos dos concorrentes.

3 OBJETIVOS DO PDITS-LP.

Para a elaboração do PDITS – LP tomou-se como referência o *Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008 – 2011* (SETU, 2008-D, que define como **objetivo central** desenvolver o turismo no Estado do Paraná “*dentro de padrões de sustentabilidade, qualidade e competitividade, utilizando-se de ações de gestão, fomento e promoção, que permitam o incremento da economia estadual e a inclusão social de sua população e a satisfação dos seus visitantes*” (SETU, 2008-D, p.15). Para atingir este objetivo, foram aqui definidos objetivos específicos, considerando três eixos, ou áreas estratégicas: **Planejamento e gestão, infraestrutura e fomento e promoção do turismo**. Parte-se do princípio de que tais áreas estratégicas agrupam os principais aspectos a serem abordados na elaboração de um programa de desenvolvimento para esta região. Entretanto, é relevante considerar que os objetivos serão trabalhados na primeira oficina participativa a fim de buscar um refinamento com os principais atores envolvidos no processo, sendo apresentado na segunda etapa (diagnóstico estratégico) do presente plano.

3.1 Planejamento e gestão.

3.1.1 Legislação.

Objetivo 1: promover a adequação das legislações e planos municipais, regionais e estaduais que incidem no território regional com os objetivos do desenvolvimento turístico, a fim de evitar a saturação dos equipamentos e da infraestrutura, a degradação do meio ambiente e a consequente redução de qualidade da experiência turística.

Objetivo 2: incentivar a instalação de atividades econômicas compatíveis com o desenvolvimento turístico do litoral paranaense, observando-se a relação entre o posicionamento de mercado, o perfil esperado de visitantes e o disposto no corpo legislativo.

3.1.2 Gestão.

Objetivo 1: promover o fortalecimento da estrutura institucional, legal e administrativo-financeira e capacitar os recursos humanos do poder público e das instâncias de governança por meio do aprimoramento e desenvolvimento de instrumentos de gestão sustentável do turismo.

Objetivo 2: integrar a gestão do turismo municipal com as entidades governamentais estaduais e federais, visando uma avaliação e monitoramento das atividades turísticas e seus impactos, em uma perspectiva espaço - temporal.

Objetivo 3: promover um processo participativo e inclusivo de elaboração, implantação e monitoramento dos instrumentos voltados ao desenvolvimento da atividade turística na

região do litoral do Paraná, com a finalidade de constante valorização do conhecimento popular da relação homem - natureza.

3.2 Infraestrutura.

3.2.1 Mobilidade e integração.

Objetivo 1: promover melhor acessibilidade aos destinos turísticos fundamentais.

Objetivo 2: ampliar a integração entre a RMC e o litoral do estado, contribuindo para a integração das regiões turísticas e possibilitando a criação de produtos turísticos integrados.

Objetivo 3: compatibilizar a fluidez do tráfego motorizado com a segurança e comodidade dos pedestres e ciclistas, buscando fomentar as relações humanas nas vias, principalmente as desenvolvidas pelos turistas, recuperando, ao menos em parte, o papel social do sistema viário.

3.2.2 Saneamento básico.

Objetivo 1: melhorar as condições de vida da população residente e flutuante nos destinos turísticos com o investimento em saneamento básico.

3.2.3 Patrimônio cultural e ambiental.

Objetivo 1: valorizar o patrimônio cultural (material e imaterial) e ambiental como produto para a atividade turística no litoral paranaense.

3.3 Fomento e promoção do turismo.

3.3.1 Economia e inclusão

Objetivo 1: promover o incremento do turismo como um fator de dinamização da economia local e de inclusão social por meio de geração de trabalho e renda, considerando:

- aumento e diversificação do fluxo turístico, buscando-se cumprir as metas definidas no *Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011*;
- qualificação e ampliação dos serviços e equipamentos turísticos;
- desenvolvimento de produtos turísticos competitivos.

Objetivo 2: apoiar e envolver a comunidade local na promoção das atividades turísticas em áreas protegidas ou preservadas, tendo em vista o seu potencial de proteção ambiental e de desenvolvimento socioeconômico.

4 ETAPAS E PRODUTOS DA ELABORAÇÃO DO PDITS-LP.

4.1 Plano de trabalho.

O marco inicial do PDITS- LP é definido como a formulação de um plano de trabalho, que tem como objetivo sistematizar as atividades a serem desenvolvidas, bem como detalhar este desenvolvimento em prazos e responsáveis. Com isso, pretende-se que tanto a equipe técnica como os demais envolvidos tenham clareza do método de trabalho adotado, das principais etapas do trabalho, do detalhamento e da relação entre cada etapa e o cronograma de execução.

PRODUTO 1: Plano de trabalho. Formulação de objetivos.

Evento participativo: 1.^a Oficina participativa, com objetivo de construção dos objetivos do PDITS-LP e apresentação do plano de trabalho.

4.2 Diagnóstico Estratégico

O diagnóstico estratégico tem como objetivo o conhecimento da situação atual do turismo, por meio da leitura das diversas dimensões que influenciam direta e indiretamente no desenvolvimento desta atividade.

A elaboração do diagnóstico deverá partir da recuperação de dados secundários, constantes em trabalhos já realizados sobre o tema e/ou sobre o litoral do Paraná. O conhecimento da realidade será feito por meio da análise dos dados secundários obtidos em documentos existentes; informações geradas pelas oficinas participativas; entrevistas com governanças da região e visitas *in loco*. Essa análise permitirá uma avaliação quantitativa e qualitativa da situação e potencialidades, bem como a comparação das estruturas de oferta e demanda, de cada município e da região.

PRODUTO 2: Diagnóstico da área e das atividades turísticas.

Evento Participativo: 2.^a Oficina participativa, com objetivo de discussão do diagnóstico estratégico.

4.3 Estratégias de desenvolvimento.

Nesta etapa serão discutidas e estabelecidas as principais ações a serem desenvolvidas para garantir a consecução dos objetivos propostos pelo PDITS-LP. Em função do diagnóstico, as estratégias irão determinar as prioridades para o desenvolvimento da atividade turística no Litoral Paranaense.

PRODUTO 3: Estratégias de desenvolvimento turístico.

4.4 Plano de ação e mecanismos de acompanhamento e avaliação.

A etapa de elaboração do plano de ação consiste no detalhamento operacional das estratégias competitivas tendo como referência o posicionamento de mercado. Representa a articulação entre a elaboração do PDITS-LP e o processo de implantação e monitoramento do plano.

O plano de ação apresentará o dimensionamento do investimento total; a seleção e priorização das ações; a descrição das ações a serem realizadas durante os 18 primeiros meses de financiamento do PRODETUR nacional e a avaliação dos impactos sócio-ambientais.

A definição de mecanismos de acompanhamento ou *feedback* consiste na indicação de instrumentos e atores para o monitoramento da execução do Plano, a evolução da atividade na região e avaliação dos resultados previstos.

PRODUTO 4: Plano de ação e definição de mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Eventos Participativos: 3.^a Oficina participativa, com a finalidade de discussão do plano de ação e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação.

4.5 Versão preliminar do PDITS-LP.

Consolidação dos relatórios anteriores em um produto único.

PRODUTO 5: Versão Preliminar do PDITS-LP.

Eventos Participativos: 4.^a Oficina participativa, com a finalidade de discussão da versão preliminar do PDITS- LP.

Audiência pública, com a finalidade de discussão da versão final do PDITS-LP.

4.6 Versão final do PDITS-LP.

Correções do documento anterior e entrega do documento final, contendo o resumo executivo e o registro dos processos de participação.

PRODUTO 6: Versão final do PDITS.

5. SÍNTESE DAS ETAPAS DO PDITS-LP

DESCRIÇÃO	ATIVIDADES	MÉTODOS E TÉCNICAS	RESULTADOS	
Produto 1 Plano de Trabalho	Elaboração do plano de trabalho e definição preliminar dos objetivos	- Sistematização das atividades a serem desenvolvidas, com detalhamento de prazos e responsáveis	Documento: Plano de Trabalho	
	1.ª Oficina participativa: Objetivos do PDITS-LP e Plano de Trabalho	- Desenvolvimento de oficina com objetivo de construção coletiva dos Objetivos do PDITS-LP e apresentação do Plano de Trabalho	Documento: Registro da 1.ª Oficina	
Produto 2 Diagnóstico Estratégico	Reconhecimento das diversas dimensões que influenciam direta e indiretamente no desenvolvimento do turismo na região, considerando três áreas temáticas: (i) Planejamento e Gestão; (ii) Infraestrutura e, (iii) Fomento e Promoção do Turismo	- Recuperação do conjunto de trabalhos existentes sobre o tema e a região de estudo; - Análise de dados secundários obtidos em documentos existentes; - Entrevistas com governanças da região e visitas <i>in loco</i> ; - Sistematização das informações geradas pelas oficinas participativas	Documento: Diagnóstico Estratégico	
	2.ª Oficina participativa	- Desenvolvimento de oficina com objetivo de validação do diagnóstico	Documento: Registro da 2.ª Oficina	
Produto 3 Estratégias de Desenvolvimento	Formulação de estratégias de desenvolvimento turístico	- Análise SWOT - Hierarquização de variáveis prioritárias e discussão de estratégias	Documento: Estratégias De Desenvolvimento Turístico	
Produto 4	Plano de Ação	Detalhamento operacional das estratégias competitivas	- Agrupamento de ações que possuem natureza e finalidade semelhantes - Síntese do conteúdo da ação estatal e da iniciativa privada	Documento: Plano de Ação
	Mecanismos de Acompanhamento e Controle	Definição de mecanismos de acompanhamento do PDITS - LP	- Indicação de instrumentos e atores para o monitoramento da execução do planejamento, a evolução da atividade na região e avaliação dos resultados previstos	Documento: Mecanismos de acompanhamento e controle
		3.ª Oficina participativa	- Desenvolvimento de oficina com a finalidade de discussão do Plano de Ação e dos Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação	Documento: Registro da 3.ª Oficina
Produto 5 Versão Preliminar do PDITS	Elaboração de relatório contendo as etapas anteriores	Compilação e consolidação dos relatórios anteriores em um produto único	Documento: PDITS – LP - Versão Preliminar	
	4.ª Oficina participativa	- Desenvolvimento de oficina com a finalidade de discussão da versão preliminar do PDITS- LP.	Documento: Registro da 4.ª Oficina	
Produto 6 Versão Final do PDITS	Audiência Pública	Apresentação pública da versão preliminar do PDITS do Litoral Paranaense para validação do conteúdo	Documento: Registro da Audiência Pública	
	Apresentação do documento final	Consolidação do conjunto de documentos das etapas anteriores	Documento: PDITS DO LITORAL PARANAENSE – Versão Final	

6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PRODUTOS	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES	CONCRETIZAÇÃO DAS ETAPAS								
			Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
1	PLANO DE TRABALHO	DE Elaboração do Plano de Trabalho	18								
	OBJETIVOS DO PDITS	DO Apresentação da Área Turística Seleccionada /Formulação dos objetivos do PDITS									
1.ª Oficina participativa					13						
2	DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	Análise e Refinamento dos Objetivos - Diagnóstico Estratégico				10	24				
2.ª Oficina participativa								14			
3	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico						20			
4	PLANO DE AÇÃO	Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos							20		
	MECANISMOS DE FEEDBACK	DE Definição de Mecanismos de acompanhamento e controle								20	
3.ª Oficina participativa										1º	
5	VERSÃO PRELIMINAR DO PDITS	Consolidação dos documentos anteriores								13	
4.ª Oficina participativa										22	
Audiência pública											20
Produto Final	VERSÃO FINAL DO PDITS	Elaboração do produto final									29

7 EQUIPE RESPONSÁVEL

Para atender às exigências do Termo de Referência, a equipe para elaboração do PDITS-LP está composta da seguinte maneira:

7.1 Executores.

a) Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa e sua equipe técnica, constituída dos seguintes profissionais:

- Gislene Pereira. Arquiteta e Urbanista. Coordenadora da Equipe.
- Alessandro Filla Rosaneli. Arquiteto e Urbanista. Especialista em Gestão Pública.
- Alexandre Pedrozo. Arquiteto e Urbanista. Especialista em Urbanismo.
- Joana Milano. Arquiteta e Urbanista. Colaboradora na área de Ordenamento Territorial.
- Josias Rickli Neto. Biólogo. Especialista em Gestão Ambiental.
- Anna Carolina Vargas de Faria. Turismóloga. Especialista em Planejamento Turístico.
- Beatriz Leite Ferreira Cabral. Turismóloga. Colaboradora na Área de Desenvolvimento Turístico.
- Jussara Silva. Arquiteta e Urbanista, Doutora em Engenharia Civil. Especialista em Infraestrutura.
- Mauro Lacerda Santos. Engenheiro Civil. Especialista Saneamento.
- Marcio Inocenti. Arquiteto e Urbanista. Especialista em Patrimônio Histórico.
- Paulo Rodrigo Andrade Haiduke. Historiador. Colaborador em Patrimônio Histórico.
- Fabiano Milano Fritzen. Administrador. Especialista em Gestão Pública 2.
- Artur Silva Coelho. Economista.
- Michelli Gonçalves Stumm. Economista .
- Leonardo Leite. Analista de Sistemas. Especialista em Processamento de Dados.
- Mauricio Alexandre Maas. Arquiteto Urbanista. Especialista em Geo-Processamento.
- Aldemir Junglos. Estatístico.
- Milton Xavier Brollo. Economista. Supervisor do PDITS-LP.

7.2 Entidades e órgãos de assessoramento/participação na elaboração do PDITS.

- Secretarias Municipais de Turismo.
- Conselhos Municipais de Turismo dos municípios envolvidos.
- Conselho do Litoral.
- Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense – ADETUR LITORAL.
- AMLIPA – Associação dos Municípios do Litoral do Paraná.

7.3 Entidade contratante e responsável pelo acompanhamento e fiscalização da elaboração do PDITS:

- Secretaria de Estado de Turismo – SETU Paraná.

8 ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS-LP ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS					
Item	Especificação/Discreminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
A	EQUIPE TÉCNICA				
A1	Pessoal de Nível Superior				
1.1	Coordenação do Plano				
	Coordenadora	h/t	400,00	50,00	20.000,00
	Vice-coordenador do Plano – Especialista em Gestão Pública		340,00	50,00	17.000,00
	LAHURB – Especialista em Urbanismo/Extensão	h/t	60,00	50,00	3.000,00
1.2	Especialista em urbanismo	h/t	200,00	50,00	10.000,00
1.4	Especialista em gestão ambiental	h/t	240,00	50,00	12.000,00
1.5	Especialista em turismo 1	h/t	300,00	50,00	15.000,00
1.6	Especialista em turismo 2	h/t	240,00	50,00	12.000,00
1.7	Especialista em patrimônio histórico	h/t	120,00	50,00	6.000,00
1.8	Especialista em infraestrutura	h/t	140,00	50,00	7.000,00
1.9	Especialista em geoprocessamento	h/t	160,00	50,00	8.000,00
1.10	Especialista em gestão municipal	h/t	200,00	50,00	10.000,00
1.12	Profissional em economia	h/t	180,00	50,00	9.000,00
1.13	Profissional de engenharia civil/saneamento	h/t	70,00	50,00	3.500,00
1.14	Profissional em processamento de dados	h/t	80,00	50,00	4.000,00
1.15	Profissional em estatística		80,00	50,00	4.000,00
1.16	Consultor de metodologia de avaliação de impactos cumulativos	h/t	58,00	50,00	2.900,00
1.17	Supervisor geral do Plano	h/t	110,00	74,00	8.140,00
	Subtotal - 1				151.540,00
	Encargos sociais: INSS - 20% sobre o valor da prestação de serviços	contribuição	0,20		30.308,00
	Total (A1)				181.848,00
A2	PESSOAL AUXILIAR				
2.1	Auxiliar administrativo	mês	6,00	720,00	4.320,00
2.2	Encargos sociais e trabalhistas (65,17% sobre o salário bruto)	Encargos	0,65		2.815,34
	Subtotal				7.135,34
2.3	Revisor	h/t	80,00	35,00	2.800,00
	Encargos sociais: INSS - 20% sobre o valor da prestação de serviços	contribuição	0,20		560,00
	Subtotal				3.360,00
2.4	Estagiário Arquitetura 1	bolsa	6,00	425,00	2.550,00
2.5	Estagiário Arquitetura 2	bolsa	6,00	300,00	1.800,00
2.6	Estagiário Turismo 1	bolsa	6,00	300,00	1.800,00
2.7	Estagiário Turismo 2	bolsa	6,00	300,00	1.800,00
2.8	Estagiário Gestão Ambiental	bolsa	5,00	300,00	1.500,00
2.9	Estagiário Gestão Municipal	bolsa	5,00	300,00	1.500,00
2.10	Estagiário Economia	bolsa	5,00	300,00	1.500,00
	Subtotal				11.700,00

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS-LP ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS					
Item	Especificação/Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	Total (A2)				22.195,34
	TOTAL A (A1+A2)				202.963,34
B	OUTRAS DESPESAS				
3.1	Hospedagem (diária completa)	diária	65,00	120,00	7.800,00
3.2	Refeições	unidade	200,00	18,00	3.600,00
3.3	Locação de veículo/embarcação	diária	70,00	85,00	5.950,00
3.4	Combustível	litros	2.500,00	2,56	6.400,00
3.5	Passagem aérea	uma	4,00	461,00	1.844,00
3.6	Passagem rodoviária	unidade	30,00	50,00	1.500,00
3.7	Transporte urbano: táxi	unidade	120,00	20,00	2.400,00
3.8	Serviços gráficos	unidade	1,00	5.200,00	5.200,00
3.9	Reprodução de material audiovisual	unidade	1,00	3.000,00	3.000,00
3.10	Locação de equipamentos digitais e audiovisuais	diária	6,00	120,00	720,00
3.11	Aluguel de auditórios, salas de convenção	diária	4,00	1.500,00	6.000,00
3.12	Palestrantes e debatedores eventos	Participação	2,00	2.500,00	5.000,00
3.13	Material de expediente	unidade	1,00	6.000,00	6.000,00
3.14	Outras despesas de custeio				9.644,43
	Total B				65.058,43
	Total (A+B)				268.021,77
C	Remuneração da Fundação (% subtotal A, B)	%	0,10		26.802,18
	Total (A+B+C)				294.823,95

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBIENS SOCIEDADE COOPERATIVA. **Metodologia para Elaboração do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de MS – 2008-2020: Volume I – Metodologia**. Curitiba, 2008.
- ANGULO, R. J.; **As Praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.º 99, p. 97-103, jul./dez. 2000
- ASSOCIAÇÃO MAR BRASIL. Disponível em www.marbrasil.org. Acessado em março 2010
- AZEVEDO, S. **Governança Democrática e Poder Local**. Rio de Janeiro: Revan/Fase. 2004.
- BARROS, A.J. S.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Makron, 2000.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Trad: Jodely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.
- CHIAS, J. **Turismo, o negócio da felicidade: desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- FARIA, J. H. **Economia Política do Poder: Fundamentos**. Curitiba: Editora Juruá, 2004.
- FURRIER, M. T.; SERRALVO, F. A. **Fundamentos do posicionamento de marcas: uma revisão teórica**. In: VII SEMEAD - Seminários de Administração FEA USP, 2004, São Paulo. Anais do VII SEMEAD, 2004. v. 1. p. 1-11.
- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ– IAP. **Boletim n.º 8**. Disponível em [www.iap.pr.gov.br/central de relacionamento](http://www.iap.pr.gov.br/central_de_relacionamento). Acessado em 09/02/2010
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001
- IPARDES – **Base de Dados do Estado. Anuário Estatístico. 2008**. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acessado em março/2010
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo – PNT 2007-2010**.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Política Nacional de Turismo**. 2008
- MINISTÉRIO DO TURISMO/ Prodetur Nacional. **Regulamento Operacional – ROP e seus anexos**.
- MINTZBERG, H., AHLSTRAND, B., LAMPEL, J. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J. B.; GHOSHAL, S. **O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados**. Tradução de Luciana de Oliveira Rocha. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MOURA, Rosa; WERNECK, Débora. *Ocupação Contínua Litorânea do Paraná: uma leitura do espaço*. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 99, p. 61-82, jul./dez. 2000
- SETU - Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Estudo de demanda turística. Litoral do Paraná. 2000-2006**. Disponível em: www.setu.pr.gov.br. Acesso em março 2010.
- SETU - Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011. Região Turística Litoral do Paraná - Brasil** Curitiba, 2008-A

SETU - Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Paraná – PRODETUR nacional. Termo de Referência.** Curitiba, 2008-C

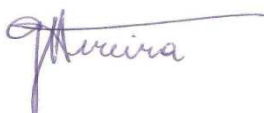
SETU - Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011.** Curitiba, 2008-D

SETU - Secretaria de Estado do Turismo – Paraná. **Cadeia Produtiva do Turismo no Paraná. Cadernos estatísticos. Região turística litoral.** Curitiba, 2009

SETU - Secretaria de Estado do Turismo – Paraná, SEBRAE. **Projeto de Turismo Litoral do Paraná: Emoções o Ano Inteiro.** Curitiba, 2009.

TACHIZAWA, T.; RESENDE, W. **Estratégia empresarial: tendências e desafios – um enfoque na realidade brasileira.** São Paulo: MAKRON Books, 2000.

Curitiba, 08 de junho de 2010



Gislene Pereira
Coordenadora do Plano



Milton Xavier Brollo
Supervisor Geral do Plano e
Presidente da Fauepg

ANEXO 2 – FICHAS DOS ATRATIVOS – PESQUISA DO PDITS – LP

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Baía de Antonina

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio e transporte público, há oferta de transporte via empresa de receptivo local

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: Curta – até 5km.

Principal característica do trajeto: grande beleza com mirantes, lanchonetes e vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: boa

Segurança: regular

Sistema de comunicação: bom

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: O atrativo não se encontra no inventário do município

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Mirante da Pedra

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta – até 5 km.

Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Limpeza: inexistente

Segurança: inexistente

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: nenhuma

Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: não está conservado

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Baixo fluxo. Estrutura de acesso precária, sem manutenção inseguro para visitação. Estrutura do Mirante destruída.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

1

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Pico Paraná

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização boa

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: bom

Segurança: bom

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de alta qualidade com opção de outro idioma

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: originalidade no contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visita: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: em ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): uso sustentável

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Maior Ponto do Sul do país. Estrutura de receptivo se concentra em Campina Grande do Sul

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: Encontra-se dentro de uma Unidade de Conservação.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Prainha e Ponta da Pita

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio, Transporte público com vários horários de saída

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km.

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: boa

Segurança: boa

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: nacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visita: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): -

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Guarda-vidas na alta temp. e estrutura com bares, restaurantes e serviços t; anda-se aproximadamente 1,5 km para chegar até a prainha descendo do ônibus, sendo uma pequeno trecho no Centro Histórico;

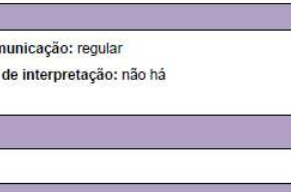
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

1

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Recanto Rio do Nunes		
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita	
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO		
Aparece no Guia 4 Rodas: não		
Incluído em roteiros comercializados: não		
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não		
Divulgação e promoção: regular		
QUALIDADE DA VIA		
Grau de conforto no deslocamento: médio		
Sinalização de acesso: sem sinalização		
Possibilidades de acesso: transporte próprio		
Modos de acesso: transporte terrestre		
Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro		
Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem		
ESTRUTURA		
Receptivo: regular	Sistema de comunicação: regular	
Limpeza: regular	Possibilidades de interpretação: não há	
Segurança: regular		
ESCALA/ ORIGEM		
Região de procedência dos visitantes: regional		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: ambiental/cultural de nível local		
Originalidade: o atrativo não possui originalidade		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: baixa		
Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade		
SAZONALIDADE DO ATRATIVO		
Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo		
Grau de conservação: em bom estado de conservação		
Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido		
DADOS QUALITATIVOS		
Observações: Local de uso predominante pela população local para lazer nos fins de semana. Com pouco potencial para agregar valor ao segmento de ecoturismo		
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:		
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		1

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Rio Cachoeira		
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita	
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO		
Aparece no Guia 4 Rodas: sim Incluído em roteiros comercializados: sim Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não Divulgação e promoção: bom		
QUALIDADE DA VIA		
Grau de conforto no deslocamento: médio Sinalização de acesso: com sinalização boa Possibilidades de acesso: transporte próprio Modos de acesso: transporte terrestre Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro Principal característica do trajeto: De grande beleza cênica		
ESTRUTURA		
Receptivo: bom Limpeza: boa Segurança: boa	Sistema de comunicação: inexistente Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade	
ESCALA/ ORIGEM		
Região de procedência dos visitantes:		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: ambiental/cultural de nível regional Originalidade: o atrativo não possui local		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: baixa Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade		
SAZONALIDADE DO ATRATIVO		
Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período Grau de conservação: em bom estado de conservação Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido		
DADOS QUALITATIVOS		
Observações: Realizado em percurso de aproximadamente 3 km, e duração de cerca de 45 minutos, possui nível de dificuldade classe II/III (fácil/média dificuldade), o que significa possibilidade da participação Compatibilidade do uso e ocupação do solo: de crianças a partir de 10 anos até adultos sem limite de idade; o rafting é acompanhado sempre por guias especializados e e com equipamentos completos de segurança. Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Baía de Guaratuba

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio, há oferta de transporte via empresa de receptivo local, transporte público com poucos horários de saída

Modos de acesso: via transporte fluvial e terrestre

Distância do centro: curta – menos de 5 km do centro.

Principal característica do trajeto: grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: boa

Segurança: regular

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: nacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: É a única baía do estado que permite práticas esportivas: kite surf, Wind surf, mergulho e pesca. O acesso se dá somente pelas casas/ restaurantes ou pela marina.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Lagoa do Parado

Atrativo: Público

Visitação: gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: média

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte via empresa de receptivo local

Modos de acesso: via transporte fluvial

Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro

Principal característica do trajeto: grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: ótima

Segurança: regular

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: sem resposta

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Morro do Cabaraquara

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro

Principal característica do trajeto: De grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Sistema de comunicação: regular

Limpeza: regular

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Praia Barra do Sai

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Sistema de comunicação: boa

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Praia Central de Guaratuba

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: : sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): : não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: Com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: De grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Sistema de comunicação: boa

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: ambiental/cultural de nível local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): -

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: A praia encontra-se poluída dependendo do período do ano porém com uma boa faixa de areia.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

1

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Praia de Caeiras

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: : sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): : não

Divulgação e promoção: boa



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Sistema de comunicação: bom

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: regional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: ambiental/cultural de nível local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Projeto Restinga de preservação; entrada de carro pela areia; comunidade com precariedade nos serviços de infra-estrutura básica.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Praia de Coroados

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: : sim

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): : não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: sinalização boa

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro

Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Sistema de comunicação: regular

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: regular

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: originalidade no contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): -

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Existe um riozinho que desemboca no mar.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Praia do Brejatuba

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: : sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): : não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Sistema de comunicação: bom

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: regional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: originalidade no contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): -

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Projeto Restinga de preserv.; parte da praia possui estrutura de visitação adequada a pres. ambiental

Compatibilidade do uso e ocupação do solo

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

GUARATUBA	ATRATIVOS NATURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Salto Parati	
	Atrativo: Privado	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: : não	
	Incluído em roteiros comercializados: não	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): : não	
	Divulgação e promoção: regular	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: médio	
	Sinalização de acesso: sem sinalização	
	Possibilidades de acesso: transporte próprio, há oferta de transporte via empresa de receptivo local	
	Modos de acesso: via transporte fluvial	
	Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro	
	Principal característica do trajeto: De grande beleza cênica	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: regular	Sistema de comunicação: regular
	Limpeza: ótimo	Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de baixa qualidade
	Segurança: inexistente	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes:	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível regional	
	Originalidade: originalidade no contexto regional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: alta	
	Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período	
	Grau de conservação: em bom estado de conservação	
	Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): proteção integral sem plano de manejo	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações: As trilhas estão sofrendo um processo de erosão pela falta de manejo. O salto é relevante no contexto de visitação a baía de Guaratuba. A falta de um plano impossibilita o uso sustentável do atrativo.	
	Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Ex- território de tribo indígena, contém piscinas naturais e cachoeiras. Trilha que passa por casas dos moradores locais, 25 min. de barco + 40 min. de caminhada.	
	Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	
	3	



GUARAQUEÇABA	ATRATIVOS NATURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Baía dos Pinheiros	
	Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: não	
	Incluído em roteiros comercializados: sim	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
	Divulgação e promoção: ótimo	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: alto	
	Sinalização de acesso: sem sinalização	
	Possibilidades de acesso: transporte próprio e há oferta de transporte via empresa de receptivo local	
	Modos de acesso: via transporte fluvial	
	Distância do centro: média – de 5 a 15km.	
	Principal característica do trajeto: grande beleza cênica	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: regular	Sistema de comunicação: regular
	Limpeza: ótimo	Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e /ou guiada de alta qualidade com opção de outro idioma
	Segurança: regular	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes: internacional	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível nacional	
	Originalidade: contexto nacional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: média	
	Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo	
	Grau de conservação: ótimo estado de conservação	
	Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): uso sustentável	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações: Na Baía de Pinheiros encontra-se a Ilha de Pinheiros de onde é possível visualizar a revoada dos papagaios de cara roxa, um passeio muito apreciado por ecoturistas	
	Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta	
	Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	
	3	



ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Ilha das Peças

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: bom

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte público com poucos horários de saída

Modos de acesso: transporte fluvial

Distância do centro: médio

Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: bom

Segurança: regular

Sistema de comunicação: bom

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2



ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Morro do Quitumbê

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta – até 5 km .

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Limpeza: regular

Segurança: inexistente

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: originalidade no contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: médio

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Trilha sem manutenção, estrutura apresenta locais inseguros (tábuas quebradas com pregos expostos). Baixo aproveitamento do potencial pela beleza paisagística do mirante com vista para toda a baía.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: O atrativo está abandonado, sem manutenção.

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2



GUARAQUEÇABA

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Parque Nacional do Superagui

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: bom

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio, há oferta de transporte via empresa de receptivo local, Transporte público com poucos horários de saída

Modos de acesso: via transporte fluvial

Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro

Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: regular

Segurança: boa

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de baixa qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: originalidade no contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada

Grau de conservação: em ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): proteção integral sem plano de manejo

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

GUARAQUEÇABA

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: RPPN Salto Morato

Atrativo: Privado

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: bom

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: há oferta de transporte via empresa de receptivo

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro

Principal característica do trajeto: grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: ótimo

Limpeza: ótima

Segurança: boa

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de alta qualidade com opção de outro idioma

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: originalidade no contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: nenhuma

Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): proteção integral - permite intervenção

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Há no atrativo a oferta de hospedagem. Há manejo e estrutura de segurança nas trilhas, turista internacional, oferta de passeios na região - operadora.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: RPPN Sebuí

Atrativo: Privado

Visitação: Paga

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: ótimo



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: há oferta de transporte via empresa de receptivo

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: ótima

Segurança: ótimo

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de alta qualidade com opção de outro idioma

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: internacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: originalidade no contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: nenhuma

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): proteção integral - permite intervenção

DADOS QUALITATIVOS

Observações: O local se destaca por oferecer cursos ligados à temática ambiental. Possui centro de visitantes e alojamento para alunos dos cursos ofertados.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Ilha das Tartarugas

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sem resposta

Incluído em roteiros comercializados: sem resposta

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sem resposta

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte via empresa de receptivo local

Modos de acesso: via transporte fluvial e terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Limpeza: boa

Segurança: regular

Sistema de comunicação: inexistente

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: originalidade no contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Possibilita prática de caminhadas, mergulho e pesca.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

1

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Morro do Boi

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com poucos horários de saída

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km.

Principal característica do trajeto: De grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Limpeza: regular

Segurança: regular

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: regional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Há previsão de obras de melhorias de segurança e sinalização.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Não há ocupação no Morro, mas há construções no entorno (lado).

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Morro do Escalvado / Cruz / Margarida

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com poucos horários de saída

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro

Principal característica do trajeto: Média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Limpeza: regular

Segurança: inexistente

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: internacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Teleférico desativado na década de 90; há aspirações da prefeitura de revitalização do Morro para este ano

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Não há ocupação no Morro, mas há construções no entorno (lado).

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Parque Florestal Rio da Onça

Atrativo: Público Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: ótima

Segurança: boa

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada

Grau de conservação: em ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): proteção integral - permite intervenção

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Não consta no inventário. Disponibilidade de guia, contê, trilhas, mirante, auditório para 50 pax, exposição de fósseis em acervo, biblioteca, ações de ed. ambiental p/ crianças

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Situa-se a 600m do centro de Riveira II e a cerca de 4 km do centro urbano de Matinhos;

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: Criado pelo decreto estadual 3825 de 04 de junho de 1981, abrigava o depósito de lixo do município anteriormente, quando foi reforestado para criação do Parque.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Praia Brava

Atrativo: Público Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim

Divulgação e promoção: bom



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: De grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: boa

Segurança: boa

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

MATINHOS

MATINHOS

ATRATIVOS NATURAIS		
IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Praia de Matinhos		
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita	
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO		
Aparece no Guia 4 Rodas: não Incluído em roteiros comercializados: não Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não Divulgação e promoção: regular		
QUALIDADE DA VIA		
Grau de conforto no deslocamento: médio Sinalização de acesso: com sinalização precária Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída Modos de acesso: transporte terrestre Distância do centro: curta - até 5 km Principal característica do trajeto: Média qualidade da paisagem		
ESTRUTURA		
Receptivo: Regular Limpeza: boa Segurança: boa	Sistema de comunicação: boa Possibilidades de interpretação: não há	
ESCALA/ ORIGEM		
Região de procedência dos visitantes:		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: relevância ambiental/cultural de nível local Originalidade: o atrativo não possui originalidade		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: media Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade		
SAZONALIDADE DO ATRATIVO		
Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período Grau de conservação: não está conservado Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido		
DADOS QUALITATIVOS		
Observações: Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		1

MATINHOS

MATINHOS

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Praia Mansa de Caiobá

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização boa

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: boa

Segurança: boa

Sistema de comunicação: boa

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Apesar de abrigar luxuosos apartamentos à beira-mar e ter um aspecto de praia privativa, a praia é bem frequentada por todas as classes; conta com opções de passeios em banana boat e jet sky;

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Fica na entrada da baía de Guaratuba, com águas bastante calmas e pouco profundas, possui um jardim ao seu redor; aproximadamente 1500 m de extensão; dela atinge-se a Praia Bela ou Prainha do Farol

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

MATINHOS	ATRATIVOS NATURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Praia de Calobá	
	Atrativo: Público	
	Visitação: Gratuita	
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: não	
	Incluído em roteiros comercializados: não	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim	
	Divulgação e promoção: inexistente	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: baixo	
	Sinalização de acesso: com sinalização precária	
	Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com poucos horários de saída	
	Modos de acesso: transporte terrestre	
	Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro	
	Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: inexistente	
	Limpeza: regular	
	Segurança: regular	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes: regional	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: relevância ambiental/cultural de nível local	
	Originalidade: o atrativo não possui originalidade	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: nenhuma	
	Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada	
	Grau de conservação: não está conservado	
	Nível de proteção (Patrimônio Cultural): -	
	Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações: Sem estacionamento; dificuldade de acesso a praia pelo paredão de pedra; sem mob. urbano; rua beira mar muito precária; sem movimentação.	
	Compatibilidade do uso e ocupação do solo:	
	Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	1

MORRETES	ATRATIVOS NATURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Parque Estadual do Marumbi	
	Atrativo: Público	
	Visitação: Gratuita	
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: sim	
	Incluído em roteiros comercializados: sim	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim	
	Divulgação e promoção: ótima	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: alto	
	Sinalização de acesso: com boa sinalização	
	Possibilidades de acesso: transporte público com poucos horários de saída	
	Modos de acesso: via transporte ferroviário	
	Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro	
	Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: bom	
	Limpeza: ótima	
	Segurança: ótima	
	Sistema de comunicação: regular	
	Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes: internacional	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: relevância ambiental/cultural de nível nacional	
	Originalidade: originalidade no contexto nacional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: alta	
	Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo	
	Grau de conservação: ótimo estado de conservação	
	Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): uso sustentável	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações:	
	Compatibilidade do uso e ocupação do solo:	
	Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	3

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Rio Nhundiaquara – Bóia Cross

Atrativo: Público

Visitação: Paga

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: bom



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: baixo

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio, há oferta de transporte via empresa de receptivo local

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: De grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: ótima

Limpeza: boa

Segurança: boa

Sistema de comunicação: bom

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: originalidade no contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Fluxo intenso e desordenado. Passeio está associado ao barreado.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Salto dos Macacos / Salto Redondo

Atrativo: Privado

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: baixo

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro

Principal característica do trajeto: De grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Limpeza: inexistente

Segurança: inexistente

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível local

Originalidade: originalidade no contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: nenhuma

Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: A distância é até o centro de Porto de Cima.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

PARANAGUÁ	ATRATIVOS NATURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Ilha do Mel	
	Atrativo: Público	Visitação: gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: sim	
	Incluído em roteiros comercializados: sim	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim	
	Divulgação e promoção: ótimo	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: alto	
	Sinalização de acesso: sinalização precária	
	Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte via empresa de receptivo local, transporte com muitos e poucos horários de saída	
	Modos de acesso: via transporte fluvial	
	Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro	
	Principal característica do trajeto: grande beleza cênica	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: ótimo	Sistema de comunicação: ótimo
	Limpeza: ótima	Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de alta qualidade com opção de outro idioma
	Segurança: ótimo	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes: internacional	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível nacional	
	Originalidade: contexto nacional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: alta	
	Relacionamento com a comunidade local: uso, manutenção e gestão pela comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo	
	Grau de conservação: bom estado de conservação	
	Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): proteção integral - permite intervenção	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações: Estação ecológica tombada. Apenas aproximadamente 20% do território permite visitação, o restante é uma UC de proteção integral. Comunicação apenas nos trapiches e alguns pontos isolados	
	Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Poluição praias, problema saneamento, sinalização sobrepostas, trilhas com erosão e sem manejo. Lixo praias poucos, guia com baixa atratividade, diversidade de oferta de serviço de alimentação e hospedagem	
	Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	
	3	



PONTAL DO PARANÁ	ATRATIVOS NATURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Balneário Santa Terezinha	
	Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: não	
	Incluído em roteiros comercializados: não	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
	Divulgação e promoção: inexistente	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: alto	
	Sinalização de acesso: sinalização dentro dos padrões oficiais de sinalização turística	
	Possibilidades de acesso: transporte próprio	
	Modos de acesso: via transporte terrestre	
	Distância do centro: média – de 5 a 15km.	
	Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: bom	Sistema de comunicação: bom
	Limpeza: boa	Possibilidades de interpretação: não há
	Segurança: regular	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes: sem informação	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível local	
	Originalidade: não possui	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: baixa	
	Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada	
	Grau de conservação: bom estado de conservação	
	Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações: sem resposta	
	Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta	
	Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	
	1	

PONTAL DO PARANÁ	ATRATIVOS NATURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Balneário Shangrilá	
	Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: não	
	Incluído em roteiros comercializados: não	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
	Divulgação e promoção: inexistente	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: médio	
	Sinalização de acesso: sinalização dentro dos padrões oficiais de sinalização turística	
	Possibilidades de acesso: transporte próprio	
	Modos de acesso: via transporte terrestre	
	Distância do centro: média – de 5 a 15km	
Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico		
ESTRUTURA		
Receptivo: bom	Sistema de comunicação: bom	
Limpeza: bom	Possibilidades de interpretação: não há	
Segurança: regular		
ESCALA/ ORIGEM		
Região de procedência dos visitantes: sem informação		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: ambiental/cultural de nível local		
Originalidade: não possui		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: baixa		
Relacionamento com a comunidade local:		
SAZONALIDADE DO ATRATIVO		
Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada		
Grau de conservação: bom estado de conservação		
Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não se aplica		
Nível de proteção (Patrimônio Ambiental):		
DADOS QUALITATIVOS		
Observações:		
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:		
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		
1		
P	ATRATIVOS NATURAIS	

IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Floresta Estadual do Palmito		
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita	
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO		
Aparece no Guia 4 Rodas: não		
Incluído em roteiros comercializados: não		
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não		
Divulgação e promoção: regular		
QUALIDADE DA VIA		
Grau de conforto no deslocamento: médio		
Sinalização de acesso: boa sinalização		
Possibilidades de acesso: transporte próprio		
Modos de acesso: via transporte terrestre		
Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro		
Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem		
ESTRUTURA		
Receptivo: bom	Sistema de comunicação: regular	
Limpeza: ótimo	Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada	
Segurança: ótima	de média qualidade	
ESCALA/ ORIGEM		
Região de procedência dos visitantes:		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: ambiental/cultural de nível regional		
Originalidade: contexto regional		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: média		
Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade		
SAZONALIDADE DO ATRATIVO		
Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período		
Grau de conservação: ótimo estado de conservação		
Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): proteção integral - permite intervenção		
DADOS QUALITATIVOS		
Observações:		
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:		
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		
3		

PONTAL DO PARANÁ		ATRATIVOS NATURAIS	
IDENTIFICAÇÃO			
Nome: Ipanema			
Atrativo: Público	Visitação: gratuita		
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO			
Aparece no Guia 4 Rodas: não			
Incluído em roteiros comercializados: não			
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não			
Divulgação e promoção: inexistente			
QUALIDADE DA VIA			
Grau de conforto no deslocamento: médio			
Sinalização de acesso: sinalização dentro dos padrões oficiais de sinalização turística			
Possibilidades de acesso: transporte próprio, Transporte público com vários horários de saída			
Modos de acesso: via transporte terrestre			
Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro			
Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico			
ESTRUTURA			
Receptivo: bom		Sistema de comunicação: bom	
Limpeza: boa		Possibilidades de interpretação: não há	
Segurança: boa			
ESCALA/ ORIGEM			
Região de procedência dos visitantes: sem resposta			
CARACTERÍSTICAS			
Relevância: ambiental/cultural de nível local			
Originalidade: não possui originalidade			
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA			
Percepção do poder público: baixa			
Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade			
SAZONALIDADE DO ATRATIVO			
Principais períodos de visitaço: fluxo relevante apenas em alta temporada			
Grau de conservação: bom estado de conservação			
Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido			
DADOS QUALITATIVOS			
Observações: sem resposta			
Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta			
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta			
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		1	

PONTAL DO PARANÁ		ATRATIVOS NATURAIS	
IDENTIFICAÇÃO			
Nome: Pontal do Sul			
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita		
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO			
Aparece no Guia 4 Rodas: não			
Incluído em roteiros comercializados: sim			
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não			
Divulgação e promoção: regular			
QUALIDADE DA VIA			
Grau de conforto no deslocamento: médio			
Sinalização de acesso: Com sinalização boa			
Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída			
Modos de acesso: transporte terrestre			
Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro			
Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico			
ESTRUTURA			
Receptivo: regular		Sistema de comunicação: bom	
Limpeza: boa		Possibilidades de interpretação: não há	
Segurança: regular			
ESCALA/ ORIGEM			
Região de procedência dos visitantes:			
CARACTERÍSTICAS			
Relevância: relevância ambiental/cultural de nível local			
Originalidade: originalidade no contexto local			
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA			
Percepção do poder público: médio			
Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade			
SAZONALIDADE DO ATRATIVO			
Principais períodos de visitaço: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período			
Grau de conservação: em bom estado de conservação			
Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido			
DADOS QUALITATIVOS			
Observações:			
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:			
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:			
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		2	

ANTONINA	ATRATIVOS CULTURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Centro Histórico de Antonina	
	Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: não	
	Incluído em roteiros comercializados: sim	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
	Divulgação e promoção: bom	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: médio	
	Sinalização de acesso: sinalização precária	
	Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte via empresa de receptivo local, transporte público com vários horários de saída	
	Modos de acesso: via transporte terrestre	
	Distância do centro: Curta – até 5km.	
	Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: bom	Sistema de comunicação: bom
	Limpeza: regular	Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de baixa qualidade
	Segurança: regular	
ESCALA/ ORIGEM		
Região de procedência dos visitantes:		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: ambiental/cultural de nível nacional		
Originalidade: contexto regional		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: média		
Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade		
SAZONALIDADE DO ATRATIVO		
Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período		
Grau de conservação: bom estado de conservação		
Nível de proteção (Patrimônio Cultural):		
DADOS QUALITATIVOS		
Observações: Falta de manutenção dos espaços públicos. Falta de equipamentos de lazer e entretenimento. As edificações privadas encontram-se em melhor estado de conservação que as públicas.		
Compatibilidade do uso e ocupação do solo: falta de estacionamento para ônibus de turismo		
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		
3		
A	ATRATIVOS CULTURAIS	

IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Estação Ferroviária		
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita	
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO		
Aparece no Guia 4 Rodas: não		
Incluído em roteiros comercializados: não		
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não		
Divulgação e promoção: inexistente		
QUALIDADE DA VIA		
Grau de conforto no deslocamento: médio		
Sinalização de acesso: sinalização precária		
Possibilidades de acesso: transporte próprio		
Modos de acesso: via transporte terrestre		
Distância do centro: Curta – até 5km.		
Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico		
ESTRUTURA		
Receptivo: inexistente	Sistema de comunicação: ótima	
Limpeza: regular	Possibilidades de interpretação: não há	
Segurança: boa		
ESCALA/ ORIGEM		
Região de procedência dos visitantes: sem informação		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: ambiental/cultural de nível regional		
Originalidade: contexto regional		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: média		
Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade		
SAZONALIDADE DO ATRATIVO		
Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo		
Grau de conservação: bom estado de conservação		
Nível de proteção (Patrimônio Cultural): sem resposta		
DADOS QUALITATIVOS		
Observações: fluxo baixo, não aberto a visitação nos fins de semana. Atualmente é a Secretaria de Ação Social.		
Sinalização de PIT, porém não há PIT em Antonina		
Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta		
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		
3		

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Igreja Bom Jesus do Saivá

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: inexistente



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Sistema de comunicação: regular

Limpeza: ótima

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: regular

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido por dispositivo legal estadual

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Igreja Nossa Senhora do Pilar

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte público e transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Sistema de comunicação: bom

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: sem resposta

Segurança: sem resposta

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: regional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido por dispositivo legal estadual

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Igreja Matriz do município tombada pelo CEPHA em 1969; última grande reforma fora feita em 1952 com recurso da comunidade (doação).

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Mercado do Artesanato

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km.

Principal característica do trajeto: De grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: ótimo

Limpeza: ótima

Segurança: ótima

Sistema de comunicação: ótima

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso e gestão pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2



ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Porto de Antonina – Terminal Barão de Tefé

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km.

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: boa

Segurança: boa

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2



ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Theatro Municipal

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: inexistente



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: Média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Sistema de comunicação: ótima

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: ótima

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: originalidade no contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS CULTURAIS - EVENTOS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Carnaval de Antonina

Atrativo: Público

Entrada: Gratuita

Localização: por toda a cidade de Antonina

Duração: Um mês antes do carnaval a folia já começa. Mas o evento em si possui a duração de quatro a cinco dias.

Público: Grande porte. Atrai de 35 a 40 mil foliões por dia



PROPOSTA DO EVENTO

O carnaval de Antonina é hoje conhecido no Brasil inteiro e em alguns países vizinhos como um dos carnavais mais autêntico mais tradicional e animado de todos, com bailes públicos, concursos de fantasias, desfiles de escolas de samba e blocos carnavalescos. A proposta dos organizadores é promover um carnaval para que toda a família possa se divertir com tranquilidade e segurança.

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS CULTURAIS - EVENTOS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Festa de Nossa Senhora do Pilar

Atrativo: Público

Entrada: Gratuita

Localização: Igreja Matriz, na Praça Coronel Macedo, no centro da cidade.

Duração: doze dias

Público: Grande porte. Atrai cerca de 40 mil romeiros e fiéis.



PROPOSTA DO EVENTO

Nos dias do evento são realizadas celebrações de cunho religioso, como novenas, missas e procissões. Além das cerimônias religiosas, os visitantes encontram barracas de artesanato, comida típica, shows de música popular, quermesse e queima de fogos.

CARACTERÍSTICAS

Relevância:

Originalidade:

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público:

Relacionamento com a comunidade local:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Casa da Cultura

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: Curta – até 5km.

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: boa

Segurança: regular

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada de baixa qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2



ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Casa do Artesanato - Provopar

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio e transporte público

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: Curta – até 5km.

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: boa

Segurança: boa

Sistema de comunicação: bom

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3



ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Comunidade Barbados

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio e via empresa de receptivo local

Modos de acesso: via transporte fluvial

Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro.

Principal característica do trajeto: grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: boa

Segurança: ótima

Sistema de comunicação: bom

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: regional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): proteção integral sem plano de manejo

DADOS QUALITATIVOS

Observações: A comunidade conta com a Ruína William Michaud e um centro comunitário. Potencial para turismo comunitário. As pessoas estão organizadas e querem trabalhar com turismo. Fluxo de turistas de Superagui

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: O local está inserido no Parque de Superagui.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Igreja Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sem resposta

Incluído em roteiros comercializados: sem resposta

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sem resposta

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte público e transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: de grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: boa

Segurança: boa

Sistema de comunicação: bom

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Construída em 1838 em estilo colonial com grossas paredes de pedra, foi a primeira construção de Guaraqueçaba. Em seu interior destaca-se o altar em forma de embarcação cuja base é um peixe esculpido

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS CULTURAIS	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Mirante Serra Negra	
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
Aparece no Guia 4 Rodas: não Incluído em roteiros comercializados: não Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não Divulgação e promoção: regular	
QUALIDADE DA VIA	
Grau de conforto no deslocamento: baixo Sinalização de acesso: sem sinalização Possibilidades de acesso: transporte próprio Modos de acesso: transporte terrestre Distância do centro: longo – acima de 15 km do centro. Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica	
ESTRUTURA	
Receptivo: inexistente	Sistema de comunicação: regular
Limpeza: inexistente	Possibilidades de interpretação: não há
Segurança: regular	
ESCALA/ ORIGEM	
Região de procedência dos visitantes:	
CARACTERÍSTICAS	
Relevância: ambiental/cultural de nível local Originalidade: contexto regional	
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
Percepção do poder público: nenhuma Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade	
SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
Principais períodos de visitação: fluxo relevante apenas em alta temporada Grau de conservação: não está conservado Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido	
DADOS QUALITATIVOS	
Observações Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	1

ATRATIVOS CULTURAIS	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Vila de Bertoga	
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
Aparece no Guia 4 Rodas: não Incluído em roteiros comercializados: não Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não Divulgação e promoção: regular	
QUALIDADE DA VIA	
Grau de conforto no deslocamento: baixo Sinalização de acesso: sem sinalização Possibilidades de acesso: há oferta de transporte via empresa de receptivo local, transporte próprio Modos de acesso: transporte fluvial Distância do centro: curta - até 5 km Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica	
ESTRUTURA	
Receptivo: ótimo	Sistema de comunicação: boa
Limpeza: bom	Possibilidades de interpretação: não há
Segurança: bom	
ESCALA/ ORIGEM	
Região de procedência dos visitantes: nacional	
CARACTERÍSTICAS	
Relevância: ambiental/cultural de nível nacional Originalidade: contexto nacional	
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
Percepção do poder público: baixa Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade	
SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo Grau de conservação: em bom estado de conservação Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido	
DADOS QUALITATIVOS	
Observações: Conforme relato dos moradores, há fluxo constante de turistas durante o ano todo. A comunidade atrai visitantes que vão para pescar. Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	2

GUARAQUEÇABA	ATRATIVOS CULTURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Vila de Superagui	
	Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: não	
	Incluído em roteiros comercializados: sim	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
	Divulgação e promoção: regular	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: médio Sinalização de acesso: sem sinalização Possibilidades de acesso: há oferta de transporte via empresa de receptivo local, transporte público com poucos horários de saída Modos de acesso: transporte fluvial Distância do centro: curta - até 5 km Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: inexistente	Sistema de comunicação: regular
	Limpeza: regular	Possibilidades de interpretação: não há
	Segurança: regular	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes:	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível nacional	
	Originalidade: contexto nacional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: baixa	
	Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período	
	Grau de conservação: em bom estado de conservação	
	Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações: a maioria dos meios de hospedagem e serviços de alimentação encerram o atendimento na baixa temporada, falta alternativa para suprir as necessidades básicas do turista, bem como atividades de lazer. Compatibilidade do uso e ocupação do solo: crescimento desordenado, sem saneamento ambiental Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: Não definição da legislação de uso e ocupação do solo pela falta do planejamento da UC. A cobrança da taxa do laudêmio prejudica a regularização dos estabelecimentos. Alternativa - Cooperguará.	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	
	2	



GUARATUBA	ATRATIVOS CULTURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Centro Histórico de Guaratuba	
	Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: não	
	Incluído em roteiros comercializados: não	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
	Divulgação e promoção: inexistente	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: alto Sinalização de acesso: sem sinalização Possibilidades de acesso: transporte próprio e transporte público com vários horários de saída Modos de acesso: via transporte terrestre Distância do centro: Curta – até 5km. Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: regular	Sistema de comunicação: bom
	Limpeza: boa	Possibilidades de interpretação: não há
	Segurança: boa	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes: sem informação	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível local	
	Originalidade: contexto local	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: média	
	Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período	
	Grau de conservação: não está conservado	
	Nível de proteção (Patrimônio Cultural):	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações: Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	
	2	

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso

Atrativo: Público Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não
Incluído em roteiros comercializados: sim
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não
Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto
Sinalização de acesso:
Possibilidades de acesso: transporte público e transporte próprio com vários horários de saída
Modos de acesso: via transporte terrestre
Distância do centro: curta - até 5 km
Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: bom Sistema de comunicação: bom
Limpeza: boa Possibilidades de interpretação: não há
Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local
Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média
Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período
Grau de conservação: bom estado de conservação
Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido por dispositivo legal estadual

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Igreja secular tombada pelo CEPHA. Igreja Matriz do município
Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Morro do Cristo / Brejatuba

Atrativo: Público Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim
Incluído em roteiros comercializados: não
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não
Divulgação e promoção: bom



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto
Sinalização de acesso: com sinalização boa
Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída
Modos de acesso: transporte terrestre
Distância do centro: curta - até 5 km
Principal característica do trajeto: De grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: regular Sistema de comunicação: boa
Limpeza: boa Possibilidades de interpretação: não há
Segurança: inexistente

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local
Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média
Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo
Grau de conservação: em bom estado de conservação
Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Morro revitalizado em 2.000.
Compatibilidade do uso e ocupação do solo
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

1

MORRETES	ATRATIVOS CULTURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Barreado	
	Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: sim	
	Incluído em roteiros comercializados: sim	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim	
	Divulgação e promoção: ótimo	
		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: ambiental/cultural de nível nacional		
Originalidade: contexto nacional		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: alta		
Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		
3		

MORRETES

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Caminho do Itupava

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com boa sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio, Transporte público com vários horários de saída

Modos de acesso: via transporte terrestre e ferroviário

Distância do centro: Curta – até 5km.

Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: regular

Segurança: regular

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): uso sustentável

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Patrimônio tombado arqueológico. Considerou-se a distância a partir de quatro barras

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Centro Histórico de Morretes

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: ótimo

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: com sinalização dentro dos padrões oficiais de sinalização turística

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público e via empresa de receptivo local

Modos de acesso: via transporte terrestre e ferroviário

Distância do centro: Curta – até 5km.

Principal característica do trajeto: grande beleza com mirantes, lanchonetes e vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: ótimo

Limpeza: boa

Segurança: boa

Sistema de comunicação: ótimo

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: internacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): sem resposta

DADOS QUALITATIVOS

Observações: sem resposta

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: não há estacionamentos suficiente para o atrativo

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3



ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Estrada da Graciosa

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim

Divulgação e promoção: bom

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sinalização dentro dos padrões oficiais de sinalização turística

Possibilidades de acesso: transporte próprio e transporte público

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro

Principal característica do trajeto: grande beleza com mirantes, lanchonetes e vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: boa

Segurança: regular

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido por dispositivo legal estadual

DADOS QUALITATIVOS

Observações: contém 80 churrasqueiras e 6 recantos ao longo do percurso

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3



ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Igreja Nossa Senhora do Porto

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Sistema de comunicação: bom

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: não está conservado

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Recanto Cascatinha

Atrativo: Privado

Visitação: Paga

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: baixo

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: com transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: médio

Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Sistema de comunicação: regular

Limpeza: ótima

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média

Segurança: ótima

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: regional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: originalidade ambiental/cultural de nível regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

MORRETES

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Trem Turístico Serra Verde Express

Atrativo: Privado

Visitação: Paga

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim

Divulgação e promoção: ótima

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: com sinalização dentro dos padrões oficiais de sinalização turística

Possibilidades de acesso: com transporte próprio, transporte público com vários horários de saída

Modos de acesso: via transporte terrestre, via transporte ferroviário

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: de grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: ótima

Limpeza: ótima

Segurança: boa

Sistema de comunicação: ótima

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de alta qualidade com opção de outro idioma

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: internacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: originalidade ambiental/cultural de nível nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: O passeio de trem passa pelos municípios de Morretes e Paranaguá. Para esta análise, considerou-se que o acesso ao atrativo se dá a partir de Curitiba.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: A distância é dada da Estação Ferroviária de Morretes ao centro do município.

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: A Serra do Mar é tombada pelo Estado.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRATIVOS CULTURAIS		
IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Centro Histórico de Paranaguá		
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita	
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO		
Aparece no Guia 4 Rodas: não Incluído em roteiros comercializados: não Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não Divulgação e promoção: regular		
QUALIDADE DA VIA		
Grau de conforto no deslocamento: médio Sinalização de acesso: sem sinalização Possibilidades de acesso: transporte próprio Modos de acesso: via transporte terrestre Distância do centro: Curta – até 5km. Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem		
ESTRUTURA		
Receptivo: ótimo Limpeza: regular Segurança: bom	Sistema de comunicação: bom Possibilidades de interpretação: não há	
ESCALA/ ORIGEM		
Região de procedência dos visitantes:		
CARACTERÍSTICAS		
Relevância: ambiental/cultural de nível nacional Originalidade: contexto nacional		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público: média Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade		
SAZONALIDADE DO ATRATIVO		
Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo Grau de conservação: bom estado de conservação Nível de proteção (Patrimônio Cultural): Nível de proteção (Patrimônio Ambiental):		
DADOS QUALITATIVOS		
Observações: Apesar de beleza paisagística, o centro histórico de Paranaguá não compõe uma paisagem de atratividade no seu todo devido à baixa conservação das edificações históricas Compatibilidade do uso e ocupação do solo: Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		3

ATRATIVOS CULTURAIS	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Farol das Conchas	
Atrativo: Público	Visitação: gratuita
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
Aparece no Guia 4 Rodas: sim	
Incluído em roteiros comercializados: sim	
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim	
Divulgação e promoção: bom	
QUALIDADE DA VIA	
Grau de conforto no deslocamento: baixo	
Sinalização de acesso: boa sinalização	
Possibilidades de acesso: transporte público	
Modos de acesso: via transporte fluvial	
Distância do centro: médio - de 5 a 15 km	
Principal característica do trajeto: grande beleza cênica	
ESTRUTURA	
Receptivo: regular	Sistema de comunicação: regular
Limpeza: boa	Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de baixa qualidade
Segurança: regular	
ESCALA/ ORIGEM	
Região de procedência dos visitantes: internacional	
CARACTERÍSTICAS	
Relevância: ambiental/cultural de nível regional	
Originalidade: contexto nacional	
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
Percepção do poder público: alta	
Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade	
SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo	
Grau de conservação: ótimo estado de conservação	
Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido por dispositivo legal nacional	
Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não se aplica	
DADOS QUALITATIVOS	
Observações: o farol foi recentemente restaurado pelo IPHAN	
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:	
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	3

ATRATIVOS CULTURAIS	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Fortaleza – Ilha do Mel	
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
Aparece no Guia 4 Rodas: sim	
Incluído em roteiros comercializados: sim	
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim	
Divulgação e promoção: bom	
QUALIDADE DA VIA	
Grau de conforto no deslocamento: médio	
Sinalização de acesso: boa sinalização	
Possibilidades de acesso: transporte público com poucos e muitos horários de saída	
Modos de acesso: via transporte fluvial	
Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro	
Principal característica do trajeto: grande beleza cênica	
ESTRUTURA	
Receptivo: regular	Sistema de comunicação: regular
Limpeza: boa	Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de baixa qualidade
Segurança: boa	
ESCALA/ ORIGEM	
Região de procedência dos visitantes: internacional	
CARACTERÍSTICAS	
Relevância: ambiental/cultural de nível nacional	
Originalidade: contexto nacional	
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
Percepção do poder público: alta	
Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade	
SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo	
Grau de conservação: ótimo estado de conservação	
Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido por dispositivo legal nacional	
DADOS QUALITATIVOS	
Observações:	
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:	
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	2

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Gruta das Encantadas

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sim

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: boa sinalização

Possibilidades de acesso: transporte público

Modos de acesso: via transporte fluvial

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Sistema de comunicação: regular

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de baixa qualidade

Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: internacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Igreja São Benedito

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sem resposta

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): sem resposta

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Sistema de comunicação: inexistente

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: inexistente

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: nacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido por dispositivo legal nacional

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Considerada uma das melhores e mais autênticas edificações populares do colonial brasileiro, integra o Centro Histórico de Paranaguá

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRATIVOS CULTURAIS	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Mercado Municipal Newton Abel de Lima	
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
Aparece no Guia 4 Rodas: não	
Incluído em roteiros comercializados: não	
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
Divulgação e promoção: regular	
QUALIDADE DA VIA	
Grau de conforto no deslocamento: alto	
Sinalização de acesso: sem sinalização	
Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída	
Modos de acesso: via transporte terrestre	
Distância do centro: curta - até 5 km.	
Principal característica do trajeto: De grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho	
ESTRUTURA	
Receptivo: bom	Sistema de comunicação: bom
Limpeza: boa	Possibilidades de interpretação: não há
Segurança: ótima	
ESCALA/ ORIGEM	
Região de procedência dos visitantes:	
CARACTERÍSTICAS	
Relevância: ambiental/cultural de nível local	
Originalidade: contexto local	
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
Percepção do poder público: alta	
Relacionamento com a comunidade local: uso e gestão pela comunidade	
SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo	
Grau de conservação: em ótimo estado de conservação	
Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido	
DADOS QUALITATIVOS	
Observações: Aparece no material promocional da Fumtur.	
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:	
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	2

ATRATIVOS CULTURAIS	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Mercado Municipal do Café	
Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
Aparece no Guia 4 Rodas: não	
Incluído em roteiros comercializados: não	
Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
Divulgação e promoção: regular	
QUALIDADE DA VIA	
Grau de conforto no deslocamento: alto	
Sinalização de acesso: sem sinalização	
Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída	
Modos de acesso: via transporte terrestre	
Distância do centro: curta - até 5 km.	
Principal característica do trajeto: grande beleza cênica	
ESTRUTURA	
Receptivo: regular	Sistema de comunicação: bom
Limpeza: boa	Possibilidades de interpretação: não há
Segurança: boa	
ESCALA/ ORIGEM	
Região de procedência dos visitantes:	
CARACTERÍSTICAS	
Relevância: ambiental/cultural de nível local	
Originalidade: contexto local	
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
Percepção do poder público: média	
Relacionamento com a comunidade local: uso e gestão pela comunidade	
SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período	
Grau de conservação: bom estado de conservação	
Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido	
DADOS QUALITATIVOS	
Observações:	
Compatibilidade do uso e ocupação do solo:	
Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	2

PARANAGUÁ	ATRATIVOS CULTURAIS - EVENTOS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Festa da Padroeira da Nossa Senhora do Rocio	
	Atrativo: Público	Entrada: Gratuita
	Localização: centro da cidade	
	Duração: um dia	
	Público: Grande porte. Atrai cerca de 100 mil pessoas	
	PROPOSTA DO EVENTO	
	Realizada para homenagear a Padroeira do Paraná. A festa religiosa conta com novenas, procissão e missa campal, além disso, ocorre simultaneamente a chamada festa popular, com mercado de artesanato, área de gastronomia, parque de diversão, show artístico e show pirotécnico.	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível regional	
	Originalidade: contexto regional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: alta	
	Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	3



PARANAGUÁ	ATRATIVOS CULTURAIS - EVENTOS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Festa Nossa Senhora dos Navegantes	
	Atrativo: Público	Entrada: Gratuita
	Localização: centro da cidade	
	Duração: sete dias	
	Público: Médio porte. Atrai cerca de 3 mil pessoas por dia	
	PROPOSTA DO EVENTO	
	Homenagem à Nossa Senhora dos Navegantes. Organizada pela comunidade local, a comemoração, com mais de 50 anos, acontece todas as noites, com música ao vivo e barraquinhas de comida. Além disso são feitas apresentações de fandango e cantores locais. Entre novenas, missas, apresentações culturais e shows, o ponto alto da celebração é último dia da festa, quando pescadores de Paranaguá e da região reúnem suas embarcações e saem em procissão com a imagem da Nossa Senhora pelo Rio Itiberê. No mesmo dia, outra procissão parte da Praia do Trapiche, na Ilha do Mel, também em homenagem à protetora, encerrando os dias de celebração.	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível local	
	Originalidade: contexto local	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: baixa	
	Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	3



PONTAL DO PARANÁ	ATRATIVOS CULTURAIS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Estrada Ecológica do Guaraguaçu	
	Atrativo: Público	Visitação: Gratuita
	DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
	Aparece no Guia 4 Rodas: não	
	Incluído em roteiros comercializados: não	
	Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não	
	Divulgação e promoção: regular	
	QUALIDADE DA VIA	
	Grau de conforto no deslocamento: médio	
	Sinalização de acesso: sinalização precária	
	Possibilidades de acesso: transporte próprio	
	Modos de acesso: via transporte terrestre	
	Distância do centro: Curta – até 5km.	
	Principal característica do trajeto: grande beleza cênica	
	ESTRUTURA	
	Receptivo: bom	Sistema de comunicação: regular
	Limpeza: regular	Possibilidades de interpretação: não há
	Segurança: regular	
	ESCALA/ ORIGEM	
	Região de procedência dos visitantes:	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível nacional	
	Originalidade: contexto nacional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: alta	
	Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade	
	SAZONALIDADE DO ATRATIVO	
	Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo	
	Grau de conservação: bom estado de conservação	
	Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido	
	Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não se aplica	
	DADOS QUALITATIVOS	
	Observações: A Estrada do Guaraguaçu dá acesso ao Sambaqui Guaraguaçu nela existe o Santuário Guaraguaçu onde é servido o café caipara. O local é propício para o turismo comunitário	
	Compatibilidade do uso e ocupação do solo:	
	Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	2



PONTAL DO PARANÁ

ATRATIVOS CULTURAIS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Sambaqui Guaraguaçu

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: baixo

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro

Principal característica do trajeto: De grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: regular

Segurança: boa

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de baixa qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: originalidade no contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: médio

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

EVENTOS PERMANENTES

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Festival de Inverno UFPR

Atrativo: Público

Entrada: Gratuita

Localização: Theatro Municipal, Igreja Matriz, Palco construído no centro, espetáculos nas ruas da cidade.

Duração: oito dias

Público: Grande porte. Atrai cerca de 50 mil pessoas

2º Festival de Inverno da UFPR
de 11 a 18 de julho de 2009
Assessoria: Mariana
Oliveira e Espinheira

Projeto de extensão permanente da Universidade Federal do Paraná, o Festival de Inverno é realizado anualmente nos dias 11 a 18 de julho. O evento é voltado para o público em geral e tem como objetivo promover a cultura e o lazer da população paranaense. O festival é realizado em diversos locais da cidade, incluindo o Theatro Municipal, a Igreja Matriz e o Palco construído no centro. O festival é gratuito e atrai cerca de 50 mil pessoas.

PROPOSTA DO EVENTO

Um programa de extensão permanente da Universidade Federal do Paraná. Nos dias de evento são realizadas oficinas, espetáculos e atividades artísticas espontâneas.

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ANTONINA

GUARAQUEÇABA

EVENTOS PERMANENTES

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Encontro de Cultura e Fandango

Atrativo: Público

Entrada: Gratuita

Localização: Apesar de envolver apresentações de grupos oriundos de diferentes lugares, o evento acontece no município de Guaraqueçaba.

Duração: de três a quatro dias

Público: Médio porte.

PROPOSTA DO EVENTO

Nos dias de evento são realizadas palestras, debates, apresentações e bailes com fandangueiros e grupos de fandango de Morretes, Paranaguá, Guaraqueçaba, Iguape e Cananéia. Realizado por meio do projeto Museu Vivo do Fandango, e da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, o encontro é fruto da parceria entre uma rede de co-realizadores formada por associações sem fins lucrativos que atuam na região em projetos de incentivo e reconhecimento do fandango e da cultura caçara. Dentro das propostas do Encontro estão: divulgar o fandango e a cultura caçara; evidenciar a diversidade e a vitalidade do fandango, como uma manifestação cultural viva entre comunidades caçaras de toda a região; estimular a troca entre os diversos grupos e fandangueiros, como forma de afirmar a continuidade desta tradição.

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

MATINHOS	EVENTOS PERMANENTES	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Rally Náutico de Caiobá	
	Atrativo: Privado	Entrada: Paga
	Localização: centro da cidade	
	Duração: um dia	
	Público: Pequeno porte. Atrai cerca de 90 participantes.	
	PROPOSTA DO EVENTO	
	O rally tem início em frente ao Iate Clube de Caiobá. As embarcações largam e chegam a Caiobá, obedecendo à média de velocidade estabelecida. São considerados vencedores aqueles que realizarem o percurso com o menor número de erros. Havendo no dia da prova condições meteorológicas e de estado do mar que permitam a navegação em mar aberto, a prova é realizada fora da Baía de Guaratuba, e caso as condições de tempo não permitam este trajeto, é cumprido percurso alternativo no interior da baía. Após a prova é realizada uma festa com comida, bebida, e música.	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível local	
	Originalidade: contexto nacional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: baixa	
	Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	2

PARANAGUÁ	EVENTOS PERMANENTES	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Exposafra	
	Atrativo: Público	Entrada: Gratuita
	Localização: Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá	
	Duração: quatro dias	
	Público: Médio porte. Cerca de 4.000 caminhoneiros cadastram-se para participar da feira	
	PROPOSTA DO EVENTO	
	A maior feira de negócios para o caminhoneiro. Lá as empresas ligadas ao negócio de transporte tem grandes oportunidades de vendas e prospecção de clientes, pois a feira proporciona o contato direto com autônomos decisores de compra vindos de todas as regiões do Brasil. São realizados Lançamentos e Exposições; Test Drive; Ações sociais; Palestras técnicas e educativas; além de Shows e Sorteios.	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível regional	
	Originalidade: contexto regional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: baixa	
	Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	2

MORRETES	EVENTOS PERMANENTES	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes	
	Atrativo: Público	Entrada: Gratuita
	Localização: centro da cidade, na Rua das Flores	
	Duração: dez dias	
	Público: Grande porte. Apenas nos dois primeiros dias atraiu cerca de 40 mil visitantes em 2010.	
	PROPOSTA DO EVENTO	
	A Festa Feira objetiva divulgar setores potenciais do município como a agricultura, que terá seu espaço diferenciado em um portal agrícola, turismo (rural e ecológico), gastronomia, artesanato, cultura, visando a autonomia e sustentabilidade destes setores, incentivando as agroindústrias, através da exposição e divulgação dos trabalhos. Durante o evento, além da feira são realizadas apresentações de grupos locais, bandas e lançamento de livros.	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível local	
	Originalidade: contexto regional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: alta	
	Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	3

PARANAGUÁ	EVENTOS PERMANENTES	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Festa da Tainha	
	Atrativo: Público	Entrada: Gratuita
	Localização: centro da cidade	
	Duração: cerca de 17 dias	
	Público: Grande porte. Atrai cerca de 100 mil visitantes	
	PROPOSTA DO EVENTO	
	Pescadores das comunidades de Amparo, Piaçaguera, da Vila Guarani (bairro de Paranaguá) e da famosa Ilha do Mel oferecem nos dias de festa, tainhas recheadas, ensopadas, defumadas "cambira" e a ova da tainha, além de porções de camarão e peixe. As barracas ficam distribuídas na Praça de Eventos "29 de Julho", esta festa faz de Paranaguá sede de um dos maiores eventos que oferece a tainha, iguaria que vira sensação no inverno, época que o peixe migra do litoral gaúcho para o Paraná. No evento cerca de 15 toneladas de peixe são consumidas. Além das barracas, a Festa tem como atrativos shows de grupos renomados e uma tradicional corrida de canoas.	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível local	
	Originalidade: contexto local	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: média	
	Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	2

PONTAL DO PARANÁ	EVENTOS PERMANENTES	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Festa do Caranguejo	
	Atrativo: Público	Entrada: Gratuita
	Localização: Balneário de Shangri-lá	
	Duração: quatro dias	
	Público: Médio porte. Atrai cerca de mil pessoas	
		
	PROPOSTA DO EVENTO	
	A festa dá a Pontal do Paraná e aos pescadores a oportunidade de uma renda melhor, pois vendem seus produtos por um preço melhor, por ser um produto já elaborado, como o peixe frito, a pirão e a casquinha de sirí. Os caranguejos consumidos não festival estão de acordo com as normas de preservação da espécie. Órgãos ambientais fiscalizam se os caranguejos comercializados são machos, tem, no mínimo, sete centímetros de carapaça e se foram pescados manualmente, sem ajuda de instrumentos. Nos dias de festival, além das barracquinhas ocorrem também shows, organizados pelo Viva Verão.	
CARACTERÍSTICAS		
Relevância:		
Originalidade:		
REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Percepção do poder público:		
Relacionamento com a comunidade local:		
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		
1		

ANTONINA	ATIVIDADES ECONOMICAS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Produção de bala de banana	
	Localização: Fábrica em Antonina	
	DESCRIÇÃO	
	Um método de produção artesanal e familiar que se tornou sinônimo de sucesso: a fábrica de balas de banana de Antonina é uma das mais tradicionais do litoral do Estado, que neste ano completa 30 anos de fundação e chega a produzir até 10 mil quilos do produto por mês. Mais de 80% da produção da bala é comercializada em Curitiba e região, ficando apenas 5% no próprio litoral. Toda a banana adquirida pela empresa vem de pequenos agricultores que plantam a fruta em Guaraqueçaba e Antonina. "É banana orgânica, plantada sem a utilização de agrotóxicos",	
		
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível nacional Originalidade: contexto regional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: baixa Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		1

GUARATUBA	ATIVIDADES ECONOMICAS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Maricultura	
	Localização: Guaratuba	
	DESCRIÇÃO	
	A maricultura (também conhecida como aquicultura), diferente da atividade pesqueira, que é extrativista, aposta no cultivo de diversos organismos marinhos, com destaque especial para a produção de ostras nativas. O Centro de Produção e Propagação de Organismos Marinhos, da Universidade Católica do Paraná (CPPOM-PUCPR), localizado em Guaratuba, desenvolveu a tecnologia de produção e iniciou em 2009 o fornecimento de sementes de ostra nativa em larga escala. A produção de sementes objetivou capacitar produtores a cultivarem ostras a partir de sementes de laboratório. A maricultura ainda é uma atividade incipiente no litoral do Paraná, no entanto Guaratuba se destaca na ostreicultura porém, em escala familiar.	
		
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível regional Originalidade: contexto regional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: média Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO		3

MORRETES	ATIVIDADES ECONOMICAS	
	IDENTIFICAÇÃO	
	Nome: Produção de Cachaça	
	Localização: município de Morretes	
	DESCRIÇÃO	
	A cidade de Morretes sempre foi famosa pela tradição na produção de cachaça, que data de 1700. Conhecer o processo de produção da mais pura cachaça com direito à degustação e muitas histórias pitorescas sobre Morretes, a região concentra quase 40 alambiques, produzindo cachaças para os mais diferentes paladares. A novidade na produção é a cachaça orgânica.	
	CARACTERÍSTICAS	
	Relevância: ambiental/cultural de nível nacional Originalidade: contexto regional	
	REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA	
	Percepção do poder público: sem resposta Relacionamento com a comunidade local: sem resposta	
	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO	3

ANTONINA

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Fandango – Ilha dos Valadares

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: bom

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte público

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: Curta – até 5km.

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: regular

Segurança: inexistente

Sistema de comunicação: inexistente

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: nacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo relevante em alta temporada, com diminuição significativa no restante do período

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não se aplica

DADOS QUALITATIVOS

Observações: A importância do Fandango tanto pela sua historicidade como autenticidade resultou num processo intensivo objetivando seu Registro como representante do Patrimônio Cultural Brasileiro

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Usina Hidrelétrica Viriato Parigot

Atrativo: Privado

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: inexistente



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: longo - acima de 15 km de distância do centro

Principal característica do trajeto: De grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Sistema de comunicação: bom

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

Segurança: ótima

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: internacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: originalidade no contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural):

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Visitas guiadas e agendadas mediante autorização da COPEL; usina situa-se a 3 km de Cacatú. É a maior central subterrânea do sul do país.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Museu Ecológico João José Bigarella

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte público com poucos horários de saída e transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km

Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Sistema de comunicação: regular

Limpeza: regular

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada de baixa qualidade

Segurança: regular

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível local

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido por dispositivo legal municipal

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Situado na Praça São Pedro, numa edificação construída entre os anos de 1938 e 1944, a qual durante muitos anos abrigou a Igreja Matriz de São Pedro. Se constitui no único bem histórico que rememora aos primórdios do município, tombado pela municipalidade desde 1987. Em seu interior, além de peças do ambiente marinho e terrestre, há uma pintura em mural do suíço Paulo Kohl. O acervo é composto por coleções de conchas raras, corais, esponjas, crustáceos, animais marinhos, além da fauna proveniente da Mata Atlântica. Há também mostra de um sambaqui e peças oriundas de outros países.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

1

MATINHOS

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Sesc Triathlon

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: Com sinalização dentro dos padrões oficiais de sinalização turística

Possibilidades de acesso: transporte próprio, transporte público com vários horários de saída

Modos de acesso: transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km.

Principal característica do trajeto: De grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Sistema de comunicação: boa

Limpeza: boa

Possibilidades de interpretação: não há

Segurança: boa

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: nacional

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: contexto local

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação:

Grau de conservação:

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental):

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Evento programado que acontece anualmente entre os meses de março a maio. 2010 está na 22ª etapa.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Reserva Romaneto

Atrativo: Privado

Visitação: Paga

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: bom



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: baixo

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: médio - de 5 a 15 km do centro

Principal característica do trajeto: média qualidade da paisagem

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Sistema de comunicação: bom

Limpeza: ótima

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

Segurança: ótima

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível local

Originalidade: originalidade no contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: baixa

Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): -

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): -

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Única criação brasileira de tartaruga tigre d'água.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

MORRETES

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Museu de Arqueologia e Etnologia do Paraná

Atrativo: Público

Visitação: Paga

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km.

Principal característica do trajeto: De grande beleza com mirantes, lanchonetes ou vendas no caminho

ESTRUTURA

Receptivo: regular

Limpeza: ótima

Segurança: ótima

Sistema de comunicação: ótima

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: originalidade no contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: importância histórica/cultural, mas sem uso da comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações:

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

3

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Porto Dom Pedro II

Atrativo: Privado

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: sim

Incluído em roteiros comercializados: sim

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular



QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: baixo

Sinalização de acesso: com sinalização precária

Possibilidades de acesso: transporte próprio

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: curta - até 5 km.

Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico

ESTRUTURA

Receptivo: ótima

Limpeza: regular

Segurança: boa

Sistema de comunicação: ótima

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: relevância ambiental/cultural de nível nacional

Originalidade: originalidade no contexto nacional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: em bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não protegido

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não se aplica

DADOS QUALITATIVOS

Observações: Há passeios programados para visita ao porto com saídas no final de semana.

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: Existe previsão de expansão da área portuária, o que acarreta em estudos ambientais.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Arquipélago dos Currais

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: médio

Sinalização de acesso: sem sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio; transporte via empresa de receptivo local

Modos de acesso: transporte fluvial

Distância do centro: Média, de 5 a 15km.

Principal característica do trajeto: grande beleza cênica

ESTRUTURA

Receptivo: inexistente

Limpeza: ótima

Segurança: ótima

Sistema de comunicação: regular

Possibilidades de interpretação: não há

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes:

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: média

Relacionamento com a comunidade local: não tem relação com a comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: ótimo estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não se aplica

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não protegido

DADOS QUALITATIVOS

Observações: A ilha dos Currais é na verdade um arquipélago brasileiro situado a meio caminho entre as baías de Guaratuba e Paranaguá, a cerca de 6,2 milhas da costa, em frente à Praia de Leste, município de Ponta

Compatibilidade do uso e ocupação do solo:

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2

ATRAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS OU ARTÍSTICAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Centro de Estudos do Mar UFPR

Atrativo: Público

Visitação: Gratuita

DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Aparece no Guia 4 Rodas: não

Incluído em roteiros comercializados: não

Faz parte do Roteiros do Brasil (Mtur): não

Divulgação e promoção: regular

QUALIDADE DA VIA

Grau de conforto no deslocamento: alto

Sinalização de acesso: boa sinalização

Possibilidades de acesso: transporte próprio e transporte público

Modos de acesso: via transporte terrestre

Distância do centro: Curta – até 5km.

Principal característica do trajeto: sem apelo paisagístico

ESTRUTURA

Receptivo: bom

Limpeza: boa

Segurança: regular

Sistema de comunicação: bom

Possibilidades de interpretação: visita autoguiada e/ou guiada de média qualidade

ESCALA/ ORIGEM

Região de procedência dos visitantes: sem informação

CARACTERÍSTICAS

Relevância: ambiental/cultural de nível regional

Originalidade: contexto regional

REPRESENTATIVIDADE COMUNITÁRIA

Percepção do poder público: alta

Relacionamento com a comunidade local: uso, gestão e manutenção pela comunidade

SAZONALIDADE DO ATRATIVO

Principais períodos de visitação: fluxo estável durante o ano todo

Grau de conservação: bom estado de conservação

Nível de proteção (Patrimônio Cultural): não se aplica

Nível de proteção (Patrimônio Ambiental): não se aplica

DADOS QUALITATIVOS

Observações: sem resposta

Compatibilidade do uso e ocupação do solo: sem resposta

Compatibilidade da legislação de uso e ocupação do solo: sem resposta

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA SINGULARIDADE DO ATRATIVO

2



